



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FLÁVIA BRUNA RIBEIRO DA SILVA BRAGA

MARTINS JÚNIOR (1860-1904):
Ciência como fé, República como razão - a trajetória de um radical

Recife
2022

FLÁVIA BRUNA RIBEIRO DA SILVA BRAGA

MARTINS JÚNIOR (1860-1904):

Ciência como fé, República como razão - a trajetória de um radical

Tese de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História. Área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas

Recife
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B813m Braga, Flávia Bruna Ribeiro da Silva.
Martins Júnior (1860-1904) : ciência como fé, república como razão – a trajetória de um radical / Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga. – 2022.
388 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.
Inclui referências e anexos.

1. Brasil - História. 2. Positivismo. 3. Martins Júnior, 1860-1904. 4. República. I. Rosas, Suzana Cavani (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-028)

Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga

MARTINS JÚNIOR (1860-1904): Ciência como fé, República como razão - a trajetória de um radical

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **16/02/2022**

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas

Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino

Membro Titular Interno (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr Luis Rosenfield

Membro Titular Externo (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Marcelo Mac Cord

Membro Titular Externo (Universidade Federal Fluminense)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca

Membro Titular Externo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma pessoa alcança o doutorado sem uma rede de apoio, orientações e incentivos, companheirismo e ajuda. Uma tese é um trabalho coletivo, ainda que escrito por uma única pessoa. Para minha base: meus pais, Diva e Jocemir. Além de terem lutado pelos meus estudos, nunca deixaram de dar uma palavra de apoio e vibram com as minhas conquistas, como se fosse deles (e são). À minha irmã Fabiana, maior incentivadora não há. À Maria Cecília, a sobrinha a quem quero dar exemplo. À minha segunda mãe, mãe de coração, para toda a vida: Edileuza. À Alyson, por transformar meu entendimento da vida e, nas horas não-vagas, dividir as críticas desse trabalho comigo. Aos meus padrinhos, Itamar e Djanira, e minhas primas-irmãs, Raquel e Roberta. À minhas irmãs e sobrinhos. À minha avó Noêmia que, não fosse sua determinação em criar mulheres fortes e determinadas, o caminho que me trouxe até aqui não seria possível. Ao ‘GD’. Aos meus companheiros da vida: Jéssica e Cássio. Aos colegas de faculdade, ainda dividindo o mesmo caminho: Estevam, Raphael e Clara. Além da base e apoio, esta tese não seria possível sem a contribuição de professores fundamentais em mais de 10 anos de pesquisa que me formaram: À Adriana Maria Paulo, pela pesquisa PIBIC, que me iniciou nessa trajetória. À Antônio Paulo Rezende, pela Madeleine. À Christine Dabat, por tanto! À Isabel Guillen, pela monografia e por aceitar embarcar num tema tão fora da zona de conforto. Principalmente, meu mais sincero agradecimento à professora Suzana Cavani Rosas, que me acompanhou no mestrado e doutorado. Devo também agradecer a pessoas importantes, que tornaram tudo possível, por diferentes razões: Anna Paula, Aleriane, Eurico. Agradeço aos programas de incentivo à pesquisa no PIBIC (FACEPE/ 2011-2012) e mestrado (CNPq/2015-2017) que permitiram a formação de uma geração de cientistas no Brasil. Para o percurso da pesquisa, agradeço às equipes formadas por servidores públicos das instituições: Faculdade de Direito de Pernambuco, Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, Memorial de Justiça de Pernambuco e Arquivo Público de Pernambuco. Aos funcionários da Fundação Joaquim Nabuco e Academia Pernambucana de Letras. Por último, quero agradecer aos meus alunos que, apesar de ainda serem muito jovens, sempre sabiam dar palavras de incentivo, gestos de compreensão e ouvidos para escuta em dias que não eram tão bons ou tão fáceis. Muitas vezes, era o desejo de dar a eles o exemplo, mostrar-lhes de que o futuro era possível, que a força se restaurava. Esta tese é um trabalho coletivo e, como ensina os teóricos da biografia: cada pessoa é única, mas ninguém é uma ilha. Muito obrigada.

RESUMO

Tradicionalmente, os estudos sobre o período que vai do final do Império ao início do século XX costumavam reafirmar que o processo de queda da monarquia e construção da República foi feito sem o povo, numa “quartelada militar”, instaurando um regime oligárquico. A “República Velha” passou a se tornar um conceito difundido que trazia consigo a ideia de uma época caduca, ultrapassada e caótica. Nessa esteira, o positivismo entrava na rota das ideias a serem combatidas, consideradas tão velhas e confusas quanto o próprio regime que se queria superar. Assim, homens de letra e ciência, políticos e técnicos que se aproximaram daquela ideologia, passaram a serem vistos como um inimigo a ser combatido pela escrita da História. A partir da década de 1980, entretanto, com o processo de renovação política pela qual passava o Brasil e o mundo – com o fim da Ditadura Civil-Militar no país e a decadência da Guerra Fria – novas perspectivas vieram para os estudos de história política. Essa renovação passou a trazer novas interpretações, cujas análises passaram a revisitar a “República Velha” e nomeá-la no seu sentido mais amplo, “Primeira República”. Com esta abertura, a compreensão do processo de queda do Império e consolidação do regime republicano tem sido cada vez mais revisto e diversificado, demonstrando a riqueza de tentativas, expectativas, sonhos e projetos que se enfrentaram para formar a República como a conhecemos. Esta tese escolheu acompanhar a história de vida de um sujeito que viveu, sonhou e se dedicou para a República: José Isidoro Martins Júnior. Sua trajetória, além de contribuir para uma visão singular dos acontecimentos a partir de uma perspectiva do Norte do Império, também traz uma das muitas formas com que o positivismo foi compreendido e posto em prática como projeto político no país. No curso da história política renovada proposto por René Rémond e em alinhamento com pesquisas que contestam a tese dos “bestializados”, este trabalho é uma das muitas biografias possíveis: o Martins Júnior político.

PALAVRAS-CHAVE: Positivismo; Martins Júnior; República; Norte

ABSTRACT

Traditionally, studies on the period from the end of the Empire to the beginning of the 20th century used to reaffirm that the process of the fall of the monarchy and construction of the Republic was carried out without the people, in a “military coup”, establishing an oligarchic regime. The “Old Republic” started to become a widespread concept that brought with it the idea of an obsolete, outdated and chaotic era. In this matter, positivism became one of the ideas to be fought, considered as old and confused as the very regime that it wanted to overcome. Thus, men of literature and science, politicians and technicians who approached that ideology came to be seen as an enemy to be fought by the historians. From the 1980s onwards, however, with the process of political renewal that Brazil and the world were going through – with the end of the Civil-Military Dictatorship in the country and the decay of the Cold War – it brought new perspectives to the studies of political history. This renovation started to bring new interpretations, whose analyzes started to revisit the “Old Republic” and name it in its broadest sense, “First Republic”. With this opening, the understanding of the process of the fall of the Empire and the consolidation of the republican regime has been increasingly revised and diversified, demonstrating the number of attempts, expectations, dreams and projects that faced each other to form the Republic as we know it. This thesis chose to follow the life story of a person who lived, dreamed and dedicated himself to the Republic: José Isidoro Martins Júnior. His trajectory, in addition to contributing to a unique view of events from a Northern perspective of the Empire, also brings one of the many ways in which positivism was understood and put into practice as a political project in the country. In the course of renewed political history proposed by René Rémond and in line with researches that contests the thesis of the “bestialized”, this work is one of many possible biographies: the political Martins Júnior.

KEYWORDS: Positivism; Martins Júnior; Republic; North

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Anúncio da 1ª conferência de Martins Júnior e detalhe destacado à direita	98
Figura 2 - Meeting de 22 de julho de 1889.....	144
Figura 3 - Anúncio do Restaurante Gomes (1890).....	187
Figura 4 - Anúncio da loja 'A Independência' (1890).....	188
Figura 5 - Anúncio do cigarro "Ao Cidadão Martins Júnior" (1890).....	188
Figura 6 - Anúncio das gravatas da Maison Chic (1892).....	189
Quadro 1- Mudanças entre o projeto inicial e o promulgado da Constituição do Estado de Pernambuco (1891).....	199
Figura 7 - Projeto de Constituição Estadual de 1890	200
Figura 8 - O Bôdo da Madalena, vulgo Suvacada (1890)	206
Quadro 2 - governos pós-proclamação em Pernambuco até Barbosa Lima.....	220
Figura 9 – Capa do Jornal 24 de novembro (1892)	243
Figura 10 - Quadrilha Martins Júnior (1892)	245
Figura 11 - A Festa do Sr. Martins (1892)	247
Quadro 3 - Comparação das chapas eleitorais do PRPE (1894).....	262
Figura 12 - Anúncio de 'História do Direito Nacional' (1896)	293
Figura 13 - Rótulos de cigarros com referências à República (amostragem).....	303
Figura 14 - Poema 'Fim de Jornada' (1904).....	327
Figura 15 - Câmara Ardente na Faculdade de Direito do Recife	333
Figura 16 - Velório de Martins Júnior (parte externa da FDR)	333
Figura 17 - Velório de Martins Júnior (parte interna da FDR).....	334
Figura 18 - Exemplar de Compêndio Geral doado pela Família Martins Júnior à Biblioteca da FDR	337
Figura 19 - Obras do Catálogo Martins Júnior da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	339
Figura 20 - Identificação do túmulo de Martins Júnior no Cemitério de Santo Amaro	341
Figura 21 - Túmulo de Martins Júnior no Cemitério de Santo Amaro.....	342
Figura 22 - Identificação dos sepultados no túmulo de Martins Júnior.....	343
Figura 23 - Estátua de Martins Júnior ainda inacabada.....	346
Figura 24 - Estátua a Martins Júnior	347

Figura 25 - Martins Júnior como capitão do Batalhão Patriótico 6 de março	350
Figura 26 - Cabeçalho do órgão "Visões de Hoje" de Manaus (1908).....	351

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	“IDE E LUTAI POR MIM, MEUS VERSOS!”	31
2.1	UM TEMPO DE MUDANÇAS E CONTESTAÇÕES	31
2.2	A ESCOLHA PELO ‘RADICALISMO’	40
2.3	A ‘BÍBLIA’ REPUBLICANA: ‘VISÕES DE HOJE’ E SEU MANIFESTO, ‘A POESIA CIENTIFICA’	53
2.4	A ‘REBELIÃO’ DA RUA DAS LARANJEIRAS	66
3	UM DOS CAMINHOS DO ‘IDEAL’: A ABOLIÇÃO	77
3.1	ABOLICIONISMO ‘INTRANSIGENTE’	77
3.2	A CHANCE ELEITORAL.....	97
3.3	EM BUSCA DE RENDA: OS CONCURSOS PÚBLICOS DA FACULDADE DE DIREITO.....	112
4	“NINGUÉM FANATIZOU PERNAMBUCO E TODO O NORTE COMO MARTINS JÚNIOR”	127
4.1	DESPOJOS DA ABOLIÇÃO E AS ALTERNATIVAS DE PROPAGANDA.....	127
4.2	O INÍCIO DA POLARIZAÇÃO.....	136
4.4	A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO	157
5	VIOLÕES, LOROTAS E DELETÉRIOS.....	172
5.1	A REPÚBLICA UNITÁRIA.....	173
5.2	AS CONSTITUINTES.....	193
5.3	RETORNO À OPOSIÇÃO	203
5.4	A “REVOLUÇÃO” DE 18 DE DEZEMBRO DE 1891	213
6	DA PALAVRA ÀS ARMAS	221
6.1	“FELICITO PERNAMBUCANOS CANDIDATURA DE BARBOSA LIMA”	221
6.2	A REVOLTA DO SERTÃO	230
6.3	A REVOLTA DA ARMADA EM PERNAMBUCO.....	254
6.4	A OPOSIÇÃO A BARBOSA LIMA NO CONGRESSO FEDERAL.....	264
7	É PRECISO LUTAR PELA REPÚBLICA	271
7.1	UM ‘VERDADEIRO’ REPUBLICANO	271
7.2	DO DIREITO AO TRABALHO	283
7.2.1	História do Direito Nacional.....	283

7.2.2	Direito Internacional e a soberania da República	293
7.2.3	Movimento operário	298
7.3	O MOVIMENTO REVISIONISTA E A CONCENTRAÇÃO REPUBLICANA ...	306
8	MORTE E CONSTRUÇÃO DO ‘POETA DA REPÚBLICA’	318
8.1	EM BUSCA DA ETERNIDADE NAS LETRAS	318
8.2	DO LUTO À LUTA	322
8.3	A CONSTRUÇÃO DO ‘POETA DA REPÚBLICA’	335
9	CONCLUSÃO	356
	REFERÊNCIAS	363
	ANEXO A - RETRATO DE JOSÉ ISIDORO MARTINS JÚNIOR (1893).....	385
	ANEXO B - MARTINS JÚNIOR COM QUINTINO BOCAIÚVA (1901)	386
	ANEXO C - SILVA JARDIM COM A DIRETORIA DO PARTIDO	
	REPUBLICANO DE PERNAMBUCO (1889)	387
	ANEXO D - LITOGRAFIA DE MARTINS JÚNIOR (1890)	388

1 INTRODUÇÃO

Podemos dizer hoje que os estudos sobre a Primeira República no Brasil alcançaram um prestígio considerável dentre os pesquisadores. Se até a década de 1980 o período de 1889 a 1930 era conhecido como “República Velha” – conceito que abrigava uma percepção caótica, elitista e esvaziada¹ – a partir da renovação dos estudos sobre história política, novas perspectivas² passaram a mostrar a riqueza e a diversidade daquele momento. Dentre as novas lentes, as pesquisas sobre os grupos e indivíduos que entraram em conflito em busca de diferentes arranjos políticos, os embates no campo da propaganda, bem como as tentativas de construção de caminhos alternativos à República Oligárquica³ aumentaram consideravelmente. Nesta esteira, o interesse por estudos de trajetórias de grupos em ações coletivas, bem como as biografias históricas em associação com o retorno da narrativa para a episteme historiográfica, se somaram aos estudos culturais e sociais para o período. Esta tese, em consonância com estas renovações e propostas metodológicas, teve como objetivo principal a análise da trajetória política de um sujeito que viveu o fim do Império e a consolidação da República: José Isidoro Martins Júnior.

Reconhecido em vida como a principal liderança republicana do Norte do Império, fundador e agregador do movimento em Pernambuco, também foi um importante articulador regional do republicanismo com conexões que iam do Amazonas à Bahia. Esteve diretamente associado à Silva Jardim, sendo seu companheiro de lutas e ideologia representando o Norte, bem como aliado de Lauro Sodré, importante liderança do Pará que com ele agitava o lado setentrional do Império/República. Além de republicano ‘fervoroso’, foi um positivista político⁴, poeta ‘científico’, jurista herdeiro de Tobias Barreto e abolicionista dos mais ‘radicais’. Sua influência no Norte está diretamente associada às características típicas – porém

¹ GOMES, Ângela de Castro. MOURÃO, Alda. (Coords.) **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Coimbra: Coimbra University Press, 2014, p.57-8.

² LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1987; VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012; MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

³ Nas palavras de Suely Queiroz, os verdadeiros oponentes dos republicanos mais ‘radicais’ era a oligarquia paulista, que terminou por perseguir e eliminar a oposição que sugerisse uma República alternativa ao seu domínio. Cf. QUEIROZ, Suely Robles. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 272.

⁴ Muitos homens de letras do século XIX no Brasil seguiam a filosofia positivista, mas não necessariamente levaram a doutrina para o campo da ação política.

ainda pouco conhecidas – que indicam regras, procedimentos, pensamentos e atitudes ligeiramente diferentes dos movimentos republicanos do Sul, este mais ligado à agroindústria e liberal *via de regra*⁵. Ao longo do trabalho foi possível identificar um contexto e escolhas vividas pelos propagandistas republicanos no Norte que eram específicas para a região, portanto impossíveis de serem comparadas às experiências de São Paulo e Minas Gerais. Temos, como exemplo, uma atenuação dos sentimentos federalistas – preocupados com a ascensão da elite cafeeira, o que colocaria a região em péssimas condições financeiras –; a pouca adesão de agricultores – estes profundamente ligados à estrutura tradicional do Império e, portanto, menos afeitos à urgência de mudança de regime; a quase total identificação entre abolicionismo e republicanismo no lado setentrional do Império, podendo ser considerado uma relação sinonímia no Norte; a presença de extratos sociais emergentes, porém fora do *status quo* imperial, que levou à ‘radicalização’ do republicanos em Pernambuco, Pará e Bahia, com núcleos positivistas atuantes no Ceará, Amazonas, Maranhão e Rio Grande do Norte; o afastamento com o Apostolado Positivista e a adesão das províncias do Norte à liderança de Silva Jardim, que terminou por fortalecer suas bases na região, são algumas das divergências na comparação Norte/Sul que serão ressaltadas ao longo do texto.

Essas características específicas para os movimentos republicanos no Norte do Império foram diversas vezes desconsideradas em análises que partiram apenas do percentual das eleições e dos cargos políticos, como o trabalho de Robert Levine que comparou os republicanos de Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, chegando a “conclusão” de que em Pernambuco o movimento foi fraco e inexistente por “só” terem alcançado 22,5% dos cargos de poder (contra 49,4% de Minas e 50,5% em São Paulo)⁶. Análises puramente quantitativas, que desconsideram a composição social, os contextos econômicos, os espaços de ação política para além dos partidos e eleições, e a formação da própria elite local, formalizaram uma concepção generalizada de que o Norte do Império foi alheio ao republicanismo – concepção até mesmo descontinuada com o processo histórico local, que tem raízes republicanas desde o período colonial⁷. Dilton Oliveira de Araújo, após ter estudado o movimento republicano da Bahia, chegou à conclusão que “as pesquisas se limitam quase a tão-somente fortalecer a visão

⁵ SÊGA, Rafael Augustus. PERISSINOTTO, Renato Monseff. Republicanismo paulista e o republicanismo gaúcho: entre o partido de classe e o partido de estado: aproximações e distinções (1873-1890). **Almanack**, São Paulo, v.2, p.101-113. 2011.

⁶ LEVINE, Robert. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.171.

⁷ STARLING, Heloísa M. **Ser republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

disseminada da falta de importância”⁸, visão que compartilho neste trabalho. A história de vida de José Isidoro Martins Júnior provou o contrário. Sua trajetória de vida não poderia ser considerada como uma história “de baixo”, no sentido próprio da microhistória italiana, porém também não se enquadra como uma história “de cima” como faziam os historiadores positivistas pra o século XIX. Não sendo um “grande líder” de Estado, mas também distante de ser um simples moleiro, tentei abordar sua trajetória a partir da singularidade de sua existência: nem sempre protagonista, nem sempre comum.

Esta tese vem, portanto, se aliar aos estudos de Suely Robles de Queiroz⁹, Maria Janotti¹⁰, Maria Tereza Chaves de Mello¹¹, Eliane Superti¹², Ângela Alonso¹³, Cláudia Viscardi¹⁴, Nicolau Sevcenko¹⁵, Lilian Schwarckz¹⁶, dentre outros, que se dedicaram a repensar os projetos alternativos à República Oligárquica, bem como sugerem leituras divergentes da ‘dominação paulista’, e foram sistematicamente ‘esquecidos’ pela historiografia do século XX e início do XXI. José Isidoro Martins Júnior é um dos “jacobinos” estudados por Suely Queiroz, um dos mais ferrenhos apoiadores de Silva Jardim na visão de Maria Janotti, um crente da ‘nova cultura científico-democrática’ de Maria Tereza, um positivista político e atuante para Eliane Superti, um dos mais conhecidos ‘positivistas abolicionistas’ de Ângela Alonso, um dos principais líderes no jogo de cadeiras da Primeira República pensada por Cláudia Viscardi, um ‘paladino malgrado’ de Nicolau Sevcenko e um ‘teórico’ do evolucionismo por Lilian Schwarckz. Minha tese está localizada nos meandros e migalhas deixadas por estes historiadores, tentando dar uma contribuição no sentido de uma visão do Norte – ou o Nordeste em sua formação de sentido regional¹⁷ – para a construção inicial da República, principalmente para esse conjunto

⁸ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)**. 1992. 207f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992, p.30.

⁹ QUEIROZ, Suely. *Op. Cit.*

¹⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **Os subversivos da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*

¹² SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

¹³ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁴ VISCARDI, Cláudia. *Op. Cit.*

¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁶ SCHWARCKZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁷ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

de pessoas que sofreram uma amarga e esquecida derrota política, no entanto não menos essencial para compreender o sentido restritivo e elitista que a nossa República se tornou.

Observando os alertas colocados por Pierre Bourdieu¹⁸, não tive pretensão de fazer uma biografia que abarcasse tudo sobre a vida de Martins Júnior – a tentativa seria, certamente, fracassada – mas a escolha de um dos muitos “Martins”: o Martins *político*. Pierre Bourdieu e Sabina Loriga¹⁹ estão em polos opostos na compreensão da relação entre o historiador e o biografado. Para o primeiro, a biografia é necessariamente um trabalho de natureza narcisística, onde o historiador é incapaz de tomar uma distância impessoal adequada ao método científico apropriado. Já para Sabina Loriga, a ciência histórica – a ciência em geral – não escapa às motivações do pesquisador, sendo até mesmo necessário certo grau de empatia para escrever a vida de outra pessoa para se evitar a desertificação do passado²⁰: “por certo, o historiador é condicionado por sua época, mas, como qualquer outro intérprete, pode dilatar sua experiência e se abrir a outra vida”²¹ criticando a visão bourdiana para o qual “a biografia não é de modo algum uma forma de escritura egoística. Bem pelo contrário, é a ocasião de apreender a densidade social de uma vida”²².

Este posicionamento também foi defendido por François Dosse, pois para ele a “biografia se escreve no presente, numa relação de empatia com o autor” que busca a reconstituição de uma época, com sonhos e angústias²³, bem como por Martine Boyer-Weinmann para quem o biógrafo deve pôr as cartas na mesa e enunciar seu ponto de vista, de forma a fazer um pacto entre o autor e o leitor²⁴. Respeitando as visões, optei por fazer esta tese **em primeira pessoa**, de forma a deixar claro – mesmo obedecendo os alertas deixados por Bourdieu e os limites permitidos pela documentação como declara Loriga – o caráter pessoal do qual não se pode fugir mas, talvez, se deixar evidente. Tomo como orientação as palavras de Alexandre de Sá Avelar que propõe ao biógrafo explicitar aos leitores suas razões da escolha do biografado, suas metodologias, fontes e conceitos²⁵. Apesar das distintas nomeações possíveis, escolhi utilizar o termo “radical” para identificar *uma das muitas* biografias que poderiam ser abordadas. Tais

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.183-191. 2006.

¹⁹ LORIGA, Sabina. **O Pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.

²⁰ LOPES, Fábio Henrique. SOUZA, Adriana Barreto. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. **História da Historiografia**, Ouro Preto, Nº9, p.29. 2012.

²¹ LORIGA, Sabina. *Op. Cit.*, p.146-8.

²² LORIGA, Sabina. *Op. Cit.*, p.219.

²³ DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Unesp, 2015, p.11.

²⁴ BOYER-WEINMANN, Martine. **La relation biographique: enjeux contemporains**. Paris: Champ Vallon, 2005.

²⁵ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como possibilidade de escrita da história. **Dimensões**, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 24, p. 157-172, 2010.

holofotes são colocados por Benito Schmidt, ao alertar o biógrafo de que o passado não deve ser tomado de forma retrospectiva

Como se pode construir uma biografia histórica sem partir dos pressupostos da integridade e da unidade individuais? De que maneira é possível escrever uma vida sem pensa-la como um projeto coerente e orientado a um determinado fim, dado desde o nascimento? (...) Se, para os historiadores, tais futuros já são passados e os resultados das escolhas feitas, conhecidos, torna-se importante recuperar na medida do possível (e esse possível inclui a disponibilidade de fontes), o caráter dramático de toda a existência, ou seja, o âmbito da incerteza, do talvez, do hipotético, do poderia ter sido, do que não se realizou. Somente dessa forma a biografia será capaz de exprimir o ‘demasiadamente humano’ da existência, ou seja, a angústia de se querer uno quando se é múltiplo e de se deparar com inúmeros caminhos quando a vida só pode ser uma²⁶

Tendo em mente os perigos de uma biografia ‘retrospectiva’ que coloca o sujeito como um ‘destinado’ desde o início da vida aos propósitos elencados pelo historiador, o termo ‘radical’ serve apenas para localizar o leitor sobre o ponto mais recorrente – porém não exclusivo – que foi percebido ao longo das decisões, incertezas e possibilidades que se colocaram na vida de José Isidoro. ‘Radical’ foi uma expressão contínua na documentação, ora para designá-lo como abolicionista, ora como republicano, por vezes jacobino, florianista, revisionista, etc. ‘Radical’ é um conceito polissêmico que foi continuamente adaptado para os diferentes contextos que José Isidoro transitou em sua vida. Esse “radicalismo” é associado na historiografia sobre ele como uma característica associada à “fé” republicana como em Nelson Saldanha: “brilhante figura de orador, poeta e cientista social, que viveu o ideal republicano como uma fé inquestionável”²⁷.

De maneira geral se pode dizer que, antes de tudo, ele foi um ‘positivista’. O que quero dizer com isso? O positivismo foi muito mais que uma ‘filosofia’: era uma forma de enxergar o mundo para muitos sujeitos que viveram entre 1870 e 1914²⁸. No final do século XIX dizer-se positivista era uma ideia-combo: *‘sou republicano, nacionalista, abolicionista, ateu, acredito na ciência, combato aos privilégios da nobreza’*. Positivistas, com frequência, eram descritos nesta época (1870-1910) como pessoas ‘radicais’, tendo em vista seus posicionamentos polêmicos e pela sistemática presença nos eventos mais ‘exaltados’ deste período. Talvez o conceito de ‘positivista’ tenha mudado ao longo das décadas, obtendo hoje uma carga demasiadamente conservadora se comparado com todas as mudanças políticas e novos pensamentos que o século XX e XXI já trouxeram. É uma teoria que “caducou”, para

²⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2012, p.198-199.

²⁷ SALDANHA, Nelson Nogueira. A campanha republicana no Brasil: fundamentos doutrinários e outros aspectos. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v.IX, n.3, p.40. 1966.

²⁸ FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX. **Fênix Revista de História e Estudo Culturais**, Uberlândia, v.4, n.3, p.2. 2007.

falarmos de forma mais simples. Entretanto, o trabalho do historiador não deveria ser analisar o passado com os valores do presente, mas de entendê-lo em sua historicidade, em seu momento, com os valores de época, perpassando pelas adaptações, novas linguagens, novas interpretações que, nos diferentes contextos, sujeitos e épocas, reinterpretam, recortam, escondem e contestam. Martins Júnior foi, durante praticamente toda sua vida, um positivista. E para ele, bem como para outros, isso era um *elogio*. Naquele momento, entre a segunda metade do século XIX e início do XX, o positivismo não tinha a carga valorativa que hoje lhe atribuímos e serviu, em diversos aspectos, para quebrar barreiras consideradas tradicionais: a busca de explicações sobre o mundo fora da religião, a contestação às diferenças sociais com base em critérios aristocráticos, a possibilidade de se retirar um mal governante, ensino gratuito básico para toda população, defesa do tempo para o lazer, a discussão sobre a qualidade de vida do trabalhador, dentre outros “avanços” que hoje são ‘naturalizados’. Ser positivista era ser progressista. Ser positivista era ser moderno. Ser positivista era ser radical. Um progresso, uma radicalidade e uma modernidade que, também, “caducou”, mas fundamental numa época em que outras formas de entender o mundo caducavam.

Quero deixar claro que nem todo republicano “radical” era positivista, mas a frequência com que a documentação e a própria historiografia associam os dois termos indica uma visão compartilhada de como eram vistos. Durante boa parte desta pesquisa, foi comum ler sobre Martins Júnior como um “fanático” da república, alguém que tinha uma orientação clara e teimosa de defesa da “Grande Ideia”. Também durante muito tempo esse ‘exagero’ foi tido como um exercício de retórica, comum nas biografias da passagem do século XIX para o XX, que costumavam exaltar de forma exacerbada as figuras públicas. Entretanto, esse ‘exagero’ se tornou, mesmo com resistência, uma das melhores expressões para descrever as escolhas políticas de Martins Júnior ao longo da vida: um apaixonado pela república. Ele participou e trilhou sua vida política em conjunto com outros sujeitos que agiram, em conjunto, por projetos diferentes, numa das muitas repúblicas que “não foram”²⁹. Existem muitas maneiras diferentes de se referir a esse grupo de pessoas que levaram os ideais republicanos “às últimas consequências”, digamos assim, que são, em última instância, aqueles que também foram “eliminados” pelo processo de consolidação do domínio oligárquico. Nas palavras de Nicolau Sevcenko as crises observadas no começo do novo regime visavam sobretudo

²⁹ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

...eliminar também da cena política os grupos comprometidos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo. Opera-se através delas como que uma filtragem dos elementos nefastos ao novo regime, aqueles que pecavam que por demasiada carência, quer por excesso de ideal republicano³⁰.

A princípio, a abordagem seria temática – o ideal da ditadura positivista – porém esta hipótese se tornou insustentável no curso de análise, forçando-me a uma abordagem mais tradicional e cronológica. Tentei, ao máximo possível, acompanhar temporalmente a vida de Martins Júnior com cruzamentos horizontais dos múltiplos aspectos da sua atuação, com ênfase mais acentuada na sua vida política. Tenho, portanto, como foco orientador da sua trajetória *sua atuação como propagandista e defensor da República*. Esta é uma escolha metodológica que direcionou o tipo e a forma de abordagem da sua vida: é *uma biografia política* que tem como objetivo entender o processo de construção republicana através da história de vida de um dos seus atores. Aqui, assumo o conceito de política adotado por René Remond para o qual é “uma referência ao poder: assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder”³¹. Desta forma, o foco central é sua atuação como sujeito político – tanto modificado como modificador – do seu contexto, sem perder de vista sua individualidade, sua singularidade ou seu “pequeno X” como orienta Sabina Loriga

O pequeno ‘X’ indica a contribuição individual para o desenvolvimento histórico, desenvolvimento não no sentido de uma melhora, mas de uma realização histórica. (...) ora, embora infinitamente pequeno, o X é fundamental, porque é o responsável por dar à história seu movimento [...] a questão não reside nem no geral, nem no particular, mas sim em sua conexão (...) pautado na circulação (...) entre as partes e o todo. O saber geral só pode ser construído através da compreensão dos elementos singulares (...) O entendimento integral do particular supõe sempre o conhecimento do geral sob o qual ele é compreendido. Entre os dois elementos – o singular e o geral – há uma relação de construção e de compreensão recíproca³².

Assim, deixo claro ao leitor que a atuação como poeta, jurista, professor, ‘jornalista’, foram abordados diante da dimensão política em relação à República, sendo necessário novos trabalhos para análises especializadas nesses aspectos. Ao delimitar o tema desta pesquisa – uma biografia política de José Isidoro Martins Júnior – algumas escolhas teóricas precisam ser ressaltadas. Em primeiro lugar, a localização do trabalho no campo da história política renovada, proposta por René Rémond, para o qual o campo político ultrapassa os espaços tradicionais – como o Estado e os partidos – até abarcar um conjunto diversificado de ação que vai à imprensa, às ruas, etc. Desta forma, abordo a trajetória de José Isidoro desde sua produção

³⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, p. 25.

³¹ RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996, p.444.

³² LOPES, Fábio SOUZA, Adriana *Op. Cit.*, p.27-34.

poética até a liderança como chefe de partido, tendo em vista que seus espaços de atuação política não podem ser desmembrados se tivermos como foco de análise a ação propagandística. Além da quase inexistência de fontes que abordem sua vida particular doméstica, a abordagem escolhida terminou por se afastar de análises da sua vida como esposo e pai – para o qual não há fontes e a trajetória política pouco se entrelaçou. Em segundo lugar, foi necessário buscar bases teóricas na história dos intelectuais, tendo em vista que foi como “homem de letras” – para usarmos o termo da época – que Martins Júnior se popularizou e atuou como político. Um intelectual que era político, esta é a ordem que, após a análise, é compreensível sobre sua vida. Assim, me baseio nas orientações dadas por Norberto Bobbio principalmente e, em associação, com Jean François Sirinelli, Ângela Alonso e Patrícia Hansen.

A historiografia sobre intelectuais – como aponta Bobbio – costuma abordá-los de um ponto de vista pré-julgado em que é o “engajamento” (Jean Paul Sartre), a “transgressão” (Michel Foucault) ou a maior proximidade com uma concepção “democrática” (Pierre Rosavallon) do mundo que julgam um “bom” intelectual de um “mal” intelectual – especialmente se ele se aproxima ou se afasta de uma “esquerda revolucionária”³³. Assim, sujeitos que não engajaram, ou pouco engajaram, que não transgrediram, ou que defenderam concepções políticas diferentes da “democracia” (coloco aqui entre aspas, pois a concepção democrática muitas vezes está associada ao exemplo norte-americano ou europeu) são desconsiderados como intelectuais. Para Norberto Bobbio “não existe regime tão absoluto que possa impedir a rebeldia de uma consciência honesta, nem existe regime tão democrático que possa evitar o conformismo dos ânimos servis”³⁴. José Isidoro Martins Júnior, como ‘homem de letras’ positivista, dentro do contexto pós-guerra do Paraguai, não se enquadraria nas concepções sobre intelectuais que muito se difundiram após a I Guerra Mundial. Assim, tomo como base a orientação dada por Norberto Bobbio de que, para uma análise dos intelectuais, é necessário não partir de um julgamento valorativo que o enquadraria entre “verdadeiro” ou “falso”, até mesmo entre “bom” ou “ruim”, mas a um sujeito que exerceu seu poder ideológico através da palavra, mesmo porque, como assinala François Dosse, a biografia de um pensador implica “reaver a unidade do gesto que é o seu, próprio do seu ser, sabendo que este é suscetível de múltiplas alterações e modificações. Ademais, o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural”³⁵.

³³ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997, p.14.

³⁴ BOBBIO, Norberto. *Op. Cit.*, p.28.

³⁵ DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Unesp, 2015, p.375.

Por sua vez, tomo como concepção dessa atuação intelectual a visão trazida por Jean François Sirinelli³⁶ e Roger Chartier³⁷, para quem a ação também abrange os mediadores de cultura (jornalistas, escritores, professores, eruditos, etc.) que, em última instância, se localizou Martins Júnior. Ambos autores consideram o campo de ação do intelectual para além da produção de conhecimento através de texto, mas em sua inserção nos acontecimentos, como protagonista ou partícipe. Esta concepção também abarca os estudos sobre ideias políticas, para o qual Michel Winock compreende que “não se restringem aos filósofos e teóricos, mas também são do homem comum”³⁸. Adoto, portanto, uma concepção de intelectual que tem como função a mediação cultural de ideias e valores, agindo no sentido de produção de conhecimento e comunicação de ideias, vinculadas ou não a uma intervenção na político-social. Assim, estou de acordo com o conceito de *Intelectuais Mediadores* trazido por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen para falar dos sujeitos que “podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não-especializado, composto por amplas parcelas da sociedade”³⁹.

...tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas de cultura e da política, que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social [...] podemos pensar, inclusive, como o mediador cultural, em especial aquele se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de experts, tem que aprender a ser mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo. Ou seja, ele se torna um profissional especializado em atingir um público não especializado⁴⁰

José Isidoro Martins Júnior, como abordei nos capítulos que se seguem, foi um produtor de conhecimento e ciente da importância da popularização da sua produção. Como poeta, jurista e ‘jornalista’ (a palavra não é adequada para o século XIX, mas serve para compreensão, tendo em vista que era um campo de fazer política⁴¹) os escritos produzidos tinham a intencionalidade de atingir públicos amplos, com propósitos claros de propaganda republicana. Agiu nas letras, mas sua escrita foi usada nas ruas, em comícios e salas-de-aula. Desta forma, as concepções trazidas por Norberto Bobbio, Jean François Sirinelli, Ângela de Castro Gomes e Patrícia

³⁶ SIRINELLI, Jean François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l’histoire des intellectuels. In: **Vingtième Siècle**. Revue d’histoire, Paris, n.9, jan/mar, p.97-108. 1986.

³⁷ CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p.29-67.

³⁸ WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996, p.278.

³⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. HANSEN, Patrícia Santos. (orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.21.

⁴⁰ GOMES, Ângela. HANSEN, Patrícia *Op. Cit.*, 2016, p.10-19.

⁴¹ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n.1, p.141. 2000.

Hansen são as bases teóricas fundamentais para a compreensão de um “homem de letras” político do século XIX – pois até mesmo a concepção de ‘democracia’ se limitava ao inexistência de privilégios⁴² -, sendo impossibilitado de ser analisado em termos de “engajamento”, “transgressão” e “democracia” só possíveis no século XX.

Não se pode ignorar, portanto, que dentre essas discussões, é necessário pontuar a importância do conceito de ‘cultura política’ abordado por Serge Bernstein⁴³ e Rodrigo de Sá Motta⁴⁴, cuja concepção aborda o conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por um grupo que expressa uma identidade coletiva, fornecendo uma leitura e um projeto político comum. Para Martins Júnior, como poderemos ver ao longo dos capítulos, esse conjunto era a ‘cultura política positivista’ que o aproximou, bem como influenciou, muitas tomadas de decisões ao longo da vida, fossem elas benéficas para sua ascensão política ou não. Digo ‘cultura política positivista’ pois a análise demonstrou que a simples defesa da ‘ciência’, por exemplo, representava uma percepção política distinta entre os grupos republicanos, assim como o uso de substantivos em letras maiúsculas (Grande Ideia, Ideal, Progresso...), que identificavam um conjunto de valores comum, estava inserida dentro de uma ‘cultura política republicana’ (14 de julho, bandeira tricolor, canto da Marselhesa, Declaração dos Direitos)⁴⁵. Assim, uma determinada cultura política identifica uma *estrutura de sociabilidade*⁴⁶ vivenciada por um sujeito. É através da compreensão dessas relações que é possível entender as margens de liberdade, incertezas, os conflitos e as cooperações que podem transformar as estruturas e as configurações sociais⁴⁷. Rodrigo de Sá Motta usou justamente o ‘comtismo’ como exemplo de análise para sua concepção de cultura política. Para o historiador, a ‘força da tradição conciliatória’ no Brasil é uma das razões que fez o positivismo um pensamento tão generalizado no país. Assim

⁴² Democracia não era entendida como um sistema de governo com base popular, mas no exercício do poder por líderes sufragados, sábios e que acabassem com os privilégios aristocráticos. Essa visão foi compartilhada na América Latina. Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. República versus Monarquia: a consciência história da década de 1880. **Revista História Unisinos**, Vale do Rio dos Sinos-RS, v.14, n.1, p.18. 2010; CAPPELLETTI, Ángel José. Sentido del positivismo latinoamericano. **Revista de Filosofia da Universidade da Costa Rica**, Costa Rica, v.XXV, n.85, p.77-81. 1997.

⁴³ BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, J.P. SIRINELLI, J.F. **Por uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R.P.S. (Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argymmentum, 2009.

⁴⁵ BERNSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996, p.89.

⁴⁶ SIRINELLI, Jean François. *Op. Cit.*, p.97-108.

⁴⁷ IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para una história más global. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, III série, v.5, 2004.

...toda a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo [...] cultura política implica a suposição que pessoas aderem a certas representações da realidade capazes de oferecer compreensão do mundo, ao mesmo tempo fornecendo identidades a que se filiar⁴⁸

Sendo representante de uma concepção política duramente combatida no século XX, os estudos sobre ‘positivismos’ no Brasil perpassam uma longa trajetória de críticas que se somaram com a própria decadência dos temas que envolviam a ‘República Velha’. José Isidoro Martins Júnior, sendo ele uma intercessão de repetidos temas considerados ‘retrógrados’, terminou por ser cristalizado na historiografia como um exemplo de tudo que se devia superar.

Uma breve contextualização sobre esse percurso historiográfico é necessária.

O século XIX é conhecido por ser um período de grande fé na ‘ciência’ e no progresso. Os ‘avanços’ materiais propulsionados pela Revolução Industrial nos diversos campos do conhecimento fizeram parte de um conjunto de fatores que reforçou os sentimentos nacionalistas e imperialistas, repaginando o eurocentrismo com o ‘aval’ científico. Em consonância com esses fatores, a História também foi inserida no hall das ciências que, em contraposição à metafísica e à onipresença de análises com teor religioso, passou a exigir ‘método’ e ‘provas’, conhecida como escola metódica ou positivista. Entretanto, a Primeira Guerra Mundial trouxe questionamentos que colocavam a fé científica em xeque. Destas críticas se levantou a *Escola de Annales*, que passou a criticar sua antecessora como uma História ‘historicizante’, onde o positivismo – não apenas como método, mas como todo campo filosófico – passou a ser o inimigo a ser combatido. Na visão de René Rémond, os historiadores dos Annales “algumas vezes desvirtuaram suas intenções [dos positivistas] e sua prática a fim de obter uma vitória mais fácil sobre livros cujo alcance foi artificialmente limitado”, assim criaram um fantasma “que chamavam em socorro, para garantir para si, em contraste com um inimigo imaginário, superioridades baratas”⁴⁹. Para Antoine Proust “a crítica da história positivista já foi feita, mas talvez tenha ido um pouco longe demais”⁵⁰.

Do ponto de vista historiográfico brasileiro, o positivismo passou a ser esse ‘inimigo’ também em decorrência de outras razões. O primeiro grande impacto que acabou por criticar a temática foi a Revolução de 1930, mas de forma específica, o Estado Novo, cuja ‘guerra’ conceitual nomeou sua antecessora de “República Velha” sob domínio de um “café-com-

⁴⁸ MOTTA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p.15-17.

⁴⁹ RÉMOND, René. *Op. Cit.*, p.9.

⁵⁰ PROUST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996, p.298.

leite”⁵¹ – visão ainda profundamente difundida. Imbuídos da necessidade de criticar o ‘passado’ a quem vieram se contrapor, os pensadores passaram a resgatar o “glorioso” Segundo Reinado a quem a República “sem povo” e “oligárquica” havia se sucedido. Como avaliou Ângela Alonso

...logo os monarquistas lançaram narrativas de uma República sem povo, conluio das armas com o ressentimento escravista, que matara uma monarquia abolicionista e popular. A leitura não aguenta escrutínio. A Abolição nasceu do isolacionismo internacional e da pressão do movimento abolicionista. E embora longe de revolução popular, a República tampouco foi simplesmente quartelada. Resultou da mobilização social e de crises sobrepostas a que as instituições monárquicas foram incapazes de responder⁵²

A avaliação dada por Ângela Alonso tem raízes anteriores, como a visão de Renato Lessa em 1987 ao dizer que a monarquia caiu por “erosão da lealdade do povo” junto com uma “incorporação popular na propaganda da república”⁵³. Mas não foram essas análises que permaneceram no senso comum. Os livros de história da primeira década republicana (1890) que foram amplamente utilizados eram de monarquistas ressentidos⁵⁴, tais como Eduardo Prado e o seu *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (1891) e A Ilusão Americana (1893), Afonso Celso em *O Imperador no Exílio* (1893), Visconde de Ouro Preto com *O advento da ditadura militar no Brasil* (1891), formando uma longa geração de historiadores⁵⁵ que popularizaram ainda mais uma versão que invisibilizou a trajetória de muitos sujeitos que dedicaram suas vidas à República. De acordo com Ângela de Castro Gomes

...[a República Velha] passa a ser taxativamente considerada um grande fracasso e equívoco, praticamente desde seu começo, transformando-se, assim, no passado exemplar de um Brasil que ‘deu errado’. Romper definitivamente com esse passado, inaugurando um novo tempo, era romper com os erros da Primeira República: liberal, federativa, oligárquica, fraca, inepta e europeizante: uma República sem povo, e que também não fundava uma nação⁵⁶.

Com a consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964 e diante da presença das Forças Armadas no poder, os historiadores das décadas de 1960 a 1980 viam as experiências da

⁵¹ VISCARDI, Cláudia. *Op. Cit.*, p.24.

⁵² ALONSO, Ângela. *Instauração da República no Brasil*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloísa Maria (orgs.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.170-1.

⁵³ LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1987, p.24.

⁵⁴ Em contraposição, autores entusiastas com a República foram marginalizados: Felício Buarque com *Origens Republicanas* (1894); Campos Porto com *Apointamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil* (1890); Urias Silveira com *Galeria histórica da República Brasileira* (1890) e Joaquim José de Carvalho com *Primeiras linhas da história da República dos Estados Unidos do Brasil* (1889).

⁵⁵ Para citar exemplos: CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL, 1975; SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Nasce a República**. São Paulo: Editora Três, 1975; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵⁶ GOMES, Ângela. MOURÃO, Alda. *Op. Cit.*, p.58.

“República da Espada” com bastante desconfiança e anacronismo, colocando sobre aquele período frustrações e medos que viviam, retomando a discussão historiográfica pré-1930 que se baseava no debate entre “República” e “Ditadura Militar”⁵⁷. José Isidoro Martins Júnior, sendo um positivista e ardoroso defensor republicano, se inseriu no quadro das severas críticas feitas à “República Velha”, o “militarismo”⁵⁸ e “elitismo”⁵⁹ que se ‘apoiava’ no positivismo, relegando-o a uma posição de, também, inimigo a ser combatido. Esta posição, entretanto, vem sendo paulatinamente reavaliada por pesquisas que seguem o campo da história política renovada, no esforço de separar o objeto de estudo da sua historiografia⁶⁰. José Murilo de Carvalho que, por exemplo, na década de 1980 em seu clássico estudo *Os Bestializados*, relegava o positivismo a uma teoria ‘elitista’ e ‘militarista’, em artigo publicado em 2019 reconfigurou seu posicionamento:

Esclareça-se antes, no entanto, que a ditadura defendia pelos positivistas⁶¹ não tinha a conotação dada hoje ao termo. Ela provinha da concepção quase marxista de que o sistema representativo da época, em todos os países que o adotavam, era uma farsa, um disfarce da dominação burguesa. A ditadura, por outro lado, na concepção de

⁵⁷ GOMES, Ângela. MOURÃO, Alda. *Op. Cit.*, p.73.

⁵⁸ O positivismo tem como doutrina a defesa de um governo civil, desarmamento e promulgação da paz interna e externa – foram considerados bons diplomatas. Entretanto, no Brasil, tendo em vista que espaços institucionais de ensino do Exército se aproximaram da doutrina e a presença de militares no começo da República, levou a uma falsa associação entre o positivismo e a “defesa” da forma militar de governo. Veremos mais sobre isso ao longo dos capítulos. Cf. BORGES, Isabela Melim. Os positivismos no Brasil na virada do século XIX para o XX: quando a política e a literatura se mesclam. **Caderno de Letras**, Pelotas-RS, nº30, p.279-293. 2018; SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2005.

⁵⁹ Pesquisas feitas a partir da década de 1990 estão, aos poucos, demonstrando o quanto a composição do positivismo no Brasil esteve bem mais próximo dos movimentos trabalhistas e desenvolvimentistas do final do século XIX e início do século XX do que se imagina. Elenco alguns desses trabalhos, utilizados nesta tese, tais como: FONSECA, Pedro César Dutra. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.410-421. 1993; SUPERTI, Eliane. Positivismo e escravidão: um estudo sobre o projeto positivista de reorganização das relações de trabalho no Brasil no final do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. P.1-9.

⁶⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Estudos Históricos**, São Paulo, nº17, p.161-165. 1996.

⁶¹ Alguns positivistas defenderam a concepção de uma Ditadura Republicana. Nesse sistema de governo o Ditador é sufragado pela população, que pode retirá-lo (positivistas criaram o conceito de impeachment). Este ditador possui poderes mais alargados, abrangendo o poder legislativo, que deve ser exercido em conjunto com a população através de referendos e plebiscitos, bem como publicação através de diários oficiais em busca da transparência e lisura dos gastos públicos (estas concepções de participação da população no legislativo são de orientação positivista). O poder legislativo é diminuído, se tornando uma casa orçamentária, onde se vota a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Planos Anuais (o Ditador é limitado pelo orçamento. A máxima positivista dizia “para cada despesa uma receita”). O poder judiciário deveria ser exercido por concurso público e conduta ilibada. Defendem a liberdade de imprensa, ensino público gratuito e científico, a laicidade do estado e a promoção da ciência. A principal crítica feita à Ditadura Positivista é a centralização de poder na União e no Ditador, mas não se deve considerar que era uma concepção de poder absoluto, pois a população e os limites orçamentários serviam de controle dos abusos de poder. Há uma detalhada explicação no segundo capítulo desta tese. Cf. RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social: liberalismo e positivismo na causa abolicionista do Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2012; SIMON, Maria Célia. *O Positivismo de Comte*. In: **Curso de Filosofia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 120-132; PINTO, Celi Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986; SUPERTI, Eliane. *O positivismo de Augusto Comte e seu projeto político*. **Revista Hórus**, São Paulo, v.1, p.1-15. 2003.

Comte, nada tinha a ver com despotismo. Sua inspiração vinha da Roma republicana, quando, em situação de crise nacional, sobretudo durante as guerras, concedia-se poder total a uma pessoa (ditador) para conduzir o país. Esse ditador representava a vontade do povo. Tendo em vista que as eleições no século XIX eram falseadas pelo poder econômico, o ditador seria um representante mais autêntico do povo do que os parlamentares eleitos. Ele podia agir independentemente das forças do mercado no interesse da coletividade, a caminho do estado positivo da humanidade. Uma das características dessa jornada era a incorporação do proletariado à sociedade. Os positivistas levaram a sério essa incorporação. Provam-no o fato de terem lutado pela abolição da escravidão durante o Império e, Proclamada a República, terem sido os primeiros a se aproximar dos operários, a propor uma legislação social, a pregar a proteção aos índios⁶²

Não é minha pretensão entrar no mérito dessa discussão nessa introdução. Esta tese, do primeiro ao último capítulo, buscou mostrar a trajetória de um positivista sem as amarras ditas acima. Também não é um trabalho que pretende santificar uma teoria política do século XIX – aliás, nenhuma teoria política, de nenhuma época, deveria ser santificada -, mas mostrar suas contradições e práticas que extrapolam as análises fechadas que descaracterizam determinados conflitos daquele período. Tentei demonstrar dentre as diversas ações de uma vida, o quanto as análises mais conhecidas sobre o positivismo estão imbuídas de pré-concepções vindas das frustrações, medos e decepções que o século XX trouxe. Sabina Loriga, em seu estudo, é um dos trabalhos que buscou resgatar uma visão sobre os pensadores do século XIX sem essa carga trazida pelo século seguinte. Em sua conclusão, disparou: “os pensadores do XIX são bem menos ingênuos do que se pensa sobre eles”⁶³. Dentre a historiografia que trabalha/ou sobre o positivismo no Brasil com uma abordagem voltada para os valores da época, a análise documental e as discussões relacionadas à biografia política de Martins Júnior se encontram com as avaliações dadas por Alfredo Bosi⁶⁴, Eliane Superti⁶⁵ e Gustavo Biscaia⁶⁶.

Tendo em vista que o campo da biografia histórica possui uma ampla diversidade de abordagens, faz-se necessário pontuar quais as orientações percebidas nesta tese. Geralmente abordados pelos *Annales* como exemplo de uma estrutura ou como ‘estudo de caso’, as análises da vida de sujeitos não romperam com o paradigma estruturante, que coloca o indivíduo sujeito ao seu contexto e dele exemplificador. Com a renovação da história política em torno da década de 1980, retomando aspectos antes combatidos pelos *Annales*, o indivíduo e a

⁶² CARVALHO, José Murilo de. Pensamento Republicano no Segundo Reinado (1840-1889). In: SCHWARCZ, Lília Moritz. STARLING, Heloísa Maria (orgs.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo : Cia das Letras, 2019, p.287-8.

⁶³ LORIGA, Sabina. *Op. Cit.*, p.220.

⁶⁴ BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOYSÉS, Leyla. (Org.). **Do positivismo à desconstrução**: ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, p.157-181. 2004.

⁶⁵ SUPERTI, Eliane. *Op. Cit.*

⁶⁶ LACERDA, Gustavo Biscaia. 2010. 488f. **O momento comtiano**. Tese (doutorado em sociologia política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010

narrativa retomaram um espaço de prestígio nas análises históricas que seguem esta linha metodológica⁶⁷. Desta forma, para os estudos de história política renovada, nenhum sujeito é totalmente preso às estruturas em que está inserido (o “homem do seu tempo”), como também não é totalmente livre a ponto de ser independente das estruturas (o “homem afrente do seu tempo”): os sujeitos são formados e formadores do contexto, por ele influenciado, mas também transformador. O indivíduo passou a ser percebido como alguém que está em constante mudança com seu entorno, num *campo de possibilidades*⁶⁸ em que sua singularidade tem *alguma* margem de atuação. Assim, cada pessoa é ‘única’ e, ao mesmo tempo, faz parte de um conjunto.

Estou em acordo com as visões dos historiadores Sabina Loriga⁶⁹, Giovanni Levi⁷⁰, Durval Muniz de Albuquerque Júnior⁷¹, Alexandre de Sá Avelar⁷² e Benito Schmidt⁷³, bem como dos antropólogos Gilberto Velho⁷⁴ e Paulo Renato Guérios⁷⁵. Em seus trabalhos, estes pesquisadores reforçam a importância de individualizar o sujeito, percebê-lo como agente transformador da realidade em que está inserido, sem necessariamente desconsiderar a relação com o contexto. Assim, nenhuma pessoa tem que si todos os traços presentes em uma dada sociedade de um tempo, bem como nenhuma análise estruturante vai entender todo o universo vivido por ele. Para Sabina Loriga é o “caos do ser”⁷⁶. Para Durval Muniz uma singularidade de “travessia, transversalidade”⁷⁷. Para Giovanni Levi o biógrafo deve considerar a amplitude da liberdade de escolha, mesmo dentro de uma estrutura, pois há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações, assim, sempre há uma brecha para os dominados e a possibilidade de mudança⁷⁸. Orientada pelo antropólogo Paulo Renato Guérios, para se aprofundar nessas perspectivas do

⁶⁷ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996, p.165.

⁶⁸ VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

⁶⁹ LORIGA, Sabina. *Op. Cit.*,

⁷⁰ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996

⁷¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: **História**: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007

⁷² AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidade, limites e tensões. **Dimensões**, Vitória-ES, v.1, n.24. 2010.

⁷³ SCHMIDT, Benito Bisso. **Grafia da vida**: reflexões sobre a narrativa biográfica. Historia Unisinos, São Leopoldo-RS, V.8, n.10, jul/dez, p.131-142. 2004.

⁷⁴ VELHO, Gilberto. *Op. Cit.*

⁷⁵ GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Revista Campos**, Curitiba, V.12, nº1, p.20. 2011.

⁷⁶ LORIGA, Sabina. *Op. Cit.*, p.67.

⁷⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Op. Cit.*, 2007, p.248.

⁷⁸ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*, p. 179-182.

sujeito, é fundamental o máximo de imersão possível em fontes primárias⁷⁹ tendo como objetivo o traçado por Alexandre de Sá Avelar de “acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas da pesquisa e da escrita histórica”⁸⁰.

A tese vem apresentada em 7 capítulos, organizados de acordo com as ‘fases’ políticas da trajetória de vida de Martins Júnior. Não utilizei os marcos temporais tradicionais que separam as etapas do processo histórico brasileiro mas, como se verá ao longo do texto, as ações de José Isidoro acompanhavam muito de perto os acontecimentos na política do país. A princípio, os capítulos haviam sido nomeados por substantivos que caracterizavam cada uma das fases: “o acadêmico”; “o abolicionista”; “o chefe”; “o inimigo”; “o congressista” e “o mártir”, mas no processo de revisão necessário para todo trabalho de pesquisa, constatei que os títulos e o conteúdo desenvolvido acabavam por estarem dessincronizados – não apenas pela própria trajetória de Martins Júnior, mas por considerar que iria acabar no mesmo reducionismo de tentar colocar a vida de alguém sob rótulos. A reconfiguração dos títulos era necessária. Os novos são mais fluidos e demonstram o *campo de possibilidades* e as incertezas de cada fase. Utilizando-se de Evaldo Cabral de Mello, compartilho com Heloísa Starling a concepção de que “contar uma história implica compreender os motivos dos agentes dessa história, entender as situações em que os personagens estiveram metidos e porque um deles agiu assim e não de outra maneira em determinadas circunstâncias – contar a história é também narrar o que aconteceu”⁸¹. As análises seguem, necessariamente, um curso cronológico na medida do possível, tendo em vista que para compreender o percurso e as decisões tomadas foi preciso ter uma visão temporal do processo de escolhas e consequências que são, em última instância, cronológicas, como ressalta Mary del Priori

Não é possível relatar e analisar uma situação social e econômica de um período passado sem a ajuda da narrativa (...) qualquer que seja a vontade do autor de fazer uma escrita impessoal, com a não utilização deliberada do ‘eu’, com a recusa de colocar em primeiro plano tal batalha ou tal nome célebre, o fato é que para que as obras sejam legíveis e coerentes, não se pode eliminar a estrutura narrativa⁸².

Por último, destaco o percurso de pesquisa, bem como o acesso documental, que proporcionou este tema e sua problemática. O início do processo de pesquisa e interesse pelos republicanos em Pernambuco começou na pesquisa PIBIC ainda no 3º período da graduação,

⁷⁹ GUÉRIOS, Paulo Renato. *Op. Cit.*, p.20.

⁸⁰ AVELAR, Alexandre de Sá. *Op. Cit.* p.169.

⁸¹ STARLING, Heloísa M. *Op. Cit.*, p.21.

⁸² DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.10, n.19, jul/dez, p.12. 2009.

sob orientação da prof.^a Adriana Maria Paulo. Nesta pesquisa, em contato com a documentação referente a Secretaria de Instrução Pública de Pernambuco para o período de 1870-1889, me deparei com algumas cartas de professores públicos que, após a Proclamação, congratularam o novo regime e, uma delas, ofereceu metade dos seus vencimentos anuais para a República. Nas reuniões de pesquisa do grupo, passamos a ler a tese de Maria Tereza Chaves de Mello, *A República Consentida*⁸³, que despertou a curiosidade sobre a propaganda republicana e a documentação que havia achado. A partir daí, as leituras sobre o tema se aprofundaram, levando-me a concluir a monografia de conclusão de curso⁸⁴, sob orientação da Prof.^a Isabel Guillen, sobre as possíveis interpretações da tese de José Murilo de Carvalho sobre os ‘bestializados’ e o exercício da cidadania através da propaganda republicana. Com isso, surgiu o interesse em aprofundar as pesquisas sobre a propaganda republicana em Pernambuco – tendo em vista que as leituras indicavam a quase inexistência na parte Norte do Império – o que acabou se tornando a dissertação de mestrado sob orientação da Prof.^a Suzana Cavani Rosas, publicado em livro em 2021⁸⁵. A partir de todas essas pesquisas, o nome de José Isidoro Martins Júnior se firmou como um dos sujeitos que mais apareceu nas documentações, nos tabelamentos e nas análises, levando-me a perceber que a trajetória de vida deste pernambucano influenciou os eventos que popularizaram a República no Norte do Brasil.

Houve uma extensa documentação encontrada, mas apesar disso, em alguns momentos, deixo claro ao leitor os limites, as inconsistências e as dificuldades encontradas quando uma determinada análise foi prejudicada. Orientada por François Dosse, que indica a importância das lacunas para o processo de dedução lógica e escrita⁸⁶, optei por expor essas falhas que escondê-las, pois os becos-sem-saída são, também, parte de uma pesquisa. Em sua maior parte, a documentação utilizada foi a imprensa, algo esperado, tendo em vista que era o espaço possível de atuação de republicanos. Além disso, também foram utilizadas algumas obras publicadas naqueles anos, bem como uma pequena documentação epistolar. De maneira geral, por estar quase sempre fora do âmbito institucional, a documentação de Estado foi muito pouco utilizada. Mesmo em momentos em que Martins Júnior foi um agente público, geralmente o foi em períodos de tensão (como sua atuação como deputado estadual durante o governo de

⁸³ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

⁸⁴ BRAGA, Flávia Ribeiro. **Eu, cidadão**: o povo, a República e os caminhos da cidadania no Brasil (1870-1914). Monografia de conclusão em História. UFPE, 2014.

⁸⁵ BRAGA, Flávia Ribeiro. **O Norte Republicano**: ação e propaganda. Pernambuco (1875-1889). Curitiba: Appris, 2021

⁸⁶ DOSSE, François. *Op. Cit.*, p.16.

Barbosa Lima, em que o congresso mal funcionou) que dificultaram a existência e a manutenção desses registros. A base documental aqui utilizada é amplamente baseada na imprensa, pois a própria trajetória de José Isidoro indicou esse caminho. Por um longo tempo sofreu o que Jean François Sirinelli chamou de *síndrome do mineiro*⁸⁷, que é a avalanche documental do qual um biógrafo termina por ser soterrado. A ideia de ter diversos pontos de vistas e inúmeras fontes para dialogar com uma historiografia predisposta a pormenorizar o tema, bem como buscar a compreensão do *campo de possibilidades* de cada momento, foi uma constante na análise. Apesar de ter tentado me manter alerta nessa questão, é provável que o leitor perceba essa preocupação ao longo do texto. Quase sempre o que manteve o foco documental foi ter em mente qual era meu objetivo de fato: uma trajetória política em torno da propaganda e defesa da República que serviu como critério, muitas vezes, de seleção de fontes.

Ainda sobre a documentação encontrada, é necessário pontuar a existência de dois acervos distintos que auxiliaram nas análises. O primeiro é o *Acervo Particular Martins Júnior*, encontrado no Arquivo Público Jordão Emerenciano, organizado na década de 1960 pelo neto, José Isidoro Martins Souto. Este acervo ainda não consta de identificação alfanumérica, está parcialmente datilografado por Martins Souto e foi descrito minuciosamente nas fontes desta tese. O segundo acervo está em posse da Biblioteca Pública de Pernambuco, na seção de Obras Raras, doado pela segunda esposa de Martins Júnior, Celina Martins Souto, após seu falecimento e organizado em 1927 sob o título *Catálogo Martins Júnior*. Este acervo encontra-se descontinuado e não foi totalmente utilizado, tendo em vista que contém mais de 2000 títulos. Tomando como base de pesquisa a biografia política de Martins Júnior, foi uma opção metodológica utilizar apenas as obras que tivessem sido escritas por ele, ou são fundamentais para entender a sua trajetória política. Por ser um homem de letras do século XIX, boa parte desse acervo se refere a títulos jurídicos e literários, alguns de filosofia, história, geografia, que serviam de pesquisa para o intelectual. Ainda que saber as referências utilizadas seja fundamental, buscar cada um dos livros e analisar mais de 2000 obras seria um caminho que percorreria fora do foco na análise aqui proposto, então mantenho a visão dada por François Dosse de que “o biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar”⁸⁸. Para contornar essa impossibilidade, recorri a trabalhos de outros pesquisadores – especialmente os juristas e críticos literários – que já trabalharam sobre Martins Júnior e auxiliaram nas referências a essas bases. Está em aberto, portanto, uma análise

⁸⁷ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996, p.244.

⁸⁸ DOSSE, François. *Op. Cit.*, p.14.

minuciosa da biblioteca de Martins Júnior, certamente capaz de promover outra tese. Quanto as considerações sobre esses dois acervos, uma análise mais contextualizada foi feita no 7º capítulo. Em todo o texto, a confrontação com outros acervos e a imprensa auxiliou numa visão mais abrangente daquilo contido nestes corpos documentais. Não tive informações nem acesso à família de José Isidoro Martins Júnior.

Uma biografia política de um sujeito que dedicou quase toda sua vida à República. Esta foi a proposta desta tese que, nas próximas páginas, dentre as escolhas, motivações, erros e incertezas de um sujeito se entrelaçam eventos, projetos e esperanças que – derrotados ou não – contribuíram para a formação da Primeira República. Tomo emprestado um dos raciocínios feitos por Sabina Loriga sobre esta motivação em torno da especificidade de uma história de vida

Todo relato está impregnado de uma esperança: embora não seja pensável reconstituir todos os gestos, as ações, os pensamentos que formaram um acontecimento, talvez seja ao menos possível evocar as perdas, as discordâncias, as incoerências, as possibilidades não realizadas [...] eles foram apagados, eliminados do resultado final, mas isso não significa que tenham sido menos reais⁸⁹

No primeiro capítulo, a análise se inicia com suas primeiras contribuições na imprensa até sua consolidação como liderança da juventude republicana após a publicação de *Visões de Hoje* obra que o consagrou em vida e o eternizou após a morte. No segundo capítulo, sua trajetória acompanha a luta abolicionista em associação com a propaganda republicana, em associação com os liberais Joaquim Nabuco e José Mariano. O terceiro capítulo tem por fio condutor o início das tensões que vão opor os republicanos, liderados por Martins Júnior, aos liberais, liderados por José Mariano, após a Lei Áurea durante o biênio 1888-1889. O quarto perpassa o início da República até a chegada de Barbosa Lima como governador de Pernambuco. No quinto capítulo acompanhamos os conflitos entre Martins Júnior e Barbosa Lima, bem como os efeitos da Revolta da Armada para sua trajetória. O sexto capítulo analisa sua participação na capital do país e seu envolvimento com o movimento jacobino, operário e revisionista. No sétimo e último capítulo perpassamos pelos últimos momentos da vida de Martins Júnior e o processo de construção da sua imagem após a morte.

A trajetória política de José Isidoro Martins Júnior foi uma das muitas histórias de vida que sonharam, lutaram e viveram o processo de luta pela República, fundamental para entender um dos múltiplos aspectos de um período conturbado, mas cheio de esperança no futuro. Ele se insere, portanto, dentro de uma ‘geração’ que teve sua trajetória marcada pela República – seja

⁸⁹ LORIGA, Sabina. *Op. Cit.*, p.209-210.

em seu favor, contra, ou por ela modificada. De acordo com Serge Bernstein uma geração “é formada pelos homens que, vivendo mais ou menos a mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum”⁹⁰. Martins Júnior fez parte da ‘geração republicana’ e, através da sua história de vida, podemos sentir alguma empatia, sendo nós também uma geração que está vendo, diante de si, serem desafiados vários sonhos e batalhas na história recente do país.

⁹⁰ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996, p.72.

2 “IDE E LUTAI POR MIM, MEUS VERSOS!”

Em 1879 um pequeno conjunto de versos intitulado *Estilhaços* apresentou para o Brasil um jovem de 18 anos que viria a ser um dos líderes republicanos positivistas do Norte do Império. Em seu verso que dá o título deste capítulo⁹¹, José Isidoro Martins Júnior consolidou sua fama e liderança perante a juventude através da poesia social de combate à monarquia e à escravidão a qual, ele próprio, nomeou de poesia científica. Neste capítulo busco percorrer a trajetória de um moço pobre, sem recursos, apadrinhamento ou título, pelo caminho que o consagrou como a voz da juventude ‘revolucionária’ que radicalizou o republicanismo no Norte do Império.

2.1 UM TEMPO DE MUDANÇAS E CONTESTAÇÕES

Quando a ordem do Imperador em contrariar o Vaticano na questão da expulsão dos maçons da Igreja atingiu o Recife, a cidade viu crescer uma espantosa reação anticlerical que marcou a primeira metade da década de 1870⁹². Tendo sido o principal palco nacional desta combustão, as discussões sobre a Lei do Ventre Livre estiveram profundamente correlacionadas com o sentimento violento contra a Igreja nos jornais republicanos de então.

O republicanismo que se formou naquele momento teria duas bases principais, sementes iniciais de um enorme movimento que viria a se firmar uma década depois: abolicionismo e anticlericalismo combinados. O veículo principal deste nascedouro – que viria a reunir futuros nomes do positivismo em Pernambuco - seria um jornal chamado *A Luz*⁹³, onde um rapaz de apenas 13 anos, chamado José Isidoro Martins Júnior, iniciou sua trajetória política. Ele chegou a ter 10 pseudônimos conhecidos: *D’artagnan*, *Graccho*, *Jimjor*, *João do Pina*, *Júnio*, *Júnior*, *M.J.*, *Mário Justo*, *Repórter 13* e *Moctar*⁹⁴. Demonstrando sua inclinação para o tema debatido ardentemente na Capital pernambucana naquele momento, publicou em *O Encouraçado* o artigo **O Clero e o Povo** com 14 anos⁹⁵, usando o pseudônimo *gracho*⁹⁶. Arthur Orlando, com

⁹¹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Estilhaços**. Recife: Tipografia Industrial, 1885, p.12.

⁹² HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil**: the case of Pernambuco, 1868-1895. PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975, p.30-8.

⁹³ CASTILHO, Celso. 2008. 300f. **Abolitionism matters**: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888. PhD (doutorado em filosofia) - University of California, Califórnia, 2008, p.25.

⁹⁴ NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco**. Volume VI. Recife: EdUFPE, 1972, p.145-146.

⁹⁵ Arthur Muniz diz ter sido com 16 anos a vinda de Martins Júnior para Recife, porém essa informação contradiz a atuação dele na imprensa da capital a partir dos 13 anos, podendo ter havido um equívoco por parte do autor.

⁹⁶ MUNIZ, Arthur. **Martins Júnior**. Elogio de Martins Júnior lido na sessão solenne da Academia Pernambucana de Letras por Arthur Muniz, ao tomar posse da cadeira Paula Baptista que foi ocupada por Aquelle extincto. Recife: s/ed., 1906, p.9.

quem compartilhou momentos de solidariedade e estranhamentos políticos ao longo da vida, declarou no artigo **Respingos** publicado no *Diário de Pernambuco* que o conheceu com 14 anos, ao lado de Afonso Olindense e Carneiro Villela no provável⁹⁷ jornal *Recreio Popular* em 1876 onde era “o mais moço de todos, mas já atraía a atenção de todos por sua inteligência viva e brilhante e pela larga soma de conhecimentos que possuía”⁹⁸, também contribuiu para o jornal *América Ilustrada*, de Carneiro Villela⁹⁹ confirmado por Luiz do Nascimento em seu artigo **O Canário do Norte**¹⁰⁰. Carneiro Villela afirmou em seu artigo **Cartas sem Arte** que tanto Martins Júnior (*Moctar*) como Arthur Orlando começaram na mesma época na escrita do jornal. Disse ele ter incentivado os dois a produzirem artigos, ainda muito novos, vangloriando-se

Em tão boa hora fiz. As pequenas andorinhas, que ensaiavam naquele tempo, ainda implumes, os seus voos vacilantes, tornaram-se depois pássaros de primeira grandeza e, se ainda não são águias, também não são paturis. Dizem que os pais que têm bons filhos reveem-se neles com amor e se orgulham dessa prole. Eu, que pertenço a uma geração que vai sucumbindo, se não me revejo em filhos nem sou pai, contemplo, entretanto, com orgulho e júbilo profundo essa geração nova que começa, quando eu acabo, e que se não vai completando, vai ao menos corrigindo e ampliando a obra do passado¹⁰¹

Esse primeiro contato com a imprensa anticlerical no início da sua adolescência seria um ponto fundamental – e até mesmo característico próprio – que o identificaria pelo resto da vida, bem como o localizaria como um típico homem de letras positivista no final do século XIX, onde o anticlericalismo militante foi um traço marcante¹⁰². Essa fase inicial, ainda adolescente entre os 12 aos 18 anos, assinalou a contestação ao pensamento religioso, tendo entrado na Faculdade de Direito já com orientação ateísta¹⁰³. Maria Tereza Chaves de Mello, em análise sobre o consentimento geral que aceitou a República, confirma em seus argumentos que o agnosticismo e o anticlericalismo foi um traço marcante desta geração mais “aguerrida” e combativa, tendo sido os principais em Pernambuco: Martins Júnior, Clóvis Beviláqua e Aníbal Falcão, todos os três, por sinal, companheiros de propaganda¹⁰⁴. Cercado das discussões

⁹⁷ O autor não explicita qual jornal acontece esse primeiro encontro. Em confrontação com a *História da Imprensa de Pernambuco* de Luiz do Nascimento é possível determinar a presença desses três sujeitos num mesmo jornal em 1876 chamado *Recreio Popular*. É possível que Arthur Orlando tenha se enganado sobre a idade de Martins Júnior naquele momento que contava com 15 anos e não 14 como supunha. Cf.

NASCIMENTO, Luiz. *Op.Cit.*, p.32.

⁹⁸ ORLANDO, Arthur *apud* MARTINS, Henrique. **Martins Junior (post mortem)**. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1905, p.119.

⁹⁹ MUNIZ, Arthur. *Op.Cit.*, p.10.

¹⁰⁰ Jornal Diário da Noite, PE, 21-11-1960.

¹⁰¹ Diário de Pernambuco, PE, 2-9-1888.

¹⁰² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.78-9.

¹⁰³ MOREIRA, Rangel. **Martins Junior**. São Paulo: Editora Pensamento, 1916, p.28.

¹⁰⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p.102-3.

sobre a força da Igreja e pela defesa intransigente do fim imediato da escravidão, José Isidoro Martins Júnior iniciou sua vida pública em meio às palavras “radicais”.

É isso que ele seria. Um ‘*radical*’. Comentou Gervásio Fioravanti, um dos seus companheiros de faculdade e de propaganda, que Martins já aparentava aproximação com textos sociais e um entusiasmo pelo mais fraco nos primeiros versos que escreveu ainda aos 10 anos pela guerra franco-prussiana, onde teria sido compelido “por uma solidariedade simplesmente emocional a fazer-se positivista”¹⁰⁵. Apesar do claro exagero de análise, atribuindo a uma criança de 10 anos uma percepção positivista, Gervásio Fioravanti demonstrou um posicionamento bastante comum na época de associar a luta social – chamada a época de socialista – como parte, necessariamente, do pensamento positivista, este correlato ao sentimento altruísta forjado por Augusto Comte. Relato semelhante fez Theotônio Freire ao comentar sobre um possível jornalzinho que Martins criara quando criança com Luiz Porto Carreiro¹⁰⁶. Não apenas cercado pelas discussões, ainda com 15 anos, Martins Júnior se associou a outro jornal também de “opinião forte” e tido como o primeiro com características positivistas explícitas: *O Progresso* (1875-1879). Neste periódico, ao lado de Rodolfo Araújo, Leovigildo Samuel e Gercino Ferreira, Martins Júnior (*Jimjor*) teve contato com as teorias tidas como progressistas à época antes mesmo do seu ingresso na Faculdade de Direito do Recife, assim como seu posicionamento ateu dito anteriormente.

Ateu e cientificista, teve, para alcançar o objetivo de ingressar no curso de Direito, uma trajetória tortuosa e significativamente mais sofrida que seus colegas de classe. Nascido de família pobre na cidade do Cabo de Santo Agostinho – região açucareira ao sul de Recife – Martins Júnior não tinha sobrenome, não era filho de fazendeiro, não tinha apadrinhamento político, nem, muito menos, renda para se manter na Capital¹⁰⁷. Seus pais, leiloeiro e doméstica, apesar dos escassos recursos, esforçaram-se para incentivar os quatro filhos – José Isidoro, Henrique, Graciliano e Samuel – a prosseguirem com seus estudos. O esforço, entretanto, quase nunca significou custeio, mas simples apoio e liberdade de crença. Seu avô Victorino Martins o ensinou a ler e escrever, as quatro operações e alguma doutrina cristã¹⁰⁸, teve aulas de humanidades com professores particulares, continuando os estudos no colégio do Dr. Jesuíno Lopes de Miranda¹⁰⁹ onde se formou com distinção em latim¹¹⁰, mas foi através de cursos de

¹⁰⁵ FIORAVANTI, Gervásio *apud* MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.18.

¹⁰⁶ FREIRE *apud* MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.68.

¹⁰⁷ MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.40.

¹⁰⁸ CÂMARA, Phaelante da. **Discurso proferido no Salão de Honra da Faculdade de Direito em homenagem ao 1º aniversário de falecimento de Martins Júnior**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1905, p.16.

¹⁰⁹ FREIRE, Theotônio *apud* MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.58.

¹¹⁰ Diário de Pernambuco, PE, 17-12-1874.

taquigrafia em Recife que encontrou uma forma de enfrentar os anos de preparatórios de admissão.

Já foi indicado que as dificuldades em encontrar espaço na sociedade imperial tenham sido um catalizador da ‘radicalização’ na “escolha” pelo positivismo, algo já elaborado por Ângela Alonso¹¹¹, Roberto Ventura¹¹² e Nicolau Sevcenko¹¹³. Em análise específica sobre o contexto positivista recifense, Teodoro Koracakis afirmou serem de classe média, distante de parentescos com proprietários rurais¹¹⁴. Estou de acordo com os autores. José Isidoro e Clóvis Beviláqua chegaram a admitir que a Faculdade de Direito do Recife tinha jovens monarquistas e outros, como eles, onde a “mocidade gasta o pouco da seiva que possui e os pequenos recursos materiais de que dispõe”¹¹⁵. Em análise comparativa entre as faculdades de direito de Recife e São Paulo, Lilia Schwarcz também ressaltou o desvínculo com a oligarquia desta geração que tomava a dianteira, enfatizando também o regionalismo anti-paulista que passava a preocupar com a possível mudança do eixo econômico com uma república federativa, corroborando as análises feitas anteriormente¹¹⁶.

Assim, em janeiro de 1876 matriculou-se na *Escola Modelo de Taquigrafia*, sendo o 1º secretário na *Sociedade Taquígrafa Onze de Maio* em agosto do mesmo ano¹¹⁷. No ano seguinte passou a dar aulas particulares de taquigrafia ao lado de João Antônio Monteiro¹¹⁸. Novamente, em 1878, matriculou-se pela segunda vez no curso de taquigrafia do IAHGP¹¹⁹. A documentação que foi possível analisar sobre esse período da sua vida parece indicar que a contínua persistência em cursos de taquigrafia – porém sem jamais exercer a profissão – foi uma alternativa encontrada por ele para driblar a deficiência financeira que o afastava dos cursos preparatórios, comuns naquela época para os jovens ingressantes na Faculdade de Direito. Estes cursos, de matrícula gratuita, recebiam jovens na sua mesma condição social e, à semelhança do que a Escola Normal foi para as mulheres – dando-lhe oportunidade de estudo mesmo com baixa renda – a taquigrafia ofertou oportunidade parecida aos homens.

¹¹¹ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹¹² VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

¹¹³ SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*

¹¹⁴ KORACAKIS, Teodoro. Os positivismos e a Faculdade de Direito do Recife. **Logos**, Rio de Janeiro, v.6, nº2, p.50-53. 1999. p.53.

¹¹⁵ BEVILAQUA, Clóvis. MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **O Escalpello**: estudos críticos de política, letras e costumes. Recife: Tipografia Industrial, 1881, p.10.

¹¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.187.

¹¹⁷ Jornal A Província, PE, 3-8-1876.

¹¹⁸ Jornal A Província, PE, 16-7-1877.

¹¹⁹ Jornal do Recife, PE, 3-10-1878.

Na listagem dos 33 matriculados para o ano de 1876 para a *Escola Modelo de Taquigrafia*, curiosamente, também aparece Júlio Falcão, irmão de Aníbal Falcão, outra família positivista¹²⁰ pernambucana dedicada a essa profissão, indicando que havia uma profunda semelhança da condição social desta geração¹²¹. Ele e Júlio Falcão também se matricularam, na mesma classe, no curso de taquigrafia do IAHGP¹²². Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto também são descritos como de famílias pauperizadas, com muitas dificuldades e obstáculos, indicando que aquela geração ‘científica’ – na qual localizo Martins Júnior - foi impulsionada para as novas teorias em razão dos seus sofrimentos e obstáculos¹²³. Não é nenhuma surpresa, portanto, que o círculo político de Isidoro estivesse diretamente entrelaçado aos desses homens.

Confrontados os estudantes matriculados nos cursos taquigráficos da década de 1870 com a listagem dos sujeitos republicanos atuantes no movimento em que trabalhei anteriormente¹²⁴, boa parte dos alunos são identificados, depois, no republicanismo da década de 1880, tais como: Joaquim Fenelon, Manuel do Espírito Santo, Feliciano Gomes, João Clímaco, Horizonte Brasileiro, dentre outros. Estes mesmos sujeitos são encontrados na listagem do *Certame Literário*, uma das primeiras associações em que eles parecem atuar juntos. Os cursos taquígrafos e as associações literárias da década de 1870 parecem ser os ambientes que fomentaram as discussões científicas e as primeiras relações de contato político entre esses sujeitos. Esta aproximação de Martins Júnior com a classe artística no seu entendimento político durante a década de 1870 aparece num artigo publicado no jornal *Liga Operária*¹²⁵, assinado apenas com “M”¹²⁶

...[venho] estender-lhe a mão amiga em prova dos mesmos sentimentos que guardamos, em testemunho de uma verdadeira aliança para conjurarmos o sol do despotismo que nos mirra e mata, e havemos outro que nos alente, que nos dê vida e

¹²⁰ As famílias Martins e Falcão têm trajetórias semelhantes: todos os filhos (8 Falcões e 4 Martins) são republicanos, originários de uma condição social baixa e que tiveram dificuldade de ascender socialmente através dos estudos. Tendo sido as famílias mais fortemente envolvidas no movimento republicano em Pernambuco, os Martins e os Falcões estabeleceram uma relação positivista forte que daria o norte da criação do Partido Republicano em 1888. Cf. FALCÃO, Luiz Aníbal. Aníbal Falcão. In: FALCÃO, Aníbal. **Fórmula da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933, p.13-15; ALONSO, Ângela. *Op.Cit.*, p.140.

¹²¹ Jornal do Recife, PE, 18-1-1876.

¹²² Jornal do Recife, PE, 3-10-1878.

¹²³ VENTURA, Roberto. *Op.Cit.*, p.123-4; SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*, p.120-1.

¹²⁴ BRAGA, Flávia. **O Norte Republicano: Propaganda e ação**. Pernambuco (1875-1889). Curitiba: Appris, 2021.

¹²⁵ Um dos escritores do jornal é Arthur Fenelon, com quem compartilhou aulas de taquigrafia.

¹²⁶ É possível identificar a autoria deste artigo pois, nesta mesma edição, afirmam ter recebido a “visita” de *O Progresso*, no qual Martins Júnior era um dos editores. Além de assinar com ‘M’ – uma das suas muitas formas de assinatura na década de 1870 (deixa o anonimato a partir de 1879) – o conteúdo do trecho é republicano, reforçando a referência.

prosperidade neste solo abençoado, onde somos os escravos da gleba sem nenhuma diferença mais¹²⁷

Sua presença nos cursos taquígrafos, em especial no último em que esteve em contato com o IAHGP, nos periódicos republicanos ‘científicos’ citados acima, bem como nos polêmicos *A Opinião* – onde conheceria Argemiro Aroxa, outro radical como ele - e *Correio da Noite* (pseudônimo *Junio*), colocaram-no em contato precoce com um tipo de atuação política mais ligada à efervescência das ruas, praças e teatros *antes* de ingressar na Faculdade de Direito. A primeira ‘causa’ a que esteve diretamente ligado foi a *Campanha pela Seca de 1877-8*, sendo representante do jornal *O Progresso* para ajuda aos retirantes do sertão na famosa seca que devastou o interior da província, junto com os representantes da *Liga Operária* (Moreira Lyrio) e *Romeiro das Letras* (Ribeiro da Silva). Fez parte da *Comissão Central dos Desabrigados*, organizando com outros o espetáculo beneficente com Ella Zuily e Sr. Loyal e, com o dinheiro arrecadado, auxiliaram cerca de 300 pessoas abrigadas do interior do Estado¹²⁸. No poema *A propósito da Seca*, Martins apontou a relação entre a campanha dos desabrigados e o sentimento republicano, associado, já em 1878, com traços de cientificismo

(...)
 Que nós, os moços-soldados
 Da liberdade e Razão,
 Também sabemos ser grandes
 Nas lutas com o coração!
 (...)
 Aqui, as luzes e a festa,
 A Ciência abraçando a Arte,
 Forjam bálsamos divinos
 Que vão brotar n’outra parte.
 - Aí, nessa magra terra,
 Onde a Fome o dente aferra
 Nos ressequidos torrões,
 De onde fugiu a alegria
 E onde o luto tripudia
 Mostrando as torpes feições!¹²⁹

Os traços científicos podem ser facilmente identificados pelo *tipo* linguístico republicano positivista característico. O uso de letras maiúsculas em substantivos: Razão, Ciência, Arte e Fome e a associação entre liberdade e razão, um binômio republicano bastante frequente nas décadas de 1870 e 1880¹³⁰. É interessante, entretanto, o uso da expressão “moços-

¹²⁷ Jornal Liga Operária, PE, 27-4-1877.

¹²⁸ Jornal do Recife, PE, 2-7-1878.

¹²⁹ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, 1885, p.116-117.

¹³⁰ LACERDA, Gustavo Biscaia. 2010. 488f. **O momento comtiano**. Tese (doutorado em sociologia política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

soldados” remetendo à ideia de “soldados-cidadãos” inversamente¹³¹. Desde suas primeiras produções poéticas Martins Júnior caracteriza-se, além do republicanismo e anticlericalismo, pelo positivismo e *uso social* da poesia. Seria uma identificação singular sua em associar o uso da literatura como ferramenta política de incentivo à propaganda. Com uma linguagem direta e clara, muitas vezes informal e despreocupada com a métrica dos versos, associava seus escritos a um discurso, com persuasão e intensidade. Muitos de seus poemas, aliás, eram pensados para a leitura em voz alta durante meetings e conferências, necessariamente vibrantes e convincentes. A ampliação da esfera pública brasileira no final do século XIX colocou a rua como sinônimo de agitação republicana e abolicionista, ligada a uma indistinta *cultura auditiva* que muito contribuiu para a popularização de conceitos relacionados à causa que ele defendia¹³².

Esta campanha da seca, apesar de não ter tido um caráter republicano explícito, levou a uma aproximação que perduraria toda a vida com Francisco Campello, João Walfrido de Medeiros, José Camilo Linhares de Albuquerque e Affonso Viriato de Medeiros. Da mesma forma que os cursos taquígrafos, os sujeitos envolvidos nessa campanha estão no *Certame Literário*, demonstrando que esses espaços, de fato, confluíram a atuação inicial da nova geração republicana. Foram nesses anos de adolescência anterior a sua entrada na Faculdade de Direito que estabeleceram boa parte das suas conexões de amizade que o acompanhariam até o leito de morte.

Além da sua atuação na seca, também passou a ser orador nos anos precedentes ao curso de Direito. Sua primeira aparição se deu na comemoração do Onze de Agosto (Criação dos cursos jurídicos) ao lado de Aprígio Guimarães no Teatro de Santa Isabel¹³³, ele então com 16 anos¹³⁴. Nesta apresentação declamou o poema *Away!* onde aparece, pela primeira vez, o seu pensamento em torno da função social do poeta.

(...)

Vós que sois bons, sois poetas,

E tendes raiva do mal,

- Animais a pátria, o mundo,

Que, assim, d’um antro profundo

Farei alva universal!...¹³⁵

¹³¹ MELLO, Maria Thereza Chaves de. *Op.Cit.*, P.34.

¹³² MELLO, Maria Thereza Chaves de. *Op.Cit.*, P.53.

¹³³ Diário de Pernambuco, PE, 14-8-1877.

¹³⁴ A notícia veicula Martins Júnior como orador representante do Curso Anexo da Faculdade de Direito, porém como não foi possível confrontar tal informação em nenhuma outra documentação, não tendo sido confirmada por nenhum relato, periódico, biografia ou documentação institucional consultada no Acervo Histórico da FDR, é possível afirmar que o periódico veiculou uma informação equivocada, talvez, por Martins Júnior ter sido o orador mais jovem no palco e, portanto, automaticamente associado aos cursos preparatórios.

¹³⁵ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, 1885, p.132.

Foi eleito orador principal da associação *Certame Literário* em maio de 1878¹³⁶, tendo sido reeleito no ano seguinte, mas recusado a segunda reeleição em 1880¹³⁷. Chegou a ser, além de orador, secretário substituto, revisor e relator de teses. Sua participação nesta agremiação é rastreada até 1881¹³⁸, tendo sido o primeiro clube em que atuou de forma contínua, diversificada e atuante por 4 anos. Também em 1878 tornou-se adjunto da *Sociedade União Científica e Literária*, demonstrando sua aproximação com o pensamento cientificista do qual seria fervoroso partidário¹³⁹. Participou como orador da Lei do Ventre Livre no Teatro de Santa Isabel¹⁴⁰, bem como do espetáculo em benefício a Carlos Gomes no mesmo teatro, ambos em 1879. Já neste último seu posicionamento republicano – bem como regionalista – mostrou-se delineado: “É Pernambuco quem fala: Povo! É preciso que se aclame em nome do Norte do Brasil o rei do sentimento. É o único que não te mata, e gênio!” associando sua homenagem ao talento do músico com suas posições políticas¹⁴¹.

Não seria correto, portanto, afirmar a “influência decisiva” de Tobias Barreto no pensamento e atuação de José Isidoro Martins Júnior, visto com frequência como “herdeiro” do famoso professor. As bases ideológicas que formariam o positivista do Norte do Império são bem anteriores e até mesmo bastante divergentes do professor. Graça Aranha, com quem compartilhou a geração da década de 1880 matriculada na faculdade, relatou em suas memórias que Martins Júnior e Clóvis Beviláqua foram os que mais se distanciaram do professor Tobias Barreto, e concluiu: “É verdade que nem nos escritos, nem nas lições, nem nas conversas do nosso mestre encontrávamos apoio filosófico ou político para as nossas ideias republicanas”¹⁴². O próprio Martins Júnior assim se expressou sobre Tobias: “adepto talentoso, mas exageradamente esforçado da cultura germânica”¹⁴³.

Aliás, os professores mais queridos¹⁴⁴ por Martins e seus amigos foram Aprígio Guimarães e José Higino, que muito os incentivava nesta questão, conclusão de análise também

¹³⁶ Jornal do Recife, PE, 14-5-1878.

¹³⁷ Jornal do Recife, PE, 20-3-1880.

¹³⁸ Diário de Pernambuco, PE, 28-3-1881.

¹³⁹ Jornal A Província, PE, 4-10-1878.

¹⁴⁰ Diário de Pernambuco, PE, 13-10-1879.

¹⁴¹ Jornal A Opinião, PE, 26-10-1879.

¹⁴² ARANHA, Graça. **O meu próprio romance**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1931, p.159.

¹⁴³ Jornal A Ideia Nova, PE, 30-6-1880.

¹⁴⁴ Alguns equívocos de interpretação misturam a influência *conceitual* que Tobias teve sobre seus alunos com uma possível aproximação *propagandística* dele com os estudantes, como a análise que fez Marc Jay Hoffnagel sobre essa questão (*Op. Cit.*, 1975, p.147-8). Entretanto, Tobias Barreto representava para aquela nova geração (1880) uma referência respeitosa, digna de admiração, mas fora dos seus círculos de atuação pela propaganda, fora da cátedra e empenhada nas ruas. Nesta tese, bem como em trabalhos anteriores meus, não encontrei qualquer referência a Tobias Barreto em conferências, meetings, clubes, manifestações, eleições ou qualquer tipo

trazida por Ângela Alonso sobre o grupo positivista do Recife¹⁴⁵. Quando Aprígio foi publicamente ofendido pela *Revista Politécnica*, ele e mais 296 estudantes – muitos republicanos – organizaram um abaixo-assinado em sua defesa¹⁴⁶. Em homenagem prestada durante o velório do professor querido, declamou em seu túmulo “Aquele que ao partir para as romagens longas/Da ciência e da luz levava-nos consigo...”¹⁴⁷ e participou do número especial do *Romeiro das Letras* dedicada ao professor junto com outros estudantes¹⁴⁸. Algo semelhante foi dito sobre José Higino, quem teria introduzido o cientificismo na academia¹⁴⁹. Em razão dessa relação professor-alunos que ia muito além da sala de aula, a atuação de José Higino na sua missão de investigação da presença holandesa no nordeste diretamente nas fontes dos Países Baixos, influenciou na forma como esta geração positivista regionalizou a vanguarda republicana, retirando de Tiradentes e transpondo para Maurício de Nassau a antecedência dos sentimentos de República para Pernambuco¹⁵⁰. Estas diferenças também foram apontadas por França Pereira, quando os comparou

Por isso, ao passo que Tobias em suas relações gerais com a cultura do seu tempo ficou sempre um individualista genial, Martins tornou-se um socialista inconsciente ou, se preferem, um humanitarista sequioso de justiça e de verdade, sem que o soubesse. Tobias quer a regeneração da pátria pela cultura intelectual. É germânico, é radical nesse ponto. Martins quer mais: a cultura da inteligência, sem o qual não vale nada sem a cultura do caráter¹⁵¹

Uma interpretação semelhante foi feita por Ângela Alonso ao afirmar que tanto Sílvia Romero como Tobias Barreto não podem ser usados como exemplos típicos da desta ala mais ‘radical’ pois eram “tão moderados quanto os liberais republicanos” esperando a abolição gradual e a República para após a morte de Dom Pedro, em parte fruto do medo que demonstravam das teorias mais ‘socialistas’¹⁵². Rangel Moreira, o único biógrafo de Isidoro Martins Júnior, rechaçou completamente o pensamento de que ele seria um “completo escravizado” de Tobias já em análise de 1916¹⁵³. Portanto, é necessário cuidado com as interpretações que colocam a influência hegemônica de Tobias Barreto sobre a Geração de 1880 – como a centralidade que dá Lilia Schwarcz à influência dele e de Sílvia Romero para a Escola

de atuação para além da sala de aula. Nesse sentido, os relatos que expressam alguma admiração pelo professor sergipano indicam num sentido saudoso e admirador, mas distante.

¹⁴⁵ ALONSO, Ângela. *Op.Cit.*, p.139.

¹⁴⁶ Diário de Pernambuco, PE, 19-7-1879.

¹⁴⁷ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, 1885, p.85.

¹⁴⁸ Jornal Romeiro das Letras, PE, 10-9-1880.

¹⁴⁹ Jornal Folha do Norte, PE, 1-5-1883.

¹⁵⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.396.

¹⁵¹ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 1904, p.95.

¹⁵² ALONSO, Ângela. *Op.Cit.*, p.222.

¹⁵³ MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.31.

do Recife¹⁵⁴ bem como a hipercentralidade¹⁵⁵ que dá Antônio Paim ao professor sergipano¹⁵⁶, silenciando aqueles que tiveram ações e pensamentos distintos, mas, diante da onipresença *historiográfica* de Tobias, foram colocados em segundo plano.

Como relatou Phaelante da Câmara, um dos seus companheiros de propaganda, o turbilhão da Questão Religiosa e a Guerra do Paraguai fizeram parte da sua infância, onde “ardiam o levedo subterrâneo da revolta”¹⁵⁷, associado a sua condição de pobreza e as dificuldades que encontrou para conseguir espaço na sociedade imperial, inclinaram-no no sentido da radicalização política. Isto é, para a segunda metade do século XIX, reconhecer-se positivista.

2.2 A ESCOLHA PELO ‘RADICALISMO’

Tendo sido atuante em periódicos, meetings e campanhas que valorizavam seu lado mais crítico e ‘radical’, conviveu ainda muito novo com a geração republicana do início da década de 1870, bebendo do anticlericalismo, mas também se ligou à nova geração, científica e literária, performando uma personalidade que já demonstrava aptidão – e certo desligamento – com o *status quo* para um republicanismo ‘intransigente’. Martins Júnior não parece ter tido problemas nos exames de admissão à Faculdade de Direito do Recife, apesar de ter sido autodidata e ter precisado dividir seus estudos com as aulas de taquigrafia. Com uma personalidade calma, introspectivo e, até mesmo, melancólico, ele foi conhecido por seus contemporâneos como um estudante inteligente, profundamente dedicado e ávido por leituras. Arthur Azevedo, seu contemporâneo, chegou a dizer que “o seu sorriso era um esforço”¹⁵⁸. Outros relatos testemunharam a mesma impressão, como o de Virgílio de Sá Pereira: “Não sei que amargura do inferno o devorava, que as suas alegrias se apagavam mal lhe afloravam na alma, e a vida toda se lhe dobrada de dor, como se a um ministério da morte a houvera votado”¹⁵⁹. Arthur Muniz, por sua vez, disse que Martins não costumava sorrir¹⁶⁰. Alfredo Falcão comenta de forma semelhante

...mergulhado nessa melancolia profunda tão prejudicial, tão fatal mesmo aos 22 anos. É um rapaz triste, sem expansões, sensato, trabalhador, morigerado [...] Dá-me

¹⁵⁴ SCHWARCZ, Lilia. *Op.Cit.*

¹⁵⁵ Antônio Paim chegou a afirmar que “a ação de Tobias Barreto teve o mérito de preservar o Norte do país do positivismo” demonstrando desconhecer da ampla influência desta doutrina para os movimentos republicanos no Norte. Cf. PAIM, Antônio. **A Escola do Recife**: estudos complementares à História das ideias filosóficas no Brasil. Volume V. São Paulo: UEL, 1997, p.39.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ CÂMARA, Phaelante. *Op.Cit.*, p.20.

¹⁵⁸ MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.9.

¹⁵⁹ PEREIRA, Virgílio de Sá *apud* MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.77.

¹⁶⁰ MUNIZ, Arthur. *Op.Cit.*, p.42.

vontade às vezes de esganá-lo ou cobri-lo de carícias [...] Revolto-me contra o bandido de 22 anos que não ri, não caçoa, não dá pequenos escândalos...decentes”¹⁶¹

Em discurso após a morte de Silva Jardim, uma de suas frases ficou marcada na sua biografia: “o dia da morte é mais feliz que o dia do nascimento”, havendo relatos que fez todo o público soluçar no Teatro de Santa Isabel¹⁶². Pode-se perceber esta melancolia como um traço contínuo da sua vida em trechos escritos aos 15 anos como os poemas *Desalento* e *A Morte* respectivamente

*A vida é toda assim, é um composto
De riso e sofrimento,
Se há um dia de riso, segue um ano
De inteiro desalento!*¹⁶³

*E inda há quem ouse levantar a voz
P’ra desta vida recordar braço,
Quando ela só é um sofrer atroz!*¹⁶⁴

Em uma carta escrita para sua primeira esposa, Elisa Quinteiro, José Isidoro demonstra sua falta de ânimo, de forças e ausência de emoções

São 7 horas e meia da noite, Elisa, e eu estou aqui, só, no meu gabinete, cansado, exausto, sem ânimo para ler, triste; mas de uma dessas tristezas tediosas e insondáveis como um mar muito profundo, estagnado e sem ondas! Oh! Como eu sofro em certas ocasiões, Elisa! Como eu tenho dias horrivelmente dolorosos, querida! Não sei porque... Mas o que é certo é que algumas vezes, como agora, eu imagino ver, sobre meu corpo e por cima da minha alma, uma espécie de abóboda tumular, negra como carvão e extensa como o espaço, onde eu durmo aniquilado numa quietude de múmia. Nada sinto do mundo exterior e, dentro de mim, mesmo, de nada tenho consciência! É como se tivesse descido sobre meu ser, colhendo-me nas suas penas, a asa de um grande pássaro fúnebre, muito triste, muito feio e muito agorento. Não sei. Mas eu as vezes sinto isso¹⁶⁵.

Sua personalidade entristecida tornou-se uma característica muitas vezes paradoxal com a vivacidade com que seus discursos explodiam e, em muitos relatos, era fascinante¹⁶⁶. Ele agiu ora como “um pombo meigo, ora rugia como um leão indomado”¹⁶⁷. Para Arthur Muniz, um de seus alunos na Faculdade de Direito, Martins Júnior não escrevia nenhum de seus discursos, “suas orações eram o produto do improvisado, eram oriundas de emotividade do momento”¹⁶⁸. Phaelante da Câmara, com quem compartilhou da luta republicana nos anos do Império, afirmou que Martins era dotado das melhores qualidades de um orador, pois tinha ‘orientação

¹⁶¹ Jornal Folha do Norte, PE, 22-8-1883.

¹⁶² MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.171.

¹⁶³ Jornal O Progresso, PE, 10-8-1875.

¹⁶⁴ Jornal O Progresso, PE, 20-8-1875.

¹⁶⁵ MARTINS JÚNIOR *apud* MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p. 19.

¹⁶⁶ BANDECCHI, Brasil. Martins Júnior: batalhador incansável. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, volume LXI, p.159-171. 1965. p.165.

¹⁶⁷ Jornal Comércio do Brasil, SP, 3-8-1904.

¹⁶⁸ MUNIZ, Arthur *apud* MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.55.

filosófica’, ‘virtudes de apóstolo’, ‘ritmo poderoso’, ‘afluência encantadora’, ‘voos de imaginação’ e ‘tons melancólicos de sua fisionomia’¹⁶⁹, reforçando a paradoxal coexistência entre a sua personalidade triste e o poder da sua fala. Entretanto, apesar de ter sido um orador brilhante e reconhecido em sua época, poucos discursos foram encontrados nesta pesquisa. Ou foram publicadas em jornais por ouvintes, ou aparecem fragmentadas em relatos de memória que se mostraram unânimes em descrevê-lo como encantador e persuasivo. Não tenho informações suficientemente claras para explicar *porque* ele demonstrava tamanha tristeza desde tão jovem e optei por não trazer nenhum “achismo” sobre isso pela indisponibilidade de fontes sobre sua infância. Trago ao leitor o conhecimento dessa característica descrita por seus contemporâneos, mostrando que sua ação política como orador foi influenciada por esse traço, mas não posso ir além disso sem fontes.

Apesar da sua personalidade calma e deprimida, bem como do seu afã pelos estudos, Martins Júnior passava longe de ser um estudante passivo e obediente. Ele foi, talvez, a completa antítese. Já no ano de seu ingresso esteve à frente do jornal positivista – reconhecidamente o primeiro jornal deste tipo em Pernambuco – *A Ideia Nova*. Neste periódico, ao lado de Clóvis Beviláqua e Clodoaldo de Freitas, publicou o artigo **Filosofia Positiva e o seu desenvolvimento no Brasil**, reclamando a vanguarda do pensamento das novas ideias para o Norte do Império¹⁷⁰. Este posicionamento regional, revestido de ufanismo intelectual, se tornou mais um traço da sua personalidade política, ao lado do abolicionismo, do cientificismo e anticlericalismo. Em seu editorial intitulado **Trabalhem**, Martins Júnior associou o pensamento comtiano com a necessidade de ação, uma característica muito peculiar sua, pois o positivismo, via de regra, é a crença inevitável no progresso, portanto na ordem e retraimento dos sentimentos considerados “agitadores”. Apesar disso, declarou

Há, entretanto, um espírito possante, um agente empreendedor e quase sempre entusiasta, que pode afugentar a ataraxia em que a pátria procura o repouso do suicídio. É a nova geração, a mocidade incorrupta das academias, das escolas, que à semelhança das transfusões de sangue puro no corpo dos cadáveres, está no caso de injetar no seio do país a alma vastíssima do futuro. Agora, aquilo que eu reputo como único remédio possível na crise que atravessamos: o trabalho, o esforço coletivo, unânime, severamente majestoso da propaganda moderna, que se dissidente nas fontes da experiência e da observação, que traz por lábaro a metodologia profundamente arquitetada da concepção filosófica de Augusto Comte¹⁷¹

A sua interpretação do pensamento positivista, bem como a dos seus companheiros que com ele compartilhava as ideias, chega até nós através da literatura como o grupo “heterodoxo”

¹⁶⁹ CÂMARA, Phaelante. *Op.Cit.*, p.7-8.

¹⁷⁰ CÂMARA, Phaelante *apud* MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.104.

¹⁷¹ Jornal A Ideia Nova, PE, 15-5-1880.

positivista, em contraposição aos “ortodoxos” da Igreja Positivista. Esta diferenciação – a forma atuante de agir na propaganda – passou a ser o seu próprio propósito de vida, cujas derrotas o amargariam no fim. Em outra passagem da *Ideia Nova*, quando já questionado sobre seu “estranho” posicionamento positivista, deixou claro que

As linhas que vou traçar hão de parecer a muitos que notarem a minha admiração pelo grande fundador da Filosofia Positiva, um protesto de aderência completa a todas as suas ideias. Não é assim. Já um dos redatores desta folha declarou em nome de todos nós que os princípios filosóficos que professamos filiam-se aos de Littré, o grande sábio francês reformador de Comte. É-me, pois, quase desnecessário afirmar que não sigo as pisadas do senhor Laffitte, não aspiro as honras de discípulo ortodoxo do positivismo, não aceito de todo a religião da humanidade e nem rejeito o fato biológico da população, como base da sociologia, para acoitar o fundamento que lhe deu Comte¹⁷²

Desta forma, estou de acordo com a análise de Roberto Ventura sobre a escrita combativa dos bacharéis do final do século XIX, quando afirma que os materiais literários vindos da Europa não foram tidos como fontes irretocáveis, mas sujeitas a reinterpretações locais¹⁷³, informação também ressaltada por Nicolau Sevcenko¹⁷⁴, Maria Tereza Chaves de Mello¹⁷⁵, Lilia Schwarcz¹⁷⁶, Vamireh Chacon¹⁷⁷ e Ângela Alonso¹⁷⁸, corroborando com amplas pesquisas que o positivismo no Brasil não foi utilizado de maneira acrítica, numa subserviência provinciana, mas esteve ao lado de opiniões pessoais e ambiguidades constantes, do qual Martins Júnior é um nítido exemplo. Em adição a isso, concordo com a análise de Teodoro Koracakis e Almir Bueno quando estes afirmam que a ação política positivista no Brasil e, em especial, no Norte, estava muito mais próximo do espírito revolucionário iluminista que do conservadorismo comteano, tendo esse último aspecto sido convenientemente diminuído nas análises locais do positivismo¹⁷⁹.

Durante sua estadia na Faculdade de Direito, José Isidoro precisou dar aulas particulares para se manter no curso, sem nunca ter sido reprovado. A láurea acadêmica – que merecia – lhe foi negada por perseguição política, mas é comum nos testemunhos da época a admiração por sua inteligência até mesmo por seus adversários¹⁸⁰. Entretanto, foi uma fortíssima amizade

¹⁷² Jornal A Ideia Nova, PE, 10 e 30-6-1880.

¹⁷³ VENTURA, Roberto. *Op.Cit.*, p.12.

¹⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*, p.83-4.

¹⁷⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op.Cit.*, p.53.

¹⁷⁶ SCHWARCZ, Lilia. *Op.Cit.*, p.24.

¹⁷⁷ CHACON, Vamireh. **Da Escola do Recife ao código civil**: Arthur Orlando e sua geração. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1969, p.31.

¹⁷⁸ ALONSO, Ângela. *Op.Cit.*, p.25.

¹⁷⁹ KORACAKIS, Teodoro. *Op.Cit.*, p.53; BUENO, Almir de Carvalho. **A trajetória de uma desilusão; Silva Jardim e Aníbal Falcão**: dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900). 1991.

^{118f}. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p.33.

¹⁸⁰ MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.22.

estabelecida com dois “de fora” – Clóvis Beviláqua (Ceará) e Clodoaldo de Freitas (Piauí) – que o faria enfrentar os cinco anos de bacharelado. É interessante notar que José Isidoro fez pouquíssimas amizades com pernambucanos nos anos de faculdade, quase sempre se aproximando de estudantes de outras províncias do Norte. Apesar de ser bastante comum para a história da Faculdade de Direito do Recife a presença de outros comprovincianos nortistas, é de fato muito significativo que o círculo de sociabilidade de Martins Júnior seja quase todo de fora, indicando provavelmente sua desvinculação com a elite pernambucana. João de Freitas, um dos seus contemporâneos, chegou a dizer que Martins e Clóvis “se confundem num só”¹⁸¹. E ele não estava errado.

A relação entre os três – Martins Júnior, Clóvis Beviláqua e Clodoaldo de Freitas – nos anos de faculdade, o primeiro pernambucano, o segundo cearense e o terceiro piauiense, formariam uma espécie de ‘terror’ para os professores, especialmente para o conservador Joaquim José Seabra. É importante ressaltar que esses fortes laços com estudantes de outras províncias do Norte – que seriam, por sua vez, lideranças republicanas nas suas terras natais – foi primordial na elevação de Martins Júnior à figura central, principalmente nos últimos anos do Império. Também não se pode deixar de ressaltar que esse regionalismo nortista, associado à radicalização política de seu grupo, acabou por fomentar um tipo de republicanismo diferente do Sul, este – é claro, com exceções – ligado às elites cafeicultoras. O sentimento regionalista não era novidade e estava disseminado até mesmo na tradicional elite açucareira¹⁸² indicando uma mudança geracional na forma de pensar a região “nordeste” do Norte, na qual tanto republicanos como monarquistas, liberais ou positivistas, centralistas ou federalistas, compartilhavam em relação ao crescimento das lavouras (e do poder político) do Sul¹⁸³.

Esses jovens, reunidos na década de 1880 em Recife, ‘radicais’ e presentes nas ruas, praças, teatros, com histórias semelhantes de dificuldades financeiras e falta de espaço político no Império, abolicionistas intransigentes e cultuadores da ciência, viriam a conformar um republicanismo ‘exacerbado’ no Norte. Não é à toa que o apoio à ala de Silva Jardim veio, em peso, do lado de “cima” e foi pela Bahia que o paulista se candidatou em 1889... algo facilitado pelas relações entre Clóvis Beviláqua e Silva Jardim nos anos de preparatório na Corte em 1876¹⁸⁴. Martins Júnior, comentando sobre seus amigos, assim se expressou: “Éramos três, os

¹⁸¹ Diário de Pernambuco, PE, 13-3-1883.

¹⁸² MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984., p.13.

¹⁸³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2009.

¹⁸⁴ ALONSO, Ângela. *Op.Cit.*, p.142.

mais ligados pelo coração e pela cabeça: ele, Clóvis e eu [...] [Clodoaldo] tinha um ódio ferino de demagogo contra as religiões e os padres. Não odiava menos ferrenhamente os reis [...] tem temperamento intensamente revolucionário”¹⁸⁵. Relato aproximado fez Graça Aranha, maranhense, sobre suas memórias pertencente ao grupo de Martins Júnior

Do meu segundo ano até a formatura, vivi no grupo desses republicanos ardentes e aí meu temperamento apaixonado se refinou. Fui dos mais exaltados e mais radicais. Toda a vez que uma ideia me toma, ela se converte em sentimento absoluto, exclusivo, e me governa. Assim fui abolicionista, republicano, anarquista, aliado, modernista e revolucionário¹⁸⁶

Relação semelhante também pode ser observada na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, cuja geração concomitante à de Martins Júnior também estabeleceu uma relação política que organizaria o republicanismo positivista no centro-sul, em torno das figuras de Silva Jardim, Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Pereira da Costa, como no jornal *A Evolução*, do qual participaram os três últimos. As diferenças são pontuais: estavam mais próximos dos interesses latifundiários se comparados com o grupo recifense (em Pernambuco latifundiários só apareceram após a Lei Áurea e bem poucos); estabeleceram desde cedo uma defesa do federalismo frente ao “unitarismo”¹⁸⁷ do Norte; eram escusos e ambíguos em relação ao abolicionismo, sendo no Norte a palavra de guerra¹⁸⁸; tinham um movimento republicano liberal forte que ‘concorria’ pela liderança¹⁸⁹, algo inexistente no contexto nortista cujos partidos monárquicos dominavam o Império; tinham mais recursos e maior força eleitoral¹⁹⁰, já no Norte as eleições foram muito pouco utilizadas como recurso de propaganda, no máximo, para escancarar as fraudes e utilizar a derrota eleitoral como argumento político. Em São Paulo houve um hermetismo das doutrinas, criando seus próprios doutrinadores e atendo-se ao direito, enquanto que em Recife houve uma forma multidisciplinar que ultrapassou

¹⁸⁵ Jornal Folha do Norte, PE, 22-7-1883.

¹⁸⁶ ARANHA, Graça. *Op.Cit.*, p.159.

¹⁸⁷ Os positivistas no Norte têm a preocupação que o federalismo proposto pelos movimentos republicanos do Sul trouxesse um desequilíbrio acentuado entre as províncias, deixando o Norte desamparado. Por isso estiveram mais afeitos a um governo central mais forte, que equilibrasse essas disparidades do federalismo. Isso não chega a ser uma defesa do unitarismo propriamente dito, mas eles serão acusados de serem. Antes, defendem um governo central forte com autonomia administrativa regional. Falarei mais a respeito nos próximos capítulos.

¹⁸⁸ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, p.153; CASTILHO, Celso. *Op.Cit.*

¹⁸⁹ As divisões internas ao partido republicano de Pernambuco só são verificadas após a Proclamação, no período de propaganda mantém-se unidos contra os Liberais. Portanto a disputa pela liderança fica em segundo plano, diferente da relação entre Silva Jardim e Quintino Bocaiúva que disputaram a liderança, colocando positivistas e liberais em posições contrárias.

¹⁹⁰ Os apoiadores de Silva Jardim não exerceram cargos de relevância com a República. A história de muitos dos seus correligionários terminou em completo fracasso político, enquanto a corrente liberal – liderada por Quintino Bocaiúva em uma eleição interna do Partido Republicano com nenhuma representatividade do Norte em 1889, relegando Silva Jardim para a oposição interna – assumiu os postos de poder e silenciou a corrente divergente.

para a poesia e a arte¹⁹¹. Além disso, enquanto que o grupo de São Paulo se direcionou prioritariamente para a carreira política – demonstrando aí sua maior aproximação com o *status quo* – o grupo de Recife, mais marginalizado, radicalizou-se para a doutrinação¹⁹²

Alianças regionais deste tipo não eram inéditas para o Norte se lembrarmos a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador de 1824. Entretanto não há qualquer historiografia que trabalhe a relação regional nortista pela propaganda republicana no final do Império, pois se considera que foi “tão insignificante” se comparada ao sul que não se cogita uma orientação divergente do eixo São Paulo-Minas, tidos como ‘movimento modelo’ a servir de comparação. Martins Júnior, em periódico especial dedicado ao português Teófilo Braga, lembrou que “em uma esquecida província do Brasil, há algumas almas de moços que praticam a religião do altruísmo e que acalentam os grandes ideais da ciência moderna” demonstrando o quanto esse traço regionalista do movimento republicano em Pernambuco foi enfatizado por essa geração¹⁹³. É realmente *curioso* como uma característica tão marcante na tradição republicana do Norte seja tão pouco analisada quando se aproxima a Proclamação. Por que a ‘insignificância’ do republicanismo no Norte nos é tão facilmente acreditada, a ponto de ter se tornado um dogma historiográfico? A resposta parece estar mais ou menos delineada em torno do apagamento de sujeitos como Martins Júnior pela corrente ‘vencedora’ pós-Prudente, mas essa é uma indagação para trabalhos futuros.

Apesar de uma análise distante elucidar as diferenças entre o Sul e o Norte, na atuação propagandística *positivista* tanto o grupo de São Paulo como o de Recife mantiveram contato de camaradagem política. Em artigo de Júlio de Castilhos sobre sua análise de *Vigílias Literárias*, podemos encontrar tal relação

Não é somente a mocidade de São Paulo que pena e que trabalha [...] Não. A mocidade do Recife também vai compreendendo seriamente os seus deveres e a sua grave responsabilidade diante do Futuro [...] Além de fortes motivos que tem a *Evolução* para acreditar nisso, provam-no irrecusavelmente, exuberantemente as *Vigílias Literárias*, um livro de Clóvis Beviláqua e Martins Júnior¹⁹⁴

Além da polêmica folha *A Ideia Nova*, com Clóvis Beviláqua produziu o primeiro livro de versos com teor positivista, *Vigílias Literárias*¹⁹⁵ descrita no trecho citado acima. Esta obra foi composta por duas partes, a saber: Clóvis Beviláqua escreveu “**A República no Brasil**”,

¹⁹¹ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A Esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008, p.137-144.

¹⁹² SCHWARCZ, Lilia. *Op.Cit.*, p.143.

¹⁹³ Jornal 24 de Fevereiro, PE, 1883, número único.

¹⁹⁴ Jornal A Evolução, RS, 15-8-1879.

¹⁹⁵ Nenhum exemplar foi encontrado para essa pesquisa. Entretanto, os versos de Martins Júnior nesse livro posteriormente foram reeditados na sua obra *Estilhaços* em 1885. Os trechos aqui mostrados foram retirados de fontes secundárias e bibliografia sobre o tema.

“**Ligeiro olhar sobre o estado intelectual do Brasil**” e “**A mulher entre nós**” e uma crítica a *Vislumbres*, de Ribeiro Gonçalves. Seus textos são enfaticamente positivistas – mas posteriormente abandonará a ideologia. Em sua parte, Clóvis Beviláqua defende que a educação na monarquia é deficiente de forma proposital, pois é do interesse do Império a ignorância do povo, também defende a educação das mulheres visando sua formação não-religiosa e científica de forma a educar melhor os filhos da nação, posicionamentos semelhantes aos de Augusto Comte.

A segunda parte do texto cabe aos versos de Martins Júnior nomeados *Estilhaços* onde experimentou, pela primeira vez, a introdução de temas científicos na poesia, dedicando a obra aos seus pais. São 50 poemas publicados, perfazendo uma obra considerável de produção que indica sua dedicação ao tema em anos anteriores à entrada na Faculdade. O texto teve uma recepção controversa, como seria tudo em sua vida, mas positivamente aceita pela crítica ‘progressista’ que enxergou no trabalho conjunto de Martins e Clóvis a combinação do talento e ousadia. Foi bem aceito por Argemiro Galvão, Oliveira Lima e Araripe Júnior, ao que Caroline Guebert considerou ser uma obra que consagra o “heroísmo da razão”¹⁹⁶. Costa Filho considerou que esta obra firmou a “reputação literária” de Martins, levando-o a todo Brasil, apesar de ter sido, por causa disso, “assaltado por inveja”¹⁹⁷. É bastante interessante a escolha do título da sua parte, pois ‘estilhaços’ remete à ruptura, quebra, explosão, cacos, que seria sua proposta política consagrada. Júlio de Castilhos em sua crítica ao texto revela sua surpresa com o jovem poeta que desconhecia

[...] revela-se, sem exagero da *Evolução*, um poeta, não prometededor, mas bem distinto já. Ao folhear seus *Estilhaços*, admira-se a gente de não conhecer senão agora o nome deste moço, quando as suas poesias lhe davam direito a um renome invejável. Ou será a primeira vez que se manifesta? Si é, se seus *Estilhaços* são uma estreia, a *Evolução*, sem hesitar, sinceramente confessa que não se vê, há muito, uma estreia tão brilhantemente auspiciosa, simplesmente porque, já pela concepção, de todo original, já pela execução, eles demonstram uma individualidade artística, bem definida em breves tempos¹⁹⁸

Vigílias Literárias trouxe para o jovem de 18 anos o reconhecimento por seus posicionamentos inovadores e vanguardistas, reconhecidos tanto no Rio Grande do Sul, como em São Paulo¹⁹⁹. Além de utilizar da ciência – algo considerado não-poético – associou com um dever de ação, negando o romantismo. Veja-se bem para a associação entre positivismo e ação política, uma simbiose contraindicada pelas leituras de Augusto Comte. Para Martins a

¹⁹⁶ GUEBERT, Caroline. Os estilhaços de Martins Júnior e sua épica positivista: reflexões históricas sobre uma linguagem poética (anos 1880). **Revista de Letras Juçara**, Caxias-MA, v. 4, n. 1. 2020. P.124-131.

¹⁹⁷ Jornal A Setta, PE, 19-9-1883.

¹⁹⁸ Jornal A Evolução, RS, 15-8-1879.

¹⁹⁹ Jornal O Federalista, SP, 5-6-1880.

poesia tem uma utilidade social, deve necessariamente desconstruir e chamar à luta, sua poesia combatente seria sua maior fama, muito mais que sua ação política ou chefe de partido. Assim explicita

*O poeta deve ter somente contra o mal
Este canhão – a Ideia; este pelouro – o verso!*²⁰⁰

Aprígio Guimarães, professor da Faculdade de Direito que, apesar de ter sido liberal, animou-os diante das críticas: “nada de repousar, nunca! Os verdadeiros cultivadores do campo da ciência só abrem mão do cabo da charrua quando a alma lhes voa do cérebro”²⁰¹. Muito parecido reconhecimento fez Júlio de Castilhos na sua análise da obra, ao terminar sua crítica: “...reparem bem no grande compromisso que contraíram com esse seu primeiro trabalho – de continuarem tenazes e persistentes ao serviço da grande causa, - que neste caso o descanso é uma covardia”²⁰²

Tendo sido ineficaz as tentativas de ter acesso à primeira versão dessa obra datada de 1879, nem de sua segunda edição em 1882, foi possível fazer uma análise dos seus versos a partir da 3ª edição publicada em 1885, onde o autor reorganiza os textos produzidos entre 1877 e 1882, momento que ele próprio demarca como a fase inicial do seu desenvolvimento poético. Separando-se as poesias produzidas entre 1877 e 1879 – a primeira versão – a produção de Martins Júnior nos anos anteriores à entrada na Faculdade de Direito reforça o argumento de que sua orientação positivista e republicana é precedente a sua atuação como bacharelado. Em nota explicativa à terceira edição é possível perceber que seus versos – assim como seria toda sua produção poética – trouxe reações adversas, com a qual precisaria continuamente pelejar

Convém mesmo que fiquem sem resposta as pedradas de que já foram alvo estas estrofes, as injúrias que lhes têm sido atiradas [...] à crítica resta o direito, que já hoje é um dever de, mais uma vez, esbordoá-los. Não conseguirá suprimi-los, porém, e isto basta²⁰³

As poesias de Martins Júnior nesse primeiro esforço de publicação possuem temas variados, desde poemas românticos a científicos, entretanto já apresentam sua característica mais arredia e afiada, fruto do republicanismo anticlerical da década de 1870, tais como *Fiat Lux* escrito em 1877

*O trono é nada. Que caia!
A púrpura é sangue. Rasgai-a!
P'ra longe o férreo grilhão!
Mocidade, ao gladio, à espada!*

²⁰⁰ Jornal A Evolução, RS, 15-8-1879.

²⁰¹ Jornal O Progresso, PE, 3-9-1879.

²⁰² Jornal A Evolução, RS, 15-8-1879.

²⁰³ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Estilhaços**. Recife: Tipografia Industrial, 1885, p.7-8.

*Depois o livro... à estacada!
De oitenta e nove ao vulcão!*²⁰⁴

Outro poema também indicativo de sua personalidade desafiadora chamou-se *Ao Povo* escrita em 1879 onde perfaz as antigas glórias da Revolução de 1817. Como analisou Evaldo Cabral²⁰⁵, esta geração foi responsável pela glorificação do passado republicano de Pernambuco, contribuindo para o mito da vanguarda republicana. No poema citado ele busca o passado de 1817 para justificar a ação política naquele momento

*É tempo de afiar a espada da Vingança
No rochedo imortal da tua consciência!
Ó Povo! Para longe a torpe sonolência,
E faze d'um direito a ponta de uma lança!*²⁰⁶

Já na Faculdade, manteve sua crença inabalável na evolução da poesia científica, demonstrando inclusive certo ar de superioridade e soberba em relação a isso através do seu artigo-manifesto **A Poesia Científica: simples apontamentos para um escrito futuro** veiculado ao *Diário de Pernambuco*, onde defende que

Os nossos literatos e poetas que hoje impugnam a poesia científica, ou têm de se sujeitar a ela dentro em pouco, ou têm de desaparecer da liça. A lei da seleção permitirá apenas que fiquem no campo os mais fortes, isto é, aqueles que na luta descoberta por Darwin (a qual se realiza na ordem moral) se poderem adaptar ao meio²⁰⁷

O trecho acima é a parte conclusiva do seu artigo que, como se vê, coloca os poetas científicos numa posição acima e mais avançada que os outros. Entretanto, deve-se ressaltar a parte da “ordem moral” na sua análise, pois Martins Júnior não se filia ao darwinismo social no seu sentido biológico, anatômico ou fenotípico. Para ele a superioridade é *moral*, ou seja, dos *valores*. Ser positivista – ser poeta científico – é uma questão de valor, de caráter, pois a Arte (e aqui com letra maiúscula como defendem os positivistas) tem uma *função social*. Evolução da “ordem moral” é agir conforme a República. Pensamento semelhante também tiveram Sílvio Romero e o professor Tobias Barreto, ambos ligados às teorias consideradas científicas europeias, indicando que havia uma relação local entre a literatura e a política²⁰⁸.

Além da sua inicial fama como poeta, sua já reconhecida habilidade como orador colocou-o, ainda calouro, como um dos discursantes das comemorações da Lei do Ventre Livre no Teatro de Santa Isabel no ano do seu ingresso. Ribeiro de Brito, médico pernambucano que

²⁰⁴ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Estilhaços...**, 1885, p.100.

²⁰⁵ MELO, Evaldo Cabral. *Op.Cit.*

²⁰⁶ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Estilhaços...**, 1885, p.36.

²⁰⁷ *Diário de Pernambuco*, PE, 15-11-1881.

²⁰⁸ VENTURA, Roberto. *Op.Cit.*, p.72.

foi um dos fundadores do Partido Republicano de Pernambuco ao seu lado, disse em seu funeral que na “primeira vez que te encontrei cantavas a Marselhesa, jovem sonhador!”²⁰⁹. Milton Souto em conferência proferida no *Clube de Poesia de Olinda* durante seu centenário comentou que ele “se dirigia às massas evangelizando” e era sempre “elegante, amável, comunicativo e meigo”²¹⁰ e relato semelhante fez um dos seus biógrafos quando disse ter ele “notáveis qualidades de doutrinador”²¹¹. Seu próprio irmão, Henrique Martins, afirmou que ele “dominava até o delírio o entusiasmo frenético das multidões” e, como cidadão, foi sempre um agitador²¹². Em diálogo com o jornal *O Obreiro* (PE) sobre a importância dos discursos, ele demonstrou bastante consciência da sua forma de expor, sendo considerado “agradável, que se fazia ouvir com prazer”²¹³

Se não podemos convencer, porque não somos entendidos, o nosso dever, em vez de abandonar os que tiveram a paciência de ouvir-nos, é procurar linguagem mais adaptada às condições de espírito dos ouvintes, é procurar uma dialética – mais insinuante e mais clara. Se o auditório é indiferente, o doutrinador deve procurar saber porque. Arranje um assunto que chame a atenção e só depois comece a propaganda²¹⁴

É por volta de 1879-1880 que sua fama de orador se torna mais forte. Neste ano envolve-se com as comemorações ao tricentenário de Camões, iniciando uma série de conferências às personalidades históricas consideradas pelo panteão positivista como de notável existência, introduzindo a doutrina em todas as suas falas e ações a partir de então²¹⁵. Além do Camões, também participou de polianteias para *Eusébio de Queiroz* (1882), *Teófilo Braga* (1883) e *Tiradentes* (1888).

Por volta de 1879 foi criado no Recife a primeira agremiação política de caráter simultaneamente positivista, republicana e abolicionista: O *Clube Democrata*, que visava, além da instrução científica da população, a participação político-partidária nas eleições. Seu jornal homônimo passou a divulgar as teses de Augusto Comte e publicar o calendário positivista, sendo o pioneiro na divulgação integral das ideias consideradas “progressistas”. Ainda que não seja possível afirmar com absoluta segurança o envolvimento de Martins Júnior neste clube, pois o jornal é completamente anônimo, é possível estabelecer conexões entre a documentação

²⁰⁹ BRITO apud MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.253.

²¹⁰ SOUTO, Milton. **Martins Júnior e o centenário do seu nascimento**. *Acervo Particular de José Isidoro Martins Júnior*. Arquivo Público Jordão Emerenciano, Seção Manuscritos, 1960, p.7-8. [Conjunto Documental nº 11]

²¹¹ MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.33.

²¹² MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.34-35.

²¹³ Jornal A Notícia, RJ, 23-8-1904.

²¹⁴ Jornal O Norte, PE, 27-7-1889.

²¹⁵ Diário de Pernambuco, PE, 12-6-1880.

que sugerem tal conclusão. Primeiramente, nos estatutos do clube há, curiosamente, o seguinte artigo:

Capítulo II

Art.3º

Pode ser membro do Clube Democrata todo e qualquer cidadão maior de 21 anos cujos bons costumes sejam devidamente provados; **e quanto aos menores desta idade, a admissão só poderá ter lugar quando o candidato, por seus bons serviços e boa direção social merecer a graça de ser admitido como sócio.** A nacionalidade e religião não são motivos para recusa, senão no caso do candidato ser reconhecidamente oposto às necessárias e reconhecidas reformas sociais²¹⁶

Contando então com 18 anos, a regra prevista no artigo acima se encontra com a informação de que em 7 de dezembro de 1881 ele já aparecia como orador representante na fundação do *Clube Comercial Euterpe*²¹⁷. Além disso, dentre os membros da diretoria do clube figuram alguns dos seus aliados mais próximos: Antônio Carlos Ferreira da Silva, Antônio Souza Pinto (que com ele fundou o Partido Republicano), Aníbal Falcão (da família Falcão, que escreveria os estatutos do Partido Republicano de Pernambuco), Belarmino Carneiro (amigo que chegou a lhe dar abrigo no final da vida) e João Walfrido de Medeiros (com quem compartilhou a campanha pela seca de 1877-78)²¹⁸. Antônio Paím, em sua análise sobre a Escola do Recife, chegou a afirmar que o *Clube Democrata* teve apenas duas conferências: a de Martins Júnior e Clóvis Beviláqua, se bem que seu argumento pode ter se confundido com outra agremiação, a *Sociedade Positivista do Recife*²¹⁹, não sendo, portanto, fonte confiável. Já Luiz do Nascimento, mais confiável em sua análise, indica a participação de Martins Júnior no órgão do clube em 1881 (quando teria feito os 21 anos necessários)²²⁰. Outro indício de sua possível participação no *Clube Democrata* está em um artigo seu publicado na *Folha do Norte*, do qual era redator chefe, avisando da sua intenção de reorganizar o clube três anos depois da sua fundação²²¹.

A nós, os republicanos de Pernambuco, cumpre não esperar que o fiat nos venha de fora. Ainda existe nesta Capital a maioria dos membros do Clube Democrata, que tantos serviços prestou à causa do Bom Senso e da Verdade entre nós, há dois anos. Ainda existem sócios desse clube, e a não ser um ou outro desiludido, todos conservam os mesmos sentimentos e ideias. Somos da opinião que se organize o dito clube e isso o quanto antes²²²

²¹⁶ **ESTATUTOS DO CLUB DEMOCRATA.** Recife: Tipografia Bougart & Cia, 1879, p.4, negrito meu.

²¹⁷ Jornal Diário de Pernambuco, PE, 13-12-1881.

²¹⁸ Jornal O Democrata, PE, 14-3-1880.

²¹⁹ PAIM, Antônio. *Op.Cit.*, p.40.

²²⁰ NASCIMENTO, Luiz. *Op.Cit.*, 1966, p.47-62.

²²¹ Jornal Folha do Norte, PE, 27-5-1883.

²²² Jornal Folha do Norte, PE, 15-4-1884.

A importância do *Clube Democrata* se destaca por ser a primeira agremiação republicana e positivista que visou a propaganda eleitoral, participação nos pleitos e a formação inicial de um partido político republicano, algo “contraditório” com a orientação ortodoxa da Igreja Positivista que orientava a abstenção em cargos públicos, jornalismo e cargos eletivos. Além disso, defendiam a educação primária universal, liberdade da influência da Igreja, treinamento dos trabalhadores rurais e ação através de classes noturnas, livrarias e grupos semanais, demonstrando uma atitude mais proativa e pautas objetivas de discussão²²³. Martins Júnior, quando passou a figurar como “herdeiro” do *Clube Democrata* (e, portanto, da geração positivista republicana que assumiu sobre a antiga geração federalista liberal do início da década de 1870), demonstrou profundo respeito e consideração ao clube que, na sua visão, era o fundador do novo republicanismo. Em razão da Hecatombe de Vitória²²⁴ ocorrida em 1880, a sua indignação com os partidos monárquicos impulsionou para o início das suas atividades propriamente propagandísticas atuantes, confrontando com o início da sua possível atuação com o *Clube Democrata*, como a publicação do folheto *O Crime da Victória* e, em especial, na formação do primeiro *Clube Republicano Acadêmico* (CRA-81). Em seu poema *Tenebrae* é possível perceber uma considerável diferença de postura em relação aos seus escritos anteriores

(...)
*E então vem-me uma raiva impávida, imortal,
 Contra a coisa chamada o Trono Imperial,
 Chamada Monarquia,
 D’onde eu vejo rolar perene, dia a dia,
 O lixo, os despotismos, as asquerosidades
 Da púrpura, da c’rôa, e as ásperas maldades
 D’umas mentiras vis com o nome de – eleições,
 Repletas de terror, inçada de truões,
 Que dão-nos afinal isso que estamos vendo
 - A plebe trucidada, o morticínio horrendo!*²²⁵

²²³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, p.144.

²²⁴ A Hecatombe de Vitória foi um conflito político acontecido em 27 de junho de 1880, véspera da eleição municipal dentro e nas cercanias da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Vitória de Santo Antão, distante do Recife a 53km. O conflito envolveu o Partido Liberal, então dividido entre as alas dos “cachorros” (ligados à José Mariano) e a dos “leões” (ligados à família Souza Leão) e o Partido Conservador. Ao lado dos cachorros estava Ambrósio Machado (futuro republicano, assinante do manifesto de criação do Partido Republicano de Pernambuco e responsável por recrutar senhores de engenho desde 1887). O Barão da Escada, pelo Partido Conservador e dos leões estava o tenente Cristóvão Álvares dos Prazeres e José Francisco Pedrosa de Carvalho. Ambrósio e o Barão foram recebidos a tiros pelo juiz de direito Nicolau Rodriguez que montou um forte aparato armado nas cercanias da igreja. O Barão, caído morto com o primeiro tiro, desencadeou um processo violento entre os partidários dos cachorros, conservadores e leões. Ambrósio Machado levou dois tiros e uma punhalada nas costas. O fato foi amplamente noticiado nos jornais da capital. As notícias não precisam quantas pessoas morreram, mas todos citam “dezenas”.

²²⁵ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, p.79.

Deve-se lembrar que o ambiente político na Faculdade de Direito na década de 1880 foi, na memória dos que deixaram registros, o período mais conturbado e agitado politicamente da instituição. A geração que teve como professores Tobias Barreto e José Higino foi a mais famosa em termos de produção literária, jurídica e artística, mais “apegada às doutrinas”²²⁶. Além de ter sido a instituição brasileira que mais se ligou às formas radicais das ideias científicas vindas da Europa também se associaram eticamente a elas²²⁷. Não seria correto, portanto, atribuir apenas a Martins Júnior esse caráter rebelde. Ele era e estava em meio a semelhantes. Entretanto, o que o fez se destacar como liderança dessa geração? Se estava inserido em um ambiente propício à agitação, o que o tornou chefe do movimento republicano? Não foi seu sobrenome, sua renda, seus padrinhos políticos. Como um jovem – nascido em família pobre, sem recursos e títulos – foi capaz de angariar uma legião de seguidores e formar o partido republicano mais forte do Norte do Império?

2.3 A ‘BÍBLIA’ REPUBLICANA: ‘VISÕES DE HOJE’ E SEU MANIFESTO, ‘A POESIA CIENTÍFICA’

Além de sua inteligência reconhecidamente notável, Martins Júnior costuma ser descrito como um rapaz carismático em sua oratória, triste, melancólico e de teimosia inflexível²²⁸. Durante a segunda metade do século XIX a combinação dessas características era bastante valorizada no meio da conturbação abolicionista e republicana, especialmente nas décadas de 1880 e 1890. Sua teimosia, aliás, foi muitas vezes sua própria desgraça²²⁹. Entretanto, ao longo dos anos como estudante de Direito, construiu sobre si a fama de ‘incorrutível’ e ‘puro’, frente à degeneração dos partidos monárquicos. Se sua fama condiz com a verdade ou não, o fato é que ele obteve relativo sucesso em se tornar a voz da juventude que ele representava. O principal veículo propiciador desta ‘voz’ foi seu livro de versos, *Visões de Hoje*.

Visões de Hoje é tido pelos críticos literários como a obra-prima da poesia científica no Brasil. Visto como um visionário, Martins Júnior utilizou seus versos para fazer um protesto político e um apelo aos intelectuais. Na sua opinião, o escritor deve ir além das páginas que escreve, deve agir e transformar a realidade, lutar nas ruas pelo progresso (leia-se República). A questão mais relevante aqui é que esse livrinho de versos – que cabe na palma da mão –

²²⁶ SCHWARCZ, Lilia. *Op.Cit.*, p.150-1.

²²⁷ KORACAKIS, Teodoro. *Op.Cit.*, p.53.

²²⁸ MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, p.3-5.

²²⁹ Para citar exemplos de outros capítulos: quando negou uma cadeira no STF oferecida por Campos Salles por razões ideológicas, ou quando se negou a fazer parte da chapa do Barão de Lucena para a Assembleia Constituinte Nacional em 1890 por oposição à José Mariano.

tornou-se um manifesto. Seus versos compeliavam a juventude a agir e não foram raros relatos de seus entoamentos durante os meetings e protestos. *Visões de Hoje* passou a ser um instrumento e o eternizou como poeta. Arthur Muniz, seu ex-aluno, relata ter conhecido Martins Júnior ainda nos estudos secundários, quando a obra circulava nas mãos dos jovens da época

Nos bancos colegiais, quando não tinha notícia absoluta de literatura, um companheiro ofereceu-me as *Visões de Hoje* para ler e, francamente, elas me despertaram vontade de conhecer o que se passava além, fora das quatro paredes da casa de educação. Comecei então a me relacionar intelectualmente com Martins Júnior e devo dizer, sem embargo, foi quem me estimulou a leitura²³⁰

Apesar de não ser o primeiro escritor de poesia científica no Brasil²³¹, Martins Júnior se consolidou como seu principal propagador. Este tipo de literatura defendida por ele buscava aproximar os versos das descobertas científicas do século XIX, inspirado no positivismo comtiano cujas bases o orientam: ateísmo, republicanismo e cientificismo. Para ele, a poesia tinha um sentido claro: orientar o ativismo político, ou em seus próprios versos, “fabricar estrofes-bisturis”²³². A poesia deveria ser útil, filha do século XIX, propagadora das descobertas e demolidora das antigas instituições, não uma expressão sentimentalista oca e sem sentido, como o faziam os românticos. Para ele, “a poesia foi sempre o transunto dos sentimentos de um povo ou de uma época”²³³, por isso, apesar de ser bastante influenciado pelas doutrinas europeias, Martins Júnior adequa suas leituras ao momento vivenciado pelo Brasil. Sua poesia é, ao mesmo tempo, nacionalista e cosmopolita, ainda que isso pareça contraditório. Para ele, a poesia científica

...está em que existem sentimentos nascidos da difusão da ciência, correspondendo ideias também nascidas desta. O sentimento da simpatia e amor social, por exemplo, é filho da ideia da solidariedade humana, sugerida pela meditação filosófica. E tanto a ideia de solidariedade social, como o sentimento de amor pela coletividade, põem inspirar ou produzir poemas esplêndidos²³⁴

Há contradições na forma como a disposição de suas opiniões em seus versos são interpretadas posteriormente, muitas vezes se confundindo o seu positivismo com socialismo em decorrência das posições polêmicas e, em geral, em defesa dos proletários e escravos. Entretanto, o termo ‘socialismo’ neste contexto não se refere à teoria política marxista, mas ao *uso social* da poesia. Theotonio Freire, por exemplo, considera que as primeiras produções de

²³⁰ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 1904, p.48.

²³¹ Considera-se Sílvio Romero o primeiro autor científico com “Cantos do Fim do Século” em 1878, bem como o primeiro teorizador Clóvis Beviláqua no mesmo ano. A relação próxima entre Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua e Martins Júnior através da Faculdade de Direito do Recife seria de fortíssima influência sobre esse último que, então, seria considerado o verdadeiro ‘consolidador’ da poesia científica no Brasil.

²³² MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Visões de Hoje**. Recife: Tipografia Industrial, 1881, p.37.

²³³ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Visões...**, 1881, p.24.

²³⁴ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Visões...**, 1881, p.28-9.

Martins Júnior, *Vigílias Literárias* (1879), seriam os primeiros versos de “poesia social” e complementa que “nos demais livros de versos, Martins Júnior foi um poeta essencialmente socialista, ferindo sempre a corda bronzada dos combates e das revoltas contra o despotismo”²³⁵. Delmo Montenegro, em análise mais recente, também atribui a expressão ‘socialista’ à poesia científica²³⁶.

Desta forma, um leitor desatento poderá ficar confuso entre positivismo e socialismo em Martins Júnior²³⁷. Para ele, a luta política de rua e a poesia são tudo a mesma coisa. A poesia científica é uma arma. França Pereira, seu companheiro de propaganda, afirmou que “em Martins, o cidadão e o artista eram um e o mesmo indivíduo a serviço de um ideal supremo”²³⁸. Também Phaelante da Câmara se expressa no mesmo sentido ao afirmar que “nos seus versos, nos estudos de filosofia, nos artigos de propaganda abolicionista, nos discursos de combate ou puramente literários, ele teve sempre para os seus anelos democráticos a nota pessoal das suas tendências inconfundíveis”²³⁹. Martins Júnior, em artigo para o *Correio da Noite*, na época contando 18 anos, demonstrou seu posicionamento específico quanto a poesia socialista se opondo à visão de Silvio Romero neste aspecto

²³⁵ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 1904, p.66.

²³⁶ SILVA JÚNIOR, Delmo Montenegro da. **A poesia científica em Martins Júnior**: percurso de uma vanguarda literária em Pernambuco no século XIX. 2013. 164f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p.119.

²³⁷ É preciso uma explicação à parte. O positivismo é uma teoria trabalhista tanto quanto o socialismo no final do século XIX, as diferenças são, entretanto, *na abordagem*. Enquanto o socialismo se direciona para as classes operárias, dando-lhes protagonismo na luta de classes, o positivismo se volta para as elites políticas e patrões, obrigando-lhes (por meios legais e não por benevolência) a se comprometer com o bem-estar das classes operárias, bem como entendia o *Estado como agente regulador das leis trabalhistas*, que obrigariam o cumprimento por parte dos patrões. Esse Estado deveria ser formado por uma “inteligência” técnica, adequada a cada área, e não por indicação de compadrio. Para o Ministério da Saúde, um profissional de saúde. Para o Ministério da Educação, um profissional em educação, etc. Como é uma abordagem “de cima para baixo”, os positivistas se consideravam *mediadores sociais*, pois entendiam que o diálogo, a negociação e até mesmo a ‘doutrinação’ das elites para uma responsabilidade trabalhista e ordem social seriam mais eficazes para alcançar a paz. Entendiam que as classes trabalhadoras *tinham o direito à greve e às contestações* em casos que as negociações não avançassem e as condições de vida dos operários estivesse prejudicada. Na visão positivista, não adiantaria ter uma luta operária sem haver um Estado que regulasse a relação patrão-empregado. Os positivistas defendem, portanto, uma *forma diferente de garantir as leis sociais* que não fosse baseada na revolução armada, ou na extinção de classes, entendidas por eles como um método que só traria ainda mais caos para o já conturbado período de conflitos que as péssimas condições de vida ofertadas pela burguesia ofereciam aos trabalhadores. A revolução armada ou a busca pela extinção das classes só provocaria a reação das classes dominantes, que se voltariam à repressão, criando um *ciclo vicioso de violência sobre violência*. Martins Júnior, como um ferrenho defensor positivista, está de acordo com essa interpretação. Seus versos são voltados para um combate político e social que alguns estudiosos e até mesmo contemporâneos seus costumavam confundir com socialismo. Ao longo de sua vida, Martins Júnior estará muito próximo de escravos, ex-escravos, classes trabalhistas e foi até mesmo convidado por Vicente de Souza – líder do Centro das Classes Operárias no Brasil – para fazer parte do conselho juriconsulto para a elaboração das primeiras leis trabalhistas do país (Jornal do Brasil, RJ, 4-12-1903). O termo socialismo atribuído aos seus textos **não são**, portanto, ligados à teoria marxista, ainda que, sem essa explicação, o leitor poderia se confundir, tendo em vista que muitos pontos aproximam as duas visões.

²³⁸ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 1904, p.95.

²³⁹ CÂMARA, Phaelante. *Op.Cit.*, p.8.

O Socialismo para nós não é a filosofia de Joseph Proudhon, Charles Fourier, Babeuf, etc.. (note-se que falamos quanto à poesia), mas sim a escola de mais extensão e fecundidade entre as mais novas, e que abrange tanto a poesia realista, como a revolucionária e a positivista.[...] No campo da ciência o poeta deve enrolar-se no pavilhão do Positivismo; quando no terreno da política, o boret rubro da liberdade revolucionária deve sombrear-lhe a frente; todos os grandes problemas da vida social necessitam de ser passados por ele no crisol da inspiração, e é-lhe também rigoroso dever batalhar contra a reação do apodrecido sentimentalismo. A escola socialista de que já falamos fica para nós constituída com esses elementos²⁴⁰

Em suas próprias palavras a poesia científica é definida

Desde a lei astronômica da atração até o evolucionismo biológico e social, desde as generalizações da filosofia até os fatos particulares do amor, da dedicação, da coragem, do civismo, da paz, da família, da felicidade, da miséria, do crime, do patriotismo; desde a luta pela vida nos vegetais e nos animais até o conforto doce de um ménage alegre e honesto; vai, ou antes, deve ir a poesia de hoje²⁴¹

Dividida originalmente em três ‘visões’ (Científica, Política e Religiosa) – acrescida da quarta (Artística) em 1886 na segunda edição – sua obra-prima *Visões de Hoje* foi, desde o princípio, escrita para tornar-se polêmica, como afirmou Vital Fontenelle: uma obra feita com “o colorido sedutor dos seus alexandrinos de combate”²⁴². Colocando-se como eu-lírico em diálogo com a Musa (a poesia), transformou seus versos em uma ‘conversa’ sobre o ‘dever’ da nova geração. No trecho abaixo, percebe-se uma visão generalizadora da ideia de ‘combate’ pelo futuro, que vai desde o simples sarcasmo até a luta armada

(...) *Mas sê antes de tudo um soldado da Ideia!*
Pode-se ter amor, beijar as criancinhas,
Pregar a paz, ser bom, terno como avezinhas,
E pode-se também vestir uma fardeta,
Ser herói, combater, cravar a baioneta
Num peito ou numa alma estranha. A condição é ser
Produtivo o luar, ser luta do Dever!
Por consequência estuda, canta, ri, combate.
Em tuas odes põe o ríspido acicate
Da ironia, do fel, da sátira explosiva
Que chia sobre o Mal como na carne viva
Uma brasa. Observa as formidáveis leis
*Que regulam a queda, a elevação dos reis*²⁴³

Em editorial do órgão do *Clube Republicano Acadêmico* (CRA-81), pouco tempo depois afirmou que a filosofia comtiana “aí está para revigorar as energias e para dar a certeza da vitória aos que se pusessem do lado da República”²⁴⁴. Desta forma, apesar de não podermos

²⁴⁰ Jornal Correio da Noite, PE, 12-3-1879.

²⁴¹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A Poesia Científica**. Recife: Imprensa Industrial, 1914, [1883], p.32.

²⁴² Jornal Tagarela, RJ, 1-9-1904.

²⁴³ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Visões...**, 1881, p.49.

²⁴⁴ Jornal A República, PE, 5-6-1882.

dizer que Martins era um evolucionista passivo – pois sua própria atuação ativa vai de encontro a essa ideia – ele demonstrava inabalável esperança no progresso científico. No trecho abaixo, ele traz a mescla de ateísmo, positivismo e cientificismo, como foi descrito até o momento, em um curto verso

*Poeta! Alguma vez, de pé sobre o Presente
Observaste o oceano indômito da História?
Trouxeste alguma vez à barra da Memória
Esse redemoinhar elétrico de gente
Que vem desde o viver lacustre das cavernas
Onde os primeiros pais arrastavam-se nus
Até as eclosões das épocas modernas
Em que a ciência é mais serena que Jesus?*²⁴⁵

A importância da ciência como fator iconoclasta é geralmente vista como o eixo principal da sua obra. Apesar deste critério ser absolutamente verdadeiro, foi a *fusão* de cientificismo, republicanismo e *ateísmo* que performou uma lírica de combate. Em seus versos, deixa claro que seu posicionamento não é apenas anticlerical, é um posicionamento ateu²⁴⁶, contrário a qualquer religião conhecida, como ele mesmo se proclamava

*Estendem-se no pó do solo os velhos cultos.
Mitos fenomenais espalham-se, insepultos,
Numa grande extensão do esquálido terreno.
O ar é fino e puro; o espaço azul, sereno.
Júpiter, Jeová, Osíris, Buda, Brahma,
Jazem no escuro chão sob esta lousa – a lama!
Como coisas senis, fossilizadas, negras,
Amontoam-se além as bolorentas regras
Da Bíblia, do Alcorão, do Avesta e Rig-Veda.*²⁴⁷

Mesmo que Martins Júnior fosse avesso à ideia de revoluções armadas ou qualquer tipo de desordem social, sua poesia tomou rumos e proporções para bem além dos seus pensamentos pacíficos. A poesia dele foi lida como um chamado e a juventude brasileira o consagrou desta forma, uma verdadeira ‘arte de escândalo’²⁴⁸. Phaelante da Câmara, companheiro de propaganda e posteriormente seu adversário na República, discursou em seu préstito fúnebre lembrando que “as *Visões*, além de ter maior envergadura específica, vestiu-lhe a clamide

²⁴⁵ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Visões...**, 1881, p.35.

²⁴⁶ Pela lei dos estágios do positivismo comtiano as religiões estão em estágio mais primitivo que o positivo (ciência).

²⁴⁷ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Visões...**, 1881, p.107-8.

²⁴⁸ MONTENEGRO, Delmo. *Op.Cit.*, p.140.

vermelha de combatente e deu-lhe o sainete cívico de um poeta dobrado do instinto poderoso da propaganda”²⁴⁹

A poesia de Martins não era distante de sua produção jornalística, nem mesmo de sua atuação propagandística. No mesmo editorial do *Clube Republicano Acadêmico* (CRA-81) citado acima, deixou claro que o republicano daquele século “espera hoje pelo advento da forma de governo republicana com a mesma segurança com que um químico, fazendo a decomposição da água, espera achar no fim do seu trabalho o oxigênio unido ao ferro do seu aparelho sobre a aparência de ferrugem”²⁵⁰. Desta forma, é possível afirmar que, para ele, as crenças políticas, tão ferrenhas que tinha, eram fruto da esperança inabalável no progresso, desembocando na sua lira de combate nessa mesma crença. Não se pode deixar de comentar, também, que o período de produção do livrinho é, justamente, o início da sua atuação dentro do *Clube Republicano Acadêmico*. Apesar de já ter entrado na Faculdade de Direito com uma orientação política bem definida nos anos de preparatório, é nos seus anos de graduação que Martins Júnior ganha força perante a juventude que ele mesmo representa.

O livro fez surgir uma acirrada disputa de opiniões. De um lado, entusiastas frenéticos que viam naqueles versos uma chamada à luta; do outro, críticos ferrenhos que não compactuavam com as ideias levantadas. Tendo sido um livrinho de combate para ser utilizado como arma política, Martins Júnior previu a enxurrada de oposições que seriam dirigidas já nas notas da primeira edição, ao afirmar que “a crítica que as julgue, que as inspecione, que as anime ou que as mate. Isso me importa pouco, de resto”²⁵¹. As críticas a seus escritos partiam, basicamente, de dois argumentos: da incompatibilidade da arte com a ciência e da pobreza dos seus versos, considerados mal metrificados. Ambas as críticas buscavam desqualificar sua produção não pelas suas ideias – consideradas muito populares entre a juventude e, portanto, um argumento frágil – mas pela sua incompetência lírica. Em artigo no jornal *Novidades* (RJ) em 10 de fevereiro de 1888, Adherbal de Carvalho afirmou estar “convencido de que o próprio Martins Júnior daqui há alguns tempos pensará comigo, pois, sendo como é um ótimo poeta, não deixou, todavia, de sacrificar os seus versos, errando-os desastrosamente, somente para deixar ileso as teses científicas que discute no seu livro”²⁵²

²⁴⁹ CÂMARA, Phaelante. *Op.Cit.*, p.6.

²⁵⁰ Jornal A República, PE, 5-2-1882.

²⁵¹ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Visões...**, 1881, p.12.

²⁵² Jornal Novidades, RJ, 10-2-1888.

Já o *Correio Paulistano*²⁵³ em artigo anônimo considerou “lamentável” e um “verdadeiro desastre” afirmando que Martins Júnior “não tem individualidade” e “estragou a ciência e a poesia”. No jornal *O Etna*, com inclinações republicanas, também lhe valeu críticas, ao afirmarem: “vemos, com um certo pesar, a anarquia mental revolucionária que paira sobre essa mocidade talentosa que podia com algum trabalho firmar no país a literatura nacional”²⁵⁴. A *Revista Illustrada* não foi menos ácida: “é um sonhador, um fantasista por demais nebuloso; o seu livro, que não tem aliás nada de novo, começa por um capítulo que eu, confesso, não entendi”²⁵⁵. As críticas foram bem além de análises educadas. Em artigo irônico e com claros tons de deboche social, Alcedo Marrocos assim se pronunciou sobre o livro

Comprei-a no beco da Congregação, se bem me lembro, tão nova como saíra do prelo, pelo duplo que valia, quero dizer MEIA PATACA (sic). E creio que tenho lastimado de veras o meu emprego do meu dinheiro! Meia pataca dava-me, pelo menos, para comprar uns quatro canudos de pomada (...) Eu não sabia, então, que o Sr. Martins Júnior, além de moço pobre, era também republicano e podre (sic), portanto, como muitos dos seus correligionários, Grachos de água doce, ter, como cefalópodes, no entender dos naturalistas, três corações, um voltado a cada partido, o que é um meio de ser agradável a todos²⁵⁶

Martins Júnior, em seu manifesto pela poesia científica, declarou saber que a poesia que defendia “conta em toda parte um grande número de inimigos mais ou menos perigosos, divididos em grupos de matizes diferentes, ora congregados, ora esparsos”²⁵⁷. A ressalva quanto aos seus deméritos métricos também é apontada por estudiosos contemporâneos, especificadamente os críticos literários que analisam sua obra. Isabela Borges considera que “seus versos não podem ser colocados no mesmo patamar de muitos contemporâneos seus (...) sobretudo porque sua dicção poética está evidentemente abaixo dos melhores da sua época” e, ainda assim, não lhe retira o reconhecimento na história da literatura brasileira²⁵⁸. Márcia Peters Sabino o considera pedante e didático, porém com fortíssima influência sobre Augusto dos Anjos²⁵⁹. Seus admiradores, por outro lado, fazem vista grossa em relação à métrica para elevar-lhe a coragem pela luta política. Em artigo anônimo no jornal *Libertador*²⁶⁰ afirma que Martins “maneira com grande facilidade o alexandrino que entre as suas mãos firmes forma feição de florete, de uma arma de combate”. Em *O Paiz*, jornal maranhense, afirmou que Martins “...é

²⁵³ Jornal Correio Paulistano, SP, 8-7-1881.

²⁵⁴ Jornal O Etna, PE, 15-10-1881.

²⁵⁵ Revista Illustrada, RJ, 1883, nº 361.

²⁵⁶ Diário de Pernambuco, PE, 30-11-1887.

²⁵⁷ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit. A Poesia...*, 1914 [1883], p.50.

²⁵⁸ BORGES, Isabela Melim. A poesia de Sílvia Romero e a de Isidoro Martins Júnior sob influência do positivismo. *Revista de Letras - Juçara*, Caxias-MA, v. 2, n. 2, p. 159-181, 2018. p.180.

²⁵⁹ SABINO, Márcia Peters. *Augusto dos Anjos e a Poesia Científica*. 2006. 93f. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. p.54.

²⁶⁰ Jornal Libertador, CE, 13-10-1886.

um dos valentes lutadores que mais trabalham para dar à literatura pátria uma feição moderna (...) os versos do jovem poeta têm uns tons que de certo não agradarão aos sectários da velha escola, de poetas choramingas, e esse é justamente o seu maior merecimento”²⁶¹

Em uma sociedade profundamente conservadora – sendo ele um positivista (na época tido como teoria rebelde) – a fama que *Visões de Hoje* lhe deu ressoou por décadas após sua morte como símbolo de resistência, como abordo no 7º capítulo desta tese. *Visões* era o livro de bolso de qualquer jovem ‘revolucionário’ no Brasil naqueles tempos. Em testemunho deixado por Joaquim Manuel Simões, este afirmou que

...como, por encanto, nos surge José Isidoro Martins Júnior, um prometedor moço pernambucano, com um esplêndido e simpático livrinho de versos (...) [*Visões de Hoje*] produz-nos uma sensação saudável e agradabilíssima que até hoje poesia alguma daqui fora dado produzir. A gente sente-se fortalecido, anestesiado e como que rejuvenescido ao saborear aquelas valentes estrofes um primor de forma e de ideia²⁶²

Gervásio Fioravanti, que figurou entre os jovens “calouros” na Faculdade de Direito do Recife após a saída de Martins Júnior em 1883, comentou em ocasião da morte do poeta que

Só quem viveu nesse tempo e ainda menino copiava na capa de seus livros os versos desse poeta e ainda pode repetir de cor que [...] compreende a segurança com que a sinceridade de um verso grava as impressões de um momento, do mesmo modo porque um trecho de música faz-nos passar de memória todos os incidentes de uma ocasião²⁶³

Um relato semelhante deixa um dos seus alunos, Arthur Muniz

O poeta de *Visões de Hoje* me dominara pelo império do verso, e mais, começara a ser a Canaã ideal para a qual a minha alma partira cheia de sonhos, cheia de ilusões, cheia de amor! Mas, não o conhecia senão como poeta, só havia recebido dele as ideias por meio da austeridade da palavra escrita: era pouco para mim isto! Queria ouvi-lo falar, desejava ter a certeza de ser Martins na tribuna a imagem do sonhador que sonhara ele fosse, vendendo o auditório pela evangelização da palavra sonora, pura, verdadeira, encantadora por todas as faces! Eu o sonhara assim, eu o queria assim, portanto, na realidade!²⁶⁴

²⁶¹ Jornal O Paiz, MA, 15-10-1884.

²⁶² Jornal Gazeta do Norte, CE, 15-8-1882.

²⁶³ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 1904, p.22.

²⁶⁴ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 1904, p.49.

É uma conclusão de pesquisa minha, de Marc Jay Hoffnagel²⁶⁵, Dilton Araújo²⁶⁶, Felipe Moraes²⁶⁷, Alan Coelho²⁶⁸ e Almir Bueno²⁶⁹ que a preocupação nortista com o federalismo pretendido por São Paulo e Minas Gerais tenha, até certo ponto, influenciado numa relativa união regional republicana e nacional radicalizada, visivelmente mais carente de influência eleitoral, como já afirmei anteriormente. Desta forma, não é surpresa que muitas das críticas à poesia de Martins Júnior sejam encontradas em periódicos do Sul e muitos dos elogios nos jornais do Norte. Tendo sido ele uma expressão regional do republicanismo – diretor dos jornais *Folha do Norte*, *O Norte* e *Revista do Norte* só para se ter noção do quão essa característica foi marcante – é natural que as críticas lhe fossem dirigidas por jornais do Sul, com exceção do Rio Grande do Sul²⁷⁰. Uma das críticas mais severas que sofreu está no artigo publicado por Machado de Assis na *Revista Brasileira* em 1879 quando condena a poesia científica de “Romero e Martins Júnior” como uma mera recitação didática de novos credos. Tendo sido Machado de Assis o fundador da *Academia Brasileira de Letras* e avesso à ligação entre a poesia e a política, seu artigo é largamente utilizado pela historiografia para enterrar de vez a influência do Norte na poesia científica, tendo travado com Sílvio Romero imensa polêmica regional, quando é acusado de ‘deixar de fora’ da Academia os ‘combatentes raivosos’²⁷¹.

A impressão que Martins Júnior causava com sua oratória marcou profundamente sua geração. “Corajoso e honesto, sua palavra convencia e prendia os auditórios, fascinando-os”²⁷². Há muitos relatos de contemporâneos seus aproximando a forma como ele discursava da sua escrita, associando diretamente a relativa ‘pobreza’ de versos à necessidade de pôr o turbilhão do pensamento em ordem. Apesar de todo o clamor em contrário, Martins Júnior publicou um

²⁶⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista (1880-8). **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, nº2, p.7-24. 1988. .

²⁶⁶ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanismo e classe média em Salvador (1870-1889)**. 1992. 207f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

²⁶⁷ MORAES, Felipe Tavares de. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

²⁶⁸ COELHO, Alan Watrin. **A ciência de governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. 2006. 116f. Dissertação (mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

²⁶⁹ BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRRN, 2016.

²⁷⁰ Em análise das revistas acadêmicas, comparando a produção entre São Paulo e Recife, Fernando Augusto Fernandes demonstrou que Martins Júnior nunca foi citado pelos periódicos paulistas, num espaço que vai de 1911 a 1954, mesmo tendo sido ele o fundador da disciplina de *História do Direito Nacional* e sua obra ser utilizada em salas de aula dos cursos jurídicos até o final da Ditadura Militar. Cf. FERNANDES, Fernando Augusto. **Poder e Saber: Campo Jurídico e Ideologia**. Tese de doutorado em Ciências Políticas, UFF, 2010, p.126-127.

²⁷¹ VENTURA, Roberto. *Op.Cit.*, p.96-103.

²⁷² BANDECCHI, Brasil. *Op.Cit.*, p.65.

livro-manifesto de nome *Poesia Científica: esboço de um livro futuro* em 1883, em resposta aos argumentos que lhe eram atirados. Logo no início do livro deixa bem clara que sua posição em defesa de uma poesia combatente e aguerrida não mudou

Este pequeno livro que ora dou a lume é um grito de alarma, um toc-sin de rebate, vibrado com uma certa intenção revolucionária. Por isso ele apresenta uma alure nervosa, uns tons sacudidos de quem luta; não tem a calma olímpica dos grandes tratados filosóficos, nem a severidade pacata e metódica dos compêndios de ciência. *Quero ter o prazer de ser chamado de pedante ou tolo pela crítica*²⁷³

O livro é um manifesto, bem como uma peça de defesa pessoal. Martins Júnior não mantém um tom neutro, pelo contrário, puxa para si a responsabilidade das críticas, bem como a escolha cuidadosa dos argumentos. Em todo o livro-manifesto deixa bem claro o uso da primeira pessoa do singular, demonstra as falhas e incompletudes da sua concepção, mas mantém firme seu argumento em defesa de uma poesia combatente. É, do introito ao cabo, um livro para servir de abre-alas para a poesia científica. Apresenta os autores ‘modernos’, indica leituras e propõe ações políticas. Deixa claro que está trazendo para o Brasil uma discussão nova, passível de críticas severas, mas é “o desejo de provar um fruto ainda não mordido...” que o faz persistir²⁷⁴. Neste momento, prefere não subordinar a poesia científica ao positivismo diretamente, de forma a evitar ser criticado como um mero reflexo da teoria europeia. De acordo com Delmo Montenegro, é o primeiro caso de um manifesto de poesia ‘de vanguarda’ de acepção essencialmente cosmopolita praticada em solo brasileiro²⁷⁵. Além disso, retomando o argumento dito anteriormente, Martins Júnior pensava de maneira nacionalista e otimista, algo bastante incomum para os intelectuais do período. Mesmo que ainda eurocentrista, o nacionalismo literário do século XIX reivindicou autonomia e originalidade, principalmente pelos membros ligados à Escola do Recife²⁷⁶. Análise semelhante fez Nicolau Sevcenko sobre Lima Barreto e Euclides da Cunha²⁷⁷ e Maria Tereza Chaves de Melo sobre a Geração de 70 ligada ao positivismo e evolucionismo, tidos por ela como de “confiança iluminista” e otimismo²⁷⁸. Ao encerrar seu manifesto na *Poesia Científica* fica bastante claro seu sentimento

Tenho fé em que se irá fazendo cada vez mais e cada vez melhor, no meu país, a caracterização, o acentuamento, da poesia científica. Nós, os da nascente geração brasileira, como os moços de toda a civilização ocidental, estamos moralmente obrigados a fazer válido o pensamento de Sainte Beuve [...] Devemos trabalhar todos no sentido de realizar esse desideratum: a transfusão do sangue arterial, vermelho, rico, oxigenado, da ciência no corpo franzino e lírio da Arte. Só desse modo se

²⁷³ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit. A Poesia...*, 1914 [1883], p.XI grifo meu.

²⁷⁴ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit. A Poesia...*, 1914 [1883], p.18.

²⁷⁵ MONTENEGRO, Delmo. *Op.Cit.*, p.27.

²⁷⁶ VENTURA, Roberto. *Op.Cit.*, p.37.

²⁷⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*, p. 241.

²⁷⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op.Cit.*, p.124

apressará o estabelecimento do estado positivo, só dessa maneira a evolução se completará²⁷⁹

Após a publicação de *Poesia Científica*, publicou outro livro de poesias, também com o mesmo teor, chamado *Retalhos* em 1884. Este livro, apesar de também seguir a mesma trajetória científica e combatente, não teve o mesmo sucesso que a obra-prima *Visões de Hoje*. Em 1885, republicou, numa edição revisada e aumentada, *Estilhaços*, fruto do primeiro livro de poesia em comunhão com Clóvis Beviláqua, *Vigílias Literárias*, em 1879. Em 1886, relançou *Visões de Hoje*, seu grande sucesso, acrescido da 4ª visão artística, onde mantém, apesar das duras críticas, a defesa pela poesia científica. Em nota à segunda edição, após cinco anos de oposição à *Visões*, Martins Júnior deixou claro a manutenção do seu pensamento

O que eu pensava em 1881 com relação à poesia científica não se modificou para menos. Ao contrário: robusteceu-se e alargou-se (...) continua a ser, quanto a mim, a única feição possível para a emocionalidade moderna (...) Não importa que os protestos surjam à cada instante, ou que à cada instante os críticos de medíocre visão intelectual busquem encontrar na ciência e na poesia incompatibilidades insondáveis (...) Não há somente o concreto nas indagações científicas; há também o abstrato, que é o fato da filosofia, isto é: da verdadeira ciência de conjunto²⁸⁰

Ao adicionar sua 4ª visão – a síntese artística – em 1886, Martins Júnior reforçou seu pensamento sobre a união entre a arte e o propósito político, no curto verso “*Arte! Em teu ventre cresce esse feto – o Futuro!*” mantendo a estrutura associativa entre a ciência e a arte²⁸¹. Sua produção poética, após essa última publicação, se tornou esparsa e dividida, quase sempre com o mesmo estilo em torno da abolição e pela república, porém nunca mais Martins Júnior comporia uma nova obra completa de poesia científica após 1886²⁸². Imaginou publicar uma obra chamada ‘Evolução’ com base nos três estágios positivos, mas essa obra nunca ocorreu²⁸³. Apesar da sua produção na poesia ter diminuído por esse período, o mesmo não se pode dizer da sua produção jornalística e jurídica. Estranhamente, é no período após a segunda edição de *Visões de Hoje* que Martins Júnior se consagrará pela sua atuação nas áreas jurídicas e partidárias, sendo estas obras as suas produções mais conhecidas²⁸⁴.

²⁷⁹ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit. A Poesia...*, 1914 [1883], p.66.

²⁸⁰ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit. A Poesia...*, 1914 [1883], p.13-15.

²⁸¹ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit. A Poesia...*, 1914 [1883], p.138.

²⁸² Em 1893 lançou o livro de poemas *Tela Policroma*, porém não se trata de uma obra de poesia científica, mas dedicada à memória da sua primeira esposa Elisa Quintero, falecida no parto junto com a primeira filha. Por ser um livro dedicado à memória e ao luto, é comum não se considerar parte da sua trajetória poética pela poesia científica. Entretanto, análises de poesias como ‘*Mulher Sapiens*’ presente nesse livro pode indicar a presença do seu pensamento cientificista até mesmo em *Tela Policroma*.

²⁸³ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit. A Poesia...*, 1914 [1883], p.16-17.

²⁸⁴ Na sua produção jurídica, Martins Júnior se tornou a base para as disciplinas de História do Direito Nacional, criadas com a República. Seus compêndios ‘*História do Direito Nacional*’ (1895) e ‘*Compêndio Geral da História do Direito*’ (1898), bem como as suas teses de concursos reunidos sob o nome de ‘*Fragmentos Jurídico-Filosóficos*’ (1891) mantém a visão cientificista da sua poesia na prosa, tendo sido utilizado por

Apesar de seus manifestos de poesia científica não terem se multiplicado em novos livros, isso não significa que suas palavras morreram em 1886. Pelo contrário, sua ideia se espalhou de uma tal maneira que, mesmo com sua produção interrompida, sua fama ganhou o país – bem como as críticas. O poeta de ‘*Visões de Hoje*’ se eternizou, também em razão da própria disputa polarizada que marcou o início da República no Brasil. Tendo sido ele um convicto positivista – e não qualquer positivista, mas a *liderança do Norte* – seus escritos, mesmo que anteriores, mantinham e ganharam uma carga política a posteriori, principalmente durante o tenso período Floriano-Prudente, que será visto em próximos capítulos. Na visão do seu contemporâneo Phaelante da Câmara, Martins Júnior se tornou “o centro do sistema planetário da inteligência” da Faculdade de Direito do Recife com seus versos de combate²⁸⁵. Opinião muito semelhante deu Rodolpho Pires de Carvalho, estudante na mesma época de Martins: “eu direi que o talentoso Martins Júnior é a mais radiante constelação do céu da nossa pátria”²⁸⁶. Em artigo comemorativo dos 100 anos de nascimento de Martins Júnior, Almeida Magalhães considerou que ele “provocou, no seu tempo, verdadeira revolução com as ‘*Visões de Hoje*’”²⁸⁷. Clodoaldo de Freitas diz que ele

...chamou para si toda a mordacidade anônima dos cabidas critiqueiros que examem sempre nessas ocasiões (...) que a crítica apontasse os defeitos, os erros, as quedas do autor era naturalíssimo. Era até seu dever isso. Mas que o fizesse com coragem, com lealdade, nobremente. Foi de certo um mau proceder esse de querer afogar no ridículo os primeiros produtos de um bom talento que se erguia²⁸⁸

Vindos das influências de *Visões* surgiram alguns ensaios de poesia científica como *Embriões* (1886) de Dias Barroso, *Elétricos* (1883) de Phaelante da Câmara, bem como o de Anízio de Abreu *Ciência e Teologia* (1883), dedicado à Martins. Em razão das suas posições políticas claras e consideradas ‘radicais’ por muitos contemporâneos, os livros de Martins Júnior ganharam, rapidamente, uma conotação política polarizada. Todas as vezes que a discussão política recrudescia, ‘*Visões de Hoje*’ e ‘*Poesia Científica*’ ressurgiam como manifestos, mesmo após a morte de Martins Júnior. Livrinhos de bolso, versos inflamados, posição política clara, acessível e barata, tornaram a poesia científica de Martins Júnior um guia

gerações da nova elite formada com o regime. Por ter sido ele o fundador da disciplina, por pedido de Benjamin Constant, Martins Júnior foi um grande influenciador da primeira geração de jovens formados com a república. Isso pode explicar como, entre 1886 e 1904, as atenções dele tenham se afastado da produção poética, mesmo que fosse ela a que ainda admirava seus alunos. Abordo sobre isso no 6º capítulo.

²⁸⁵ CÂMARA, Phaelante. *Op.Cit.*, p.7.

²⁸⁶ Jornal A Luta, PE, 17-11-1883.

²⁸⁷ MAGALHÃES, Almeida. *Op.Cit.*, p.60.

²⁸⁸ Diário de Pernambuco, PE, 22-6-1881.

político, principalmente para a juventude sedenta por mudanças na passagem do século, ele mesmo conclamando em seus versos pelos ‘homens-constelações’²⁸⁹.

A poesia científica se tornou, portanto, um claro exemplo de como a arte pode ser ressignificada com o tempo, utilizada com diferentes objetivos. Seus escritos permaneceram sendo publicados em jornais brasileiros durante décadas, como em *A Federação*²⁹⁰ ao republicar artigo de Júlio de Castilhos sobre *Vigílias Literárias*, lançado em 1879. Há registros²⁹¹ de manifestações em nome de Martins Júnior anualmente até, pelo menos, 1940, 36º ano da sua morte, lembrado sempre como o poeta de *Visões*²⁹². Sua poesia, além disso, está diretamente associada com as influências em Cruz e Souza, Augusto dos Anjos, Waldemar de Oliveira e Gilberto Freyre no início do século XX, influências que, muitas vezes, foram ignoradas pela historiografia²⁹³. Gilberto Freyre, em artigo publicado em 1942 intitulado **Martins Júnior: mestre esquecido**²⁹⁴ comentou sobre a vanguarda que Martins representou para o pensamento nacional, admitindo nele não uma mera ‘cópia’ da Europa, mas um dos poucos pensadores que trouxe originalidade na leitura do passado nacional, mesmo que à luz de leituras comtianas. Para Gilberto Freyre, Martins era “um de nós, desgarrado num tempo que ainda não era o seu”²⁹⁵. Tendo sido o primeiro modernista ‘avant la lettre’, influenciou artistas da Semana de Arte Moderna numa permanência de construções imagéticas do Mito da Ciência²⁹⁶. Para Almeida Magalhães, Martins Júnior fez uma verdadeira revolução com as *Visões*²⁹⁷. Verdadeiros coquetéis molotovs²⁹⁸.

²⁸⁹ MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, **Visões...**, 1881, p.51.

²⁹⁰ Jornal A Federação, RS, 27-8-1927.

²⁹¹ Pequeno Jornal, PE, 22-8-1940.

²⁹² Se pode traçar de maneira ininterrupta homenagens, artigos, folhetos, manifestações à Martins Júnior anualmente até o final do governo Vargas, quando seu nome se apaga da História. Ainda não é conclusivo o porquê deste apagamento, porém através da tese de Eliane Superti (2004) e o trabalho de Antônio Paim (1997) sabe-se que a ideologia positivista esteve fortemente atrelada ao governo do Estado Novo sendo, talvez, uma das razões porque a memória de Martins Júnior será ‘engolida’ junto com o regime em 1945. Cf. PAIM, Antônio. *Op.Cit.*; SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

²⁹³ MAGALHÃES, Almeida. *Op.Cit.*, p.59.

²⁹⁴ Diário de São Paulo, SP, 13-9-1942.

²⁹⁵ O Jornal, RJ, 23-8-1942.

²⁹⁶ MONTENEGRO, Delmo. *Op.Cit.*, p. 26.

²⁹⁷ MAGALHÃES, Almeida. *Op.Cit.*, p. 60.

²⁹⁸ MONTENEGRO, Delmo. *Op.Cit.*, p.143.

2.4 A ‘REBELIÃO’ DA RUA DAS LARANJEIRAS

Consolidado como um dos líderes da juventude republicana após a publicação de *Visões de Hoje* e seu sucesso, Martins Júnior iniciou uma nova fase de atuação política com reconhecimento em sua oratória e habilidade jornalística. Um dos indícios que *Visões* influenciou nesta transição está na republicação de *Vigílias Literárias* em 1882, considerado sua primeira obra deste teor como já foi abordado anteriormente, bem como sua participação em publicações, científicas ou não, nascidas da sua influência, como o prefácio que fez a *Tentamen* (1882) de Phaelante da Câmara, em *Lavas* de Freire Júnior (1883), *Ensaio Poéticos* de Costa Filho (1883), *As Tragédias do Eito* de Ricardo Guimarães (1885), *Cantos Tropicais* de Honório Monteiro (1886), *Philocrítica* de Arthur Orlando (1886), *Campesinas* de Alcina Leite (1888) e *Os Mezes* de Gervásio Fioravanti (1895), demonstrando, mesmo que nem sempre em ensaios de poesia científica, passou a ser admirado e respeitado pelo meio literário a partir de então. Clodoaldo de Freitas chegou a dizer que sentia “certo amor próprio vendo-o hoje confirmar pelo seu magnífico poema o meu desapaixonado juízo” afirmando que a crítica, apesar de dura, precisou se curvar à importância que Martins Júnior passou a ter com a juventude²⁹⁹.

Envolvido com profissionais da arte, artistas liberais, abolicionistas de todos os matizes, bem como profissionais da educação, passou então a ser um dos principais oradores e jornalistas republicanos. Enquanto que em sua fase inicial que vai de 1873 a 1880 Martins Júnior ainda se mostre coadjuvante, com participações esparsas e discretas, após 1881 e sua “viralização” poética passou a ser a principal liderança da nova geração. Sua fama já se estendia em 1883 até Portugal, onde *Visões* foi publicada e anunciada por *A Ilustração*, de onde recebeu congratulações de Teixeira Bastos, Oliveira Martins, Magalhães Lima, Júlio César e Silva Pinto³⁰⁰. A sua aproximação com elementos sociais “não nobres”, bem como sua crescente liderança, trará ao mesmo tempo sua fama e seus inimigos. Esta aproximação não lhe era exclusiva, mas fez parte da ação política positivista que buscou se aproximar das classes operárias e artísticas³⁰¹. Manteve uma participação próxima com profissionais da arte, principalmente através dos jornais *A Lyra* (1881), *Ao Maestro Carlos Gomes* (1882), *A Cythara* (1882), *A Estação Lyrica* (1882), *A Arte Dramática* (1884-1885) e *Revista das Artes* (1885).

²⁹⁹ Diário de Pernambuco, PE, 22-7-1881.

³⁰⁰ Diário de Pernambuco, PE, 13-3-1883.

³⁰¹ SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*, p.65.

Para Martins Júnior era preciso ajudar os “trabalhadores da criação e trabalhadores da interpretação” na valorização dos seus exercícios³⁰².

Desde 1880 passou a fazer conferências no Gabinete Português de Leitura, tendo sido publicado seu folheto do discurso do 29º aniversário da instituição ainda como representante do seu jornal conjunto com Clóvis Beviláqua, *A Ideia Nova*. No ano seguinte conferencia sobre a suposta conversão de Emile Littré em seu leito de morte também no Gabinete, publicando, novamente, seu discurso intitulado *A propósito da pretendida conversão de Littré pelo padre Haveliu* (1881), tendo sido republicado em mais uma obra ao lado de Clóvis Beviláqua chamada *Esboços e Fragmentos* no mesmo ano. Ainda mantém suas conferências no Gabinete Português de Leitura em 1882, discursando no centenário do Marquês de Pombal e na primeira conferência da *Sociedade Positivista do Recife*³⁰³ onde era o secretário, junto com o inseparável Clóvis Beviláqua além de Costa Ribeiro. Uma de suas conferências foi nomeada **Necessidade da propaganda positivista no Brasil: remédios que ela trará principalmente à política do país**³⁰⁴. Também participou, neste mesmo ano, da sessão da *Sociedade 16 de Setembro* (agremiação de alagoanos em Pernambuco) no mesmo Gabinete, além de ter sido orador no 32º aniversário da instituição em 1883³⁰⁵. Associa-se com Antônio Pepes de Vasconcelos, Tobias Barreto e Afonso Olindense para liderarem a comissão central da *Exposição Setentrional Brasileira de Agricultura, Indústria, Letras e Artes*, participando em mais uma conferência no Gabinete Português de Leitura a respeito³⁰⁶, tendo sido “muito concorrido e muito aplaudido” ao defenderem a modernização³⁰⁷. Fez parte da comissão de festejos a Carlos Gomes em 1882, sendo um dos oradores, bem como é convidado para conferenciar no 7º aniversário do Instituto Literário Olindense, repetindo sua participação no ano seguinte com o tema **Instrução e Educação**. É eleito “representante da mocidade” para os festejos a José Mariano Carneiro da Cunha (o Zé Mariano que fazia dupla abolicionista com Joaquim Nabuco, líder da ala dos “cachorros” no Partido Liberal) na Praça Conde D’eu, ainda em 1882.

³⁰² Jornal A Arte Dramática, PE, 14-2-1884.

³⁰³ As referências a esta sociedade são raras e, ao que tudo indica, não durou mais que alguns encontros. Referência externa a Pernambuco foi encontrada na *Gazeta de Notícias* (RJ, 31-1-1882) e internamente no *Jornal do Recife* (21-1-1882) e *Diário de Pernambuco* (24-1-1882), também relatado por Clóvis Beviláqua demonstrando que não se trata de um erro de análise, mas uma sociedade existente naquele ano; BEVILÁQUA, Clóvis. **A Filosofia Positiva no Brasil**. Recife: Tipografia industrial, 1883, p.102.

³⁰⁴ Jornal do Recife, PE, 27-5-1882.

³⁰⁵ Jornal Folha do Norte, PE, 17-8-1883.

³⁰⁶ Esta aproximação com a comunidade portuguesa foi bastante benéfica para sua rede política de apoio a formação do Partido Republicano de Pernambuco em 1888, como se verá nos capítulos posteriores.

³⁰⁷ Jornal O Brasil Agrícola, PE, 31-1-1882.

Apesar de todas essas informações parecerem esparsas, elas indicam que em 1882 – ou seja, um ano após *Visões* – Martins Júnior passou a ser convidado para diversas ocasiões como orador, ganhando espaço para falar abertamente em público sobre o propósito da República, agora não mais como um simples declamador de poesia. Deve-se deixar claro que neste mesmo período ele era o orador principal do *Clube Republicano Acadêmico* (CRA81), mas não foi por essa agremiação que era convidado a participar como orador nos ambientes literários, mas como reconhecido homem de letras naquele momento. Foi sua popularidade como ‘intelectual’ que abriu espaço para ação política. A variedade dos seus compromissos como orador – indo desde o Gabinete de Leitura até o Instituto Literário Olindense – indica sua disposição em agir em qualquer espaço, meio ou público, sem distinção, geralmente ambiente ligados às letras, reforçando o argumento de que *Visões de Hoje* impulsionou sua visibilidade política entre 1881-2.

Continuando sua relação produtiva com Clóvis Beviláqua, publicam *O Escarpello: estudos críticos de política, letras e costumes* (1881). Neste estudo os dois relacionam a palavra ‘escarpello’, num corpo morto em faculdades de medicina, e o deterioramento da sociedade brasileira, conclamando para o lado republicano. Diante da tragédia social do país – corrupção, falta de educação, eleições fraudulentas, etc. – ressaltam que “...tanta miséria doía-nos, porque nós também amamos este Brasil, porque nós também nascemos aqui e entendemos que é nosso dever trabalhar, lutar com dedicação, com sacrifício, sem repouso, pelo engrandecimento do país que nascemos”³⁰⁸. Este posicionamento nacionalista e, até certo ponto, otimista, já havia sido demonstrado em editorial de *A Ideia Nova* feito por eles ao afirmarem “Seremos, porém, sobretudo críticos, e nossa crítica será especialmente brasileira. Literatura, política, costumes, tudo analisaremos à luz de nossos princípios e nos esforçaremos sempre para fazer de nossos estudos aplicação imediata às coisas do Brasil”³⁰⁹.

Em *O Escarpello* Martins e Beviláqua passaram da poesia em *Vigílias Literárias* (1879) para a prosa direta e argumentativa. Em artigo analítico sobre a obra, Diegues Júnior disse ter admiração pelo “moço” acadêmico pelas palavras que lia”³¹⁰. Em meio às discussões da Lei Saraiva que limitou o acesso ao voto, o qual eram contrários, indicou uma guinada mais áspera e agressiva de suas opiniões. Além de defenderem uma “ação revolucionária” mais evidente, também associaram o escárnio e a gargalhada como forma de ridicularizar o Império, visto que

³⁰⁸ BEVILAQUA, Clóvis. MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **O Escarpello**: estudos críticos de política, letras e costumes. Recife: Tipografia Industrial, 1881, p.6.

³⁰⁹ Jornal O Federalista, SP, 5-6-1880.

³¹⁰ Diário de Pernambuco, PE, 22-7-1881.

as ações mais pacíficas haviam falhado. Ao criticarem a ação policial – injusta e sem controle – direcionam-se ironicamente aos leitores “burgueses” indicando que o acirramento da violência nas ruas tenderia a aumentar

Desconfia de tudo que te rodear. Desconfia do som, do ar, da luz, das coisas suntuosas que vires nas vitrines, faiscando, tentando; enfim, desconfia de tudo o que puder distrair, te fazer abstrato. Porque tu, ó meu gordo burguês!, Se tens amor à tua pele, ao teu sangue, à tua vida, ao teu crâneo; tu (repara bem nisto!) tu deves andar com os cinco sentidos afinados, atentos, para fugires da nossa guarda cívica, para correres dos nossos urbanos, como quem corre de um incêndio!³¹¹

Igual parceria também foi feita no ano seguinte através do folheto *O Estenógrafo: estudos de crítica genética*, cujo acesso não me foi possível. Entretanto pelo título e conteúdo de suas críticas indica que continuaram a elaborar a tese da corrupção da sociedade brasileira e a defesa da propaganda republicana³¹², indicando por Clóvis Beviláqua em sua *A Filosofia Positivista no Brasil* que se tratava de um folheto sobre as novas ideias na Faculdade de Direito do Recife entre 1868 e 1880³¹³. A forma como Martins Júnior e Clóvis Beviláqua continuamente separam o “antes” e o “depois” a partir do ano de 1880 como ponto de virada filosófica na Faculdade de Direito do Recife indica uma centralização egocêntrica da sua geração como vanguardista, nova e diferente.

Em 1881 é criado o *Clube Republicano Acadêmico* (CRA-81), do qual faz parte como secretário e orador oficial, entrando para o corpo editorial do periódico *A República*, ao lado de Clóvis Beviláqua, José Carlos Júnior, Pereira Simões e Thomás Gomes. Foi o primeiro conferencista do clube³¹⁴. Em artigo no órgão oficial, José Isidoro afirmou com prazer que toda a redação é “sectária dos modernos princípios sociológicos”³¹⁵. Através do CRA-81³¹⁶ passou a figurar em conferências republicanas com maior destaque, sendo o primeiro do grupo em 31 de abril de 1881 no Teatro de Santo Antônio que se tornaria reduto republicano a partir de então, diferente do elitista e monarquista Teatro de Santa Isabel onde as palavras republicanas não encontravam voz³¹⁷. Também figurou como orador da instalação da *Caixa Emancipadora Pedro Pereira*, agremiação abolicionista de cearenses em Pernambuco, no palácio da presidência. Novamente preciso ressaltar a importância da aproximação de Martins Júnior com agremiações de outras províncias, fato fundamental na sua consolidação como liderança do

³¹¹ BEVILÁQUA, Clóvis. MARTINS JÚNIOR, *Op.Cit.*, p.13.

³¹² Diário de Pernambuco, PE, 8-9-1882.

³¹³ BEVILÁQUA, Clóvis. *Op. Cit.*, 1883, p.41.

³¹⁴ Diário de Pernambuco, PE, 3-4-1881.

³¹⁵ Jornal A República, PE, 5-6-1882.

³¹⁶ Por haver vários clubes acadêmicos no período entre 1880 e 1889 optei por nomeá-los de acordo com o ano de fundação para que não se confundam.

³¹⁷ Jornal do Recife, PE, 30-4-1881.

Norte³¹⁸, sempre preocupado em manter contato com os alagoanos, piauienses, paraenses, cearenses, potiguaras, maranhenses sem qualquer distinção. A única agremiação “do sul” que se aproximou foi o *Clube 12 de Setembro*, gaúchos em Pernambuco, por semelhança ideológica com o positivismo. Porém, via de regra, manteve-se mais próximo de “nortistas”, ainda que se possa argumentar que estes eram a maioria por conta da localização.

Um interessante caso ocorreu na Faculdade de Direito em setembro de 1882. Organizados para os festejos da Lei do Ventre Livre que se aproximava, a eleição para o orador oficial representante da Faculdade se tornou um caso de ‘guerra’ entre os estudantes. De um lado, com apoio dos monarquistas e estudantes do sul, estava o baiano Filinto Bastos, apoiado pelo professor Joaquim Seabra, que costumava perseguir os republicanos dentro da instituição. Tendo vindo da Faculdade de São Paulo e recém-chegado a Recife, Filinto Bastos era considerado com um “forasteiro” e aliado ao professor que não dava tréguas aos “rebeldes”³¹⁹. Do outro lado estava Martins Júnior, apoiado pelos professores José Higino e Tobias Barreto, e pelos estudantes simpáticos ao republicanismo. O que deveria ser uma simples eleição para orador do 28 de Setembro, transformou-se numa agitação sem precedentes. A primeira votação ocorrida no Teatro Santo Antônio contou com 139 votos cada um. Em segundo escrutínio no Colégio das Artes, chegou-se a 600 (quase a totalidade da instituição) presentes. Tendo percebido a iminente derrota, os partidários – diz-se – de Filinto Bastos encheram a urna de cédulas falsas³²⁰. Acusando o pleito de fraudulento, os partidários de Martins Júnior levaram a caixa de votos pela rua, sob gritos e agitação, até a sede da república maranhense de Benedito Leite, Urbano Santos e Francisco Viveiros de Castro, onde redigiram um manifesto, evento descrito por Graça Aranha como “tumulto diabólico”³²¹. Irritados com o processo, que visava – com apoio do professor Seabra – a perseguição ao republicano, 334 estudantes publicaram um abaixo assinado³²² afirmando ser Martins Júnior a verdadeira liderança, já que a faculdade por inteiro possuía 635 estudantes e 43 faltaram à votação³²³.

De acordo com o historiador Josivaldo Oliveira, após analisar o embate do ponto de vista de Filinto Bastos, o grupo de Martins Júnior “parecia gozar de certa hegemonia intelectual,

³¹⁸ Este não é apenas um argumento para fins de tese. Após a Proclamação, Martins Júnior e Lauro Sodré serão entendidos como as lideranças republicanas representativas do Norte pelo Governo Provisório e, posteriormente, por Floriano Peixoto.

³¹⁹ OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Filinto Justiniano Ferreira Bastos: a trajetória de um abolicionista (1879-1882). *Revista História*, São Paulo, v.37, p.1-21. 2018. p.8-10.

³²⁰ Diário de Belém, PA, 27-9-1882.

³²¹ ARANHA, Graça. *Op.Cit.*, p.158.

³²² Diário de Pernambuco, PE, 27-9-1882.

³²³ Jornal do Recife, PE, 27-9-1882.

tanto na Academia como no movimento abolicionista local”³²⁴. O pleito foi feito duas vezes, mas a polêmica da eleição levou ao cancelamento dos festejos daquele ano pela comissão central do *Clube Abolicionista* após pressão externa contra a nomeação de Martins (visto como desordeiro). Mesmo sob insistência dos estudantes pelo comparecimento nos festejos, ele se recusou a ir sem que o pleito fosse aceito e sua votação considerada, num claro exemplo da sua personalidade teimosa³²⁵. Neste processo ficou evidente que um “de fora” não seria aceito como líder, consolidando a fama e a popularidade de Martins Júnior entre os estudantes. O próprio Filinto Bastos publicou seu discurso fazendo duras críticas ao positivismo – leia-se Martins Júnior – e elogiando a atuação do professor “pesadelo” Joaquim Seabra, por sua atuação frente aos republicanos. Já Graça Aranha, do grupo de Martins, relatou em suas memórias sobre o professor Seabra que “nós, os avançados, o detestávamos e ele não nos poupava”³²⁶. O *Diário de Belém* publicou artigo analisando o evento, considerando que a eleição serviu ao sentimento de união nortista “ao repelir o jugo do sul e levantar o Norte do chão, mostrando quanto ele é forte e pujante”³²⁷.

Mas é com a fundação do periódico *A Folha do Norte* que Martins Júnior, não apenas reconhecido como poeta científico, se tornou o principal nome dos jornais republicanos passando a atuar como ‘jornalista’³²⁸. Estabelecido em 1883 com apoio de Francisco Campello (seu amigo desde a Campanha da Seca de 1877 e do *Certame Literário*), liderou o primeiro jornal popular positivista de Pernambuco, com espaço aberto para todos. Seu editorial de abertura é claro: “queremos o jornalismo, aceitamo-lo, cremos até na utilidade da sua missão propagandística”³²⁹. Ao preço de 40 réis, igualando-se aos periódicos mais baratos do mercado, com informações úteis ao dia-a-dia e preço acessível, o jornal atraiu anunciantes e passou a ser um dos principais periódicos em circulação diária naquele ano e seguinte, ao lado dos tradicionais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *A Província* – todos, por sinal, mais caros e de orientação monarquista. Tinham consciência do seu alcance de público e buscavam ampliá-lo, como colocar sua publicação à tarde, pois “daremos sempre um jornal na segunda-feira e supriremos assim a falta de leitura nesse dia da semana, em que não costumam aparecer outros jornais diários”³³⁰. *A Folha do Norte*, citada à Rua das Laranjeiras, possuindo a localidade uma reputação de baixo calão, passou a designar o grupo dos republicanos ‘rebeldes’

³²⁴ OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *Op. Cit.*, p.12.

³²⁵ *Diário de Belém*, PA, 27-9-1882.

³²⁶ ARANHA, Graça. *Op.Cit.*, p. 157.

³²⁷ *Diário de Belém*, PA, 29-10-1882.

³²⁸ MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.189.

³²⁹ *Jornal Folha do Norte*, PE, 19-4-1883.

³³⁰ *Jornal Folha do Norte*, PE, 24-9-1883.

ligados a Martins, logo taxados de **Rebeldes das Laranjeiras** por seus jornais concorrentes citados acima. Assim comentou *A Esmola* sobre eles : “E aqui está no ano da graça de 1883-1884 se ocupava a hidra da anarquia em Pernambuco, os fervores petroleiros da Rua das Laranjeiras”³³¹, outro jornal chegou a chamá-los de “cabala”: Martins Júnior, Arthur Orlando, João de Freitas, César Monteiro, Cyridião Durval, Higino Cunha, Anísio de Abreu, Georgiano Gonçalves, João Bandeira e Clóvis Beviláqua³³².

Com claríssima defesa da abolição sem indenização, de um republicanismo mais ‘centralizado’, reformas sociais, acesso à educação pública, cientificismo e anticlericalismo (pode-se mesmo dizer ateísmo, pois se posicionaram contra todas as religiões), o jornal da *Folha do Norte* passou a ser uma senda que agregou diversos matizes políticos, quase sempre, de orientação positivista ‘radical’ para seus opositores. Em editorial de página inteira, provavelmente de autoria de José Isidoro por ser o redator chefe, estabeleceram suas orientações principais

A lei, como transubstanciação dos princípios que regulam a conduta dos homens no conflito social, é uma resultante do desenvolvimento altruístico do indivíduo em favor da massa coletiva [por isso defendemos a] abolição da religião de Estado, a luta pelos direitos dos trabalhadores, a revogação da Carta de 1824, sendo o proletário o mais sacrificado³³³

Seu crescimento considerável e relativo sucesso editorial colocou os holofotes sobre Martins Júnior, chefe político e escritor dos editoriais ácidos. Em julho de 1883 ele, Phaelante da Câmara, Carlos Brandão, Pereira Simões, César Monteiro e Anísio de Abreu iniciaram o folhetim *Um Crime de Infanticídio*³³⁴. O interesse artigo que o anuncia descreve bem como os participantes deste jornal são conhecidos: “conhece o público este punhado de rapazes endiabrados, revolucionários dinamicamente ferozes (...) pois esses vermelhos jacobinos das nossas letras vão dar começo a um folhetim no rodapé desta folha”³³⁵. Enquanto as *Visões de Hoje* mantinham seu autor popular entre os jovens, era nos jornais que Martins Júnior passou a agregar – e incomodar – na década de 1880. Ali, na Rua das Laranjeiras, estabeleceram-se os futuros ‘republicanos históricos’. O jornal *A Esmola* demonstra, mais ou menos, o sentimento da crítica sobre eles

³³¹ Jornal *A Esmola*, PE, 1887, número único.

³³² Jornal *O Equador*, PE, 6-7-1886.

³³³ Jornal *Folha do Norte*, PE, 26-6-1883.

³³⁴ O desgaste do jornal e a dificuldade de acesso nos anos dessa pesquisa me impossibilitaram de ler a história para fazer uma avaliação do seu conteúdo, visto que a *Folha do Norte* não se encontra em bases digitais, estando com acesso exclusivo por meio de microfimes na FUNDAJ que, além de não possuir exemplares extras que tenham menos desgastes na parte interior do jornal, também esteve com acesso fechado para pesquisadores entre 2020 e 2021 por conta da pandemia de COVID-19.

³³⁵ Jornal *Folha do Norte*, PE, 29-7-1883.

...uma doidice rematada, um tresloucamento nunca visto, uma exuberância de verve contra todos os abusos e escândalos, que só desculpava a alma ingênua e virgem dos seus redatores. Um ninho de poetas em grande orgia de palavras. Pontificava Martins Júnior, envolvido na clamide severa da poesia científica e do zolaísmo³³⁶

A indicação de que todo o processo, destrinchado até este ponto do capítulo, resultou na tomada de liderança de Martins Júnior está na sua indicação, saindo de secretário e orador, para a presidência do novo *Clube Republicano Acadêmico* em 1883 (CRA-83) passando a ser, a partir daí, o centro agregador dos republicanos de diversas matizes políticas³³⁷. Em sua primeira conferência como presidente e orador, versou sobre **A desorganização monárquica e ascendente republicano**³³⁸. Em poema dedicado a ele, Misael de Souza, estudante de direito junto com Martins, declamou

*Eu também como moço em explosões de glória
Devo agora curvar-me e oscular-te a mão
Eu também acompanho a nobre geração
Que pretende crivar teu nome lá na história*

*É sublime se ver coberto de ovações
Um talento vivaz... mas moço como és,
Se ver flores caindo em torno dos teus pés
E teu nome a soar por entre as multidões*

*Eu aplaudo também as tuas sãs doutrinas
São elas para mim fecundas disciplinas
Por onde deve o moço ousado, caminhar*

*E por isso eu te falo agora como um crente
O teu nome, crivado está em minha mente
Do meu peito eu já fiz pr'a ti um rico altar*³³⁹

Esta liderança foi curiosamente contestada quando Francisco Lacerda Werneck, um republicano positivista do Sul e adepto da Igreja Positivista, veio de visita a Recife em 1883. Ingressando uma série de conferências acerca da doutrina, Lacerda Werneck objetivou agregar uma associação local submissa à Igreja Positivista do Rio de Janeiro, mas encontrou profunda rejeição por parte dos positivistas pernambucanos que se consideravam “independentes”. Acuado, Lacerda Werneck direcionou todas as suas críticas a Martins Júnior, visto por ele como um positivista “não-verdadeiro” e, portanto, não adequado a liderar o movimento local. A polêmica se estabeleceu entre suas colunas no *Jornal do Recife*, sempre rebatido pela *Folha do*

³³⁶ Jornal A Esmola, PE, 1887, número único.

³³⁷ Jornal Folha do Norte, PE, 26-5-1883.

³³⁸ Diário de Pernambuco, PE, 26-5-1883

³³⁹ Jornal A Luta, PE, 17-11-1883.

Norte. Em artigo, Lacerda Werneck ataca Martins Júnior pelo uso indiscriminado do jornalismo como meio de propaganda positivista

Admiro-me de que o redator principal da *Folha do Norte*, o jornalista que limita a moralidade de sua folha às prescrições do código penal não soubesse que Augusto Comte condenou o jornalismo (...) Só há um positivismo. O sr. Martins Júnior não é positivista. [...] Será justo que o público não tome a sério a *Folha do Norte*, cujas convicções republicanas não podem merecer confiança, pois não pratica a Moral indispensável ao advento da República, à formação de uma forte e inabalável opinião pública³⁴⁰

Interessante notar que suas críticas surgiram exatamente 25 dias depois da anúncio do CRA-83 em se tornar um *Centro Republicano*, indicando que a iminente organização partidária passou a ser considerado um incomodo³⁴¹. Em análise desse conteúdo, fica evidente como o grupo recifense se defende de uma possível orientação sulista – o ‘nortismo’ já abordado anteriormente – quando se fecham contra qualquer líder que viesse das outras bandas do Império. A polêmica era a disputa pelo poder intelectual, mas também político, numa briga entre pares de uma mesma doutrina³⁴². Esta “queda de braço” levaria à dissidência em bloco do norte positivista de qualquer orientação vinda do Apostolado, principalmente ao apoiar a liderança de Silva Jardim³⁴³. Martins Júnior publicou sua resposta às acusações de Werneck sugerindo que aquela briga era motivada por razões políticas que o incitavam a diminuí-lo: “O sr. Werneck não reparou em que me provocando agora para ela, deu a entender que é impelido, incitado, por um *certo grupo* a me atacar, a me fazer guerra? Pobre Sr. Lacerda!”³⁴⁴

Os partidários de Martins Júnior iniciaram artigos atacando-o pelas acusações, quase todos sob pseudônimos, tais como o de “Onam”: “Oh grande ortodoxo, quanto estás enganado, com isto não fizeste mais do que mostrares que na qualidade de conferencieiro estulto *estás ao serviço de meia dúzia de tipões* que a custa alheia procuram atassalhar a honra alheia. Ninguém está disposto a discutir contigo, sabes?”³⁴⁵. Carlos Brandão sugere que os positivistas ‘independentes’ do Recife não voltarão a aceitar serem comandados, quando diz que “O sr. Lacerda tornou-se indigno de merecer novas delicadezas: que havíamos de fazer? Aqui faço ponto, assegurando ao jovem e estouvado propagandista que *circunstância nenhuma me fará voltar à brecha*, entendeu?”³⁴⁶. As expressões em destaque indicam o relativo incômodo que o jornal *Folha do Norte* passou a fazer, especialmente para aqueles que seriam seus concorrentes

³⁴⁰ Jornal do Recife, PE, 25 e 27-9-1883.

³⁴¹ Jornal Folha do Norte, PE, 2-9-1883.

³⁴² VENTURA, Roberto. *Op.Cit.*, p.146-7.

³⁴³ ALONSO, Ângela. *Op.Cit.*, p.317.

³⁴⁴ Jornal Folha do Norte, PE, 25-9-1883.

³⁴⁵ Jornal Folha do Norte, PE, 28-9-1883.

³⁴⁶ Jornal Folha do Norte, PE, 25-9-1883.

diretos: os liberais abolicionistas, como José Mariano, que gozava de popularidade e relativa hegemonia política, mas que se dirigiam ao mesmo público. Em dois artigos anônimos pode-se perceber o grau de autodefesa que esse grupo demonstrou

Ele tem sede de exibir-se e para isso não indaga dos meios; lança mão do escândalo e da palhaçada. Está no seu papel (...) Tu não podes ser propagandista porque não podes explicar qualquer ponto científico sobre o que te arguem (...) no artigo publicado no *Jornal do Recife* tu ainda persistes em personificar em ti o Positivismo. Louca pretensão tua! Estás louco? Não te enxergas?³⁴⁷.

...na verdade falo-te com toda sinceridade de um amigo que compadece da triste figura que representas, esbravejando em nome de uma teoria que adulteras com a tua ignorância crassa e pedantismo tolo, conta os que não a querem aceitar³⁴⁸

Após os 5 anos de vida acadêmica, Martins Júnior formou-se, mas até nisso adentrou em querelas. Negando-se a jurar o Altar e o Trono, foi-lhe negada pela cátedra a láurea acadêmica que tinha por direito³⁴⁹. E, como já se pode imaginar, sua recusa o transformou um catalizador. Os relatos dizem que a sua formatura encheu a Faculdade de Direito, tornando Martins ainda mais simpático pelo rebuliço que causou, sendo freneticamente aplaudido³⁵⁰. Recebeu homenagem no jornal *A Luta*³⁵¹ publicando número exclusivo ao evento de sua formatura. Não era a primeira vez, entretanto, que uma conclusão de curso causou polêmica, se lembrarmos de Sílvio Romero e a sua briga homérica com a banca de tese³⁵². Em discurso dito diante da banca de conclusão, Martins Júnior associa que aliar-se com a monarquia seria uma traição ao seus pais: “Meus pais são pobres, obscuros, mas honrados; não pouparam sacrifícios para elevar-me até aqui, mas não aceitarão um sacrifício de minha parte, eles que, sendo católicos, nunca puseram peias à livre manifestação das minhas ideias”³⁵³

Clóvis Beviláqua o congratulou dizendo que “termina hoje o tirocínio acadêmico” e que “nunca pode passar um momento desocupado, nem jamais soube contemporizar. É o democrata mais severo, o republicano mais intransigente que eu conheço. E, sobre isso, um amigo como poucos”³⁵⁴. Após a formatura, Clóvis e Martins seguiram caminhos diferentes, nunca profundamente apartados, mas com objetivos que os afastaram de uma amizade tão produtiva. Alfredo Falcão, em artigo congratulando-o pela formatura, avisa que ele terá que, a partir de

³⁴⁷ Jornal Folha do Norte, PE, 27-9-1883.

³⁴⁸ Jornal Folha do Norte, PE, 13-10-1883.

³⁴⁹ MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.60.

³⁵⁰ Jornal O Guarany, SE, 6-12-1883.

³⁵¹ Jornal A Luta, PE, 17-11-1883.

³⁵² VENTURA, Roberto. *Op.Cit.*, p.127.

³⁵³ MARTINS JÚNIOR *apud* SOUTO, Milton. **Martins Júnior e o centenário do seu nascimento**. *Acervo Particular de José Isidoro Martins Júnior*. Arquivo Público Jordão Emerenciano, Seção Manuscritos, 1960, p.7 [Conjunto Documental nº 11]

³⁵⁴ Jornal do Recife, PE, 13-11-1883.

agora “arcar por ventura com sugestões estranhas ao partido que se filiou” indicando, provavelmente, que a nova fase política de José Isidoro seria desafiadora ao precisar fazer concessões em razão de sua pretensão em formar um partido³⁵⁵. Francisco Campello diz que “este moço, que sendo perseguido e atassalhado no que o homem tem de mais santo, não desanimou, sempre de cabeça erguida, arrostando contra si o ódio de meia dúzia de orgulhosos bajuladores”³⁵⁶. Em editorial anônimo, essas indicações de um possível partido republicano sob a liderança de Martins Júnior e o incômodo que isso trazia, principalmente, para seu possível concorrente³⁵⁷ direto (José Mariano) fica claramente indicado

...os monarquistas têm medo. Eles sabem, reconhecem já hoje, que a formação entre nós de um forte partido republicano é uma coisa fatal, que vai suceder de um dia para o outro. Veem também os conservadores e liberais que os elementos de vida do futuro partido vão aparecendo, prometedores e fecundos, nos indivíduos que foram desiludidos por eles e que se sentem capazes de trabalhar por si e de crer no futuro da pátria... e acautelam-se procurando chamar a si os refratários ao meio (...) esperam [os republicanos] apenas que uma voz enérgica e atrojadora chame à postos os republicanos de Pernambuco. **E talvez essa voz se faça ouvir dentro em pouco**³⁵⁸

Semelhante indicação também fez Phaelante da Câmara que afirmou ter sido Martins “apedrejado por uns inconscientes, vai a caminho de um futuro brilhante, mau grado todas as demonstrações em contrário dos inimigos pequenos e dos ambiciosos das glórias alheias”³⁵⁹. Quando Phaelante fala de “glórias alheias” está diretamente relacionando ao reconhecimento dado às lideranças abolicionistas – especialmente José Mariano Carneiro da Cunha, do partido liberal – que cresciam às custas das ações de republicanos, especialmente Martins Júnior. A disputa pelo nicho abolicionista-republicano entre Mariano e Martins será trabalhado no próximo capítulo.

³⁵⁵ Jornal Folha do Norte, PE, 13-11-1883.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ José Mariano Carneiro da Cunha – Zé Mariano – líder da ala “dos cachorros” do Partido Liberal, era um dos maiores líderes populares de Pernambuco desde a Questão Religiosa. Foi intenso abolicionista e um grande agregador popular em seus meetings. Apesar de ser um ponto fora da curva do seu partido, Mariano era geralmente considerado um “cripto” republicano, mas como nobre do império, permaneceu liberal por conveniência. José Mariano se tornará o arqui-inimigo de José Isidoro Martins Júnior e ambos lutarão por quase uma década pela influência política “das massas” em Pernambuco. Parte dessa rixa política se deu, em minha opinião que tento comprovar no *próximo capítulo*, pelo fato de que Martins Júnior passou a figurar em um concorrente “de peso” pelo mesmo nicho político, antes monopolizado por José Mariano.

³⁵⁸ Jornal Folha do Norte, PE, 27-11-1883, negrito meu.

³⁵⁹ Jornal Folha do Norte, PE, 13-11-1883.

3 UM DOS CAMINHOS DO ‘IDEAL’: A ABOLIÇÃO

De origem pobre e sem apadrinhamentos políticos, José Isidoro Martins Júnior demonstrou aproximação com temas republicanos e científicos ainda em sua adolescência antes da entrada na Faculdade de Direito do Recife. Como bacharelando, envolveu-se com as organizações que buscavam agir pela propaganda, mas foi com sua obra-prima *Visões de Hoje* que passou a ter fama e liderar a juventude republicana a partir de então. Com a chefia do jornal popular positivista *Folha do Norte*, passou a figurar como o centro agregador do pensamento abolicionista e republicano, crescendo em importância e liderança. A partir de então utilizou a luta pelo fim da escravidão como uma forma de promoção da República. Em razão da sua visibilidade, agora também como abolicionista, busco tratar neste capítulo as dificuldades e a inicial disputa que passou a ter com seu concorrente direto pelo nicho abolicionista, José Mariano Carneiro da Cunha ou, apenas, Zé Mariano.

3.1 ABOLICIONISMO ‘INTRANSIGENTE’

José Mariano Carneiro da Cunha é considerado por Ângela Alonso como um dos principais representantes do subgrupo que ela intitulou “novos liberais”³⁶⁰ ao lado do seu companheiro político, Joaquim Nabuco³⁶¹. Dez anos mais velho que Martins Júnior, ganhou projeção não apenas local, bem como nacional, por liderar as revoltas contra a Igreja durante a Questão Religiosa no início da década de 1870, passando a ser visto como um “tufão” popular. Sua geração formada na Faculdade de Direito conta com nomes renomados, considerados os primeiros iconoclastas anticlericais: Castro Alves, Rui Barbosa, Herculano Bandeira e Tobias Barreto³⁶². Foi líder do *Clube Popular do Recife*, abrindo divergência em seu próprio Partido Liberal contra Luís Felipe de Souza Leão, ou simplesmente “Leão”. Por essas diferenças iniciou uma quebra partidária em que José Mariano, o tufão, representava os “cachorros” e Souza Leão os “leões” a partir de 1878. Entretanto, José Mariano não tinha fama de abolicionista até a Campanha Abolicionista de 1884, ao se apropriar do discurso, quando libertou seus últimos

³⁶⁰ Único grupo monarquista da Geração de 1870 que, apesar de pertencer às famílias mais abastadas, tiveram mais dificuldade de ascensão por seus posicionamentos reformistas.

³⁶¹ ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

³⁶² SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo**: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República. Recife: Cepe, 2013, p.30.

escravos em 1883³⁶³. Com mais experiência, popularidade, origem nobre, sobrenome abastado, e renda, José Mariano fazia parte do *status quo*, mas isso não lhe garantiu facilidade na obtenção de cargos no governo, em razão da sua fama de agitador popular³⁶⁴. Até 1886 seu absoluto domínio sobre as classes populares, bem como sua associação com o comércio do bairro de São José, lhe garantia enorme força política e visibilidade.

Com a formatura da Faculdade de Direito do Recife, Martins Júnior iniciou uma fase de grandes dificuldades financeiras devido, em grande parte, a sua falta de apadrinhamento político. Desta forma, diferente dos herdeiros da monarquia – que conseguiam cargos no governo com mais facilidade ou apenas tinham condições de sobrevivência distintos – José Isidoro passou a sobreviver de suas aulas particulares. Logo após sua saída da faculdade, anunciou classes de *Direito Natural e Romano* para alunos do 1º ano de Direito. Abrindo, pouco tempo depois, escritório de advocacia junto com Arthur Orlando na Rua do Imperador nº51, considerado um quartel-general republicano a partir de então.

Em razão da abertura que a *Folha do Norte* deu às demandas dos escravos, bem como às denúncias contra maus tratos, Martins Júnior passou a ingressar de maneira mais direta no movimento abolicionista que, a partir de 1883, se intensificava. De acordo com seu camarada de periódico, Phaelante da Câmara, “Martins abriu na imprensa uma verdadeira campanha pelos escravos e os protestos ecoaram dentro e fora do recinto da Faculdade. Era a primeira vez que em Pernambuco se discutia com tanto desembaraço a questão”³⁶⁵. Tendo se tornado uma referência para os escravos que pedissem ajuda, passou a interceder propriamente nesse aspecto, colocando sobre si um alvo direto dos ataques escravistas conservadores. Um dos casos foi da escravizada ‘Maria’ em Ribeirão – zona do sul açucareiro - pertencente a Juvêncio de Aguiar³⁶⁶, arrecadando 350\$000 dentro do vagão de trem onde estava presente, libertando-a do seu senhor e mandando publicar no jornal tradicional conservador *Diário de Pernambuco* que

Pede-nos o Sr. Dr. Martins Júnior que declaremos existir em seu poder a quantia de 90\$500 que é destinada a constituir pecúlio de qualquer escravo, cuja libertação depende dessa quantia. Esses 90\$500 são, segundo nos diz o mesmo Sr. Dr. Martins Júnior, o resto da quantia de 350\$000 que por ele e pelo Sr. Dr. Juvêncio Aguiar foi arrecadada em Ribeirão no dia 30 de janeiro. Deduzidos dos 350 os 260 que foram empregados na libertação da escravizada Maria restaram os 90\$500 que estão hoje em

³⁶³ SALES, Tadeu José Gouveia de. *Op. Cit.*, p.148.

³⁶⁴ HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895.** PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975, p. 44.

³⁶⁵ CÂMARA, Phaelante da. **Discurso proferido no Salão de Honra da Faculdade de Direito em homenagem ao 1º aniversário de falecimento de Martins Júnior.** Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1905, p.107-108.

³⁶⁶ Há relatos de que o dono da escrava ficou furioso, soltou um monte de “despropósitos” contra Martins e saiu do vagão irritado. Cf. Jornal O Libertador, CE, 14-2-1887.

poder do mesmo Sr. Dr. Martins Júnior e vão servir para a libertação de qualquer outro escravizado que os reclame³⁶⁷

Outro caso é também de uma escravizada chamada “Maria” que chegou a ir até a redação da *Folha do Norte* para denunciar sua dona contra as sevícias que sofria, fato que levou o jornal a divulgar o endereço da senhora, colocando-a em ataque aberto da população³⁶⁸. Outra denúncia foi feita sobre o assassinato da ‘preta Esperança’, cuja matéria levou à prisão da senhora, Herculina Siqueira, sendo seu caso amplamente divulgado³⁶⁹. Ação semelhante foi feita por carta anônima divulgada de outro caso, denunciando o assassinato do ‘crioulo’ Emílio a facadas pelo filho do seu senhor³⁷⁰. Aparecem também denúncias anônimas, tais como a citada abaixo, em que se pode notar que a redação da *Folha*, citada à Rua das Laranjeiras, tornou-se um dos muitos canais de denúncias naquele período, demonstrando a importância estratégica que passou a ter

Srs. Redatores,
Interessem-se V.Exas. pela infeliz escrava que foi desonrada por seu senhor em Olinda quando tratava de sua liberdade. Peçam ao digno juiz de direito daquela comarca que dê andamento à ação de liberdade que a mísera escrava promove³⁷¹.

Em denúncia feita por moradores da região do centro do Recife, revelaram que soldados andavam batendo em todos os homens de cor que achavam³⁷². Apelo similar foi feito por Linhares de Albuquerque, que diferente de uma denúncia anônima, associou seu nome ao destino do escravo Vítor, enfatizando a importância recebida pelo periódico positivista

...podendo acontecer querer o Sr. Mendes da Rocha chamar de novo a si a propriedade de seu ex-escravo, peço-lhes que por intermédio de seu conceituado jornal chame a atenção das autoridades competentes e das associações abolicionistas para este fato, certo de que como abolicionista e como cearense não abandonarei do infeliz Vítor³⁷³

Os casos citados acima indicam que a *Folha do Norte* era vista como um canal possível de denúncias em razão da forma como divulgavam e se ofereciam para tal. Martins também passou a agir utilizando sua banca de advogado (Rua do Imperador, nº51) em processos a favor de escravos, tanto em ações de liberdade, como outras defesas. Foi o caso do escravizado João Francisco, pertencente a João de Siqueira Ferrão, condenado a 100 açoites [matéria não indica o motivo], no qual, perante o júri, defende que

³⁶⁷ Diário de Pernambuco, PE, 13-3-1887.

³⁶⁸ Jornal Folha do Norte, PE, 11-8-1883.

³⁶⁹ Jornal Folha do Norte, PE, 2-11-1883.

³⁷⁰ Jornal Folha do Norte, PE, 29-8-1883.

³⁷¹ Jornal Folha do Norte, PE, 12-10-1883.

³⁷² Jornal Folha do Norte, PE, 10-12-1883.

³⁷³ Jornal Folha do Norte, PE, 17-10-1883.

...em face dos princípios de humanidade, em face da majestade do Direito, em face da honra nacional e mesmo em face do Direito escrito ou da lei positiva, a sua sentença não pode ser confirmada [...] [o] pobre e miserando escravo ainda tem bastante pundonor e dignidade [em sua] pessoa para preferir a prisão com trabalho ao açoite³⁷⁴

Também passou a defender, publicamente, o ‘roubo’ de escravizados nas fazendas, sendo considerado um “abolicionista intransigente” e muito perigoso³⁷⁵. Além das denúncias abertas em favor de escravos, a *Folha do Norte* passou a denunciar também outros periódicos que veiculassem notícias de escravos fugidos: “de hoje em diante, sempre que o *Tempo* der anúncios de escravos fugidos, e sempre que o *Jornal* [do Recife] e o *Diário* [de Pernambuco] distribuírem avulsos no mesmo sentido, a *Folha do Norte* denunciá-los-á ao público, noticiará o fato”³⁷⁶, abrindo a coluna **Barbaridades Escravocratas** para todos os casos de denúncias de espancamentos³⁷⁷. O uso de métodos mais agressivos e de exposição passam a ser comuns no Brasil a partir de 1883, demonstrando que o movimento republicano em Pernambuco caminhava no mesmo passo que o restante do país³⁷⁸.

Com essa abertura, aumentam as denúncias³⁷⁹ de abuso policial contra a população negra³⁸⁰, sendo bem específico o caso do ferreiro José Manoel Bezerra que buscou a redação após ter sido açoitado no tronco, ter sua barba e cabelo raspados e ter sido torturado em sua mão, tornando-a inutilizada, após o juiz de paz de Lage Grande³⁸¹ considera-lo ladrão de cavalos. Após ter sido reexaminado presencialmente na própria redação (muitos médicos eram republicanos, como Ribeiro de Brito, que participava da *Folha do Norte*), defenderam-no afirmando que “ainda que fosse realmente culpado, a força pública não tinha o direito de torturá-lo”³⁸². Outro caso de denúncia de maus tratos está na prisão de Inocêncio José de Miranda pelo delegado da freguesia de Santo Antônio, Alcides Barata. Em razão de terem acolhido a denúncia

³⁷⁴ Diário de Pernambuco, 13-4-1886.

³⁷⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, p.155.

³⁷⁶ Jornal Folha do Norte, PE, 10-3-1884.

³⁷⁷ Jornal Folha do Norte, PE, 18-6-1884.

³⁷⁸ ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p.192.

³⁷⁹ Também abrem para denúncias da população sobre aspectos relacionados ao abandono governamental, como o povoado de Preguiças – atual município de Joaquim Nabuco, que fala do descaso do governo com o tratamento da varíola, o despejo inadequado de lixo pela Companhia Draynage em Viveiro do Muniz e o apoio à greve promovida pelos operários da capatazia da alfândega contra o não pagamento dos salários, recebidos na *Folha* por Martins Júnior que abriu o periódico para publicação das reivindicações coletivas. Cf. Jornal Folha do Norte, PE, 1-3-1884, 4-3-1884, 5-6-1884.

³⁸⁰ Jornal Folha do Norte, PE, 17-3-1884.

³⁸¹ Município do agreste Pernambucano, distante cerca de 150km da Capital. A enorme distância que o ferreiro José Manoel traçou para pedir ajuda nos indica como a própria população enxergava os veículos de comunicação como uma forma de buscar justiça.

³⁸² Jornal Folha do Norte, PE, 18-1-1884.

de Inocêncio, Martins Júnior chegou a ser levado pela polícia até a delegacia para dar explicações de “acoitamento”³⁸³.

Com preço popular a 40 réis, a abertura da *Folha do Norte* para a população forçou os seus concorrentes monarquistas a baixarem o preço, igualando-se³⁸⁴. Sua popularidade diante da causa abolicionista abriu espaço para diversos anunciantes que passaram a vender produtos, chegando a ocupar, em algumas edições, 2 das 4 folhas do jornal³⁸⁵. É preciso notar que o movimento republicano em Pernambuco, independente da sua atuação individual, a partir de 1878 foi *sempre* abolicionista, especialmente pelo imbricamento entre o positivismo e a defesa pelo fim da escravidão que colocava o discurso do progresso técnico-científico como consequência da liberdade³⁸⁶. Por dependerem muito pouco da escravidão, o distanciamento do *status quo* colocava os republicanos dentro de uma mesma esfera de radicalismo abolicionista³⁸⁷. Mas é com a “chegada” de José Isidoro ao movimento propriamente dito que o abolicionismo terá uma face republicana acentuada, argumento indicativo pontuado por Celso Castilho em sua tese, quando demonstra que a partir de 1884 o movimento abolicionista em Pernambuco terá uma forte conexão republicana³⁸⁸.

O interessante deste argumento é pensar que as duas figuras mais proeminentes do abolicionismo pernambucano – Joaquim Nabuco e José Mariano – além de serem nacionalmente conhecidos e consolidados pela historiografia, são *monarquistas*. Nabuco e Mariano são a *exceção* e não a regra do abolicionismo local, argumento que compartilho com Marc Jay Hoffnagel e Celso Castilho³⁸⁹ que ressaltaram a especificidade de ambos os liberais, mais próximos, por conveniência, do movimento republicano local que do próprio Partido Liberal a qual pertenciam³⁹⁰. Isolado do seu partido, Joaquim Nabuco escreveu para José Mariano que a defesa das reformas sociais o deixava escanteado no parlamento: “você tem a

³⁸³ Jornal O Rebate, PE, 6-3-1884.

³⁸⁴ Jornal Folha do Norte, PE, 4-7-1884.

³⁸⁵ CASTILHO, Celso. 2008. 300f. **Abolitionism matters: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888.** PhD (doutorado em filosofia) - University of California, Califórnia, 2008. p.99.

³⁸⁶ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.99.

³⁸⁷ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.153.

³⁸⁸ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.53.

³⁸⁹ HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista (1880-8). **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, nº2, p.7-24. 1988, p.196; CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.20.

³⁹⁰ “O Partido Liberal de Pernambuco sempre se manteve radicalmente contra a mudança do status quo, enquanto partido. Joaquim Nabuco e José Mariano representavam uma minoria”. Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1988, p.196.

alma do povo, eu tenho a consciência. Nós nos separamos apenas aparentemente, porque no fundo nos completamos”³⁹¹.

Para o caso específico de Pernambuco, a elevação desses dois renomados abolicionistas se deu, em grande parte, pela ação sutil – às vezes nem tanto – de apoio e divulgação feita pelos republicanos liderados por Martins, algo já indicado também por Celso Castilho³⁹². Joaquim Nabuco³⁹³, em suas memórias, ressaltou a importância deste grupo para sua campanha abolicionista, republicanos como Antônio Carlos Ferreira da Silva, Barros Sobrinho, João Ramos, Manoel Gomes de Matos, Numa Pompílio, João de Oliveira, Martins Júnior, Aníbal Falcão e Antônio Souza Pinto³⁹⁴. Em artigo, o jornal republicano *O Antheu* deixou claro quando disse que não acreditava na veia republicana de Joaquim Nabuco, mas “nós, eleitores do *Centro* [Republicano de Pernambuco], concorreremos para o triunfo do candidato abolicionista, visto que sua ideia está em correlatividade com o nosso programa”³⁹⁵. Esta aparentemente contradição foi apontada por um artigo escrito por ‘Cassius’ no *Diário de Pernambuco*, periódico tradicional dos conservadores, alertando Martins Júnior

Pode o Sr. Dr. Martins Júnior começar a propaganda escrita em favor da grande causa dos escravizados, e em favor de candidaturas de Joaquim Nabuco e José Mariano; mas, lembre-se, também, que estes dois candidatos são monarquistas, amigos do rei; e que não fica bem a um republicano, na verdadeira acepção da palavra, queimar incenso para elevação de dois inimigos da República³⁹⁶

A atuação de Martins Júnior nos clubes abolicionistas possui uma trama difícil de ser reestabelecida, muito em razão da batalha pela memória travada entre ele e José Mariano nos primeiros anos da República, apagando-o das listas de clubes e associações, dando glórias apenas ao segundo³⁹⁷. É o caso, por exemplo, de sua atuação junto ao *Clube do Cupim*³⁹⁸, tendo atuado diretamente no esconderijo de escravos, porém sendo o clube de forte influência de Zé

³⁹¹ NABUCO, Joaquim *apud* SALLES, Tadeu. *Op. Cit.*, p.197.

³⁹² CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.173.

³⁹³ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Martin Claret, 2004. [1900], p.158-159.

³⁹⁴ Tadeu José Gouveia de Sales, um dos biógrafos de José Mariano, comenta o mesmo sobre a eleição de Mariano em 1887, tendo sido o único liberal eleito em Pernambuco, mas deixa de informar que seus apoiadores são republicanos, chamando-os apenas de “abolicionistas como ele”: Barros Sobrinho, João Ramos, Gomes de Matos, Numa Pompílio, Martins Júnior, João de Oliveira, Aníbal Falcão e outros. *Cf.* SALLES, Tadeu. *Op. Cit.*, p.184.

³⁹⁵ Jornal *O Antheu*, PE, 7-9-1887.

³⁹⁶ *Diário de Pernambuco*, PE, 14-11-1884.

³⁹⁷ Não apenas em relação ao abolicionismo, como também na sua inclusão-exclusão na própria Escola do Recife *Cf.* DANTAS, Laércio Albuquerque. **A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade**: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890. 2013. 115 f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. p.21.

³⁹⁸ Sua importância para esse clube revela-se na presença dos seus ex-representantes em seu velório, mais de 20 anos depois. *Cf.* Jornal do Recife, PE, 24-8-1904.

Mariano³⁹⁹, foi retirado das listas de homenagem em 1889 quando haviam se tornado adversários políticos⁴⁰⁰.

A primeira participação propriamente envolvida em uma agremiação exclusivamente abolicionista foi na formação da *Comissão pela Redenção do Município do Recife* em fevereiro de 1883⁴⁰¹. Foi seu conferencista no Teatro Variedades em março de 1886⁴⁰² organização que congregou em si cerca de 14 sociedades existentes, centralizando e organizando o conjunto de ações a serem tomadas⁴⁰³. Também figurou na *Sociedade Emancipadora Acadêmica* como orador principal antes da sua formatura em novembro de 1883. É preciso ressaltar que sua aproximação com as entidades abolicionistas – não necessariamente republicanas – tanto indica seu prestígio após *Visões de Hoje*, bem como demonstra a importância que José Isidoro passou a dar à prioridade do discurso abolicionista *sobre e para* a propaganda republicana naquele momento, percepção também defendida por Marc Jay Hoffnagel⁴⁰⁴. Celso Castilho indica em sua tese que a atuação forte dos republicanos entre 1884 e 1888 foi um dos fatores decisivos na fundação do Partido Republicano⁴⁰⁵. Maria Tereza Chaves de Mello também ressalta a habilidade que os republicanos tiveram em associar-se com a Abolição, tendo apoio irrestrito dos positivistas⁴⁰⁶. Ângela Alonso, por sua vez, ressaltou que em Pernambuco a ligação direta entre liberais e republicanos tinha como liderança Aníbal Falcão e Martins Júnior, juntos, à frente da *Comissão Central Emancipadora*⁴⁰⁷.

O primeiro grupo exclusivamente abolicionista fora da Academia (pois os clubes já citados no capítulo primeiro também defendiam a abolição além da república) foi a *Nova Emancipadora*, agremiação de representantes do comércio com forte indicação republicana liderada por João Ramos que tinha estreita ligação com João Cordeiro, no Ceará, para o envio de escravos fugidos por rotas clandestinas. Nesta agremiação aparece como orador no concerto do *Clube Carlos Gomes* no Teatro de Santa Isabel⁴⁰⁸, bem como lidera a passeata abolicionista na sede da *Nova Emancipadora* em agosto de 1884. A relação entre a *Folha do Norte*, Martins Júnior e a classe comerciante - principalmente a que está localizada nas regiões centrais do

³⁹⁹ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.225; HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.155.

⁴⁰⁰ O mesmo aconteceu com seu correligionário Aníbal Falcão.

⁴⁰¹ Jornal do Recife, PE, 4-3-1883.

⁴⁰² Diário de Pernambuco, PE, 27-3-1886.

⁴⁰³ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.85.

⁴⁰⁴ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.152.

⁴⁰⁵ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.225.

⁴⁰⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p.28.

⁴⁰⁷ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.266.

⁴⁰⁸ Jornal O Propulsor, PE, 30-4-1883.

Recife - foi bastante relevante no processo de agregar o abolicionismo – via *Nova Emancipadora* – à propaganda republicana. Em artigo, defendeu que “se há classe que nos mereça respeito e que nos inspire pena pelo muito que trabalha e pelo muito que paga, sendo quase a única a suportar impostos ou a ser tributada – essa classe é a comercial”⁴⁰⁹. Devo pontuar que Martins Júnior era filho de um comerciante e irmão de um farmacêutico, o que contribuiu para uma identificação também pessoal. Em outra ocasião, quando a província impôs a taxaço de 120 réis sobre o vinho e o vinagre, incitou

...proteste o comércio à retalho. Represente, brade, promova uma crise, feche as portas dos seus estabelecimentos. Estará no seu direito. Quando o povo se vir em frente dessa justa resistência, espicaçado por todas as misérias, terá coragem para enxotar do templo dos fariseus e confiar seus destinos a melhor gente!⁴¹⁰

Em conjunto com seus colegas de redação na *Folha do Norte*, é o fundador do *Clube Ceará Livre*, cujo dinheiro arrecadado com as vendas do periódico foi convertido em cartas de libertação, tendo sido o paraninfo do clube⁴¹¹, bem como conferencista no Teatro de Santa Isabel⁴¹². A edição comemorativa da libertação do Ceará ficou esgotada em poucos minutos, uma tiragem de 1500 exemplares⁴¹³. Em geral, Martins Júnior será o orador principal de boa parte das agremiações abolicionistas atuantes em Pernambuco, pois, como já foi dito no primeiro capítulo, era conhecido pelos seus ‘dons’ de oratória. O ano de 1884 o consagrou entre abolicionistas e republicanos, bem como o condenou como ‘abolicionista intransigente’ pelos adversários. Sua defesa da abolição, muitas vezes considerada ‘violenta’, horrorizou escravistas, como seu artigo *Ao Ceará* onde argumenta que cabe aos abolicionistas “o dever de pôr em campo a luta armada, a sanguinária, até que do meio das batalhas ressalte vitorioso *coup d’epée*”⁴¹⁴ da abolição imediata e sem indenização!⁴¹⁵

Desta forma, é o primeiro conferencista do *Clube Ceará Livre* no Teatro de Santa Isabel em maio⁴¹⁶ de 1884, dos festejos dos operários do Arsenal no mesmo mês⁴¹⁷ além de se tornar o presidente honorário⁴¹⁸ do *Centro Emancipador da Boa Vista*⁴¹⁹. Em julho passou a fazer

⁴⁰⁹ Jornal Folha do Norte, PE, 14-6-1883.

⁴¹⁰ Jornal Folha do Norte, PE, 3-8-1883.

⁴¹¹ Jornal Folha do Norte, PE, 22-3-1884.

⁴¹² Jornal Folha do Norte, PE, 28-4-1884.

⁴¹³ Jornal Folha do Norte, PE, 26-3-1884.

⁴¹⁴ Golpe, pontapé, chute, pancada.

⁴¹⁵ Jornal O Ceará Livre, PE, 25-4-1884.

⁴¹⁶ Jornal do Recife, PE, 1-5-1884.

⁴¹⁷ Diário de Pernambuco, PE, 14-5-1884.

⁴¹⁸ Diário de Pernambuco, PE, 17-5-1884.

⁴¹⁹ A região de Boa Vista e Santo Antônio (centrais em Recife) são localidades com grande força de republicanos. Já São José (perto e ligado ao comércio) era de influência de Zé Mariano.

parte do *Conselho da Comissão Central Emancipadora*, uma das mais importantes confederações de clubes abolicionistas de Pernambuco, congregando as forças naquele momento⁴²⁰. Conferencia para essa sociedade em novembro de 1884 no Teatro de Santa Isabel, onde pontua no seu discurso a união indissociável entre o abolicionismo e o republicanismo⁴²¹. Em razão das críticas que Martins Júnior direcionou aos projetos conservadores de Eusébio de Queiroz e Rio Branco – considerado por ele medidas incompletas – foi criticado por ‘Cassius’, ao ser considerado um desordeiro

Libertai, cantai, iludi o povo; levantai bem alto a vossa bandeira da abolição; desorganizai o trabalho e as finanças; pregai sempre e em todos os lugares a desordem, a anarquia, porém, por Júpiter, deixai em paz, ao menos, dormindo o sono dos justos, esses dois grandes vultos que se chamaram Eusébio e Rio Branco [...] Rio Branco nunca foi demagogo, nunca andou nas praças públicas, na tribuna ou na imprensa, insuflando as massas, excitando o ódio da raça negra contra a branca: nunca pregou ao povo em frases enfeitadas e escolhidas (para explosão das palmas), doutrinas nocivas e prejudiciais a causa pública, como estão atualmente, nesta província, fazendo os demolidores, os abolicionistas sôfregos⁴²²

Um dos indícios de que a liderança abolicionista de José Isidoro Martins Júnior passou a ser nítida está na fundação do, em sua homenagem, *Clube Martins Júnior*⁴²³ (CMJ), única agremiação a permitir a presença de escravizados e mulheres nas suas fileiras⁴²⁴, promovendo aulas noturnas para escravizados⁴²⁵ que tinha, além disso, o propósito de libertar o bairro da Boa Vista, local de residência de José Isidoro e da Faculdade de Direito⁴²⁶. Martins Júnior, entretanto, afirmou não ter participado desse grupo, apesar de apoiar sua atuação. Com apoio tácito, o CMJ nos demonstra que o uso do nome de Isidoro já era compreendido, no ano de 1884, como sinônimo de abolicionismo e republicanismo, a ponto de ser usado como palavra de honra e propaganda. Em artigo analítico sobre sua obra *Retalhos*, Moreira de Vasconcelos afirmou que já tinha fama de “abolicionista intransigente, convicto, fogoso” tendo seu poema *Nem Deus Nem Rei* sido o mais transcrito, mostrando que seus versos já eram conhecidos na capital paraense⁴²⁷. Este poema em específico foi publicado exatamente no meio do turbilhão abolicionista que foi o ano de 1884

(...)

Já não merecem fé, nem oblações, nem preitos!
- Newton tirou à Deus as rédeas luminosas

⁴²⁰ Diário de Pernambuco, PE, 8-7-1884.

⁴²¹ Jornal do Recife, PE, 7-11-1884.

⁴²² Diário de Pernambuco, PE, 11-11-1884.

⁴²³ Foi a única agremiação a utilizar o calendário positivista. Em uma das circulares finalizou “República Ocidental, aos 15 de Nuremberg de 96”. Cf. Jornal Folha do Norte, PE, 27-8-1884.

⁴²⁴ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.159.

⁴²⁵ Jornal Folha do Norte, PE, 6-6-1884.

⁴²⁶ Jornal Folha do Norte, PE, 17-5-1884.

⁴²⁷ Diário de Notícias, PA, 21-11-1884.

*Com que ele audaz domava o Cosmo, as nebulosas,
E Comte arrebatou-lhe os rígidos preceitos*

*Que ele sabia impor as mutações da História!
Assim: n'um Sol, n'um Povo, há só a trajetória
Marcada pelas leis: - Gravitação, Progresso!*

*Isso, Deus. Quanto ao Rei, apodreceu de todo,
Veio a Revolução, veio Danton... E o todo
Das ruínas fechou-o em seu sudário espesso!⁴²⁸*

Poucos clubes abolicionistas foram abertamente republicanos, apesar de encontrarmos republicanos em todos eles. O CMJ é o único clube que tinha a República como meio de obtenção do abolicionismo como bandeira principal. Com reuniões semanais, passou a fazer conferências frequentes, quase sempre mudando a localização em cada uma delas, conforme a agitação os obrigava. Desta maneira, em junho e julho conferenciaram no Teatro Santo Antônio, sendo a 2ª liderada por Alfredo Pinto Vieira de Mello. A 3ª conferência foi feita no Teatro Coimbra, com a peça abolicionista *Os Filhos da Canalha*. Voltam a fazer a 4ª e 5ª conferência no Teatro Santo Antônio, também utilizando do teatro abolicionista. A utilização de peças teatrais foi largamente utilizada pelo *Clube Martins Júnior*, visto por eles como um método mais adequado à propaganda popular que os discursos políticos longos e enfadonhos. Há relatos de conferências que ultrapassaram 800 pessoas⁴²⁹.

O jornal conservador *Diário de Pernambuco*, também afirmou que os meetings corriam muito bem e, além de serem muito concorridas, eram “animadas”⁴³⁰. Em lista especial destinada como “utilidade pública” com advogados e médicos aos necessitados, o jornal *O Leão* divulgou o *Clube Martins Júnior* como indicação para os escravos que precisavam de auxílio⁴³¹. Após a Abolição em maio de 1888, o CMJ se tornará *Clube Literário Martins Júnior*, passando a promover, abertamente, a defesa da República. Era comum fazerem júris históricos como os de Nunes Machado, Nero, etc... O *Clube Ceará Livre* e o *Clube Martins Júnior* são considerados os dois únicos clubes abolicionistas abertamente republicanos, indicando que a fundação de ambos em 1884, bem como sua integração às federações abolicionistas da *Central Emancipadora de Pernambuco* e a *Comissão Redentora do Município do Recife*, entrelaça o fio que “republicaniza” o abolicionismo a partir daquele momento⁴³² e o liga ao fato de radicar

⁴²⁸ MARTINS JÚNIOR, *Op. Cit.*, 1884, p.50.

⁴²⁹ Jornal Folha do Norte, PE, 16-6-1884.

⁴³⁰ Diário de Pernambuco, PE, 22-7-1884.

⁴³¹ Jornal O Leão, PE, 3-3-1885.

⁴³² CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, p.156-7.

um dos três polos nacionais da desobediência civil⁴³³ junto com São Paulo e Rio de Janeiro a partir de 1885⁴³⁴

No meio do turbilhão abolicionista que foi o ano de 1884, Martins Júnior, que já era famoso como ‘O Poeta de Visões’⁴³⁵ lançou *Flexas*⁴³⁶, obra humorística ao lado de Alfredo Falcão, assim como outro livro-manifesto, *Retalhos*⁴³⁷. Em análise desta última obra, *A Lanterna Mágica* diz que ele “não faz a revolução à força do petróleo e de dinamite”, porque acredita no ideal que prega, demonstrando que sua produção poética continuava a caminhar conjuntamente com seu afã político nas ruas e, exatamente, por causa delas⁴³⁸. A 3ª publicação de *Estilhaços*, organizada estrategicamente para vir à público durante o momento mais turbulento do abolicionismo em Pernambuco, foi considerada uma “bomba dinâmítica sobre as velharias” demonstrando que Martins Júnior tinha bastante *senso de oportunidade* para publicação das suas poesias, pensadas para a declamação em meio às passeatas e aos comícios⁴³⁹. A correlação entre as obras poéticas de Martins e a propaganda republicana relacionam-se nesse trecho, vinculado ao movimento no Rio Grande do Norte: “meus bons amigos natalenses, sem dúvida hão de ter lido o ciclópico poema *Visões de Hoje*, um punhado de pérolas raras e finas. E os *Estilhaços*? *Retalhos*?!”⁴⁴⁰, bem como aparece amplamente conhecido no Ceará⁴⁴¹, e bem considerado no Maranhão⁴⁴² além de se interiorizar na província através de clubes, como o *Clube Literário Vitoriense*, *Recreio Literário Vila-Belense* e a *Simpatia dos Panelenses*⁴⁴³. Ricardo Guimarães, após a leitura de *Estilhaços* na sua 3ª edição, reforça o tipo de efeito que Martins Júnior buscava em seus leitores

(...)

Acabei de os ler agora mesmo. O efeito

⁴³³ São Paulo Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco registraram fugas em massa de escravos no ano de 1887. Cf. ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.336.

⁴³⁴ Idem, p.15.

⁴³⁵ *Visões de Hoje* passa a aparecer como prêmio para concursos de literatura, gincanas e assinaturas em periódicos a partir de 1886, como em *Tribuna Acadêmica* (PE, 15-5-1886), *Jornal do Recife* (30-12-1885) e *A Reforma* (Piauí, 15-4-1887). Em sua republicação em 1886, o *Diário de Pernambuco* – jornal conservador – comentou sobre a excelente recepção que a primeira versão recebeu em 1881 (8-9-1886).

⁴³⁶ Esta obra não foi possível de ser acessada.

⁴³⁷ *Jornal Folha do Norte*, PE, 15-1-1884.

⁴³⁸ *Jornal A Lanterna Mágica*, PE, 10-10-1884.

⁴³⁹ *Jornal O Meteoro*, PE, 13-8-1885.

⁴⁴⁰ *Jornal O Cascabulho*, RN, 7-9-1888.

⁴⁴¹ *Jornal O Cearense*, CE, 22-10-1884.

⁴⁴² *Jornal A Pacotilha*, MA, 1886, nº 251.

⁴⁴³ As aproximações de Martins Júnior com o interior da província serão fundamentais para entender como ele irá liderar o ‘processo de impeachment’ (ele foi o primeiro a usar essa palavra e redigir projeto de lei de impeachment) contra Barbosa Lima em 1892 através de um conjunto de revoltas interioranas conhecidas por ‘Revolta de Triunfo’, porém o título é enganoso em razão dos conflitos terem acontecido em várias regiões do Estado, então utilizo o termo Revoltas do Sertão. Isso será trabalhado no 5º capítulo.

Que ao lê-los eu senti no âmago do peito,
 A impressão que senti após sua leitura,
 Suave, inspiradora, ingenuamente pura,
 Não posso te explicar, ó mágico poeta!
 (...)

Não esmoreças, pois. Se a crítica rasteira
 Na volta d'uma esquina dou d'uma estrada à beira
 Derramar sobre ti a baba venenosa
 Da inveja que lhe morde a alma belicosa
 Permita-lhe, em resposta, o riso do desprezo
 E segue o teu caminho alcantilado, aceso
 Pelo rubro clarão da ciência positiva⁴⁴⁴.

Apesar da boa fama de poeta que tinha, continuou sendo criticado por seu ateísmo nos novos livros, principalmente pelo poema *Nem Deus Nem Rei* transcrito acima, mesmo “considerando-o muito para lisonjeá-lo”⁴⁴⁵. Essa mistura entre respeito e consideração com discordância é bastante comum na sua trajetória pois, apesar das suas ideias ‘radicais’, era quase sempre tido como uma pessoa genial, como vemos no depoimento de Argemiro Galvão

...estive há tempos em desacordo com muitos dos seus progressos estéticos, com muitas de suas teorias e, mesmo, com suas opiniões. Esse desentendimento, porém, nunca chegou a ponto tal que me levasse a desconhecer em Martins Júnior um talento robusto, uma inteligência vivaz – uma verdadeira organização artística – é um desses indivíduos com quem se discute facilmente e com quem apraz discutir, é daqueles que interessam e instruem tudo o que se lhe poder dizer⁴⁴⁶

Análise semelhante foi dada por Teixeira Bastos, poeta português, quando considera Martins “um dos talentos mais prometedores das modernas gerações brasileiras” mas que ainda não possui “a destreza de execução parnasiana”, apesar de “levar vantagem na grandeza do ideal e no profundo conhecimento estético”; tendo sido já publicado em Portugal através *Contemporâneo*⁴⁴⁷ (1883) e a *Revista de Estudos Livres* (1885-6) – depois também publicado em *A Ilustração* (1887), Martins Júnior já era largamente conhecido além-mar através de *Visões de Hoje*, o que Teixeira Bastos considerou sua obra mais importante⁴⁴⁸. Semelhante avaliação fez o jornal francês *Le Brésil*, considerando-o um pouco falho na métrica, mas glorioso nas suas palavras “é um poeta de estatura a empreender e levar a bom fim uma obra desse alcance”⁴⁴⁹. Igualmente fez um editorial do jornal *O Equador* quando dizem reconhecer “aliás, talento, pertinácia e audácia que muito o honram, mas também não exageramos a ponto

⁴⁴⁴ Jornal O Atalaia, PE, 8-8-1885.

⁴⁴⁵ Diário de Belém, PA, 22-10-1884.

⁴⁴⁶ Jornal A Federação, RS, 9-11-1885.

⁴⁴⁷ Publicou a biografia de José Higino em Lisboa. Cf. Jornal do Recife, PE, 7-12-1886.

⁴⁴⁸ Jornal do Recife, PE, 24-11-1885.

⁴⁴⁹ Diário de Pernambuco, PE, 11-2-1886.

de considerá-lo, como muitos ‘sumidade literária conhecia no Velho e Novo Mundo’”⁴⁵⁰. Em suas memórias, Gervásio Fioravanti, aluno de Martins Júnior, também indicou no mesmo sentido

Não falarei, por isso, dos *Retalhos*, um feixe de poesias vermelhas, obedecendo sempre à orientação de combate do poeta. Nota-se aqui a transfusão do chefe literário em chefe político e a impossibilidade para o crítico de separar essas duas figuras que se alagam reciprocamente [...] Às vezes o trecho não obedece às regras da gramática musical, como a estrofe às imposições da métrica; mas desde que um e outra deram-nos o mais que nos é dado querer, a emoção ou a saudade, estão salvos o músico e o poeta. Acredito, pois, muito nas falhas de métrica de alguns versos dos *Retalhos*, mas acredito, ainda mais, naquela força de combate que eles difundiram sobre uma geração⁴⁵¹

Essa constante crítica fazia com que Martins Júnior se posicionasse favorável a outros artistas também considerados iconoclastas, como o artigo que produziu em defesa do pintor brasileiro Augusto Rodrigues Duarte, visto por ele como o primeiro impressionista⁴⁵² nacional, ao rebater as críticas do uso da ‘ciência’ – leia-se realismo – na expressão artística da obra *O interior de uma oficina de serralheria* (1884)⁴⁵³ “Não se compreende uma serralheria sem o negrume das paredes e do teto, sem a poeira preta do carvão, sem o lusco-fusco produzido pela fumaça e pelo fogo da forja (...) quero para a minha pátria todos os novos ideais e todas as novas audácias”⁴⁵⁴

Sua produção jornalística também recrudescer, com sua participação em *O Libertador* (1884) e *O Ceará Livre*, além da *Folha do Norte*, do qual era chefe. Focaliza suas participações em periódicos abolicionistas, tais como *Jornal da Tarde* (1885), *Victor Hugo* (1885), *Victória* (1885) e *O Vinte e Cinco de Março* (1885-9). A atuação de José Isidoro, bem como do seu círculo próximo de amigos, é um dos vários exemplos no Norte do Império de que a radicalização do discurso republicano veio acompanhado da radicalização abolicionista. Em seu artigo *Dura Veritas*, Martins Júnior dá um exemplo do seu posicionamento quanto à luta do escravizado e o escárnio que sente pelos senhores

⁴⁵⁰ Jornal O Equador, PE, 6-7-1886.

⁴⁵¹ FIORAVANTI, Gervásio *apud* MARTINS, Henrique. **Martins Junior (post mortem)**. Pernambuco: Typ. do “Jornal do Recife”, 1905, p.22.

⁴⁵² Há uma correlação direta entre o movimento positivista e abolicionista com a ênfase no realismo e naturalismo em contraponto ao romantismo de José de Alencar, de forma abrangente, no território brasileiro neste momento também ressaltado por Maria Tereza Chaves de Mello. Cf. ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.143; MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*, p.120.

⁴⁵³ Não consegui obter a visualização desta obra. A informação conseguida é de que foi exposta na galeria do alemão Alfred Duscable, um fotógrafo muito famoso na capital Pernambucana. Sua galeria era considerada um ponto de encontro para republicanos, bem como foi bastante presente nos meetings e eventos abolicionistas. Chegou a participar do jornal republicano *Revista do Norte* (1887), cuja direção era de Martins Júnior.

⁴⁵⁴ Jornal do Recife, PE, 16-12-1886.

Sim. O negro construiu o lado material da Pátria, deu-lhe produção, deu-lhe fortuna, deu-lhe proprietários, deu-lhe capitalistas – ele, o expatriado, ele o ser sem individualidade jurídica [...] E hoje no Brasil, depois de 1822, depois de 1831, depois de 1850, depois de 1871; porque o negro reclama em nome de todos os seus martírios, em nome dos seus avós mortos sobre as moendas ou sob o bagaço da fruta sacarina – que lhe imponham a obrigação de trabalhar até a morte, com o direito porém de receber uma paga por seu esforço, gritam os brancos, os senhores, os mesmos que o exploraram até agora: Vales 1:000\$000, bruto! Indeniza-me, portanto!

*Miseráveis!*⁴⁵⁵

Preocupados com a crise da lavoura, bem como o crescimento do sentimento abolicionista no Norte do Império, foi realizado o 2º Congresso Agrícola, reunindo latifundiários de diversas regiões deste lado do império. A reunião, entretanto, foi marcada pelo protesto abolicionista, na qual o projeto apresentado por Martins Júnior – com participação de Phaelante da Câmara, José Maria e Francisco Pinto Pessoa - intitulado *Bases para um projeto de representação às câmaras*, em que defendia a imediata libertação dos escravos e propunha, além disso, reformas sociais, causou um alvoroço tremendo, colocando Martins Júnior na ‘lista negra’ dos senhores de engenhos. Seu projeto foi rejeitado unanimemente pelos presentes⁴⁵⁶ e Martins Júnior foi “tão extraordinariamente interrompido e insultado” que a confusão que gerou impediu que Antônio de Souza Pinto e o Barão de Sirinhaém sequer fossem ouvidos⁴⁵⁷. Sua participação neste Congresso – lembrando-se de se tratar de uma agremiação escravocrata e aristocrata – foi considerada uma afronta e um ultraje por parte dos conservadores presentes, tendo sido muito insultado⁴⁵⁸. Em memória deixada, Manoel Gomes de Matos disse que nesse momento “houve grande balbúrdia; ânimos azedaram-se, todos se levantaram, trocaram injúrias, empunharam-se com cadeiras e apareceram revólveres”⁴⁵⁹. O projeto previa 5 pontos principais, a saber

1º Que o parlamento trate quanto antes de resolver o problema nacional do trabalho, votando a lei que deve abolir imediatamente a escravidão no Brasil;

2º Que essa lei consagre a par do princípio da não indenização dos senhores a salutar disposição da adstrição do escravo ao solo, instituindo-se assim ainda que por um certo prazo a servidão da gleba, o qual constituiu na evolução geral o modo de transição natural;

3º Que, ao lado da disposição adstritiva, para as cidades a disposição que estabeleça definitivamente a locação de serviços;

⁴⁵⁵ Jornal O Ceará Livre, PE, 28-9-1884.

⁴⁵⁶ Diário de Pernambuco, PE, 19-7-1884.

⁴⁵⁷ Jornal Folha do Norte, PE, 18-7-1884.

⁴⁵⁸ Jornal O Rebate, PE, 20-7-1884.

⁴⁵⁹ MATOS, Manoel Gomes de. **Relato autobiográfico**. Material datilografado. Acervo Particular Gomes de Matos, Arquivo Público Jordão Emerenciano, Seção Manuscritos. Não há paginação.

4º Que imediatamente depois se trabalhe nas leis e regulamentos secundários sobre a repressão da vagabundagem sobre a obrigatoriedade geral do trabalho sobre o estabelecimento de colônias militares e sobre a imigração;

5º Finalmente, que os representantes da nação discutam em seguida a conveniência ou inconveniência, possibilidade ou impossibilidade de (não a título de indenização, mas de simples proteção à indústria agrícola) poder ou não o governo repartir pelos proprietários rurais um quantum em dinheiro ou títulos, que os autorize a organizar o trabalho em suas fábricas.⁴⁶⁰

Se analisarmos item a item do projeto podemos até mesmo argumentar o conservadorismo dessas propostas. O projeto previa a libertação imediata e a não indenização, mas dava aos senhores “tempo” e “mão de obra” necessária para a organização do trabalho livre mediante ações governamentais de controle do liberto, como prendê-lo à terra, punição por vagabundagem em colônias militares e ajuda de custo aos produtores que precisarem, algo já defendido por ele em conferência do *Clube Ceará Livre* no Teatro de Santa Isabel⁴⁶¹, onde também defendeu a abolição por todos os meios⁴⁶². No artigo **Ao Ceará**, Martins Júnior chegou a dizer que aquela província deveria mostrar aos escravistas que “a ociosidade não é o desiderato do liberto” e clama para “mostrar-nos ainda uma vez a verdade do acerto econômico que diz ser a produção do livre mil vezes mais fecundas que a do escravo”⁴⁶³. Martins Júnior, posteriormente, irá editar essas propostas ao receber críticas quanto à adstrição ao solo e as colônias militares, quando entende que isso poderia levar a uma reescravização. A nova versão do projeto em Pernambuco é republicada, retirando esses artigos e homenageando Toussaint Ouverture, o líder da Revolução no Haiti⁴⁶⁴. Manteve, entretanto, a visão evolutiva da história, característica positivista, quando considera o trabalho livre como sinal do “domínio do industrialismo, isto é: do terceiro e definitivo estado da atividade humana”⁴⁶⁵. Esta aproximação com os industriais – e aqui falo no sentido fabril – demonstrava-se na abertura de uma coluna

⁴⁶⁰ Diário de Pernambuco, PE, 30-7-1884.

⁴⁶¹ Nesta mesma conferência não condena a atuação da mulher nas ruas pela libertação, mas que elas devem “fazer a regeneração da raça negra no lar”. Apesar de seu posicionamento conservador, a *Folha do Norte* deu ampla abertura para as conferências femininas e o próprio Martins Júnior passou, posteriormente, a dividir o palco com outras mulheres, especialmente Maria Amélia de Queiroz. Os seus posicionamentos sobre o ‘controle’ do liberto e o ‘lugar’ da mulher se modificam conforme sua atuação política mostra seus erros, ajustando-se de acordo com as críticas que considera válidas. Cf. *Jornal Folha do Norte*, PE, 10-5-1884.

⁴⁶² *Jornal Folha do Norte*, PE, 10-5-1884.

⁴⁶³ *Jornal O Ceará Livre*, PE, 25-3-1884.

⁴⁶⁴ SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. p.87.

⁴⁶⁵ *Jornal Vinte e Cinco de Março*, 1884, número único.

na *Folha do Norte*⁴⁶⁶ para a participação direta de capitalistas, em especial os mais próximos, a Fábrica Nova Hamburgo e a Fábrica Apolo⁴⁶⁷.

Independente da tentativa de ‘moderação’, José Isidoro – que já era malvisto pela abertura que a *Folha do Norte* dava aos escravos e às denúncias escancaradas aos senhores, expondo o nome dos que era considerados cruéis – passou a ser alvo de ameaças contra sua vida. Em razão da turbulência abolicionista vivida em 1884, o Congresso Agrícola peticionou à Câmara dos Deputados o uso de armas para o controle de abolicionistas, embasado pelo pedido do presidente da província junto ao governo central, para que intervisse diretamente em Pernambuco⁴⁶⁸. Em artigo publicado, Martins Júnior entrou em conflito com os escravistas quando disse que “dá vontade de arrebentar em uma gargalhada” pela “miséria intelectual de selvagens que não sabem contar até cinco” por causa das “acusações de perturbadores, de revolucionários, de loucos” que são atiradas. Argumentou que é impossível acabar com a escravidão sem abalar o país e que “o Brasil, depois de 50 ou 60 anos, estará liberto, graças, principalmente, à MORTE” e desafia todos a provarem o contrário quando afirma que é urgente a organização do trabalho livre⁴⁶⁹. Em artigo veiculado na *Folha do Norte*, o pensamento de Martins Júnior sobre a ‘raça negra’ brasileira remete à valorização do mulato, considerado a “força viva do país” e chama os africanos de “Hércules negro”, apesar de considerá-lo ainda em estágio anterior ao branco na evolução das civilizações, adverte que essa diferença é apenas momentânea e “nem se diga que era impossível a incorporação do filho da África à terra, porque a história dos quilombos mostra quanto o negro tinha aptidão para organizar um bom regime rural”⁴⁷⁰.

Se formos considerar para o século XXI as ideias defendidas por Martins Júnior, podemos apontar boa carga de conservadorismo, mas isso seria uma análise anacrônica. Naquela época seus pensamentos foram tidos como “radicais” pela elite escravocrata, mesmo que ainda considerasse métodos que garantissem a “organização do trabalho”. Portanto, estou de acordo com o historiador Celso Castilho em sua crítica contra o pensamento comum que atribui ao Norte do Império razões puramente econômicas para justificar o crescimento

⁴⁶⁶ Jornal Folha do Norte, PE, 12-1-1884.

⁴⁶⁷ Martins Júnior irá se aproximar de greve operárias nos anos seguintes. Devo lembrar que o positivismo não é igual ao comunismo, apesar de ambos se voltarem para as relações entre capitalistas e operários. No sentido positivista, o intelectual, o líder governamental, deve buscar a negociação entre os patrões e empregados, buscando tanto a justiça trabalhista quanto o desenvolvimento nacional.

⁴⁶⁸ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.233.

⁴⁶⁹ Jornal do Recife, PE, 29-11-1884.

⁴⁷⁰ Jornal Folha do Norte, PE, 17-5-1883.

abolicionista, visto que a reação escravocrata foi duramente sentida na década de 1880⁴⁷¹. Ângela Alonso também indicou que em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo havia escravistas bem organizados, o que levou a radicalização de ambos os lados⁴⁷². Evaldo Cabral ressaltou, inclusive, que das províncias do Norte, Pernambuco é a que mais resistiu ao fim da mão de obra escrava⁴⁷³. Assim que em artigo no *Diário de Pernambuco*, jornal conservador, aquele clima de agitação era percebido da seguinte forma: “as conferências no Santa Isabel, as doutrinas enunciadas, provam a evidência que os candidatos abolicionistas querem a ruína do país, a miséria para numerosas famílias; o estabelecimento da República, ou melhor, o comunismo com a democratização da propriedade”⁴⁷⁴

Dentre os primeiros embates está na contínua rixa entre Martins Júnior e seus colegas Phaelante da Câmara e Francisco Campello – pertencentes ao corpo editorial da *Folha do Norte* – com o professor conservador da Faculdade de Direito, Joaquim José Seabra. O professor conservador considerava a *Folha* um ‘pasquineiro’, o qual as contínuas trocas de farpas levaram Martins e Campello a publicarem nota dizendo que “não desciam para justificar-se tomando a sério o insulto que lhe foi dirigido pelo Sr. Dr. Seabra, professor de todos os direitos”⁴⁷⁵. Após três denúncias contra os estudantes, Martins Júnior irrita-se com a perseguição, pedindo satisfações do porquê continua a persegui-los depois de tanto tempo: “Responde ou não responde, Sr. Dr.? O público está ansioso pela história dos últimos cinco anos acadêmicos! Diga ao menos que não responde, Sr. Dr.! Diga que não desce! Vamos! E dê a quarta queixa à Congregação!”⁴⁷⁶. Inconformado com as críticas que recebia naquele jornal, J.J. Seabra abriu inquérito disciplinar contra o grupo perante o Ministério do Império, exigindo reparações a sua honra⁴⁷⁷. Em deliberação, Martins Júnior não sofreu punições por já ter se formado, mas Phaelante e Francisco perderam um ano letivo. Além de serem alvo constantes, Martins Júnior estava associado por acordo de financiamento com Francisco Campello, que era o provedor da tipografia da *Folha do Norte*, considerado “alto, mesmo muito alto, magro e moreno, muito moreno mesmo” além de um “republicano, e republicano dos pés até a raiz dos cabelos! [...]

⁴⁷¹ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.7.

⁴⁷² ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.219-20.

⁴⁷³ MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, p.46-7.

⁴⁷⁴ CASTILHO, Celso. O ‘25 de Março’ e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p.1.

⁴⁷⁵ Jornal Folha do Norte, PE, 7-12-1883.

⁴⁷⁶ Jornal Folha do Norte, PE, 4-3-1884.

⁴⁷⁷ Jornal Gazeta da Tarde, PE, 26-6-1884.

republicano exaltado, hoje é tão somente republicano que só pensa na república”, sendo esta a fama que tinham a dupla das Laranjeiras⁴⁷⁸

Em adição à sua fama de poeta rebelde, republicano positivista, abolicionista intransigente, Martins Júnior passou a ter ainda mais visibilidade quando rumores da criação do Partido Republicano sondavam seu nome como futuro presidente. A mistura dos traços políticos elencados tornou Martins Júnior, no ano de 1884, não mais um simples jovem poeta rebelde, mas uma possível liderança *partidária*. Enquanto os conservadores mantiveram-se, de certa forma, descrentes em relação ao crescimento republicano, os liberais – em especial os próximos a Zé Mariano – logo perceberam a necessidade de contê-lo. Essa preocupação advinha do fato de que Martins Júnior compartilhava com José Mariano a fama de serem os oradores mais vibrantes e influenciadores naquele momento, como na sua conferência feita em agosto de 1883, em que Antônio Coelho Pinheiro presenciou

O jovem poeta, ilustrado filósofo, em um discurso de improviso, eletrizou todo o auditório, e levantou bem alto o entusiasmo dos peitos da numerosa multidão, que ao descer o sincero patriota republicano da tribuna, foi tão estrepitosamente aplaudido que chegou a abafar-se a voz da música que perdia-se no espaço, em vista do delirante entusiasmo de um povo que admirava a inteligência do poeta mais simpático dos nossos dias⁴⁷⁹

A Campanha Abolicionista de Nabuco e Mariano foi uma das principais campanhas eleitorais do século XIX em Pernambuco. Apesar do processo de votação ser elitista e fraudulento nesta época, a agitação da campanha popularizou os comícios e a participação nos eventos dos candidatos. Foi esta eleição que polarizou as opiniões políticas, colocando escravistas *versus* abolicionistas, causando um novo abalo dentro do próprio Partido Liberal, que deixou Nabuco e Mariano às suas próprias custas⁴⁸⁰. Ângela Alonso chegou a afirmar que Nabuco e Mariano tinham “afinidade programática” com Martins Júnior e Aníbal Falcão, sendo sustentados por estes em “todas as suas publicações e meetings” em 1884⁴⁸¹. Tendo sido um grande articulador desta campanha, Martins Júnior é lembrado por Joaquim Nabuco como um dos responsáveis por sua vitória, bem como foi notado em outras províncias a importância da sua articulação pela promoção da chapa abolicionista⁴⁸². Assim, fez conferência em nome da chapa no dia 9 de novembro de 1884 no Teatro de Santa Isabel com 2 mil presentes, onde deu seu apoio aos candidatos monarquistas, mas lembrou do passado republicano de

⁴⁷⁸ Jornal Folha do Norte, PE, 24-9-1883.

⁴⁷⁹ Jornal O Rebate, PE, 22-8-1883.

⁴⁸⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.95-6.

⁴⁸¹ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2002, p.311.

⁴⁸² Jornal O Paíz, RJ, 20-11-1884.

Pernambuco⁴⁸³. Após a vitória da chapa, em junho de 1884, acompanhou-os no préstito de comemoração, sendo orador por duas vezes⁴⁸⁴.

É interessante notar, ao longo do tempo, como Martins e Nabuco, apesar de discordarem na forma de governo, sempre mantiveram uma relação amigável e respeitosa. Como Martins Júnior carecia de apadrinhamento político no Império, Joaquim Nabuco foi tido, por ele, como um caminho de interseção em suas necessidades, numa típica relação clientelista imperial na qual ele estava, inexoravelmente, atrelado. Boa parte dessa relação se intensificou durante a campanha eleitoral de 1884, quando os ‘ardores’ republicanos de Martins Júnior coexistiam com a sua necessidade de sobrevivência e crescimento político dentro do Império. Totalmente atrelado à Nabuco, acompanhou-o na excursão ao interior da província em Bom Jardim, fez parte dos festejos comemorativos da vitória na segunda tentativa de eleição, em junho de 1885, onde sua residência serviu de descanso para Nabuco após as manifestações frenéticas que invadiram as ruas⁴⁸⁵. Desta forma, foi o orador principal na conferência de despedida de Joaquim Nabuco, organizado pela *Comissão Central Emancipadora*, no Teatro de Santa Isabel, num enorme préstito de 6 mil pessoas⁴⁸⁶.

As contínuas críticas à *Folha do Norte* pelos conservadores, escravistas e liberais, também passou a vir da comunidade portuguesa que acusou Martins Júnior de antilusitanismo⁴⁸⁷ durante sua apresentação no Congresso Agrícola⁴⁸⁸, retirando seu apoio e suas assinaturas do jornal, um grande abalo do seu apoio político, estimulado pela imprensa conservadora⁴⁸⁹. Com o tom das ameaças contra a tipografia e à vida de Martins Júnior, foi acusado de especulação financeira com a herança de Francisco Campello, seu sócio e provedor do jornal, numa tentativa de desmoralizá-lo. Em artigo se manifestando contra as acusações que lhe foram dirigidas pelos latifundiários Florismundo Marques Lins, do Engenho Giqui e Francisco Marcionilo da Silveira Lins do Engenho Macauassu, ambos em Escada⁴⁹⁰, cidade do agreste pernambucano, encetou uma série de perguntas a Francisco Campello, pedindo que

⁴⁸³ Jornal O Rebate, PE, 15-11-1884.

⁴⁸⁴ Diário de Pernambuco, PE, 19-6-1884.

⁴⁸⁵ Gazeta de Notícias, RJ, 2-3-1883.

⁴⁸⁶ Jornal O Apóstolo, RJ, 2-7-1885.

⁴⁸⁷ Em razão da sua defesa do proletário nacional.

⁴⁸⁸ Jornal do Recife, PE, 20-7-1884.

⁴⁸⁹ Jornal Folha do Norte, PE, 21-7-1884.

⁴⁹⁰ O município de Escada, zona sul açucareira da Região Metropolitana do Recife, foi o primeiro a ter um Clube da Lavoura em 1883 e possuía um movimento escravista acentuado. Foram os lavradores desta municipalidade que organizaram o Congresso Agrícola de 1884 e, portanto, representavam o núcleo mais conservador antiaboliconista em Pernambuco. Daí se entende o interesse dos chefes deste clube em desmoralizar e atacar Martins Júnior. Cf. CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.86.

esclarecesse. Martins Júnior foi amplamente defendido por Campello em carta aberta com firma reconhecida, demonstrando a falsidade das acusações impetradas pelos senhores de engenho⁴⁹¹. Em artigo memorialista, Phaelante da Câmara deixou claro que “não podendo, porém, a empresa viver somente da inteligência superior de Martins, porque o dinheiro é em tudo um elemento indispensável, Francisco Campello prontificou-se a fazer, à sua custa, a montagem da tipografia e o autor dessas linhas, aproveitando-se das suas relações no interior da província, ofereceu o concurso de assinantes pagadores”⁴⁹².

Em julho de 1883 o promotor Telesphoro Gomes de Araújo Salles foi removido de Bonito para Águas Bellas pelo então presidente da província, Epaminondas de Barros, pelo simples fato de **suspeita** de amizade com a *Folha do Norte*⁴⁹³. Em artigo vinculado ao jornal conservador *Diário de Pernambuco*, Jefferson de Azevedo Soares publicamente denunciou o periódico republicano como um divulgador de “ideias falsas e perigosas” demonstrando como eram vistos os rebeldes das Laranjeiras⁴⁹⁴. Em passeata promovida pela *Nova Emancipadora* na Rua do Imperador (onde atuavam os republicanos) o discurso final feito por Martins Júnior provocou mais uma onda de críticas, quando é acusado de incitar o uso de armas, principalmente pelo periódico conservador *O Tempo*⁴⁹⁵. Na sequência de acusações que trocam, Martins Júnior se defende dizendo que não é um irracional e petroleiro, mas é bastante interessante como o jornal conservador ganha força em suas críticas a ele após a sua participação dele no Congresso Agrícola, assim que Martins orienta-os a “tomar cuidado com sua pena ou a sua língua!”⁴⁹⁶. Diante das críticas cada vez mais intensas, Martins lançou um manifesto ao público⁴⁹⁷, explicando a inveracidade das acusações e exigindo a sua segurança pessoal. Estas ameaças foram além da própria redação, sendo alertado em outros veículos que percebiam o clima tenso sobre Martins Júnior, como o artigo de Costa Filho onde afirmou estar José Isidoro e a *Folha do Norte* sendo perseguidos⁴⁹⁸. Com as ininterruptas acusações e sérias ameaças contra sua vida, Martins Júnior anunciou a última edição da *Folha do Norte* em 30 de agosto de 1884, periódico popular, barato e de grande aceitação de público

Agora... riam alvarmente e à vontade os meus inimigos pessoais e os inimigos das ideias que tenho representado na imprensa! Dou-lhes licença para virem a público e

⁴⁹¹ Jornal Folha do Norte, PE, 11-8-1884.

⁴⁹² CÂMARA, Phaelante da *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.105.

⁴⁹³ Jornal Folha do Norte, PE, 18-7-1883.

⁴⁹⁴ Diário de Pernambuco, PE, 14-8-1884.

⁴⁹⁵ Jornal Folha do Norte, PE, 6-8-1884.

⁴⁹⁶ Jornal Folha do Norte, PE, 9-7-1884.

⁴⁹⁷ A edição da *Folha do Norte* contendo este manifesto não está acessível. Tenho a referência indireta através do jornal *A Setta* (19-9-1883).

⁴⁹⁸ Jornal A Setta, PE, 19-9-1883.

assoviarem como garotos que são [...] negro, pequenos, cretinos, os escravistas! Não se convencem que está prestes a soar a hora fatal. Querem ser sérios quando são atrasados e egoístas, querem topitar com as nuvens quanto tem instintos carnívoros de hienas, rugidos cavos de chacais, garras de abutres esfomeados⁴⁹⁹

3.2 A CHANCE ELEITORAL

Com o tombamento do primeiro jornal positivista de caráter popular em Pernambuco, *O Rebate* afirmou que a *Folha* “caiu cansado de lutar, porque lhe foi negado os meios de vida”⁵⁰⁰. Após sua saída do periódico colaborou no *Jornal do Recife* através da coluna **Na Brecha** ali “alimentando uma secção que, em breve, se fez temida. Aí retomou a defesa das suas ideias, revelando, dia a dia, novas qualidades de doutrinador e de polemista”⁵⁰¹. Atrelando-se à campanha abolicionista de Joaquim Nabuco e Zé Mariano, mas principalmente em associação ao primeiro, bem como sua já reconhecida fama como republicano e poeta científico, Martins Júnior aventurou-se, pela primeira vez, em uma campanha eleitoral aproveitando-se do frisson que o abolicionismo trouxe para a capital pernambucana. Em candidatura própria a deputação estadual em 1885, utilizou das conferências e da ligação do seu nome a Nabuco e Mariano para ‘testar’ sua popularidade – mas também para escancarar a fraude – iniciando uma série de conferências. A primeira, no Teatro Santo Antônio⁵⁰²; a segunda e terceira no Teatro Variedades; a quarta, no mesmo local, chegou a ser considerada uma ‘apoteose’, onde oraram Martins Júnior, Joaquim Nabuco e Zé Mariano, o trio abolicionista que agitava as ruas há 2 anos. Apesar da fama que tinha Joaquim Nabuco, o trio foi impedido de fazer a conferência no Teatro de Santa Isabel (o mais tradicional), bem como lhe foi negado a banda de música do governo⁵⁰³. Em circular chamando os eleitores para sua primeira conferência como candidato, expõe no *Jornal do Recife* – de orientação monarquista – que ele utilizou da estratégia de usar o Partido Liberal a seu favor, da seguinte maneira

A referida conferência – na qual buscarei salientar a minha atitude republicana – fazendo ao mesmo tempo a crítica da atual situação monárquica, caracterizada hoje pela politicagem empírica e reacionária dos conservadores e pela anulação, senão apodrecimento, do organismo que se chamou Partido Liberal, **terá começo logo depois de terminada a reunião dos eleitores liberais** que está convocada para as 11 horas do dia de amanhã no mencionado Teatro de Santo Antônio⁵⁰⁴

⁴⁹⁹ Jornal Folha do Norte, PE, 30-8-1884.

⁵⁰⁰ Jornal O Rebate, PE, 5-9-1884.

⁵⁰¹ MOREIRA, Rangel. **Martins Júnior**. São Paulo: Editora Pensamento, 1916, p.194.

⁵⁰² Diário de Pernambuco, PE, 7-11-1885.

⁵⁰³ Jornal A Federação, RS, 2-1-1886.

⁵⁰⁴ Jornal do Recife, PE, 7-9-1885, itálico e negrito meu.

Não apenas ele categorizou o Partido Liberal como apodrecido, como, logo em seguida, declarou reunião após o mesmo partido. Também é interessante notar a escolha da *posição* do anúncio da sua conferência, usando seu nome em letras grandes, logo abaixo de dois anúncios do Partido Liberal, indicando sua completa atenção com a disputa pelo eleitorado abolicionista naquele momento.

Figura 1 - Anúncio da 1ª conferência de Martins Júnior e detalhe destacado à direita

The image consists of two parts. On the left is a full page from the 'Jornal do Recife' dated 'Domingo 8 de Novembro de 1885'. A red rectangular box highlights a small announcement in the lower-middle section of the page. On the right is a larger, detailed view of the text from that box. The text is as follows:

Aos eleitores liberaes do 1º districto

Os abaixo assignados tem a honra de convidar aos eleitores liberaes do 1º districto para uma reunião, que deverá ter lugar, domingo, 8 de corrente, ás 11 horas da manhã, no theatro de Santo Antonio, a fim de tratar-se das proximas eleições geral e provincial do mesmo districto e quaesquer outros negocios politicos, em que fôr elle interessado.

Os abaixo assignados julgam conveniente acrescentar que sendo a reunião limitada ao eleitorado do 1º districto, somente os respectivos eleitores terão ingresso no edificio.

Recife, 3 de Novembro de 1885.

Antonio José da Costa Ribeiro.
Manoel Francisco de Barros Rego.
José Ignacio Pereira do Lago.
Francisco Faustino de Britto.
Francisco Antonio de Albuquerque Mello.
Francisco Joaquim Pereira da Costa.
José Rufino Climaco da Silva.
José Joel Esdras de Souza.
João Francisco Teixeira.
João Francisco de Oliveira Santos.

Martins Junior

Hoje, no Theatro Santo Antonio, de 1 para 2 horas da tarde, tem lugar a conferencia politica annunciada por Martins Junior.

FONTE: Jornal do Recife, 8-11-1885
Imagens foram marcadas para melhor visualização

Em nota circular ao eleitorado do 1º distrito da Capital, Martins Júnior ressaltou seu posicionamento que “sem que venha sagrado por algum pontífice político da terra e sem que tenha por trás de mim a ditar-me o programa e conter-me os movimentos, este ou aquele

organizador de chapas, esta ou aquela coterie partidária”, elenca 12 pontos de promessa, na qual sintetizei da seguinte maneira⁵⁰⁵

1. *Fiscalizar os partidos da monarquia;*
2. *Protestar contra a tutela do governo geral sobre Pernambuco;*
3. *Votar contra qualquer ação monopolizadora ou de privilégio que não beneficie o bem comum;*
4. *Lutar pelo equilíbrio orçamentário da província;*
5. *Extinção de impostos considerados abusivos e substituição por impostos sobre a renda e investimentos;*
6. *Não pagamento de impostos que deveriam ser de ordem geral e não apenas de Pernambuco pelo Governo Imperial;*
7. *Combater o gasto desnecessário com a loteria e utilização desta verba em prioridades;*
8. *Fortalecimento do poder municipal;*
9. *Exigir transparência nos gastos públicos;*
10. *Auxiliar na propaganda abolicionista;*
11. *Tributamento, em larga escala, sobre a propriedade escrava;*
12. *Apresentação de projeto de lei proibindo o tráfico interprovincial de escravos.*

Além de ser incomum, para aquele período, o levantamento de promessas de campanha desta forma, Martins Júnior apresentou-se claro e objetivo quanto às suas propostas. Os itens 1 e 3 estão diretamente ligados ao combate aos privilégios monárquicos. Os itens 2, 6 e 8 indicam as pretensões federalistas locais, ainda que seu posicionamento sobre um governo central forte não deixe de ser comentado. Os itens 4, 5, 7 e 9 refletem a orientação positivista de uso exclusivo do poder legislativo para o equilíbrio das despesas – deve-se ressaltar que a teoria política positivista foi quem influenciou as leis de limites de gastos públicos que usamos até hoje, tais como L.O.A (Lei Orçamentária Anual), P.P. (Plano Plurianual) D.O (Diário Oficial) e a Lei de Transparência – também é indicativo da teoria positivista que o poder legislativo deve ser exclusivamente voltado para questões econômicas, ficando as leis de deliberação social a critério de referendos e plebiscitos (aliás, de criação positivista), algo relativizado por José Isidoro. Em publicação da *Folha do Norte* considera que o “imposto é uma porção da fortuna particular que o Estado exige do contribuinte para satisfação de suas necessidades e não pode ter outra aplicação senão o que o determina” indicando o pensamento positivista de dotação orçamentária vinculada, ou seja, responsabilidade fiscal do Estado⁵⁰⁶. Em outra publicação, também referindo-se aos gastos públicos, sugeriu cortes de orçamento, principalmente em dois

⁵⁰⁵ Jornal do Recife, PE, 23-12-1885.

⁵⁰⁶ Jornal Folha do Norte, PE, 28-6-1883.

eixos: redução do gasto policial com presos pobres e fim de impostos religiosos, no qual afirma que

...os corpos político-religiosos e, sobretudo, os fiéis ou crentes de qualquer seita são os únicos que devem pagar ou prover a subsistência aos piagas, pajés ou padres do seu credo. Um Estado, qualquer circunscrição de um Estado, são sempre um conjunto de poderes politicamente organizados, e esses poderes não têm que ser deístas nem ateus!⁵⁰⁷

Os itens 10, 11 e 12 estão diretamente ligados à sua estratégia de esvaziar e forçar os escravistas ao fim da escravidão. Pode-se perguntar porque Martins Júnior não colocou em suas pautas a defesa da forma de governo republicana e a abolição imediata da escravidão, já que era reconhecidamente claro quanto a isso. Está aí um dos traços muito peculiares na personalidade de José Isidoro: era profundamente racional em seus argumentos, metódico e centrado em critérios práticos e efetivos. Martins Júnior propôs aquilo que era *possível* para um republicano *dentro* do sistema parlamentar do Império, onde via um caminho a traçar para o advento da República. Consciente de que sua candidatura era a menor e mais insignificante de todas, terminou sua circular da seguinte forma

Se o eleitorado do 1º distrito entender que me deve honrar com seus votos, tenho certeza de que hei de saber corresponder a sua confiança; se, ao contrário, o resultado do pleito me for negativo – o que, aliás, é mais que provável – saberei esperar calmo por melhores tempos e por maior justiça, sem que se arrefeça o desejo de propaganda e o amor pelos ideais políticos que acalentou⁵⁰⁸

A estratégia deu certo, se pensarmos que sua candidatura foi independente e sem recursos. Um eleitor anônimo divulgou carta aberta, em nome de seu grupo, congratulando o primeiro republicano a enfrentar sozinho uma eleição imperial, sendo que “nós sinceramente confiamos na eleição do distinto republicano”⁵⁰⁹. Outro diz que ele “não é nem dos de cima, como também não é um dos de baixo”, apoiando-o⁵¹⁰. Já na sua 3ª conferência pública, até mesmo os jornais monarquistas divulgavam estar lotado⁵¹¹. Empatado em 2º escrutínio pelo 1º distrito da capital com o conservador Gonçalves Ferreira em 30 de dezembro de 1885, Martins Júnior foi o primeiro republicano *declarado* com chances reais de eleição. Em artigo comentando sobre o fato, o jornal *Gazeta da Tarde* indicou que a ele “cabe a satisfação de ter sido o primeiro a romper com as indecentes combinações de diretórios dos partidos monárquicos”⁵¹².

⁵⁰⁷ Jornal do Recife, PE, 9-4-1885.

⁵⁰⁸ Jornal do Recife, PE, 23-12-1885.

⁵⁰⁹ Jornal do Recife, PE, 30-12-1885.

⁵¹⁰ Jornal do Recife, PE, 10-12-1885.

⁵¹¹ Jornal do Recife, PE, 17-12-1885.

⁵¹² Gazeta da Tarde, PE, 2-1-1886.

Convocados para o 2º escrutínio que aconteceria em fevereiro de 1886, Martins Júnior – sabendo que teria o resultado fraudado – afirmou que não aceitaria fazer compromissos pois “sei que esse mesmo desassombros dará, talvez, ganho de causa ao candidato adversário, mas prefiro uma derrota honesta a um triunfo sofisticado”⁵¹³. Entretanto, há referências de que ‘o partido liberal’ – leia-se Nabuco e Mariano – tenham indicado o voto do seu público em Martins⁵¹⁴. A diferença no final do pleito, apesar do que se imaginava, foi apertada para o conservador Gonçalves Ferreira, que ganhou por uma diferença pequena (150 votos), perdendo largamente nos três distritos de Santo Antônio, o absoluto reduto republicano, fervedouro das lideranças de Martins Júnior, exatamente onde estava localizado seu escritório de advocacia com Arthur Orlando: Rua do Imperador, nº51. José Isidoro também ganhou na *Escola Modelo*, a mesma escola onde cursou taquigrafia na década de 1870, local onde afirmei no primeiro capítulo se tratar de um nascedouro de republicanos⁵¹⁵. Gonçalves Ferreira ganhou por poucos votos em São Frei Pedro Gonçalves (o centro do Recife mesmo) [9 votos a mais] e disputa apertada em São José [32 votos a mais juntando dois distritos] onde era o reduto abolicionista⁵¹⁶. Apesar da derrota – que serviu de argumento para escancarar a corrupção monarquista – sentiu-se empolgado com os resultados, com as ruas em fervorosa. O momento era propício para sair das ‘asas’ liberais e tomar voos. Em conferência realizada na Fábrica Nova Hamburgo no Teatro Variedades, orientou para a necessidade de se organizar o movimento republicano “no seu sentido radical” aproveitando a oportunidade do momento⁵¹⁷. Essa percepção foi notada não apenas na província, mas fora dela. O jornal carioca *O Apóstolo* comentou que “pelo seu talento e simpatia, [visava] chamar as adesões independentes e firmar no coração de muitos pernambucanos a ideia de um futuro partido republicano”⁵¹⁸.

Com o fim da *Folha do Norte*, curiosamente Martins Júnior passou a ingressar o corpo editorial do periódico liberal *Jornal do Recife*, na coluna **Questões Sociais**, ao lado de Maciel Pinheiro e Ciridião Durval, trio que fundaria o Partido Republicano de Pernambuco. Ao que a pesquisa indica, essa aproximação de liberais com José Isidoro visava mantê-lo sob controle, através de uma coligação abolicionista usada como justificativa daquela aproximação. Enquanto o fim da escravidão era pauta comum entre Martins Júnior e José Mariano, as coisas pareciam caminhar numa relativa ‘paz armada’. Em curioso artigo intitulado **Republicanos em**

⁵¹³ Jornal do Recife, PE, 23-1-1886.

⁵¹⁴ Jornal O Paíz, RJ, 29-1-1886.

⁵¹⁵ Jornal do Recife, PE, 9-2-1886.

⁵¹⁶ Jornal do Recife, PE, 2-3-1886.

⁵¹⁷ Jornal do Recife, PE, 12-12-1885.

⁵¹⁸ Jornal O Apóstolo, RJ, 29-1-1886.

Pernambuco, o jornal gaúcho positivista *A Federação* lançou um artigo em apoio à candidatura de Martins Júnior à deputação estadual quando avisam que “a frente dos agitadores acha-se o nosso correligionário” e, em carta de Afonso Aquino Fonseca, membro da *União Federal do Rio de Janeiro*, alertou Isidoro do perigo que representava José Mariano naquele momento orientando-o a não permitir que os monarquistas ganhassem novamente com o uso dos votos republicanos

Estou informado que na Capital, como em outros pontos do território pernambucano, tem a causa republicana muitos amigos sinceros, os quais, iludidos pelos chefes do partido [liberal], tomam até o nome de liberais-republicanos (!!!) [...] [José Mariano] é um reconhecido – e sempre acossado – inimigo do trono e do altar⁵¹⁹.

De posse desta carta, Martins Júnior marcou sua 3ª conferência eleitoral diante de um numeroso auditório e, lendo-a em voz alta, perguntou ao público sobre a necessidade ou não de reorganização de um partido republicano na província. A resposta foi afirmativa⁵²⁰.

Rua do Imperador, nº 51, Telefone nº 452. Esse era o endereço onde as reuniões republicanas lideradas por Martins Júnior passaram a acontecer depois da sua quase vitória em dezembro de 1885, localizado exatamente no meio do bairro de Santo Antônio, onde ele venceu nos três distritos contra Gonçalves Ferreira. Arthur Orlando, com quem dividiu a propaganda, lembrou em suas memórias que “deixando os bancos da Academia, tinha que conciliar dois termos: pensar em seu ideal republicano, como Newton pensava a lei da gravitação e ganhar seu pão como proletário mais desprotegido da sorte” e afirmou que o escritório era uma “espécie de cenáculo republicano”⁵²¹. Um indicativo de que a Campanha Abolicionista foi um abre-alas eleitoral foi a rápida organização do movimento republicano da província.

Naquele que se tornou o *locus* dos meetings republicanos, o Teatro Variedades localizado dentro da Fábrica Nova Hamburgo em Santo Antônio, abriu a primeira conferência pública promovida por Martins Júnior com as lideranças republicanas⁵²². O tema era claro: a conveniência da fundação do *Centro Republicano de Pernambuco* [CRPE a partir de agora] em 10 de abril de 1886, cujo anúncio publicado no jornal monarquista clamava “todos aqueles que já não se iludem com os velhos partidos”⁵²³. Com a anuência dos mais de 500 presentes, organizou as bases do CRPE em 2 de maio de 1886. Em seu discurso, Martins Júnior ressaltou o fato de ser jovem e ‘imprudente’ com as palavras, o que lhe cabia dizer a verdade sem dó, era

⁵¹⁹ Jornal A Federação, RS, 15-12-1885.

⁵²⁰ Jornal do Recife, PE, 17-12-1885.

⁵²¹ ORLANDO, Arthur *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.120.

⁵²² Jornal do Recife, PE, 16-4-1886.

⁵²³ Jornal do Recife, PE, 10-4-1886.

republicano e democrata de cabeça e de coração, *pernambucano de nascença* e comprometido com o eleitorado republicano da província. Em especial, aproveita para atacar o Partido Liberal, em especial o ‘neo-liberalismo’⁵²⁴ proposto por Joaquim Nabuco, que jamais teria espaço no partido monárquico apesar dos seus esforços, pois “finge-se de adiantado” sem ser. É importante ressaltar que Martins não ataca Joaquim Nabuco e José Mariano, mas sim o partido a qual pertencem, colocando a culpa das limitações impostas aos abolicionistas nas forças majoritárias liberais. Com isso, José Isidoro cativa parte do público que devota sua lealdade a Nabuco e Mariano⁵²⁵. Aberto em fevereiro, já em maio foi redigido e fundado o *Centro Republicano de Pernambuco*, congregando adeptos de todas as partes da província, em apenas 2 meses de reuniões. Estiveram presentes no seu escritório 34 colegas, com 9 aderentes ausentes, tornando-se o núcleo principal de decisões⁵²⁶.

A partir daquele momento, as reuniões do CRPE sempre aconteciam no seu escritório, com a frequência de uma vez por semana. Já na segunda reunião contavam-se 42 presentes e foi decidido por deliberação montar a lei orgânica do futuro partido⁵²⁷. Além das reuniões, o escritório também abrigava as aulas particulares de Martins Júnior sobre Direito Natural e Romano, de onde vinha seu ganha-pão, tendo uma renda que o deixava, de acordo com o *Diário da Tarde* do Paraná, “paupérrimo, tanto que vivia lecionando para preparatórios de Direito”⁵²⁸. Como professor, reforçou sua aproximação com grupos mais jovens, em especial como ministrante da disciplina de História e Geografia no *Curso Anexo da Faculdade de Direito do Recife*, bem como atuava gratuitamente pela *Sociedade Propagadora da Instrução Pública* em aulas noturnas para mulheres e libertos ministrando História Natural, Filosofia e Francês na *Escola Propagadora da Boa Vista*⁵²⁹; também deu aulas de filosofia, direito e francês no *Instituto 19 de Abril* pertencente ao seu amigo Carlos Porto Carreiro que muito o ajudou no seu período de crise financeira entre 1887 e 1888⁵³⁰.

⁵²⁴ Joaquim Nabuco tinha como pautas a democratização do acesso à terra, leis sociais de proteção ao liberto e incorporação do federalismo como pauta liberal. Entretanto, suas opiniões nunca ganharam espaço dentro do PL. Para os republicanos, essas pautas só seriam verdadeiramente “abraçadas” pela República.

⁵²⁵ *Jornal do Recife*, PE, 16-4-1886.

⁵²⁶ *Jornal do Recife*, PE, 4-5-1886.

⁵²⁷ *Jornal do Recife*, PE, 11-5-1886.

⁵²⁸ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.309

⁵²⁹ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2002, p.137.

⁵³⁰ Suas duas fontes de renda – o Curso Anexo e o Instituto 19 de Abril – eram dirigidos por amigos seus, o primeiro por João José Pinto Júnior e o segundo pelos irmãos Porto Carrero. Não fossem as indicações pessoais, provavelmente Martins Júnior teria passado fome nesse período. Cf. FREIRE, Theotonio *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.68.

A disciplina, entretanto, eu lhe era mais querida era História, em especial, História do Brasil – nenhuma surpresa, em razão das suas preferências positivistas. Em discurso como orador da *Sociedade Propagadora da Instrução Pública* durante o aniversário do IAHGP em 1887, declarou: “eu lamento que ainda hoje a minha pátria não tenha um historiador que, com uma concepção positiva do mundo, e de posse de todos os fios da nossa vida nacional nos apresente uma grande obra onde esteja feita a História do Brasil, sem outra preocupação a não ser a verdade”, declarando ser necessário ao historiador moderno brasileiro, 7 grandes características: 1) ser naturalista; 2) ser etnologista “para compreender e amar todas as raças”; 3) ser filantropo e democrata “para rir e chorar com o povo”; 4) ser economista “para mostrar que a História é uma obra de privilégio e iniquidade”; 5) ser filósofo “para ter ideia da cultura e do destino”; 6) Ser erudito e, por último, 7) Ser poeta⁵³¹. Suas declarações são, obviamente, voltadas *para si mesmo*. Como professor de História, Martins Júnior foi visto por muitos críticos como uma má influência sobre seus estudantes. Em artigo ácido, A. Pimentel contestou a Teoria da Evolução de Charles Darwin, defendida por Martins Júnior, dizendo ser “lastimável que assim estejam imbuídos em tais erros os adolescentes mal preparados [que] vivem engolfados nos prazeres do materialismo”⁵³². Em análise da sua trajetória como professor, Clóvis Beviláqua disse

Cabe a algum dos seus discípulos dizer-nos qual a influência da palavra do mestre sobre a inteligência de seus ouvintes. Deve ter sido considerável, porque Martins Júnior era eloquente e persuasivo [...] avaliando pelos dotes oratórios, devia ter tido, na cátedra de professor, aquela ardente vivacidade de expressão comunicativa e convincente⁵³³

Esta aproximação com um público mais jovem pode ser percebida pelo lançamento do número único *A Juventude* (1885), redigido por Martins, Arthur Orlando e Afonso Olindense. Esta profissionalização do ensino foi abordada por Ângela Alonso como um dos únicos caminhos possíveis às limitações materiais impostas aos positivistas no final do Império⁵³⁴ e ressaltado por seu primeiro biógrafo, Rangel Moreira, que afirmou a necessidade que ele teve de se submeter a baixíssimos salários e implorar por favores⁵³⁵. A sua ampla atuação em diversas matérias, concentrando-se na região de Santo Antônio e Boa Vista, aprofundou sua influência política naquela região. Devo deixar claro que o local de residência de Martins a

⁵³¹ MARTINS JÚNIOR, Isidoro Martins. Discurso do orador da comissão do Conselho Superior da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco**, Recife, V. 5, n. 33, p. 69-74, ago. 1887, p.72-3.

⁵³² Jornal O Apóstolo, RJ, 5-8-1888.

⁵³³ BEVILAQUA, Clóvis *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.6-7.

⁵³⁴ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2002, p.262.

⁵³⁵ MOREIRA, Rangel. *Op. Cit.*, p.41.

partir de 1884 fica na atual Praça Maciel Pinheiro, o que indica que seu local de trabalho (Santo Antônio) e seu local de moradia, bem como sede da Faculdade de Direito (Boa Vista)⁵³⁶, bairros fronteiriços, são *justamente* o epicentro do movimento republicano de Pernambuco.

Neste período entre 1885-1888 em que Martins Júnior atuou profissionalmente como professor de quase todas as disciplinas (com exceção de matemática) participou de diversos projetos literários, tais como a tradução do polêmico *Jesus e os Evangelhos* (1886) de July Soury – obra que analisou a vida de Cristo sob a ótica ‘científica’ – ingressou na coletânea *Biblioteca de Ciências Modernas* (1886) novamente como Clóvis Beviláqua e João Freitas, bem como fez ampla análise dos trabalhos do professor José Higino publicado em *O Paíz* intitulado **O Dr. José Higino e seus trabalhos no Arquivo de Haya**. Revoltado com a decisão do Governo Imperial de interromper os trabalhos do professor na Holanda, seu artigo n’*O Paíz* voltou-se ácido contra a determinação quando disse que o José Higino “vale mais, muito mais, mil vezes mais do que um ministro qualquer do Sr. Dom Pedro II”⁵³⁷. Tais trabalhos não apenas continuam com a sua orientação positivista e seu apreço cientificista, como são resultado de um período em que ele precisou se adentrar em quase todos os tipos de conhecimentos ‘modernos’ para as suas aulas.

É de se deixar bem claro que Martins Júnior foi um professor reconhecidíssimo e sua obra mais acessada e publicada no Brasil é a *História do Direito Nacional*, manual de sala de aula que abordo no 6º capítulo. Pode parecer uma informação desconexa dentro do momento em que o *Centro Republicano* está sendo criado, mas é a efervescência dos estudos e suas preparações para as disciplinas que ministra que tornou o teor dos seus discursos políticos cada vez mais bem argumentados e “precisos”, bem como o despontou como referência (e autoridade) “científica” a ser respeitada. Ainda sobre seu senso de oportunidade política, lançou, propositadamente, a 2ª edição de *Visões de Hoje* no ano de 1886, exatamente no mesmo momento de criação do *Centro Republicano de Pernambuco*, demonstrando o quão bem articulado ele podia ser com as múltiplas frentes de propaganda. Logo depois tem toda a ‘síntese política’ de *Visões* integralmente publicada na Corte através do *Diário Ilustrado*⁵³⁸

Sua noção devidamente orientada entre a sua poesia, a sala de aula e sua atuação propagandística, leva-o a publicar artigo se desculpando por não ter conseguido continuar com as publicações de poesia científica, pois estava “reunindo informações para uma obra sobre os

⁵³⁶ Também era a área de atuação do Clube Martins Júnior.

⁵³⁷ Jornal O Paíz, RJ, 27-9-1886.

⁵³⁸ Diário Ilustrado, RJ, 15-8-1887.

poetas das ideias”⁵³⁹. Não é demais lembrar que Martins Júnior não era pertencente aos círculos do *status quo*, não possuía uma família abastada ou sobrenome tradicional, não tinha padrinhos políticos ou mesmo uma rede de clientelagem política, tão comum neste período. Não possuía renda estável, o que o obrigava a pensar estratégias que o ajudassem na propaganda. Ele não tinha a quem interceder por favores, a não ser poucos amigos e admiradores da sua poesia. O uso da sua poesia não visava o enriquecimento – até porque isso era raríssimo no Brasil tanto no século XIX, quanto no século XXI – mas lhe servia de apoio substancial para conseguir uma rede de ‘sustentadores’. Desta forma, costumava enviar cópias de *Visões* para diversos periódicos e, algumas dessas vezes, obtia resposta afirmativa de publicação. Com um mês após a criação do CRPE, bem como sua ampliação de atuação para o bairro da Boa Vista, lançou-se candidato a Juiz de Paz por este bairro em junho de 1886 junto com o restante da chapa republicana⁵⁴⁰. Não foi eleito.

Além do já dito, esse mesmo endereço também direcionava os processos ligados aos escravos, cuja pauta era defendida por Martins Júnior. Ao que parece, entre as reuniões partidárias, eventos políticos, processos de escravos, redações de jornais e aulas noturnas, José Isidoro praticamente *morou* no sobrado. Por sua constante presença naquele recinto, passou a se tornar o ponto de apoio das estratégias republicanas, para onde congregavam todos que tinham o mesmo ideal. O outro espaço cativo, como já citado antes, era o Teatro Variedades da Fábrica Nova Hamburgo pertencente ao alemão Augusto Kruss. Neste espaço foram feitas quase todas as conferências republicanas do CRPE, como as celebrações da Bastilha em todo 14 de julho. Em especial, a comemoração de 14 de julho de 1886 levou mais de 1000 pessoas ao recinto (com capacidade para a metade), tendo Martins Júnior sido “estrondiosamente aplaudido”⁵⁴¹ e estando completamente cheio, defendeu uma “revolução” para tirar o atual governo⁵⁴². Também abrigou um enorme meeting abolicionista da *Comissão Redentora do Recife*, do *Centro Republicano*, do *Clube Ceará Livre* e da *Ave Libertas* nas comemorações do 25 de março em 1886⁵⁴³.

Visando ampliar as conexões do CRPE fora da província, Martins Júnior tornou-se correspondente e colaborador de periódicos e clubes espalhados pelo Brasil. Foi o caso dos jornais *O Século* (RJ, 1886), *Libertador* (CE, 1886) *A Semana* (RJ, 1887), *Biblioteca*

⁵³⁹ Revista do Norte, PE, 20-3-1887.

⁵⁴⁰ Diário de Pernambuco, PE, 13-6-1886.

⁵⁴¹ Jornal A Federação, RS, 1886, nº175.

⁵⁴² Jornal A Pacotilha, MA, 26-7-1886.

⁵⁴³ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.186.

Vulgarizadora (RJ, 1888), *Tiradentes* (RJ, 1888), *O Tempo* (RJ, 1888), *O Laranjeirense* (SE, 1888), *Almanack Literário Alagoano*⁵⁴⁴ (AL, 1888), do *Clube Literário Cearense*, bem como se aproximou do núcleo gaúcho em Pernambuco, principalmente através da comemoração ofertada pelo CRPE à Revolução Farroupilha em 20 de setembro de 1886. Nesta comemoração o *Centro* distribuiu gratuitamente o manifesto de Bento Gonçalves na capital, bem como ofertou um jantar temático aos gaúchos, com menu e pratos com barrete frígio e bandeiras republicanas⁵⁴⁵. Para fortalecer o CRPE, enviou manifesto assinado ao Congresso Republicano da Corte, anunciando a criação oficial e tomando a representação da direção do movimento⁵⁴⁶. É importante ressaltar, portanto, que Martins Júnior *não substitui* suas áreas de atuação pelo CRPE, mas *adiciona* novos espaços e públicos. Desta forma, não deixou de participar nos mais variados eventos literários que já lhe eram comuns, como a conferência que pronunciou para o *Comitê Literário Acadêmico*, bem como continuou atuando como orador principal dos clubes abolicionistas. Em especial, deve-se citar a *Comissão Central Emancipadora*, pela qual foi conferencista privilegiado, tendo participado dos festejos ao *25 de Março* no Teatro Variedades e em homenagem a José Bonifácio no Teatro de Santa Isabel em novembro de 1886. Desta forma, Martins Júnior não se excluía de nenhum evento que estivesse ocorrendo, fosse ele literário, científico, escolar, operário, abolicionista, republicano, etc. Entendo essa **difusão** da sua presença em diversos ambientes tanto uma expressão da sua crescente popularidade, mas também no uso pessoal da sua presença para fortalecer o CRPE e a si mesmo como ‘única’ liderança republicana.

O ano de 1887 foi decisivo. O movimento abolicionista brasileiro estava no seu momento mais combativo e as discussões sobre a participação da monarquia na perpetuação da escravidão criaram um ambiente favorável e receptivo à ideia republicana em todo o território nacional. Essa associação foi estabelecida pelo surgimento da *União Federal Abolicionista*, agremiação que reunia os clubes abolicionistas republicanos, no qual Martins Júnior iniciou uma série de conferências no Teatro Variedades⁵⁴⁷. Foi neste momento que ampliou e fortaleceu o CRPE para além da Capital pernambucana, adentrando os municípios do interior da província e estabelecendo as conexões nacionais com as lideranças do sul do país. Em artigo, Martins

⁵⁴⁴ Este Almanack foi organizado por Maria Lúcia de Almeida Romariz. Nesta época Martins Júnior já havia se aproximado de outras lideranças femininas, como Maria Amélia de Queiroz e Maria Augusta Meira de Vasconcelos, demonstrando que suas antigas opiniões sobre a adstrição da mulher ao lar tinham mudado sensivelmente conforme vai amadurecendo.

⁵⁴⁵ Jornal A Federação, RS, 12-10-1886.

⁵⁴⁶ Jornal do Recife, PE, 7-8-1887.

⁵⁴⁷ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.216-222.

Júnior declarou “guerra de morte à escravidão e à realeza”⁵⁴⁸. Em primeiro lugar foi lançado o órgão principal da agremiação *A República*⁵⁴⁹, do qual era redator-chefe, perdurando todo o período que vai desde a expansão para o interior (1887) até a fundação oficial do Partido Republicano em dezembro de 1888. Em sua edição de estreia deixaram claro se tratar de um periódico que visou divulgar o CRPE para outras províncias⁵⁵⁰.

Além disso, as conferências do CRPE aumentaram de frequência, mantendo dois teatros como sede específica: o Teatro Variedades, já citado, e o Teatro Santo Antônio, freguesia onde ficava seu escritório na Rua do Imperador nº51. Esses três locais de reunião passaram a ser entendidos pela população como espaços tipicamente republicanos. É no Teatro de Santo Antônio que celebram os aniversários da Revolução de 1817 (do qual se consideram descendentes) em 6 de março de 1887 e 1888. Mas é na associação entre o abolicionismo efervescente naquele momento e os locais de atuação republicana em que reside a verdadeira estratégia de Martins Júnior: após a Campanha Abolicionista de 1884 e o afastamento de Joaquim Nabuco da província, boa parte das conferências abolicionistas vão acontecer nesses dois teatros⁵⁵¹. É o caso da 2ª conferência que pronunciou para a *Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão*⁵⁵² em 1º de maio de 1887 no Teatro Variedades e da conferência realizada com Nilo Peçanha pela SPCE e a *União Federal Abolicionista* em 15 de maio de 1887⁵⁵³. O perfeito ‘alinhamento’ entre o discurso agressivo abolicionista e a necessidade de implantação da República foi feito nos espaços considerados tipicamente republicanos pela população. O ano de 1887 é também o ano mais importante para a produção jornalística de Martins Júnior, compreendendo com isso que sua participação difusa visava sempre a ampliação da propaganda republicana e sua consolidação como liderança do movimento. Em memória, Phaelante da Câmara relembrou um episódio que demonstrando a habilidade que ele tinha para a rapidez dos jornais em que contribuía

Quando eu desci pela primeira vez à rua, na convalescença [após um grave problema de saúde que o afastou do periódico *A Concentração*] encontrei Martins, e tive meios de leva-lo até o escritório da redação. Pedi-lhe que escrevesse alguma coisa para o dia

⁵⁴⁸ Jornal O Anti-Rebate, PE, 20-8-1887.

⁵⁴⁹ Entretanto esse periódico não foi possível de ser acessado, com exceção de 3 exemplares na Cepe Digital, visto que as únicas cópias disponíveis para consulta estão no Arquivo Público Pernambucano que me negaram seu acesso no período entre 2013 a 2020. Busquei outras formas de acesso, mas todas foram inconclusivas. Todas as referências a esse órgão foram retiradas de fontes secundárias ou fontes primárias que o citaram.

⁵⁵⁰ Jornal A República, PE, 14-7-1887.

⁵⁵¹ Devo ressaltar, porém, que o Gabinete Cotegipe abriu guerra contra o movimento abolicionista nacional o que fez com que o Teatro de Santa Isabel, tradicional espaço desses meetings, estivesse impedido. Ao invés de outras estruturas maiores se apropriarem – como, por exemplo, seria a sede do IAHGP ou o Gabinete Português de Leitura – foram os espaços republicanos que tomaram a frente.

⁵⁵² Fundado por José Mariano.

⁵⁵³ Jornal O Paiz, RJ, 25-4-1887.

seguinte e, como a hora estivesse adiantada, o meu nobre amigo, sentando-se à minha mesa, traçou ali mesmo, rapidamente, um artigo vibrante. O editorial causou sensação e, aos que me procuraram depois da folha publicada no intuito de dar-me parabéns, eu tive de descobrir o autor para não me enfeitar com as penas da águia. Conto esse incidente caseiro do jornal, no propósito de mostrar que Martins foi verdadeiramente um jornalista, porque dispunha da facilidade de produzir, sem que esquecesse as linhas do programa e o ponto de vista da arte⁵⁵⁴

Desta forma fundou junto com outros a *Revista do Norte* (1887-1888), periódico diretamente subordinado ao CRPE, escrito por ele próprio, Arthur Orlando, Adelino Filho e Pardal Mallet, cujo escritório do jornal ficava exatamente na Rua do Imperador N°51, divulgando o número de telefone 452 para seus seguidores – ressaltando a importância da existência de um aparelho telefônico dentro do escritório dos republicanos porque foi a partir daí que as articulações com outras províncias se tornaram mais frequentes, bem como também foi daí que veio a notícia da Proclamação; participou de *A Exposição* (1887); *Era Nova* (1887); *Anti-Rebate* (1887); *A Esmola* (1887); *A República* (1887-1888); *Jornal do Recife* (1885-1887); *O Recife* (1888); *Homens e Letras* (1888), *A Academia* (1888) e do periódico militar *A Alvorada* (1887), tendo sido – até o momento que faço essa tese – o único republicano em Pernambuco que se aproximou do exército⁵⁵⁵ para a propaganda republicana. Em poema escrito em 1882, mas amplamente divulgado apenas em 1886, Martins Júnior já se direcionava diretamente aos soldados

A UM SOLDADO QUE LIA

*Que fazes, infeliz? Vergado ao teu fuzil,
Tu lêes? Como és ingênuo, ó pobre ser sem luz!
Tira o livro da mão. Pregar-te-ão na cruz,
Se houver quem vá dizer ao general, ó vil!*

*Que como sentinela, ali, junto à guarita,
Tu cometes tal crime! Abrir ao livro a alma
D'um soldado! Mostrar a verdejante palma
Do talento ao fuzil, ao sabre que se agita*

*Somente quando a guerra estruge! Canibal!
Ter a audácia de ler! Prejudicar a pose
Do soldado, como o ar, com a posição fatal,
De quem pensa! Que horror! Ter uma força que ouse*

Desviar teu olhar do cano da tua arma!

⁵⁵⁴ CÂMARA, Phaelante *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.110.

⁵⁵⁵ Esta informação é necessária pois, durante as guerras no período Floriano Peixoto, Martins Júnior fundará o único Batalhão Patriótico no Norte. Falarei a respeito no capítulo 5.

*Não penses mais em tal, soldado! A tua lei
Ordena que se esfrie o crâneo, para o Rei
Poder dormir feliz, sem recear o alarma!*⁵⁵⁶

Fortalecido internamente como a liderança republicana da província e reconhecido fora dela, em junho de 1887 o CRPE enviou comissão – Almeida Pernambuco (engenheiro) e Belarmino Carneiro (negociante) – para o *Congresso Republicano Brasileiro* acontecido no Rio de Janeiro⁵⁵⁷. Com a participação no congresso nacional, o CRPE organizou o primeiro Congresso do Centro Republicano de Pernambuco em 7 de setembro de 1887, visando a criação do partido oficialmente, como orientou a reunião nacional⁵⁵⁸. Nesta reunião feita na Zona da Mata açucareira – considerada a primeira a nível provincial, não apenas da capital – foram lançadas as bases do futuro Partido Republicano⁵⁵⁹. No convite para a Conferência Republicana do *Centro* em Escada, cidade do agreste pernambucano, são esperados, principalmente “os senhores agricultores” pois “é a mais interessada em que não se perdue por longo tempo este triste estado das coisas em que se afunda o país”⁵⁶⁰. Dentre as resoluções do primeiro congresso estão: intensificar a propaganda no Recife e no interior; fundar o jornal do Centro; organizar clubes pela província; fazer recrutamento nos distritos rurais; promover excursões pelo interior e distribuir folhetos junto à população; indicando que a estratégia era massivamente voltada para a saída do movimento republicano da Capital⁵⁶¹.

A comissão, recebida e hospedada no Engenho Sapucagy do Coronel Marcionilo, fez a conferência na casa do capitão José Sancho com aproximadamente 300 pessoas, em sua maior parte comerciantes, artistas e trabalhadores do campo. Porém, Martins Júnior foi muito interrompido por apoiadores da monarquia e até mesmo o Coronel Marcionilo, que o hospedava, negou apoio para derrubada do Rei⁵⁶². Em denúncia pronunciada na *Assembleia Legislativa de Pernambuco*, José Maria – liberal e amigo de Zé Mariano - denunciou a tentativa de intimidação e bloqueio da conferência, causando forte discursão dentro do plenário, o que levou ao voto de adesão republicana por parte dos deputados Elisário de Moraes e Leonardo de

⁵⁵⁶ Diário do Gram-Pará, PA, 21-2-1886.

⁵⁵⁷ Jornal A República, PE, 14-7-1887.

⁵⁵⁸ Jornal do Recife, PE, 10-9-1887.

⁵⁵⁹ Diário de Pernambuco, PE, 10-9-1887.

⁵⁶⁰ Diário de Pernambuco, PE, 30-11-1888.

⁵⁶¹ HOFFNAGEL, Marc Jay. Recife entre a monarquia e a república. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, XXV, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBPH. 2005. p.167.

⁵⁶² Diário de Pernambuco, PE, 5-12-1888.

Siqueira, arrancando aplausos da galeria⁵⁶³. Por essas e outras razões não é correto afirmar que o movimento republicano e, em especial o *Centro* e *Partido* Republicanos de Pernambuco, teriam sido “invadidos” por agricultores descontentes com a Lei Áurea. Pelo contrário, essa aproximação foi tensa, muitas vezes desconfiada, diferenciando-se, sobremaneira, dos partidos republicanos de São Paulo e Minas Gerais.

Dentre as estratégias pensadas, o lançamento de candidatura própria e propaganda de ‘conversão’ pelo interior foram consideradas as formas prioritárias de ampliação e consolidação, sem deixar de proferir conferências na região metropolitana, em especial nas comemorações de Seis de Março (Revolução de 1817), Quatorze de Julho (Queda da Bastilha) e Vinte de Setembro (Revolução Farroupilha)⁵⁶⁴. Em especial sobre o *Seis de Março* em 1887, o monarquista *Jornal do Recife* declarou ter sido “uma bonita festa. Quem a ela assistiu saiu dali satisfeito”⁵⁶⁵. Desta forma lançaram o primeiro candidato sob a legenda do CRPE em 19 de setembro de 1887, Ângelo Tavares, bem como iniciaram a propaganda pela região norte e sul açucareira. Em circular aos correligionários na segunda candidatura [José Faustino Porto e Manoel Gomes de Matos], exigem total disciplina eleitoral, visando formar um nicho republicano consolidado⁵⁶⁶. Em conferência eleitoral de José Faustino Porto como candidato pelo 1º distrito em dezembro de 1887 no Teatro Santo Antônio, Martins Júnior anunciou o programa do futuro Partido. Indicações de que essa expansão começa a gerar frutos está nos 54 votos que Martins Júnior recebeu no 4º distrito [Goiana e Timbaúba, região norte açucareira] em dezembro de 1887 mesmo sem sequer ter sido candidato, por intermédio de um apelo de Maciel Pinheiro, seu colega de propaganda e ex-juiz de Timbaúba; ao saber sobre seu apelo, Martins Júnior escreveu-lhe uma carta para explicar porque não desejava ser eleito naquele momento⁵⁶⁷ e, portanto, que não incitasse o povo a lhe dar votos⁵⁶⁸. O jornal *Anti-Rebate* afirmou haver um número “insignificante e ridículo” de votantes republicanos, mas que as reuniões do CRPE continuavam “sempre bastante concorridas”, levando-nos a supor, com isso, que as fraudes eleitorais e o controle da máquina pública pelos partidos monárquicos impedia o aumento deste eleitorado⁵⁶⁹, bem como sugerem, talvez, um público não necessariamente de pessoas que não se enquadrassem nos critérios para serem eleitores.

⁵⁶³ Jornal Tribuna Liberal, MG, 7-12-1888.

⁵⁶⁴ Jornal A República, PE, 6-3-1888.

⁵⁶⁵ Jornal do Recife, PE, 8-3-1887.

⁵⁶⁶ Jornal do Recife, PE, 2-12-1887.

⁵⁶⁷ Estava se referindo à sua necessidade de passar em concurso público.

⁵⁶⁸ Gazeta Nacional, RJ, 13-1888.

⁵⁶⁹ Jornal O Anti-Rebate, PE, 1-11-1887.

Essa aproximação do CRPE com as lideranças da região açucareira, utilizando-se da crise generalizada da monarquia a partir de 1887, foi um prato cheio para o início das acusações por parte dos liberais, em especial, dos partidários de José Mariano. Com a expansão rápida da agremiação republicana, Mariano via seu eleitorado – principalmente abolicionista e comerciante – aproximar-se de Martins Júnior. Este, não mais como um poeta e estudante, mas como chefe de partido, tinha como necessidade absoluta para expansão do CRPE a inexorabilidade de aproximação com a elite que lhe garantiria recursos financeiros, força eleitoral e ‘credibilidade’ partidária. Do ponto de vista de um partido político, as associações e negociações políticas são naturais no processo de fortalecimento eleitoral, porém a fama de republicano incorruptível, puro e radical que Martins Júnior tinha lhe trouxe dupla desconfiança: por parte dos liberais de José Mariano, foi acusado de incoerência e hipocrisia; por parte dos conservadores, um estrategista malicioso a ser contido. Além disso, a elite açucareira pernambucana já gozava de prestígio e bons cargos dentro da estrutura imperial, o que tornava o discurso republicano pouco apelativo. O resultado foi a baixa adesão da elite açucareira ao Partido Republicano de Pernambuco. A quantidade numérica ou percentual desta participação, entretanto, pouco importou do ponto de vista dos seus opositores. Ainda que a adesão ao CRPE tenha sido modesta – cito especialmente Ambrósio Machado (Vitória de Santo Antão, região sul, 46km do Recife) e a Família Rabello (Goiana, região norte, 62km do Recife) como os principais adesistas – as acusações por parte de conservadores e liberais marianistas insuflaram e ‘hiper-dimensionaram’ esses números, utilizando de forma contundente como argumento combativo.

3.3 EM BUSCA DE RENDA: OS CONCURSOS PÚBLICOS DA FACULDADE DE DIREITO

Em 14 de julho de 1887, *Dia da Revolução Francesa*, Martins Júnior casou-se com Elisa Quinteiro, porém não obtive informações que possam adentrar na sua vida íntima, principalmente para conhecer sobre sua primeira esposa. Tendo pouca renda, Martins vivia de aulas particulares que mal pagavam a si próprio, bem como seu estilo de vida – consolidando-se como chefe de partido – tirava-lhe boa parte dos proventos e do tempo disponível. Agora casado, veio a necessidade de provimento da sua família e, com isso, a sua luta para conseguir um emprego público que pudesse lhe dar esta estabilidade. A intensidade dos compromissos e

o seu estilo de vida causavam desconforto no seu casamento, como na carta que escreveu a Elisa

Eu sei, Elisa, que tu te queixas intimamente do fervor com que eu me apego as minhas ideias e, sobretudo, do amor que eu voto ao meu ideal político, pelo qual me tenho feito até hoje uma espécie de apóstolo. Imaginas, talvez, que isso diminui a minha adoração por ti, enfraquece o amor que te voto. Como te enganas, Elisa! Escuta: a minha alma arrastada por esse caminho escuro da vida, vê, no meio da treva que a cerca, dois grandes facho que a deslumbram e guiam: um, alumia-lhe uma Babilônia que se chama Pátria; outro, aclara-lhe um oásis que tem o nome de Família. O primeiro facho é representado pelas minhas ideias (ilusões, se quiseres) que eu me esforço por conservar puras como o afeto que te tenho; o segundo, que mais parece um astro do que simples facho é representado por ti, ou antes, pelo amor, de que és a concretização ou realidade objetiva exterior. Essas duas manifestações do meu eu – as minhas ideias e o meu amor – não se repelem, atraem-se⁵⁷⁰.

Entretanto, o peso do seu nome e a fama que construiu sobre si lhe seria o principal obstáculo para qualquer tipo de ascensão no Império. Se ser o ‘Poeta das Visões’ lhe garantiu reconhecimento perante seus pares e o elevou a uma liderança notável, suas ações abolicionistas e o ‘radicalismo’ das suas propostas o colocaram no radar da monarquia e seu nome passou a ser associado como alguém a ser ‘parado’. A tortuosa trajetória que passou com seus concursos públicos ganhou fama nacional. É o caso mais citado como o principal exemplo de perseguição política registrado pela historiografia sobre o movimento republicano brasileiro. Oficialmente⁵⁷¹, Martins Júnior tentou três vezes ser professor da Faculdade de Direito do Recife. É preciso lembrar que Martins já tinha longa trajetória de ensino e estudo, era professor de preparatórios e tinha amplo conhecimento de praticamente todas as disciplinas.

Em seu primeiro concurso, em 22 de outubro de 1887, defendeu a tese: *Há crime de injúria aos mortos?* Tendo sido o primeiro a elaborar um raciocínio sobre o direito pós-vida. Devo ressaltar que havia três professores dentro da faculdade que lhe seriam amplamente favoráveis e o defenderiam ao longo das suas tentativas: Tobias Barreto, Albino Meira e seu querido⁵⁷², José Higino. Entretanto, as antigas rixas e desentendimentos que teve com Joaquim

⁵⁷⁰ MARTINS JÚNIOR *apud* SOUTO, Milton. **Martins Júnior e o centenário do seu nascimento**. *Acervo Particular de José Isidoro Martins Júnior*. Arquivo Público Jordão Emerenciano, Seção Manuscritos, 1960, não possui paginação. [Conjunto Documental nº 11]

⁵⁷¹ Há referência a um concurso feito em 1884 onde defendeu a tese ‘*Há leis naturais sociais? Como conciliar o livre-arbítrio com a existência de tais leis?*’, porém não me foi possível confirmar este concurso por variadas fontes, não tendo informação sobre sua colocação nela. Encontrei a transcrição desta prova no periódico *Homens e Letras* (Abril, 1888, nº1), publicado pelo próprio Martins Júnior, porém indicando a data de 17 de outubro de 1887, cinco dias antes do concurso citado, porém a publicação acontece em abril de 1888, portanto 6 meses após a primeira prova. Em todas as fontes e referências consultadas são elencados 3 concursos, não 4 como seriam. É possível que o tema tenha sido modificado pela banca examinadora com poucos dias de antecedência antes do concurso, o que explicaria a confusão das informações. Por não ter conseguido confirmar propriamente esse primeiro concurso, feito logo após sua graduação, escolhi não o incluir nesta sequência.

⁵⁷² Martins Júnior era abertamente admirador do seu professor José Higino. Em artigo n’*O Paiz* declarou que “não é de hoje que eu tenho por este notável pernambucano uma sincera admiração e um respeito profundo. Apraz-me confessá-lo publicamente” *Cf.* *Jornal O Paiz*, RJ, 27-9-1886.

José Seabra colocavam boa parte do corpo acadêmico contrária às suas tentativas. No seu primeiro concurso ficou em 2º lugar, sendo amplamente debatido o resultado, visto como ‘adulterado’ pela influência de J.J. Seabra para eleição do seu favorito. Em artigo vinculado n’*O Paiz* é defendido: “fazemos um ato de justiça tornando saliente o nome do Dr. Martins Júnior, nome vantajosamente conhecido e muito reputado por seus trabalhos literários e pelo papel notável que tem representado no jornalismo, na tribuna e nos estudos científicos”⁵⁷³. Em artigo escrito por ‘Tácito’, argumentou que José Higino e Tobias Barreto haviam indicado seu voto para o 1º lugar do concurso, o que já deveria indicar para a opinião pública que Martins Júnior merecia aquele lugar, visto a competência amplamente reconhecida daqueles dois professores, portanto

[...] repare nisto o governo imperial, a opinião do Brasil, em tais circunstâncias é que Martins Júnior está em primeiro lugar! (...) seu concurso foi brilhantíssimo, foi um acontecimento acadêmico (...) não tendo este outra proteção senão a bonita figura que fez no concurso, é muito para rezear que seja posposto ao mais querido da maioria doutoral (...) TOME CUIDADO O GOVERNO IMPERIAL!”⁵⁷⁴

Em virulento ataque à monarquia, carregado do seu sofrimento com o primeiro concurso, Martins Júnior publicou em duas partes distintas na capa da *Gazeta Nacional* o seu artigo-manifesto⁵⁷⁵ **Os Falsificadores de Ideias**⁵⁷⁶. Neste artigo ele faz um ataque sincero e direto aos monarquistas e, em especial, aqueles que considera ‘sofistas’ do Império, defensores do *status quo* que sabem usar de boa oratória e bons argumentos, porém “usurpadores” das ideias republicanas. Seu ataque é nitidamente voltado para aqueles que Ângela Alonso configurou como o subgrupo “novos liberais” que vinham a ser seus principais opositores e concorrentes. Neste mesmo mês (fevereiro de 1888) foi aprovado em São Borja (RS) uma moção contrária ao Terceiro Reinado que, endossando suas relações políticas já bem estabelecidas com os positivistas do Rio Grande do Sul, levou à consideração do CRPE logo no mês seguinte através de Martiniano Veras. Com uma conferência pública, Martins Júnior, Albino Meira e Argemiro Aroxa, líderes executivos da agremiação, reuniram-se com os correligionários para confirmar e exigir unanimemente uma constituinte que não permitisse o Terceiro Reinado, algo já defendido por eles anos antes da moção⁵⁷⁷. Organizaram uma circular, enviando-a para os periódicos da Corte, pedindo por uma nova constituinte

O povo do Recife vê com satisfação a atitude das Câmaras Municipais do Sul do Império com relação à sucessão do trono e pensa que se deve acoroçoar a propaganda

⁵⁷³ Jornal O Paíz, RJ, 31-10-1887.

⁵⁷⁴ Gazeta de Notícias, RJ, 18-11-1887.

⁵⁷⁵ Gazeta Nacional, RJ, 25-1-1888, 29-2-1888.

⁵⁷⁶ Este artigo originalmente circulou através da *Revista do Norte* em 20-2-1887.

⁵⁷⁷ Jornal Folha do Norte, PE, 15-2-1884.

no sentido da convocação de uma constituinte que resolva sobre as questões políticas que se venham prender ao dito fato da sucessão⁵⁷⁸

Os posicionamentos do CRPE deixaram de levar em consideração apenas as disputas provinciais para participar do intrincado jogo nacional contra a monarquia. Pernambuco, tendo o movimento republicano mais bem organizado do Norte do Império, tornava Martins Júnior uma liderança regional significativa no contexto nacional republicano. Emparelhando o CRPE ao lado das lideranças positivistas do restante do país, Martins Júnior tem ligações com o restante das províncias do Norte – como já abordei no primeiro capítulo – ressaltando a centralidade que terá em todo esse contexto. Desta forma, lideranças republicanas de outras províncias passam a fortalecer os laços com o CRPE, nitidamente aqueles com a aproximação ‘radical’ que compartilhavam, como a conferência conjunta entre Martins Júnior e o carioca Lopes Trovão no Teatro Variedades em outubro de 1888⁵⁷⁹, a recepção ao cearense João Cordeiro – considerado ‘republicano exaltadíssimo’ por Ângela Alonso⁵⁸⁰ - e os comícios com Silva Jardim ambos em julho de 1889. Lopes Trovão e Silva Jardim são considerados os maiores ‘agitadores’ das ruas cariocas⁵⁸¹ e, portanto, a ligação do PRPE diretamente com eles só reforça um emparelhamento ‘radical’ interprovincial em que estão também interligados por laços de amizade e compadrio político o Rio Grande do Sul, Pará, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte⁵⁸².

Sem esperar pela resolução da justiça brasileira no primeiro concurso, Martins Júnior fez nova tentativa em maio de 1888 com a tese *‘Pode-se admitir uma dupla intuição romana e germânica na luta jurídica ou do processo? No caso afirmativo, quais os caracteres de uma e outra?’*, sendo o 1º colocado mesmo com as tentativas de impedi-lo. Recebeu os votos de Adolpho Cirne, Albino Meira, Tobias Barreto, José Higino, Francisco Pinto Pessoa, João José Pinto Júnior e Silveira de Souza – todos eram próximos seus, sendo Cirne, Meira, Pessoa e Pinto Júnior seus amigos - com o único voto contrário de Joaquim José Seabra, o professor que sempre o perseguiu⁵⁸³. Vale ressaltar que Adolpho Cirne foi o 1º lugar do concurso de 1887, no qual Martins Júnior terminou em 2º, portanto demonstrando que até mesmo seu antigo concorrente lhe deu seu voto; Silveira de Souza, diretor da Faculdade de Direito, também lhe concedeu o mesmo. Com essa nova tentativa, ficou claro para o público não apenas

⁵⁷⁸ Gazeta Nacional, RJ, 4-4-1888.

⁵⁷⁹ Gazeta da Paraíba, PB, 3-11-1888.

⁵⁸⁰ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.170.

⁵⁸¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*, p.53.

⁵⁸² Estas alianças interprovinciais com o PRPE serão analisadas no próximo capítulo.

⁵⁸³ Jornal do Recife, PE, 12-6-1888.

pernambucano, como para a nação, que Martins Júnior jamais seria nomeado no Império, nem mesmo com forte apoio interno dos membros da congregação. Necessitando de apoio para conseguir o cargo, ele pediu auxílio dos seus dois apoios na rede clientelar do Império: Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Em carta escrita ao primeiro, lembra dos seus serviços prestados para sua eleição na Campanha Abolicionista de 1884

Recife, 19 de junho de 1888.

Ilustre amigo Sr. Dr. Joaquim Nabuco,

Antes de tudo, um abraço pela conquista final da Grande Ideia⁵⁸⁴. Não quero tomar-lhe grande parte do seu precioso tempo. Por esta razão digo, em muitas poucas linhas, qual o fim desta carta: É dizer-lhe que, se mereço alguma coisa por qualquer título, espero que promoverá aí, por todos os meios consentâneos com a sua e a minha dignidade, a minha nomeação para lente da faculdade.

No 2º concurso, que acabo de fazer, fui classificado em 1º lugar. Creio, portanto, que me nomeando, o governo não me faz um favor, faz-me simplesmente justiça.

Atrevo-me a lembrar-lhe que por intermédio do José do Patrocínio talvez fosse fácil atrair sobre mim as simpatias do João Alfredo, de quem, aliás, tenho receio.

Não merecerei, nesta conjuntura, a honra de ver o meu nome lembrado por V. Exª em artigo editorial do *Paiz*?

É agora a ocasião de cumprir o que me prometeu o ano passado: - a publicação de um artigo a meu respeito. Se de tanto julgar digno, conte com o eterno agradecimento.

Seu patricio e admirador,
Isidoro Martins Júnior.⁵⁸⁵

Joaquim Nabuco, em resposta ao seu apelo, publicou em *O Paiz* o artigo em primeira página **Martins Júnior**, atuando em sua defesa junto à opinião pública, mas sem deixar de pontuar a necessidade que a monarquia tem de parecer “simpática” à população. Para Nabuco, o segundo concurso de Martins Júnior “desperta em Pernambuco uma grande expectativa da escolha do governo” sendo um “plebiscito intelectual” pois Martins “é republicano, e pelo seu talento de escritor e orador, é um adversário sério da atual forma de governo, porque os seus meios de ação são exatamente aqueles que podem influir no espírito pernambucano”. Ainda ressalta que a população da província é “do fundo da alma” republicana, sendo imensamente difícil “construir a monarquia neste terreno”; desta forma alerta as autoridades para o risco que seria a não-nomeação de Martins, pois ele exerce uma “atração incontestável da democracia nortista” sendo um dos “mais perigosos adversários da monarquia”, e finaliza

Os pernambucanos, pelo menos, teriam infinitamente maior simpatia por uma monarquia que se mostrasse indiferente à sua própria sorte e preocupada somente de

⁵⁸⁴ Lei Áurea.

⁵⁸⁵ CORRESPONDÊNCIA DE JOAQUIM NABUCO, Fundação Joaquim Nabuco, Seção Microfilmes, 19-6-1889.

sua lealdade para com a nação, do que por uma monarquia que pretendesse prolongar a sua existência por expedientes tão mesquinhos⁵⁸⁶

Também consegue apoio nacional de Silvio Romero⁵⁸⁷ com o artigo **A propósito do último concurso de Martins Júnior**, também em *O Paiz* (RJ) lançando mais críticas ferrenhas às injustiças cometidas. Afirmou o sergipano em seu artigo que, em 1878, ao lançar *A Prioridade de Pernambuco no movimento intelectual brasileiro*, buscou valorizar os pernambucanos que não desciam à Corte, e que Martins Júnior é um dos primeiros pensadores genuinamente da terra que está forçando o público fluminense a deixar de ignorar o Norte, sendo um “talento excepcional” e “um fator na obra da libertação intelectual do Brasil. Bendito o governo que não lhe quebre as armas na mão”, argumento que encaixa-se com o de Joaquim Nabuco transcrito acima: não nomear Martins Júnior foi visto como uma forma de aprofundar sua luta contra a monarquia⁵⁸⁸. Em artigo assinado apenas por G.H. o articulista lembra que Martins Júnior é “um moço pobre” e que

[...] parece-nos, porém, que este moço tão notável pelo seu talento e ilustração será vítima de injusta preterição (...) [o que farão é] um atentado de lesa-ciência, o Dr. Escorel pode ser muito bom moço, muito honesto, muito trabalhador. Isso também o é o Dr. Martins. Mas o Sr. Dr. Escorel não é homem de letras, não é espírito tão profundamente educado como o de seu antagonista. Para o lugar de professor exige-se muito saber e muito talento e ninguém nesse ponto leva vantagem ao Sr. Dr. Martins. O governo medite antes de decidir e compreenda bem o passo que vai dar afastando do ensino um moço tão notável e distinto que por única carta de empenho trás os seus já sagrados méritos⁵⁸⁹

Pensamento semelhante foi defendido por Pardal Mallet, ainda durante o primeiro concurso, no *Diário de Notícias*, quando afirmou que o conservadorismo no Brasil é tanto que a futura geração precisa se preparar para uma guerra intelectual, cujo um dos líderes é Martins Júnior⁵⁹⁰. A *Revista Illustrada* também ressaltou o grande erro que estava sendo cometido, pois

⁵⁸⁶ Jornal O Paiz, RJ, 3-7-1888.

⁵⁸⁷ Silvio Romero também foi preterido em 2 concursos, porém não ganhou projeção nacional como Martins Júnior. Também foram perseguidos Arthur Orlando, impedido de fazer concurso para a Faculdade de Direito; Domingos Guedes Cabral foi impedido na Faculdade de Medicina na Bahia; Benjamin Constant foi preterido em 5 de 7 concursos que fez. Também Clóvis Beviláqua foi preterido para o cargo de promotor. Laércio Dantas reforça também que esses positivistas tinham absurda dificuldade de obter boas carreiras o que concorria para o fortalecimento do caráter partidário dos seus escritos. Sérgio Buarque de Holanda ressalta que o positivismo vai enraizar em pessoas que podiam transformar seu descontentamento “em atos” políticos. Cf. ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2002, p.137; VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p.128-9; DANTAS, Laércio Albuquerque. *Op. Cit.*, p.27; HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012, p.351.

⁵⁸⁸ Jornal O Paiz, MA, 23-8-1888. O artigo original foi publicado em *O Paiz* do Rio de Janeiro, porém só o obtive por meio de transcrição do jornal *O Paiz* do Maranhão. Coloco esta nota de rodapé para que o leitor não ache que foi um erro de digitação.

⁵⁸⁹ Gazeta da Tarde, RJ, 7-7-1888.

⁵⁹⁰ Diário de Notícias, RJ, 28-6-1888.

“é assim que as instituições criam os formidáveis adversários. Gravíssimo erro!”⁵⁹¹. Em descrição detalhada da prova, comentou-se que durante a prova de Martins Júnior “grande número de ouvintes se conservava no salão” demonstrando que a sequência dos fatos começou a chamar a atenção⁵⁹². A *Gazeta Nacional*, em artigo contundente, conseguiu elencar boa parte das razões que a opinião geral parecia compreender daquele concurso

[...] Não importa. Não importa a fluência brilhante do jovem tribuno, não importa a dignidade ativa, não importa o testemunho da competência, não importa o movimento de simpatia que se levanta no país como um grito ao lobo das preterições revoltantes. Martins Júnior não será escolhido. Tem por si dois concursos, duas investidas baldadas. Pouco importa. Têm contra si o selo da condenação, é um artista, supremo defeito; é um poeta, a desdenhada ironia. Talvez lhe tenham já dito os bons amigos, o [Clodoaldo de] Freitas, o Clóvis [Beviláqua], o Arthur Orlando. Da arte, do poema, nasceram-lhe não somente os alexandrinos, mas as opiniões, a altivez, a integridade, a honestidade heroica, que lhe têm sido um tropeço, desde a vida acadêmica, para a carreira da vida⁵⁹³

Nem todos os argumentos lhe foram favoráveis. Em razão da popularidade nacional que recebeu, Martins Júnior foi amplamente atacado pelo jornal *O Apóstolo*, ao dizer que “esses apóstolos do ateísmo só querem anarquizar a sociedade” por defender a Teoria da Evolução de Charles Darwin em sua prova de concurso. Ainda adiciona⁵⁹⁴ que seus seguidores só “querem dar nome de ciência a esta estrambólica aberração” e complementa “que diria o mesmo viajante se viesse esses jovens mais ignorantes que os selvagens, blasonando de sua origem simiana e querendo aplicar tão aviltosa teoria aos estudos do direito? (...) É de se esperar que o governo preserve a faculdade de um republicano transformista⁵⁹⁵”. Artigo escrito por ‘Tácio’ sugere que o próprio artigo em defesa do concurso vinculado em *O Paíz* (RJ) teria sido feito pelo próprio Martins Júnior, através de uma identidade falsa de Tobias Barreto, chamando de uma “trama arquitetada” entre os dois para sua aprovação⁵⁹⁶ e o responde com condescendência e ironia

Queremos, porém, dar-lhe um conselho, Sr. Dr. Martins Júnior: S.S. é moço, sua vida literária será, quando muito, de 7 anos e por isso não se julgue em condições de superioridade a homens velhos e outros experimentados, que têm quase todos, mais tempo de estudo do que S.S. tem de existência. De todos eles S.S. recebeu favores e longe de insultá-los ou consentir em insultos, deve repetir-lhes como o poeta – a minha gratidão será meu fado⁵⁹⁷

⁵⁹¹ Revista Illustrada, RJ, 1888, nº516.

⁵⁹² Jornal O Paíz, RJ, 24-6-1888.

⁵⁹³ Gazeta Nacional, RJ, 8-7-1888.

⁵⁹⁴ Jornal O Apóstolo, RJ, 5-8-1888.

⁵⁹⁵ Ele quer dizer um republicano que defende a teoria da evolução e não o criacionismo divino.

⁵⁹⁶ Diário de Pernambuco, PE, 4-12-1887.

⁵⁹⁷ Diário de Pernambuco, PE, 4-12-1887.

Roberto Ventura destacou que os candidatos que fossem considerados muito “anticristãos” ou “antimonárquicos” acabavam sendo rechaçados pelas congregações⁵⁹⁸ o que diferenciou Martins Júnior foi a *repercussão*. Tendo o ministério obrigado a inclusão dos nomes de Gomes Parente e Adelino Luna Freire no concurso – conservador e liberal, respectivamente –, a repercussão negativa levou à anulação do trâmite. Durante o processo de resolução do seu segundo concurso, a cidade do Recife tornou-se emancipada da escravidão no dia 4 de maio de 1888, e o restante do Brasil em 13 de maio de 1888, o que levou a praticamente uma semana inteira de festas nas ruas. Conta-se que os festejos que se iniciaram no dia 4 tiveram tanto entusiasmo “que se chegou ao delírio coletivo”⁵⁹⁹. Martins Júnior e Zé Mariano participaram lado a lado das comemorações quando a associação abolicionista que os ligava era benéfica para ambos. Desta forma, discursaram juntos na celebração de libertação do Recife da sacada da *Associação Comercial* junto com outro republicano, Manoel Gomes de Matos; nas comemorações da Lei Áurea ambos também discursaram juntos na sede do órgão liberal *A Província* junto com João Teixeira, para um público superior a 6 mil presentes⁶⁰⁰. Celso Castilho ressalta, inclusive, que na fase final do abolicionismo em Pernambuco o sentido republicano do movimento já era consolidado⁶⁰¹.

Nas páginas de *A Província*⁶⁰², Martins Júnior, Aníbal Falcão, Antônio Souza Pinto e Maciel Pinheiro chegaram a ter uma parte chamada **Coluna Republicana**⁶⁰³, que demonstrava o duplo interesse: tanto Martins Júnior se utilizou do periódico liberal abolicionista para promover o partido, quanto era conveniente a Zé Mariano manter os republicanos debaixo de sua esfera de influência. Em uma das colunas da *Revista do Norte*, o periódico do CRPE chegou a chamar *A Província* de jornal “gêmeo”, fazendo aberta defesa das tentativas de José Mariano em reformar o Partido Liberal de Pernambuco; porém, com o veto sofrido do próprio partido, Martins Júnior culpa a “porca debochada” da política monarquista, provavelmente tentando, com isso, arregimentar Zé Mariano para as fileiras republicanas naquele momento: “um presidente de província, seja ele conservador ou liberal, é sempre um títere”⁶⁰⁴. Entretanto, ele publicou em artigo no órgão do CRPE, *A República*, que era necessário disciplina e se manter “atentos às seduições liberais”⁶⁰⁵. Em sua tese, Marc Jay Hoffnagel ressaltou a “infiltração

⁵⁹⁸ VENTURA, Roberto. *Op. Cit.*, p.129.

⁵⁹⁹ Gazeta Nacional, RJ, 5-5-1888.

⁶⁰⁰ Diário de Pernambuco, PE, 17-5-1888.

⁶⁰¹ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.213.

⁶⁰² Jornal Tribuna Liberal, MG, 7-12-1888.

⁶⁰³ Curiosamente é justamente o período desta coluna que não existem exemplares disponíveis para consulta.

⁶⁰⁴ Revista do Norte, PE, 10-1-1887.

⁶⁰⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.158

liberal” no movimento republicano e que José Mariano declarou abertamente a José Maria de Albuquerque Melo – seu parceiro político – ter simpatias republicanas e participar de reuniões secretas⁶⁰⁶. Em memória, Manoel Gomes de Matos também lembrou que “convém saber que o grupo de republicanos convidou a José Mariano a se incorporar e que este respondeu que era republicano, mas que não convinha então sua incorporação”⁶⁰⁷. Preocupado com a expansão do CRPE e da influência de Martins Júnior, Joaquim Nabuco endereçou a José Mariano uma carta clamando que não se aproxime, indicando que sua associação com os republicanos poderia fortalece-los definitivamente

És positivamente a esperança dos republicanos e teu pronunciamento teria a importância de uma batalha perdida para a monarquia e ganha para a república. Eu, tu sabes, não tenho ambição política, nada quero nem espero da política, hoje que a missão da minha vida está terminada, mas deixa-me dizer-te: não te enganes! A causa do povo não é a República. Eu vi os teus apertes na Assembleia Provincial, na tua veia republicana, e fizeste muito bem em defender homens como Maciel Pinheiro e Martins Júnior da suspeita de quererem reescravizar os libertos! [...] No dia em que te vir passado para a República, como os republicanos esperam, terei pena do pobre povo do qual és um dos poucos sinceros amigos que tenho conhecido e terei pena de Pernambuco⁶⁰⁸

Em carta anônima publicada, o articulista lembra que “o sr. José Mariano confessou-se arrependido de ter usado, por tática, de ideias diversas, e declarou que daqui em diante iria de parceria com Dr. Joaquim Nabuco”⁶⁰⁹. O sinal de alerta que Nabuco deu a Mariano não foi seguido. Retornando ao Recife em 1887 chegou a se reunir com o CRPE, em especial Martins Júnior, para discutir a possível união de forças para a causa federalista⁶¹⁰, além disso, Joaquim Nabuco era o fundador da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* cuja atuação coalizou parlamentares, juristas, conferencistas e positivista em torno da abolição⁶¹¹. É muito provável que Joaquim Nabuco, aproveitando-se da aproximação e da troca de favores com Martins Júnior – que dependia, de certa forma, da sua influência junto ao governo imperial – tenha tentado “conter” os avanços e voo independente do CRPE. Assim, foi feita uma conferência abolicionista no Teatro Variedades liderada por Nabuco, Mariano e Martins, ao lado da também republicana Maria Amélia de Queiroz, encontro considerado a apoteose abolicionista em Pernambuco⁶¹². De qualquer forma, Nabuco e Mariano não deveriam se preocupar com o

⁶⁰⁶ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.139.

⁶⁰⁷ Jornal O Rebate, PE, 20-7-1884.

⁶⁰⁸ MATOS, Manoel Gomes de. **Relato autobiográfico**. Material datilografado. Acervo Particular Gomes de Matos, Arquivo Público Jordão Emerenciano, Seção Manuscritos. Não há paginação.

⁶⁰⁹ NABUCO, Joaquim *apud* SALLES, Tadeu. *Op. Cit.*, p.198-9.

⁶¹⁰ Jornal do Commercio, RJ, 16-3-1887.

⁶¹¹ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.213.

⁶¹² ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.166-7.

⁶¹³ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.226

crescimento republicano se ele fosse tão ínfimo e pequeno como diz o senso comum. A preocupação deles é um indicativo, no mínimo curioso, de que eles estavam ganhando espaço⁶¹³. Após a Lei Áurea a aliança entre Mariano e Nabuco se abalará, muito em razão das divergências entre eles sobre as reformas sociais⁶¹⁴ a serem implantadas no Brasil⁶¹⁵.

Emendando sua segunda derrota, Martins Júnior tentou a 3ª vez em agosto de 1888 com a tese ‘*O conceito de Cequitas foi sempre o mesmo nos diferentes períodos da história do Direito Romano?*’, tendo sido não apenas o 1º colocado, mas o *único* aprovado no concurso, com enorme distância para o 2º lugar. Por essa colocação recebe nove votos a seu favor – Adolpho Cirne, Albino Meira, José Higino, Francisco Pinto Pessoa, João Pinto Júnior e Silveira de Souza que já haviam votado na tentativa anterior; e consegue mais os votos do professores Antônio Vaz e Correia de Araújo; Os únicos professores a negarem-lhe o voto foram Barros Guimarães e, como era de se esperar, Joaquim José Seabra⁶¹⁶. Agora, diante de duas negativas, já era de comum conhecimento pela opinião pública que Martins Júnior não seria nomeado, mas o fato de ter sido o único classificado escancarou a verdadeira razão da sua derrota: era republicano e dos ‘radicais’. A crítica se aprofundou ainda mais pelo fato de que a cadeira vaga do concurso era, justamente, de **Tobias Barreto**, cujo discípulo mais óbvio para todos era Martins Júnior. A não-nomeação, pela terceira vez, foi considerado um motivo de indignação pública generalizada, tido pela historiadora Maria Tereza Chaves de Mello como um abalo fundamental na visibilidade da monarquia⁶¹⁷. Em denúncia, *O Paíz* do Maranhão relembra que “o caricato presidente do conselho [João Alfredo] há de ser forçado a nomeá-lo, apesar de ter dito aos bobos que o cercam que nunca o faria por ser o Dr. Martins Júnior o chefe do Partido Republicano de Pernambuco e seu implacável adversário”⁶¹⁸

O Paíz do Rio de Janeiro ressaltou que “com este novo trabalho teve o talentoso candidato ensejo de mostrar mais uma vez o seu verdadeiro mérito e de pôr a descoberto a má vontade e a relutância do governo imperial em reconhecer e premiar os esforços do digno

⁶¹³ Ângela Alonso chega a dizer que Joaquim Nabuco e José Mariano ‘namoraram’ a República entre os anos do gabinete Cotegipe Cf. ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2015, p.364.

⁶¹⁴ Joaquim Nabuco era notório defensor de uma política agrária e educacional para os libertos da Lei Áurea e considerava esse assunto suprapartidário, o que o colocava em comunicação com muitas pautas republicanas. Já José Mariano pensava em fortalecer o Partido Liberal e, com isso, garantir que os republicanos não crescessem em força partidária. Abordarei este assunto de maneira mais aprofundada no próximo capítulo. Esse suprapartidarismo de Nabuco já foi indicado por Ângela Alonso. Cf. ALONSO, Ângela. *Op. Cit.*, 2002, p.117.

⁶¹⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.115.

⁶¹⁶ Jornal do Recife, PE, 27-10-1888.

⁶¹⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*, p.166.

⁶¹⁸ Jornal O Paiz, MA, 24-9-1888.

concorrente ao professorado superior”⁶¹⁹. A terceira derrota imposta pelo Império contra Martins Júnior fez crescer uma verdadeira onda de solidariedade que varreu os jornais brasileiros, indicado pela historiografia sobre o fim do Império como uma das maiores vergonhas do reinado. A não-nomeação de Martins Júnior tornou-se um tiro no pé da monarquia que ele não deixaria barato. A *Lanterna Mágica*, periódico costumeiramente humorístico, interlocutou uma das falas do Henrique Milet, conservador apoiado por Joaquim José Seabra na banca de exames

O Milet disse que o resultado do concurso acadêmico surpreendeu a todo mundo. É verdade: mas a surpresa não foi porque o Martins Júnior obtivesse o primeiro lugar: isso não (...) o que surpreendeu foi que nenhum outro candidato pudesse chegar em segundo lugar (...) A vitória do Martins foi grande, foi: mas não seria um presente de grego a classificação única na faculdade? Quem viver, verá⁶²⁰

O jornal capixaba *O Cachoeirano* acusou o Império de querer nomear “um monarquista energúmeno” para evitar Martins Júnior⁶²¹. Recebeu apoio do Partido Republicano do Paraná em artigo indignado⁶²². Em outro artigo analisando a votação do 3º concurso, o jornal paraense *Diário de Belém* ressaltou que Martins recebeu 9 votos da congregação, contra todos os outros candidatos com apenas 1 voto cada, demonstrando o absurdo da injustiça⁶²³. Em artigo, Raul do Valle chegou a dizer que “seus concorrentes ficaram a perder de vista”, não sendo decente sua preterição, caso contrário só demonstrará que as instituições “são uma perfeita loteria”⁶²⁴. Em dois artigos, a *Cidade do Rio* acreditava que ele fosse “enfim recompensado em seus méritos e consiga pelo menos preencher o lugar deixado vazio pela promoção de Tobias Barreto. Nem a possibilidade do contrário torna-se capaz de ser acreditada” e complementam “é ainda muito moço e só tem o nome honrado dos seus pais e bastante brilhantismo”⁶²⁵. A *Gazeta da Tarde* exclamou que ele era um dos “duros de roer” do Império e questionaram “Por que diabo logo o menos protegido é esse o que vem em primeiro lugar?! ”⁶²⁶.

Irritado com a repercussão que ganhou o caso, Alcedo Marrocos, um dos concorrentes do concurso (também um dos que fez ataques a *Visões de Hoje*, como dito no 1º capítulo desta tese), disparou artigo virulento contra Martins, chamando-o de “Littré mirim” e “Petit Comte”, afirmando estar ele se “vangloriando como um pavão” e se esquece de que não é com

⁶¹⁹ Jornal O Paiz, RJ, 18-9-1888.

⁶²⁰ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 1888, nº235.

⁶²¹ Jornal O Cachoeirano, ES, 1888, nº48.

⁶²² Jornal A República, PR, 21-12-1888.

⁶²³ Diário de Belém, PA, 29-9-1888.

⁶²⁴ Revista Illustrada, RJ, 1-9-1888.

⁶²⁵ Jornal Cidade do Rio, RJ, 13-8-1888, 5-9-1888.

⁶²⁶ Gazeta da Tarde, RJ, 2-10-1888.

“*Estilhaços* nem com *Retalhos* que se pode formar uma reputação literária” e acusa seus seguidores ao terminar dizendo que “já parece-me até ouvir trovejar aí de qualquer esquina algum dos gênios crismados pelo Sr. Dr. Martins Júnior ou algum dos seus mais ardentes fetichistas: silêncio, canalha!”⁶²⁷. Alcedo Marrocos publicou um total de 5 artigos, todos com o mesmo nível, atacando abertamente Martins Júnior entre 20 e 28 de setembro de 1888. Em carta incisiva, José Isidoro escreveu para Rui Barbosa, monarquista reconhecido, pedindo por sua defesa. É possível notar, pela extensão e pelo conteúdo minucioso da carta que esta é a primeira vez que Isidoro se comunica com Rui

Recife, 9 de agosto de 1889

Meu caro e ilustre confrade,
Saúde e Fraternidade

(...) Creio bem que o meu nome não lhe é tão conhecido quanto para mim e para todos os brasileiros é conhecido o seu (...) O governo João Alfredo não me podendo perdoar o pecado de ser republicano e de fazer propaganda ativa estando sempre pendente a solução do concurso procurou meios de coonestar a minha nomeação (...) A minha posição atual no seio do partido republicano impunha-me essa atitude passiva com relação à nomeação... ademais, não tenho protetores... (...) Eu serei, pela 3ª vez, preterido por ser republicano... e por não ter padrinhos (...) [chamo a atenção da] enorme alma justiceira do redator do *Diário de Notícias*, que não deixará passar esse escândalo sem a devida crítica (...) Nestas condições, meu caro e ilustre confrade, eu lhe peço este favor e peço-o com toda minha alma verbere o procedimento que vai ter o governo! Deixo a seu arbítrio o momento, quero dizer, a escolha do momento em que deve ter lugar a execução: se antes, se depois do ato. Acredito que me prestará este grande obséquio. Não serei eu o vingado pela sua pena gloriosa; vingadas serão a Justiça e a Moralidade. Entretanto, nem por isso será menor a minha gratidão. Conte com ela, como eu conto com o seu cavalheirismo e boa vontade com

O patricio admirador e confrade obreiro,
J. I. Martins Júnior.

P.S. – Remeto-lhe, pelo correio, um exemplar das minhas *Dissertações e Teses* no concurso que pende de solução⁶²⁸.

O apelo teve resposta. Em artigo carregado de revolta, Rui Barbosa também passou interceder por Martins Júnior, dizendo estar sendo o pernambucano “uma vítima, um perseguido” de uma “intolerância muçulmana” por ser “preterido em razão de ser republicano e não ter padrinhos políticos”, mas era um desses “espíritos renovadores” que até mesmo João Alfredo, conhecido conservador – reconheceu sua superioridade no concurso⁶²⁹. Esta primeira aproximação com Rui fortalecerá sobremaneira os vínculos de apadrinhamento entre os dois e Martins Júnior lhe devotará sua mais profunda lealdade nos anos vindouros.

⁶²⁷ Diário de Pernambuco, PE, 20-9-1888.

⁶²⁸ CORRESPONDÊNCIA DE RUI BARBOSA, Fundação Casa de Rui Barbosa, 9-8-1889.

⁶²⁹ Diário de Notícias, RJ, 24-8-1889.

Amargurado com as três derrotas impostas e tendo ganho apoio moral por parte dos críticos ao Império, já que não lhe foi possível ascender, resolveu utilizar da fama nacional que obteve para construir sobre si e utilizar politicamente sua elevação ao ‘martírio’ republicano. Desta forma, logo após a 3ª derrota nos concursos, publicou suas três provas sob o título de *Dissertações e Teses* (1888), demonstrando para o público com seus argumentos e profundidade ‘científica’ a injustiça da sua negação. Assim que, com a decisão final em anular, mais uma vez, o 3º concurso em que ele foi aprovado, a análise abaixo indica bem como foi percebida sua mais nova derrota

[...] vejo o quanto esta injustiça vai amargar um pobre moço, distinto entre os distintos, cujas aspirações acabam de ser cortadas de um modo tão brutal (...) pobre, filho de um obscuro e modesto comerciante, lutando com todas as dificuldades inimagináveis, Martins fez o seu curso de direito (...) Não havia, pois, como fugir. O governo, colocado entre a espada e a parede, fuge com o corpo e anula o concurso! Por que? Porque Martins é republicano (...) Resta ao menos a Martins Júnior este consolo: é temido.; e o prestígio de sua pessoa infunde receios tais que faz com que a moralidade administrativa se agache para poder, traiçoeiramente, dar-lhe o bote⁶³⁰

É por volta de outubro que é fundado um novo órgão republicano na Capital intitulado *Gazeta da Tarde* (1888), considerado o intermediário entre a *Folha do Norte* e *O Norte*, os periódicos positivistas republicanos mais populares em Pernambuco. Ao lado de Maciel Pinheiro, Martins Júnior passou a arquitetar o distanciamento completo do grupo de Zé Mariano, agora que a Abolição – que era o objetivo comum – foi obtida, visando o fortalecimento dos republicanos frente aos liberais. A partir daí iniciam-se suas conferências pela Zona da Mata, região açucareira pernambucana, visando fortalecer seus vínculos com algumas lideranças afastadas do *status quo* dos partidos monárquicos. Sua primeira conferência fora da capital será feita na cidade de Goiana, região ao norte do Recife, onde tinha forte aliança – por meio da Faculdade de Direito -, com a família Rabello, em 25 de novembro de 1888. Logo depois parte para Escada em 2 de dezembro de 1888, região ao sul do Recife, onde tinha forte ligação com Ambrósio Machado e a família do seu patrocinador Francisco Campello, aliado desde a fundação da *Folha do Norte* em 1883. Em carta escrita para Silva Jardim – já demonstrando o alinhamento nacional que tinha com a corrente positivista e o reconhecimento do paulista como liderança no lugar de Quintino Bocaiúva⁶³¹ – ressaltou inicialmente dizendo que tinha “boas notícias para dar-lhe” e que o resultado em Goiana havia sido “magnífico” pois “conto com isso, porque alguns dos mais importantes proprietários agrícolas da comarca estão

⁶³⁰ *Gazeta da Tarde*, RJ, 2-3-1889.

⁶³¹ Essa disputa interna do movimento republicano, que levou ao rompimento dos partidos do norte com a liderança paulista de Quintino Bocaiúva e alinhamento a Silva Jardim explicarei com detalhes no próximo capítulo.

conosco”, revela a confirmação de 12 localidades⁶³² interioranas no futuro congresso provincial e a publicação de *A República no Brasil* do positivista paulista Silva Jardim numa tiragem de 1000 exemplares “com muita procura e praticamente esgotado”⁶³³. É importante ressaltar que a cidade de Goiana, vista na época como Acarapé de Pernambuco, foi a primeira cidade da província a se libertar completamente da escravidão, sentiam-se herdeiros da Revolução Praieira de 1848 e tinham um movimento abolicionista forte, o que facilitou a aproximação com o Partido Republicano⁶³⁴.

O órgão republicano paranaense *A República*, ressaltou a união de 50 lavradores da cidade de Escada após sua passagem, contando o CRPE com mais de 150 eleitores ativos e destacou: O Norte levanta-se⁶³⁵. Marc Jay Hoffnagel indicou em um dos seus trabalhos a incorporação de “mais ou menos” 100 senhores de engenho, infelizmente sem expor suas fontes ou método de obtenção desses dados⁶³⁶ e em trabalho anterior⁶³⁷ encontrei 16 senhores de engenho com informações precisas – com número real provavelmente maior –, declaradamente republicanos e filiados ao partido⁶³⁸. Portanto, a aproximação dos republicanos com alguns membros da elite açucareira foram pontuais e, muitas vezes, relacionado diretamente com o âmbito de influência desses vínculos. Estabelecendo suas conexões na Zona da Mata, bem como a nível nacional, Martins Júnior convocou o 2º Congresso Republicano Geral de Pernambuco entre 8 e 10 de dezembro de 1888, com 15 localidades representadas (3 a mais) e 30 delegados⁶³⁹. Fundou, a partir de então, o **Partido Republicano de Pernambuco**, totalmente desvinculado das influências liberais e, em especial, de José Mariano. O documento de fundação – *As Normas Republicanas*⁶⁴⁰ – configura um dos três partidos nacionais que foram oficialmente positivistas: Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco.

⁶³² Goiana, Escada, Recife, Olinda, Igarassu, Nazaré, Palmares, Vitória, Cabo, Água Preta, Barreiros e Bonito.

⁶³³ Jornal Novidades, RJ, 13-12-1888.

⁶³⁴ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.*, 2008, p.255.

⁶³⁵ Jornal A República, PR, 21-12-1888.

⁶³⁶ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1988, p.202.

⁶³⁷ BRAGA, Flávia Ribeiro. **O Norte Republicano: Ação e propaganda, Pernambuco (1875-1889)**. Curitiba: Appris, 2021.

⁶³⁸ A enorme divergência entre os dois quantitativos provavelmente indica a forma como as fontes foram tratadas. Nesse período eram comuns publicações de adesão com abaixo-assinados de localidades do interior. Entretanto, em minha análise, foi verificado que muitos desses abaixo-assinados representavam comerciantes, médicos, profissionais liberais e pequenos lavradores, sendo poucos os senhores de engenho que se declaravam abertamente republicanos. O fato de um abaixo-assinado ter sido feito em uma região açucareira (como, por exemplo, as cidades de Escada, Palmares, Goiana e Vitória, que tiveram mais adesões) **não significa**, necessariamente, que todos os assinantes fossem senhores de engenho. Mesmo assim, ainda que o quantitativo de 100 senhores de engenhos fosse real ainda representaria uma pequena parcela do total existente naquele período.

⁶³⁹ Diário de Pernambuco, PE, 12-12-1888.

⁶⁴⁰ Análise no próximo capítulo.

É com a criação do Partido, posteriormente chamados de *Republicanos Históricos*, que as desavenças e o clima de guerra entre Marianistas e Martinistas tomou conta da cena urbana do Recife, protagonizando 4 anos ininterruptos de conflito político (1889-1892) – muitas vezes violento e armado – que caracterizou a chegada da República em Pernambuco. É esse período tenso e conturbado em que Martins Júnior e José Mariano tentaram se sobrepor, um ao outro, como chefe político não mais de um nicho abolicionista, mas do próprio governo do Estado de Pernambuco, que será o foco principal de análise dos próximos capítulos.

4 “NINGUÉM FANATIZOU PERNAMBUCO E TODO O NORTE COMO MARTINS JÚNIOR”

Com a Abolição em maio de 1888, o objetivo comum que unia Martins Júnior a José Mariano desapareceu. Como explicado no final do capítulo anterior, o final da escravidão reforçou as divergências entre liberais e republicanos, culminando na formação oficial do Partido Republicano de Pernambuco (PRPE) em dezembro de 1888, em poucos dias contando com 150 sócios⁶⁴¹. O período que vai desde a Abolição até a consolidação da República no final de 1889 é considerado o período primordial para entender como se formou uma das maiores rivalidades políticas em Pernambuco, levando a 4 anos de conflitos violentos que tornaram a República um campo de guerra: a divisão entre violões (Martinistas) e deletérios (Marianistas). Associando-se com a linha mais “fanática” e “radical” da propaganda republicana, o depoimento dado por Graça Aranha⁶⁴² quase 50 anos depois e presente no título deste capítulo, dá uma ideia da impressão que causou aos contemporâneos a intensidade dos acontecimentos. Este capítulo se propõe a analisar o ano de 1889, que considero o ano “zero” do processo escalar de conflitos.

4.1 DESPOJOS DA ABOLIÇÃO E AS ALTERNATIVAS DE PROPAGANDA

Atualmente existe uma teoria dominante sobre as razões que levaram ao rompimento entre liberais e republicanos. Sendo o mais tradicional historiador sobre esse período, Marc Jay Hoffnagel elenca duas razões: 1) os republicanos queriam criar uma identidade própria e 2) Qual seria o lugar do liberto⁶⁴³ no pós-áurea⁶⁴⁴. Em relação a esses dois motivos faço as seguintes considerações, levando em conta os capítulos anteriores: primeiramente, os republicanos *já tinham* uma identidade própria muito antes da Abolição, voltando à década de 1870, quando buscaram uma orientação abolicionista intransigente e ideal positivista; o que se pode argumentar é que com a Abolição houve a necessidade de *distanciamento*, em razão do fortalecimento do movimento frente às lideranças liberais. Segundo, o ‘lugar do liberto’ não é

⁶⁴¹ Jornal O Republicano, SE, 6-1-1889.

⁶⁴² ARANHA, Graça. **O meu próprio romance**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1931, p.161.

⁶⁴³ Teoricamente, os republicanos teriam se associado com os antigos senhores para “controlar” os libertos, enquanto os liberais (Joaquim Nabuco e José Mariano) estariam em busca de reformas sociais para integrá-los à sociedade. Essa divisão, entretanto, é falha e não abarca toda a complexidade do processo abolicionista na qual os republicanos estão inseridos.

⁶⁴⁴ HOFFNAGEL, Marc Jay. Recife entre a monarquia e a república. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, XXV, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBPH. 2005, p.212.

razão suficientemente forte para qualquer rompimento, visto que os republicanos sempre mantiveram uma posição favorável à reformas sociais e incorporação do liberto como proletário à nova ordem⁶⁴⁵, inclusive ressaltando o proletariado negro⁶⁴⁶. Basta lembramos, por exemplo, do projeto apresentado por Martins Júnior ao Congresso Agrícola de 1884 que o levou à “lista negra” dos agricultores. Apesar de entender as razões que levaram Marc Jay Hoffnagel a afirmar esses dois pontos – visto que os republicanos não eram seu foco de análise, mas os liberais – venho propor um novo conjunto argumentativo, partindo da perspectiva republicana: a Abolição descortinou divergências internas ao movimento abolicionista que sempre estiveram presentes, mas foram colocadas em segundo plano até 1888; com o fim da escravidão essas divergências irão se manifestar de acordo com os interesses e possibilidades distintas de fortalecimento político. Com a criação do PRPE, bem como sua expansão política na província, a liderança de José Isidoro Martins Júnior representava uma ameaça direta a José Mariano, considerado seu principal concorrente pela influência sobre abolicionistas e republicanos dentre os quais encontramos diversos representantes da classe comercial e operária.

Enquanto Joaquim Nabuco buscou a defesa do federalismo ainda dentro do regime monárquico⁶⁴⁷ – buscando o apoio local de José Mariano⁶⁴⁸ – o PRPE trabalhou pelo fortalecimento do partido e defesa declarada da instauração da República. Diferentemente do que pregavam os dois liberais, o texto de fundação publicado em 13 de dezembro de 1888 – *As Normas Republicanas*⁶⁴⁹ – escrito por Aníbal Falcão e cancelado por Martins Júnior, partiu diretamente para a defesa de um governo central forte. Em análise do documento, os assinantes declaram-se herdeiros do passado republicano de Pernambuco, definindo o novo regime como o futuro não apenas do Brasil, mas como de todo o Ocidente. Preservando a imagem da pessoa de Dom Pedro II, acusam “o chamado regime constitucional representativo, imitação grosseira

⁶⁴⁵ SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004, p.71.

⁶⁴⁶ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A Esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008, p.161; RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social**: liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2012, p.63.

⁶⁴⁷ Joaquim Nabuco e Martins Júnior, apesar de divergirem politicamente, sempre mantiveram uma relação amistosa e respeitosa. Em editorial o republicano o considera “um adversário a combater, mas vê também um enorme talento a admirar e um sólido caráter a reconhecer e aplaudir” Cf. Jornal O Norte, PE, 17-9-1889. Em excursão a Recife, Nabuco iniciou sua campanha por uma reforma federalista com uma conferência no Teatro de Santa Isabel onde reuniu 5000 pessoas um mês antes da Proclamação Cf. Jornal O Norte, PE, 12-10-1889.

⁶⁴⁸ SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo**: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República. Recife: Cepe, 2013, p.197.

⁶⁴⁹ **As Normas Republicanas** [Manifesto de criação do Partido Republicano de Pernambuco, dezembro de 1888]. In: PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 106-113.

e empírica do tipo peculiar à Inglaterra” como um elemento de “desmoralização e anarquia”, focando no ataque ao parlamento⁶⁵⁰ indicado pelo positivismo.

Para os republicanos de Pernambuco, a República representa a “abolição de todo privilégio, de toda a casta, a supressão de todas as desigualdades artificiais” além de ser o “regime do bem público”. Em relação à laicidade do Estado, pauta da doutrina em todo o país, declaram que “o estado republicano respeita as crenças religiosas dos cidadãos, mas nesse domínio augusto não intervém a sua ação, quer para proteger, quer para oprimir”. Defendem a instrução primária gratuita e livre “na época provisória em que a família proletária não pode por si mesma preencher tal missão”. Ainda que não tenha defendido a noção unitária de República, o documento de fundação – utilizando-se da palavra ‘ditadura’ de maneira explícita⁶⁵¹ – e propagando um federalismo unicamente administrativo, tornou-se a principal fonte de críticas (e distorções propositais) contra o partido. O trecho abaixo destaca a diferença entre o entendimento de Ditadura como despotismo para a Ditadura defendida pelo positivismo

Realizada essa essencial condição, a plena liberdade espiritual, o regime republicano exerce-se no campo da ação prática, pela concentração das forças políticas, isto é, pela ditadura, tão forte quanto responsável, incumbida de permitir a livre expansão de progresso, garantindo a ordem social. O preconceito democrático levou muitos espíritos a confundirem na mesma ideia de despotismo as ditaduras reais e as republicanas; mas a distinção é fundamental e forçosa. Basta considerar que o absolutismo monárquico, oriundo do direito divino, ou da subserviência parlamentar, dum dogma teológico ou de uma constituição metafísica é sempre irresponsável ao passo que na ditadura republicana **quem governa é um representante da opinião pública, por ela instituído ou sancionado**. Ainda quando não seja o sufrágio universal dos cidadãos que institua o chefe republicano, **a sua investidura é sempre revogável. A responsabilidade moral e legal** dos depositários do poder político é, portanto, **condição essencial do regime republicano**, ao contrário do que sucede na organização monárquica, pelo qual é inviolável o rei, quer tenha sido instituído pela graça de Deus, quer governe em nome do anonimato parlamentar. Essa ditadura progressista e responsável, que o regime republicano requer, é tanto mais necessária para a coordenação e a direção das forças políticas, quando a situação exige a mais larga **descentralização administrativa**⁶⁵².

Este longo trecho é bastante importante para a análise do conceito de Ditadura que é utilizado pelos republicanos, visto que esse mesmo conceito será deturpado com sentidos que não lhe foram dados originalmente. Os termos acima destacados permitem ao leitor perceber

⁶⁵⁰ Para os positivistas o centro da corrupção é o congresso.

⁶⁵¹ De todos os partidos republicanos fundados na década de 1880 no Brasil, apenas Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul foram oficialmente positivistas. Entretanto, o partido gaúcho não abordou, de maneira explícita, o termo “ditadura” nem a defesa do fim da escravidão no seu documento de fundação. Vão, posteriormente, colocar a abolição como propósito no Congresso de 1884. Os partidos com características explícitas da doutrina comtiana foram Pernambuco e Pará que, aliás, eram fortes aliados políticos, principalmente pela relação pessoal entre Martins Júnior e Lauro Sodré. Cf. PICCOLO, Helga I. L. A crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. **Revista História Unisinos**, Vale do Rio dos Sinos-RS, v.14, n.1, 2010. P.25; BAKOS, Margaret (org). **Júlio de Castilhos: Positivismo, Abolição e República**. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006, p.20.

⁶⁵² Gazeta de Notícias, RJ, 6-2-1889, negrito meu.

que a concepção de ditadura defendida pelos positivistas não se assemelha ao conceito de ‘absolutismo’, ‘despotismo’ e, nem mesmo, ao conceito militarista totalitário que o damos no século XXI. Para eles, o conceito de Ditadura perpassa o de “ditar” “dar orientação”, um líder aclamado pelo povo e por ele instituído, mas, principalmente, *pelo mesmo povo possivelmente retirado*⁶⁵³. Essa é a informação mais idiossincrática do pensamento sobre ditadura positivista: o líder *não* tem liberdade absoluta de ação, mas está necessariamente preso às leis, à conduta ilibada e ao interesse público, podendo ser retirado do cargo e culpabilizado caso não corresponda aos anseios da nação⁶⁵⁴. Para Sérgio Buarque de Holanda, “a ditadura reclamada pelo positivismo ortodoxo⁶⁵⁵ era, pois, ditadura com liberdade, ditadura livremente consentida pelos cidadãos”⁶⁵⁶. O tipo de regime, portanto, defendido, é a sociocracia, ou seja, gerado e sancionado pela opinião pública⁶⁵⁷.

É muito importante que esse conceito seja bem claro, pois ele será totalmente desqualificado por opositores que lhes darão um sentido divergente, no intuito único de desmoralizar as pautas positivistas⁶⁵⁸ do Estado. Silva Jardim, considerado pelo PRPE como liderança nacional, chegou a perceber a inoportunidade da utilização da palavra, sabendo, já naquele momento, que sua utilização distorcida seria utilizada pelos adversários, porém “era seu dever aceitá-la” visto que o PRPE era o partido que lhe dava maior apoio⁶⁵⁹. Já em relação à concepção de ‘federalismo’ como posto por outras lideranças republicanas, os pernambucanos questionam a falta de união federal em torno de uma legislação unificada⁶⁶⁰ que poderia levar a “vinte reis suseranos do Imperador” e, no caso extremo, de separação dos estados da nação. Neste aspecto se distanciam dos dois outros partidos positivistas no Brasil, Pará e Rio Grande do Sul, que

⁶⁵³ LACERDA, Gustavo Biscaia. 2010. 488f. **O momento comtiano**. Tese (doutorado em sociologia política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p.241.

⁶⁵⁴ Martins Júnior será o primeiro jurista brasileiro a formular a *Lei de Impeachment* em sua contenda com Barbosa Lima. Isso será analisado no 5º capítulo.

⁶⁵⁵ Ortodoxia no positivismo está relacionado à defesa da Ditadura Positivista, não exatamente da Religião da Humanidade e o Apostolado.

⁶⁵⁶ HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012, p.343.

⁶⁵⁷ RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. *Op. Cit.*, p.20.

⁶⁵⁸ A laicidade do estado, o ensino público gratuito científico, a conservação e promoção da ciência, bem como a lisura do processo financeiro-administrativo. Como foi dito em capítulo anterior, os positivistas formularam a concepção de leis de proteção financeira do Estado tais como a Lei de Transparência, Diário Oficial, Plano Plurianual, Lei Orçamentária; bem como leis de participação popular legislativa, tais como referendos e plebiscitos (esse último de formulação de Augusto Comte) Cf. SUPERTI, Eliane. O positivismo de Augusto Comte e seu projeto político. **Revista Hórus**, São Paulo, v.1, 2003, p.11.

⁶⁵⁹ BUENO, Almir de Carvalho. **A trajetória de uma desilusão; Silva Jardim e Aníbal Falcão: dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900)**. 1991. 118f. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991, p.89.

⁶⁶⁰ Logo em seguida argumentam que cada poder legislativo local poderia fazer sua própria legislação a respeito da família e da propriedade “bases fundamentais de toda nação”, oferecendo instabilidade geral.

defendiam a República Federal, tornando-se o único partido positivista no Brasil a ter tal concepção⁶⁶¹. Definem a sua própria concepção de descentralização administrativa

...para nós, a questão é mais prática e mais simples; ela versa principalmente sobre o lançamento dos impostos, a distribuição da renda e a iniciativa das despesas locais; não tem nenhuma feição legislativa nem política, mas simplesmente administrativa, conforme tão claramente delineou o ato adicional, antes derogado pela Lei de Interpretação⁶⁶²

Eles alertam, entretanto, que apesar do Brasil ser “o povo mais uno e harmônio de toda a Terra, apesar da nossa variedade étnica” diferente dos países europeus em guerra, “o progresso material das diferentes porções do território brasileiro não tem sido uniforme”, indicando que uma descentralização federalista exacerbada só traria vantagens para as províncias mais ricas, relegando o Norte à penúria. Assim “reputamos prematura e ingrata qualquer tentativa de desligamento que não aproveitaria senão às províncias mais prósperas, em detrimento daqueles que, em virtude das causas naturais ou de erros administrativos, se tem retardado na marcha da civilização nacional”. Tal análise compartilho com Tânia Amorim, quando a historiadora diz que, na visão dos republicanos de Pernambuco, a federalização acentuada “seria uma tentativa prematura e ingrata, para não dizer excludente, nas palavras do próprio manifesto, condenando as províncias menos desenvolvidas ou em crise a um processo de retardamento ou isolamento”⁶⁶³. Em editorial feito 8 meses após a fundação do partido e ainda sendo uma questão conflituosa com seus adversários, Martins Júnior faz editorial reforçando essa mesma visão

Enquanto permanecer a fusão atual de elementos étnicos, esta identidade de índole, de educação, de tradições, de costumes, de línguas, não há necessidade de outra descentralização, que não seja puramente administrativa. É, porém, forçoso adquiri-la e fundá-la, mantendo rigorosamente a integridade da pátria e concentrando os poderes políticos nas mãos de um chefe responsável e de uma assembleia de representantes da nação, com a superior e irrestrita incumbência de conceder ou negar as contribuições pecuniárias⁶⁶⁴ precisas para as despesas do Estado⁶⁶⁵

⁶⁶¹ COELHO, Alan Watrin. **A ciência de governar**: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. 2006. 116f. Dissertação (mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006, p.85; PICCOLO, Helga. *Op. Cit.*, p.25.; LOVE, Joseph. **O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.30.

⁶⁶² Gazeta de Notícias, RJ, 6-2-1889.

⁶⁶³ AMORIM, Tânia Maria Soares de. **O Alvorecer da república em Pernambuco**: a atuação do poder constituinte estadual no processo de formação do estado republicano brasileiro (1889-1891). 1994. 138f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994., p.35.

⁶⁶⁴ Como dito anteriormente, o positivismo defendia que o poder legislativo deveria ter como função primordial o planejamento, fiscalização e previsão de orçamento delegado ao poder executivo. A função de legislar deve ser feita pelo poder executivo e aprovado ou não pela população, através de consultas públicas como o referendo e plebiscito. Por isso a imprensa tem um papel social relevante no diálogo e escuta da vontade popular *Cf.* FERNANDES, Fernanda Lombardi. *Op. Cit.*, p.172.

⁶⁶⁵ Jornal O Norte, PE, 10-7-1889.

Assim, para eles a República é o “regime socialista por excelência” sinônimo de “paz” que é a “ordem e o progresso”, ambiente essencial para o desenvolvimento da “atividade industrial”. Acusam a monarquia de fazer guerras, instaurar uma “paz armada”, sempre trazendo instabilidade por onde se mantém. “Abolição de todo o privilégio de casta, a justiça na ordem civil, a liberdade espiritual e política, a responsabilidade do poder público, a paz erigida em princípio que só uma exceção sofre (defender a República)” são os princípios máximos ressaltados, enfatizando a responsabilidade do poder público novamente. E ainda terminam: “talvez, para a construção majestosa que ideamos, seja preciso previamente destruir com violência”⁶⁶⁶. Analisando o documento de fundação do Partido Republicano do Pará – um dos movimentos no Brasil que se assemelhou a Pernambuco na defesa oficial do positivismo – também houve a defesa de uma educação científica, gratuita e universal, associado com o sistema fabril e desenvolvimento econômico, porém divergiram ao apoiar, explicitamente, pela legitimação da educação feminina e sua emancipação⁶⁶⁷.

Com a ampliação da propaganda pelas cidades da Zona da Mata e Agreste de Pernambuco, o ano de 1889 foi de intensa atividade do PRPE. Poucos dias depois da fundação do partido, houve manifestação a Martins Júnior na constituição de diretoria local, com cidade ornamentada e “auditório de libertos”⁶⁶⁸ no Engenho Gaipiú⁶⁶⁹. Também passam a ser fundados os Clubes Republicanos Paroquiais (CRP)⁶⁷⁰, com uma feição mais ‘popular’ ao se aproximar das organizações eclesiais, descentralizando a propaganda para dentro dos bairros. Como afirma Felipe Azevedo⁶⁷¹, tanto liberais como republicanos buscaram se aproximar da empatia popular para fortalecimento político⁶⁷². Destaco, principalmente, o *Clube Republicano Paroquial de São José*, o primeiro desse segmento, fundado na Casa nº 28 no Pátio do Terço

⁶⁶⁶ Gazeta de Notícias, RJ, 6-2-1889.

⁶⁶⁷ MORAES, Felipe Tavares de. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897)**: os sentidos de uma concepção político-educacional republicana. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p.44.

⁶⁶⁸ Coloco a informação entre aspas porque não pude confirmá-la em outros jornais, nem em outros tipos de fonte. Me parece ser um argumento político para justificar “adesão” de libertos, o que parece estranho em se tratando de um engenho.

⁶⁶⁹ Jornal do Recife, PE, 16-1-1889.

⁶⁷⁰ Também é fundado o *Clube Republicano Acadêmico* fundado em 1889 na Faculdade de Direito do Recife e teve larga atuação conjuntamente com Martins Júnior (pois muitos serão seus alunos), tais como: Amaro Rabello, José Teixeira, Janúncio da Nóbrega, Cruz Saldanha, Braz de Mello, Waldemiro Cavalcanti, etc. Muitos desses alunos serão os primeiros intelectuais de Pernambuco a produzir obras sobre esse período no século XX. Cf. Jornal O Norte, PE, 14-6-1889.

⁶⁷¹ SOUZA, Felipe Azevedo e. 2018. 215f. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c.1880 – c.1900)**. Tese (doutorado em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p.23.

⁶⁷² O autor, entretanto, se equivoca ao considerar que só houve aproximação dos republicanos com parte da população após a Abolição, antes se restringindo a clubes fechados e publicações na imprensa Cf. SOUZA, Felipe Azevedo de. *Op. Cit.*, p.83.

por Manuel Cavalcante de M. Filho, região de atuação de José Mariano, indicando que a diretoria do PRPE via a importância de concorrer com o liberal⁶⁷³. Apenas 3 dias depois da criação do primeiro CRP, também é fundado o da Boa Vista, região de grande influência republicana, como dito no capítulo anterior⁶⁷⁴, sendo o terceiro de maior abrangência o CRP de Recife instalado na casa de João Nepomuceno Coelho⁶⁷⁵

Passaram a publicar o órgão do partido *O Norte* sob chefatura de Martins Júnior e Maciel Pinheiro. Esse periódico, seguindo o esteio deixado pela *Folha do Norte* (1883-1884), tinha uma abordagem menos doutrinária que seu antecessor e visava concorrer diretamente com os jornais diários de grande tiragem, como *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *A Província* sendo este último partidário de José Mariano. Em razão da fama jornalística que tinham seus redatores principais, o *Jornal do Recife* destacou que “estes nomes bastam para recomendar o novo órgão da imprensa diária”⁶⁷⁶. Custando apenas \$40 réis – preço mais baixo dos jornais concorrentes e igual a *Folha do Norte*, 5 anos atrás – possuía tipografia própria através da venda das apólices do jornal *Gazeta do Recife*⁶⁷⁷, garantindo fonte de renda para o órgão. Aberto à propaganda e publicações avulsas sob contrato – mas gratuitas a artigos “de interesse público” –, das 4 páginas do jornal, 2 eram dedicadas inteiramente para anúncios, sendo meia página apenas para o comércio. Se comparado com o órgão anterior – *Folha do Norte* – a quantidade de anúncios, chegando a 50% do jornal, e o preço, indica sua abrangência e popularidade.

O *Clube Martins Júnior*, após a Abolição renomeado de *Clube Literário Martins Júnior*, passou a ter intensa atividade na capital continuando⁶⁷⁸ e ampliando a proximidade com as classes populares, como na participação de Martins Júnior na cerimônia de aniversário da *Associação dos Trabalhadores do Comércio* em 1889⁶⁷⁹. Pouco tempo depois é criada a *União Artística Republicana*⁶⁸⁰ que junto com a *Liga Operária Pernambucana* têm abertura para publicação de suas reuniões e meetings pelo *O Norte*⁶⁸¹. Em carta endereçada ao órgão republicano, a *União Artística* afirmou: “nós, os artistas de Pernambuco, deliberamos enveredar pelo caminho que leva ao sistema republicano, único compatível com as aspirações populares”⁶⁸². Possuem também correspondência e associação com o jornal *O Obreiro* (1889)

⁶⁷³ Jornal O Norte, PE, 6-6-1889.

⁶⁷⁴ Jornal O Norte, PE, 9-6-1889.

⁶⁷⁵ Jornal O Norte, PE, 8-10-1889.

⁶⁷⁶ Jornal do Recife, PE, 7-6-1889.

⁶⁷⁷ Como falei no capítulo anterior, não tive acesso a esse jornal. Está interditado pelo Arquivo Público de Pernambuco.

⁶⁷⁸ O CMJ foi um dos poucos clubes abolicionistas a aceitar escravos nas suas fileiras.

⁶⁷⁹ Diário de Pernambuco, PE, 13-2-1889.

⁶⁸⁰ Jornal O Norte, PE, 10-7-1889.

⁶⁸¹ Jornal O Norte, PE, 12-7-1889.

⁶⁸² Jornal O Norte, PE, 15-9-1889.

onde discutem sobre a retórica e a forma de alcançar um público menos elitizado⁶⁸³. Em carta a seus correligionários sergipanos, Martins Júnior assim se posiciona após 30 dias de fundação do Partido: “garanto-te uma coisa: dentro de 5 meses, no máximo, o nosso grande e heroico Pernambuco será um dos dignos irmãos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Corte!”⁶⁸⁴. O *Jornal do Povo* apresentou essa mesma opinião, ao afirmar que a República “vai talvez mais depressa do que andou a Abolição”⁶⁸⁵. De fato, em agosto daquele mesmo ano, Pernambuco se tornou o 6º maior partido republicano do Brasil em número de votos⁶⁸⁶.

Além da expansão da propaganda, a carreira de Martins Júnior como professor se tornou sua principal fonte de renda naquele momento. Saindo da Boa Vista, Martins Júnior passou a morar no bairro popular de Santo Amaro, indicando suas cada vez maiores dificuldades financeiras⁶⁸⁷. Em sua nova residência, dava aulas particulares de Direito enquanto prestava os dois últimos concursos polêmicos que o impediram de assumir vaga na Faculdade de Direito do Recife, apesar de estar em primeiro lugar ambas as vezes. Pouco tempo depois assumiu a disciplina de Retórica pelo *Curso Anexo da Faculdade de Direito*, habilidade pela qual era bastante conhecido e muito reverenciado pelos estudantes⁶⁸⁸. Continuou dando aulas no *Instituto 19 de Abril*, na Rua do Hospício (a mesma da Faculdade de Direito), bem como permaneceu em sua atuação junto à *Sociedade Propagadora da Instrução Pública*. Essa fama ressoava para além de Pernambuco, como no romance anônimo *Contos Cor de Rosa*, quando o personagem principal “arrastado pela eloquência, sempre fluente e por vezes arrebatadora do Martins Júnior, chefe do Partido Republicano, por cuja influência simpática ele sentia-se dominado, o Souza declarou-se republicano”⁶⁸⁹. Por ocasião do 1º aniversário da Lei Áurea, foi um dos principais conferencistas no Teatro de Santa Isabel no dia 13 de maio sendo “muito aplaudido” com “diversos libertos”⁶⁹⁰ e o presidente da comissão eleito pelos estudantes para a comemoração no Teatro Variedades no dia 16 de maio⁶⁹¹. Pela primeira vez se registram relatos de interrupções e piadas de mal gosto, provocações que levaram Martins Júnior a paralisar por duas vezes sua fala⁶⁹².

⁶⁸³ Jornal O Norte, PE, 26-7-1889.

⁶⁸⁴ Jornal O Republicano, SE, 20-1-1889.

⁶⁸⁵ Jornal do Povo, PE, 21-1-1889.

⁶⁸⁶ Jornal O Norte, PE, 19-9-1889.

⁶⁸⁷ Jornal do Recife, PE, 3-1-1889.

⁶⁸⁸ Ata de posse. Professor de retórica do curso anexo: Acervo Geral da Faculdade de Direito do Recife. 06 de junho de 1889.

⁶⁸⁹ Jornal O Paiz, MA, 18-6-1889.

⁶⁹⁰ Gazeta de Notícias, RJ, 16-5-1889.

⁶⁹¹ Diário de Pernambuco, PE, 2-5-1889.

⁶⁹² Jornal do Povo, PE, 18-5-1889.

Em meados de 1889 a tentativa de unificação do movimento republicano na Capital buscou eleger um representante nacional dos partidos, de forma a fortalecer a coesão entre as lideranças do país. Entretanto, com a exclusão dos partidos do Norte do Império e marginalização das lideranças consideradas mais “radicais” – em sua maioria, positivistas – a eleição que escolheu Quintino Bocaiúva como líder nacional recebeu duríssimas críticas⁶⁹³. Em ação combinada e nacional, os partidos republicanos de orientação positivista, bem como lideranças ‘radicais’, rejeitaram tal eleição, rompendo com o grupo republicano liberal majoritariamente paulista e carioca, formando uma coalização em torno da liderança de Silva Jardim. Em depoimento de separação, o propagandista paulista ressaltou sua união imediata ao PRPE

[Com] o pretensioso feito de paralisar a agitação republicana (...) [torno-me] solidário com todos aqueles que, e não serão poucos, malgrado os manejos da conveniência política levada até o sacrifício das opiniões – tácita ou explicitamente repelirem, por um motivo de desejo de ação, ou por uma questão de princípios, a chefia do Sr. Quintino Bocaiúva: e pois, com o órgão do Partido Republicano de Pernambuco, procurando corresponder aos votos que em nome daquele agremiamento faz quanto à minha obra política, no que toca à organização de um Partido Republicano construtor, preliminarmente revolucionário, em que realmente se deseje para a Pátria uma presidência poderosa, instituída pela vontade popular, a princípio por aclamação, sujeita em seguida ao sufrágio universal⁶⁹⁴

Como líder do Norte, Martins Júnior declarou apoio e orientação do PRPE a Silva Jardim, sendo acompanhado pelos partidos do Pará e Rio Grande do Norte⁶⁹⁵. Em manifesto de adesão, o PRPE anunciou Aníbal Falcão como correligionário apto a tomar as decisões pelo partido na Corte, apoiando irrestritamente Silva Jardim⁶⁹⁶. Falcão deixou explícito: “não aderimos à escolha de qualquer chefe, outro que não aquele em cuja capacidade política e ardor patriótico depositamos a esperança e saberá organizar um Partido verdadeiramente republicano, que realmente queira a instituição de uma ditadura prática e da mais plena liberdade espiritual”⁶⁹⁷. Também se associaram a Jardim, rompendo com Quintino Bocaiúva, os partidos do Rio Grande

⁶⁹³ JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana (1888-1889)**: discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, p.355.

⁶⁹⁴ JARDIM, Antônio da Silva. *Op. Cit.*, p.56-7.

⁶⁹⁵ As principais lideranças potiguares a fazer essa relação foram Janúncio da Nóbrega e Braz de Mello, que faziam parte também do Partido Republicano de Pernambuco. Além deles, José Leão, amigo pessoal de Silva Jardim, foi responsável por sua biografia. Diferente do que aconteceu em Recife, não será Natal o centro dos “rebeldes”, mas o Seridó, região sertaneja, onde o apoio a Silva Jardim se dará com mais força. *Cf.*

BUENO, Almir de Carvalho. Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRRN, 2016, p.72-96.

⁶⁹⁶ Gazeta de Notícias, RJ, 3-6-1889. 89.

⁶⁹⁷ FALCÃO, Aníbal *apud* JARDIM, Silva. *Op. Cit.*, p.376-7

do Sul, Bahia e Ceará, bem como tem apoio das lideranças de Alagoas e Paraíba⁶⁹⁸ e boa parte da imprensa do Maranhão, com forte influência positivista⁶⁹⁹. Também manteve apoio de algumas lideranças individuais em São Paulo e Minas Gerais⁷⁰⁰. Além da relação próxima entre os movimentos de Pernambuco com Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará – até onde me consta neste trabalho – Silva Jardim passou a se apoiar no Norte, abandonando momentaneamente a política no sul, e se candidatando pelo 1º distrito da Bahia (Salvador) em março de 1889⁷⁰¹

4.2 O INÍCIO DA POLARIZAÇÃO

Em razão dessas disputas internas, Silva Jardim promoveu uma campanha de radicalização da propaganda republicana⁷⁰², dirigindo-se à região Norte do Império – onde tinha maior apoio – seguindo Conde D’eu que propagandeava pelo Terceiro Reinado⁷⁰³. Em depoimento deixado após as mortes de Silva Jardim e Martins Júnior, Silva Marques pontou, demonstrando a correlação de pensamento entre os dois “Silva jardim não pode cooperar para a organização da pátria republicana, porque era um apaixonado; Martins Júnior, apóstolo como ele do regime, é posto à margem, fria e sistematicamente, para não perturbar com o seu talento o tráfico repugnante dos incapazes”⁷⁰⁴. Para o periódico *O Combate* “ambos foram bem recebidos, notando-se que na recepção do primeiro (Conde D’eu) predominava o elemento oficial e na do segundo (Silva Jardim) o elemento popular” e que “se o público não se convenceu nas suas conferências, pelo menos ficou deslumbrado”⁷⁰⁵. Com uma comissão formada pelo PRPE para recebe-lo, *O Norte* passou a publicar listas de adesões republicanas em massa. Uma comissão de comerciantes se une para inscrição nos festejos de chegada de Silva Jardim⁷⁰⁶.

⁶⁹⁸ Jornal O Norte, PE, 20-6-1889.

⁶⁹⁹ SUPERTI, Eliane. *Op. Cit.*, 2004, p.77.

⁷⁰⁰ FERNANDES, Fernanda Lombardi. *Op. Cit.*, p.134.

⁷⁰¹ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)**. 1992. 207f.

Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992, p.45.

⁷⁰² Por ainda ser uma hipótese de pesquisa para trabalhos futuros, porém com fortes indicações de coerência, acredito que os movimentos republicanos no Norte do Império foram, se não todos, a expressa maioria da corrente “radical” associando abolicionismo e positivismo no seu modo operandi. Em trabalhos distintos, elenco, por exemplo, o de Dilton Araújo que analisou o movimento baiano: “podemos concluir que a maioria dos discursos e das ações republicanas são vinculadas, principalmente, à linha exaltada, à tendência liderada por Silva Jardim, pela qual os baianos nutriam grandes simpatias e para a qual forneciam zelosa cobertura política e jornalística” ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Op. Cit.*, p.52.

⁷⁰³ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um passeio em dias de tormenta: a viagem do Conde D’eu às províncias do antigo Norte do Brasil. **Revista História**, São Paulo, v.36, n.6, 2017, p.10.

⁷⁰⁴ Jornal Comércio do Brasil, RJ, 25-8-1904.

⁷⁰⁵ Jornal O Combate, PE, 6-7-1889.

⁷⁰⁶ Jornal O Norte, PE, 15-6-1889.

É bastante curioso como a historiografia sobre os movimentos republicanos desconsideram a importância do Norte⁷⁰⁷, quando as próprias lideranças políticas da época demonstravam preocupar-se com o apoio da região para suas contendas. Até mesmo Joaquim Nabuco que, após a Proclamação, visava ampliar a reforma federalista, escreveu a José Mariano: “A Federação deve ser você. Você pode levantar um novo partido, tão forte como foi o abolicionista. Eu o sustentarei, mas eu mesmo não me sinto com forças para esse novo esforço, quero dizer, para pôr-me à frente dele, e ele requer um homem. Falo do Norte. Levante-se, meu amigo, e comande”⁷⁰⁸. Assim, estou de acordo com a conclusão de pesquisa de Dilton Araújo que analisou o movimento republicano na Bahia, também contra-argumentando o fato de que as pesquisas sobre esse tema no Norte do Império se preocupam mais em reafirmar a visão da falta de importância deste lado e destacou: “a afirmação de que o movimento republicano na Bahia, assim como o do restante do Norte e do Nordeste, foi menos decisivo para a instauração da República e para a definição dos seus rumos, é por demais insuficiente para que possamos compreendê-lo”⁷⁰⁹. Bem como estou alinhada com a pesquisa de Magno Francisco de Jesus Santos, quando este afirma que o Norte representava uma área estratégica de importância para o Terceiro Reinado, levando Conde D’eu a buscar “reatar os vínculos políticos com as autoridades regionais”⁷¹⁰.

Desta maneira, Silva Jardim veio a Pernambuco em junho de 1889, após uma passagem turbulenta por Salvador, para estreitar os laços políticos com o PRPE. Entretanto, sua visita à província pernambucana alcançou uma crise local tão acentuada que Recife foi a última parada da sua jornada. Fez conferências na capital, Nazareth, Timbaúba, Goiana, Igarassu, Olinda, Palmares, Escada e Vitória num total de 2 meses⁷¹¹. Silva Jardim chegou a chamar Pernambuco de “Minas do Norte” e Rangel Pestana, republicano que acompanhou o processo, ressaltou que “com dez Silva Jardim a República se faria amanhã”⁷¹². Em edição após a morte de Martins

⁷⁰⁷ BOEHRER, George. **Da monarquia à República**: a história do partido republicano do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954; VIOTTI, Emília. **Da monarquia à república**. São Paulo: UNESP, 2010; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987; BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: das origens até 1889. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

⁷⁰⁸ NABUCO, Joaquim *apud* SALES, Tadeu. *Op. Cit.*, p.197

⁷⁰⁹ ARAUJO, Dilton Oliveira de. *Op. Cit.*, p.91

⁷¹⁰ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Op. Cit.*, p.2

⁷¹¹ Há muita inconsistência sobre essas passagens de Silva Jardim nessas cidades e muito me parece que os relatos são exagerados de maneira proposital nas páginas do *Norte*. Em relação a sua passagem por Capina dizem ter sido recebido com fogos e com festa em Nazareth. Nesta cidade teria muitos homens de cor com alguns aderindo a República. Como não achei essa comprovação entre outros periódicos nem em outras fontes, me parece ser uma estratégia de retórica, uma inflamação dos fatos, para provocar os adversários e angariar adesões; o que não significa, entretanto, que sua presença foi insignificante ou que todos os homens de cor eram monarquistas, como dá a entender *A Província*. Cf. *Jornal O Norte*, PE, 28-6-1889.

⁷¹² *Jornal Silva Jardim*, PE, 30-10-1889.

Júnior em 1904 o *Jornal do Comércio* de Manaus, mesmo depois de tantos anos, ainda relembrou o significado da união entre os dois propagandistas

Quando o Conde D’eu desembarcou em Pernambuco, duas inteligências robustas se encontraram, duas águias liberaram-se no Recife – Silva Jardim e Martins Júnior – as palavras cheias de fogo e de fé em qualquer deles se equilibravam; as águias haviam medido suas forças, ambas iguais na ingente obra da expulsão da monarquia (...) a política lançou-o ao ostracismo, a que se acham condenados todos os distintos companheiros do intemerato e ardente Silva Jardim⁷¹³

Relato semelhante foi feito pelo *Diário da Tarde* do Paraná

Silva Jardim, em viagem para o Norte do país, juntamente com o grotesco pretendente do 3º reinado, durante sua permanência no Recife, tornou-se íntimo amigo de Martins Júnior, irmão dileto em crenças e os dois formavam um só. Ambos organizaram a resistência republicana em Pernambuco, quicá do Norte todo, e as violências acumularam-se contra suas pessoas. Época memorável aquela em que o verbo flamejante dos dois se fazia ouvir nas praças públicas perante centenas e centenas de populares que a força armada dispersava brutalmente a erro e a pata de corcéis⁷¹⁴

A visita de Silva Jardim a Pernambuco reforçou o sentimento de radicalização a qual o PRPE era constantemente acusado de promover⁷¹⁵. Tomo as palavras de Almir de Carvalho Bueno que, analisando o que é “radicalização” para os positivistas nesse momento, define como “aqueles membros do Partido Republicano que, em oposição aos autodenominados ‘evolucionistas’, desejavam implantar a República no Brasil através da mobilização dos estratos médios e pobres da população e, se necessário, de forma violenta”⁷¹⁶. Em embates com Joaquim Nabuco através a *Gazeta de Notícias*, o paulista rebate as acusações de querer promover a violência seguindo Conde D’eu em suas viagens, ao que responde: “Execução? Sim, execução. Matar? Sim! (...) É perdição o sentimentalismo em política!”⁷¹⁷. Com uma recepção de 18 lanchas e 26 salvas de tiros, Silva Jardim foi recebido por uma “multidão de gente”, marcando presença na apresentação da ópera de França Júnior no Teatro Santo Antônio, conhecido lócus republicano onde teria havido um público de 1300 pessoas e um pequeno tumulto, bem como pedradas na sua janela onde esteve hospedado⁷¹⁸. Em sua primeira conferência, na casa do médico Ribeiro de Brito, foi interrompido por tiros⁷¹⁹. Em 20 de junho de 1889, o Teatro Santo Antônio é invadido e fechado⁷²⁰. Em circular promovida pelos acadêmicos republicanos, O

⁷¹³ MARTINS, Henrique. **Martins Junior (post mortem)**. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1905, p.270.

⁷¹⁴ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.309-10.

⁷¹⁵ Os positivistas eram pacíficos via de regra, mas consideraram necessário tomar medidas extremas se fosse para evitar a tirania. Cf. RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. *Op. Cit.*, p.71.

⁷¹⁶ BUENO, Almir de Carvalho. *Op. Cit.*, 1991, p.33.

⁷¹⁷ JARDIM, Silva. *Op. Cit.*, p.85.

⁷¹⁸ Jornal O Norte, PE, 20/23-6-1889.

⁷¹⁹ PINTO, Otávio. A visita de Silva Jardim à Goiana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco**, Recife, v.XL, 1945, p.246.

⁷²⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 2005, p.214.

Clarim, a quadrinha abaixo foi estampada em primeira página e distribuída pela cidade do Recife

*Às armas, republicanos!
Às armas contra a Coroa!
De tambores, de cornetas,
Tremendo rebate soa,
Às armas, republicanos!
Às armas contra a Coroa!*⁷²¹

Colocando-se em favor e defesa da liderança do “radical” paulista, Martins Júnior ofertou, em sua residência, um banquete de boas-vindas a Silva Jardim⁷²². Comparando os dois propagandistas, quando unidos, um dos conferencistas do centenário de Martins Júnior considera que “Enquanto o primeiro [Jardim] era agitado, flamejante, nervoso, explosivo, o segundo [Martins] era mais ponderado, mais argumentador, procurava explicar mais do que exaltar”⁷²³. Outro banquete promovido foi dedicado a João Cordeiro, no Hotel d’Europe, com a presença de Silva Jardim, ao que o periódico cearense *Libertador* alfinetou dizendo que Cordeiro “não usou a Abolição para ir ao lado monárquico”⁷²⁴ além de outra comemoração marcada na casa de João Ramos com os republicanos para seu correligionário cearense⁷²⁵. Essa união entre lideranças “radicais” cada vez mais frequente e intensa, colocava monarquistas – liberais ou conservadores – e republicanos liberais em alerta. Aproveitando-se desta associação, bem como receoso dela, José Mariano acentuou suas críticas a Martins Júnior e ao PRPE. Essas críticas deixam de ser apenas nas páginas de *A Província* e passam a ser ameaças reais contra meetings programados pelos republicanos. Em 20 de julho de 1889, diante das ameaças que rondavam a capital, boatos de reunião de “gente” de Mariano para promover violência aos meetings de Silva Jardim, *O Norte* lançou manifesto distribuído no Recife, antecipando as acusações caso as ameaças se tornassem reais.

Em razão da iminente violência, a discussão em torno do ‘**Meeting de 22 de julho**’ – como passou a ser lembrado - ganhou a Assembleia Provincial. Nas sessões próximas e posteriores ao encontro republicano aumentaram as discussões na ALEPE sobre o uso da violência policial para repressão dos meetings, chegando a propor, pelo projeto de Lei

⁷²¹ Jornal O Clarim, PE, 1889, número único.

⁷²² Também foram oferecidos banquetes por Alfredo Falcão, Barros Cassal e Clóvis Beviláqua. Cf. Jornal O Norte, PE, 27-6-1889.

⁷²³ BANDECCHI, Brasil. Martins Júnior: batalhador incansável. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, volume LXI, 1965, p.171.

⁷²⁴ Jornal Libertador, CE, 3-8-1889.

⁷²⁵ Jornal O Norte, PE, 28-7-1889.

nº95/1889, a criação de uma Guarda Policial Cívica⁷²⁶. Gaspar Drummond, conservador, argumentou que o meeting republicano deveria ser impedido de acontecer ou que se deixasse Silva Jardim se proteger sozinho. José Mariano, também deputado, rebateu dizendo que o estado não deveria agir de forma alguma, e completou

O que o governo não pode fazer, nem está em harmonia com a índole do Partido Liberal, é defender o Dr. Silva Jardim contra qualquer explosão de sentimento popular. O povo pernambucano é contra qualquer manifestação de autocracia, tome ela a forma de monarquia ou de república, e nestas condições como o Partido Liberal, que sempre esteve ao lado da democracia, há de proteger uma propaganda que marcha para o absolutismo?⁷²⁷

Este trecho taquigrafado da fala de José Mariano nas vésperas do meeting pode parecer uma fala democrática, mas a intencionalidade da sua fala é dúbia. Quando ele diz que o estado não deve impedir ‘qualquer manifestação popular’ ele deixa de falar que parte desse “povo” são seus próprios comandados, e que a concepção de “absolutismo” supostamente defendida pelos republicanos, jamais existiu, como afirmei em análise acima. Distorcendo o meeting como uma manifestação “antipopular” e “absolutista”, Zé Mariano esconde que ele próprio foi acusado de financiar a escalada da violência. Em resposta indignada sobre a fala de José Mariano, o deputado conservador Meira de Vasconcelos rebateu

O nobre deputado [José Mariano] que apontava então os vícios da monarquia, que a julgava, por assim dizer, carcomida e impotente para fazer a felicidade deste povo; (...) Nós vimos ainda ontem o nobre deputado pelo 2º distrito dizer a aqueles que o seguem como o seu norte e seu rumo que o Dr. Silva Jardim era um propagandista consciencioso e digno de respeito (...) O nobre deputado é quem vem dizer hoje a esse povo que não deve descrever do 3º reinado, porque o 3º reinado há de ser para ele a felicidade⁷²⁸! O nobre deputado, entretanto, foi hoje cruel, não teve o mesmo propagandista [Silva Jardim] essa tolerância, que deve ser um predado muito comum. Acredito, tendo em vista os fatos políticos presentes e passados para chegar a conclusões, fundados, que o 3º reinado não virá, porque os nobres deputados [liberais] são os melhores colaboradores da República – **porque os nobres deputados são cúmplices, conscientes ou inconscientes, do incremento da propaganda republicana**. O nobre deputado, procurando ato coarctar agora o movimento republicano, por modo tão irregular, não está fazendo senão acumular elementos explosivos que numa bela ocasião hão de exercer a sua ação [e os republicanos querem] expandir-se à luz do sol, para lança-los nos antros da conspiração, para atirá-los na conjuração será sem dúvida o aparecimento da República, será o baqueamento deste trono, que os nobres deputados querem sustentar⁷²⁹

⁷²⁶ AMORIM, Tânia. *Op. Cit.*, p.75.

⁷²⁷ Jornal do Recife, PE, 23-7-1889.

⁷²⁸ Em análise sobre a visita dos propagandistas do Sul pela ótica do Conde D’eu, o historiador Magno Santos chegou à conclusão que apesar do Norte ser visto como uma “região estratégica na tentativa de manutenção da ordem e do próprio governo monárquico” a recepção ao representante do Terceiro Reinado foi “péssima e mal elaborada no Pará e Maranhão. Nos sertões foi mal recebido, ou por ninguém” e conclui “a viagem do conde pelo Norte reflete, em grande parte, a rejeição de uma política centralizadora que marginalizava as províncias periféricas”, o que dava grande espaço de atuação para os republicanos. Cf. SANTOS, Magno Francisco de. *Op. Cit.*, p.16-9.

⁷²⁹ VASCONCELOS *apud* AMORIM, Tânia. *Op. Cit.*, p.77-9. Destaque meu.

Em telegramas recebidos do Rio, a direção de *O Norte* supostamente é avisada, mais de uma vez, que José Mariano estaria agindo para dissolver os meetings de Silva Jardim e, sendo verdade ou não, o próprio liberal precisou ir até a redação do jornal para se desmentir, indicando ser já de comum conhecimento as possíveis ameaças⁷³⁰. Meetings anteriores de Silva Jardim já haviam sido interrompidos, como sua conferência na cidade de Goiana, local onde um homem de nome ‘Neco Doido’ agitou a praça em que acontecia o encontro, impedindo-o de acontecer⁷³¹. Em sua parada anterior – Salvador – seu meeting na Faculdade de Medicina foi invadido pela polícia e vários estudantes saíram feridos, conhecido como Massacre de Taboão⁷³². Tanto ele, quanto Virgílio Damásio que era o presidente do PR local, ficaram desaparecidos. Martins Júnior foi informado por telegramas sobre a utilização de “guardas negras” para sitiar os estudantes, o que demonstra que a tensão violenta já existia antes mesmo da chegada de Silva Jardim em Pernambuco⁷³³. Com medo de que as agitações se acelerarem de forma semelhante ao que aconteceu em Salvador, o diretor da Faculdade de Direito e parceiro político de Martins Júnior, Albino Meira, mandou fechar a instituição com medo da chegada de Silva Jardim, deixando os estudantes livres para decidirem quem deveriam recepcionar. J.J Seabra, o professor conservador que perseguia Martins Júnior desde a época como estudante, convocou seus alunos para receberem o Conde D’eu⁷³⁴.

Com possibilidade de acontecer uma tragédia anunciada, Martins Júnior (bacharel, professor particular), Martiniano Veras (farmacêutico), Ribeiro de Brito (médico), Aníbal Falcão (taquígrafo), Barros Cassal (taquígrafo)⁷³⁵ e Silva Jardim lançam um manifesto endereçado a José Mariano. Impedidos de fazerem meetings em lugares particulares, pois os donos “têm medo de que o Partido Liberal bote abaixo” passam a escolher apenas as praças públicas

Nós nos reuniremos segunda-feira, às quatro e meia da tarde, na praça da Matriz de Santo Antônio, dispostos a não ceder do nosso direito, e a morrer, se for preciso, no nosso posto de honra, defendendo os interesses do povo (...) que os falsos liberais, que acenam ao povo e obedecem aos acenos do Sr. Gastón de Orleans, nos mandem assassinar! Teremos prazer em que o nosso sangue os manche para todo o sempre!⁷³⁶

⁷³⁰ Jornal O Norte, PE, 18-6-1889.

⁷³¹ PINTO, Otávio. *Op. Cit.*, p.251.

⁷³² ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Op. Cit.*, p.31.

⁷³³ Jornal O Norte, PE, 16-6-1889.

⁷³⁴ Jornal O Norte, PE, 18-6-1889.

⁷³⁵ Diretoria do PRPE. Somente Ambrósio Machado era agricultor e não pertencia à diretoria. Essa informação é importante para destacar que, até as vésperas da Proclamação e após ela, as acusações de que o PRPE era formado por agricultores ressentidos não faz qualquer sentido. Análise semelhante fez Dilton Araújo sobre o movimento baiano, destacando que até mesmo após a Abolição a elite não se inclinou para o movimento republicano, mantendo suas posições dentro do Império. Cf. ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Op. Cit.*, p.40.

⁷³⁶ Jornal O Norte, PE, 21-7-1889.

Às vésperas de acontecer, o clima de tensão na cidade era enorme. Além da discussão na Assembleia Provincial – se haveria ou não proteção policial aos republicanos, o que concluíram que não – Aníbal Falcão e Barros Cassal, ambos da diretoria do PRPE e taquígrafos da ALEPE, se demitem por incompatibilidade moral com a casa legislativa. Temendo o pior, o comércio de Recife fechou as portas e já circulavam muitas pessoas armadas nas ruas. A poucas horas de acontecer, o delegado do 1º distrito da Capital e considerado um amigo, Dr. Manoel Francisco do Rego Barros, não tendo apoio por parte do governo que trabalhava e temendo a carnificina que não conseguiria evitar, foi até o escritório do *O Norte* implorar que cancelassem o meeting e “nos dizia que íamos morrer, e que não garantia nossas vidas; e que nos obrigava a, realizando o meeting, tomar a responsabilidade da nossa própria morte”⁷³⁷. Os republicanos, ouvindo o apelo do amigo, aceitam, porém, pedem que deixe tudo por escrito. A confusão que se toma na frente do jornal é tão grande que o periódico deixa de sair por dois dias em razão da quantidade de pessoas que aglomeradas na sua frente⁷³⁸.

O meeting do dia 22 de julho de 1889, interrompido e negado de acontecer, pode ser considerado como o “evento zero” de um processo escalonar de violência e profundo ódio político que se instaurou entre “Marianistas” (Deletérios) e “Martinistas” (Violões), durando, sem interrupções, 4 anos de conflito, considerado por Marc Jay Hoffnagel como de “extrema violência”⁷³⁹. Obviamente, os conflitos vinham se agravando desde maio de 1888, mas é a partir de julho de 1889 que toma uma feição de guerra política declarada. Em artigo intitulado **Um Falso Patriota**, o *Diário de Pernambuco* acusou José Mariano de instigar o povo contra Silva Jardim⁷⁴⁰, entretanto os jornais favoráveis ao liberal – *A Província* e o *Jornal do Recife* – colocam a culpa nos republicanos por terem “forçado” o meeting de acontecer. *O Norte*, em editorial, considera as ações dos “aliados” de Mariano como um ‘Regime do Terror’, como passa a chamar a “milícia” do liberal⁷⁴¹. Em editorial assinado duplamente por Martins Júnior e Maciel Pinheiro, destacam que as ameaças contra eles são recorrentes

O que nos parece é que temos sido diariamente provocados, editorialmente injuriados na *Província* com as mais infames e torpes imputações; que temos tido a hombridade de não fazer caso desses desabaços; que contra nós tem sido açulado dia por dia nessa folha liberal o ódio das classes ignorantes, de cuja simplicidade tem ela abusado cruelmente; que contra nós foi derramada nas ruas desta cidade uma multidão de facínoras, vindos de fora dela; e que – tanto antes como depois – o diretório do Partido

⁷³⁷ Jornal O Norte, PE, 29-7-1889.

⁷³⁸ Jornal O Norte, PE, 24-7-1889.

⁷³⁹ HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895.** PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975, p.212.

⁷⁴⁰ Diário de Pernambuco, PE, 8-8-1889.

⁷⁴¹ Jornal O Norte, PE, 25-7-1889.

Republicano não se tem uma só vez desviado da linha de uma discussão moderada e decente⁷⁴²

O ‘**Meeting de 22**’ repercutiu amplamente. Foi destacado pelo órgão do partido potiguar *A República*⁷⁴³, bem como uma edição única do periódico *Silva Jardim*⁷⁴⁴ foi lançado pelos republicanos em homenagem à passagem do propagandista; também é fundado, pelos estudantes do preparatório, o *Clube Republicano Silva Jardim* na capital⁷⁴⁵. Análises sobre a agitação nas ruas feitas pelo *Jornal do Recife*, favorável à Zé Mariano⁷⁴⁶, destacavam a expectativa de violência criada e a presença de “pessoas do povo” contra os republicanos

Esta cidade esteve ontem sob a ameaça de tristíssimas cenas, provocadas pela imprudência do Sr. Dr. Silva Jardim e outros convocadores de um meeting republicano que devia ter lugar às 4 ½ horas da tarde no largo da Matriz de Santo Antônio. A convocação do meeting foi feita em termos irritantes e denunciavam que os signatários dela estavam dispostos a leva-los à efeito quaisquer que fossem as consequências (...) Às três horas da tarde começou a afluir ao largo grande massa popular disposta a impedir o meeting, sendo que as quatro horas da tarde já era difícil o trânsito pelo mesmo largo e Rua do Cabugá, manifestando-se com grande animação todo esse ajuntamento em sentido contrário a pessoa do Sr. Silva Jardim e seus amigos⁷⁴⁷

⁷⁴² Jornal O Norte, PE, 27-7-1889.

⁷⁴³ Jornal A República, RN, 1889, nº7.

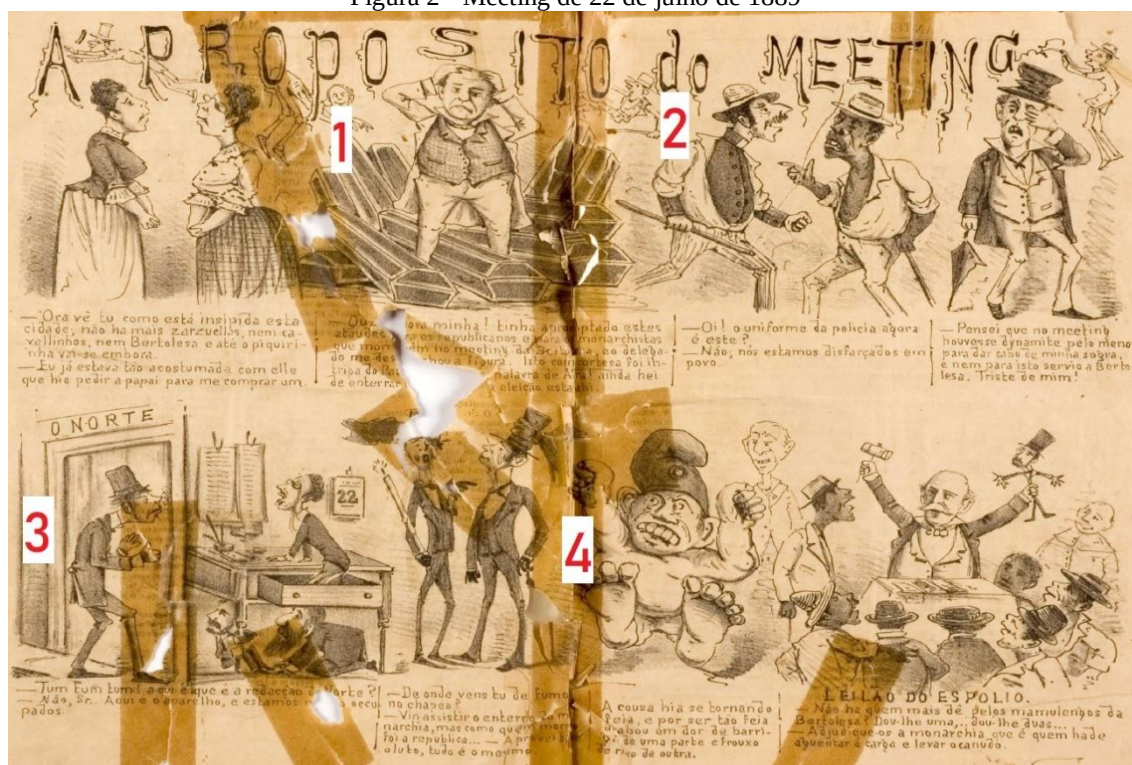
⁷⁴⁴ Jornal Silva Jardim, PE, 30-10-1889.

⁷⁴⁵ Jornal O Norte, PE, 17-7-1889.

⁷⁴⁶ Em contraposição a uma publicação do Norte, em que este afirmava a presença de 1000 pessoas, dentre quais alguns libertos na cidade de Escada durante a passagem de Silva Jardim, o *Jornal do Recife* rebateu que era uma mentira, pois “só não houve banho de sangue entre libertos e republicanos por intervenção do delegado”. Passa a ser comum a utilização de uma retórica de contradição (Libertos versus Republicanos) nas notícias por onde passava Silva Jardim. Entretanto, não há consenso entre os periódicos, havendo apoiadores e opositores de ambos os lados. Cf. *Jornal do Recife*, PE, 12-7-1889.

⁷⁴⁷ *Jornal do Recife*, PE, 23-7-1889.

Figura 2 - Meeting de 22 de julho de 1889



Fonte: A Lanterna Mágica, PE, 30 de julho de 1889 – Números destacados foram adicionados para melhor explicação abaixo

O **‘Meeting de 22’** levantou as mais diversas reações acerca do seu *não* acontecimento. Uma das críticas que circulou no Recife trata-se da charge acima, elaborada pela *Lanterna Mágica*, periódico humorístico da Capital com larga tradição e inclinação republicana. Na sequência das ilustrações temos um conjunto de cenas desconexas que mostra a frustração vivida por diversos atores sociais, representados de maneira caricatural. Destaquei quatro recortes, por demonstrar um pensamento recorrente de expectativas frustradas naquele momento. O quadro em destaque com o número 1 representa um vendedor de caixões que, tendo investido na compra de vários, para monarquistas e republicanos, acabou por não enterrar ninguém. O mais interessante neste personagem é que ele se refere às “próximas eleições” (agosto de 1889) e, sabendo do clima de tensão que aquele meeting inaugurou, tem por “garantido” que os caixões não ficarão parados. No quadrinho indicado pelo número 2 temos dois personagens armados em porretes, na qual o de pele clara pergunta ao homem de cor “mal vestido” se ele aquela era a farda de policial, ao que este responde “não, nós estamos disfarçados de povo”, indicando a presença dos “ajudantes” de José Mariano circulando durante o meeting. No quadrinho representado pelo número 3 temos a redação d’*O Norte*, mostrando a covardia de Martins Júnior (dentro da gaveta), Silva Jardim e Maciel Pinheiro (embaixo da mesa) frente

ao delegado. No quadrinho número 4 temos uma conversa entre dois fidalgos, vestidos à caráter, preparados para ver o enterro da monarquia, mas confessam que “quem foi enterrada foi a República” e, ao seu lado, uma criança birrenta com barrete frígio, indicando que no final das contas, todos saíram ou com dor de barriga ou com riso frouxo.

O que a charge da *Lanterna Mágica* indica, de maneira indireta, é que o Meeting de 22 foi um grande “não-acontecimento” em que a população recifense aguardou a face mais violenta pelo clima que Marianistas e Martinistas levantaram na cidade. Mesmo com inclinações republicanas, o articulista dispara “O primeiro que recuou foi o valentaço do Sul (Silva Jardim) ... aquele pequenitades, o minúsculo acalcanhado que veio a Pernambuco ensinar liberdade!!! Como se o Norte, e Pernambuco principalmente, precisasse de ridículos mamolengos do Sul para ser livre”⁷⁴⁸. Uma visão diferente foi levantada pelo jornal, também de inclinações republicanas, *A Ronca*, quando dá glórias aos que “deram trabalho à polícia”

Arma-se a polícia, os trens vêm cheios de capangas da Várzea, e pela Rua Imperial e adjacentes escoam-se pela capital de malvados e à polícia que se armara, e os chefes que dirigem por intermédio dessa mesma polícia pede veementemente, miseravelmente, tréguas aqueles a quem ameaçavam de morte! (...) honra a aqueles que tanto trabalho deram à polícia e que afinal, sem uma palavra, sem um tiro, calcaram aos pés essa mesma polícia esses mesmos chefes⁷⁴⁹

4.3 A ÚLTIMA ELEIÇÃO DO IMPÉRIO

A última eleição do império em agosto de 1889 demonstra o quanto a articulação política feita pelo PRPE ganhou força se comparada com eleições anteriores, tendo a 6ª maior votação republicana do país e o maior eleitorado de todo o Norte, com mais votos que todos as províncias somadas, fato observado por periódicos de outras províncias, considerando Pernambuco a força republicana mais evidente daquela parte do Império⁷⁵⁰. Pernambuco alcançou 457 votos, mais que a soma de todas as províncias do Norte (419)⁷⁵¹.

Este crescimento está relacionado com o processo de arregimentação nas cidades da Zona da Mata – em especial as cidades de Goiana, Vitória de Santo Antão, Palmares, Garanhuns e Escada – mas também com os recentes eventos da vinda de Silva Jardim e a fama nacional que o caso dos concursos públicos de Martins Júnior vinha agitando nas ruas da capital. Em 28 de agosto de 1889, em meio ao turbilhão que havia se tornado aquele ano, a comemoração da Bastilha na casa do médico e dirigente do PRPE, Ribeiro de Brito, chegou a ter 800 pessoas,

⁷⁴⁸ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 30-7-1889.

⁷⁴⁹ Jornal A Ronca, PE, 10-8-1889.

⁷⁵⁰ Jornal O Novo Brasil, MA, 23-1-1889; Jornal A Gazeta, MT, 15-8-1889.

⁷⁵¹ Jornal O Norte, PE, 19-9-1889.

precisando expandir os festejos para o meio da rua⁷⁵². Em relação à propaganda em Goiana, a cidade com maior adesão ao PRPE depois da Capital, o periódico carioca destacou que Martins Júnior “animava” o movimento pelo interior desde 1888⁷⁵³. Não surpreende, portanto, que uma campanha difamatória tenha surgido nesta época ao espalhar boatos de que “essa gente do Norte” é inclinada ao furto e embriaguez⁷⁵⁴. Esta campanha era uma reação direta aos princípios elencados por Martins Júnior em sua circular ao 6º distrito⁷⁵⁵ como candidato a deputação provincial contra José Maria de Albuquerque Melo, o braço-direito de José Mariano e também diretor político de *A Província*:

(...) O Partido Republicano propõe-se a fazer do primeiro magistrado da nação, isto é, do chefe do poder executivo, um genuíno e direto representante do povo: **elegível**⁷⁵⁶, responsável, **demissível e punível**; propõe-se a manter a Ordem; propõe-se separar a política da administração e, por consequência, oferecer aos **municípios e províncias** a **autonomia pleníssima** de que necessitam para enriquecerem-se e progredirem; propõe-se a conservar e sustentar a integridade da Pátria, propõe-se a **reduzir os impostos** e proteger as **nascentes indústrias nacionais**; propõe-se finalmente a instituir: o sufrágio universal, a separação dos poderes temporal e espiritual (garantindo o livre desenvolvimento de todas as crenças), a difusão do ensino primário e do ensino técnico (escolas agrícolas, comércio, das artes mecânicas, liberais e dos ofícios), a inalterabilidade da paz interna, pelo respeito a todos os direitos, e da paz externa, pelo estabelecimento da arbitragem internacional entre os Estados da América⁷⁵⁷

A circular de José Isidoro Martins Júnior para sua candidatura no 6º distrito de Pernambuco em agosto de 1889 pode ser considerado um excelente exemplar documental do pensamento político específico do positivismo⁷⁵⁸, com algumas indicações idiossincráticas próprias de Martins. Diferente da sua candidatura anterior – fevereiro de 1886 - analisada no capítulo prévio, José Isidoro passou à defesa explícita do programa positivista ao enfatizar um chefe político *eleito* (na teoria original seria por aclamação) passível de punição e demissão

⁷⁵² Jornal A Federação, RS, 28-8-1889.

⁷⁵³ Almanak do Jornal do Agricultor, RJ, 1889.

⁷⁵⁴ Jornal O Norte, PE, 31-7-1889.

⁷⁵⁵ Martins Júnior nunca havia se candidatado neste distrito antes, o município de Escada, região de influência açucareira. Sua trajetória como candidato sempre o colocou no 1º ou 2º distrito da capital, nas regiões onde tinha forte influência como Santo Antônio e Boa Vista. Entretanto interpreto sua mudança de domicílio eleitoral nesse momento como uma tentativa de impedir que José Maria alcançasse o cargo facilmente, dificultando ainda mais o clima violento para o lado dos republicanos. Como liderança mais forte e de maior peso naquele momento, é possível que tenha escolhido o município de Escada por considerar-se o mais apto a derrotar o parceiro de Zé Mariano.

⁷⁵⁶ Aqui ele se diferencia do pensamento originário sobre a Ditadura Positivista que defendia a aclamação do chefe do executivo, pelo menos nos primeiros anos da República. Martins Júnior defendeu essa escolha por eleição.

⁷⁵⁷ Jornal O Norte, PE, 6-8-1889, negrito meu.

⁷⁵⁸ Programa semelhante foi defendido por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul: liberdades individuais, condenação da escravidão, separação da Igreja do Estado, educação primária universal, intervenção estatal para proteção do operário, equilíbrio orçamentário, plebiscito, legislativo limitado e separação temporal/espiritual. Cf. LOVE, Joseph. *Op. Cit.*, p.39.

(devemos deixar claro que esses dispositivos de controle não existiam na monarquia e nem eram pautas de republicanos liberais)⁷⁵⁹, a defesa da municipalidade⁷⁶⁰ que, diferente do que defendem federalistas e até mesmo positivistas comtistas, previa a ideia inicial de “prefeituras”; bem como a industrialização do país, no seu sentido fabril⁷⁶¹, com defesa dos capitalistas nacionais frente ao estrangeiro aliado ao ensino público gratuito tanto em primeiras letras como técnico⁷⁶² (também diferente do pensamento republicano liberal, que apenas defendia as primeiras letras) e a visão de uma diplomacia forte e pacífica, arbitadora de conflitos internacionais⁷⁶³.

Às vésperas da eleição de 31 de agosto, os republicanos conseguiram alistar alguns mesários para a seção da Boa Vista, fato considerado inédito para eles no 1º distrito da Capital; já em relação ao 6º distrito, receberam um abaixo-assinado de moradores de Escada de que havia chegado por lá um destacamento de 40 praças para a eleição, prevendo, mais uma vez, cenas de violência, afirmaram que “os liberais, convencidos de que estão em minoria em Escada, pretendem perturbar o processo eleitoral nessa cidade!” e dizem que os homens que chegaram pretendem inutilizar as urnas e dar gritos à República “para difamar”⁷⁶⁴. Mesmo com aquela informação, *O Norte* manteve-se cordial com José Maria, não lhe atribuindo responsabilidade por isso, permitindo a publicação de suas cartas de defesa e considerando que, muito provavelmente, José Mariano agia por suas costas⁷⁶⁵. O número de praças deslocadas para a cidade passou de 100⁷⁶⁶. Apesar desse crescimento, os republicanos não conseguiram

⁷⁵⁹ Mais que a temporalidade, a possibilidade de retirar um governo irresponsável era o *principal* valor republicano de um positivista.

⁷⁶⁰ As discussões federalistas no Brasil defendiam, em geral, a autonomia provincial. As localidades eram vistas como necessariamente subordinadas ao governo da província e não deveriam ter autonomia. Entretanto, Martins Júnior defende uma forma inicial de “prefeitura”, inspirada nas ideias do positivista chileno Lastarria. O positivismo brasileiro se aproximou sobremaneira dos teóricos chilenos. Cf. ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XIX, 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 1995. P.2.

⁷⁶¹ A palavra “fábrica” ou “indústria” no século XIX tem um sentido voltado para a produtividade, seja ela fabril, comercial ou agrícola. Entretanto, os positivistas defendiam a industrialização no seu sentido proletário, fabril, produtor de bens de consumo, de forma a aumentar a soberania nacional frente à dependência internacional deste mercado. Silva Jardim, em seus discursos, relata a necessidade de proteger a indústria nacional de integração: estradas, correios, portos, território... Cf. BUENO, Almir de Carvalho, *Op. Cit.*, 1992, p.72.

⁷⁶² Para os positivistas a defesa do ensino superior ainda não era adequada ao momento, visto que a maior parte da população tinha necessidade de aprender a ler, escrever e ter uma profissão. Também era uma forma de pensar os libertos da Lei Áurea e condicionar a formação de uma classe proletária brasileira. Desta forma, na visão deles, investir dinheiro público em ensino superior só seria benéfico às classes mais abastadas. Primeiro deveriam universalizar o ensino primário, depois o secundário, para só então o superior. Eles enxergam essa questão em etapas. Cf. SUPERTI, Eliane. *Op. Cit.*, 2004, p.79.

⁷⁶³ A diplomacia brasileira – Itamaraty – é considerada desde Rio Branco como um exemplo internacional de arbitramento pacífico de conflitos, bem como resolução não-violenta das questões. Foi profundamente liderada por positivistas durante a Primeira República.

⁷⁶⁴ Jornal O Norte, PE, 30-8-1889.

⁷⁶⁵ Jornal O Norte, PE, 29-8-1889.

⁷⁶⁶ Jornal O Norte, PE, 4-9-1889.

eleger qualquer candidato, nem mesmo Martins Júnior, demonstrando o total controle da máquina eleitoral que tinham os partidos monárquicos, bem como indicando que a suposta “enxurrada” de “Republicanos de 14 de maio” não passava de um número ínfimo, contrariando as acusações proferidas por José Mariano. Como já era de hábito na imprensa da época, as eleições envolvendo republicanos não passavam de uma derrota anunciada, como indicou a *Gazeta do Sertão* antes mesmo do pleito ocorrer⁷⁶⁷. Tal fato também foi elencado pelo próprio órgão do PRPE, ao dizer que “não haverá batalha campal no Norte, mas no Sul será disputado”⁷⁶⁸. Em editorial, deixaram claro que

A nenhum eleitor do nosso partido deve causar impressão a possibilidade ou mesmo probabilidade de não ser eleito qualquer dos candidatos republicanos. Sendo esta a primeira vez que entre nós os republicanos pleiteiam regularmente, e como partido organizado uma eleição – nenhum pesar haverá para esse partido se seus candidatos não forem vitoriosos⁷⁶⁹

Entretanto, o fato de haver poucas adesões de senhores de engenho não significa que a utilização política dessas “conversões” foi insignificante. Cada nova conversão era utilizada, pelos seus adversários, como uma ‘prova’ de que o PRPE defendia interesses “revanchistas” dos escravocratas⁷⁷⁰. Uma adesão pública conhecida trata-se do Coronel Marcolino da Silveira Lins, do 6º distrito, quando afirmou “sempre tê-lo seguido”⁷⁷¹ pedindo que Martins Júnior passasse a fazer a propaganda republicana na sua região⁷⁷². Foi justamente no 6º distrito (Escada) onde Martins Júnior vai se candidatar, sendo defendido por uma série de conferências proferidas por Ricardo Guimarães, entrando em confronto direto com o braço-direito de José Mariano, José Maria de Albuquerque Melo, seu concorrente naquela eleição⁷⁷³.

Um caso, aparentemente simples, trouxe ainda mais tensão entre Marianistas e Martinistas. Um rapaz de cor, corredor de cavalos do Jockey Club, de nome Antônio Crispim de Oliveira, ou somente “Crispim”, foi acusado de defloração de uma jovem, filha de um português aliado político de José Mariano. Apesar da sua intenção de casar com a moça, a família impediu o matrimônio. Considerado pela população como injustamente preso e condenado a assentar

⁷⁶⁷ *Gazeta do Sertão*, PB, 30-8-1889.

⁷⁶⁸ *Jornal O Norte*, PE, 2-8-1889.

⁷⁶⁹ *Jornal O Norte*, PE, 22-8-1889.

⁷⁷⁰ Conflito bastante semelhante ao de Martins X Mariano era entre Jardim X Nabuco nessa questão. As discussões desses dois últimos entre as folhas *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, respectivamente, dava ainda mais força para os dois lados desse embate. Nabuco pedia que Silva Jardim “não procurasse despertar os ódios” e parasse de incentivar os “interesses revanchistas”. Cf. FERNANDES, Fernanda Lombardi. *Op. Cit.*, p.3.

⁷⁷¹ *Jornal O Republicano*, SE, 1-1-1889.

⁷⁷² Martins Júnior aparece como redator deste jornal sergipano ao lado de Silvio Romero, indicando sua expansão pelas províncias do Norte. Outras participações dele no ano de 1889 são: *L'Etoile du Sud* (RJ, 1889, Nº192); *O Cachoeirano* (ES, 21-4-1889), *Cidade do Rio* (RJ, 4-4-1889).

⁷⁷³ *Diário de Pernambuco*, PE, 24-8-1889.

praça no 14º Batalhão e embarcar à Ilha de Fernando de Noronha, populares foram em busca de José Mariano para interceder pelo destino de Crispim. Com sua negativa de ajuda, pediram socorro a Joaquim Nabuco, que também lhes negou, causando “geral desagrado”⁷⁷⁴ ao que “nada parece arrefecer a explosão dos sentimentos do povo indignado com o desprezo de que acaba de ser vítima na pessoa do jockey Crispim”⁷⁷⁵. A cavalaria foi chamada para impedir a população de retirar Crispim do navio⁷⁷⁶. Em face das negativas, Martins Júnior se ofereceu para advogar em nome do rapaz e uma enorme manifestação popular foi marcada para o dia 19 de setembro de 1889 na Rua do Imperador – local de funcionamento da sede do PRPE, com um público de 4 mil presentes⁷⁷⁷. Nesta manifestação em defesa de Crispim, líderes do povo pretendiam entregar a Martins Júnior uma ‘caneta de ouro’ simbólica, em defesa do jovem negro⁷⁷⁸. Para o jornal *Diário do Maranhão*, Crispim representava “a personificação do povo sacrificado aos caprichos das classes favorecidas” e que vários eleitores do 1º e 2º distrito rasgaram seus diplomas, declarando-se republicanos⁷⁷⁹.

Porém, em meio às manifestações, um dos aliados e membro do partido republicano foi assassinado: Ricardo Guimarães, comerciante português, onde se dizia não ter um único policial para fazer a segurança⁷⁸⁰. Com o corpo de Ricardo sendo arrastado pelo povo até a sede d’A *Província*, acusaram João de Paula Nery, um aliado de José Mariano, de ter proferido o crime e depois se escondido dentro do escritório do jornal. Sem defender Crispim e o protegendo, José Mariano foi amplamente criticado e se viu receptor de uma grande onda de raiva. O PRPE, lamentando o assassinato de Ricardo Guimarães⁷⁸¹, publicou em sua homenagem o folheto⁷⁸² *O Dezenove de Setembro*⁷⁸³, bem como as edições d’O *Norte* passaram a se esgotar rapidamente⁷⁸⁴. A edição da morte de Ricardo Guimarães em *O Norte* saiu com uma tiragem inicial de 5000 exemplares, mas ao se esgotar, saiu pela segunda vez com 10.000 exemplares,

⁷⁷⁴ *Diário do Comércio*, RJ, 17-9-1889.

⁷⁷⁵ *Diário do Maranhão*, MA, 18-11-1887.

⁷⁷⁶ *Jornal O Norte*, PE, 15-9-1889.

⁷⁷⁷ *Jornal Sentinella da Monarquia*, SP, 20-9-1889.

⁷⁷⁸ *Jornal do Commercio*, RJ, 21-9-1889.

⁷⁷⁹ *Diário do Maranhão*, MA, 19/21-9-1889.

⁷⁸⁰ *Jornal A Folha de Victoria*, ES, 29-9-1889.

⁷⁸¹ Abrem subscrição em favor da família de Ricardo Guimarães. Cf. *Diário de Pernambuco*, 2-10-1889.

⁷⁸² *Jornal A Federação*, RS, 4-10-1889.

⁷⁸³ Ricardo Guimarães morreu com 28 anos e tinha histórico de aproximação com as causas proletárias, como a luta pelo descanso aos domingos. Era muito elogiado por Martins Júnior em sua poesia, considerado por ele “socialista e revolucionária”, atuando em conjunto nos jornais *O Anti-Rebate* (1886), *O Recife* (1887) e prefaciando o livro *As Tragédias do Eito*, em sua dedicatória. Cf. *Jornal O Dezenove de Setembro*, PE, 1889, número único.

⁷⁸⁴ Edições do caso Crispim chegou a publicar 3000 exemplares que se esgotavam todos os dias. Cf. *Jornal O Norte*, PE, 19-9-1889.

demonstrando que às vésperas da Proclamação a população estava bastante inserida no conflito⁷⁸⁵.

Entretanto, o que tornava o assassinato ainda mais chocante era o fato de que Ricardo Guimarães ter sido o principal conferencista da candidatura de Martins Júnior no município de Escada, onde o amigo pessoal de José Mariano, José Maria de Albuquerque Melo, havia ganho com indicações de fraudes e, sob promessa, tinha jurado abrir mão do cargo caso ficasse comprovada a ilicitude da eleição⁷⁸⁶. O periódico *O Combate*, notando a dubiedade entre a atitude e a fala de José Maria, afirmou que ele “não tem escrúpulos de se declarar futuro republicano”⁷⁸⁷. Pela popularização do caso e aumento exponencial da tiragem de *O Norte*, o jornal *A Província*⁷⁸⁸ acusou-os de utilizar o assassinato para fazer propaganda republicana, incitar o povo à rebelião e se misturar à colônia portuguesa, o que Martins Júnior respondeu apenas sentir “tédio e nojo” pela demagogia e frieza de Mariano. Os dez dias que antecederam o assassinato foram de extremo estresse eleitoral entre Martins Júnior e José Maria e para completar, o acusado do crime confessou que havia sido encomendado o assassinato de Martins Júnior junto com Carlos Falcão⁷⁸⁹.

Não era nenhuma novidade para os contemporâneos da época que José Mariano possuía, em seu favor, grande número de “adeptos” (há quem diga mercenários pagos) que defendiam seus interesses nas ruas da Capital. Marc Hoffnagel chama-os de “populares em favor da monarquia”⁷⁹⁰. Em análise favorável a José Mariano, considerando-o quase um representante legítimo do “povo” versus os republicanos, Felipe Azevedo também ressalta a utilização de uma rede de proteção com tratamento especial na justiça a ‘gente’ de Mariano, sendo *justamente* José Maria de Albuquerque Melo um dos principais advogados. Em discurso na Assembleia Provincial, em razão de um tumulto acontecido em São José durante a campanha abolicionista de 1884, o próprio autor afirma que “tanto a prática do suborno quanto o assassinato de agentes policiais pareciam plenamente justificáveis no âmbito moral em situações em que os indivíduos se viam prejudicados pelas ações das forças de segurança, fossem elas legais ou não”⁷⁹¹.

Em relato sobre o assassinato de Ricardo, José da Benta (um dos acusados) revelou em interrogatório o plano de assassinato supostamente pedido pelo liberal, que incluía também a

⁷⁸⁵ Jornal O Norte, PE, 21-9-1889.

⁷⁸⁶ Diário de Pernambuco, PE, 7-9-1889.

⁷⁸⁷ Jornal O Combate, PE, 6-7-1889.

⁷⁸⁸ Infelizmente não há exemplares de *A Província* do ano de 1889 para consulta.

⁷⁸⁹ Jornal O Norte, PE, 24-9-1889.

⁷⁹⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 2005, p.211

⁷⁹¹ SOUZA, Felipe Soares. *Op. Cit.*, p.61.

morte de Carlos Falcão⁷⁹² (irmão de Aníbal Falcão) e Martins Júnior⁷⁹³. Em artigo sem autoria, há insinuações de que Mariano estaria ofertando a 2\$000 por dia para encomendar o assassinato também de Silva Jardim e Maciel Pinheiro⁷⁹⁴, bem como uma correspondência de João Alfredo afirmou que “é necessário que José Mariano não continue a sustentar sua clientela a custo dos cofres públicos” acusação vinda de dentro do seu próprio partido⁷⁹⁵. No editorial **A Escuridão**, o jornal *A Nação* afirmou que “há no Recife uma força acima de todos, donde saem os recursos indispensáveis à manutenção de tão terrível organização?”⁷⁹⁶, relato semelhante faz *A República*, órgão potiguar, sobre o **Meeting de 22**, afirmando ter José Mariano transformado o evento em “reunião odiosamente capadoçal” pois “açulou o povo, o seu povo, arregimentou-o, desencavou-o dos antros da Várzea” agindo como um rei-pequeno⁷⁹⁷. Além das ameaças contra sua vida, a tipografia d’*O Norte* estava ameaçada por homens que dia e noite circulavam⁷⁹⁸, sendo acusado José da Benta, obrigando a redação do periódico a fugir⁷⁹⁹. Martins Júnior declarou haver 3 deles que o seguiam entre a tipografia do *Norte* e sua casa, no bairro popular de Santo Amaro, recebendo ameaças de destruição das máquinas do jornal⁸⁰⁰, posteriormente “confirmadas” por seu irmão, Henrique Martins, na sua biografia⁸⁰¹. Em depoimento, Pereira de Lyra destacou

...quando ele redigia uma das folhas que, com mais brilho, defendiam naquela terra a propaganda da República (...) nós todos nos recordamos do quanto ele passou de sofrimento e de perseguições e de quantas vezes a sua vida esteve em perigo, sem que nem um só momento esmorecesse a sua coragem, o seu ardor cívico⁸⁰²

Pelo fato de que muitos dos “adeptos” de Mariano eram pessoas de cor, seus adversários costumavam chamá-los de “Guarda Negra” ou “Capoeiras”, termo pejorativo. Parte da historiografia⁸⁰³ sobre essas pessoas costuma destacar um “preconceito racial” dos republicanos perante o “povo de cor” de Mariano. Entretanto, ainda que a questão racial esteja presente, o conflito entre a ‘Guarda Negra’ e o PRPE é mais complexo que ‘preconceito racial’.

⁷⁹² Dos ‘irmãos Falcão’, Carlos era considerado um dos braços-direito de Martins Júnior. Júlio Falcão, com quem Martins teve aulas de taquigrafia na década de 1870, era considerado o mais violento e cabeça-quente da família e acompanhava Martins Júnior pelas propagandas no interior.

⁷⁹³ Jornal A Folha de Victoria, ES, 6-10-1889.

⁷⁹⁴ Jornal do Recife, PE, 6-12-1889.

⁷⁹⁵ AZEVEDO, Felipe Soares. *Op. Cit.*, p.90.

⁷⁹⁶ Jornal A Nação, RJ, 1-10-1889.

⁷⁹⁷ Jornal A República, RN, 13-8-1889.

⁷⁹⁸ Jornal O Cachoeirano, ES, 6-10-1889.

⁷⁹⁹ Diário do Maranhão, MA, 21-9-1889.

⁸⁰⁰ Jornal O Norte, PE, 29-9-1889.

⁸⁰¹ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.23.

⁸⁰² LYRA *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.16-7.

⁸⁰³ CUNHA, Israel Ozanam de Sousa. **Capoeira e capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife**. 2013. 294f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013; SOUZA, Felipe Azevedo e. *Op. Cit.*, 2018.

Primeiramente, os republicanos eram abolicionistas e ferrenhos defensores de reformas sociais, muito antes de José Mariano (que tinha escravos até 1883)⁸⁰⁴. Em resposta a uma série de artigos publicados pela *A Província* intitulados de **A República da Escravidão**, respondem em letras garrafais

Essa república não é a nossa, PORQUE FOMOS ABOLICIONISTAS ANTES QUE OS REDATORES D'A PROVÍNCIA O FOSSEM (sic) (...) não. Essa República não é a do Partido Republicano de Pernambuco, porque [Manoel] Gomes de Matos [comerciante] Aníbal Falcão [Taquígrafo], João de Oliveira [comerciante], João Ramos [Guarda-Livros] e os diretores de *O Norte* [Martins Júnior (bacharel e professor), Ribeiro de Brito (médico), Martiniano Veras (farmacêutico), Maciel Pinheiro (bacharel)] não são abolicionistas da última hora, como talvez o fossem os d'A *Província* [...] Tereis a pretensão de afirmar que os vossos partidos hoje se compõem somente dos abolicionistas de outrora?⁸⁰⁵

Fiz questão de destacar entre colchetes no trecho acima a ocupação de cada um dos membros citados, de forma que o leitor possa compreender o porquê de a fala ser mais incisiva e revoltada⁸⁰⁶. José Mariano Carneiro da Cunha, membro de família abastada e de longa tradição no Partido Liberal, dono de terras, tendo possuído escravos até as vésperas da Campanha Abolicionista de 1884, tendo participado discretamente⁸⁰⁷ apenas de dois clubes⁸⁰⁸ abolicionistas, sido eleito com apoio irrestrito dos republicanos quando seu próprio partido o deixou à mingua e com cofres cheios, achava-se no direito de chamar o PRPE de “república da escravidão”, o que deixava os líderes do partido exasperados pela hipocrisia. Em segundo lugar, os republicanos abriram clubes e periódicos para a participação dos escravos, como já foi dito no capítulo anterior e tinham, além disso, muitas pessoas de cor em suas próprias fileiras. Se a questão do “preconceito racial” contra a Guarda Negra de Mariano respondesse integralmente o porquê dessas desavenças, como entender, então, o posicionamento dos republicanos durante todo o processo abolicionista, tendo sido eles os principais defensores?⁸⁰⁹ Para isso, trago uma frase escrita por Marc Jay Hoffnagel em que, em tom de surpresa após analisar o perfil do movimento republicano e liberal, o historiador se questiona (com perplexidade): “Por que

⁸⁰⁴ SALES, Tadeu. *Op. Cit.*, p.135-6

⁸⁰⁵ Jornal *O Norte*, PE, 8/9-8-1889.

⁸⁰⁶ O movimento republicano na Bahia também sofre a mesma “cristalização” historiográfica que associa apenas à Faculdade de Medicina, desconsiderando a diversidade característica. Cf. ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Op. Cit.*, p.148.

⁸⁰⁷ Em semelhante conflito, Silva Jardim em embates com Joaquim Nabuco dispara a ele “Não! sua Ex.^{aa} não trabalhou mais do que nós pela Abolição!”. Cf. FERNANDES, Fernanda Lombardi. *Op. Cit.*, p.5.

⁸⁰⁸ Clube do Cupim e Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão.

⁸⁰⁹ Lembrando, inclusive, que mesmo após a Abolição mantiveram a defesa explícita de reformas sociais e direitos trabalhistas.

centenas de pessoas de cor participaram de passeatas e comícios tanto de monarquistas como republicanos?”⁸¹⁰.

Não nego, entretanto, que a presença de pessoas de cor nos conflitos envolvendo os meetings tenha sido um dos fatores de escândalo utilizado politicamente nos jornais para desmoralizar as pretensões de Mariano, mas isso não o torna, necessariamente, um defensor da causa nem, muito menos, torna o grupo de Martins Júnior “republicanos do tronco”. O uso da cor da guarda de Mariano foi utilizado estrategicamente *pelos dois lados*, tanto para ofender e desmoralizar, como para se proteger de acusações mercenárias⁸¹¹. Ambrósio Machado, do diretório de Ipojuca, tendo aderido ao PRPE após a Lei Áurea, é um dos exemplos da confusão que havia nesse sentido. Irritado com as ameaças de José Mariano, ele assim se posicionou no *Diário de Pernambuco*

...esse miserável é quem está especulando ainda com o abolicionismo, querendo manter para todo sempre o ódio das classes menos favorecidas da fortuna contra os agricultores [os republicanos] foram os mais esforçados abolicionistas, são hoje os mais valentes defensores da lavoura republicana⁸¹² (sic) e ninguém nos defende melhor do que eles [...] Mariano age como se pudesse dizer quem pode ser republicano [...] e porque a lavoura foi escravocrata não tem hoje o direito de ser republicana⁸¹³

O tipo de posicionamento levantado por Ambrósio Machado era uma dor de cabeça para Martins Júnior, com quem dividia a influência do PRPE⁸¹⁴. Não sendo Ambrósio Machado a principal liderança (era, aliás, uma liderança tardia), Martins Júnior precisava repetidamente reafirmar que o Partido Republicano não era revanchista e nunca tinha defendido indenização alguma – o que já comprovei nos capítulos anteriores. Em seu número de estreia, *O Norte* já defendia que a “indenização é impossível” e que não poderiam “usar dela para conseguir adeptos”, bem como não tem como verificar se “um cidadão qualquer vem alistar-se por interesse pessoal, por despeito ou por sentimentos puríssimos”⁸¹⁵. Além disso, a maior parte

⁸¹⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 2005, p.215

⁸¹¹ O autor Felipe Azevedo, que tem o estudo mais recente acerca dessas questões, chega a ressaltar que essa afirmação do “protagonismo das massas” era usado contra Mariano em relação aos crimes de sangue durante as eleições, mas também é utilizado pelo próprio Mariano para justificar que “conservadores e republicanos” constrangiam-no por envolver-se com essas pessoas, sendo uma liderança delas. Cf. SOUZA, Felipe Azevedo, *Op. Cit.*, p.47.

⁸¹² Ambrósio Machado se refere, neste caso, aos agricultores que tinham esperança de reformas e indenizações com a República. É uma “jogada” argumentativa, pois o PRPE nunca defendeu tais procedimentos. A fala de Ambrósio, inclusive, é solitária e não recebe apoio algum pelo movimento republicano. Cf. CAVALCANTI, Henrique Soares. **Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo Barbosa Lima** (1889-1896). 2014. 237f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.67.

⁸¹³ *Diário de Pernambuco*, PE, 25-8-1889.

⁸¹⁴ Análises recentes também usam esses posicionamentos para justificar um sentimento “antipopular” dos republicanos. Israel Ozanam, em análise sobre os capoeiras, afirma em nota que alguns republicanos eram “abertamente contra a abolição”, mas só cita Ambrósio Machado como exemplo. Cf. OZANAM, Israel. *Op. Cit.*, p.76.

⁸¹⁵ *Jornal O Norte*, PE, 5-6-1889.

das adesões declaradas partiam de comerciantes, médicos, artistas e bacharéis, porém essas declarações – por mais numerosas que fossem – não repercutiam na consideração das críticas que superdimensionavam propositadamente a adesão de qualquer agricultor que fosse. Pernambuco tinha, nesta época, entre 1500 a 2000 engenhos⁸¹⁶, a quantidade de senhores de engenho que se “converteram” para o PRPE não passou da margem entre 1% e 5%⁸¹⁷. Assim, quando diversas vezes questionado, principalmente por falas como as de Ambrósio, Martins Júnior escreveu um editorial explicativo

Conservador ou liberal, não importa. O essencial é que as adesões sejam sinceras, que os espíritos se achem convencidos, que na consciência dos novos adeptos se ache radicado o sentimento dos males que afligem a sociedade brasileira e da necessidade imprescindível de um remédio pronto e enérgico [...] Por ora todos os elementos são e honestos, pela convicção e pela sinceridade, são igualmente merecedores de pronto acolhimento: - liberais ou conservadores, católicos ou acatólicos, capitalistas ou proletários, proprietários ou artistas, comerciantes ou agricultores, ciências ou indústrias, ideia ou força muscular⁸¹⁸

O editorial de Martins Júnior deixa evidente que o propósito é fortalecer a causa republicana e, principalmente, fortalecer o PRPE. Para isso, não podia se dar ao luxo de negar adesões, quaisquer que fossem, em razão de que seus adversários eram poderosos e financeiramente abastados, uma orientação também observada por Silva Jardim para isolar o apoio da monarquia⁸¹⁹. Por mais que a crítica que Ambrósio Machado questionasse a utilização política que José Mariano dava ao abolicionismo – inventando uma contradição com os republicanos que nunca existiu – o lugar de fala, como agricultor, só alimentava ainda mais as críticas que José Isidoro precisava se defender. Em artigo anterior, novamente se voltando contra as falas de José Mariano, que acusavam-no de desejar a volta da escravidão, afirmou Ambrósio ter sido contra a Abolição um dia, mas que atualmente tinha “aceitado a derrota, sem querer indenização” e ainda defende os três – únicos – agricultores que receberam críticas: ele mesmo, Barão de Araribá e Coronel Marcionilo

Segundo o patriota, o desinteressado pai do Poço da Panela, só esses três agricultores são capazes de absorver a república pernambucana, de corrompe-la e aniquilá-la, sem levar em conta essa falange imensa de homens distintos de todas as classes, de médicos, de literatos, de negociantes, de artistas, de moços ativos e independentes, que das academias e das escolas afluem todos os dias, todas as horas, para fazerem a sua profissão de fé republicana!⁸²⁰

⁸¹⁶ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op. Cit.*, p.29.

⁸¹⁷ Essa divergência leva em consideração a minha dissertação e a tese de Marc Jay Hoffnagel (1975) que possuem dados diferentes, mas não passam dessa porcentagem. Portanto, estou de acordo com a historiografia dominante sobre o tema de que a classe agrícola pernambucana era pequeníssima nas fileiras do PRPE.

⁸¹⁸ Jornal O Norte, PE, 23-6-1889.

⁸¹⁹ BUENO, Almir Carvalho. *Op. Cit.*, 1992, p.68.

⁸²⁰ Diário de Pernambuco, PE, 4-8-1889.

Essa contínua disputa *interna* do PRPE, entre Martins Júnior e Ambrósio Machado, representava dois lados distintos do Partido Republicano: Ambrósio buscava ampliar o controle da sua classe, utilizando-se da plataforma republicana para buscar pautas conservadoras, como a indenização⁸²¹ e controlar os segmentos mais “radicais” numa possível mudança de regime; Martins Júnior (ampla maioria do Partido) era terminantemente contra qualquer tipo de “ressentimento” agricultor, porém compreendia a necessidade de associação com estes para fortalecimento partidário, o que gerava desconfortos internos acentuados. Independente das divergências internas, a crítica adversária não fazia distinções e tomava um pelo todo. Boa parte dessa rixa me parece vir também de uma quantidade crescente de ex-liberais aderindo ao PRPE⁸²² que, quase diariamente, declaravam publicamente deixar o Partido Liberal para se unirem aos republicanos. Além disso, o período em que Silva Jardim está na província, bem como os dias posteriores, são marcados por diversas fundações de Centros Republicanos no interior, tais como: Palmares (negociantes e pequenos agricultores), Goiana, Pesqueira (médicos e negociantes), Nazaré (negociantes), Limoeiro (exclusivamente proletário), Garanhuns (negociantes e agricultores), Pau d’Alho⁸²³. Noto esse aumento de adesões especialmente nos 2 meses em que Silva Jardim esteve presente na província, indicando que a radicalização da fala e a abertura abrangente a qualquer um que quisesse ser do partido era uma estratégia acertada por parte do PRPE. Em mais um editorial sobre o tema, Martins Júnior demonstra uma fala já irritada

Ao ‘republicano’ que na *A Província* de ontem pede que o Dr. Silva Jardim declare se o nosso Partido pretende pagar aos ex-senhores e escravos o valor destes, respondemos que os agricultores, quando se declararam republicanos, declararam também que consideram perdido o valor dos libertos, e não querem que a República lhes pague o prejuízo que lhes deu a monarquia [...] temos dito e repetido isso diversas vezes!⁸²⁴

Em editorial às vésperas do “Meeting de 22” pode-se notar como essa persistência em cima da “indenização” estava causando conflito, quando Martins Júnior chama José Mariano e José Maria (os líderes de *A Província*) de “Republicanos oportunistas” e dispara

Quem, por acaso, não sente vontade de oferecer a esta última folha um bocado de honestidade política e de pudor jornalístico ao ver que ela – que até 3 meses passados

⁸²¹ Apesar de contradizer o trecho acima, Ambrósio Machado se associou com os agricultores que defendiam ampliação de “compensações” pelas perdas com o fim da escravidão, o que não deixa de ser, na prática, uma busca de reparação ou indenização.

⁸²² Tais como Eduardo Gonçalves (O NORTE, 16-6-1889), João Francisco Teixeira Sobrinho (O NORTE, 18-6-1889), Domingos Correia de Amorim e Bento de Almeida (O NORTE, 22-6-1889), Antônio Luiz do Amaral e Silva e Manoel Pinto Alves de Oliveira (O NORTE, 26-6-1889), Manoel Vaz da Silva agricultor do Engenho Cueira (O NORTE, 14-8-1889).

⁸²³ Jornal O Norte, PE, 23-6-1889 a 26-7-1889.

⁸²⁴ Jornal O Norte, PE, 26-6-1889.

matinha uma seção intitulada Partido Republicano⁸²⁵ – onde era registrado e encomiado o movimento respectivo, profere hoje, diante do público boquiaberto, este grande e nojento aleive de que o Partido Republicano é um produto das pretensões indenizistas dos ex-senhores de escravos?!⁸²⁶

Ainda voltam ao mesmo assunto em editorial de 27 de julho de 1889, 5 dias após o Meeting de 22⁸²⁷. A turbulenta passagem de Silva Jardim por Recife trouxe tantos transtornos que o propagandista carioca desistiu de continuar sua excursão pelo Norte, retornando para o Sul, considerando que “seu trabalho estava pronto no Recife, mesmo com o convite de ir ao Ceará” pois as tensões levantadas em Pernambuco foram vinculadas em jornais de outras regiões, gerando um clima de fragilidade monárquica vista como vitoriosa pelos republicanos, em razão da incapacidade do Trono de controlar os monarquistas⁸²⁸. O clima de violência que perpassava os meetings em Pernambuco levou o Conde D’eu a se desculpar em nome da Família Real, trazendo grande constrangimento pelo “uso de guarda negra” para assegurar a monarquia⁸²⁹. Outra consequência “desastrosa” dessa visita do pretendente do Terceiro Reinado foi deteriorar acentuadamente a posição política de José Mariano, visto, após a Abolição, como defensor da continuidade monárquica, mesmo sob forte desagrado popular que Conde D’eu estava⁸³⁰.

No mesmo mês de julho de 1889⁸³¹, ainda com Silva Jardim em Pernambuco, *O Norte* recebeu um telegrama da capital avisando sobre a tentativa de assassinato de Dom Pedro II pelo português Adriano Augusto Valle⁸³². O que piorou a situação foi ter o acusado confessado em interrogatório o envolvimento de Germano Hasslocher entre os conspiradores, sendo o rapaz de origem gaúcha, mas membro do Partido Republicano de Pernambuco⁸³³. Além disso, correligionários ligados ao PRPE teriam se encontrado com Júlio de Castilhos em sua estância em março de 1889 para uma ‘ação conspiratória revolucionária’ contra o 3º reinado⁸³⁴. Logo

⁸²⁵ Apesar da fala mais agressiva, Martins Júnior tem razão. No capítulo anterior argumentei que após a Lei Áurea os liberais tentaram manter os republicanos sob controle, abrindo espaço na *A Província* (Coluna Republicana) bem como no *Jornal do Recife* (Na Brecha) para a propaganda republicana. Esse espaço se rompeu quando Martins Júnior e correligionários decidiram fundar o Partido Republicano oficialmente em 13 de dezembro de 1888, fundando o primeiro órgão *Gazeta do Recife* e, logo depois, *O Norte*. Deve-se lembrar que *O Norte* era um jornal barato e de boa aceitação do público, com grande espaço para anunciantes, o que deve indicar porque os ataques vindos de *A Província* aumentaram exponencialmente.

⁸²⁶ *Jornal O Norte*, PE, 21-7-1889.

⁸²⁷ *Jornal O Norte*, PE, 27-7-1889.

⁸²⁸ SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Op. Cit.*, p.11.

⁸²⁹ FERNANDES, Fernanda Lombardi. *Op. Cit.*, p.139.

⁸³⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.214.

⁸³¹ Em meio as disputas, o falecimento de Tobias Barreto é uma das principais perdas referenciais de Martins Júnior; *O Norte* abre espaço para receber e centralizar os donativos à família empobrecida do professor, sendo a comissão liderada pelas primeiras mulheres bacharelandas: Delmira Costa, Maria Fragoso, Anna Sampaio e Maria Coelho. Cf. *Jornal O Norte*, PE, 13-7-1889.

⁸³² *Jornal O Norte*, PE, 17-7-1889.

⁸³³ *Jornal O Norte*, PE, 28-7-1889.

⁸³⁴ LOVE, Joseph. *Op. Cit.*, p.40. Trata-se, provavelmente, de Aníbal Falcão.

em seguida, *A Província* e o *Jornal do Recife*, partidários de Zé Mariano, acusam-nos de serem solidários com o atentado, o que rebatem: “qual foi o jornalista, qual foi o orador republicano, que em Pernambuco aplaudiu e sancionou o ato irrefletido e violento praticado no Rio de Janeiro, na noite do dia 15? Diga-o *A Província*!”⁸³⁵.

Portanto, estou de acordo com a nova historiografia sobre a Proclamação⁸³⁶, quando esta diz que o movimento promovido no dia 15 de novembro – na “surdina” e sem comunicação às lideranças do restante do país – também tinha como uma das suas intenções evitar que *certa parcela* (a ‘radical’ positivista, bem como toda região Norte) do movimento republicano soubesse ou participasse do processo de tomada do poder. Conclusões de pesquisa pelo Brasil indicam a mesma sensação: “Castilhos e Assis Brasil estavam mais bem informados sobre os esquemas de Silva Jardim do que sobre os planos daqueles que executaram o golpe vitorioso”⁸³⁷. A exclusão de lideranças como Silva Jardim, Martins Júnior, João Cordeiro, Lauro Sodré e tantos outros do processo de articulação pela República foi proposital e orientada. A Proclamação – ou, pelo menos, a *forma* como ela foi implantada – foi também um choque e uma surpresa para republicanos de longas datas. A República não foi uma surpresa. Há muito tempo se ventilava aos quatro cantos que ela viria, de uma forma ou de outra. Se falava nas ruas, nos comícios, nos *meetings*. Se estampava nos jornais, revistas. Havia charges para todos os lados, quadrinhas, telas. Os cafés, os engraxates, a barbearia e até mesmo a feira haviam se tornado um burburinho efervescente onde se discutia política⁸³⁸. Para muita gente a mudança de regime político não significaria grande coisa, a vida continuaria a mesma, ou quase.

Mas para pessoas como Martins Júnior, era uma reviravolta.

4.4 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

Com a Proclamação, o jogo estava momentaneamente favorável para inversões políticas. Martins Júnior tinha que agir rapidamente em torno de uma coalização que lhe garantisse o posto que considerava justamente seu. Entretanto havia interesses, habilidades e recursos financeiros distintos. Cada um tinha seu capital político e o usaria, intensamente, entre os anos

⁸³⁵ Jornal O Norte, PE, 20-7-1889.

⁸³⁶ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Op. Cit.*; MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida:** cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Op. Cit.*; BUENO, Almir de Carvalho. *Op. Cit.*; LOVE, Joseph. *Op. Cit.*; LESSA, Renato. **A invenção republicana:** Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1987.

⁸³⁷ LOVE, Joseph. *Op. Cit.*, p.41.

⁸³⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*

de 1889 e 1891, momento em que nada havia de definitivo. Não sabíamos qual República seríamos – não se sabia sequer se *continuaríamos* republicanos – a República (e com ela a chance de pessoas como Martins) poderia desaparecer. Na monarquia, Martins Júnior não era nada – diferente de José Mariano, que era muito – e lutaria para ver sua condição de liderança consolidada definitivamente no novo regime. Para isso, seriam necessários alguns passos para trás, acordos e negociações.

Na noite do 15 de novembro “a redação do Norte regurgitava de republicanos (...) Ali esperavam-se os telegramas, pensava-se nos meios de segurar, o mais depressa, os bons feitos da Revolução”⁸³⁹. A notícia chegou para a população num domingo, perto das 10h da manhã, através do cabo telegráfico instalado na Rua do Imperador no centro do Recife. Mário Sette, em suas falas mais literárias que científicas, descreveu ficcionalmente como teria sido a chegada da República naquele dia

...ninguém levou a história a sério. Nem os zangões da praça que bebiam umas botijas de cervejas pretas nas mesinhas do schipchlander da Lingueta, nem os armazenários de algodão do cais da Companhia Pernambucana, entretidos com um grosso embarque no vapor Jacuípe, nem os trapicheiros do Largo do Corpo Santo às voltas com uma partida de manteiga francesa em despacho sobre a água na alfândega, nem os corredores da rua do Comércio mais interessados em fechar negócios nos bancos de câmbio de 27 ½⁸⁴⁰

Em análise recente, Fábio Salvari argumenta que o clima político em Recife era de “aparente” calma, mas a falta de ocorrências policiais é uma “falsa impressão” de que em Recife não havia embate político. Para ele, a certeza de uma República já era um “fato consolidado” de uma propaganda já recorrente há anos⁸⁴¹. Nesta exata rua ficavam as principais redações dos jornais locais, bem como os escritórios mais renomados de advocacia. Dentre eles, com o telefone nº452, ficava o centro dos rebeldes, na Rua do Imperador Nº51: o escritório de Martins Júnior e Arthur Orlando. Não é, portanto, nenhuma novidade, que a notícia sobre a República tenha vindo numa calma manhã de domingo para superlotar a “rua do Ouvidor” recifense, pegando em cheio a sede do Partido Republicano de Pernambuco. “Houve muita gente que desconfiasse do telégrafo, que repelisse a veracidade das notícias”, porém, como afirmou Luiz de Souza Dias, repórter que assistiu à implantação da República em Pernambuco, “os telegramas, afixados em manuscritos, nas esquinas das ruas, eram lidos por grupos que comentavam a situação do país”⁸⁴². O trabalho mais tradicional sobre esse período,

⁸³⁹ Diário de Notícias, RJ, 19-11-1889.

⁸⁴⁰ SETTE, Mário. Como o Recife viu a República. In: **Maxambombas e Maracatus**. Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1981, p.40.

⁸⁴¹ SALVARI, Fábio Maurício. O império em agonia: momentos finais no Recife em São Paulo. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP, IX, 2017, Recife. **Anais...** Recife: UNICAP, 2017, p.142.

⁸⁴² Diário de Notícias, RJ, 28-11-1889.

desenvolvido por Marc Hoffnagel, comentou que uma “multidão ansiosa esperava em frente ao palácio presidencial”⁸⁴³. Leonardo Dantas comenta que, em frente ao *Diário de Pernambuco*, foram hasteadas bandeiras vermelhas e havia uma grande massa popular⁸⁴⁴. O que os relatos e diferentes abordagens indicam é que a notícia da Proclamação correu rapidamente, enchendo as ruas dos principais jornais diários da época.

Quem levou a notícia no palácio da presidência (Campo das Princesas – distância de 200m da Rua do Imperador) foi o próprio Martins Júnior, junto com Albino Meira e João de Oliveira. Na manhã do dia 16, “numerosos transeuntes, grupos postados aqui e ali, vendedores de boletins e jornais, noticiando o novo governo, o que o povo lia era pouco, e muito pouco, mesmo para saciar-lhe a curiosidade e o desejo de novas abundantes”. O inspetor do Arsenal mandou reunir o exército, com manifestações do 2º batalhão, da guarda cívica e soldados que “arrancavam as coroas dos bonets”⁸⁴⁵. Martins Júnior fez duas comissões para garantir a efetividade da Proclamação: Ribeiro de Brito, João Clímaco do Espírito Santo e Alcebíades Peçanha deveriam embarcar no 22º Batalhão que estava a bordo do *Maranhão*, pedindo-lhes apoio, e ele mesmo, Martiniano Veras, Lucídio Martins e Alfredo Varella iriam se comunicar com todos os corpos militares do Recife. Porém, o governador Sigismundo Gonçalves – liberal e próximo a José Mariano - resistiu entregar o cargo aos republicanos, e tendo a notícia da queda da monarquia já se espalhado, o palácio foi cercado por 100 praças de polícia contra os 27 que faziam a guarda do local. Ulysses Vianna, liberal que apoiava o governador Sigismundo Gonçalves, chegou a pedir a prisão de Martins Júnior por incitar uma rebelião na cidade⁸⁴⁶. Arthur Orlando, que esteve presente durante os acontecimentos, deixou memória reforçando que “os ânimos se exaltaram e que cerraram os punhos contra Martins”⁸⁴⁷

Estudantes e ‘várias pessoas do povo’ andavam nas ruas com “bandeiras encarnadas”, indicando que já era esperada a saída do Presidente da Província para entregar ao primeiro Governador de Estado, Coronel Cerqueira Aguiar⁸⁴⁸. As pessoas, diante da recusa do governador em se retirar, “foram ao cais da Lingueta manifestando desejo de desembarcar o 22º batalhão que se achava a bordo do mosquete *Maranhão*”⁸⁴⁹. Com telegrama de Deodoro autorizando Martins Júnior para “se entender com o comandante das armas no sentido de fazer

⁸⁴³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.213.

⁸⁴⁴ DANTAS, Leonardo *apud* PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, 1986, p.I.

⁸⁴⁵ *Diário de Notícias*, RJ, 28-11-1889.

⁸⁴⁶ *Diário de Notícias*, RJ, 28-11-1889.

⁸⁴⁷ ORLANDO, Arthur *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.30.

⁸⁴⁸ *Jornal do Comércio*, SC, 18-11-1889.

⁸⁴⁹ *Jornal do Commercio*, RJ, 17-11-1889.

com que o batalhão desembarcasse” o governador aceitou ser retirado do cargo⁸⁵⁰. Com uma imensa aglomeração de pessoas na frente da tipografia de *O Norte*, quem leu o telegrama confirmando os boatos de queda do Imperador foi o próprio Martins Júnior, dando a notícia, pela primeira vez, da chegada da República⁸⁵¹. No dia seguinte, 17 de novembro, “muito povo nas ruas. *A Província* insinuava separação”, porém, em frente ao Palácio Campo das Princesas “grande massa popular, cidadãos de todas as classes e posições queriam assistir à Proclamação”. Comenta-se que Alcebiades Peçanha colocou a fotografia de Deodoro acima da de Dom Pedro II e o irmão de Martins Júnior, Henrique Martins, virou todos os quadros imperiais de costas. “A maior parte do povo trazia gravata vermelha e monarquistas confessos de ontem⁸⁵² ali estavam assegurando felizes dias a República”. Depois de quase três dias de incertezas e clima de possível rebelião,

Martins Júnior vem à janela do palácio e, diante de milhares de pessoas que se reuniam nas cercanias do edifício, proclamou o Estado de Pernambuco como fazendo parte dos Estados Unidos do Brasil. O seu discurso foi, diga-se de passagem, uma peça oratória. Nele o grande democrata aconselhou ordem, harmonia, esquecimento de passados ódios, interesse pelo bem comum (...) foi muito aplaudido e aclamado com verdadeiro delírio. Arvorados nas janelas do palácio estavam as bandeiras republicanas⁸⁵³, erguiam-se vivas estrepitosos⁸⁵⁴

O momento não poderia ser mais oportuno: a tomada rápida da dianteira, reconhecendo imediatamente o Governo Provisório, visava ampliar as chances do PRPE, bem como aniquilar a influência de Zé Mariano. A atitude rápida e perspicaz em garantir a adesão imediata ao novo governo teve bons frutos para Martins⁸⁵⁵. Durante os 3 primeiros dias de República⁸⁵⁶ (16 a 19 de novembro) discursou em inúmeros comícios de rua, reuniões partidárias e fundações “espontâneas” de novos e numerosos Clubes Republicanos. Logo no dia 17 de novembro de 1889, 2º dia da República, foi designado para o cargo de Chefe de Polícia do Estado de Pernambuco. Como sabemos, o cargo de Chefe de Polícia era fundamental para o processo

⁸⁵⁰ Jornal do Commercio, RJ, 21-11-1889.

⁸⁵¹ Diário de Notícias, RJ, 28-11-1889.

⁸⁵² Tadeu Salles, biógrafo de José Mariano, confirmou sua presença nesse ato. Cf. SALLES, Tadeu. *Op. Cit.*, p.213.

⁸⁵³ Refere-se a bandeiras vermelhas. Os republicanos eram identificados pela cor vermelha, tanto dos barretes frígios, pelas gravas borboletas vermelhas. Caso tivesse sido a bandeira francesa, a notícia colocaria “bandeira tricolor” como era costume do vocabulário da época. Como se referiu apenas a “bandeiras republicanas” significam bandeiras vermelhas.

⁸⁵⁴ Diário de Notícias, RJ, 28-11-1889.

⁸⁵⁵ Também entrará em correspondência com outras lideranças do Norte, tomando à frente do reconhecimento do seu partido, com isso inibindo contestações a sua liderança. Entra em contato com Justo Chermont, no Pará. Cf. Diário de Notícias, 20-12-1889.

⁸⁵⁶ Acerca da participação dos “bestializados” na Proclamação da República fiz considerações a respeito na minha monografia de conclusão do curso de bacharelado em História. Caso o leitor deseje ter acesso, por favor, entre em contato através do e-mail flaviabrunabraga@gmail.com. BRAGA, Flávia Ribeiro. **Eu, cidadão: o povo, a República e os caminhos da cidadania no Brasil no final do Império e início da República**. Monografia de Conclusão, Departamento de História, UFPE, 2013.

eleitoral e para o controle das oposições políticas. Era pela chefatura que se garantiria a consolidação do novo regime, sendo, portanto, o cargo central para o sucesso da República em Pernambuco. Sua nomeação imediata para o cargo, assim “entregando” a República aos propagandistas históricos, foi repercutida em diversos jornais no Brasil, tais como *A Reforma*⁸⁵⁷ e *O Sul*⁸⁵⁸.

No dia 18 de novembro, 3º dia da República, participou da **Passeata Noturna**, evento em que discursou junto com o Comandante do 14º Batalhão, aos cantos da Marselhesa. No 4º dia foi, finalmente, indicado para exercer o cargo de professor da Faculdade de Direito do Recife que lhe foi três vezes negado na monarquia. Em razão da polêmica que meses antes havia tomado os jornais pelo país em seu favor, quando da negativa, pela 3ª vez, de posse do concurso público, os periódicos vibraram com a “justiça” do novo regime: *Gazeta do Natal*⁸⁵⁹, *Novidades*⁸⁶⁰, *Diário da Bahia*⁸⁶¹, *Cidade do Rio*⁸⁶² ressaltando que “entre ele e a academia houve sempre um grande obstáculo – as convicções republicanas”, *Diário de Notícias*⁸⁶³, *O Paíz*⁸⁶⁴, *Gazeta de Notícias*⁸⁶⁵. Em editorial de *Libertador*⁸⁶⁶ esse sentimento de justiça é ressaltado

...o governo federal acaba de indenizar este preclaro concidadão das sucessivas injustiças com que oprimiu o regime monárquico (...) e não era o seu merecimento que se condenava nessas injustiças, era sua inquebrantável e rija fé republicana (...) Para que esse ato fosse ainda mais completo, o governo deveria nomeá-lo diretor⁸⁶⁷ daquela escola

No 4º dia ainda foi contemplado com “passeatas em regozijo à Proclamação da República, dirigindo-se em uma delas a oficialidade dos corpos de guarnição desta cidade para cumprimentar o Dr. Martins Júnior em sua casa de residência”⁸⁶⁸. No 10º dia, foi contemplado por diversas homenagens ao seu aniversário, tendo sido promovida uma passeata dos acadêmicos pelas ruas de Recife em 24 de novembro, sendo um dos oradores⁸⁶⁹, onde “declarou

⁸⁵⁷ Jornal A Reforma, SE, 24-11-1889.

⁸⁵⁸ Jornal O Sul, SC, 18-11-1889.

⁸⁵⁹ Gazeta do Natal, RN, 4-12-1889.

⁸⁶⁰ Jornal Novidades, RJ, 28-11-1889.

⁸⁶¹ Diário da Bahia, BA, 12-11-1889.

⁸⁶² Jornal Cidade do Rio, RJ, 1889, nº273.

⁸⁶³ Diário de Notícias, RJ, 3-12-1889.

⁸⁶⁴ Jornal O Paíz, RJ, 3-12-1889.

⁸⁶⁵ Gazeta de Notícias, RJ, 28-11-1889.

⁸⁶⁶ Jornal Libertador, CE, 9-12-1889.

⁸⁶⁷ Ironicamente Martins Júnior será nomeado diretor da Faculdade de Direito em 1891 justamente no lugar do professor que o perseguiu durante toda a vida, Joaquim José Seabra.

⁸⁶⁸ Jornal do Recife, PE, 19-11-1889.

⁸⁶⁹ Diário de Notícias, RJ, 26-11-1889.

que a república seria a paz, a ordem e a felicidade ou ele deixaria de ser republicano”⁸⁷⁰; foram espalhadas faixas vermelhas e bandeirolas de várias cores e, ao anoitecer, as ruas de Recife foram dominadas por balões venezianos; os relatos da época contam 2500 pessoas e uma “sensação de delírio” ao chegar na casa de Martins Júnior e passar pela Faculdade de Direito⁸⁷¹. No 11º dia⁸⁷², recebeu uma manifestação em seu apoio na 1ª estação da Guarda Cívica⁸⁷³. No 14º dia recebeu uma manifestação de bandas marciais por parte dos comandantes e oficiais dos corpos estacionados em favor da sua nomeação como lente da Faculdade de Direito⁸⁷⁴.

No 16º dia recebeu mais uma manifestação em seu favor dada pelos Oficiais de Terra e Mar⁸⁷⁵. No dia 17º outra manifestação pelos moradores do bairro de Beberibe “a quem consideram um extremo propagador da liberdade pátria”⁸⁷⁶. No 18º dia, recebeu outra passeata feita pelos estudantes de preparatórios, colocando no convite que a razão da manifestação são “as injustiças que sofreu o Dr. Martins, sendo preterido por três vezes depois de ter apresentado as mais brilhantes provas tornam credor da nossa estima”⁸⁷⁷. Recebe mais uma manifestação dos moradores de Beberibe com 150 pessoas presentes, incluindo antigos monarquistas e recebido pelo octogenário sobrevivente das rebeliões de 1817, 1824 e 1848, Manoel Elias de Moura⁸⁷⁸. No 20º dia recebe abaixo-assinado dos moradores do povoado de Catende saudando o novo governo, o General Deodoro, Cerqueira Lima e ele mesmo⁸⁷⁹. Com 1 mês de República é nomeado, diretamente por Rui Barbosa, como o fiscal do Banco Emissor de Pernambuco, passando a figurar diretamente nos quadros da proposta do Encilhamento⁸⁸⁰, ressaltado, novamente, por diversos jornais do país: *Jornal do Commercio*⁸⁸¹, *Novidades*⁸⁸², *Diário da Bahia*⁸⁸³.

⁸⁷⁰ Na monografia que me referi na nota anterior descrevo como nesse período inicial da República havia um desejo, por parte dos republicanos, de retratar o novo regime como algo pacífico e ordeiro pois, naquela época, seria sinal de uma civilização “mais avançada” e “preparada” para a chegada da República. Por essa razão muitos relatos escondem, propositadamente, qualquer tipo de distúrbio ou participação popular, de forma a não “manchar” a memória da República.

⁸⁷¹ Jornal do Recife, PE, 26-11-1889.

⁸⁷² Jornal do Recife, PE, 25-11-1889.

⁸⁷³ Entre esses dias é publicado o jornal *Maciel Pinheiro* (28-11-1889) em homenagem a seu companheiro em *O Norte*. No dia 9 de dezembro de 1889 participa da cerimônia do 30º dia o falecimento do amigo, sendo o orador em seu túmulo.

⁸⁷⁴ Jornal do Recife, PE, 30-11-1889.

⁸⁷⁵ Jornal do Recife, PE, 29-11-1889.

⁸⁷⁶ Jornal do Recife, PE, 30-11-1889.

⁸⁷⁷ Jornal do Recife, PE, 30-11-1889.

⁸⁷⁸ Jornal do Recife, PE, 3-12-1889.

⁸⁷⁹ Jornal A Epocha, PE, 4-12-1889.

⁸⁸⁰ Maior detalhamento sobre esse aspecto será no próximo capítulo.

⁸⁸¹ Jornal do Comércio, RJ, 17-12-1889.

⁸⁸² Jornal Novidades, RJ, 17-12-1889.

⁸⁸³ Diário da Bahia, BA, 24-12-1889.

Busquei elencar os diversos fatos e manifestações dia-a-dia, num espaço de 30 dias pós-Proclamação, pois considero importante para entendermos o porquê de Martins Júnior passar a defender – em alguns momentos à custa da sua própria sobrevivência política – o regime que se instaurou. Como iniciei este tópico, para Isidoro a República era sua *chance*, era o momento ideal para conquistar espaços que lhe foram negados durante o Império, bem como pôr em prática os seus ideais que eram, no fim das contas, quem o comandava. Poderíamos afirmar que essa profusão de ações em seu favor esteja diretamente ligada ao seu cargo como Chefe de Polícia visando, com isso, estar em “bons panos” com o novo mandante da ordem instituída. Em jornal partidário de José Mariano, o redator deixa clara sua ironia ao dizer que “ontem Martins Júnior era levado ao poste de difamação, hoje é o Deus na terra”⁸⁸⁴. Apesar de não descartar essa intencionalidade, tais manifestações em favor de um chefe de polícia não foram verificadas nem antes, nem depois de Martins Júnior. Assim, foi homenageado pelo jornal *A Era Nova*⁸⁸⁵ na edição comemorativa de 1 mês da República, bem como por *A Lanceta*⁸⁸⁶ – jornal de oposição - por seu reconhecimento no novo regime. Além disso, em passeata do comércio recebeu as glórias junto com Silva Jardim e Aníbal Falcão⁸⁸⁷.

Podemos dizer que o começo da República para Martins Júnior era a colheita de longos anos de propaganda e dedicação ao novo regime. Além disso, a República trazia consigo uma carga de esperança, de incertezas e possibilidades e, sendo Isidoro o “porta-voz” mais conhecido dessa “nova era”, pode-se compreender como a necessidade de manter um bom relacionamento com os cargos de liderança pode ter convivido, também, com a catarse da mudança. Em uma circular, conclamando a população para contribuir na subscrição pública para auxiliar a República no pagamento da sua dívida externa (e assim “libertando” o país das nações estrangeiras, sendo “verdadeiramente” uma república soberana) Martins Júnior aparece como o 2º contribuinte, atrás apenas do Coronel José Cerqueira Aguiar Lima, governador do Estado⁸⁸⁸. Esse sentimento de adesão à República, por parte de pessoas não ligadas à elite tende a fragilizar o argumento de que a população estava alheia às mudanças que o novo regime podia proporcionar, como os pedidos dos professores⁸⁸⁹ abaixo

Sala da Escola Pública da povoação de Tracunhaém,
21 de novembro de 1889,
Ilmo. Sem.

⁸⁸⁴ Jornal O Tribuno, PE, 8-12-1889.

⁸⁸⁵ Jornal A Era Nova, PE, 15-12-1889.

⁸⁸⁶ Jornal A Lanceta, PE, 11-12-1889.

⁸⁸⁷ Gazeta de Notícias, RJ, 17-12-1889.

⁸⁸⁸ Diário de Pernambuco, PE, 27-11-1889.

⁸⁸⁹ É importante lembrar que Martins Júnior era, acima de tudo, um professor em diversas disciplinas e instituições. Além disso, era o orador principal da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Não causa espanto ver professores públicos se posicionarem desta forma.

Em virtude da gloriosa transformação política que se operou no nosso país, cumpre-me declarar a V.S.^a que presto plena e franca adesão a nova forma de governo, e rogo a V.S.^a que se digne de fazer chegar esta minha espontânea deliberação ao conhecimento do Exmo. Sr. Governador Provisório deste Estado, com o qual me congratulo. Sirvo-me do ensejo para significar a V.S.^a os meus protestos de estima e consideração.

Deus Guarde a V.S.^a

Ilmo. Sem Dr.

Arthur Orlando da Silva.

Digníssimo Inspetor do Estado de Pernambuco.

O professor público
José Feliciano Bezerra de Aguiar⁸⁹⁰

Cadeira mista de Instrução Primária do Povoado de Água Branca

26 de novembro de 1889,

Ilmo. SR.

Pulsando no meu peito de brasileira um titânico entusiasmo pelo agigantado passo que deu o Brasil, venho por meio deste oferecer metade dos meus vencimentos mensais a contar de janeiro do ano vindouro até dezembro, para auxiliar o déficit público que minha pátria contraiu com o estrangeiro.

Saúde e fraternidade

Dr. Arthur Orlando da Silva

M.D. Inspetor da Instrução do Estado de Pernambuco

Francisca Alves de Azevedo
Professora⁸⁹¹

Logo após a Proclamação, *A Província* publicou supostos telegramas enviados pelo General Deodoro e Quintino Bocaiúva articulando posições políticas para Mariano no governo. Se tais telegramas fossem de fato reais, os esforços de Martins em neutralizar a força do seu opositor seriam escassas e, particularmente, inúteis, relegando a ele e o partido a uma posição secundária *permanente*. A desconfiança de tais alegações fez Martins se articular com o governo provisório e, em publicação aberta no *Jornal do Recife*, foi autorizado a desmentir a farsa através dos telegramas nº 2821 e nº2867 vindos do Rio de Janeiro em 24 de maio de 1890. Neles o General Deodoro e Quintino Bocaiúva reafirmaram as suspeitas, contradizendo a falsidade que José Mariano teria sido cotado para algum cargo na República provisória. Desta forma, o desafiou “se o ex-deputado pelo 2º distrito quer que eu exponha os telegramas acima em alguma vitrine da cidade, ou que requeira, para publicar, certidões deles na estação telegráfica desta capital, digne-se manifestar esse desejo e vê-lo-á realizado”⁸⁹². O historiador Costa Porto considera que a publicação dos telegramas por parte de José Mariano eram uma forma de lutar por prestígio junto ao Governo Provisório e que a contrapartida de Martins Júnior, revelando a farsa, se tratava de uma atitude de “manhoso”⁸⁹³.

⁸⁹⁰ APEJE. Série Instrução Pública. IP51. 27 de novembro de 1889. P.280. Pg. Anexo. Anexo 1.

⁸⁹¹ APEJE. Série Instrução Pública. IP51. 28 de novembro de 1889. P.282. Pg. Anexo. Anexo 1.

⁸⁹² Jornal do Recife, PE, 24-5-1890.

⁸⁹³ PORTO, Costa. *Op. Cit.*, p.14.

Essas contradições de supostos “telegramas” com participação de Mariano também se repetiram em outras ocasiões, como uma suposta comunicação entre ele e Martins Júnior pela escolha do professor da Faculdade, José Higino, como governador de Pernambuco⁸⁹⁴. Ao que parece, José Mariano buscava se aproximar do novo governo à medida que Martins Júnior ganhava cada vez mais notoriedade. Em artigo anônimo assinado por “Tácito” essa impressão era compartilhada pelas pessoas da época ao afirmar que José Mariano estaria tentando “fazer amizade” com Martins Júnior⁸⁹⁵ mesmo depois de tê-lo tentado matar por duas vezes. Entretanto, essa encenação política durou pouco tempo, passando a atacar o PRPE “em vista de constranger o processo de adesões e crescimento do grupo rival”⁸⁹⁶. Estou, portanto, em desacordo com um dos argumentos utilizados por Marc Jay Hoffnagel em sua tese quando afirma que o fato de José Mariano ter imediatamente aderido à República “impediu um governo provisório nas mãos dos republicanos”⁸⁹⁷.

O futuro do Partido Republicano passou a mudar quando surgiu, já nos primeiros dias do novo regime, uma discussão acalorada sobre a permissão ou não de uma “diretoria mista”. Em 3 de dezembro de 1889, portanto menos de 20 dias da República, toda a diretoria do PRPE se reuniu no bairro do Capunga para decidir uma “liderança provisória mista”. Esses embates, entre aqueles que queriam um partido “puro” e “histórico” exclusivo e aqueles que consideravam o fortalecimento político partidário através da abertura para “adesistas”⁸⁹⁸ leva Martins Júnior a se posicionar pela segunda opção⁸⁹⁹. Apesar de ser um fervoroso propagandista da República, para José Isidoro seria considerado “contraproducente” não aproveitar o momento de prestígio, isolando o PRPE e acarretando numa “morte certa” frente aos antigos partidos monárquicos que já se reajustavam à nova realidade. Para ele, a República ainda não estava consolidada, não havia estabilidade política suficientemente forte do novo regime, havendo chances consideráveis de re-monarquização que seria, indubitavelmente, a *pior*

⁸⁹⁴ Diário de Notícias, RJ, 18-11-1889.

⁸⁹⁵ Jornal do Recife, PE, 18-12-1889; OZANAM, Israel. *Op. Cit.*, p.33.

⁸⁹⁶ CAVALCANTI, Henrique. *Op. Cit.*, p.70.

⁸⁹⁷ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.213.

⁸⁹⁸ Essa discussão não era exclusiva do contexto do PRPE, mas marcou o cenário político brasileiro até o início do século XX sobre os diferentes projetos republicanos. Cf. FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. “Adesistas” e “Históricos”: as disputas discursivas no processo de legitimação dos vários projetos republicanos. **Faces da Clio**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, 2017. P.42.

⁸⁹⁹ Apesar desse posicionamento, estou parcialmente de acordo com a conclusão de Robert Levine quando este afirma que os republicanos fracassaram em chegar ao poder por “não terem afinidades ou princípios filosóficos comuns com os intermediários regionais do poder” sendo “incapazes de absorver a massa dos cristãos-novos”. Digo “parcialmente” porque a abordagem coloca a culpa sobre os republicanos e não ressalta que havia um motivo de “desconfiança” por parte da elite açucareira com os históricos: esse “motivo” vem sendo construído desde o primeiro capítulo dessa tese. Os republicanos defendiam reformas consideradas “radicais” pela elite. Cf. LEVINE, Robert. **A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.125.

consequência possível. Como um bom positivista evolucionista, sua opinião como chefe de partido era clara: isolar é morrer, assimilar era crescer. Em editorial, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro destacou essa inicial disputa

...muitos políticos têm pedido com extraordinária insistência ao Sr. Martins Júnior para fazerem parte do diretório. Os irmãos Falcão, em reunião de republicanos puros, enviaram uma moção lembrando ao Sr. Martins os nomes de três liberais, três conservadores, três militares e onze republicanos. O Sr. Martins está de perfeito acordo com esta moção. Nessa reunião só tiveram ingresso os republicanos antigos. Não há dissidência. Presidiu os trabalhos o Sr. Alfredo Varella⁹⁰⁰

Tem que se levar em conta, também, qual era o clima político nos últimos meses do império. Como visto na primeira parte deste capítulo, o acirramento entre as disputas entre José Mariano e Martins Júnior se tornaram bastante violentas com a vinda de Silva Jardim para Pernambuco em julho de 1889. Por conta do meeting interrompido e das ameaças sofridas pelos republicanos, foi fundado o *Clube 22 de Julho*, com os elementos mais “radicais” e “anti-marianistas” do Partido Republicano de Pernambuco. O **Clube 22**, como passou a ser conhecido, tornou-se no início do novo regime a arregimentação principal e orientadora dos seguidores de Martins, tendo sido apoiado por diversos novos clubes fundados na capital e no interior, fortalecendo a amplitude do capital político de Martins Júnior estado a dentro. Como núcleo orientador deste clube, o *Manifesto de Dezembro de 1888* e o posicionamento anti-marianista passaram a ser as características necessárias para afiliação e rede de apoio, mesmo que informalmente.

Outro clube também de fundamental prestígio para Martins Júnior neste início da República é o *Clube Republicano Martins Júnior* que, apesar do nome, não foi fundado por ele, mas em sua homenagem. Como vimos em capítulos anteriores, o “CMJ” (1884-1888) ou “CLMJ” (1888-1889) já tinha uma longa tradição de atuação, passando a ter com a República um número acentuado de afiliados em pouquíssimos meses. Na verdade, com a Proclamação, o CRMJ passou a ter prestígio imediato, passando a ter suas conferências no Teatro de Santa Isabel, o mais tradicional e elitizado espaço para meetings políticos, até então inacessíveis para os republicanos que utilizaram mais o Teatro Santo Antônio e o Teatro Variedades.

Em 12 de dezembro de 1889, tendo sido enviado pelo General Deodoro para comandar Pernambuco oficialmente, chegou ao palácio de governo o Coronel José Simeão de Oliveira após os 27 dias de administração interina do também coronel José Cerqueira de Aguiar Lima⁹⁰¹. Discursando, pela segunda vez, na passagem de um governante para o outro, Martins Júnior demonstrava sua permanência nos círculos próximos do Palácio Campo das Princesas. Dois

⁹⁰⁰ *Gazeta de Notícias*, RJ, 6-12-1889.

⁹⁰¹ *Jornal República*, SC, 21-12-1889.

dias depois é distribuída a primeira poliantéia em sua homenagem pela obtenção do grau de doutor pela Faculdade de Direito do Recife (Jornal *Martins Júnior*, 14-12-1889) no mesmo momento em que mandou circular, como chefe de polícia, a proibição de repressões policiais a qualquer tipo de manifestação política. Recebe moção de apoio pelo grau de doutor do órgão conservador⁹⁰² *A Epocha* que vinculava todas as circulares de Martins Júnior como chefe de polícia que o apoiava para o cargo, ao afirmar que “os seus conselhos, a sua reconhecida prudência e esclarecida inteligência são garantias da ordem”⁹⁰³

Como chefe de polícia, Martins Júnior vinha sendo acusado de permitir perseguições a monarquistas ou “não-adesistas” do novo regime, com isso querendo impor a República “à força”. Em análise ao fundo ‘Polícia Civil’ os anos de 1889 e 1890 presentes no Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano [17 de novembro a 18 de janeiro de 1890] algumas considerações de pesquisa devem ser feitas. Primeiramente, o conjunto documental da Secretaria de Polícia Civil de Pernambuco não consta acervo existente para o final de 1889, apenas havendo referência a janeiro de 1890, provocando uma lacuna específica para o período em questão. Analisando a documentação encontrada [janeiro de 1890] não encontrei dados oficiais de repressão a movimentos, jornais ou distúrbios monarquistas por parte da polícia de Estado. Em sua maioria os despachos giram em torno de passagens de ferrovias a oficiais que precisavam se locomover e algumas nomeações, sendo as de maior quantidade nos ofícios N°58, 61, 62 e 85, todos referentes a delegacias e subdelegacias no interior do Estado.

Outra lacuna grave para o entendimento desse período está na ausência de exemplares para o ano de 1889 do jornal *A Província* que, como temos visto neste capítulo, seria a melhor fonte adversária para compreender se houve acusações de perseguições. Em busca de alternativas documentais que pudessem dar alguma orientação nesse aspecto, não me foi possível encontrar qualquer fonte, nem mesmo de jornais não-republicanos, que justifiquem perseguições cometidas pela polícia comandada por Martins Júnior. Repassando o jornal *A Epocha* que publicava os despachos de Martins Júnior na chefatura, também não há relatos de distúrbios e perseguições. A única referência a tal aspecto encontrei no jornal *A Lanceta*, com quem obteve o primeiro embate mais acentuado⁹⁰⁴, acusando a “polícia de Martins Júnior” de uma quase agressão ao jornal, tendo sido impedido, justamente, pelo braço-direito do grupo de

⁹⁰² O Partido Conservador estava em igual posição de marginalização política no final do Império durante o gabinete liberal do Visconde de Ouro Preto, o que os aproximava na relação de antagonismo às lideranças liberais.

⁹⁰³ Jornal *A Epocha*, PE, 27-11-1889.

⁹⁰⁴ Liderado por seu ex-companheiro republicano, Phaelante da Câmara. Cf. FREIRE *apud* MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, p.60.

Mariano, José Maria⁹⁰⁵. Em sua defesa, publicou uma circular para conhecimento geral sobre seu posicionamento sobre isso. Direcionando-se aos policiais de todo o Estado, deixou claro

1ª Seção – Secretaria de Polícia do Estado de Pernambuco

Pernambuco, 14 de dezembro de 1889,
Cidadãos,

Recomendo-vos que no distrito sob vossa jurisdição não consintais que sejam apreendidos e proibidos de circular quaisquer publicações diárias ou periódicas, nem perseguidos os seus distribuidores e vendedores.

Não o tendo autorizado, não permitirei procedimento diverso de que agora recomendo-vos, cumprindo que para os casos excepcionais e abusivos que demandarem repressão, aguardeis ordens expressas dessa chefatura.

Saúde e Fraternidade,
O Chefe de Polícia,
José Isidoro Martins Júnior⁹⁰⁶

Devo destacar um caso específico ocorrido no povoado de Barra de Jangada, no distrito de Lage Grande, pertencente à cidade de Bonito, 5º distrito de Pernambuco no começo de janeiro de 1890. Um abaixo-assinado feito pelos cidadãos Antônio Porfírio da Silva, Zeferino Alves de Araújo Pinheiro, José Luís Pereira de Lyra, Antônio de Araújo Pinheiro e Luís Carlos Pereira de Lyra acusam um “bando” liderado por José Ferro de perseguirem e ameaçarem aqueles que se dizem republicanos naquele povoado. Eles contam que

reunidos em casa de um dos signatários, Antônio Rufino da Silva, resolveram ir ao rio que passa atrás do povoado para banharem-se e, por mera patuscada, alvoraram uma bandeira a que denominaram republicana e saíram dando vivas a República. Nos poucos passos dados, foram agredidos por uma turma de homens armados de espingardas e facas desembainhadas ameaçando mata-los se não rasgassem a bandeira e prestassem contra a República⁹⁰⁷

Ao evitarem suas mortes, os assinantes se dirigiram ao subdelegado do povoado, pedindo providências contra os 5 homens que os abordaram, alegando que o grupo “usava de pretextos religiosos e agem como fanáticos”. O subdelegado, Antônio Martins Chaves, busca apoio do delegado da região, Theodomiro Thomaz Cavalcante Pessoa, que se recusou a prestar ajuda, só enviando 4 praças no dia seguinte. Ao perceber a inércia do delegado, Antônio Chaves telegrafou diretamente para Martins Júnior, explicando-lhe sobre o grupo que andava intimidando republicanos. Em uma demonstração de força – e até certo exagero – Martins Júnior enviou 29 praças para fazerem a busca e prender José Ferro, Manoel Ferro, Manoel Simplício, Manoel João e Severino Carlos. O alferes responsável pelo caso, Luiz Bezerra dos Santos, chegou com seu destacamento à noite e os encontra já presos pela própria população

⁹⁰⁵ Jornal A Lanceta, PE, 14-11-1889.

⁹⁰⁶ Jornal do Recife, PE, 15-12-1889.

⁹⁰⁷ Série Polícia Civil, Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1890, Ofício nº119, p.119.

...um grupo de sediciosos haviam impedido que se proclamasse a República no mesmo lugar, rasgando a bandeira que os cidadãos conduziam em uma passeata que promoveram em regozijo pela transformação de governo. Este grupo de sediciosos, armados de armas de fogo e facas, percorrem o povoado dando vivas à monarquia, provocando os habitantes, obrigando-os alguns a abandonarem seus domicílios e derramando terror no seio das famílias⁹⁰⁸

Além de enviar os 5 homens presos para a Casa de Detenção, o alferes responsável pelo destacamento de quase 30 homens culpa o delegado local que “...muito concorreu para semelhante estado de coisas, pela falta de energia, coragem e precisa atividade, que manifestou no cumprimento de seus deveres, deixando os habitantes de uma localidade de seu termo, que não dispõe de uma só praça, à mercê dos sediciosos e desordeiros”⁹⁰⁹. Em pedido a Martins Júnior, o subdelegado Antônio Chaves pede que deixe 3 dos 29 homens que enviou pois “chegaram a ponto de quase assassinar diversos cidadãos” e que “...a gente da plebe quase que em geral estão de ânimos alterados, reunindo-se em pequenos grupos e discutindo sobre o novo governo, concluindo sempre que o governo republicano deve ser contestado e por modo algum tolerado”⁹¹⁰.

Mesmo não sendo possível localizar eventos, pessoas ou jornais que tivessem sido “perseguidos”, em editorial de *A Epocha*, órgão conservador, porém favorável a Martins Júnior, fez sua despedida dele do cargo de Chefe de Polícia. Apesar do tom exageradamente elogioso, destaco o trecho abaixo por ser possível inferir, indiretamente, que ele teve uma passagem “enérgica” pela chefatura, tendo sido responsável por garantir a implantação da República

... [Martins Júnior] sufocou esses elementos perturbadores da ordem pública, que podem servir a uma política do terror [...] Era preciso dar provas de que aqueles que empreenderam reformar as instituições tem força para o fazer, tem confiança na sua missão, tem fé no futuro do Brasil. E ele as deu⁹¹¹

Este caso ocorrido em Lage Grande, bem como as cartas assinadas por professores públicos, só reforça a sensação de que a República não era “indiferente” aos “bestializados”, mas que havia um clima de polarização acentuada mesmo fora das grandes capitais. Independente de “provar” ou não que a polícia liderada por Martins Júnior perseguiu monarquistas, o que o caso de Lage Grande nos traz é que a própria população – usando abaixo-assinado – *sabia* que a contestação à República era considerado um motivo para o deslocamento de tropas e pode, muito provavelmente, ter utilizado de forças de Estado para resolver conflitos locais. Destaco também que estudos sobre os corpos policiais nesse período já destacaram não ter havido a formação de um “pequeno exército” em Pernambuco, o que pode indicar que a

⁹⁰⁸ Série Polícia Civil, Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1890, Ofício nº119, p. 113.

⁹⁰⁹ Série Polícia Civil, Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1890, Ofício nº119, p. 114.

⁹¹⁰ Série Polícia Civil, Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1890, Ofício nº119, p. 118.

⁹¹¹ Jornal A Epocha, PE, 21-01-1890.

necessidade de incrementação da repressão não passou por reforços no começo da República⁹¹². Em relação a manifestações monarquistas e jornais contrários à República esta tese não pode comprovar tais perseguições e seria desonesto de minha parte não explicitar que, *se* houveram, havia grande probabilidade que os corpos policiais reprimissem com anuência e comando de Martins Júnior; nem sequer é possível comprovar que manifestações monarquistas *existiram*, de tal forma também indicando que a própria *necessidade* de repressão fosse mínima. De maneira geral, a ausência de casos de manifestações monarquistas pode ter duas explicações possíveis: ou elas foram abafadas e reprimidas, ou pouco existiram e, se esse for o caso, indicaria que a longa trajetória de propaganda republicana feita nos últimos 15 anos foi bastante efetiva se entendermos que uma “boa” propaganda é aquela que se torna senso comum. Martins Júnior tinha poder, força e apoio considerável para reprimir, isso é certo, mas não é possível precisar se foi *necessária* utilização de força⁹¹³.

Deve-se levar em consideração que essas preocupações com uma possível retomada do poder pelos monarquistas não estavam apenas embasadas nas disputas locais, mas também enquanto governo federal. O Decreto 85-A de 23 de dezembro de 1889⁹¹⁴, considerado o primeiro ato de censura – uma espécie de “lei de segurança nacional” – foi implantada pelo governo provisório reforçando ainda mais as críticas à Martins Júnior, entendido por seus adversários como representante dessa polícia repressora de Estado. Sua estadia como chefe de polícia, entretanto, não dura muito tempo (exatamente 2 meses) por sua própria vontade, pedindo demissão em 18 de janeiro de 1890, logo após os acontecimentos de Lage Grande. Entretanto não possuo informações, nem mesmo fontes, que possam ligar o decreto de censura do gabinete de Deodoro com a decisão tomada por Martins Júnior em abandonar o cargo. A “intuição” que tenho nesse aspecto e conhecendo a trajetória de José Isidoro, creio ser provável que ele concordasse com o decreto – pois, para ele, a defesa da República estava acima de

⁹¹² SANTOS, Sandoval José dos. Pequenos exércitos estaduais na Primeira República: o caso da força pública em Pernambuco na historiografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXX, 2019, Recife. **Anais...**, Recife: ANPUH. 2019, p.12.

⁹¹³ A falta de registros de ações monarquistas, ou pelo menos de resistência à República, talvez indique uma proximidade com a conclusão de pesquisa de Maria Tereza Chaves de Mello em *A República Consentida* (2007) quando afirma que a propaganda republicana, tendo incansavelmente martelado sobre o novo regime por 20 anos ininterruptos, tenha levado a uma relativa aceitação da população que não via razões para defender o regime decaído. A “falta” de resistência era um sinal de vitória da propaganda republicana, massificada na década de 1880.

⁹¹⁴ “Decreta: Art. 1º Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os superiores ou forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas tendentes a indisporlos contra a República; que usarem da embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados: serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição” Cf. DECRETO 85-A de 23 de dezembro de 1889.

qualquer outra coisa, fato observado quando fundou o *Batalhão Patriótico Seis de Março* para defender Floriano Peixoto – e que a necessidade em se impor como chefe de Partido frente às ameaças contra sua liderança (Aníbal Falcão e Ambrósio Machado) tenham-no levado a abrir mão do cargo.

A força política de Martins junto à liderança do Governo Provisório de fato viria incomodar. Rui Barbosa, seu “padrinho” político desde sua defesa nos tormentos dos concursos em 1887-8, concedeu-lhe o título de Fiscal do Banco Emissor de Pernambuco. Benjamin Constant não apenas o nomeou para lente da Faculdade de Direito, como encarregou-lhe de fundar a nova disciplina republicana: História do Direito Nacional. Quintino Bocaiúva e o General Deodoro o consagraram como Chefe de Polícia do Estado de Pernambuco, bem como sustentavam seu nome para a presidência da Constituinte Pernambucana. Era clara a ascensão de Martins Júnior dentro do primeiro gabinete do governo provisório, marcado por lideranças históricas. O PRPE ganhou inúmeras adesões nos dois primeiros meses do novo regime, reconhecido até mesmo pela imprensa adversária⁹¹⁵.

E era justamente isso que, para seus inimigos evidentes e outros nem tanto, precisava ser contido. Martins Júnior estava longe de ser um miserável, mas estava claramente fora dos padrões políticos até então. Não tinha nome, não havia nascido de nenhuma família abastada. Não tinha terras, ou herança, engenhos, etc. Sua faculdade foi feita com os mirrados recursos de aulas particulares, tinha dois pais pobres e velhos, e nenhuma residência luxuosa. Seus pais moravam no bairro pobre de Mangabeira de Cima⁹¹⁶ enquanto que ele morava bairro popular de Santo Amaro e nunca esteve em nenhum dos partidos monárquicos. Nunca havia ganho uma eleição, nunca havia assumido um cargo público. Não havia feito qualquer estadia na Europa, nem por estudos, nem por lazer. Não frequentava sequer o Jockey Club ou o Clube Internacional – prestigiados clubes recreativos elitizados. Martins Júnior, apesar de todas as suas forças e articulações políticas, era um *outsider* da velha política Pernambucana. Defensor de reformas sociais que incluíam a incorporação do liberto, das leis trabalhistas, do sufrágio universal, da educação pública e científica, ateu e a favor da liberdade absoluta de religião. Seus adversários estavam tanto *dentro* quanto *fora* do partido que ele mesmo fundou no sobrado da Rua do Imperador nº51. Um poeta que havia se tornado chefe de partido passou a conhecer os dissabores da disputa pelo poder partidário e de governo, analisado no próximo capítulo.

⁹¹⁵ Jornal A Lanceta, PE, 21-12-1889.

⁹¹⁶ Jornal Pequeno, PE, 23-8-1904.

5 VIOLÕES, LOROTAS E DELETÉRIOS

Com a estabilização da Proclamação, os diferentes grupos e indivíduos passaram a lutar pelo controle da máquina do Estado. Os anos de 1890-1, principalmente, época em que não há nem constituição estadual nem federal na maior parte do tempo, foi um período de intensa disputa por espaços, cargos, poderes e direitos. Neste conflito, o lado mais frágil era o **Grupo de Martins** que, apesar de pertencer e comandar o PRPE, passa a ser visto, não apenas pelos seus antigos adversários, bem como por aliados, como a *parcela* a ser combatida. Ressalto essa “parcela” porque é costume da historiografia deste período unificar e homogeneizar o Partido Republicano sob a alcunha de “Históricos”, deixando de perceber que também esse partido sofria de disputas internas cujo setor mais conservador – “republicanos de 14 de maio” – passaram a agir por um processo de controle e dominação partidária. Martins Júnior agiu da mesma forma que seus contemporâneos pelo poder. Usou das mesmas táticas, das mesmas manobras. Entretanto, entrou para a escrita da História como uma contradição política⁹¹⁷: é, ao mesmo tempo, um inepto líder político⁹¹⁸ e um ambicioso e teimoso chefe de partido⁹¹⁹.

As análises historiográficas sobre o início do regime republicano em Pernambuco adotaram uma postura semelhante entre si ao colocarem José Isidoro Martins Júnior numa posição de ‘culpa’ pelos transtornos que aquele período (1889-1892) representou para o estado. Para Costa Porto, por exemplo, “José Mariano não era nenhum santo, tendo, quando nada, os mesmos defeitos dos outros. E, sem dúvida, mais virtudes do que muitos outros, a começar pelos Históricos”⁹²⁰. Não apenas visto como uma pessoa gananciosa e sem escrúpulos, Isidoro Martins Júnior é *responsabilizado* pelo caos que, num espaço de 30 meses de governo⁹²¹, obteve a incrível marca de 11 governadores [ver quadro organizado no final deste capítulo]. Por ser um período profundamente caótico, violento e confuso, as análises que tentaram dar alguma lógica e coesão aos acontecimentos terminaram por apontar o centro de toda calamidade no

⁹¹⁷ BANDECCHI, Brasil. Martins Júnior: batalhador incansável. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, volume LXI, 1965, p.171.

⁹¹⁸ HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975, p.209.

⁹¹⁹ MOREIRA, Rangel. **Martins Júnior**. São Paulo: Pensamento, 1916, p.44; CAVALCANTI, Henrique Soares. **Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo Barbosa Lima (1889-1896)**. 2014. 237f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.79.

⁹²⁰ PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, 1986, p.14.

⁹²¹ “Martins Júnior pôs azeite no fogo exigindo impetuosamente o controle da distribuição de favores”. Cf. LEVINE, Robert. **A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.125.

“irresponsável” José Isidoro Martins Júnior. Dentre as análises mais duras estão a de Marc Jay Hoffnagel, como abaixo

Martins Júnior, um pedante pomposo e prolixo, cujos pronunciamentos geralmente incluíam críticas ao estilo literário dos seus oponentes, dominava o Partido Republicano. Descrito por um observador como um homem de “pretensão estúpida e imodéstia incomensurável”. Martins Júnior não tinha nem temperamento, nem experiência para líder político. Seus defeitos apareceriam muito mais uma vez que a Proclamação da República lhe confiou uma posição de poder e influência⁹²².

5.1 A REPÚBLICA UNITÁRIA

Com a Proclamação, vimos no capítulo anterior que Martins Júnior experimentou uma súbita ascensão política com o novo regime. Em razão do momento de prestígio inicial, para ele era necessário reforçar sua liderança interna juntamente aos “cabeça” de partido de outras províncias, bem como aproximar-se da organização central do gabinete histórico do Generalíssimo. Enquanto a ala mais conservadora, liderada por Ambrósio Machado, exigia-lhe mais espaço e flexibilização para negociar alianças, a ala mais doutrinária, liderada por Aníbal Falcão, acusava-o de perverter e trair o positivismo. No meio destes dois “extremos” dentro do PRPE, Martins Júnior representava a ala majoritária: os que defendiam uma adaptação da doutrina para a consolidação da República e do Partido. Entre janeiro e julho de 1890 – portanto um espaço de 7 meses – como liderança de partido tem, como principal dor de cabeça, a tentativa conciliar todas essas demandas e evitar, a todo custo, perder o inicial prestígio para José Mariano.

Dentre as políticas para se fortalecer, em janeiro de 1890, organizou uma recepção ao líder potiguar, Pedro Velho, que conjuntamente com o PRPE, haviam apoiado a dissidência de Silva Jardim no ano anterior, sendo considerado “confrade nos tempos da adversidade” ao lado de Carlos Falcão e Martiniano Veras⁹²³. Em recepção ao líder do Rio Grande do Norte, Martins Júnior, lembrando a união dos partidos, ressaltou em brinde a importância de Silva Jardim para a região⁹²⁴. Também é declarado sócio honorário do *Clube Republicano de Belém*, outra dissidência favorável a Silva Jardim, em maio de 1890⁹²⁵. A aproximação com essas lideranças agradou a ala de Aníbal Falcão, mais doutrinária. Em 29 de janeiro marcou uma reunião partidária, convocando todas as lideranças do Estado, para a discussão sobre a permissão ou não de “adesistas” ao partido, sinalizando, com isso, uma pauta em agrado à ala de Ambrósio,

⁹²² HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.209.

⁹²³ Jornal O Povo, RN, 15-2-1890.

⁹²⁴ Jornal A República, RN, 1-2-1890.

⁹²⁵ Jornal A Epocha, PE, 7-5-1890.

o que decidiram que ele deveria “entender-se com os membros proeminentes dos antigos partidos”⁹²⁶, ao que o *Jornal do Recife* acredita que “A República só pode ser uma obra de todos”⁹²⁷. A partir desta reunião, também ficaria ele incumbido de negociar a base da constituição da ala pernambucana para o Partido Nacional Republicano, indicativo da sua importância estratégica local para o governo central⁹²⁸.

Apesar desta “gangorra” política, manteve-se fiel às suas referências ideológicas e seus companheiros de propaganda: organizou uma sessão literária em homenagem a Tobias Barreto em junho de 1890⁹²⁹; Foi orador, bem como promotor, dos dois primeiros anos do aniversário de morte do seu companheiro, Maciel Pinheiro, publicando a poliantéia *Nove de Novembro* em 1890⁹³⁰, bem como membro da comissão do mausoléu em 1891, onde discursou⁹³¹; foi orador em homenagem a Silva Jardim em sua sessão fúnebre promovida pelo *Clube 22 de Julho* em 1891⁹³²; Também foi sócio honorário do *Clube Republicano Silva Jardim* no povoado de Peres, em 1891⁹³³; organizou a *Sociedade dos Escritores*, ao lado de Arthur Orlando e Clóvis Beviláqua também em 1890. Tudo isso demonstra que, apesar das negociações políticas, havia uma ‘inclinação’ clara para qual pendia: a parcela ‘radical’ no novo regime.

Após a reunião com todas as lideranças, convocou, novamente, uma grandiosa conferência republicana no Teatro de Santa Isabel – local que foi, por longos anos, proibido para eles⁹³⁴. Em 24 de fevereiro de 1890, a tradicional casa imperial, onde Nabuco e Mariano fizeram sua fama como abolicionistas, recebeu, em peso, os republicanos⁹³⁵. A imprensa comentou estar o teatro “literalmente cheio” e ter sido “ruidosamente aplaudido”, ressaltando que partiria em viagem para o Rio de Janeiro, em busca de apoio do Governo Provisório⁹³⁶. Dentre as deliberações tomadas para expansão, consolidação e popularização do PR estava no incentivo à fundação de **Clubes Republicanos Paroquiais**, estrutura iniciada ainda durante o Império.

⁹²⁶ Jornal Gazeta de Natal, RN, 8-2-1890.

⁹²⁷ Jornal do Recife, PE, 26-1-1890.

⁹²⁸ Jornal Gazeta do Norte, CE, 31-1-1890.

⁹²⁹ Jornal do Recife, PE, 27-6-1890.

⁹³⁰ Diário de Pernambuco, PE, 9-11-1890.

⁹³¹ Jornal Estado da Paraíba, PB, 25-7-1891.

⁹³² Destacam que sua fala “emocionou o público, vivamente aplaudido e cheio de notas vibrantes”. Este discurso foi o único que tenho conhecimento de ter sido gravado em gramofone, onde se “ouviria” sua frase mais famosa: *o dia da morte é, talvez, mais feliz que o dia do nascimento*. Pequeno Jornal, BA, 6-8-1891. Cf. MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.171.

⁹³³ Jornal do Recife, PE, 21-7-1891.

⁹³⁴ Jornal do Recife, PE, 21-2-1890. Jornal A Epocha, PE, 21-2-1890.

⁹³⁵ Em 1890 o Teatro de Santa Isabel teve inúmeras comemorações republicanas. Em 14 de julho – Dia da Bastilha – ofertado pelo Clube Martins Junior, bem como no dia 22 de julho – Dia do Meeting de Silva Jardim – ambos tendo como orador principal José Isidoro. Jornal do Recife, 25-7-1890.

⁹³⁶ Jornal do Recife, PE, 25-4-1890.

O CRP's, diferente de clubes acadêmicos, por exemplo, possuíam lideranças locais – algo como líderes comunitários – que buscavam na República o caminho para as reinvidações populares no novo regime⁹³⁷. Entendidos como órgãos importantíssimos para a estrutura eleitoral, os CRP's já tinham aproximação com o PRPE antes mesmo da Proclamação, sendo a expansão acelerada no primeiro ano de República. Assim, Martins Júnior foi orador e fundador do CRP da Madalena, em 7 de março de 1890⁹³⁸. Discursante e fundador do CRP da Caxangá em junho de 1890 onde reforçou o caráter “federalista” do Manifesto de 1888⁹³⁹, bem como do CRP de Santo Amaro das Salinas⁹⁴⁰. Considerado o “chefe genuíno da política republicana de Pernambuco e das doutrinas do Manifesto de 10 de Dezembro de 1888” na criação do *Clube 15 de Junho de Limoeiro*⁹⁴¹. Tido como sócio e guia político do CRP do Capunga⁹⁴² e do *Clube 14 de Julho de Lagoa dos Gatos*⁹⁴³. Presidente honorário do CR de Tacaratu⁹⁴⁴. Sócio honorário do *Clube Republicano de São Benedito do Sul* em maio, de criação do capitão Jeronymo Odon Cabral, que graças aos propagandistas da República afirmou que “o povo confia e sente-se forte” no novo regime⁹⁴⁵. Para se entender a importância estratégica dos CRP's, Luiz Duprat explicou

Nesta lealdade de sentimentos, o cidadão José Isidoro Martins Júnior chefe do Partido Republicano deste Estado, julgando conveniente aos interesses da República que, em certos pontos desta capital e notadamente em alguns distritos policiais de maior importância, organizem clubes subordinados à direção central do partido, incumbidos não só de propagar as ideias do manifesto republicano de 1888, como de trabalhar praticamente para que os próximos serviços de qualificação eleitoral sejam bem encaminhados e executados⁹⁴⁶.

Em convenção convocada em Olinda, distribuindo-se convites para os moradores, com um público de 400 pessoas no Teatro Melpomene Olindense, Albino Meira, com a presença do chefe ao seu lado, discursou que

...levantando a injustiça tantas vezes repetida de que a República tinha sido feita pelo exército, como se 1500 homens, grandes em valor sim, mas microscópicos em número, fossem suficientes para fazer face à vontade desse colosso que se chama nação brasileira! A República fora feita pelos republicanos, como a Abolição foi feita

⁹³⁷ Quando perceberam o sucesso deste tipo de agremiação, marianistas passaram a incentivar clubes semelhantes. Cf. SOUZA, Felipe Azevedo e. 2018. 215f. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c.1880 – c.1900)**. Tese (doutorado em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p.95.

⁹³⁸ Diário de Pernambuco, PE, 16-3-1890.

⁹³⁹ Jornal A Epocha, PE, 3-6-1890.

⁹⁴⁰ Jornal do Recife, PE, 22-5-1890. Jornal do Recife, PE, 22-5-1890.

⁹⁴¹ Jornal do Recife, PE, 27-6-1890.

⁹⁴² Jornal A Epocha, PE, 20-8-1890.

⁹⁴³ Jornal do Recife, PE, 10-8-1890.

⁹⁴⁴ Jornal do Recife, PE, 4-7-1890.

⁹⁴⁵ Jornal A Epocha, PE, 17-5-1890. Jornal do Recife, PE, 17-5-1890.

⁹⁴⁶ Por ocasião de reunião com moradores, Martins Júnior foi requerido explicar o *Manifesto de 1888*, em razão das divergências que eram apontadas sobre o unitarismo. Diário de Pernambuco, 5-3-1890.

pelos abolicionistas e não pelo gabinete João Alfredo que apenas teve a grande glória de saber acomodar tão importante solução à vontade nacional⁹⁴⁷.

Em razão das alianças feitas ainda na propaganda, e por ser a liderança principal do partido, Martins Júnior também foi convidado por entidades de classe para os representar, num processo inicial de cobrança por suas demandas junto à República. Desta forma, é indicado como membro da *Comissão dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco* em março de 1890⁹⁴⁸. É convidado para a inauguração da *Repartição de Estatística Comercial*, em maio de 1890⁹⁴⁹. Reúne-se com comerciantes do Recife sobre as discussões sobre imposto de 20% em ouro⁹⁵⁰. Tem o jornal *Minha Esperança* em sua homenagem distribuído na fábrica de cigarros a vapor de Antônio Francisco da Cruz em que é considerado “o republicano puro, o que mais se sacrificou, o que mais soma de simpatias populares angariou”⁹⁵¹. Este prestígio é consolidado junto ao governador General Simeão em banquete no Hotel Grande Internacional, onde discursou⁹⁵² e teria acertado a conciliação com os antigos partidos⁹⁵³. A *Lanceta*, jornal marianista, debochou deste encontro, afirmando que “o sr Martins Júnior trepado nos ombros do Sr. Ulysses não chega à altura do Sr. José Mariano. O Sr. Dr. Martins Júnior tem grande merecimento, mas até hoje, valha a verdade, S.S. tem nos dado uma copiosa soma de palavras e nada mais”⁹⁵⁴.

Uma das frentes de desestabilização do crescimento do PRPE utilizada pelos seus adversários – em especial pelos marianistas – foi atribuir ao manifesto de *Dezembro de 1888*, fundador do partido republicano, um teor **unitarista**. Veja-se bem: o momento era particularmente explosivo para essa afirmação. A Constituinte estava sendo formada e, como já se fala a historiografia do período⁹⁵⁵, o caráter federalista foi um dos principais norteadores do novo regime. A acusação de “defensor do uniteísmo” e “cesarismo autoritário e onipotente” feita pela *A Província* foi uma verdadeira angústia para Martins Júnior⁹⁵⁶. O objetivo era indispor o líder dos republicanos diante do gabinete histórico do General Deodoro e, com isso, cobrir de suspeitas a adesão de Martins Júnior aos interesses particulares do Estado de

⁹⁴⁷ Diário de Pernambuco, PE, 22-3-1890.

⁹⁴⁸ Diário de Pernambuco, PE, 12-3-1890. Jornal A Epocha, PE, 12-3-1890.

⁹⁴⁹ Jornal Novidades, RJ, 20-5-1890.

⁹⁵⁰ Jornal O Brazil, RJ, 7-6-1890.

⁹⁵¹ Jornal Minha Esperança, PE, fevereiro de 1890. Número único.

⁹⁵² Jornal Gazeta do Norte, CE, 28-3-1890.

⁹⁵³ Jornal Gazeta da Tarde, RJ, 18-3-1890.

⁹⁵⁴ Jornal A Lanceta, PE, 1-3-1890.

⁹⁵⁵ LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1987; VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

⁹⁵⁶ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.70-1.

Pernambuco. A estratégia foi tão bem sucedida que ainda temos análises de pesquisadores que reforçam essa mesma querela, como em Felipe Azevedo que destacou que

...de um lado havia um grupo liderado por José Mariano, que buscava então dar continuidade a um projeto democrático de participação [...] do outro, com Martins Júnior à frente, os republicanos históricos estavam organizados em torno de um manifesto escrito em 1888, e perseguiram a implantação de um novo regime político estruturado nos moldes de uma ditadura republicana centralizada. Esse último grupo ganhou certa força ao firmar aliança com ex-senhores de escravos insatisfeitos com a abolição...⁹⁵⁷

A fama de ‘defensor da República Unitária’ não se conteve apenas localmente. Na *Gazeta de Sergipe*, órgão que abertamente o apoiou como ‘propagandista’ desse tipo de República, divulgou que “por iniciativa do Dr. Martins Júnior, organizaram-se em Pernambuco diversos clubes para a propaganda da República Unitária”⁹⁵⁸ e que o Estado estaria se dividindo entre clubes unitários e “clubes federalistas” fundados pela *A Província* (José Mariano)⁹⁵⁹. Em artigo assinado por ‘Desmoulins’, explicam seu apoio para a suposta propaganda unitária de Martins

A federação é um perigo para a unidade da pátria. Muitas províncias não estão no caso de sustentar-se por si [...] as que gozam destas vantagens [financeiras] não hão de querer contribuir com as suas rendas para auxílio das outras. A consequência lógica será o desmembramento do país [...] somos pelo lema que em sua bandeira hasteou o grande patriota Martins Júnior, pelo qual se bate o grande Aníbal Falcão. Em Pernambuco é a ideia vencedora⁹⁶⁰.

Informações como essas também apareceram em *Pharol* (MG), destacando que “diversos grupos se unem em Pernambuco por iniciativa de Martins pela República Unitária”⁹⁶¹, bem como em *O Estado do Espírito Santo*, revelando ser José Mariano, “federalista” contrário ao defensor do unitarismo “Albino Meira”⁹⁶². Esta denúncia chegou até mesmo ao jornal lisboeta *Commercio de Portugal*, em que ressaltou Martins Júnior como um “organizador do movimento unitarista” no Brasil e que “já tem consigo grande número de adeptos contra a Federação”⁹⁶³. Diante desta acusação, Martins Júnior precisou utilizar de boa retórica e estratégias de recuo significativas, que já, como vimos no capítulo passado, o *Manifesto de 1888* defendia um fortalecimento do poder central que poderia, facilmente, ser interpretado como ‘unitarismo’ numa leitura rápida ou má intencionada. Considerado “gravíssimo” pelo *Diário do Commercio* (RJ), a suposta propaganda unitária de Martins Júnior

⁹⁵⁷ AZEVEDO, Felipe. *Op.Cit.*, p.78-9.

⁹⁵⁸ Jornal *Gazeta de Sergipe*, SE, 2-4-1890.

⁹⁵⁹ Jornal *Gazeta de Sergipe*, SE, 11-4-1890.

⁹⁶⁰ Jornal *Gazeta de Sergipe*, SE, 16-4-1890.

⁹⁶¹ Jorna *Pharol*, MG, 15-3-1890.

⁹⁶² Jornal *O Estado do Espírito Santo*, ES, 12-4-1890.

⁹⁶³ Jornal *Commercio de Portugal*, Lisboa, 11-4-1890.

“como alguém ligado ao governo provisório, é grave” e rechaçaram que “se a propaganda unitária alçar o colo, a separação de São Paulo é inevitável” prevendo inclusive a separação de Minas com Espírito Santo, todo o Amazonas, uma confederação dos estados do Sul tornando o cenário “apocalíptico”⁹⁶⁴. Em contraposição, e utilizando da polêmica criada, marianistas passaram a fundar clubes republicanos federalistas, buscando acentuar a oposição aos Históricos⁹⁶⁵. É opinião de Marc Jay Hoffnagel⁹⁶⁶ que esses artigos insuflando um suposto anti-federalismo e deslealdade do PRPE com o Governo Provisório tenham sido plantadas no Rio por marianistas, algo que não parece improvável, porém que não foram encontradas fontes que confirmassem esse envolvimento.

Tendo abandonado o cargo de Chefe de Polícia para poder se dedicar como chefe de partido – e com isso impedir o afundamento precoce dos históricos – já era indicado na imprensa da época o processo inicial de desilusão com a República

A Lanceta dá os parabéns ao Dr. Martins Júnior por ter deixado a interinidade do chefe do polícia⁹⁶⁷ desse estado [...] o nobre cavalheiro a quem agora nos referimos com sinceridade de amigo e de irmão, retire-se a vida privada a espera de situação esclarecedora, por que esta não é a república que S.S. antevia nos seus sonhos de poeta⁹⁶⁸

Para assegurar o compromisso do PR com o gabinete histórico do Generalíssimo, bem como acabar de vez com as especulações sobre uma possível defesa da forma unitária de República, Martins Júnior embarcou em viagem para a capital em março de 1890 – primeira viagem para fora de Pernambuco em toda sua vida⁹⁶⁹. Durante sua ausência, deixou público que o PRPE estava sob direção temporária de Ambrósio Machado, Albino Meira e Antônio de Souza Pinto⁹⁷⁰, curiosamente, os três representantes das alas internas do partido: aliancista, “adaptacionista”⁹⁷¹ e positivista; é bastante significativo que não tenha deixado *uma* pessoa específica como direção de partido, demonstrando sua preocupação em manter a união e o

⁹⁶⁴ Jornal Diário do Comércio, RJ, 16-3-1890.

⁹⁶⁵ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.73.

⁹⁶⁶ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.216.

⁹⁶⁷ Enquanto Martins Júnior foi Chefe de Polícia os jornais *O Tribuna* e *A Lanceta* foram confiscados em algum momento. Por isso o tom de ironia no trecho do jornal. Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **Os subversivos da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.23.

⁹⁶⁸ Jornal A Lanceta, PE, 22-1-1890.

⁹⁶⁹ Jornal A Lanceta, PE, 27-3-1890.

⁹⁷⁰ Jornal do Recife, PE, 21-3-1890.

⁹⁷¹ Busquei um termo mais adequado para definir o posicionamento de Albino Meira, mas sem encontrar. O que defino como “adaptacionista” são os partidários de Martins Júnior que entendiam que os propagandistas históricos, principalmente os positivistas, deveriam manter o controle do Partido, os cargos de direção e a orientação majoritária, mas sem excluir a presença de membros “aproveitáveis” dos ex-partidos monárquicos. Diferente, por exemplo, do que pensava Ambrósio Machado e seus seguidores, que defendiam a abertura total do partido e o afastamento da doutrina. Já Souza Pinto, por sua vez, era a ala dos que queriam um fechamento maior do Partido em torno, apenas, das lideranças históricas, junto com Argemiro Aroxã.

equilíbrio interno⁹⁷². A imprensa de oposição declarou que sua viagem à Capital tem como objetivo “pedir, segundo se diz, a demissão do ilustre governador deste Estado, que tem o mau costume de não fazer o que o chefe manda”⁹⁷³.

A possível ‘traição’ aos ideais positivistas, entendido assim por Aníbal Falcão, bem como a diminuição da influência deste último, leva toda a Família Falcão⁹⁷⁴ a romper, publicamente, com o PRPE. Com esse rompimento, são arrastados outros dois grandes parceiros de propaganda: Manoel Gomes de Matos⁹⁷⁵ e Phaelante da Câmara – redator-chefe do jornal *A Lanceta*⁹⁷⁶, que não economizava palavras agressivas contra Martins. Na verdade, o rompimento acontece num momento bastante curioso: o exato instante em que Martins Júnior alcançou o auge do seu prestígio, sendo recebido pelas lideranças ‘radicais’ brasileiras no Rio de Janeiro. Numa clara demonstração de fortalecimento político, Aníbal Falcão pode ter se sentido pormenorizado entre seus próprios pares já que era ele, e não Martins Júnior, quem havia feito a propaganda do PRPE fora dos limites de Pernambuco durante o Império. Para Aníbal, Martins Júnior se tornou o “elemento perturbador”⁹⁷⁷ do Partido.

Para o historiador Henrique Cavalcanti, Aníbal Falcão nunca aceitou a liderança de Martins após a morte de Maciel Pinheiro pois “não tinha grande idade e nem era de família influente”, além de tentar se distanciar de Ambrósio Machado, o que o tornava “ambicioso” e “incômodo” pela ligação com o Governo Provisório⁹⁷⁸. As diversas acusações que precisou enfrentar já nos primeiros meses do novo regime foram conectadas por editorial da *Revista Illustrada* quando aportou no Rio, com seu passado recente dos concursos para a FDR “...foi sempre o procurado alvo de todas as injustiças [...] mais do que isso, porém, as opiniões políticas que tinha e não sabia esconder, provocaram iras dos que timbravam mais em ser partidários da monarquia que simples lentes de uma Faculdade de Direito”⁹⁷⁹ demonstrando que as perseguições, mesmo com a mudança de governo, não pareciam ter fim. Claramente acuado, Martins Júnior precisou reorientar a forma como se “deveria” interpretar o *Manifesto de 1888*, desta vez abrandando significativamente os traços positivistas presentes nele. Taxado de hipócrita e inconsistente, a atitude sofreu duras críticas. Em tom de ironia, o jornal marianista

⁹⁷² Já José Mariano aproveita esse momento para iniciar conferências no Teatro de Santa Isabel, em que declarava ser a República um produto exclusivamente do exército e da armada, e não dos propagandistas. Cf. CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 75.

⁹⁷³ Jornal *A Lanceta*, PE, 19-3-1890.

⁹⁷⁴ A Família Falcão era muito próxima aos Martins desde a década de 1870. Martins Júnior e Júlio Falcão estudaram juntos taquigrafia. Alfredo Falcão, por exemplo, era um dos seus melhores amigos.

⁹⁷⁵ Jornal *República*, SC, 17-7-1890.

⁹⁷⁶ MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.69.

⁹⁷⁷ COSTA, Porto. *Op. Cit.*, p.15.

⁹⁷⁸ CAVALCANTI, Henrique. *Op.Cit.*, p.79.

⁹⁷⁹ *Revista Illustrada*, RJ, 29-3-1890.

A Lanceta, acusa-o de “afirmar que a ditadura militar é uma necessidade” ao que respondem “ora! Ou os republicanos renegam seu *Manifesto de Dezembro de 1888* ou passam-se para a oposição [...] irão saltando aos poucos por cima do cadáver da própria dignidade até ficarem acuados dentro de um beco sem saída”⁹⁸⁰.

Mas para Martins Júnior aquele era o momento de assegurar seu lugar no governo e, com isso, garantir a hegemonia política do PRPE diante das lideranças tradicionais. Permitir, em apenas poucos meses, ser aliado do poder que lhe estava sendo progressivamente garantido era impensável. Como ele sempre foi muito transparente sobre suas posições políticas, custasse o que custasse, lhe valeu a fama de radical, cabeça-dura e incorruptível. Talvez isso explique, em parte, porque os seus erros ou manobras político-partidárias causavam tantas reações adversas e porque as críticas foram implacáveis, mesmo que suas ações fossem plenamente comuns ao ambiente político da época. Sua autoimagem como paladino da República foi, ao mesmo tempo, sua glória e sua ruína. Contra isso, *A Província* passou a atacar ele e seus partidários⁹⁸¹ de “covardes” nas ruas durante 15 e 16 de novembro de 1889, por não terem proclamado a República com armas, assim jogando – mais uma vez – contra a “índole” republicana de Martins Júnior. Albino Meira, um dos chefes de partido ao seu lado, rebateu as acusações, explicando a posição deles durante a Proclamação

...se nós tivéssemos saído para o meio da rua a proclamar a revolução, as autoridades tinham o dever de nos reprimir, de nos prender, como criminosos que éramos; e os amigos da situação ainda dominante, entre os quais sobressaía a *Província*, teriam sido os primeiros a ajudá-las na nossa perseguição. Ainda estava muito vivo nos ânimos de todos o 22 de julho. Mas daí, o que resultaria?⁹⁸²

E completou, em outra edição

...José Maria chegou a tratar Martins Júnior com os insultos mais grosseiros que podem sair da pena de um homem civilizado [...] Ulysses Viana aconselhou sua prisão no Palácio e os amigos de Mariano assaltaram o telégrafo⁹⁸³ e expulsaram os empregados republicanos [...] se reagissem incorreriam em “sacrifício certo”, inútil, porque a República era consolidada [assim sendo] a ocasião propícia para nos aniquilarem⁹⁸⁴

⁹⁸⁰ Jornal *A Lanceta*, PE, 12-3-1890.

⁹⁸¹ Outra polêmica menor foi a acusação de que Martins Júnior seria “contra” a classe militar, assim colocando-o em oposição à Deodoro. Mas o artigo utilizado para essa acusação [Folha do Norte, PE, 6 de novembro de 1883, nº 168] foi escrito por Alfredo Falcão e falsamente atribuído à Isidoro, que rebateu “Por que *A Província* não o consultou antes de atribuir a mim tal artigo?”. Devo ressaltar que Martins Júnior foi o único propagandista que participou do jornal militar *A Alvorada* em 1887. Sobre a polêmica: Jornal *A Epocha*, PE, 23-8-1890.

⁹⁸² Jornal *A Epocha*, PE, 9-4-1890.

⁹⁸³ As notícias da época confirmam que José Mariano tentou impedir que os telegrafistas enviassem a notícia da República para os estados vizinhos, celebrando que “ao menos salvamos o Norte”. Jornal *A Epocha*, PE, 25-7-1890.

⁹⁸⁴ Jornal *A Epocha*, PE, 10-4-1890.

As críticas ao seu suposto ‘uniteísmo’ foram muito úteis, também, para as disputas internas ao partido republicano. Em uma série de artigos intitulados **Às Claras** no *Jornal do Recife*, José Isidoro e Alfredo Falcão polemizaram suas diferenças em relação à política financeira de Rui Barbosa. Alfredo Falcão teria agido pelas costas de Martins Júnior, enviando telegramas para o Ministro da Fazenda, alegando ser o PRPE contrário à política financeira do Governo Provisório. Apesar do Encilhamento ter sido um desastre econômico, naquele momento Martins Júnior fazia parte deste sistema⁹⁸⁵, bem como a lealdade a Rui Barbosa vinha de uma longa trajetória de favores que aconteciam desde 1887 em razão dos seus concursos. Ao criticar a política financeira do governo, bem como atacar o posicionamento “traidor” de Martins quanto ao uniteísmo, Alfredo Falcão apartou-se da antiga amizade de adolescente. Martins, indignado com a atitude “em segredo” do seu próprio correligionário, acreditou que Alfredo “visando claramente fazer-me passar aos olhos do público por caluniador ou desleal” tornou-se, assim, “meu ilustre e recente inimigo”⁹⁸⁶. Em um desses artigos em citação indireta, Alfredo Falcão afirmou: “não posso abjurar as minhas crenças, renegar, por conveniência de espécie alguma, o *Manifesto de 1888*, trair a minha própria consciência, iludir a boa fé pública”. Irritado com a provocação, Martins Júnior respondeu categoricamente

Convindo e provoco o Sr. Alfredo Falcão a provar que eu sou apóstata renegado e traidor (...) e ainda mais, e especialmente, a provar que o Manifesto Republicano é INCOMPATÍVEL COM A POLÍTICA FINANCEIRA do atual ministro das finanças públicas. Vamos! Que não se argumente apenas com frases! Vamos! Que não se discuta política (que é uma ciência de aplicação) com palavras ocas e tiradas de folhetim! Vamos! Que não se insinue em lugar de discutir e esclarecer! Que falem claramente, com a linguagem dos fatos e com a linguagem da ciência, aqueles que dizem inspirar-se no lema Viver Às Claras!⁹⁸⁷

Em artigo escrito por “Nemo” saído em defesa de Martins Júnior, este ridicularizou Alfredo Falcão por “hoje” defender o fim do anonimato, mas nunca ter assinado seus artigos como Martins, Maciel Pinheiro e Silva Jardim, quem atacava. E continuou

Quanto àquela frase – mais um que se bandeia – pense S.S. que ser político é ser partidário de uma ideia que nós abraçamos, e não de um homem. E se o homem que representa a ideia que nós abraçamos faz alguma coisa que não está de acordo com o nosso modo de ver, e nós externamos a nossa opinião, isto não quer dizer bandejamento e sim franqueza ou dignidade republicana, esta que S.S. tanto apregoa. E o Nemo é político, é martinista franco e decidido, mas dirá sempre ao Dr. Martins que não concorda quando a coisa não lhe agrada! O Nemo não é de Martins Júnior o que S.S. é do Dr. José Mariano – um adjetivo.⁹⁸⁸

⁹⁸⁵ Foi nomeado por Rui Barbosa como presidente do Banco Emissor de Pernambuco.

⁹⁸⁶ *Jornal do Recife*, PE, 5-6-1890.

⁹⁸⁷ *Jornal do Recife*, PE, 11-6-1890.

⁹⁸⁸ *Jornal A Epocha*, PE, 26-8-1890.

O que se tornou ainda mais acentuado no processo de rompimento político⁹⁸⁹ entre Alfredo Falcão e Martins Júnior foi o primeiro ter aceito fazer parte da “chapa salvadora”⁹⁹⁰ ao lado de José Mariano⁹⁹¹, ato considerado pelos Históricos como extrema traição. Entretanto, as acusações saíam dos dois lados. Aqueles que concordavam com Aníbal Falcão, ressaltavam que Martins Júnior tem grande “dívida” ao dissidente, visto que grande parte da sua base de apoio foi construída por sua intervenção. Esta ironia foi ressaltada pelo jornal *A Lanceta*, pró-Mariano, que diz ter ficado o *Clube 22 de Julho* dividido entre aqueles que “querem aclamar o Aníbal como chefe, a e outra metade ao Martins”⁹⁹² e ironiza, em outro momento, quando afirmou que Martins ia “fugindo do comtismo” e “disse mais num segredo absoluto: eu vou fugindo do Aníbal. O leitor agora arregalou os olhos e escancarou a boca. Não faça caretas. O Martins disse e está muito bem dito”⁹⁹³. Por outro lado, José Mariano e Os Falcões eram chamados de ‘hipócritas’⁹⁹⁴ pois “das duas uma: ou o sr. José Mariano está positivista, ou os srs. Falcões capitularam” e tudo que faziam era uma “questão pessoal, quiseram hostilizar ao Dr. Martins por motivos pessoais, senão por egoísmo”⁹⁹⁵. Conjuntamente com os Falcões, José Isidoro também perdeu o apoio⁹⁹⁶ de Demétrio Ribeiro, Phaelante da Câmara, Raymundo Bandeira e Manoel Gomes de Matos, bem como foi acusado de se aliar com “antigos escravocratas” como Francisco de Lacerda, herdeiro do Barão de Muribeca, que detinha a redação de *A Epocha*, órgão conservador que o apoiava⁹⁹⁷. Quando acusado por Aníbal Falcão de ter usurpado o lugar de Maciel Pinheiro após sua morte – no caso, de líder do PRPE, o qual se achava no direito de liderar – Martins Júnior lançou o artigo **O Dr. Aníbal Falcão e o**

⁹⁸⁹ Em artigo na Gazeta de Notícias (RJ), Aníbal Falcão chegou a dizer que o PRPE ficou “sem líder” após a morte de Maciel Pinheiro, que Martins Júnior se declarou totalmente contrário aos correligionários do Rio Grande do Sul e apoiava incondicionalmente a política do encilhamento de Rui Barbosa, por aproximação pessoal. Todas as três informações não condizem com os posicionamentos reais de Martins Júnior ao longo da sua trajetória. Primeiro, ele é o fundador do PRPE e líder absoluto antes mesmo de Maciel Pinheiro. Segundo, ele nunca se posicionou contra os aliados gaúchos, antes buscava mais aproximação. Terceiro, apesar da sua ligação pessoal com Rui Barbosa, Martins Júnior pediu demissão do cargo de Fiscal do Banco Emissor por estar em desacordo, mas mantinha uma aproximação com Rui por amizade. Jornal A Federação, RS, 14-6-1890.

⁹⁹⁰ Jornal do Recife, PE, 5-9-1890.

⁹⁹¹ Designação dada durante a primeira eleição republicana em 15 de setembro de 1890.

⁹⁹² Jornal A Lanceta, PE, 25-1-1890.

⁹⁹³ Jornal A Lanceta, PE, 27-3-1890.

⁹⁹⁴ Em artigo defendendo Martins Júnior, Luiz de Andrade chegou a sugerir que José Mariano manteve o nome do seu jornal como “A Província” demonstrando seu apego à monarquia. Jornal do Recife, PE, 26-7-1890.

⁹⁹⁵ Jornal A Epocha, PE, 24-7-1890. São novamente chamados assim por Licínio Jardim após os ataques da Família Falcão continuarem através do jornal Estado de Pernambuco. Jornal A Epocha, PE, 23-8-1890.

⁹⁹⁶ As deserções também aconteceram do lado de José Mariano. Um deles foi Luiz de Andrade, que passou a ser uma importante base de apoio de Martins Júnior. Cf. CUNHA, Israel Ozanam de Sousa. **Capoeira e capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife**. 2013. 294f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. p.35.

⁹⁹⁷ Jornal O Globo, RJ, 14-3-1890.

Partido Republicano de Pernambuco, rebatendo as acusações do *Estado de Pernambuco*, ao dizer que “quem conhece sua história sabe” que aquela acusação era absurda⁹⁹⁸.

No Rio de Janeiro, as pretensões como liderança de partido eram claras: retirar o PRPE do ostracismo, acabando de vez com as especulações sobre o ‘unitarismo’, bem como assegurar o controle da máquina de Estado, antes que José Mariano o fizesse. Para isso, utilizou-se em primeira mão da oportunidade de esclarecimento sobre o *Manifesto de Dezembro de 1888* num jantar ofertado a Assis Brasil, em abril de 1890, onde era esperado como único “propagandista do unitarismo” no país⁹⁹⁹. Logo depois, num banquete organizado pelos pernambucanos radicados no Rio, teve oportunidade de consolidar-se com Francisco Glicério e Benjamin Constant¹⁰⁰⁰ no Hotel O Globo em 30 de abril de 1890¹⁰⁰¹. Em análise do brinde ofertado por ele no banquete, a *Gazeta da Tarde* (RJ) assim se expressou

O Dr. Martins Júnior, na tribuna, faz lembrar Rui Barbosa ou Tavares Bastos. Sua presença é simpática, tem certo aspecto de modéstia, que dispõe a seu favor o auditório. Sua frase é correta, as palavras e ideias lhe ocorrem com facilidade, a voz é simpática, ouvindo-o falar, sente-se que ele é um orador e um espírito cultivado (...) o único senão que notamos foi ter sido demasiado longo o seu brinde¹⁰⁰².

As alianças indicadas apontam para um processo de apoio mútuo entre lideranças positivistas brasileiras – bem como a separação destes com as lideranças liberais, que não compareceram ao banquete. Com cartas de ausência de Quintino Bocaiúva¹⁰⁰³, Rui Barbosa, Hermes da Fonseca e Campos Salles e a presença de Silva Jardim, Silvio Romero, Francisco Glicério, Benjamin Constant, Vicente de Souza, Sezedello Correia e Lauro Sodré, podemos afirmar que o núcleo positivista se mantinha unido e em comunicação para abranger estratégias dentro do novo regime. Como representante “do Norte” – ao lado de Lauro Sodré, que era considerado de outra parte “do Norte” – aquele jantar representava uma estratégia de incorporação regional. Em brinde realizado, Silva Jardim deixou claro: “Pernambuco pela sua posição tipográfica, abraça o Pará, e abraça a Bahia, tornando-se como que o foco do movimento das ideias do Norte”¹⁰⁰⁴, não sendo demais lembrar que tanto a Bahia como o Pará – além do Rio Grande do Norte e Ceará – haviam declarado apoio à Jardim ainda na

⁹⁹⁸ Jornal do Recife, PE, 13-6-1890.

⁹⁹⁹ Jornal Goyaz, GO, 18-4-1890.

¹⁰⁰⁰ Existem informações desencontradas sobre isso. O jornal *Gazeta de Notícias* afirmou que apenas Francisco Glicério – como representante de governo – estava presente. *Jornal Gazeta de Notícias*, RJ, 30-4-1890.

¹⁰⁰¹ A comissão era liderada pelos seus antigos companheiros de propaganda, Belarmino Carneiro, J.J. Almeida Pernambuco e Luiz de Andrade. *Jornal Novidades*, RJ, 26-4-1890.

¹⁰⁰² *Jornal Gazeta da Tarde*, RJ, 29-4-1890.

¹⁰⁰³ Em análise do banquete, Costa Porto afirma que Martins Júnior foi ao Rio com ajuda do seu “protetor Quintino”, mas isso não se revela verdadeiro no banquete. Cf. PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.15.

¹⁰⁰⁴ *Diário de Notícias*, RJ, 29/30-4-1890.

propaganda¹⁰⁰⁵. Martins Júnior ganhou uma litografia na capa da *Vida Fluminense*, indicando o acentuado prestígio como chefe do partido pernambucano na Capital¹⁰⁰⁶. Em discurso publicado, Martins Júnior deixou claro que “...nega que jamais tenha pregado a república unitária; afirma solenemente que quer a república federal no mais completo sentido dos termos, pois o seu desejo é que se funde uma grande República Federal dominadora na América”¹⁰⁰⁷

Através do *Diário de Notícias* recebeu apoio para publicar sua carta de explicação intitulada **A Proclamação da República em Pernambuco** defendendo-se contra as acusações de unitarista em maio de 1890. Nela foi incisivo: “enquanto o não fizerem [provar a acusação de unitarista] só poderão ter tidos como exploradores de ruins paixões e reles empresários de pobres peças arquitetadas para efeito”¹⁰⁰⁸. Em seu brinde durante o jantar, também ressaltou algo semelhante, ao se direcionar aos correligionários: “despreza esses boatos e intrigas que o dão e aos seus correligionários como partidários da República Unitária. Não há infâmia maior do que atribuir-lhes tal pensamento; isso só pode provir dos que procuram explorar a presente atualidade e atraí-las na melhor ocasião”¹⁰⁰⁹. A explicação foi bem aceita por seus aliados gaúchos¹⁰¹⁰, que entenderam a “centralização” do Manifesto de 1888 como parcial e temporária, declarando apoio ao chefe pernambucano através de *A Federação*¹⁰¹¹. Mas vista com cautela pela imprensa local, que destacou o *Clube 22 de Julho* como uma reminiscência “unitarista” de Silva Jardim e Martins Júnior, mas que viam todos como “federalistas” já que estávamos em busca da “República Federal dos Estados Unidos do Brasil”¹⁰¹².

Em razão do “sucesso” com que sua viagem foi descrita pelos jornais recifenses¹⁰¹³, foi recebido no Arsenal “por muita gente”, onde discursou em prol da união de todos pela República e recebeu banquete pelo *Clube 22 de Julho*¹⁰¹⁴ tendo sido visitado por “muitas

¹⁰⁰⁵ Deve-se deixar claro que o Governo Provisório não teve nenhuma liderança radicada no Norte, ou mesmo representante da região. O que, por si só, já é um indicativo de como a Proclamação foi feita, também, contra uma parcela do movimento republicano. Cf. SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2005, p.62.

¹⁰⁰⁶ *Jornal Vida Fluminense*, RJ, 12-4-1890

¹⁰⁰⁷ *Jornal Democracia*, RJ, 29-4-1890.

¹⁰⁰⁸ *Jornal República*, SC, 16-5-1890.

¹⁰⁰⁹ *Jornal Diário de Notícias*, RJ, 29-4-1890.

¹⁰¹⁰ As primeiras “denúncias” de que Martins Júnior defendia o “unitarismo” começaram entre fevereiro/março de 1890, quando os jornais passaram a questionar sobre seu posicionamento. *A Federação* também se posicionou contra no começo, mas mudando de opinião após a explicações do chefe pernambucano. *Jornal A Federação*, RS, 29-3-1890.

¹⁰¹¹ *Jornal A Federação*, RS, 1-5-1890.

¹⁰¹² *Jornal A Epoca*, PE, 22-4-1890.

¹⁰¹³ Martins Júnior enviou telegramas para Pernambuco dizendo ter conseguido apoio no Ministério da Agricultura para liberar crédito para as despesas de imigração, bem como prolongamento de verba para a estrada de Caruaru a Pesqueira, o que foi comemorado localmente. *Diário de Notícias*, RJ, 13-5-1890. *Jornal A Epoca*, PE, 3-5-1890.

¹⁰¹⁴ *Diário de Notícias*, RJ, 9-5-1890.

autoridades” e um público de quase “6 mil pessoas”¹⁰¹⁵. A recepção pomposa foi feita com uma salva de 21 tiros, distribuição de 1500 exemplares de jornal em sua homenagem, sendo acompanhado por 10 bondes lotados até a sua residência (citada no bairro popular de Santo Amaro das Salinas), em que havia “grande número de funcionários públicos, militares, comissões de diversos clubes republicanos, uma desta redação, representantes de outros jornais e considerável massa popular”, afirmando em discurso no Arsenal – a poucos dias das comemorações da Lei Áurea – que ele foi “passando dos braços de uns para os outros amigos e afinal envolto de grande onda popular que ali assoberbava, deixou o edifício do Arsenal seguido de multidão que o vitoriava incessantemente [...] muitos carros, bonds completamente cheios de manifestantes”¹⁰¹⁶. Conta-se que as ruas estavam embandeiradas, havia 37 carros e 3 bandas de música, com falas de Martins, “um acadêmico” e Sá Lima¹⁰¹⁷.

Para se defender das novas acusações de “traição”, é o orador principal do *Manifesto de Dezembro de 1888* em reunião do *Clube Republicano Martins Júnior* em 13 de junho de 1890¹⁰¹⁸, fazendo questão de ressaltar como as palavras ditas naquele documento estavam sendo continuamente pervertidas contra ele. Recebeu elogios de *O Alfinete*, destacando-o que ainda era “moço e ainda não está corrompido e viciado”¹⁰¹⁹ com o novo regime. Bem como recebeu o desprezo da imprensa marianista, como em *A Lanceta*, que desdenhou de seus seguidores¹⁰²⁰, chamando-os de “povinho que o adora como se ele fosse um menino Deus”¹⁰²¹. Em polêmica travada com Martins, chamado de “manhoso” por Costa Porto¹⁰²² – em que teria “forjado” telegrama de Benjamin Constant chamando-o para cargo no governo na Proclamação – José Mariano iniciou seus ataques mais diretos e virulentos contra seu inimigo, colocando em dúvida sua atuação como republicano

...[Martins durante o ato de Proclamação em Recife] estava atordoado, desorientado, sem saber o que fazer, agindo maquinalmente, ou antes, deixando-se ir para frente sem consciência do que fazia, sem coragem para o menor cometimento em que tivesse de arriscar a vida por amor da causa da República como até hoje não arriscou-a, nem será capaz de arriscá-la, por causa alguma, apesar do seu *enorme, enormíssimo*

¹⁰¹⁵ The Rio News, RJ, 12-5-1890.

¹⁰¹⁶ Jornal A Epocha, PE, 7-5-1890, 9-5-1890.

¹⁰¹⁷ Jornal do Recife, PE, 9-5-1890.

¹⁰¹⁸ Jornal A Epocha, PE, 8-6-1890.

¹⁰¹⁹ Jornal O Alfinete, PE, 12-5-1890.

¹⁰²⁰ O desdém aos seguidores de Martins Júnior é bastante presente em editoriais de *A Lanceta*. No discurso que fez no Treze de Maio, afirmou que foi “aplaudido bestialmente por meia dúzia de rapazinhos imberbes que não perdem a ocasião de festejar não o político, mas o mestre que os há de aprovar no fim de ano” e que seus seguidores são “meninos partidários”. Em outros momentos, disse que “só o chefe puríssimo dos estudantes que desejam a aprovação e dos violões que pretendem empregos públicos” o apoiavam. E em festival dedicado a Albino Meira, repetem “discípulos amados que deitam um palmo de língua de fora todas as vezes que S.S. precisa de aplausos”. Jornal A Lanceta, PE, 17-5-1890 e 21-5-1890.

¹⁰²¹ Jornal A Lanceta, PE, 19-4-1890.

¹⁰²² PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.14.

*passado abolicionista, de seu enorme, enormíssimo, puro, puríssimo, passado republicano*¹⁰²³.

É logo após a viagem de Martins Júnior ao Rio de Janeiro, bem como seu processo de articulação política, que a nomeação do seu braço-direito para o cargo de governador do Estado de Pernambuco se consolida. Em artigo sugestivo publicado pelo *Jornal do Recife*, é possível perceber como a viagem ao Rio do chefe republicano foi estratégica

...O Dr. Marechal José Semeão governava sem levantar reclamações. Era ele uma alta patente do exército com grandes predicados para o governo civil. O sr. Martins Júnior vai ao Rio, conferencia, e em uma bela manhã, nesta cidade, o Sr. Marechal José Semeão recebe e abre um despacho telegráfico e lê um chamado duro e cru à capital federal: era a demissão¹⁰²⁴.

Com uma administração totalmente ligada à influência de José Mariano¹⁰²⁵, General Semeão foi substituído por um Histórico – Albino Meira - logo após as articulações de Martins Júnior na Capital Federal. Seu governo, entretanto, apesar de brevíssimo, foi marcado por atos contrários ao de Semeão, retirando aliados de José Mariano de cargos públicos, removendo para interiores longínquos, sendo o caso específico de Henrique Milet – 1º promotor da Capital – o mais conhecido. Como opositor direto de Martins Júnior nos concursos públicos entre 1887 e 1888, os atos de Albino Meira eram entendidos como reflexos do chefe Histórico¹⁰²⁶. Martins Júnior, como professor da Faculdade de Direito, liderou manifestação acadêmica para Albino Meira no Teatro Santa Isabel, demonstrando publicamente sua ligação com o novo governador, que já vinha desde a época dos concursos¹⁰²⁷. Congratulando a indicação, *A República*, do Rio, destacou que “a escolha do distinto democrata faz nascer uma esperança no coração dos verdadeiros republicanos, desanimados com as injustiças e erros da ditadura. Parabéns a Pernambuco”¹⁰²⁸. A análise mais tradicional sobre esse período foi feita por Costa Porto que julgou Albino Meira como “fraco, sem energia, passou a agir como mero ‘papel carbono’ de Martins Júnior” e um “joguete” na mão dos Históricos¹⁰²⁹. Já para Marc Jay Hoffnagel, quem verdadeiramente governava era Martins, que colocou “jovens e inexperientes bacharéis” no lugar de “políticos imperiais proeminentes” e que, com a sua administração, conseguiu “uma rápida ascensão da tensão e violência”¹⁰³⁰.

¹⁰²³ Diário do Commercio, RJ, 3-6-1890. Destaques no original.

¹⁰²⁴ Jornal do Recife, PE, 22-7-1890.

¹⁰²⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.215.

¹⁰²⁶ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 78.

¹⁰²⁷ Jornal Novidades, RJ, 19-5-1890. Jornal A Epocha, PE, 20-5-1890.

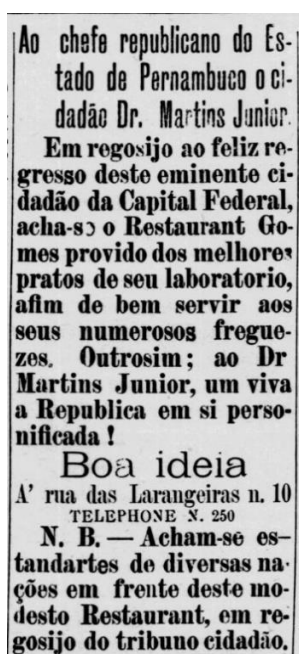
¹⁰²⁸ Jornal A República, RJ, 24-4-1890.

¹⁰²⁹ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, 18.

¹⁰³⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.217.

Durante o governo de Albino Meira – cerca de 2 meses – que José Isidoro Martins Júnior teve, de fato, ampla força política construída e firmada perante o governo do Estado. Em 8 de maio de 1890, foi homenageado com a poliantéia em seu nome: *Martins Júnior*, distribuído pelo *Clube Republicano 15 de novembro de Tejiptio*, filial do *Clube 22 de Julho*¹⁰³¹. No dia seguinte, foi nomeado por Rui Barbosa para fiscal do *Banco Emissor Sul Americano*, sendo o representante local da política do encilhamento¹⁰³². Liderou as comemorações do 2º ano da Lei Áurea no Teatro de Santa Isabel¹⁰³³ discursando ao lado de José Mariano, apesar de seu desafeto¹⁰³⁴. Convocou reunião com 300 líderes¹⁰³⁵ republicanos no *Clube 22 de Julho* para formação de novo diretório recifense¹⁰³⁶ no Teatro de Santa Isabel, sendo reeleito como presidente absoluto, e pedindo para “apoiar o governo provisório e colocar os ressentimentos à parte”¹⁰³⁷. Durante este período seu nome se torna muito prestigiado, sendo encontrado em anúncios da época, como os abaixo:

Figura 3 - Anúncio do Restaurante Gomes (1890)



Note-se que o Restaurante Gomes fica na citada “Rua das Laranjeiras” onde funcionava a tipografia do jornal popular positivista *Folha do Norte* entre 1883 e 1884. Este local era conhecido por ser um locus republicano desde os tempos da propaganda no Império e mantinha a tradição de apoiar os Históricos.

Fonte: *Jornal do Recife*, PE, 8-5-1890.

¹⁰³¹ *Jornal do Recife*, PE, 13-5-1890.

¹⁰³² *Jornal O Cruzeiro*, RJ, 2-5-1890.

¹⁰³³ *Jornal O Cruzeiro*, RJ, 15-5-1890.

¹⁰³⁴ *Jornal A Epocha*, PE, 14-5-1890.

¹⁰³⁵ *Diário de Pernambuco*, PE, 17-6-1890.

¹⁰³⁶ O *Clube 22 de Julho* é formado pela ala mais “antimariano” do PRPE, sendo o núcleo mais duro de apoio a Martins Júnior. Sua atuação era, quase exclusivamente, na capital e seu título vem do meeting de 22 de julho de 1889 que seria feito – mas foi impedido – de Silva Jardim. Presidente: Martiniano Veras, secretário João Carlos Balthazar da Silveira e tesoureiro João Facundes de Castro Menezes. É eleito presidente do clube em 1891.

Jornal do Recife, 1-5-1891.

¹⁰³⁷ *Jornal A Epocha*, PE, 24-7-1890.

Figura 4 - Anúncio da loja 'A Independência' (1890)

A INDEPENDENCIA
83--Rua Duque de Caxias--83
FAZENDAS BARATAS

Zephyros de cores, lindos gostos a 500 rs o covado.
 Cachemiras de listras e quadros para vestido a 400 rs. o covado.
 Ditas felpudas pura lã a 400 rs. o covado.
 Et minas de cores a 400 rs. o covado.
 Ditas padrões de voile o que ha de mais moderno a 400 rs. o covado.
 Voiles de algodão a 240 rs. o covado.
 Ditos especiaes ricos padrões a 400 rs. covado.
 Merinós lisos de algodão a 160 rs. covado.
 Cortes de vestidos em cartões o que ha de mais chique de 16\$ até 25\$.
 Vestuários para baptisados de 10\$ a 20\$.
 Cortinados bordados e de crochet de 6\$ até 14\$ o par.
 Dito de crochet especiaes para cama de noivos, a 40\$ e 50\$ (completo).
 Tapetes avelludados de todos os tamanhos
 Toalhas felpudas e acolchoadas a 8\$600 dúzia.
 Camisas brancas finas com e sem punhos a 8\$ uma.
 Ditas inglezas de flanela a 2\$ e 4\$500 uma.
 Setins lavrados de todas as cores a 1\$ o covado.
 Colarinhos finos a General Deodoro, Martins Junior, Republicanos e Pernambucanos a 5\$ a dúzia.

Fustões finos a 800 rs. o par.
 Chales de cachemira fazenda de 8\$ por 5\$, é pechincha.
 Guarnição de crochet a 6\$ e 9\$.
 Sargelim de todas as cores a 200 e 240 o covado.
 Fustões brancos finos a 500 rs. o covado.
 Côrtes de seda para collete a 3\$ um.
 Brim pardo lona, especial a 500 rs. o covado.
 Cobertores de cores, imitação aos de 15\$, por 4\$ um.
 Colchas brancas e de cores, o que ha de superlativo a 4\$, 6\$, 7\$ e 8\$ uma.
 Renda hespanhola côr de rosa e azul a 1\$500 o covado, é muito larga.
 Grande sortimento de brins e casemiras para roupa de homens e meninos.
 Seroulas francezas de linho e de algodão.
 Completo sortimento de popelinas brancas lavradas, setins brancos e de cores, gorgurão e adamassé preto, merinós pretos, fichús, regatas de seda e muitos outros artigos por preços sem competencia.
 Faz-se roupas de encomendas com toda a perfeição.

Mendonça, Primo & C.

Fonte: Jornal do Recife, PE, 18 de maio de 1890

Anuncio de loja de artigos de vestuário onde se pode ler "Colarinhos finos a General Deodoro, Martins Júnior, Republicanos e Pernambucanos a 5\$ a dúzia".

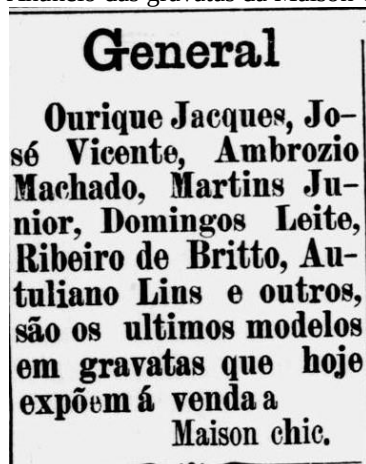
Figura 5 - Anúncio do cigarro "Ao Cidadão Martins Júnior" (1890)

Ao cidadão Martins Junior
 Cigarros especiaes
 Esta acreditada marca de cigarros existe a venda na Tabacaria Miranda, á rua da Florentina n. 36, e nas principais mercearias desta cidade.

Fonte: Jornal do Recife, PE, 15 de agosto de 1890.

O anúncio acima circulou entre 15 de agosto de 1890 até 30 de março de 1892, tendo sido interrompido exatamente com a chegada de Barbosa Lima ao cargo de governador de Pernambuco.

Figura 6 - Anúncio das gravatas da Maison Chic (1892)



Fonte: Jornal do Recife, PE, 26 de fevereiro de 1892

Trago o anúncio acima de um período posterior – Junta Governativa – para ressaltar que esse tipo de propaganda vai se findar com a chegada de Barbosa Lima, deixando de existir durante os 5 anos do seu governo.

Em razão das disputas internas das alas, bem como o processo de expansão do prestígio a que foi consagrado, o governo Albino Meira foi duramente combatido¹⁰³⁸, até mesmo internamente ao PRPE. Martins Júnior, por associação, passou também a ser alvo de ataques. Um destes acusava Albino Meira de favorecer uma determinada companhia de gás cujo advogado seria o próprio Martins Júnior¹⁰³⁹. A acusação de corrupção iniciou uma série de comprovações documentais, por parte dele, afirmando que não estava envolvido com a dita companhia, nem muito menos foi favorecido, ao que pronunciou: “enceto hoje a publicação de uma série de documentos destinados a confundir os desgraçados caluniadores anônimos que não me perdoam o grande crime de ser diferente deles”¹⁰⁴⁰. Foi acusado de processar “clandestinamente” “um denunciante em Limoeiro” por ser monarquista¹⁰⁴¹. Também recebeu denúncias de querer “a demissão de Henrique Milet”¹⁰⁴², bem como de receber um cargo de advogado em Caruaru entregue por Francisco Glicério, então Ministro da Agricultura, cargo que, por sinal, nunca foi seu¹⁰⁴³. Além dos ataques, as divergências internas podem ser nitidamente percebidas em artigo publicado no *Pequeno Jornal* da Bahia, observando que

...o governo provisório pensou que o Martins Júnior valia alguma coisa e deu-lhe a dominação absoluta de Pernambuco. A consequência foi a discórdia no seio dos velhos republicanos, que não querem sancionar os disparates do rapaz elevado a chefe, e estão dispostos a eleger um diretório para conter o chefe oficial [...] os dois vice-

¹⁰³⁸ A Província convocou meeting contra o governo de Albino Meira, o que o *Jornal do Recife* considerou como sedicioso. Cf. CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 77.

¹⁰³⁹ Jornal do Recife, PE, 20-9-1890.

¹⁰⁴⁰ Diário de Pernambuco, PE, 21-9-1890.

¹⁰⁴¹ Pequeno Jornal, BA, 11-6-1890. Diário do Comércio, RJ, 5-6-1890.

¹⁰⁴² Jornal A Lanceta, PE, 24-5-1890.

¹⁰⁴³ Jornal A Lanceta, PE, 18-6-1890.

governadores, Ambrósio e Raymundo Bandeira, já pediram exoneração e estão à frente da revolta contra Martins Júnior¹⁰⁴⁴

Taxado de “megalomaniaco” por *A Lanceta*, por defender o governo Albino Meira em *O Paíz*, acusam-no de viver “à sombra” de Rui Barbosa ao que ironizam: “ruizinho, ruizinho da minha alma! Pobre chefe de palha...”¹⁰⁴⁵. O jornal conservador, *A Epocha*, já comentava antes mesmo do governo passar para Albino Meira como *A Província* (órgão de Mariano) reproduzia em linguagem pejorativa contra Martins “*A Província*, cobrindo-o de injúrias e de defeitos, que o fariam passar por um monstro, se não fossem bem conhecidos o Dr. Martins... e *A Província*”¹⁰⁴⁶. Concorro, portanto, com as palavras do historiador Henrique Cavalcanti ao analisar a participação de Ambrósio Machado no processo de desgaste do governo de Albino Meira

...fica patente o clima de discordância com o chefe Martins Júnior. Ocupando o cargo de vice-governador do Estado, seria natural, para aquele senhor de engenho, que o mesmo governasse o estado após a saída do Marechal José Simeão. Recebendo telegrama do Governo Provisório mandando passar a administração diretamente a Albino Meira, considerou-se em posição de desconfiança, sentindo-se humilhado¹⁰⁴⁷

Sem conseguir sustentar as exigências da parcela mais conservadora, bem como entrando em desacordo com Albino Meira por ceder a essas exigências¹⁰⁴⁸, o governo passou às mãos de Ambrósio Machado que, apesar de pertencente ao partido, sempre manteve diferenças e desconfianças para com Martins Júnior, que ameaçava constantemente “se demitir” do cargo de vice-governador¹⁰⁴⁹. Com uma visão mais “aliancista”, Ambrósio buscou se associar com as antigas lideranças dos partidos monárquicos, especialmente com o Partido Liberal em sua facção antimarianista¹⁰⁵⁰. O objetivo, a partir de julho de 1890, passou a ser o isolamento completo de José Mariano que era, indubitavelmente, quem mais antagonizava e prejudicava a ascensão dos Históricos.

Em busca de um equilíbrio, Martins Júnior marcou reunião com todos os clubes republicanos do Estado em junho de 1890 para deliberar entre as alas que ainda se debatiam entre a permissão, ou não, de uma aproximação com elementos “dos partidos extintos”¹⁰⁵¹. Duas

¹⁰⁴⁴ Pequeno Jornal, BA, 6-6-1890.

¹⁰⁴⁵ Jornal A Lanceta, PE, 24-5-1890, 23-7-1890.

¹⁰⁴⁶ Jornal A Epocha, PE, 20-3-1890.

¹⁰⁴⁷ CAVALCANTI, Henrique. *Op.Cit.*, p.80.

¹⁰⁴⁸ Jornal Diário do Comércio, RJ, 4-7-1890. Jornal A Federação, RS, 4-6-1890.

¹⁰⁴⁹ Pequeno Jornal, BA, 25-6-1890.

¹⁰⁵⁰ Ala conhecida desde o final da década de 1870 como “Leões” em razão da Família Souza Leão, o qual Ambrósio Machado pertenceu antes da sua “conversão” ao Partido Republicano em 1887.

¹⁰⁵¹ Tentativas de equilibrar essa discussão dentro do PRPE datam já de dezembro de 1889, quando Martins Júnior era Chefe de Polícia do Estado de Pernambuco, como afirmei no capítulo passado. Na primeira reunião citada, um mês após a República, compareceram: Barão de Lucena, Machado Portella, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, Ambrósio Machado, Albino Meira, João de Oliveira, Sigismundo Gonçalves, Ulysses Viana, Costa

frentes se formaram: Argemiro Aroxa, amigo de Martins Júnior, seu grande e fiel companheiro desde a década de 1870, liderava uma minoria que desejava manter o Partido “puro”, sem a presença de elementos “do antigo regime”. A ala majoritária, liderada por Lucídio Martins, achou por bem aceitar “elementos aproveitáveis” dos antigos partidos, mas mantendo a maioria Histórica na direção do PRPE, o que foi acatado por voto amplo¹⁰⁵². Em reunião marcada em 7 de julho de 1890, o PR se uniu ao Partido Liberal (ala dos Leões, com Luiz Felipe Souza Leão e Ulysses Vianna, contrária a Mariano) para a discussão dos rumos políticos do Estado. Esta reunião, por si só, foi uma confusão. Postando-se do lado de fora da redação do *Jornal do Recife*, José Mariano intimidou todos aqueles que compareceram. Na saída¹⁰⁵³, o tumulto terminou em uma série de agressões verbais e pancadaria, o que o citado periódico chamou de “Oligarquia do Terror”¹⁰⁵⁴. Liderando, José Mariano quase inviabilizou a reunião, de onde saiu espancado João Augusto Rêgo Barros e ameaçado do mesmo tratamento Ambrósio Machado¹⁰⁵⁵. Três dias depois, outra reunião foi marcada, desta vez na casa de Francisco da Rosa e Silva, para união do PR com o Partido Conservador, com vistas a isolar tanto José Mariano como o desafeto direto de Rosa e Silva, Barão de Lucena¹⁰⁵⁶. Uma reunião contrária – entre José Mariano e Barão de Lucena¹⁰⁵⁷ – foi feita¹⁰⁵⁸, unindo-se a eles João Alfredo¹⁰⁵⁹, demonstrando que a polarização entre Marianistas e Martinistas chegava, agora, até mesmo aos conservadores. Estava claro que, com a tomada das rédeas feita por Ambrósio Machado, a força política de Martins Júnior foi seriamente prejudicada e seu processo de ascensão não duraria 6 meses de República.

Entretanto, ainda que Ambrósio Machado fosse um partidário difícil de dividir liderança, ainda era um forte aliado interno, necessário e fundamental contra a possibilidade de retomada por parte de José Mariano. Por isso, firmou as “bases da aliança” com Sigismundo

Ribeiro, Armínio Tavares, Aristarcho Lopes, João Augusto e Luíz Cesário. *Jornal Gazeta da Tarde*, RJ, 16-8-1891.

¹⁰⁵² *Jornal A Epocha*, PE, 20-6-1890.

¹⁰⁵³ Fato semelhante havia acontecido quando um grupo de Mariano também marchou contra o Palácio do Governo, postando-se do lado de fora insultando todos que passassem para falar com Ambrósio Machado, então governador. Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.216.

¹⁰⁵⁴ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.82.

¹⁰⁵⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p. 219.

¹⁰⁵⁶ *Jornal Diário do Comércio*, RJ, 16-7-1890.

¹⁰⁵⁷ Barão de Lucena recebeu telegrama – provavelmente de José Mariano, ao que o cruzamento das informações indica – sobre o ato de fusão dos partidos, o que o levou a se posicionar contra, pois ficaria isolado. Cf.

CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 82.

¹⁰⁵⁸ *Jornal Diário do Comércio*, RJ, 5-8-1890.

¹⁰⁵⁹ *Jornal Diário de Notícias*, PA, 9-7-1890.

Gonçalves¹⁰⁶⁰ em 10 de julho de 1890¹⁰⁶¹. Todas essas deliberações levou a fusão dos partidos – Republicano, Liberal e Conservador – em 12 de julho de 1890, no escritório de Martins Júnior, para a formação de um diretório uno de 11 membros, em que ele seria o presidente¹⁰⁶². Neste mesmo dia, Martins Júnior ofertou um banquete ao comandante de armas do Estado¹⁰⁶³, General Ouriques Jacques¹⁰⁶⁴, demonstrando que os Históricos sabiam muito bem articular sua posição política e estavam preparados para dominarem o governo de Pernambuco. Não à toa, o *Estado de Pernambuco*, órgão liderado pela Família Falcão (agora aliada de Mariano), sugeriu que Albino Meira havia pedido ao governo provisório a deportação de Zé Mariano¹⁰⁶⁵, bem como a expulsão dele do Congresso caso fosse eleito¹⁰⁶⁶. Com esse isolamento geral por qual passou, José Mariano encetou uma série de conferências menosprezando a importância do movimento republicano para a Proclamação, considerado apenas um ato militar. Em telegrama interceptado por Barão de Lucena a caminho do General Deodoro, Martins Júnior deixou ressaltar o posicionamento ‘traidor’

...o elemento marianista [...] tem procurado abalar a confiança no Partido Republicano e no atual governador, em sessão pública, atacou o governo da República em violento discurso [...] nenhuma medida repressiva tem querido o governo tomar quanto ao referido Dr. Para que não se tache de violento. Entretanto, V.Exª dirá se, reincidindo o Dr. José Mariano, convém proceder contra ele¹⁰⁶⁷.

Em 1 de agosto de 1890, em Nazareth, Martins discursou na reunião de fusão dos partidos a moção de apoio ao governador provisório¹⁰⁶⁸. Apenas 3 dias após esse discurso chegou à Pernambuco, como um balde de água fria, bem como através de um processo de articulação de José Mariano, o novo governador Barão de Lucena que, contraditoriamente a todo o esforço partidário articulado, veio derrubar o fortalecimento do PRPE. A nomeação teria “abalado Martins” que, de acordo com a imprensa opositora, “tem o rei na barriga e Pernambuco nas mãos”¹⁰⁶⁹. Com a saída de Albino Meira como governador, Martins Júnior pediu para que ninguém deixasse seus cargos até a chegada do Barão, ao que a imprensa de oposição divulgou como clima festivo e “reinando alegria” com a saída dos Históricos do poder¹⁰⁷⁰.

¹⁰⁶⁰ Sigismundo Gonçalves e Ambrósio Machado eram antigos aliados no Partido Liberal até o final da década de 1880. É através dessa relação que se a estruturação de uma fusão de partidos é pensada. Cf. ZACARIAS, Audenice. *Op.Cit.*, 2017, p.39.

¹⁰⁶¹ Jornal O Mercantil, SP, 12-7-1890.

¹⁰⁶² Jornal do Recife, PE, 26-7-1890.

¹⁰⁶³ Jornal O Mercantil, SP, 13-7-1890.

¹⁰⁶⁴ Um ano depois, esse mesmo general é quem faria a “Revolução de 18 de dezembro de 1891” colocando os Históricos no poder.

¹⁰⁶⁵ Jornal Diário de Notícias, PA, 24-8-1890.

¹⁰⁶⁶ Jornal O Brasil, RJ, 11/13-7-1890. Jornal O Estado do Espírito Santo, ES, 17-7-1890.

¹⁰⁶⁷ AZEVEDO, Felipe. *Op.Cit.*, p.93.

¹⁰⁶⁸ Jornal A Epocha, PE, 5-8-1890.

¹⁰⁶⁹ Jornal O Brasil, RJ, 22-7-1890.

¹⁰⁷⁰ Jornal do Comércio, SC, 27-7-1890.

5.2 AS CONSTITUINTE

Com a vinda do Barão de Lucena para a governança de Pernambuco, indicado diretamente da sua estreita ligação com o Generalíssimo, a fase de ascensão política de Martins Júnior recebeu seu primeiro impacto significativo. Em artigo escrito pelo monarquista Carlos de Laet¹⁰⁷¹, “Albino Meira era o corpo a que Martins fornecia espírito, e Rui com Martins constituíam uma só alma política”¹⁰⁷² indicando como a vinda de Lucena e toda a transformação acarretada desarticulou as bases políticas de José Isidoro. Martins Júnior, enquanto liderança proeminente durante a administração de Albino Meira, diminuiu e marginalizou do governo a influência lucenista, principalmente ao se aproximar do bloco conservador que lhe era contrário¹⁰⁷³. Era pretensão do novo governador formar uma chapa única, heterogênea, para indicação à Constituinte Nacional que seria formada em 1890. Costa Porto o chama de “isento de partidarismos”¹⁰⁷⁴, porém discordo desta assertiva, visto que não apenas os Históricos foram a menor parte deste “acordo” como toda a ala dos “Leões” do antigo Partido Liberal (e seus desafetos diretos) foram retirados da chapa final¹⁰⁷⁵.

Com o prestígio ganho nos meses anteriores, a formação de tal chapa deveria, necessariamente, conter elementos dos republicanos históricos. Para isso, tanto Martins Júnior como Antônio Souza Pinto foram os mais cotados para representar o Norte ao lado de Lauro Sodré, entendidos como republicanos “verdadeiros” de “longa” carreira já em janeiro de 1890¹⁰⁷⁶. Em comentário sobre a falta de representantes republicanos do Norte na Constituinte Nacional, o jornal *Libertador* (CE) reforçou a precedência de Lauro Sodré e Martins Júnior nesta posição¹⁰⁷⁷. O ponto central da discórdia que se instalou estava na inclusão ou não de José Mariano na referida composição, algo que, como temos visto, era crucial para a expansão do domínio do PRPE. Não é demais lembrar que era imprescindível para o crescimento político de Martins Júnior como liderança política evitar, a todo custo, que a projeção de Mariano na República ofuscasse a sua, como bem acontecia durante o Império.

De fato, a discussão pela chapa constituinte nacional bateu-se exatamente na irreconciliável convivência entre marianistas e martinistas¹⁰⁷⁸. Mas o que quero trazer de

¹⁰⁷¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. *Op.Cit.*, p.28.

¹⁰⁷² Jornal O Brasil, RJ, 23-7-1890.

¹⁰⁷³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.220.

¹⁰⁷⁴ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.20.

¹⁰⁷⁵ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 85.

¹⁰⁷⁶ Jornal O Monitor Campista, RJ, 18-1-1890. Jornal A Epocha, PE, 1-2-1890. Jornal do Recife, PE, 28-1-1890.

¹⁰⁷⁷ Jornal Libertador, CE, 5-2-1890.

¹⁰⁷⁸ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.3.

significante para essa discussão é uma diferente abordagem sobre o assunto. De acordo com a literatura acerca das negociações sobre a chapa constituinte, Martins Júnior e Ambrósio Machado teriam “forçado” Barão de Lucena a aceitar a inclusão de Ulysses Viana e a exclusão de José Mariano da chapa. A historiografia presente até este momento considera a recusa de Martins Júnior e Ambrósio Machado em incluírem seus nomes na chapa lucenista como uma mero “ciúme” político. A documentação mostra, entretanto, que a pretensa “mesquinhez” era, na verdade, uma importante jogada política. Em primeiro lugar, devo lembrar que antes da chegada do Barão de Lucena, Martins Júnior havia se tornado *o presidente* da comitiva de 11 membros da fusão dos partidos políticos e tinha, portanto, acordo de reciprocidade com as lideranças a qual chefiava. Quando Barão de Lucena convidou Ambrósio Machado e Martins Júnior para deliberar sobre a chapa, diz-se que o governador “já teria se dirigido a eles com os nomes previstos nas listas” num pensamento “ódio e vingativo” já articulado com José Mariano¹⁰⁷⁹. Não é, portanto, um “capricho” de Martins Júnior, como ressaltou Costa Porto em seu trabalho¹⁰⁸⁰. Em um artigo anônimo, se ventila possivelmente o porquê da insistência de Martins e Ambrósio em se negarem à união com Mariano

A recusa de um deles não desmancharia a figura de S.Exc. perante o governo republicano, mas a dupla recusa importaria na organização de uma chapa sem os chefes republicanos de Pernambuco, o que para a república podia ser uma traição [...] entre, porém, os Srs. Ambrósio Machado e Martins Júnior de um lado, e do outro o José Mariano, porque o Sr. Barão de Lucena preferiu este?¹⁰⁸¹

Visto desta forma, a recusa em se colocarem numa chapa em que José Mariano estivesse presente – a recusa dupla, no caso – visava forçar Barão de Lucena a reconsiderar a aproximação com o primeiro, trazendo-lhe a pecha de traidor da República ao excluir os principais líderes históricos. A chapa, sem os líderes republicanos, seria considerada então *ilegítima*. Tem-se que a nível nacional o gabinete histórico do Generalíssimo mantinha o discurso recorrente de “consolidar” o novo regime por todos os meios contra os ‘cripto-monarquistas’. Para explicar sua saída da chapa, Martins Júnior publicou no *Jornal do Recife* o manifesto **Ao Partido Republicano e meus concidadãos em geral**, onde deixou claro que a demissão de intendentes municipais históricos em favor de aliados de Mariano, bem como a decisão já fechada em mantê-lo, a todo custo, na chapa, seriam razões que o teria levado à desistência. Ainda que os motivos alegados sejam questionáveis, Martins Júnior trouxe como argumento a coerência republicana, ressaltando várias publicações do seu desafeto em que ele menosprezou e contrariou a República, determinando então “...onde estaria a coerência do velho partido

¹⁰⁷⁹ Jornal do Recife, PE, 28-8-1890.

¹⁰⁸⁰ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.22.

¹⁰⁸¹ Jornal do Recife, PE, 28-8-1890.

republicano de Pernambuco, desde a sua criação malsinado por aquele ex-deputado ouro-pretista, se agora, por simples conveniência de momento (dado o caso que tal conveniência exista) se sujeitasse ele a fazer do seu inimigo de ontem o seu representante de hoje?”¹⁰⁸²

Manifesto semelhante fez Ambrósio Machado, que diferente de Martins, chegou a considerar integrar a chapa, mas tendo seus partidários demitidos, indignou-se por ver “pessoas que nunca se mostraram identificados com a República” fazendo parte do governo, e completou “compreende, porém, V.Ex^a, que não posso abandonar amigos, que foram assim sacrificados às exigências de quem nunca prestou o menor serviço à República, de quem, pelo contrário, revelou sempre a sua aversão às novas ideias”¹⁰⁸³. Ambas as declarações – publicadas um dia após o outro – indicam que Martins Júnior e Ambrósio Machado acertaram os ponteiros e se decidiram por usar do argumento antimonárquico como estratégia de pressão política. Tal argumento tem um teor hipócrita, pois ambos não hesitaram em se aliar com os partidos monárquicos antes da vinda de Barão de Lucena, o que me leva a considerar que a questão central era impedir o fortalecimento de José Mariano e, com isso, evitar o ofuscamento do PRPE.

Apenas a título de exemplo sobre essa conformação de uma “nobreza” da propaganda republicana, Martins Júnior foi incluído na Galeria Vermelha do *Almanak Republicano Brasileiro* em 1890, como um dos mais conhecidos defensores do novo regime, consagrando-se como um dos “valorosos defensores”. Em artigo assinado pelo pseudônimo “Jacques Bouhôme” o escritor congratula “o digno chefe republicano, firme como um rochedo no seu posto de honra, não trepidou em expelir da chapa oficial os nomes corrompidos dos suspeitos a República”¹⁰⁸⁴. Em razão destas negociações, em reunião acontecida na cidade de Nazareth, Martins Júnior buscou uma fusão dos elementos republicanos do Estado, pedindo apoio ao governo provisório para o reconhecimento das lideranças, sendo “muito aplaudido”¹⁰⁸⁵. A estratégia pode ser percebida pela forma como Barão de Lucena teve que lidar com a recusa: ele próprio foi encarregado de convencer Ambrósio Machado “a todo transe”, enquanto que Antônio Souza Pinto deveria usar de “persuasão e docilidade” com Martins Júnior¹⁰⁸⁶.

Não deve causar estranheza ao conhecedor das eleições brasileiras que muitas denúncias de fraudes foram registradas durante a votação. Era comum, neste período, a troca de cédulas, a exclusão de nomes, contabilização adulterada de votos, dentre muitos outros artifícios para se

¹⁰⁸² Jornal do Recife, PE, 14-8-1890.

¹⁰⁸³ Jornal do Recife, PE, 15-8-1890.

¹⁰⁸⁴ Jornal do Recife, PE, 15-10-1890.

¹⁰⁸⁵ Jornal do Comércio, SC, 9-8-1890.

¹⁰⁸⁶ Jornal do Recife, PE, 28-8-1890.

fazer ganhar o candidato pretendido. Desta forma, como já venho demonstrando ao longo deste trabalho, Martins Júnior nunca foi um candidato de peso, no sentido próprio do termo para o século XIX, de fazer valer sua candidatura por tais meios. Entretanto, a eleição feita em setembro de 1890 para a Constituinte Nacional era *a primeira* do novo regime: 15 de setembro. Por essa razão, ela foi marcada pela defesa persistente do ideal republicano frente aos “falsos” convertidos. A orientação republicana era fortalecer o novo regime, ainda muito novo e incerto, contra a ameaça de ‘re-monarquização’ – mesmo que indiretamente através de constituintes ligados ao antigo regime – por isso mesmo tornando aquela eleição profundamente ideológica. Na circular de Martins Júnior, orientando o PRPE de se abster do apoio à chapa lucenista, continuou apoiando o governo provisório e a consolidação da República, pedindo aos eleitores para substituir alguns “elementos” oficiais: “...vê-se que não é a abstenção que eu aconselho ao partido republicano. O votar é uma nobilíssima função política que nem um cidadão deve deixar de exercer, sobretudo num regime de opinião pública e de expansão individual [...] [a substituição de nomes] é o que eu farei, é o que eu aconselho”¹⁰⁸⁷ Articula-se com Luiz de Andrade e Belarmino Carneiro para continuarem na chapa lucenista, de forma a não entregar total controle para José Mariano¹⁰⁸⁸. Enfrentou, porém, a acusação feita por Alfredo Falcão de que, por ter se retirado da chapa lucenista, havia se colocado contra o Governo Provisório¹⁰⁸⁹.

Com a saída de Martins Júnior e Ambrósio Machado, diversos clubes republicanos e associações passaram à defesa de suas candidaturas independentes, mesmo com a orientação passada de se manter a chapa governista. Abaixo temos *A Sociedade do Besouro* e o *Clube Republicano Frei Caneca*, bem como uma quadra poética anônima ressaltando a importância do voto naquele momento.

Eia! Pernambucanos!!!

[...] às urnas, cidadãos! [...] não desviar um só voto, cidadãos eleitores. Levai às urnas esta chapa e a vitória será nossa. Será da liberdade!!!¹⁰⁹⁰

Concidadãos!

Empreguemos todas as armas, utilizemos-nos de todos os meios, acompanhemos o inimigo em todas as suas manobras, destruamos todos seus planos!

Não entreguem o glorioso Pernambuco nas mãos dos traidores e dos insensatos! Congregai todas as vossas atividades e sufragai as seguintes candidaturas, dignas de nosso apoio¹⁰⁹¹

*É tempo de afiar a espada da vingança
No rochedo imortal da vossa consciência
Oh! Povo! Para longe a torpe sonolência*

¹⁰⁸⁷ Jornal A Epoque, PE, 22-8-1890.

¹⁰⁸⁸ Jornal Novidades, RJ, 10-9-1890.

¹⁰⁸⁹ Jornal A Epoque, PE, 6-9-1890.

¹⁰⁹⁰ Jornal do Recife, PE, 7-9-1890.

¹⁰⁹¹ Jornal do Recife, 14-9-1890.

*E fazei do direito a ponta de uma lança!*¹⁰⁹²

Indicações semelhantes em prol de “salvar o futuro da República” também foi utilizado pelo *Clube Republicano de São Bento*¹⁰⁹³, bem como por abaixo-assinado promovido por moradores do bairro popular de Barra de Jangada¹⁰⁹⁴. Recebeu apoio direto do *CRP de Santo Antônio*, do *Congresso Artístico Pernambucano*¹⁰⁹⁵ e do *CRP da Boa Vista*¹⁰⁹⁶. Esta última agremiação, em publicação feita pelo seu órgão chamado *Pequeno Jornal*, congratulou Barão de Lucena pela tiragem recorde de 2000 exemplares, pois a eleição trazia “em si os ódios das lutas monárquicas, as traições dos caracteres inassimiláveis e o esquecimento das incompatibilidades morais”¹⁰⁹⁷. Em artigo assinado por “muitos eleitores” era “preciso enfraquecer-se a chapa do governo votando o eleitorado nos candidatos extra-chapa” onde encabeçava Martins Júnior, seguido de Joaquim Nabuco¹⁰⁹⁸. Curiosamente, Martins Júnior chegou a receber votos em Campina Grande (PB), com abaixo assinado publicado por Luíz de França Sodré, ao defender que declarava “de baixo de juramento” que a “mesa eleitoral falsificou a apuração das cédulas, escamoteando todos os votos dados aos drs. João Tavares, Martins Júnior e etc., para os candidatos do governo e publicou a sua fraude dando-lhes maioria de dez votos sobre os da oposição”¹⁰⁹⁹. A *União Acadêmica* apresentou-o como candidato ao senado, mesmo nem sequer tendo cogitado tal cargo¹¹⁰⁰. Esse, bem como os trechos acima, são um indicativo de que aquela eleição foi entendida como um exercício de cidadania *republicana* pelos eleitores.

O resultado final, entretanto, foi mais curioso: Martins Júnior e Joaquim Nabuco amargaram, juntos, as duas últimas posições respectivamente, numa eleição com mais de 50% de abstenção de votos¹¹⁰¹. Diversos abaixo-assinados de moradores contestaram o resultado do pleito. Cerca de 28¹¹⁰² eleitores de Tejipió¹¹⁰³ contestaram os votos divulgados, bem como os eleitores de Nossa Senhora da Conceição de Palmeira de Garanhuns e de Caruaru, respectivamente “...apresso-me em declarar ao mesmo Sr. José Mariano que deduza de sua votação 67 votos e bem assim os demais da chapa oficial, com exceção feita a Belarmino

¹⁰⁹² Jornal do Recife, PE, 19-8-1890.

¹⁰⁹³ Diário de Pernambuco, PE, 2-9-1890.

¹⁰⁹⁴ Diário de Pernambuco, PE, 11-9-1890.

¹⁰⁹⁵ Jornal A Epocha, PE, 22-8-1890. O voto operário se aproximou bastante dos bacharéis que tinham alguma ligação com as questões sociais antes da Proclamação. Cf. AZEVEDO, Felipe. *Op.Cit.*, p. 132.

¹⁰⁹⁶ Jornal A Epocha, PE, 28-8-1890.

¹⁰⁹⁷ Pequeno Jornal, PE, 13-9-1890.

¹⁰⁹⁸ Jornal do Recife, PE, 10-9-1890.

¹⁰⁹⁹ Jornal Gazeta do Sertão, PB, 19-9-1890.

¹¹⁰⁰ Jornal A Epocha, PE, 3-9-1890.

¹¹⁰¹ Jornal O Paíz, RJ, 17-9-1890.

¹¹⁰² Desses 28, apenas 2 teriam sido computados. Jornal Gazeta da Tarde, RJ, 30-9-1890.

¹¹⁰³ Jornal do Recife, PE, 17-9-1890.

Carneiro e Luiz de Andrade, em quem também votamos”¹¹⁰⁴ e “só assim e com a proteção oficial podiam ser eleitos certos candidatos que já estão mortos na consciência dos homens sérios”¹¹⁰⁵. Manoel Thyso Caluête Ribeiro, outro leitor de Caruaru, alegou que sua cédula foi lida com nome de José Mariano, mas “votei e continuo a votar desinteressadamente no Dr. Martins Júnior”¹¹⁰⁶. Em outro abaixo-assinado de 4 eleitores da cidade de Bezerros, os assinantes “na qualidade de republicanos não aderimos à chapa que consta José Mariano que não acreditamos ser republicano” tendo sido ameaçados de prisão pelo promotor ao protestar o voto lido falsamente¹¹⁰⁷. Em artigo comentando sobre os “republicanos escanteados”, o jornal *Diário de Notícias* (PA) refletiu que “a República está transformada em Saturno, a devorar seus próprios filhos” sendo Martins Júnior “um dos que foi jogado aos lobos”¹¹⁰⁸. Na visão de Costa Porto, Barão de Lucena conseguiu “conduzir com elevação” todo o processo e “pacificou o clima político” entregando Pernambuco onde “reinava paz e sossego”¹¹⁰⁹.

Auto-excluído da chapa nacional, a Martins Júnior lhe foi garantida a presidência do projeto constituinte estadual por ato de Albino Meira praticado ainda enquanto governador¹¹¹⁰. Na comissão nomeada estavam: Martins Júnior, Antônio Souza Pinto, José Faustino Porto, José Vicente Meira de Vasconcelos, João Barbalho Uchôa Cavalcanti e Adolpho Tácio da Costa Cirne¹¹¹¹. Entre o projeto pensado e entregue manuscrito para Barão de Lucena e a Constituição promulgada de 1891 há algumas mudanças que considero como verdadeiras derrotas para Martins Júnior e toda a comissão constituinte. Além de novamente ficarem Martins Júnior, Ambrósio Machado e Albino Meira de fora da chapa para o congresso estadual na eleição de 7 de março de 1891, os Históricos foram completamente alijados dos cargos eletivos¹¹¹². Apenas José Faustino Porto esteve presente na promulgação da Constituição do Estado de Pernambuco em 17 de junho de 1891, demonstrando o total alijamento do grupo de Martins do processo originário. Em segundo lugar, como 1º secretário da mesa constituinte, estava o braço-direito de José Mariano, redator-chefe de *A Província* – jornal que mais o antagonizava – José Maria de Albuquerque Melo. Mas quais foram os pontos principais retirados da versão final do projeto e que representam essa derrota? De forma a não alongar em demasia análises jurídicas,

¹¹⁰⁴ Jornal do Recife, PE, 27-9-1890.

¹¹⁰⁵ Jornal do Recife, PE, 18-9-1890.

¹¹⁰⁶ Jornal do Recife, PE, 17-9-1890.

¹¹⁰⁷ Jornal do Recife, PE, 26-9-1890.

¹¹⁰⁸ Jornal Diário de Notícias, PA, 5-9-1890.

¹¹⁰⁹ PORTO, Costa. *Op. Cit.* P.22-24.

¹¹¹⁰ Jornal do Recife, PE, 12-9-1890.

¹¹¹¹ Jornal O Cruzeiro, RJ, 17-5-1890.

¹¹¹² CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 88.

organizei abaixo os principais pontos de divergência que, do ponto de vista específico para esta tese, são mais relevantes:

Quadro 1- Mudanças entre o projeto inicial e o promulgado da Constituição do Estado de Pernambuco (1891)

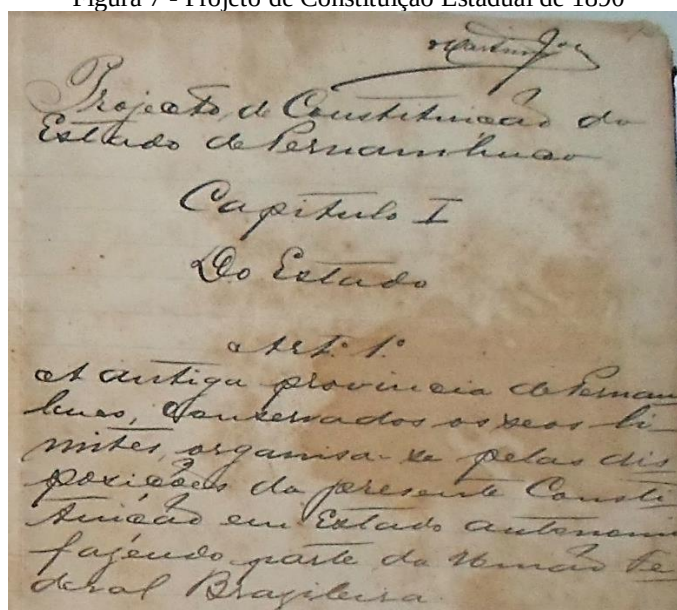
	PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS OBSERVADAS (apenas as diferenças são pontuadas)	
	PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 1890	CONSTITUIÇÃO PROMULGADA EM 17 DE JUNHO DE 1891
<i>Poder Legislativo</i>	Unicameral - 40 membros - Mandato 2 anos	Bicameral - Câmara (30 membros, 3 anos) e Senado (15 membros, 6 anos)
<i>Condições para ser deputado</i>	Brasileiro naturalizado há 4 anos	Brasileiro naturalizado há 3 anos
<i>Ensino Público</i>	Art. 32 §5 - "Promover o bem e progresso do Estado, das ciências, letras, artes e indústrias, dando ou subvencionando estabelecimentos de instrução livre e leiga em todos os seus graus, e gratuita no primário , garantindo por tempo limitado aos autores e inventores o direito ao exclusivo dos seus escritos e invenções úteis ao Estado, bem como concedendo privilégios vantajosos ao mesmo"	Art. 36 §5 - "Promover o bem e progresso do Estado, das ciências, letras, artes e indústrias, criando estabelecimentos de instrução normal, secundária, profissional ou técnica, fundando Academias ou Faculdades de Ciências , e bem assim, criando e mantendo concorrentemente com o Município escolas primárias, públicas ou particulares , garantindo por tempo limitado aos autores e inventores direito exclusivo dos seus escritos e invenções que forem úteis ao Estado, bem como concedendo privilégios vantajosos ao mesmo Estado"
<i>Força Pública</i>	Não há menção a qualquer "Milícia Cívica"	Art. 36 §7 - Inclusão da "Milícia Cívica" ¹¹¹³
<i>No impedimento do governador</i>	1º Vice-Governador ; 2º Presidente de Assembléia Legislativa ; 3º Presidente do Conselho Municipal da Capital	1º Vice-Governador ; 2º Presidente do Senado ; 3º Presidente da Câmara
<i>Requisitos de elegibilidade para governador</i>	Não há menção à idade	Art. 53 V - Ser maior de 35 anos
<i>Crime de Responsabilidade do Governador</i>	Art. 62: Tribunal misto - 10 deputados + 10 juizes mais antigos do Estado	Art. 69: Acusação deve ser iniciada na Câmara, acatada pelo Senado e encaminhado para o Superior Tribunal: Tribunal exclusivo por 20 juizes mais antigos do Estado
<i>Sobre a nomeação dos Juizes de Direito</i>	Art. 73 - "Os juizes provisores serão nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal dentre os bacharéis e doutores em Direito que tiverem sido aprovados em exame público de Direito Pátrio Positivo e prática do processo"	Art. 79 - Os juizes de Direito serão nomeados pelo Governador dentre os indicados pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça em uma lista não excedente de 15 nomes. Único - Farão parte desta lista os doutores ou bacharéis em direito pelas Faculdades dos Estados Unidos do Brasil, aprovados em concurso ou exame oral e escrito de jurisprudência, teoria e prática do processo , feito na sede do Estado perante uma comissão de cinco membros, nomeados pelo Governador dentre lentes da Faculdade de Direito, advogados do fôro e juizes do Superior Tribunal de Justiça
<i>Conselhos Municipais</i>	20 membros (Capital); 15 membros (Cidades); 10 membros (Vilas)	15 membros (Capital); 9 membros (Cidades); 5 membros (Vilas)

¹¹¹³ As milícias cívicas sob responsabilidade dos municípios foram um completo desastre, tanto financeiro quanto político entre as disputas de elite local. Durou apenas um ano. Cf. MARIA, Clarisse Nunes. **Policiados:** controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (1865-1915). Tese. Doutorado em História, PPGH-UFPE, 2001, p.104.

<i>Eleitores</i>	Estrangeiros poderão votar para Conselho Municipal se residente há 5 anos	Estrangeiros poderão votar para Conselho Municipal se residente há 3 anos
<i>Duração da sessão anual do Conselho</i>	2 reuniões anuais, com no máximo 30 dias cada	5 reuniões anuais, com duração fixada por regulamento
<i>Educação Primária Municipal</i>	Art. 98 IX - "Estabelecimentos de beneficência pública, escolas de qualquer grau, contando que seja gratuito e leigo o ensino, ficando garantido aos cidadãos o direito de ensinar, independente de licença"	Art.95 VIII - "Estabelecimentos de beneficência pública, escolas de qualquer grau, sendo o ensino primário gratuito e ficando à cargo da municipalidade. É garantido aos cidadãos o direito de ensinar, independente de licença"
<i>Incompatibilidade de cargos com familiares no Conselho</i>	Art. 103 - Avô, pai, filhos, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos	Art. 101 - Avô, pai, filhos, genro , irmãos, cunhados
<i>Executivo Municipal</i>	Prefeitos - remuneração por percentual deliberado pelo Conselho Municipal	Prefeitos e Sub-Prefeitos - Remuneração por percentual ou ordenado fixo deliberado pelo Conselho Municipal
<i>Incompatibilidade de cargos com familiares de Juizes de Direito</i>	Art. 114 - Avô, pai, filhos, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos	Art. 113 - Avô, pai, filhos, genro , irmãos, cunhados
<i>Liberdade de Imprensa</i>	Art. 130 § 6º Livre manifestação de pensamento na imprensa ou tribuna. Mas deverá responder em caso de abuso.	Art. 129 § 6º Livre manifestação de pensamento na imprensa ou tribuna. Mas deverá responder em caso de abuso. Abolição do anonimato na Imprensa.

Fontes: Constituição Política do Estado de Pernambuco promulgada em 17 de junho de 1891. A Constituição federal e as constituições dos estados da república do Brasil: precedida aquella de uma parte histórica e acompanhada de alguns decretos posteriores. Pelotas : Porto Alegre : Echenique & Irmão ; Liv. Universal, 1895-1896. P.361-388; MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. *Projeto manuscrito pela Comissão Constituinte do Estado de Pernambuco*. Série Documentos Avulsos. Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1890.

Figura 7 - Projeto de Constituição Estadual de 1890



Fonte: MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. *Projeto manuscrito pela Comissão Constituinte do Estado de Pernambuco*. Série Documentos Avulsos. Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1890. P.1.

Todas as páginas do projeto são assinadas por Martins Júnior no alto do canto direito que corresponde com a sua caligrafia em todo o documento.

Com uma Constituinte fechada, sem oposição e uma rápida discussão, a Constituição aprovada em 17 de junho de 1891 pelo Congresso Estadual não deixou espaço para questionamentos¹¹¹⁴. As modificações apresentadas permitem fazer algumas conclusões: 1) A criação do Senado Estadual dá maior poder a essa casa legislativa, retirando da Câmara, único espaço possível de atuação para Martins Júnior por limitações de idade (35 anos, ele tinha 29); 2) Há um processo de facilitação da participação estrangeira na política; 3) O desaparecimento da laicidade do Ensino; 4) Formação de Milícia Cívica, recrudescimento policial; 5) Maior concentração do poder local¹¹¹⁵ e afrouxamento do ‘nepotismo’; 6) Retirada das características positivistas que, apesar de suaves, identificavam a orientação do seu criador: ensino leigo, científico e positivo. Além dessas mudanças, a Constituição promulgada em 1891 trouxe ao poder judiciário ligação direta com o poder municipal, sem comprovação de títulos e prática profissional. Discordava das eleições indiretas para governador caso o mandato não concluísse 3 anos – o que excluía do processo o direito da população de escolher, bem como abria chance para que fosse nomeado um chefe do executivo que não estivesse no estado, como Barão de Lucena. “A forma de governo, apesar de adotar um sistema representativo, falseava o voto e dava ao executivo uma preponderância capaz de nulificar os outros poderes. A constituição lançada foi comparada a um ato ditatorial”¹¹¹⁶.

Há duas modificações que diretamente afetaram Martins Júnior. Contanto à época com 29 anos de idade, a definição da idade mínima para 35 anos feita para o Senado e a governadoria, não existindo no projeto previamente escrito por ele, era uma definição bem específica. Em análise das constituições dos outros estados, é possível perceber que a idade mínima de 35 anos não era unânime, nem mesmo a maioria, dos critérios de elegibilidade. A idade mais comum era de 30 anos (RS, PI, CE, AM, PA, PB, SE, BA, ES, GO, MT) seguido pelos 35 anos (SP, MG, RJ, RN, AL, PR, PE) com as exceções de Santa Catarina (25 anos) e o Maranhão, que não atribuiu idade mínima¹¹¹⁷. Dos 20 estados, 4 fizeram modificações na idade mínima com o governo de Floriano Peixoto em 1892: Rio de Janeiro (de 35 para 30 anos), Maranhão (estabeleceu 30 anos), Espírito Santo (De 30 para 25 anos) e Paraná (de 35 anos para 30 anos),

¹¹¹⁴ AMORIM, Tânia Maria Soares de. **O Alvorecer da república em Pernambuco**: a atuação do poder constituinte estadual no processo de formação do estado republicano brasileiro (1889-1891). 1994. 138f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994, p.103-4.

¹¹¹⁵ O fortalecimento dos municípios foi uma característica em todas as constituições estaduais e federal em 1891. Cf. LESSA, Renato. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1987, p.65.

¹¹¹⁶ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 92.

¹¹¹⁷ Uma curiosidade é que apenas o Ceará e o Pará exigiam que o governador fosse nascido na terra, ou seja, cearense e paraense, como critério de elegibilidade. Todos os outros estados tinham como critério ser brasileiro nato.

o que mantinha Pernambuco com São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Alagoas como os únicos estados a manter a idade de 35 anos¹¹¹⁸. Com a aprovação e manutenção deste artigo pelo congresso pernambucano, as chances de tentar a governança imediata, bem como fazer parte do senado, entre 1891 e 1896 foram retiradas. Sem grandes surpresas, Barão de Lucena é eleito governador indiretamente pelo Congresso Estadual, mas sendo ministro de governo, abre mão do cargo em favor de Correia da Silva, tendo como vice o Barão de Contendas. A indagação da historiadora Tânia Amorim ressoa, portanto, bastante pertinente

Se a Constituição Estadual já fora promulgada por decreto pelo governador; se os representantes constituintes foram eleitos através de uma coligação situacionista patrocinada pelo Barão de Lucena e se os trabalhos constituintes se iniciassem em maio de 1891 e a promulgação da Constituição Estadual fossem em junho, o que se poderia esperar do Poder Constituinte Estadual?¹¹¹⁹

A outra modificação se refere ao acesso ao poder legislativo. Pela tabela acima é possível perceber que na versão final da Constituição o governador tinha tanto o poder de controlar os exames admissionais para os cargos do judiciário (escolhendo os membros da mesa que lhe conviessem), como podia escolher, dentre os aprovados, qual seria nomeado, sem obrigação de seguir a ordem de classificação. Tudo isso dava ao governador larga vantagem em um possível processo por crime de responsabilidade, tendo em vista que seu controle sobre a justiça – bem como a retirada de deputados do tribunal especial – era completo sobre o próprio processo. Estando em lugar de oposição, Martins Júnior passou a ter ainda menos espaços de atuação possíveis dentro do governo. Era-lhe negado o senado, a governança e a justiça simultaneamente. Nas palavras do historiador Henrique Cavalcanti, é possível fazer a ligação entre esse “fechamento” das vias possíveis com o uso de “manobras políticas drásticas” a partir daquele momento

De forma geral, poucos dos republicanos tinham contato com a classe senhorial, seu chefe, com apenas 29 anos de idade, ainda era visto como um homem muito pretencioso [...] restou-lhes apenas utilizar manobras políticas drásticas e desgastantes na tentativa de impedir a ocupação dos cargos políticos por antigos liberais e conservadores¹¹²⁰

¹¹¹⁸ Em 1892 Martins Júnior será o deputado com o maior número de votos no Estado: 16 mil.

¹¹¹⁹ AMORIM, Tânia. *Op.Cit.*, p.106.

¹¹²⁰ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.67.

Análise muito semelhante pode ser encontrada em Robert Levine

...a entrega da liderança a esse diletante de vinte e nove anos de idade seria fatal ao partido [...] o Partido Republicano de Pernambuco dificilmente poderia representar a elite governante; só uns poucos dos seus membros tinham contato com a aristocracia agrária, grupo que não sabia o que fazer com eles e muito menos com seu novo chefe, descartado logo, desdenhosamente, como um peralvilho¹¹²¹

5.3 RETORNO À OPOSIÇÃO

Afastado dos círculos decisórios do governo do Estado, Martins Júnior retornou à atividade jornalística e literária com mais evidência, visto que era seu campo de batalha desde a propaganda no Império. Com a chegada de Correia da Silva ao governo do Estado e, sendo este, de ligação política com José Mariano, precisou se reinventar como oposição. Participou do jornal *Tiradentes* (1890)¹¹²², fundou associação para “engrandecimento das letras pátrias” no *Gabinete Português de Leitura*¹¹²³, bem como se tornou membro da comissão de redação o *Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano* em 1892. Tornou-se o redator principal de *A República* em 1890¹¹²⁴, assumiu a direção do *Gazeta da Tarde* em 1891, redator-chefe do *Jornal do Recife*, bem como da *Revista do Norte* no mesmo ano. É interessante destacar que no mesmo dia em que assume a direção do *Jornal do Recife*, Martins Júnior declarou publicamente sua oposição¹¹²⁵, através de um dos periódicos mais importantes do Estado naquele momento. A partir daí os ataques mais acentuados pela imprensa pró-Mariano contra a diretoria dos históricos vêm à tona, como no número único de *O Contrabando*, cujo título já evidencia o ataque ao grupo

¹¹²¹ LEVINE, Robert. *Op.Cit.*, p.124.

¹¹²² Em sua participação, trás para Pernambuco a antecedência da República, “pela boca do Bernardo Vieira de Melo que a gritou em 1710” ressaltando, como era de costume por essa geração, a vanguarda nortista para o novo regime. *Jornal Tiradentes*, RJ, 1890. Em artigo publicado dois anos depois, mantém sua postura regionalizada “*Ao precursor, em nome de Pernambuco que, pela boca do Bernardo Vieira de Melo quis a República em 1710 e que pela espada de Domingos Teotônio fez a República em 1817; em nome da terra que em 1824 sonhou com a República do Equador e que em 1848 contra o poder pessoal irresponsável do 2º Pedro – eu te evoco e glorifico a memória, ó grande legendário precursor do novo regime!*”. *Jornal A República*, SC, 21-4-1892. No primeiro ano de aniversário da República, Martins Júnior discursou na sede do Clube Republicano de Olinda na inauguração da estátua de mármore à Bernardo Vieira de Melo, reforçando o sentimento vanguardista de Pernambuco. *Jornal do Recife*, 7-11-1890.

¹¹²³ Era uma contraproposta nortista às pretensões de uma Academia Brasileira de Letras que, liderada por Machado de Assis, marginalizava este lado do país. Contavam com: Martins Júnior, Arthur Orlando, Eduardo Carvalho, Thiago da Fonseca e Clóvis Beviláqua como seus fundadores. *Jornal do Recife*, PE, 29-6-1890.

¹¹²⁴ Órgão sob direção de Raymundo Pontes de Miranda. Redatores principais: Martins Júnior, Arthur Orlando, João de Oliveira, Acauan Ribeiro e Manoel Viana. *Jornal A Epocha*, PE, 27-6-1890.

¹¹²⁵ Após sua declaração, ficou como redator-chefe do jornal até setembro de 1892, quando se torna totalmente contrário a Barbosa Lima. MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, p.196.

O chefe dos violões, o cidadão Martins Júnior, é um bilontra de força, cara dura de natureza. Ângelo Tavares, nomeado para o tesouro, defraudador de bens de órfãos. Pedro Pessoa, deflorador de meninas e lá está na cadeia pagando os seus crimes; o delegado do 1º distrito contrabandista, e todos eles uns réus de polícia que deviam estar em Fernando de Noronha quebrando pedras¹¹²⁶

Jornais marianistas passaram ao ataque aberto. *A Lanterna Mágica* – que na propaganda era republicana e aliada – fez matéria irônica com uma suposta chapa para senadores e explicou que “o dr. Martins Júnior não entrou na nossa chapa porque mandou pedir para não falarmos dele”¹¹²⁷. Em uma acusação de que teria “roubado dos órfãos” de Maciel Pinheiro as apólices de venda da Tipografia de *O Norte*, rebateu que o “negócio que tem sido explorado pela maledicência covarde e anônima de meia dúzia de indivíduos que eu tenho a felicidade de contar como desafetos” explicando que tudo foi acertado diretamente com a família e que “resta-me somente desejar aos meus miserandos caluniadores que sejam de outra vez mais felizes na sua querida campanha difamatória”¹¹²⁸. Já por ocasião das comemorações do 1º aniversário de República, deram felicitações “por sua ausência” e da sua “guarda negra de estudantes vadios e peraltas, sua eterna garotice”¹¹²⁹. Posições semelhantes também são encontradas nos jornais da Capital Federal, como em *A Tribuna*, jornal monarquista, em artigo anônimo assinado por Timon, “em Pernambuco o dismantelo da igreja do Sr. Martins Júnior é visível, e o sr. Lucena acabará de arrasar os alicerces do pagode daqueles adoráveis boêmios”¹¹³⁰. Em razão das mudanças, Symphronio Souto de Menezes, juiz demitido da comarca de Alemquer, expediu carta em que explicava “...ainda estou ao lado do grande patriota Martins Júnior, que na República continua a procurar a República”¹¹³¹.

A situação ficou tensa quando as festas de comemoração do 1º ano da República foram negadas de acontecer no Teatro de Santa Isabel. Com as ações de impedimento às comemorações à República, em artigo sugestivo intitulado **Haverá conspiração contra a República?** O *Jornal do Recife* denunciou que o alferes Miguel Archanjo Baptista havia sido transferido para a Capital por ter feito parte da comissão que pediu o Teatro de Santa Isabel para as conferências, e todos os cadetes que fizessem parte da manifestação de despedida foram ameaçados de prisão no Forte do Buraco¹¹³². Impedidos de fazer a festa nos espaços

¹¹²⁶ Jornal O Contrabando, PE, 1890, número único.

¹¹²⁷ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 1890.

¹¹²⁸ Jornal do Recife, PE, 9-10-1890.

¹¹²⁹ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 1890, nº309. Ainda hoje os historiadores repetem a informação de que os republicanos históricos “se resumiam a bacharéis”, como Felipe Azevedo, que se baseou nas obras de Robert Levine e Marc Jay Hoffnagel. Cf. AZEVEDO, Felipe. *Op.Cit.*, p.80.

¹¹³⁰ Jornal A Tribuna, PE, 28-7-1890.

¹¹³¹ Jornal O Democrata, PA, 11-11-1890.

¹¹³² Jornal do Recife, PE, 13-12-1890.

tradicionais, os Históricos buscaram outro espaço: o bairro da Madalena. Como um dos eventos mais conhecidos desta rixa, em que aclamações ao chefe histórico teria desagradado Mariano¹¹³³, o episódio conhecido como **Assalto da Quermesse da Madalena**, foi um acontecimento que trouxe à tona a discussão sobre a propaganda republicana dentro da República. Por ser a combinação de dois eventos – 1º ano de República e aniversário de 30 anos de Martins Júnior¹¹³⁴ – o Partido Republicano organizou uma quermesse popular no bairro da Madalena, onde seriam distribuídas prendas gratuitas aos pobres, com discursos de Martins Júnior e Cosme de Sá. O evento todo foi pensado para durar dois dias, com preparações que varreram várias madrugadas. Muitas quermesses de comércio, sacos de café da Capital, construção de barracas e bandas de música. Todo o evento foi pensado para ser ao mesmo tempo político e recreativo.

Porém, durante a distribuição das prendas, formou-se um tumulto generalizado, em que pessoas foram pisoteadas e barracas quebradas, ao que veio se descobrir – posteriormente – ter o envolvimento de “pessoas” de José Mariano¹¹³⁵. Tendo chegado junto com o governador – fato que, por si só, já era de provocação – teriam surgido vivas a Martins Júnior e “pateadas” contra O Cabeleira (José Mariano)¹¹³⁶. No segundo dia de evento, a banda de música foi proibida de sair e o governador Correia da Silva negou policiamento ao local¹¹³⁷. Como, no dia anterior, já circulavam boatos de que José Mariano e José Maria iam mandar botar a baixo a quermesse com número acentuado de gente “suspeita” vinda de outros bairros, muitas senhoras evitaram ir. A quermesse de distribuição de prendas foi assaltada, onde estava presente o Vicente de Cysneiros, que reagiu sacando seu revólver, mas foi golpeado. Com a chegada da polícia – a mando do governador – ao invés de ajudar a diminuir o caos, Vicente foi repetidamente espancado pela polícia. Os bondes que chegaram à Madalena, por sua vez, trouxeram ainda mais gente¹¹³⁸. O evento terminou em briga, principalmente pela afronta que aquilo causava ao acontecer no aniversário de 30 anos de Martins Júnior “que lutava pela pátria desde 1875”¹¹³⁹. Uma das falas polêmicas em torno desse acontecimento foi publicado pelo relato deixado por Vicente de Cysneiros Cavalcanti no *Jornal do Recife* que, tendo sido

¹¹³³ O único jornal da capital que não comentou o caso foi, justamente, o órgão marianista, *A Província*. Pequeno Jornal, PE, 24-11-1890.

¹¹³⁴ A data foi comemorada com muitas manifestações de apoio. A Livraria Francesa, uma das mais prestigiadas de Recife, expôs na sua vitrine cartão em prata dedicado à Martins Júnior. *Jornal do Recife*, PE, 27-5-1890.

¹¹³⁵ *Jornal Diário do Comércio*, RJ, 27-11-1890.

¹¹³⁶ OZANAM, Israel. *Op.Cit.*, p.49.

¹¹³⁷ Pequeno Jornal, PE, 24-11-1890.

¹¹³⁸ *Jornal do Recife*, PE, 20-11-1890.

¹¹³⁹ Pequeno Jornal, PE, 24-11-1890.

espancado pela polícia e pelos “homens” de Mariano, comenta sobre o discurso de Martins Júnior

...chamada a atenção dos infelizes desfavorecidos da fortuna ali presentes, mostrando-lhes que aquela festa fora a primeira naquele gênero e que sem dúvida alguma seria seguida de outras e que aqueles pobres deviam bemdizer a República, cujo governo haveria de cuidar da sua sorte [...] Quando o Dr. Martins Júnior terminou as palavras a que me refiro, um viva, partido não só do povo, como dos infelizes que iam ser socorridos, troou os ares. Aquele espetáculo comoveu bastante e eu me orgulhei de ser republicano¹¹⁴⁰

Figura 8 - O Bôdo da Madalena, vulgo Suvacada (1890)



Fonte: A Lanterna Mágica, 20 de novembro de 1890.

Lê-se: “Drama chinfrim em dois actos representado pelo Duprat e seu club para comemorar o aniversário da chefia de polícia do Chefíssimo de pulha... Apotheose do Drama: O Chefíssimo pula o muro do Barroca e cai dentro do mangue. Ainda uma vez atola-se”

Na charge acima *A Lanterna Mágica* – jornal que o ridicularizava abertamente com palavras de baixo calão – é retratado o evento como uma “confusão” em que Martins Júnior teria fugido covardemente. Na edição sobre a Quermesse, ou como chamaram, **A Suvacada**, o periódico atribui ao *Chefíssimo* (termo irônico que identificava Martins), toda a culpa do ocorrido, pois “provocou” isso a si mesmo. Disparam vários insultos: “eternos idealistas do mal, eternos visionários da desgraça da pátria”; “Quando o Chefíssimo fala é tal qual como o papa. Deus pode errar, e errou fazendo dele gente. Deus pode errar, ele não”; “Só ele, ele o Chefíssimo fica

¹¹⁴⁰ Jornal do Recife, PE, 20-11-1890

de pé, porque nem a morte o quer”; “É verdade que sem gente já anda ele, porque estudante nem é gente”; “Só morre o que tem vida e as múmias não vivem”. E terminam a edição com uma quadra poética chamada *O Bodô*

*No meio desta balburdia
Há faniquitos em cena
Pau, insultos, bebedeira,
Foi assim – desta maneira
A violência borracheira
O Bodô da Madalena¹¹⁴¹*

Na Corte seu prestígio como liderança histórica republicana lhe garantia alguns artigos de defesa, longe da influência de José Mariano. Com a sua situação excludente em Pernambuco, surgiram rumores de que o Generalíssimo o cogitava para formação de um “hipotético” novo gabinete, visto que o primeiro já detinha muitas críticas e havia rumores de desintegração. Em matéria publicada tanto no *Jornal do Commercio* como no *Diário de Notícias*, o artigo **Dr. Martins Júnior** citou sua possível indicação como Ministro da Instrução por Deodoro, ressaltando, sempre, a importância da sua ação de propaganda, na época argumento forte em razão das críticas que o Marechal recebia por inclinar-se aos antigos monarquistas

[...] [Martins Júnior] levou uma vida inteira de ostracismo no regime imperial [foi] perseguido e acossado por liberais e conservadores [...] foi o nome de guerra que deu batalha, venceu e plantou na mocidade as ideias restauradoras das crenças científicas da humanidade [...] eletrizava o auditório nas conferências abolicionistas [e era] conhecedor de todas as modalidades de filosofia, com espírito profundamente saturado das sistematizações científicas, ele dispõe de todos os elementos para bem dirigir qualquer das secretarias de Estado, imprimindo a essa direção um cunho moderno e profundamente democrático. Ao Generalíssimo recomendamos o nome do benemérito pernambucano. Viva a República¹¹⁴²

Quando o general Deodoro nomeou Barão de Lucena para chefiar o novo governo, a recepção foi muito mal recebida pelos propagandistas históricos no país¹¹⁴³. Martins Júnior retirou-se do cargo de fiscal do Banco Emissor de Pernambuco¹¹⁴⁴, principalmente por sua incompatibilidade com o novo gabinete, bem como para se dedicar com mais afinco às suas demandas pessoais e partidárias: sua primeira esposa, Elisa, faleceu de complicações no parto em 5 de dezembro de 1890 junto com a filha do casal¹¹⁴⁵, aprofundando sua já conhecida “depressão”. Desiludido com as divergências internas do PRPE, passou a reestruturar a organização, buscando novas alianças e o fortalecimento do partido, seriamente abalado durante

¹¹⁴¹ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 20-11-1890.

¹¹⁴² Jornal do Commercio, RJ, 23-10-1890.

¹¹⁴³ CAVALCANTI, Henrique. *Op.Cit.*, p.53.

¹¹⁴⁴ Jornal O Cearense, CE, 24-2-1891.

¹¹⁴⁵ O falecimento de Elisa Martins levou a uma marcha fúnebre que reuniu milhares de pessoas. Jornal O Cearense, CE, 14-10-1890.

o governo de Barão de Lucena e a questão da Chapa Constituinte. O *Novo Partido Republicano de Pernambuco*¹¹⁴⁶ foi reconfigurado em 17 de maio 1891 como organização oposicionista e mais “aguerrida” no processo de tomada de poder¹¹⁴⁷. O objetivo era focar nas próximas eleições e “participar de tudo” que a oposição fizesse contra o Gabinete Lucena¹¹⁴⁸. Em 7 de março de 1891 lançaram a “chapa oposicionista” – Martins Júnior, Ambrósio Machado e Albino Meira - para a primeira eleição republicana do Congresso Estadual, cujo projeto de constituição, como vimos, foi pensado e formulado por Martins Junior, mas derrotado em pontos estratégicos. Entretanto, mesmo com a reformulação, os jornais indicam que a disputa interna ainda permanecia. O *Binóculo* chegou a afirmar que boa parte do diretório do novo partido não apoiou a chapa e que “pelos nossos campos históricos desde o 15 de novembro, parece que paira o espírito sinistro de um desfazedor de merendas e daí tudo isto e tudo mais que há de se suceder em nosso meio”¹¹⁴⁹.

Como líder da oposição, novamente Martins Júnior vai se articular para fora de Pernambuco em busca de apoio político. Recebeu e ofertou lunch receptivo a João Cordeiro, Clóvis Beviláqua e alunos da Escola Militar do Ceará¹¹⁵⁰. Em viagem para a Capital, foi acompanhado do líder potiguar Pedro Velho e Almeida Barreto¹¹⁵¹. É recepcionado em Alagoas, tendo abertura para discursar no Congresso Estadual sob amplo apoio local, em 1 junho de 1891¹¹⁵². Recebe também apoio dos estudantes pernambucanos na Escola Militar do Rio de Janeiro¹¹⁵³. É por conta da sua visita à Corte em busca de novas articulações com o segundo gabinete de Deodoro que surgem, mais uma vez, especulações e indicações do seu nome para o provável Ministério da Instrução Pública. Em três artigos diferentes, encontramos essas sugestões (com nomes de republicanos ‘históricos’ e, em sua maior parte, ligados ao positivismo) como uma forma de “salvar” o governo republicano.

Ao Generalíssimo,
Ministério Salvador

Martinho Prado Júnior – Fazenda
Martins Júnior – Instrução Pública
Assis Brasil – Interior
Nicolau Moreira – Agricultura

¹¹⁴⁶ A nova diretoria seria: Martins Júnior, como presidente. Ambrósio Machado, Ribeiro de Brito, Armínio Coriolano Tavares dos Santos e Antônio da Cunha Ferreira Baltar. *Jornal Gazeta da Tarde*, RJ, 19-8-1891.

¹¹⁴⁷ *The Rio News*, RJ, 26-5-1891.

¹¹⁴⁸ *Jornal Cruzeiro do Norte*, AL, 26-8-1891.

¹¹⁴⁹ *Jornal O Binóculo*, PE, 14-9-1891.

¹¹⁵⁰ *Jornal Cruzeiro do Norte*, AL, 15-4-1891.

¹¹⁵¹ *Jornal Cruzeiro do Norte*, AL, [dia mutilado] junho de 1891. Nº56.

¹¹⁵² *Jornal A República*, RN, 13-6-1891.

¹¹⁵³ *Jornal A República*, RN, 27-6-1891.

Silva Jardim – Exterior
 Magalhães Castro – Justiça
 Coronel Bento Fernandes – Guerra
 Frederico Lorena – Marinha

Comércio, Lavoura e Indústria¹¹⁵⁴

Ao Sr. Presidente da República,

Quereis salvar o Brasil e com especialidade a República? Aconselhai os vossos ministros que peçam demissão. Bem vedes que estão contra a vontade do povo e não compreendeis o que querem dizer todos os atos deles? Que só procuram desmoralizar-vos, a vós e a República? Em tudo se vê um plano, qual será? Qualquer compreende, mesmo aqueles que não têm a menor instrução. É tempo ainda, mandai-os tratar de outra vida que não seja governar com moldes republicanos, enquanto não for eleito outro presidente que seja um verdadeiro republicano. O único ministério que deve governar até essa data é o seguinte:

Fazenda – Ferreira de Araújo
 Interior – Lopes Trovão
 Exterior – Assis Brasil
 Instrução – Martins Júnior
 Justiça – Sampaio Ferraz
 Obras Públicas – Dr. Frentin
 Guerra – Coronel Solon
 Marinha – Custódio de Mello

Ass. José Antônio Dias de Miranda¹¹⁵⁵

Gabinete Salvador

Foster Vidal
 Falcão da Frota
 Justo Chermont
 Nicolau Moreira
 Martins Júnior
 Albino Meira
 Ramiro Baceiros
 Silva Jardim¹¹⁵⁶

Em seu retorno à Pernambuco, assumiu publicamente sua oposição ao novo gabinete ministerial de Deodoro, liderado pelo já desafeto, Barão de Lucena, em discurso público em 31 de julho de 1891¹¹⁵⁷. Sendo congratulado como “verdadeiro” republicano – por não se sujeitar às mudanças promovidas por Deodoro – o *Jornal de Notícias* (BA) exclamou que

...excomungaram-no, então, porque ele era dos aptos a protestar contra reduzir-se à tavalagem de privilégios o templo da República. Aos olhos do sindicato deodorista ele é hoje um suspeito. Cumprimento-lo afetuosamente por este fato, indicativo de que o Dr. Martins Júnior é ainda dos que tem a bater-se pela verdadeira República¹¹⁵⁸.

A ascensão de Henrique Pereira de Lucena ao governo central estabeleceu, concretamente, a impossibilidade de retorno dos Históricos ao poder, relegando-os à marginalização e,

¹¹⁵⁴ Jornal do Commercio, RJ, 23-4-1891

¹¹⁵⁵ Jornal do Commercio, RJ, 25-4-1891

¹¹⁵⁶ Jornal do Commercio, RJ, 22-6-1891

¹¹⁵⁷ The Rio News, RJ, 4-8-1891.

¹¹⁵⁸ Jornal de Notícias, BA, 2-6-1891.

diretamente, fortalecendo José Mariano na política estadual. Uma das diretrizes principais – não apenas em Pernambuco, mas a nível nacional – passou a ser a defesa da República dentro da própria República: o início da efervescência que se aprofundou com Floriano Peixoto. Martins Júnior, já reconhecido como um “verdadeiro” republicano neste quadro, passou a agir como uma “cruzada” antimonarquista. Ainda que seja simplório demais antepor monarquistas vs. Republicanos, o *discurso de oposição* e, principalmente, de defesa da ‘verdadeira’ República foi uma estratégia abrangente e muito influenciadora das decisões tomadas. Barão de Lucena e José Mariano eram, apesar de suas complexidades políticas, interpretados e ‘julgados’ como monarquistas escondidos. A sensação foi ainda mais gritante quando as comemorações ao 1º ano de República foram impedidas de acontecer no Teatro de Santa Isabel, levando ao ataque da quermesse da Madalena citado acima, o que foi classificado como “mesquinhez da paixão anti-republicana”¹¹⁵⁹. Esse sentimento “cruzadista” não se restringiu a Pernambuco. Em artigo indignado de um jornal baiano sobre um meeting ‘sanguinário’ ocorrido no Pará, brada sobre a liberdade de reunião destacando que “é por isso que os propagandistas mais puros, como Martins Júnior, são obrigados a soltar com profundo pesar este brado doloroso: isto não é a República”¹¹⁶⁰. No poema ‘Lategas’ publicado no jornal *A Cruzada* (MA) – o título do jornal, por si só, é curioso – é perceptível a construção desse discurso ‘cruzadista’ em nome da uma ‘verdadeira’ republica. Cito um trecho

[...]

*Mártires novos, de hoje,
Da República foragidos,
Graças à fúria invasora
Dos farcistas e bandidos;*

*Perfeitos representantes
Da república perfeita
Que sofreis, vendo os ultrajes
A que a pátria se sujeita;*

*Pernambucanos sinceros
De leais convicções
Que não se bandeiam, nunca
Nem convivem com ladrões;*

*Decididos democratas
- Republicanos – enfim,
Que compreendeis o ideal
Do gênio Silva Jardim*

Depositários fiéis

¹¹⁵⁹ Jornal do Recife, PE, 14-11-1890.

¹¹⁶⁰ Pequeno Jornal, BA, 16-5-1891.

*Do bom nome brasileiro
Que guardais a herança honrosa
Do nosso Maciel Pinheiro*

*Conscienciosos políticos
Que obedeceis fielmente
De Martins Júnior ao mando
- Digno chefe iminente
[...]¹¹⁶¹*

No jornal *Sentinela da República* circulante neste período escrito por João de Oliveira, o artigo **O Dever Republicano** ressalta que era “necessário voltar a fazer propaganda da República, como Silva Jardim, Martins Júnior, Rangel Pestana e Demétrio Ribeiro”¹¹⁶². Algo semelhante foi dito pelo órgão paraense, *O Democrata*, ao avaliarem que “Aristides Lobo, Silva Jardim, Lopes Trovão, Martins Júnior desconhecem a própria obra”¹¹⁶³. Com a ‘nova’ orientação do governo Estadual, ainda pautada pelo Barão de Lucena, agora como Ministro, o governador Correia da Silva estabeleceu eleições para conselhos municipais e prefeitos: *a primeira eleição republicana para cargos em Pernambuco*. O pior pesadelo possível para os Históricos, em especial Martins Júnior, aconteceu: José Mariano foi eleito Prefeito de Recife, em 30 de setembro de 1891. Ainda que tivessem sido capazes de eleger muitos suplentes para os cargos de prefeitura, a quadríplice barreira – Marechal Deodoro (Governo Federal), Barão de Lucena (Gabinete), Correia da Silva (Governo Estadual) e Mariano (Capital de Pernambuco) – bem como o difícil acesso aos cargos do judiciário previstos na Constituição, representava o completo fechamento dos campos políticos possíveis a Martins Júnior e o PRPE. Estando no comando do governo federal e estando diretamente ligado ao governo de Pernambuco, Barão de Lucena passou a retirar toda a oposição à Deodoro, até mesmo da Constituinte, promovendo uma verdadeira guinada de retorno às antigas lideranças imperiais Brasil a fora¹¹⁶⁴. A partir de então, o governo do General era conhecido como “Ministério dos Áulicos” com apenas um republicano ‘legítimo’: Justo Chermont, na pasta do Exterior.¹¹⁶⁵

No final de 1890, após os eventos acima expostos, o *Diário de Notícias* (RJ) indicou que *A Província* (PE) começou a fazer ameaças contra Martins Júnior e que aquilo estava deixando “o povo inquieto”¹¹⁶⁶. Em artigo anônimo no *Jornal do Recife*, o periódico demonstrou a tensão: “evidentemente o Dr. Martins Júnior é um pesadelo para o ídolo do povo, e qualquer

¹¹⁶¹ Jornal A Cruzada, MA, 11-8-1891.

¹¹⁶² Jornal Sentinela da República, PE, 1891, número único.

¹¹⁶³ Jornal O Democrata, PA, 15-11-1891.

¹¹⁶⁴ LESSA, Renato. *Op.Cit.*, p.67.

¹¹⁶⁵ SAES, Guilherme Azevedo Marques. *Op. Cit.*, p.71.

¹¹⁶⁶ Jornal do Recife, PE, 4-12-1890

manifestação de apreço que ele receba tira-lhe o sono e o sizo”¹¹⁶⁷. O desgaste político entre os grupos tornou o ano de 1891 extremamente tenso e conturbado. Na imprensa, essas disputas eram demonstradas como no editorial de *O Fantoche* quando afirmou que “não irá se curvar à Martins, nem a José Maria, nem a Correia da Silva”¹¹⁶⁸. Mas nem todos os jornais eram “neutros”, principalmente os que apoiavam o atual Prefeito do Recife, José Mariano, como *A Lanterna Mágica*, em que acusa o *Jornal do Recife*, sob direção de Martins Júnior, de ser “um ninho definitivo de quantos animais daninhos existem no nosso mercado político, desde a onça feroz, a cascavel venenosa até o ínfimo roedor”¹¹⁶⁹.

Em artigo anônimo no *Jornal do Commercio* (RJ), “um republicano” que o conhece há 12 anos, saiu em sua defesa após uma série de ataques: “...não é com injúria e a calúnia que se derruba uma reputação como a do Dr. Martins Júnior. Porque foi ele em Pernambuco um dos heróis da Abolição e o verdadeiro e maior apóstolo da República”¹¹⁷⁰. Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, José Mariano aproveitou sua posição na tribuna para contra-atacar as acusações de ter sido ele contrário à República, alegando que haveria garantido a segurança de Silva Jardim em julho de 1889, o que levou Martins a publicar **Falsas afirmações do Sr. José Mariano** no *Diário de Notícias*, completamente revoltado. Além de explicar todo o *Meeting de 22 de Julho*, interrompido, lembrou que José Mariano chamava Silva Jardim de “caixeiro intinerante dos fazendeiros do sul” e até mesmo de cartas com tarjas pretas que recebia de ameaças contra sua vida¹¹⁷¹. Concorro com a análise feita por Henrique Cavalcanti quando o pesquisador indicou as esquivas e a contradição de José Mariano para se “esforçar para parecer republicano”¹¹⁷². A nível nacional, apenas Lauro Sodré, governador do Pará e aliado direto de Martins Júnior, se colocou contra o fechamento do congresso por Deodoro em 3 de novembro de 1891¹¹⁷³: as modificações na Capital Federal só acirraram ainda mais as disputas locais. O clima político em Pernambuco, entre julho e dezembro de 1891 era de completa tensão entre os partidários de ambos os lados.

¹¹⁶⁷ *Jornal do Recife*, PE, 16-12-1890.

¹¹⁶⁸ *Jornal O Fantoche*, PE, número único, 1891.

¹¹⁶⁹ *Jornal A Lanterna Mágica*, PE, 1891, nº319.

¹¹⁷⁰ *Jornal do Commercio*, RJ, 20-8-1891.

¹¹⁷¹ *Jornal Diário de Notícias*, RJ, 16-7-1891.

¹¹⁷² CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.75-6.

¹¹⁷³ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.55.

5.4 A “REVOLUÇÃO” DE 18 DE DEZEMBRO DE 1891

O processo de mudança da situação de oposição que perdurava começou a mudar quando, em 23 de novembro de 1891, Floriano Peixoto assumiu a presidência do Brasil. Por causa da relação próxima entre Barão de Lucena e Pernambuco, nenhum outro Estado estava mais próximo da convulsão política que se seguiria¹¹⁷⁴. Mais próximo dos valores pretendidos pelos Históricos – bem como no processo de alijamento do Barão de Lucena do ministério – abriu uma nova janela de oportunidade para a virada de jogo. Correia da Silva foi retirado do cargo de governador 3 dias após a posse de Floriano, “em pânico e indecisão”¹¹⁷⁵, o que trouxe um clima extremamente tenso no Estado. Com o governador deposto por Floriano, o vice-governador e o presidente do senado – Soriano de Sousa – fora de Pernambuco, quem assumiu foi José Maria, então presidente da Câmara e braço-direito de José Mariano. Num período de 3 dias, reforçou a força pública e o policiamento das tropas em torno da Praça da República, o que se defendeu dizendo ter sido tudo “custeado privativamente”, mas depois verificado que a Câmara havia aprovado mais de 300 contos de réis para segurança policial¹¹⁷⁶. Após 3 dias, o governo passou para o Barão de Contendas, vice-governador, que sustentou seu governo por apenas 18 dias. No meio dessas trocas, em 4 de dezembro de 1891 o general Luís Henrique de Oliveira Ewbank foi retirado do comando de armas do 2º distrito, sendo colocado em seu lugar o General Ouriques Jacques, aliado de Martins Júnior desde 1890¹¹⁷⁷. Inconformados com a persistência do grupo de Mariano em manter seu poder, bem como a contratação de milícia, armas e munições feitas por José Maria¹¹⁷⁸, as rixas políticas que vinham desde 1889 – com o meeting interrompido de Silva Jardim – explodiram em uma guerra sangrenta em 18 de dezembro de 1891.

As informações sobre o ato acontecido na noite de 18 de dezembro de 1891 são desconstruídas e cheias de alterações feitas por razões políticas, já que nenhuma das partes queria assumir a responsabilidade da guerra. O que se sabe, mais ou menos, é o seguinte: Nos dias que antecederam a “Revolução” houve uma rebelião na cidade de Garanhuns, em que os revoltosos tomaram o telégrafo e percorreram as linhas de ferro até a cidade de Palmares. Barão de Contendas, em razão de ser a ferrovia uma linha federal, enviou 100 praças para acabar com

¹¹⁷⁴ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p. 224.

¹¹⁷⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.224.

¹¹⁷⁶ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.95.

¹¹⁷⁷ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.33.

¹¹⁷⁸ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.224.

a revolta. Sendo “acusados” de incentivar aquela rebelião, a sede do *Jornal do Recife* foi cercada (lembrar que o prefeito de Recife era José Mariano), o que obrigou o governador a expedir às 19h do dia 18 um requerimento de garantias da tipografia dos Históricos. Quando chegaram notícias de que haviam mortos e feridos no interior, a aglomeração de pessoas na frente do *Jornal do Recife* aumentou¹¹⁷⁹. Às 20h, já existindo grande perturbação na Rua Quinze de Novembro onde havia uma multidão que acompanhava os desdobramentos acontecidos, o general Ouriques Jacques anunciou que iria falar com o governador sobre a ‘ilegalidade’ de seu governo¹¹⁸⁰, devendo se retirar para receber orientações vindas da Capital, agora sob presidência de Floriano Peixoto. No Rio, o governo do Barão de Contendas era visto como “insustentável” e o nome de Joaquim Miguel Pernambuco – aliado a Aníbal Falcão, José Higino e Barbosa Lima – chegou a ser sugerido¹¹⁸¹. José Maria, aliado do Barão de Contendas, prevenindo-se, organizou as tropas de polícia do Estado em torno do palácio, bem como na Rua 15 de Novembro, que fica bem próxima. Em deliberação entre Barão de Contendas, José Maria e Ouriques Jacques, o primeiro afirmou em depoimento que a reunião foi interrompida por sons de tiros, ao que atribuiu à cavalaria para conter um grupo de 77 pessoas armadas¹¹⁸². No depoimento deixado por José Mariano, ele afirmou que todo o tumulto do interior foi uma farsa pois “não encontraram ninguém para reprimir”. Além disso, teria havido uma corveta chamada *Liberdade* que chegou ao porto preparada para atacar o Palácio. Nas palavras dele, Ouriques Jacques teria deixado 50 homens na frente do *Jornal do Recife* enquanto deliberava com Barão de Contendas¹¹⁸³.

Não se sabe de quem partiu o primeiro tiro, mas aquela noite se tornou o banho de sangue: a polícia estadual e os conhecidos “homens” de Mariano enfrentaram abertamente os partidários de Martins Júnior, especialmente as tropas do exército, “travando-se, então, combate entre as forças de linha, bateria de artilharia e polícia, durando 10 minutos o tiroteio¹¹⁸⁴, não podendo circular o número de mortos e feridos”. Após um breve período de paz entre as balas, a sede de *A Província* foi rapidamente fechada, assim como o comércio e a estação de trem deixando uma multidão sem condições de retornar para suas residências. Em nova aglomeração em frente a Teatro de Santa Isabel e a Praça da República, um novo confronto se iniciou, durando muito

¹¹⁷⁹ O Democrata, PA, 1-1-1892.

¹¹⁸⁰ A Câmara, liderada por José Maria, chegou a apoiar o ato de dissolução do Congresso Federal feito por Deodoro em 3 de novembro de 1891, o que espantou até mesmo seus próprios partidários. Cf. CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 93.

¹¹⁸¹ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.34.

¹¹⁸² CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.* p.98.

¹¹⁸³ CAVALCANTI, Henrique Soares, *Op.Cit.*, p.101-2.

¹¹⁸⁴ Marc Jay Hoffnagel comenta 20 minutos. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.225.

mais, ao que os relatos dizem que as pessoas se jogaram no Rio Capibaribe para se esconder por mais de uma hora de troca de tiros. José Mariano afirmou que “houve mais de 100 mortos” em que alguns foram jogados no rio amarrados com duas pedras do calçamento do Pátio do Paraíso e outros tantos enterrados em uma grande vala do Cemitério de Santo Amaro¹¹⁸⁵. Em razão de José Maria se recusar a sair do Palácio, foi rendido pelo jovem cadete Júlio Borges, que mirou em seu peito com uma pistola, mas foi morto a facadas e um tiro na cabeça pelos presentes. A confusão durou até 01h da manhã, quando ainda se contavam mais de 300 pessoas nos confrontos¹¹⁸⁶, outros relatos dão conta de mais de 500 vítimas¹¹⁸⁷. A população recifense se referiu à noite de 18 de dezembro de 1891 como uma ‘hecatombe’¹¹⁸⁸. Só após a confusão ter se acalmado, e José Maria ter sido expulso do Palácio, é que a “junta” foi aclamada: Albino Meira, Ambrósio Machado e Ouriques Jacques eram os novos governadores¹¹⁸⁹.

O novo retorno dos Históricos ao poder estava diretamente atrelado à mudança política a nível nacional, bem como com uma articulação conjunta interna que visava afastar José Mariano que comandava a cidade do Recife como prefeito. Receberam telegrama de saudação de Lauro Sodré, em que se orgulhava de terem “feito vingar os princípios genuinamente republicanos” em Pernambuco¹¹⁹⁰. Em discurso ao lado de Licínio Cardoso, Martins Júnior esteve presente no primeiro ato de governo da Junta Governativa: o enterro dos mortos de guerra. Como ‘mártir’ daquele ato ficou consagrada a vítima Júlio Borges, cujo enterro levou uma multidão ao trajeto entre a Rua do Aragão e a casa de Martins Júnior, além da distribuição da edição única *Júlio Borges*, considerado vítima da ‘tirania’. Em artigo intitulado **A Revolução de Pernambuco**, a *Gazeta da Tarde* (RJ) ressaltou o discurso de Martins como uma aclamação “às vítimas na guerra da Junta”¹¹⁹¹. Como representante, Martins Júnior discursou ao lado de José Vicente Meira de Vasconcelos e Thomé Gibson, sugerindo a mudança do nome da Praça Barão de Lucena para Praça Ouriques Jacques¹¹⁹² – ato simbólico contra o gabinete do Barão¹¹⁹³. Há relatos de que José Maria, mesmo derrotado, tenha tentado trazer homens do Sertão para reprimir a Junta, mas sem sucesso. Foi preso como sedicioso, e mesmo quando o Tribunal de Relação de Pernambuco concedeu habeas corpus a todos os envolvidos, a Junta se

¹¹⁸⁵ Idem.

¹¹⁸⁶ Jornal O Democrata, PA, 1-1-1892.

¹¹⁸⁷ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.226.

¹¹⁸⁸ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op.Cit.*, p.11.

¹¹⁸⁹ Pequeno Jornal, BA, 31-12-1891.

¹¹⁹⁰ Jornal O Democrata, PA, 24-12-1891.

¹¹⁹¹ Jornal Gazeta da Tarde, RJ, 21-12-1891.

¹¹⁹² Mudança não vingou.

¹¹⁹³ Jornal Cruzeiro do Norte, AL, 22-1-1892.

negou a soltá-lo, considerando-o o verdadeiro culpado pelo banho de sangue de 18 de dezembro¹¹⁹⁴. Consolidados no poder, Martins Júnior enviou telegrama de confirmação para Lauro Sodré: “Pernambuco será redimido”¹¹⁹⁵.

Um novo período de ascensão política para Martins Júnior foi inaugurado, agora que tinham o controle da máquina de Estado e estavam aparelhados ao governo central de Floriano Peixoto. Com apenas 4 dias após a ‘Revolução’ foi empossado como diretor da Faculdade de Direito do Recife¹¹⁹⁶, a mesma instituição que lhe havia sido negada três vezes no Império, com um detalhe: para ficar no lugar de Joaquim José Seabra, o professor que o perseguiu durante toda a década de 1880 e com o qual antagonizou seus concursos¹¹⁹⁷. O evento foi marcado pela manifestação dos alunos da Faculdade de Direito do Recife, bem como do Curso Anexo – do qual foi professor – liderados pelo 5º anista Carlos Moreira Reis, que levou a passeata até sua casa¹¹⁹⁸. Esse feito foi descrito em *O Paiz* como “a maior justiça” que poderia ter sido feita na República¹¹⁹⁹, bem como “o triunfo do mérito sobre o favoritismo” pelo *Jornal do Recife*¹²⁰⁰. Sua nomeação, feita publicamente, teve “numerosa quantidade de gente, admiradores e apoiadores”¹²⁰¹.

A “Revolução” para Martins Júnior não foi tão proveitosa como imaginava. Tendo já uma relação complicada com Ambrósio Machado desde 1890, viu sua influência política ser rapidamente “escanteada” pelos próprios partidários. Em um jornal sarcástico e crítico intitulado *A Junta*, os opositores já demonstravam como Ambrósio podia ser traiçoeiro com o “Chefíssimo”, pois “é um homem em que seus próprios adeptos pouco confiam, pois sabem que os abandonará desde que fale mais alto a conveniência individual” e “até mesmo ao Chefíssimo esteve em oposição no exercício de governador”, relatando que “há também quem diga que o Ambrósio declara que não se sujeita à chefia do Chefíssimo e isto porque acha feio ser dirigido por um menino”. Em quadra sarcástica, lançaram

*O Chefíssimo – coitado!
Anda de todo infeliz
Pela Junta escouçado*

¹¹⁹⁴ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p. 104.

¹¹⁹⁵ *Jornal Cruzeiro do Norte*, AL, 22-1-1892.

¹¹⁹⁶ É como diretor da FDR que iniciou suas publicações de ordem mais jurídica: *Os Fragmentos Jurídico-Filosóficos* (1891); *O Estado Atual do Direito Civil* (1891) e a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, inaugurada por ele, existente até hoje (1891).

¹¹⁹⁷ *Jornal do Commercio*, RJ, 5-12-1891.

¹¹⁹⁸ *Jornal Diário do Comércio*, RJ, 19-12-1891.

¹¹⁹⁹ *Jornal O Paiz*, RJ, 5-12-1891.

¹²⁰⁰ *Jornal do Recife*, PE, 8-12-1891.

¹²⁰¹ *Pequeno Jornal*, BA, 7-1-1892.

*Quase arrebenta o nariz!*¹²⁰²

Apesar desse “escanteio”, Martins Júnior foi novamente agraciado com mais uma poliantéia *Martins Júnior*, dedicada pelo clube de seu mesmo nome, fundado em 1884. Outro indicativo de sua força política está no convite feito pela tradicional *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais* para paraninfo e benção do estandarte da agremiação em janeiro de 1892¹²⁰³. Em artigo transcrito do *Commercio do Amazonas*, Martins Júnior é descrito como um republicano em ascensão nacional: chamado para o Ministério das Relações Exteriores, mas já conhecido desde *Visões de Hoje*, precisando se retrair durante o final do governo de Deodoro¹²⁰⁴. Nesta época – fevereiro de 1892 – surgem rumores de indicação para o Ministério do Interior¹²⁰⁵, provavelmente por indicação de José Higino, então ministro, e seu ex-professor, querido e amado, testa de ferro em suas provações de concursos no Império¹²⁰⁶, mas recusa em razão de querer fortalecer o PRPE localmente. Novos rumores surgem de indicação para o Ministério do Exterior junto com Aníbal Falcão no mesmo mês, também recusado¹²⁰⁷. Caso recusasse, poderia ser indicado como Chefe de Polícia do Rio de Janeiro¹²⁰⁸. Divulgado por *O Combate* (RJ), Martins Júnior e Xavier da Silveira teriam tido uma reunião com Floriano Peixoto, em que lhes foram ofertados os ministérios, tendo ambos negado. O jornal ironiza

...de um lado e do outro, nas pequeninas rodas políticas da Rua do Ouvidor, o zum zum continua, impertinente e abafado. Prontidão, movimento de tropa, boatos, inquéritos, o diabo! E, no meio disso tudo, as notícias de recomposição ministerial. Diz-se que os Srs. Martins Júnior e Xavier da Silveira não querem entrar para o ministério. Se isso é verdade, quem entrará em vez deles?¹²⁰⁹

Aproveitando-se da popularidade e prestígio – bem como certo controle estatal – lançou-se candidato a deputação estadual pela Junta, e discursou na fundação do primeiro clube do PRPE no reduto máximo de Mariano: Poço da Panela, onde discursou que o povo “confiou, por influência de uma vontade, retardando-se um pouco na adoção dos verdadeiros princípios republicanos”¹²¹⁰, imprensa ressaltou a “grande concorrência e manifestações de apoio” local¹²¹¹. A demonstração de força perante seu inimigo declarado era direta e clara. É justamente neste momento que mais denúncias de corrupção lhe são atiradas: a de que teria empregado seu

¹²⁰² Jornal A Junta, PE, 11-1-1892.

¹²⁰³ Diário de Pernambuco, PE, 8-1-1892. Já esteve presente antes, na comemoração do 48º aniversário da instituição, em janeiro de 1890. Jornal do Recife, PE, 23-1-1890.

¹²⁰⁴ Diário de Pernambuco, PE, 4-3-1892.

¹²⁰⁵ Jornal O Tempo, RJ, 10-2-1892.

¹²⁰⁶ Jornal Commercio de Portugal, Lisboa, 25-2-1892.

¹²⁰⁷ Jornal A Cruzada, MA, 15-2-1892. Jornal A Pacotilha, MA, 15-2-1892. Jornal A Ordem, MG, 13-2-1892.

¹²⁰⁸ Jornal do Comércio, SC, 11-2-1892.

¹²⁰⁹ Jornal O Combate, RJ, 11-2-1892.

¹²¹⁰ Jornal do Recife, PE, 17-2-1892.

¹²¹¹ Pequeno Jornal, BA, 21-1-1892.

irmão e seu cunhado em “comarcas das melhores”¹²¹²; mas por impossibilidade documental de comprovação da veracidade desta informação, apresento aqui apenas como uma denúncia, pois ela não aparece em outros jornais na época, levando-me a desconfiar de sua validade, atribuindo-lhe mais uma estratégia desmoralizadora a princípio. Também é neste mesmo momento em que temos notícia de um assalto à sua residência, onde morava sozinho após o falecimento da sua esposa e da sua filha natimorta¹²¹³. Desde a sua primeira eleição – em 1886 – Martins Júnior, finalmente, foi eleito deputado estadual mais votado em Pernambuco com 16 mil votos, feito divulgado em *O Paiz* (RJ)¹²¹⁴ e *O Pharol* (MG)¹²¹⁵. Com esta eleição, os Históricos passaram a controlar o poder legislativo, bem como boa parte do poder executivo local através dos conselhos municipais. Era o domínio completo de Martins Júnior na política de Pernambuco, entendido como o mais importante republicano do Estado mesmo fora dele¹²¹⁶. Com a abertura do Congresso Estadual, “o Dr. Martins Júnior foi delirantemente aplaudido, sendo coberto de flores e recebendo muitos buquês”¹²¹⁷. Mas este domínio seria curto.

Dentre as primeiras medidas tomadas pela Junta está a dissolução do congresso estadual e, por consequência, retirada de José Maria da liderança da Câmara e investigação das contas públicas, hiperinfladas com gastos de armamentos¹²¹⁸. Reduziram as despesas com empregados ‘inúteis’ da câmara, senado e seções de estatística; criticaram contratos feitos com parentes e aderentes; criticaram a política de juro feita a um sem número de usinas; cadeiras de ensino primário foram multiplicadas e distribuídas em larga escala com número grande de professores; revisaram o gasto público com policiamento; desfizeram todo o aparato lucenista nas intendências municipais; produziram novo regulamento eleitoral, introduzindo a possibilidade do voto secreto, reduziram o número de eleitores por seção (de 250 para 100), redistribuindo de maneira mais ampla as mesas eleitorais¹²¹⁹.

Marcaram novas eleições para o Congresso Estadual para 30 de março de 1892, cuja vitória esmagadora se confirmou, muito em razão da negativa da oposição de participar do processo. Martins Júnior se tornou o presidente da Câmara, enquanto Albino Meira era do Senado. Juntos – e de acordo com o que ditava a Constituição – podiam estabelecer as eleições indiretas para

¹²¹² Jornal Rio Grande do Norte, RN, 2-2-1892.

¹²¹³ Jornal Diário do Comércio, RJ, 6-3-1892.

¹²¹⁴ Jornal O Paiz, RJ, 1-3-1892.

¹²¹⁵ Jornal O Pharol, MG, 27-3-1892.

¹²¹⁶ Jornal A Pátria, AL, 2-4-1892.

¹²¹⁷ Jornal O Parahybano, PB, 8-4-1892.

¹²¹⁸ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, p.36.

¹²¹⁹ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, p.104-5.

governador do Estado, o primeiro *finalmente* a ser escolhido localmente. Pelo menos, foi o que se pensou. Foi como líder do Congresso Estadual de Pernambuco que recebeu o maior golpe político em toda sua vida. A imposição de Barbosa Lima como governador de Pernambuco mudaria radicalmente a estrutura política do estado. A disputa entre Barbosa Lima e Martins Júnior ganhou holofotes nacionais e ficou conhecida como a primeira tentativa de *Impeachment* no Brasil. Esse é o assunto do próximo capítulo.

Quadro 2 - governos pós-proclamação em Pernambuco até Barbosa Lima

NOVEMBRO 1889 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 DEZEMBRO 1889 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 JANEIRO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 FEVEREIRO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 MARÇO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 ABRIL 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	MAIO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 JUNHO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 JULHO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 AGOSTO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 SETEMBRO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 OUTUBRO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	NOVEMBRO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 DEZEMBRO 1890 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 JANEIRO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 MARÇO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 ABRIL 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	MAIO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 JUNHO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 JULHO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 AGOSTO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 SETEMBRO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 OUTUBRO 1891 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	<div>NOVEMBRO 1891</div> <div><div>1</div><div>2</div><div>3</div><div>4</div><div>5</div><div>6</div><div>7</div></div> <div><div>8</div><div>9</div><div>10</div><div>11</div><div>12</div><div>13</div><div>14</div></div> <div><div>15</div><div>16</div><div>17</div><div>18</div><div>19</div><div>20</div><div>21</div></div> <div><div>22</div><div>23</div><div>24</div><div>25</div><div>26</div><div>27</div><div>28</div></div> <div><div>29</div><div>30</div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>DEZEMBRO 1891</div> <div><div>1</div><div>2</div><div>3</div><div>4</div><div>5</div><div>6</div><div>7</div></div> <div><div>8</div><div>9</div><div>10</div><div>11</div><div>12</div><div>13</div><div>14</div></div> <div><div>15</div><div>16</div><div>17</div><div>18</div><div>19</div><div>20</div><div>21</div></div> <div><div>22</div><div>23</div><div>24</div><div>25</div><div>26</div><div>27</div><div>28</div></div> <div><div>29</div><div>30</div><div>31</div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>JANEIRO 1892</div> <div><div>1</div><div>2</div><div>3</div><div>4</div><div>5</div><div>6</div><div>7</div></div> <div><div>8</div><div>9</div><div>10</div><div>11</div><div>12</div><div>13</div><div>14</div></div> <div><div>15</div><div>16</div><div>17</div><div>18</div><div>19</div><div>20</div><div>21</div></div> <div><div>22</div><div>23</div><div>24</div><div>25</div><div>26</div><div>27</div><div>28</div></div> <div><div>29</div><div>30</div><div>31</div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>FEVEREIRO 1892</div> <div><div>1</div><div>2</div><div>3</div><div>4</div><div>5</div><div>6</div><div>7</div></div> <div><div>8</div><div>9</div><div>10</div><div>11</div><div>12</div><div>13</div><div>14</div></div> <div><div>15</div><div>16</div><div>17</div><div>18</div><div>19</div><div>20</div><div>21</div></div> <div><div>22</div><div>23</div><div>24</div><div>25</div><div>26</div><div>27</div><div>28</div></div> <div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>MARÇO 1892</div> <div><div>1</div><div>2</div><div>3</div><div>4</div><div>5</div><div>6</div><div>7</div></div> <div><div>8</div><div>9</div><div>10</div><div>11</div><div>12</div><div>13</div><div>14</div></div> <div><div>15</div><div>16</div><div>17</div><div>18</div><div>19</div><div>20</div><div>21</div></div> <div><div>22</div><div>23</div><div>24</div><div>25</div><div>26</div><div>27</div><div>28</div></div> <div><div>29</div><div>30</div><div>31</div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>ABRIL 1892</div> <div><div>1</div><div>2</div><div>3</div><div>4</div><div>5</div><div>6</div><div>7</div></div> <div><div>8</div><div>9</div><div>10</div><div>11</div><div>12</div><div>13</div><div>14</div></div> <div><div>15</div><div>16</div><div>17</div><div>18</div><div>19</div><div>20</div><div>21</div></div> <div><div>22</div><div>23</div><div>24</div><div>25</div><div>26</div><div>27</div><div>28</div></div> <div><div>29</div><div>30</div><div data-cs="2" data-kind="parent">Até 7 abril de 1896</div><div data-kind="ghost"></div></div>

27 Dias	José Cerqueira de Aguiar Lima
134 Dias	José Simeão de Oliveira
57 Dias	Albino Gonçalves Meira
44 Dias	Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti
80 Dias	Barão de Lucena (Henrique Pereira de Lucena)
399 Dias	José Antônio Correia da Silva
3 Dias	José Maria de Albuquerque Melo
18 Dias	Barão de Contendas (Antônio Epaminondas de Barros Correia)
111 Dias	"JUNTA GOVERNATIVA"
12 Dias	Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti
Completo	Alexandre José Barbosa Lima

6 DA PALAVRA ÀS ARMAS

Abordei no capítulo anterior o processo de transição da monarquia para a república em Pernambuco do ponto de vista dos chamados “republicanos históricos” e, em especial, pela trajetória de José Isidoro Martins Júnior. A República se instaurou sobre um contexto violento que dividiu o cenário político em dois grandes blocos rivais: os Martinistas ou ‘violões’, liderados por Martins Júnior, e os Marianistas ou ‘deletérios’, liderados por José Mariano, divisão que englobou também as rixas internas dos antigos partidos monarquistas. Vimos que, assim como os antigos partidos Liberal e Conservador, o Partido Republicano também sofreu um processo interno de disputa por liderança, o que levou Martins Júnior a dividir suas atenções entre seu rival direto e os desgastes internos da sua própria agremiação. As disputas pela governança do Estado de Pernambuco levaram à chamada ‘*Revolução de 18 de dezembro de 1891*’. Com a chegada da Junta Governativa ao poder, Martins Júnior alcançou notável prestígio político, a ponto de comandar o poder legislativo do Estado. Entretanto, apesar de alinhado ao novo governo de Floriano Peixoto, a nomeação de Barbosa Lima para governador, braço-direito do presidente, introduziu uma nova fase de disputas políticas. O período em que Martins Júnior nacionalizou e radicalizou a oposição ao governo – sendo o primeiro a tentar um processo de *impeachment* no Brasil – é o foco deste capítulo.

6.1 “FELICITO PERNAMBUCANOS CANDIDATURA DE BARBOSA LIMA”

Os bastidores da “eleição” de Barbosa Lima para governador de Pernambuco começam com um telegrama trocado entre Martins Júnior e o ministro Sezedello Correia, quando este lhe indaga: “Marechal deseja conhecer candidato ao governo de Pernambuco. Penso que deve ser republicano histórico e civil”¹²²⁰. De posse dessa informação, a Junta Governativa elaborou uma lista com os possíveis candidatos: José Higino Duarte Pereira, General José Simeão de Oliveira, Manoel de Trindade Peretti, José Isidoro Martins Júnior e, de acordo com Costa Porto¹²²¹, se diz incluso o nome de Ambrósio Machado. Entre o envio da lista e a decisão de Floriano Peixoto, Martins Júnior recebeu telegramas de correligionários seus no Rio de Janeiro, indicando o nome de Barbosa Lima diante da iminência da crise política. A resposta veio curta:

¹²²⁰ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo de história política**. Recife: Pantheon das Artes, 1898, p.20.

¹²²¹ PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, 1986, p.39.

“felicito pernambucanos candidatura de Barbosa Lima”¹²²². Existe uma contradição historiográfica a respeito de um possível telegrama com os dizeres “o capitão Alexandre Barros Lima aceita e agradece”, mas até onde me conta este trabalho, tal telegrama não existiu. Na verdade, os rumores envolvendo essa frase começaram na imprensa de oposição, sendo usada por anos como uma forma de ridicularizar o Partido Republicano naquele momento.

Impossibilitado de ser nomeado em razão da limitação de idade imposta pela constituição do Estado (contava então com 31 anos e a lei exigia 35 anos), sabia que não seria ele o novo dirigente de Pernambuco¹²²³ apesar do seu nome constar na lista. Não apenas os nomes indicados foram ignorados, como Floriano Peixoto impôs seu próprio braço-direito sem possibilidade de contestação à ordem¹²²⁴. O primeiro impacto foi a idade do indicado: 30 anos¹²²⁵, mais novo que ele e, portanto, tão inconstitucional quanto Martins Júnior, o que tornava o argumento da sua impossibilidade de se tornar governador uma mera retórica de exclusão. Outra inconstitucionalidade envolvia o local de residência do governador (deveria morar em Pernambuco há 8 anos), mas também chamava a atenção o fato de Floriano ter nomeado um oficial intermediário do Exército, desrespeitando a hierarquia militar, ao colocar um *capitão* e não um *general* como era o costume¹²²⁶, atitude que certamente já indicava ser Barbosa Lima uma pessoa de sua mais completa confiança e lealdade do vice-presidente.

No momento inicial, Martins Júnior foi cobrado por seus partidários a tomar uma atitude de retaliação, negando a indicação. A “aceitação” de Barbosa Lima perpassava por algumas considerações do ponto de vista do líder histórico: em primeiro lugar, a Junta Governativa do qual fazia parte havia conquistado o poder através de uma ‘revolução’ armada que levou a centenas de mortos e os fez sofrer duras críticas pela oposição, portanto a resistência à indicação de Floriano Peixoto traria, novamente, mais episódios de violência que a população recifense mal tinha acabado de esquecer; em segundo lugar, o novo presidente demonstrou alinhar-se não apenas ‘ideologicamente’ a algumas diretrizes defendidas pelos positivistas como ele, mas

¹²²² MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** 1898, p.21.

¹²²³ Esse é um equívoco comum na análise da trajetória de Martins Júnior. Fernando da Cruz Gouveia, por exemplo, argumentou que Martins Júnior esperava sua nomeação de Floriano, mas isso nunca aconteceu. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Uma conjuração fracassada e outros ensaios**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p.23.

¹²²⁴ As nomeações acompanharam uma série de decretos em 7 de abril de 1892 que previa estado de sítio, prisões e deportamentos.

¹²²⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975, p.227.

¹²²⁶ SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p.41.

também havia apoiado a ‘*Revolução de 18 de dezembro*’ que os colocou no poder. Deve ser dito que Barbosa Lima, opositor do Barão de Lucena, não apenas apoiou a ‘*Revolução*’ como fez discurso acalorado de aplauso ao Partido Republicano de Pernambuco na Câmara dos Deputados¹²²⁷. Floriano Peixoto, além disso, não era um estranho em terras pernambucanas, nem mesmo às campanhas defendidas por Martins Júnior no Império, tendo sido o diretor do Arsenal de Guerra de Pernambuco entre 1879-1880, Inspetor de Comandos e Estabelecimentos Militares da circunscrição que ia do Rio Grande do Norte até Sergipe entre 1881 e 1883, líder do Comando de Armas de Pernambuco em 1884 e apoiador da Campanha Abolicionista de 1884, recebendo título de sócio honorário do *Clube Ceará Livre* que, diga-se de passagem, foi o clube de criação da *Folha do Norte* e tinha Martins Júnior como um dos seus diretores¹²²⁸. Tinha, desta forma, certa ‘confiança’ no alinhamento político entre Floriano e os Históricos em Pernambuco¹²²⁹, conseguindo colocar – finalmente – o bloco liderado por José Mariano para fora do governo. Em último lugar, Barbosa Lima tinha, assim como Martins Júnior, firmado sua fama em torno da ideologia positivista e poderia, ainda que muito cautelosamente, se alinhar com as orientações do PRPE.

Tendo em vista que correligionários próximos seus, como Belarmino Carneiro e Autuliano Barreto Lins – ambos envolvidos na ‘*Revolução*’ – já haviam previamente indicado seu nome, Martins Júnior considerava Barbosa Lima como uma pessoa de confiança para a Junta¹²³⁰. A decisão que José Isidoro tomou pode ser considerada, tanto por contemporâneos como por historiadores¹²³¹, como seu maior erro político: cautela. Para muitos, uma demonstração de covardia e, até mesmo, de fraqueza. No momento inicial, Martins Júnior não teria como saber que Barbosa Lima – tão positivista como ele – se tornaria o maior inimigo político de toda sua vida. Como ele próprio deixou registrado posteriormente, “não tenho dons divinatórios”¹²³².

“Eleito” indiretamente por ampla maioria, Barbosa Lima chegou a Pernambuco, em abril de 1892, encontrando um Estado comandado pelos Republicanos Históricos e, de forma mais específica, com o domínio de Martins Júnior, que assegurou, pelo menos, seu

¹²²⁷ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.228.

¹²²⁸ SAES, Guillaume Azevedo Marques. *Op. Cit.*, 2005, p.21-7.

¹²²⁹ Floriano Peixoto teria oferecido até mesmo o Ministério das Relações Exteriores para Martins 2 meses antes da chegada de Barbosa Lima. *Cf. Jornal A Cruzada*, MA, 16-2-1892.

¹²³⁰ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. *Um capítulo...* 1898, p.21.

¹²³¹ ZACARIAS, Audenice. 2017. 198f. **A República oligárquica de Pernambuco**: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva. Tese (Doutorado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017, p.43.

¹²³² MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. *Um capítulo...* 1898, p.18.

correligionário Ambrósio Machado como vice-governador. O líder do PRPE vivia seu momento de maior prestígio. Comenta Henrique Cavalcanti que “na recepção do novo governador, o emissário do povo, aclamado pela multidão pronta a ouvir suas demonstrações de intelectualidade, era sempre Martins Júnior, de acordo com os relatos do *Jornal do Recife*”¹²³³. Recepcionou o novo mandante com discurso no Cais da Lingueta com toda a diretoria do partido¹²³⁴ com uma comitiva de 50 carros e 5 bondes, adorno das ruas do Recife¹²³⁵ e ofertou um banquete no Clube Internacional, estratégia que visava indicar quem estava no comando naquele momento¹²³⁶. Em apenas dois meses como novo governador, Barbosa Lima teve exemplos do prestígio do chefe Histórico.

No tradicional Teatro de Santa Isabel, Martins Júnior discursou nas festas a Tiradentes pela *União Cívica*, ao lado da republicana Maria Amélia de Queiroz¹²³⁷. Discursou ali também no 4º aniversário da Lei Áurea, sendo registrado pela imprensa que “só depois de alguns minutos de subir à tribuna pode falar, pois uma chuva de palmas e inúmeros vivas impediram por alguns momentos a principiar o discurso que foi importantíssimo”¹²³⁸ fato observado presencialmente por Barbosa Lima¹²³⁹, que deve ter percebido a forte influência do histórico nas circunstâncias em que se encontrava. Também inaugurou a Escola Noturna do Capunga fundada pelo PRPE e participou do meeting no Largo Frei Caneca¹²⁴⁰ e no Largo de Santa Cruz¹²⁴¹, participou da fundação do *Clube Maciel Pinheiro*¹²⁴², teve seu discurso dedicado ao 1º aniversário de morte de Silva Jardim gravado em fonógrafo no Hotel Freitas¹²⁴³ (ter um discurso gravado em som naquele momento era uma forte indicação de popularidade por ser um recurso raro, novo e ‘avançado’, além de significar a ‘eternização’ da voz de um orador para a época). O *Sylphorama* demonstrou como estava dividida a política local naquele momento

¹²³³ CAVALCANTI, Henrique Soares. **Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo Barbosa Lima** (1889-1896). 2014. 237f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p.111.

¹²³⁴ Gazeta de Notícias, RJ, 26 de abril de 1892.

¹²³⁵ Diário de Pernambuco, PE, 20-4-1892.

¹²³⁶ PORTO, Costa. *Op. Cit.*, p.43.

¹²³⁷ Jornal A Pátria, AL, 24-4-1892.

¹²³⁸ Jornal O Mephistopheles, PE, 1892, nº1, sem data. O articulista ainda critica a ausência dos membros do Partido Autonomista que tinha alguns dos abolicionistas mais conhecidos, tais como: José Mariano, José Maria, João Ramos, Barros Sobrinho e Leonor Porto, que não compareceram por incompatibilidade com o PRPE. Em artigo de Thiago da Fonseca, ataca os “abstencionistas” por considerarem Martins Júnior “menos digno” de falar sobre a Abolição, mas lembrando que o republicano foi um dos que sempre defendeu e lutou pelo fim da escravidão “enquanto outros que hoje querem – sós, possuir a palma de grandes abolicionistas, apoiavam incondicionalmente o Ministério Paranaguá” Cf. Diário de Pernambuco, PE, 29-5-1892.

¹²³⁹ Jornal Treze de Maio, PE, 13 de maio de 1892.

¹²⁴⁰ Jornal do Recife, PE, 13-5-1892.

¹²⁴¹ Jornal do Recife, PE, 10-6-1892.

¹²⁴² Jornal do Recife, PE, 24-6-1892.

¹²⁴³ Jornal A Pátria, AL, 19-6-1892.

“os homens desta terra são francos: ou seguem como cordeiro a voz do José do Poço ou volteiam o vulto simpático de Martins Júnior”¹²⁴⁴.

Por meio da Junta¹²⁴⁵, os Históricos haviam nomeado quase todos os prefeitos do Estado e pretendiam ampliar esta participação através das eleições para o Senado e Câmara federal em 20 de maio de 1892. De acordo com o lançamento, a chapa “mostrará a sua completa e profunda solidariedade com a nova e brilhante situação política inaugurada no país pela revolução de 23 de novembro do ano passado”¹²⁴⁶. Inicialmente as eleições estavam marcadas para o dia 16 de abril de 1892, mas sendo a posse de Barbosa Lima no dia 20, Ambrósio Machado – então governador interino – optou por aguardar¹²⁴⁷. A espera, entretanto, trouxe uma surpresa: com pouco tempo administrando Pernambuco e percebendo a larga vantagem da infraestrutura já consolidada dos Históricos, Barbosa Lima adiou a eleição para 27 de junho. Esta primeira atitude foi o começo do estranhamento com Martins Júnior¹²⁴⁸, que já tinha desconfiança com o governador por não demitir os deletérios empregados no governo¹²⁴⁹, mas principalmente porque a medida o atingia pessoalmente: só havia 1 vaga para deputado e a vitória de Martins Júnior era quase certa¹²⁵⁰.

Deve-se deixar claro, também, que o PRPE considerava Barbosa Lima como integrante do Partido, principalmente por ter sido eleito através da interferência de Martins Júnior na Câmara Estadual: era visto, pelo menos nos 2 primeiros meses de mandato, como um partidário histórico em última instância¹²⁵¹. A criação do Partido Autonomista¹²⁵², unindo marianistas, rosistas e lucenistas, tornou a situação ainda mais delicada. Apesar das divergências entre Barão de Lucena e Barbosa Lima – desafetos declarados desde a Constituinte Nacional¹²⁵³ – os

¹²⁴⁴ Jornal O Sylphorama, PE, 25 de junho de 1892.

¹²⁴⁵ Martins Júnior também reforçou os quadros do PRPE com a nomeação de alguns oficiais do exército que participaram da ‘Revolução de 18 de dezembro’. Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.231.

¹²⁴⁶ Diário de Pernambuco, PE, 13-5-1892.

¹²⁴⁷ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Resposta do Dr. Martins Júnior à ‘mensagem’ do Sr. Barbosa Lima.** Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1892, p.36.

¹²⁴⁸ Já o membro da Junta, José Vicente Meira de Vasconcelos, se retirou do cargo por não concordar com as primeiras atitudes de ‘desdém’ apresentadas pelo novo governador. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.28.

¹²⁴⁹ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, 2014, p.114.

¹²⁵⁰ Jornal do Recife, PE, 18-6-1892.

¹²⁵¹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A moção do dia 18:** discurso proferido na sessão da Câmara dos Deputados no dia 18 de junho em sustentação da moção contra o governo do Dr. Barbosa Lima. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1892, p.3.

¹²⁵² O Partido Autonomista foi uma agremiação nascida da oposição aos Republicanos Históricos. Teve em seus quadros a formação principal entre os correligionários de José Mariano, Barão de Lucena e Rosa e Silva, podendo ser considerado um partido político que reuniu as maiores forças da época do Império. Também houve aproximação de alguns dissidentes do Partido Republicano, como Aníbal Falcão, porém o Partido Autonomista acabou por se tornar um partido de lideranças do Império. Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.227

¹²⁵³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.228.

autonomistas fizeram vista grossa para a inconstitucionalidade do novo governador, pois consideravam a única forma de retirar a Junta – e os Históricos – do poder¹²⁵⁴. Um indicativo disto foi a afirmação de Aníbal Falcão – que, como vimos, foi o primeiro a se retirar do PRPE em 1890 e se aliar com José Mariano – de que a “culpa” do adiamento era toda de Martins Júnior, por ser um político “mesquinho”¹²⁵⁵. Um segundo fato abriu novas críticas, mas desta vez do lado marianista. Francisco Xavier Guedes Pereira, aliado de Martins Júnior, foi nomeado para o cargo de questor policial a pedido do líder histórico. Revoltado com a “influência” do positivista, em artigo escrito pelo Coronel Francisco Torres, “Chico Torres”, o questor a ser substituído, em *A Província*, o articulista ameaçou-o de cortar sua cara com chicote em praça pública¹²⁵⁶. Henrique Martins, irmão do líder histórico, respondeu à ameaça através do *Jornal do Recife*.

Ao cabra Chico Torres

Pela parte que me toca, respondo a sua ameaça feita pela *A Província* de domingo. Se não é um desprezível covarde, um cão que apenas ladra, corte, não a cara do meu irmão Martins Júnior, porque lhe é mais difícil, mas a minha. Achar-me-ei hoje ao meio dia na rua 15 de Novembro, no mesmo sítio em que caiu Ricardo Guimarães, para dar lugar a prova de sua valentia, ou poder eu afirmar sua covardia.

Henrique Martins¹²⁵⁷

É bastante significativo que Henrique tenha desafiado Chico Torres, um marianista, exatamente no mesmo local onde o membro do Partido Republicano foi assassinado. A Rua do Imperador recebeu uma multidão de curiosos, mas o coronel não compareceu¹²⁵⁸. Com a ausência do Chico Torres – lembrar que o Prefeito do Recife era Ribeiro de Brito, um Histórico, assim como o questor Guedes Pereira – os Martinistas liderados por Francisco Campello¹²⁵⁹ marcaram manifestação em passeata pela Várzea e Caxangá, movimento que levou a quebra de uma janela de vidro da casa de Chico Torres¹²⁶⁰. Martins Júnior tentou se defender, explicando que a manifestação não foi feita com o intuito violento, tendo os ânimos saído do controle por ter o governador ordenado “expulsar todos por espada e patadas de cavalo”¹²⁶¹. Em represália, o pivô de toda a confusão – o questor Guedes Pereira – foi demitido, dando ganho para o lado de José Mariano. Percebendo que a influência marianista passou a ter mais espaço junto ao

¹²⁵⁴ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, 2014, p.109.

¹²⁵⁵ *Jornal O Combate*, RJ, 21-6-1892.

¹²⁵⁶ *Jornal O Pharol*, MG, 15-5-1892.

¹²⁵⁷ *Jornal O Democrata*, PA, 5-8-1892.

¹²⁵⁸ *Jornal A Federação*, RS, 7-6-1892.

¹²⁵⁹ *Jornal do Recife*, PE, 28-5-1892.

¹²⁶⁰ PORTO, Costa. *Op.Cit.*, 1986, P.46.

¹²⁶¹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Resposta do Dr. Martins Júnior à ‘mensagem’ do Sr. Barbosa Lima**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1892, p.16.

governador, Martins Júnior se reuniu com Barbosa Lima em 8 de junho de 1892 para garantir que não haveria um novo adiamento das eleições, onde o governador teria garantido a manutenção da data para o final daquele mês. Mesmo assim, passou a promover meetings, de forma a não deixar o prestígio do PRPE junto às suas bases diminuir, como no Largo do Santa Cruz no dia 12 e no Teatro da Graça, no dia 15¹²⁶². Apesar de manter o apoio ao governo, o diretório interno do PRPE passou a discordar quanto ao governador, sendo João de Oliveira o primeiro a se recusar e abandonar o partido¹²⁶³. As suspeitas se confirmaram: as eleições foram adiadas pela 2ª vez, remarcadas para 30 de setembro de 1892, demonstrando que Barbosa Lima não tinha qualquer interesse em manter os Históricos como aliados e, principalmente, dando tempo para que seus adversários se reorganizassem. Em manifesto público declarado em 17 de junho, o PRPE rompeu com Barbosa Lima

Manifesto Político

Em nome do diretório do partido republicano, participo aos amigos e correligionários da Capital e do interior que, tendo o mesmo diretório, com audiência da maioria do Congresso Estadual, resolvido romper a solidariedade política que até hoje mantivera com o governo do Sr. Dr. Barbosa Lima, - será publicado dentro de alguns dias o manifesto em que o referido partido exporá ao Estado e ao País os motivos de seu proceder.

Recife, 17 de junho de 1892

Isidoro Martins Júnior¹²⁶⁴

Com o segundo adiamento, o PRPE publicamente se põe na oposição no dia 17, colocando o Congresso Estadual – sob orientação de Martins Júnior – em peso contra o governador no dia seguinte. O partido publicou então o artigo **O Governador e seu Desgoverno**¹²⁶⁵, elencando os atos considerados por eles como arbitrários. Dentre os argumentos, alegam que Barbosa Lima interrompeu o processo de consolidação do ‘republicanismo puro’ no Estado, preferindo agir sozinho que com o partido que o elegeu. Além disso, deixaram clara a estratégia do governador: ao garantir que as eleições não seriam novamente adiadas, deixou que Martins Júnior viesse a público confirmar a informação, para logo depois (72h antes) mudar de palavra e fazer novo adiamento¹²⁶⁶. Qual seria o intuito dessa jogada? Para o PRPE visava colocar Martins em ridículo junto a suas alianças, tornando-o uma ‘marionete’, um ‘fraco’, diante dos seus pares, bem como o curto prazo não permitiria que a

¹²⁶² Jornal do Recife, PE, 10/12-6-1892.

¹²⁶³ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, 2014, p.119.

¹²⁶⁴ Jornal do Recife, PE, 18-6-1892.

¹²⁶⁵ Jornal do Recife, PE, 23-6-1892.

¹²⁶⁶ Barbosa Lima fez estratégia semelhante com José Mariano durante a Revolta da Armada, o que indica ser comum esse tipo de estratégia feita por ele.

notícia do adiamento chegasse ao Sertão, assim procedendo com eleições ‘legais’ que seriam anuladas, mas iriam expor os redutos que apoiavam Martins Júnior. Em resumo: a estratégia de adiar as eleições pela segunda vez com apenas 72h de antecedência foi propositadamente calculada para desarticular as alianças do líder histórico¹²⁶⁷. Em carta de Domingos Leite para o governador, este deixou claro que as ações de Barbosa Lima estavam se tornando perigosas por “levar ao domínio dos deletérios” e continuamente se contradizer na frente de correligionários, afirmando: “estarei de hoje em diante disposto a mais franca e mais decidida oposição” como um dever republicano¹²⁶⁸.

Com a indignação sentida pelos Históricos pelo novo adiamento, os senadores Serra Martins e Malaquias fizeram emendas de protesto, seguida pela moção apresentada por Martins Júnior em busca da anulação do adiamento eleitoral promovida por Barbosa Lima. A **‘Moção de 18’**, episódio como ficou conhecido, foi aprovada quase unanimemente com único voto contrário de José Rabello¹²⁶⁹, episódio que provocou um verdadeiro caos violento dentro da Assembleia Estadual, com a presença de agitadores¹²⁷⁰ com o intuito de perturbar¹²⁷¹. Martins Júnior foi constantemente interrompido em sua fala, tendo sido registrado pelo tipógrafo a dificuldade de estabelecer silêncio e o levantamento dos ânimos nas galerias¹²⁷². Além de tumultuosa, com gente armada de punhais e revólveres dos dois lados, houve prisão de muitos presentes¹²⁷³. Em telegrama ao jornal carioca *O Apóstolo*, órgão monarquista, diz-se que a sessão da câmara

...foi tumultuosa. Capangas de Martins Júnior e do governador, armados, invadiram o recinto da câmara, havendo luta, durante a qual reinou grande confusão, sendo desacatados diversos deputados. O Dr. Guedes Pinheiro, ex-questor, o prefeito, o delegado e outras autoridades partidárias de Martins Júnior ostentavam punhais e revólveres. A força da cavalaria compareceu no local¹²⁷⁴.

Com votação unânime no Senado, e apenas um voto contrário da Câmara, a moção de protesto foi acatada. O Conselho Municipal do Recife também aderiu junto com 17 associações

¹²⁶⁷ Jornal do Recife, PE, 23-6-1892.

¹²⁶⁸ Jornal do Recife, PE, 18-6-1892.

¹²⁶⁹ Jornal O Cartaz, PE, 20-6-1892.

¹²⁷⁰ As fontes não são concordantes sobre isso. Em *O Pharol* diz-se que eram “capangas de Martins” que invadiram a sessão e terminou em luta e confusão; já em *O Cartaz*, alegam que 20 capangas do Major Cintra teria tumultuado a sessão. É possível que tenham existido ânimos exaltados de ambos os lados naquele momento, visto que a votação da moção foi previamente anunciada. Cf. *O Pharol*, MG, 20-6-1892; *O Cartaz*, PE, 20-6-1892

¹²⁷¹ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, 2014, p.120-1.

¹²⁷² MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A moção...** *Op. Cit.*

¹²⁷³ Jornal A Federação, RS, 1-7-1892.

¹²⁷⁴ Jornal O Apóstolo, RJ, 22-6-1892.

e 100 delegados¹²⁷⁵, assim como os municípios de Glória de Goitá¹²⁷⁶ e Jaboatão dos Guararapes¹²⁷⁷, além do secretário do governador, Virgínio Marques Carneiro Leão, que abandonou o cargo. O líder do Poço da Panela, e ardoroso inimigo de Martins, passou a defender o governador abertamente através do seu Partido Autonomista, junto com antigos membros dos partidos monarquistas e apoio da imprensa republicana dissidente¹²⁷⁸ liderada pelos irmãos Falcão no periódico *Estado de Pernambuco*. Em discurso na Câmara, Aníbal Falcão colocou a culpa dos adiamentos em Martins Júnior por ser um “ambicioso vulgar, incapaz de dirigir partido, que se acha ligado às oligarquias, pretendendo impor nomes suspeitos à República¹²⁷⁹”.

Fortalecido com alianças e isolando os Históricos, Barbosa Lima lançou o **Manifesto aos Pernambucanos** em 24 de julho de 1892, rompendo publicamente com os Martinistas alegando “incompatibilidades”¹²⁸⁰. Era a segunda vez – se lembrarmos do Barão de Lucena – que Martins Júnior viu seu adversário político direto ser fortalecido por aproximação a um governador nomeado diretamente pelo presidente. Era a segunda vez que, conseguindo espaços de poder, tinha a oportunidade interrompida. Quando Barão de Lucena foi nomeado governador de Pernambuco por Deodoro da Fonseca, na saída do Gabinete Histórico, Martins Júnior havia recentemente conseguido a fusão dos partidos sob sua liderança, indo por água abaixo. Este ressentimento foi deixado claro por ele em sua fala da *Moção do 18* quando afirmou que o PRPE “...sabe fazer revoluções para em nome das ideias escalar o poder, mas sabe deixar também o poder sempre que este se torna incompatível com a sua dignidade”¹²⁸¹. Em 1892, novamente vê seus esforços de colocar o PRPE na governança serem inutilizados quando consegue o poder, com quase 4 meses de domínio. Nas duas vezes, foi preterido por articulações feitas por José Mariano.

Fundado em 20 de junho, *O Cartaz*, órgão republicano independente, publicou o manifesto de Martins Júnior, sendo republicado pelo *Jornal do Recife* entre os dias 22 e 24 de junho. Em editorial anônimo, partidários de José Isidoro ressaltavam que foi o PRPE quem elegeu e entregou a administração de Pernambuco a Barbosa Lima mas, mesmo assim, tentava

¹²⁷⁵ MARTINS, Henrique. **Martins Junior (post mortem)**. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1905, p.XXV.

¹²⁷⁶ Município da região da Zona da Mata pernambucana. *Jornal do Recife*, PE, 16-7-1892.

¹²⁷⁷ *Jornal Cruzeiro do Norte*, AL, 29-6-1892.

¹²⁷⁸ Um dos principais nomes a apoiar Barbosa Lima era Joaquim Pernambuco.

¹²⁷⁹ Aníbal está se referindo a Ulysses Vianna que era um dos alvos de desagrado de Barbosa Lima e que Martins Júnior mantinha fiel acordo para colocá-lo na chapa. Cf. *Diário de Manaos*, AM, 13-7-1892.

¹²⁸⁰ *Diário de Manaos*, AM, 9-8-1892.

¹²⁸¹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A moção...** *Op. Cit.*, p.8.

protelar a eleição para favorecer seu protegido, Joaquim Pernambuco¹²⁸². O líder histórico comprou¹²⁸³, então, a tipografia que imprimia a *Gazeta da Tarde*¹²⁸⁴, junto com Thiago da Fonseca e Argemiro Aroxã, onde se alocou como redator-chefe e principal jornal de oposição ao governo de Barbosa Lima sendo recebido “com foguetes e vivas pelos demais redatores”¹²⁸⁵, pouco tempo depois se retirando da redação do *Jornal do Recife*¹²⁸⁶. Na *Gazeta* precisou manter vários artigos anônimos após começar a sofrer ameaças do governo, só revelando a autoria de muitos deles em 1899¹²⁸⁷.

6.2 A REVOLTA DO SERTÃO

O que ficou convencionado chamar de “Revolta de Triunfo” na verdade se estendeu por várias outras cidades do interior de Pernambuco: Afogados da Ingazeira, Canhotinho, Flores, Salgueiro, Vila Bela, Taquaritinga, Limoeiro, Tacaratú, Floresta, Goiana¹²⁸⁸ e Triunfo. Por essa razão, tendo em vista que o conflito durou 5 meses em várias localidades, o mais correto seria falar de uma revolta dos municípios do sertão pernambucano, não restringindo a apenas um local. Opto, então, por chamar de ‘Revolta do Sertão’ neste trabalho, de forma a indicar a diversidade do movimento que a expressão ‘Revolta de Triunfo’ esconde. Com o decreto que retirava todos os intendentes municipais nomeados pela Junta Governativa e a imposição de novas eleições para os conselhos municipais em 30 de setembro de 1892, o PRPE aderiu a um boicote geral ao processo¹²⁸⁹, tendo em vista que toda a estrutura já estava montada para impedir que os históricos tivessem alguma chance. O argumento utilizado pelos republicanos era que, se as Intendências Municipais nomeadas pela Junta eram ilegais, assim também seria o Congresso Estadual e, por consequência, a própria eleição indireta do governador. Se as intendências deveriam ser dissolvidas, então toda a cadeia decorrente da Junta Governativa

¹²⁸² Jornal O Cartaz, PE, 20-6-1892.

¹²⁸³ Jornal Diário do Commercio, PR, 26-7-1892. Jornal de Notícias, BA, 21-7-1892.

¹²⁸⁴ A *Gazeta da Tarde* era de Fortunato Pinheiro, republicano independente.

¹²⁸⁵ Jornal O Estado, SC, 20-5-1893.

¹²⁸⁶ Também participou da coluna O Astro e o Estro do jornal *O Equador*, era correspondente do jornal *A Semana* (RJ) e publicou seu novo livro de versos, *Tela Polycroma*, todos em 1893. Cf. Jornal O Equador, PE, 24 novembro de 1893.

¹²⁸⁷ NASCIMENTO, Luiz. **Três mestres de direito no ‘batente’ do jornal**: Tobias Barreto, Martins Júnior, Clóvis Beviláqua. Recife: Imprensa Oficial, 1966, p.58.

¹²⁸⁸ É o único município envolvido que não está localizado no Sertão. Foi tomada pelos “rebeldes” em agosto de 1892. Cf. *Gazeta da Tarde*, RJ, 26-8-1892.

¹²⁸⁹ Diário de Pernambuco, PE, 2-9-1892.

deveria ter o mesmo destino. Obviamente, Barbosa Lima dissolveu apenas aquilo que lhe era conveniente e onde estava a força dos Históricos naquele momento. A ausência de posicionamento claro de Floriano Peixoto sobre essas questões só deu mais margem para que ambos os lados se sentissem dentro da legalidade¹²⁹⁰.

Já antecipando o possível decreto do governador que dissolveria as Intendências, o congresso estadual, por meio da indicação de Martins Júnior, tentou a aprovação de duas leis: a primeira era a Lei Orgânica ou a chamada, **Lei das Municipalidades**, que previa a existência dos municípios como pessoas civis autônomas, com conselho, prefeito, vice e juízes. A segunda lei era uma limitação do contingente policial à disposição do governador¹²⁹¹. Ambas as leis foram vetadas por Barbosa Lima, prevendo que os municípios deveriam ser subordinados ao governo do Estado. Em retaliação, o congresso rejeitou por 2/3 os vetos do governador, mantendo as leis em vigor. A *Província*, órgão de José Mariano, passou a insuflar os comerciantes de São José (seu reduto político) ao sugerir que a Lei dos Municípios criaria novos impostos. Em ataques diretos ridicularizando sua capacidade de controlar o próprio partido, artigo anônimo no *Diário de Pernambuco* indicam o teor das críticas

...o moço poeta de *Visões de Hoje* supõe que escrever sobre política e dirigir um partido é processo idêntico ao versejar com as facilidades que se permitem aos cultores da musa. Engano manifesto do Dr. Martins Junior! Fique sabendo S.S. que há indivíduos que, sendo maus escritores, são bons políticos: outros que são bons escritores e mais políticos e alguns, finalmente, que são maus escritores e péssimos políticos. Infelizmente, o Sr. Dr. Martins Júnior pertence ao último número¹²⁹².

Revoltados, os comerciantes do Recife atacaram com pedras o prefeito da Capital, o histórico Ribeiro de Brito, sem que Barbosa Lima agisse com a força policial para conter a multidão¹²⁹³. Como estratégia prévia às possíveis críticas que receberia, publicou longa carta intitulada **O Governador de Pernambuco e os Verdadeiros Republicanos**¹²⁹⁴, tanto na imprensa local, como fora do Estado¹²⁹⁵, expondo suas razões para a decisão que tomaria em seguida. Deve-se ressaltar a simbologia do título da carta ao colocar o adjetivo “verdadeiros” republicanos, numa estratégia retórica contrária às acusações que lhes eram imputadas. Assim, disparou “...ou eu aceitaria a honrosa investidura de dócil e passivo instrumento nas mãos do

¹²⁹⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.232.

¹²⁹¹ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op.Cit.*, 2014 p.135-6.

¹²⁹² GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Uma conjuração fracassada e outros ensaios**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p.54.

¹²⁹³ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.56.

¹²⁹⁴ Jornal O Democrata, PA, 4 e 5 de agosto de 1892. Jornal Diário de Notícias, RJ, 10 de agosto de 1892.

¹²⁹⁵ O *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro, e O *Democrata*, no Pará, publicaram integralmente a carta que tomou metade das publicações.

Sr. Martins, ou se desencadeariam as fúrias do averno partidário, que não mais deixariam de agorentar todos meus atos, enegrecendo-os como o sopro pestífero do rancoroso despeito”¹²⁹⁶.

“*Aceito o desafio e o próprio critério por S. Exc. Estabelecido em matéria de intervenção eleitoral, para demonstrar que o autor desta ‘Mensagem’ [Barbosa Lima] quis e quer intervir nos resultados das eleições federais*”¹²⁹⁷ disse Martins Júnior, em resposta ao governador, expondo alguns fatos sobre os eventos que levaram até aquele ponto. Dentre os argumentos apresentados, o líder histórico deixou claro que, em reunião com o governador, este havia lhe sugerido uma troca: Albino Meira seria nomeado para o STF e, em contrapartida, a vaga na chapa seria preenchida por Joaquim Pernambuco, seu aliado. Até este ponto, Martins Júnior afirmou concordar caso Albino Meira aceitasse o cargo, mas foi uma segunda exigência que havia levado ao estranhamento: Barbosa Lima teria pedido para Joaquim Pernambuco, além de ser incluso, ter seu nome adiantado para o topo da chapa, acima do seu desafeto, Ulysses Vianna. Albino Meira não foi indicado ao STF, desfazendo o acordo, o que teria levado o governador a adiar as eleições com apenas 4 dias de antecedência. Não apenas isso, Barbosa Lima teria entrado em contato com Correia da Cruz, intendente de Triunfo, para indicar votos para Joaquim no Sertão, articulando por fora do acordo. Martins Júnior ainda deixou em seu relato que o governador teria confidenciado a ele – deixando o nome de testemunhas – que o ato de adiamento era uma represália ao então Ministro do Exterior, Sezedello Correia. A represália em questão tinha, além dos motivos pessoais, uma reunião acontecida entre os estudantes pernambucanos na Escola Militar do Rio de Janeiro e o Ministro¹²⁹⁸, com o objetivo de conseguir auxílio ao PRPE contra Barbosa Lima, tendo se posicionado favorável¹²⁹⁹. Também é necessário deixar evidente a estreita amizade entre Barbosa Lima e Aníbal Falcão, primeiro dissidente do PRPE em 1890 por disputar a liderança do partido, relação que influenciava o governador¹³⁰⁰. O novo adiamento também teria mais uma razão: Pedro Correia e Eugênio Bittencourt, aliados do governador, o tinham alertado que a estrutura eleitoral que estavam montando no interior ainda não estava forte o suficiente¹³⁰¹. Diante dos fatos expostos – e propositadamente suprimidos da versão dada pelo governador – Barbosa Lima se conservou em silêncio diante das acusações.

¹²⁹⁶ Diário de Notícias, RJ, 10-8-1892.

¹²⁹⁷ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Resposta...** *Op. Cit.*, p.51-2.

¹²⁹⁸ Diário do Commercio, RJ, 3-8-1892.

¹²⁹⁹ Jornal O Democrata, PA, 3-8-1892.

¹³⁰⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.231.

¹³⁰¹ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.49.

Poucos dias depois, Barbosa Lima baixou decreto cortando o orçamento do Recife e, em 15 de agosto de 1892, dissolveu todas as intendências municipais. Pouco tempo depois, dissolveu toda a magistratura colocada pela Junta, o que fez a diretoria do PRPE lançar novo manifesto prometendo reagir “por todos os meios contra o ditador”¹³⁰². O fato já alertava para o clima que se instaurou, como no jornal paraense *O Democrata*, avaliando que “a capital do estado de Pernambuco está sobre o vulcão da anarquia, prestes a abrir suas crateras”¹³⁰³. Em manifesto assinado pela diretoria do PRPE, o partido se colocou contra o decreto argumentando, resumidamente, o seguinte: em razão da promulgação da Constituição Estadual apenas em 1891, os municípios ainda não haviam tido o direito de se auto administrarem dentro da República, prevendo na Carta que a primeira eleição de formação dos Conselhos Municipais deveria ser indireta, como de fato ocorreu em 21 de fevereiro de 1892. Por lei, esse primeiro conselho eleito indiretamente ficaria no cargo até o fim da primeira eleição para os municípios, que estava marcada em 20 de maio de 1892, sendo, portanto, **um governo de transição**. O que Barbosa Lima fez, por decreto de 15 de agosto de 1892, após o segundo adiamento eleitoral, foi retirar esse primeiro governo constituído para colocar *outro de transição sem eleição* (nem direta, nem indireta), o que ia de encontro não apenas à Constituição Estadual, mas também à própria lei decretada pelo governador (Lei nº52). O que os republicanos argumentavam, portanto, não era que os conselhos municipais eleitos pela Junta fossem eternos, mas que eles fossem conservados até os novos conselhos eleitos diretamente pela população, como previu a Constituição de Pernambuco¹³⁰⁴. Fato que, não sejamos ingênuos, pretendia a eleição de candidatos aparelhados aos Históricos.

A partir de 24 de agosto de 1892 começaram a surgir núcleos de resistência no interior do Estado contra a dissolução das intendências, com meetings de protesto convocados na Capital¹³⁰⁵. Atacaram os postos policiais, cortaram as linhas telegráficas e empunharam armas¹³⁰⁶. Devo pontuar que os revoltosos se consideravam do lado da legalidade, visto que a ‘Revolução’ era legítima aos seus olhos, por defender a República em Pernambuco. Os intendentes estavam, portanto, usando o argumento de defesa da autonomia municipal, visto naquele momento como mais um processo de consolidação dos ideais republicanos. O jornal monarquista carioca *O Apóstolo*, de orientação favorável ao governador, revelou que “vários

¹³⁰² Jornal Comércio de Portugal, Lisboa, 18-10-1892.

¹³⁰³ Jornal O Democrata, PA, 18-8-1892.

¹³⁰⁴ Jornal A Pátria, AL, 21-8-1892.

¹³⁰⁵ Jornal The Rio News, RJ, 30-8-1892.

¹³⁰⁶ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.233.

pontos tem havido combates, mortes e numerosos ferimentos”, publicando um telegrama¹³⁰⁷ de Martins Júnior onde se pode ver certa dose de cinismo por parte do histórico em ‘fingir’ não estar envolvido com os protestos que começavam a tomar o interior “...a conflagração de tais municípios tende a generalizar-se, apesar de meus conselhos de calma e prudência. É impossível prever a solução, mas a responsabilidade de qualquer acontecimento cabe apenas ao govenador insensato”¹³⁰⁸. Afirmo o grau de disfarce por parte de Martins Júnior, pois era ele quem dava as orientações explícitas para os chefes do movimento, como nos trechos que trago abaixo¹³⁰⁹

4 de setembro de 1892

[Avisa que vão 35 praças encarregada de “dominar republicanos”]

...Ouvindo os nossos amigos daqui devo aconselhar-lhe que procure inutilizar a força antes de chegar ao seu destino. Talvez seja fácil desarmá-la. Caso, porém, não seja isso possível e da luta não possa resultar vantagem para você, convém fazer uma retirada falsa, evitar o conflito, acautelando os amigos e, depois que a força tiver retirado, voltar a carga. Convém também estender o movimento, nas mesmas condições, aos municípios vizinhos. Os amigos daqui podem por a sua disposição para sustentação do movimento, aí e nos municípios vizinhos, até um conto de réis, que serão pagos à vista de saque seu contra a casa Tavares de Mello Genro & Cia, desta praça.

27 de setembro de 1892

[Avisa que vão 150 praças para o tenente Florêncio de Carvalho]

...Este é inimigo capaz de tudo [...] Estou informado de que a força segue por periperi para surpreender os nossos amigos. Assim previnam-se tomando as providências convenientes. Entretanto não devem abandonar o outro ponto por onde seguiu o primeiro contingente de força.

7 de outubro de 1892

...Não desanime. Continue. Escrevi ao Marechal Ignácio de Alagoa de Baixo, pedindo auxílios para você. Mandeí portador especial. Tenho motivos para crer que em Águas Belas breve o secundarão.

Os amigos reunidos acham-se entusiasmados com você e prometem todos os auxílios. Saque contra a casa que já lhe indiquei quando precisar de dinheiro. Nada de desanimar. O Barbosa ainda ontem enviou ao Carvalho um reforço de 60 praças. Se o Carvalho for batido, o Barbosa estará perdido de todo. Nós por aqui trabalhamos em proveito da causa comum. Do Rio temos notícias muito esperançosas.

Um dos municípios em que o confronto entre as forças locais e as estaduais mais se enfrentou foi em Flores, mas foi em Triunfo que as forças de combate estavam mais organizadas, através de Correia da Cruz e o vigário Douettes, que se correspondiam com Martins Júnior, Albino Meira e Inácio Leopoldino no Recife como nos trechos mostrados

¹³⁰⁷ Por se tratar de um periódico monarquista, Martins Júnior, como declarado positivista era alvo direto das críticas do jornal.

¹³⁰⁸ Jornal O Apóstolo, RJ, 31-8-1892.

¹³⁰⁹ Cartas de Martins Júnior para Correia da Cruz entre 4 de setembro e 7 de outubro de 1892. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Caixa 16, Fundo FIA, DOC0830.

acima. As forças enviadas executaram várias ordens de prisão em Triunfo¹³¹⁰ e o vigário Douettes foi preso em Recife após ser flagrado comprando armas e munições¹³¹¹. Em cartas trocadas com as lideranças locais, Martins Júnior repassou, como vimos, as rotas e métodos de resistência. A *Gazeta da Tarde* foi proibida, por ordem de Barbosa Lima, a vincular qualquer informação das revoltas do interior nas suas publicações¹³¹². Em razão da ordem de silêncio sobre os fatos acontecidos no interior, muito do entendimento sobre o que ocorria, quem eram os envolvidos, quais as ligações entre os Históricos e os locais, bem como os métodos de resistência ficaram muito prejudicados na análise. Deixo o desafio desse aprofundamento em aberto para novos pesquisadores, pois considero que seja necessário procurar documentação local (principalmente em Afogados da Ingazeira e Flores), bem como traçar uma devassa nas séries policiais e da justiça em busca de informações que possam ter “vazado”¹³¹³. Por considerar que esse trabalho seria caberia numa dissertação, bem como fugiria ao foco central dessa tese, optei por abordá-lo no que impacta para a trajetória de Martins Júnior.

O envolvimento do líder histórico descambou num episódio controverso que pode ser entendido como “prisão” ou o que chamamos no século XXI, de “condução coercitiva” em 23 de outubro de 1892¹³¹⁴. Barbosa Lima enviou tropas para interceptar Martins Júnior na rua, obrigando-o a ir ao palácio “prestar esclarecimentos” sobre seu envolvimento nas rebeliões que aconteciam no interior do Estado contra seu decreto que retirou todos os intendentes municipais. O fato em si causou indignação em razão da forma agressiva e autoritária com que o governador tratava um deputado eleito com imunidade parlamentar, usando força desproporcional – um corpo de cavalaria com mais de 25 pessoas - para “conduzir” um único homem. Em protesto pela forma como foi tratado, Thiago da Fonseca, presente no momento, foi preso pelo Capitão Ottoni¹³¹⁵. Levado ao palácio, Martins Júnior afirmou que apenas dava conselhos aos revoltosos e ser este um direito protestar contra atos ilegais do governo¹³¹⁶, havendo relatos de que teria

¹³¹⁰ Jornal Amazonas, AM, 1-11-1892.

¹³¹¹ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 30-09-1892.

¹³¹² GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.62.

¹³¹³ Com a pandemia de COVID-19 o aprofundamento nessa busca ficou prejudicada, em razão de muitos acervos terem ficado fechados entre 2020-2021. O que me foi possível pesquisar esbarrou nessa “ordem de silêncio”. Por exemplo, a *Gazeta da Tarde*, que seria a melhor documentação para ter acesso a essas informações, tem poucos exemplares para consulta que estão indisponíveis no Arquivo Público de Pernambuco. Até mesmo porque, durante o governo de Barbosa Lima, sua circulação foi muitas vezes impedida e os exemplares recolhidos. Por todos esses impedimentos, a alternativa que encontrei foi trabalhar a documentação encontrada, cruzar com os jornais que havia algo de disponível e confrontar com a historiografia já existente a respeito.

¹³¹⁴ O jornal *Província do Pará*, por exemplo, desmentiu que ele tivesse sido preso, mas apenas “chamado ao palácio”. Cf. Diário do Maranhão, MA, 8-11-1892.

¹³¹⁵ Jornal A República, SC, 23-10-1894.

¹³¹⁶ Jornal A Federação, RS, 4-11-1892.

sido ameaçado de morte no gabinete do governador pelo ajudante de ordens, caso algo acontecesse com Barbosa Lima¹³¹⁷. No palácio, o governador indagou Martins Júnior acerca de um telegrama interceptado feito de Palmares por Jerônimo de Castro Sá Barreto que dava notícias da vitória dos revoltosos em Triunfo, ao que o líder histórico disse não saber, considerando as rebeliões no interior como espontâneas. Diante do que acontecia, o presidente da Câmara dos Deputados, Moreira Alves, tentou se dirigir ao palácio, sendo impedido de entrar¹³¹⁸ e, com o deslocamento das tropas do 14º Batalhão, Martins Júnior e Thiago da Fonseca foram mantidos sob mira dos revólveres do Capitão Ottoni e Miguel Pernambuco, sendo ameaçados de morte caso o batalhão desse o primeiro tiro¹³¹⁹. Com isso, a *Gazeta da Tarde* passou por mais uma suspensão¹³²⁰.

Apesar de Mário Melo¹³²¹ ter confirmado o envolvimento de José Isidoro com as rebeliões décadas depois, mesmo que Barbosa Lima soubesse da sua mentira, dificilmente decretaria sua prisão naquele momento. A “condução” de Martins Júnior durou duas horas, em razão do tumulto que se armou na cidade, fazendo o governador recuar nas suas pretensões mais autoritárias. O jornal catarinense *O Cruzeiro* noticiou a ameaça de morte¹³²², o que “indignou a população do Recife”¹³²³. Fontes afirmam cerca de 2 mil pessoas nas imediações do palácio¹³²⁴ que, assim que Martins Júnior foi liberado, acompanharam-no nas ruas em protesto até sua casa. O comércio ficou fechado à noite e, por ordem do governador, todos os teatros foram fechados (para impedir meetings), situação caótica que chegou à imprensa portuguesa, cujo correspondente enviou “é grande a indignação. O governador leva o Estado à Revolução. (...) Antevemos consequências funestas”¹³²⁵. *The Rio News* alertou “a situação em Pernambuco é extremamente crítica”¹³²⁶. A imprensa governista tentou diminuir o impacto da crítica generalizada, dizendo não ter sido uma ‘prisão’, mas apenas uma ‘chamada a explicações’¹³²⁷. Parte da imprensa considerou a atitude do governador desproporcional e a “mocidade acadêmica” do país protestou¹³²⁸.

¹³¹⁷ Jornal Commercio do Espírito Santo, ES, 27-10-1892.

¹³¹⁸ Diário do Maranhão, MA, 21-11-1892.

¹³¹⁹ Jornal Comércio de Portugal, Lisboa, 12-11-1892.

¹³²⁰ MOREIRA, Rangel. **Martins Júnior**. São Paulo: Editora Pensamento, 1916, p.46.

¹³²¹ Os documentos encontrados no IAHGP possuem sua assinatura e rubrica afirmando a comprovação. As cartas foram, inclusive, datilografadas por ele.

¹³²² Jornal O Cruzeiro, SC, 11-12-1892.

¹³²³ Jornal Amazonas, AM, 1-11-1892.

¹³²⁴ Jornal A Pátria, AL, 25-10-1892; Jornal O Comércio de Portugal, Lisboa, 10-11-1892.

¹³²⁵ Jornal O Economista, Lisboa, 18-11-1892.

¹³²⁶ Jornal The Rio News, RJ, 25-10-1892.

¹³²⁷ Jornal Commercio do Espírito Santo, ES, 27-10-1892.

¹³²⁸ Jornal O Cruzeiro, SC, 11-12-1892.

O *Correio Paraense* destacou que “a prisão de Martins Júnior importa em o atentado mais violento aos princípios predominantes da democracia que, na República, deve ser o ÚNICO lema das conquistas liberais em bem do futuro da Pátria” e continuaram a defende-lo, pois Martins Júnior defendia a República mesmo “isso lhe valendo o concurso [da Faculdade de Direito]”¹³²⁹, posição semelhante demonstrou a *Gazeta Postal do Pará*¹³³⁰ e *Estado de Goyaz*¹³³¹, para demonstrar que muitas vezes as decisões mais ideológicas dele o fez perder oportunidades. O primeiro exclamou “...foi violentamente preso no Recife (...) A *Gazeta Postal*, associando-se à imprensa independente e séria do Brasil, sente o desgosto porque acaba de passar o valente homem de letras e envia sinceros sentimentos ao partido republicano puro deste país”¹³³². Apenas 2 dias depois, há registros de que o grupo de Martins Júnior tenha tentado articular a deposição de Barbosa Lima ao entrar em contato com alguns comandantes militares¹³³³, como o do 14º Batalhão, mas José Mariano teria arregimentado uma defesa para o governador de 5 mil pessoas e Floriano mandou prender o comandante envolvido¹³³⁴. Enviando telegrama de apoio, o *Correio Paraense* explicitou a tentativa de prisão de Barbosa Lima por Serra Martins, destacando que se “receia perigosa perturbação na ordem da Capital, onde reina já grande exacerbação de ânimos” e prevê o aumento dos conflitos no interior¹³³⁵. Em telegrama curto enviado para a *Gazeta de Itajahy* publicou-se “Desterro, 20 de outubro. Graves conflitos em Pernambuco (!) Dr. Martins Júnior preso (!!) Câmbio sem taxa (!!!) Chegou tenente Machado, teve recepção muito fria (!!!)”¹³³⁶. Em artigo manifesto sobre sua prisão, **Ao Paiz e ao público Pernambucano**, Martins Júnior relatou que

[minha prisão] foi feita em plena rua por uma força de cavalaria composta de 25 praças e armada como se se dirigisse para um campo de batalha [...] o ajudante de ordens do Sr. Barbosa Lima, ao enfrentar-se comigo, diante da matriz de Boa Vista, no estabelecimento do Sr. Alfredo Lopes & Cia, deu-me voz de prisão, concebida nesses termos: Dr. Martins Júnior, está preso a ordem do Sr. Governador [...] todo o público viu desfilar pelas ruas da Imperatriz e do Sol¹³³⁷

¹³²⁹ Jornal Correio Paraense, PA, 25-26-10-1892.

¹³³⁰ Jornal do Recife, PE, 16-11-1892.

¹³³¹ Jornal Estado de Goyaz, GO, 19-11-1892.

¹³³² Jornal Gazeta Postal, PA, 1-11-1892.

¹³³³ Em telegrama anônimo, se confidenciou que ‘Mello Filho’ estaria tentando comprar armamentos no sul. Cf. A Pátria, AL, 25-10-1892.

¹³³⁴ Jornal A Legalidade, PI, 12-11-1892.

¹³³⁵ O Correio Paraense ainda destacou a polarização entre o grupo diretamente ligado a Martins (Ambrósio Machado, José Vicente, Albino Meira, Serra Martins, Sigismundo Gonçalves, Domingos Leite e Austriciano Lins) contra o grupo diretamente ligado a Barbosa Lima (José Mariano, Calliope de Melo, Aníbal Falcão e Joaquim Pernambuco). Cf. Correio Paraense, PA, 28-10-1892.

¹³³⁶ Jornal do Commercio, SC, 5-11-1892.

¹³³⁷ Jornal Correio Paraense, PA, 9-11-1892.

Por todo o caos que passou a existir, todos os envolvidos com Martins Júnior passaram a ser taxados como “anarquistas”¹³³⁸. As rebeliões no interior continuaram até janeiro de 1893, levando 5 meses de confronto entre as forças municipais e as estaduais. Mesmo com seu fim, continuaram a receber apoio de bases no interior, como demonstrou Guilherme Domingos Bezerra em Taquaretinga ao declarar “não desanimem, pois bem perto pode estar o dia da reabilitação do único e verdadeiro regime legal, e desta vez os elementos oficiais neste município serão confiados aos homens sérios”¹³³⁹. Em abaixo-assinado por 30 eleitores do município de Limoeiro, Martins Júnior é felicitado como “grande líder batalhador da democracia” como foi “Nunes Machado”¹³⁴⁰. Mesmo com seu fim, Barbosa Lima impôs serviço militar obrigatório permanente dos batalhões de infantaria no interior todos os anos, especialmente na cidade de Triunfo¹³⁴¹.

O que se pode analisar da documentação da época, é possível afirmar que o objetivo da revolta não era – como se pensa – a manutenção dos cargos das Intendências, mas insuflar uma tentativa de intervenção federal contra Barbosa Lima. As táticas de “guerra” feitas no interior previam uma luta prolongada *propositadamente*, dando tempo para que os Históricos se articulassem com a Capital Federal para a deposição do governador por incompetência. Albino Meira teria se confidenciado com Floriano Peixoto; José Vicente Meira de Vasconcelos bradou pelas armas através da imprensa; Martins Júnior, Thiago da Fonseca, Sigismundo Gonçalves e Argemiro Aroxã enviavam telegramas para a imprensa do Rio, especialmente o *Jornal do Brasil*¹³⁴². O objetivo da revolta, portanto, era trazer as atenções da nação para Pernambuco e, assim, tentar expor o governador. Como temos acompanhado ao longo deste trabalho, Martins Júnior e seus companheiros constantemente mantiveram o discurso de ‘defesa da República’ ao longo dos primeiros anos do novo regime. Naquele momento, e não apenas em Pernambuco, os sentimentos de que a República estaria em constante ameaça pela influência e retorno de lideranças monárquicas fazia com que, mesmo 3 anos após a Proclamação, a sensação de ‘perigo’ rondasse as ações dos antigos propagandistas como ele. Quando ainda se debatia sobre a ‘ditadura’ do 2º gabinete do General Deodoro, liderado pelo Barão de Lucena, assim se posicionou *O Parahybano* “...Silva Jardim, Albino Meira, Martins Júnior, Coelho Lisboa e

¹³³⁸ Jornal A Federação, RS, 4-11-1892.

¹³³⁹ Jornal do Recife, PE, 10-2-1893.

¹³⁴⁰ Jornal do Recife, PE, 5-3-1893.

¹³⁴¹ MAIA, Clarissa Nunes. 2001. 253f. **Policiados:** controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (1865-1915). Tese (doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, p.106.

¹³⁴² CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op. Cit*, 2014, p.146.

outros extenuos propugnadores da causa republicana foram desconhecidos, hostilizados ou preteridos por sátrapas de cotovelos rotos que tomaram a empreitada política de secundar a obra da ditadura”¹³⁴³.

Obviamente, a retórica da ‘defesa da República’ serve também às pretensões de fazer este grupo conquistar e se manter no poder – algo que não é exclusivo aos históricos, mas a qualquer embate político. “Defender” a República dos “falsos” republicanos, dos “falsos” convertidos e dos monarquistas declarados pode ter sido um argumento de poder, mas também foi parte de uma prática de propaganda persistente nos primeiros anos do regime (1889-1897). Naquele momento, Barbosa Lima se enquadrava como um “falso” republicano dentro da retórica dos históricos: estava se alinhando com antigas lideranças monarquistas¹³⁴⁴, abrindo espaço para ‘falsos’ convertidos¹³⁴⁵, associando-se aos dissidentes republicanos¹³⁴⁶, retomando práticas imperiais, favorecendo a classe usineira e o capital inglês¹³⁴⁷ e se distanciando dos ideais republicanos mais importantes (liberdade de imprensa, igualdade entre cidadãos, etc.) pervertendo o conceito de “ditadura” positivista que, em última instância, nunca significou autoritarismo na visão dos históricos. Como se expressou Moreira Alves: “o positivismo do governador não é o de Augusto Comte”¹³⁴⁸, argumento semelhante também utilizado por Martins Júnior durante a votação da *Moção de 18*¹³⁴⁹ bem como no seu manifesto de resposta ao governador¹³⁵⁰.

Em contrapartida, a imprensa governista acusava Martins Júnior de ser apenas um testa-de-ferro para os ex-monarquistas Sigismundo Gonçalves e Ambrósio Machado, sendo um “capitão de bandeira” a 150 mil réis por mês¹³⁵¹. Em carta escrita por V. Ferreira, o governador é “alertado” sobre o perigo de governar “sem Martins Júnior” pois se “ligará aos inimigos da pátria pernambucana”¹³⁵². Barbosa Lima utilizava desses argumentos para também atacar Martins Júnior, acusando-o publicamente de ter se afastado dos ideais republicanos ao permitir “adesistas” no PRPE (como Ulysses Vianna e Ambrósio Machado), retórica utilizada também

¹³⁴³ Jornal O Parahybano, PB, 23-2-1892.

¹³⁴⁴ Para Marc Jay Hoffnagel, apesar das veias republicanas do governador, de fato ele serviu para consolidar o domínio das antigas elites imperialistas, principalmente em torno do Partido Autonomista. Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.227.

¹³⁴⁵ Principalmente José Mariano e José Maria.

¹³⁴⁶ Notadamente os irmãos Falcão e os irmãos Pernambuco.

¹³⁴⁷ NACHMAN, R. G. Positivism, Modernization, and Middle Class in Brazil. **Hispanic American Historical Review**, Carolina do Norte (EUA), v. 57, n. 1, p.1-23. 1977, p.16.

¹³⁴⁸ Jornal O Cartaz, PE, 20-6-1892.

¹³⁴⁹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A moção...** *Op. Cit.*, p.7-8 e 30.

¹³⁵⁰ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Resposta...** *Op. Cit.*, p.44.

¹³⁵¹ Jornal Lanterna Mágica, PE, 30-09-1892.

¹³⁵² Jornal do Recife, PE, 1-7-1892.

por Aníbal Falcão¹³⁵³, com quem cogitou criar novo partido¹³⁵⁴. Em coluna anônima, a associação entre Barbosa Lima e Aníbal Falcão foi contestada como uma combinação de elementos “deletérios” (partidários de José Mariano). O artigo concentrou suas críticas sobre a fala de Aníbal acerca da “ambição” de Martins Júnior e da “honestidade” de Barão de Lucena. Lembraram, então, de três pontos: Aníbal Falcão recebeu o cargo de deputado das mãos de Lucena; o Barão colocou os deletérios no poder (governo de Correia da Silva, o mais duradouro entre 1889-1981 que chegou a ter 8 governadores), bem como o Barão de Lucena ter sido o responsável pelo 2º gabinete do governo Deodoro, que perseguiu elementos republicanos e restaurou muitas antigas lideranças monarquistas, então completam

... [Martins Júnior] recusou absolutamente aceitar o lugar de deputado, que o Sr. Lucena lhe oferecia, porque lhe repugnava ter por companheiros de chapa indivíduos, que havia há pouco tempo, nos arroubos de entusiasmo pelo Conde D’eu, tinham querido trucidar os republicanos [...] *[depois de explicitarem que Aníbal recebeu a deputação por Barão de Lucena, aceitando fazer parte do lado de José Mariano]* Quem é o ambicioso, o que tem a hombridade de recusar o presente que trazia, pelo menos alguns arranhões à dignidade, ou quem o aceitou?”¹³⁵⁵

Até mesmo análises historiográficas trouxeram essa bagagem, como em Fernando da Cruz Gouveia

...os verdadeiros princípios republicanos chegaram objetivamente a Pernambuco com o jovem capitão de engenheiros, ungido pelo autoritário Floriano, governador de um estado reduzido a palco de políticos medíocres, que se convencionou chamar de republicanos, mas não passavam de um corrilho a repetir procedimentos que, farisaicamente, eles condenavam nos monarquistas...¹³⁵⁶

As acusações contra Martins Júnior quase sempre terminavam por taxa-lo de ambicioso e incapaz de dirigir um partido, e foi essa versão que se cristalizou na historiografia. Trago abaixo um recorte também escrito por Fernando da Cruz Gouveia

Autor infelizmente não conseguiu apurar o sentido exato do curioso apelido dado ao partido de Martins Júnior. A invocação a um instrumento musical [violões] sugere que o povo achava os ‘históricos’ barulhentos e sempre a executar a toada de golpe, intervenção federal, etc. Nos nossos dias, a imprensa carioca rotulou jocosamente de ‘banda da música’ a bancada da UDN ruidosa, mas afinada na pregação de derrubadas de presidentes. Haveria alguma semelhança entre a designação de ‘violões’ aos políticos pernambucanos e a ‘banda de música’ da extinta UDN? [...] Conclusão: se Barbosa Lima obedecesse, como o Barão de Contendas, medrosamente, as determinações dos ‘históricos’ de deixar o palácio, tudo bem; do contrário, as forças federais deveriam intervir no Estado para colocar os homens da Junta Governativa novamente no poder. O governador deveria receber calado, as injúrias pessoais e acusações de toda ordem, nada de repelir os ataques ou de esboçar sequer uma simples refutação à torrente de impropérios que sobre ele os ‘violões’ arremessavam

¹³⁵³ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op. Cit.*, 2014, p.128-133.

¹³⁵⁴ Jornal do Recife, PE, 24-6-1892.

¹³⁵⁵ Jornal do Recife, PE, 24-6-1892.

¹³⁵⁶ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.13.

diariamente. Eram estas as condições impostas pelos Martinistas para que Pernambuco desfrutasse paz¹³⁵⁷.

Análise parcial também apresentou Robert Levine “[Barbosa Lima] merece louvor pela sua defesa da honestidade na administração, pelo seu programa de incentivos estaduais, que propiciou a modernização da indústria açucareira, pelos seus esforços pelo estabelecimento de centros de treinamento técnico”¹³⁵⁸. Costa Porto chegou a dizer em seu trabalho que Barbosa Lima foi um dos políticos “mais injustiçados de Pernambuco” contra os “encarniçados-históricos de Martins Júnior”¹³⁵⁹. Pesquisadores, baseados nos relatos de Barbosa Lima e José Mariano resumiram a batalha política entre as lideranças da época como um caso de “teimosia” e “ vaidade” de Martins Júnior e *exclusivamente* dele. Não contesto o cerce das críticas que alegam a vontade dos históricos de reaverem o poder do Estado, mas essa é uma prática comum a qualquer movimento político, principalmente a um chefe de partido. As manobras políticas, comuns a todos, parece ser um “vício” aplicável apenas aos violões. Foi por volta deste momento que o argumento em torno da sua “inabilidade” política se tornou bastante recorrente com seus opositores. Anos depois, companheiros seus da crise política entre 1892-4, ainda traziam reflexões nesse sentido. Trago abaixo três relatos de partidários históricos. Um deles foi Thomé Gibson, proprietário do *Jornal Pequeno*

Na sua vida objetiva, a deixar-nos em silêncio de comentários as falsas imputações que lhe flecharam ontem os arrependidos de hoje, sofreu a crítica dos inconsequentes que o qualificavam de incapaz de dirigir um partido – ele que chefiava com sobrançeria e patriotismo, o número completo de republicanos desse Estado! Incapaz porquê?¹³⁶⁰

Depoimento semelhante foi feito por Ribeiro de Brito

Hostilizado pelo governador, o partido de que eras chefe, tu te viste obrigado a romper as tuas relações partidárias com o Chefe de Estado, para assim, evitar que o nosso partido fosse cúmplice na responsabilidade de falseamento republicano [...] Tu eras tão grande, herói, tanta confiança nos inspirava, filho dileto de Pernambuco, que conseguiste, só e somente por teus méritos e norte político, processar um chefe de governo [...] esses políticos sem orientação republicana dizem ou disseram que tu não tinhas tino político.¹³⁶¹

Oswaldo Machado, por sua vez, atribuiu ao “excesso de lealdade” como uma das razões para não conseguir alcançar o poder

...tinha brilhantes qualidades de propagandista, mas não era um chefe de partido na verdadeira acepção da palavra. A sua intransigência, a sua lealdade levada a excesso e a falta de golpe de vista seguro para conhecer os homens e as coisas, determinaram

¹³⁵⁷ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.63 e 68.

¹³⁵⁸ LEVINE, Robert. **A Velha Usina**: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.126.

¹³⁵⁹ PORTO, Costa. *Op. Cit.*, 1986, p.88-89.

¹³⁶⁰ MARTINS, Henrique. *Op.Cit.*, 1905, p.179.

¹³⁶¹ MARTINS, Henrique. *Op Cit.* 1905, p.252.

o aniquilamento do seu partido, um dos mais pujantes que já teve o Estado [...] a seu lado estive na luta e na *Gazeta da Tarde*, e *A Cidade*, fiz oposição ao Senhor Barbosa Lima, o homem mais nefasto que tem estado à frente da pública administração e cujo governo despótico ainda por muito tempo prejudicará o nosso progresso e desenvolvimento¹³⁶².

Desta forma, as eleições municipais – *durante* a ‘Revolta do Sertão’ – em 30 de setembro, teve abstenção completa dos republicanos históricos e praticamente vitória arrasadora do Partido Autonomista, de liderança de José Mariano e apoio de Aníbal Falcão. Martins Júnior tinha se firmado, naquele momento, como a principal liderança histórica, republicana, e passou a retomar esse discurso quando seus espaços de atuação foram quase todos sufocados. Em 10 de novembro de 1892 organizou e foi orador dos festejos à Guerra dos Mascates¹³⁶³, com fogos de artifício pela cidade¹³⁶⁴. Promoveu uma nova eleição da diretoria do PRPE¹³⁶⁵, sendo reeleito como presidente, poucos dias antes do seu aniversário de 32 anos. Em comemoração a sua data natalícia, foi organizada pelo comércio uma passeata pelo Recife que trouxe explicitamente a temática da defesa da República¹³⁶⁶. As demonstrações de apoio eram propositadamente exageradas para insuflar o prestígio do chefe histórico em meio aos combates no sertão, poucos dias após os eventos que levaram a sua ‘prisão’, demonstrando, assim, a força política e intimidando o governador:

¹³⁶² MARTINS, Henrique. *Op Cit.* 1905, p.42-5.

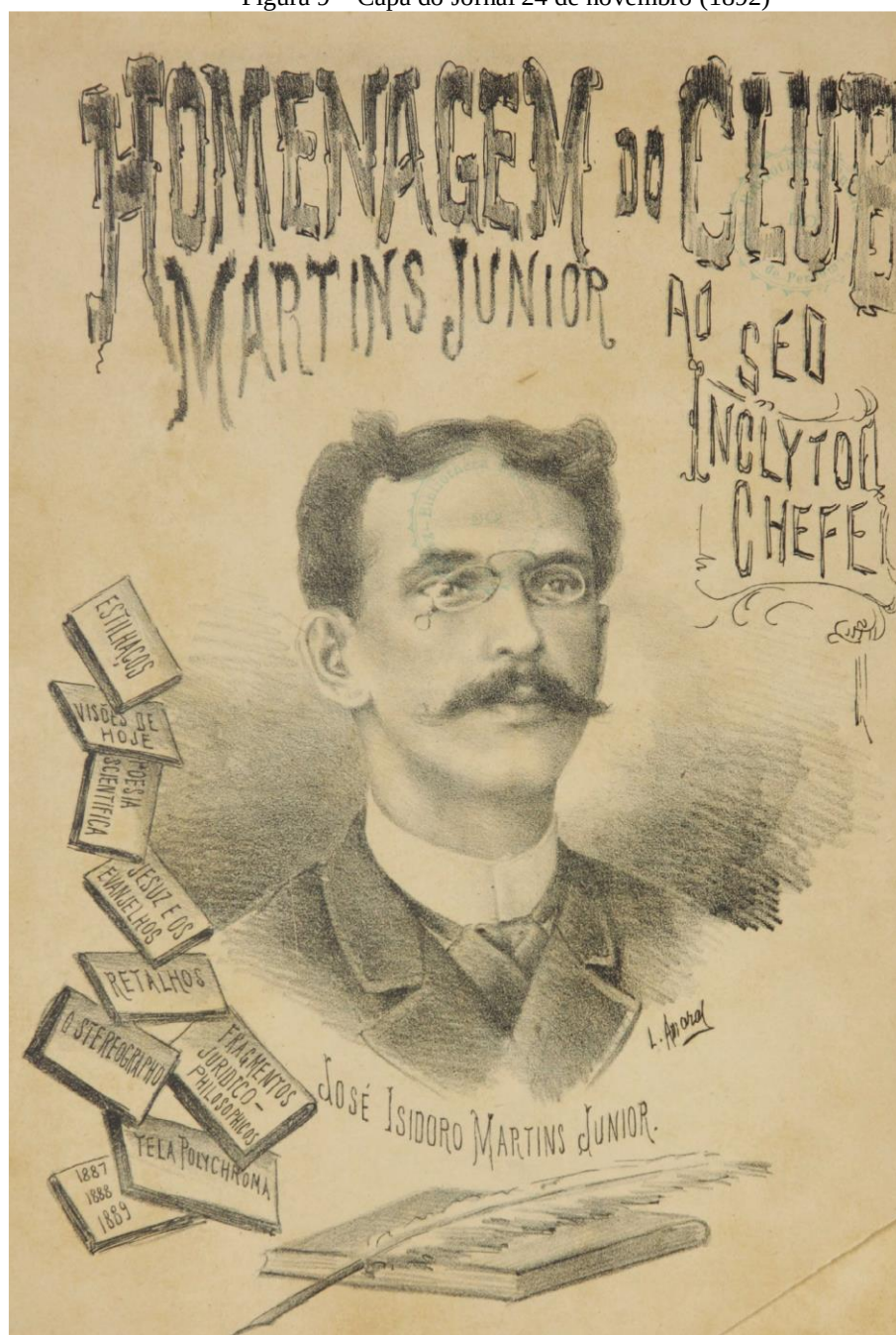
¹³⁶³ A Guerra dos Mascates foi um confronto acontecido entre 1710 e 1711 entre os aristocratas de Olinda (então capital de Pernambuco) e os comerciantes de Recife. Os históricos consideravam que esse confronto foi o primeiro evento de caráter republicano no Brasil, com o grito de República de Bernardo Vieira de Melo em Olinda. Tanto a Guerra dos Mascates como a Guerra de Restauração contra os Holandeses (1654) pertence ao imaginário coletivo pernambucano de vanguarda do sentimento republicano anteriormente à Inconfidência Mineira (1789). No biênio de 1892 a 1893, Martins Júnior fez parte da comissão de redação do IAHGP, reforçando esse sentimento de vanguarda na produção. Na Câmara Federal, discursou na morte de Saldanha Marinho, ressaltando a vanguarda republicana de Pernambuco contra os holandeses. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; Diário de Pernambuco, PE, 23 de abril de 1892; Jornal A Federação, RS, 30-11-1892; Boletim do Grande Oriente do Brasil para o ano de 1893, publicação em agosto/fevereiro de 1894.

¹³⁶⁴ Ele manteve, por exemplo, as manifestações nos aniversários da morte de Silva Jardim em 1892 e 1893, sempre lembrando dos republicanos ‘verdadeiros’. Cf. Correio Paraense, PA, 18-7-1893.

¹³⁶⁵ Nova diretoria do PRPE: Martins Júnior, Ambrósio Machado, José Meira de Vasconcelos, Joaquim Tavares, Malaquias Antônio Gonçalves, José Moreira Alves, Francisco do Rego Barros, João José do Amorim, Bernardo José da Câmara, Virgínio Marques Carneiro Leão, Gervásio Pires, Albino Meira de Vasconcelos, Ermínio César Coutinho, Manoel da Trindade Peretti e João Ribeiro Pinto. Cf. Jornal A Opinião Nacional, RJ, 4 de dezembro de 1892.

¹³⁶⁶ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 30 de novembro de 1892. N°378.

Figura 9 – Capa do Jornal 24 de novembro (1892)



Fonte: Jornal Homenagem do Club Martins Júnior ao seu ínclito chefe, 1892.
Atenção para os detalhes do lado esquerdo onde o ilustrador ressalta sua produção poética que foi, no final das contas, o que o consagrou como líder político como vimos no capítulo 1.

O teor do jornal demonstra que a utilização do argumento de ‘defensor da República’ ou como representante ‘legítimo’ foi utilizado como uma estratégia tanto de reforço do seu prestígio (lembrar das eleições federais adiadas para dezembro que valiam uma única vaga para deputado federal), bem como eram uma intimidação, principalmente por trazer homenagens como essas:

Thomé Gibson – “A sua bandeira política tem por lema o significado patente de que o patriotismo é um poder e de que a República virá a ser uma verdade”

Virgílio de Sá Pereira – “Como republicano, crendo que Martins Júnior é a encarnação mais brilhante do Grande Ideal, eu o saúdo com um: Viva a República!”

José Moreira Alves – “Que continue o ilustre moço, que tanto se tem sabido impor a admiração e ao respeito de seus conterrâneos a trabalhar, com afinco, pela causa sacrossanta da República”

José de Amorim – “Que apredejem-vos os invejosos, os nulos, os inconscientes: o vosso nome se perpetuará nos enunciados da glória”

Galdino de Barros – “ó vós que sois em Pernambuco o espírito verdadeiro e único da República, que sois, por assim dizer, a sua legítima e tradicional personificação”

Antônio Theorga e Floriano Valença – “Moisés da democracia pernambucana”

Com novo o adiamento, pela terceira vez, das eleições para o Congresso Nacional, para 18 de dezembro de 1892, Martins Júnior manteve sua candidatura para deputação federal. No dia da eleição, assim como no seguinte, recebeu uma nova festa organizada pelo comércio em baile no Clube Juventude com a presença de deputados e senadores¹³⁶⁷. O baile ficou conhecido pela repercussão que teve: o comércio e representantes das classes trabalhadoras estiveram presentes, recebeu sua fotografia ao lado de Camilo de Andrade com cerca de 60 manifestantes, foi presenteado por uma quadrilha musical escrita por Manuel Bandeira Filho em seu nome, festejo que durou até as 4 da manhã e, no dia seguinte, seguiu com uma comitiva de 15 carros em direção a sua casa, com brindes e manifestações na rua, num festejo que durou ininterrupto por 2 dias¹³⁶⁸. Pela manhã foi feita uma manifestação musical e a tarde uma *marcha aux flambeau*, com o fechamento quase completo do comércio e ornamentação das ruas com iluminação à gás e bandeiras¹³⁶⁹. Entretanto, com a desarticulação promovida pelo governo Barbosa Lima, as vagas da eleição originalmente marcadas em abril, foram finalmente preenchidas por Joaquim Pernambuco e dois autonomistas. Barbosa Lima conseguiu, portanto, seu feito inicial, colocando seus correligionários no Congresso¹³⁷⁰.

¹³⁶⁷ Jornal A Opinião Nacional, RJ, 21 de dezembro de 1892.

¹³⁶⁸ Jornal do Recife, PE, 20-12-1892.

¹³⁶⁹ Jornal Comércio de Portugal, Lisboa, 14-12-1892.

¹³⁷⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.234.

Figura 10 - Quadrilha Martins Júnior (1892)



Fonte: BANDEIRA FILHO, Manoel. Quadrilha Martins Júnior. 1892. Sem editora.

Para ouvir a música: <https://soundcloud.com/flavia-braga-464353909>

Créditos da reprodução: Músicos Wictor Araújo e Rosinaldo Fernandes¹³⁷¹

Caso o leitor esteja com a versão impressa desta tese, acesse o SoundCloud e busque com os dizeres “quadrilha Martins Júnior”.

¹³⁷¹ Agradeço imensamente a contribuição dos musicistas Wictor Araújo e Rosinaldo Fernandes pela disponibilidade, assessoria e reprodução desta música a partir das partituras encontradas. Em conversa com Rosinaldo Fernandes, me explicou que a música tem aspectos iniciais do estilo “chorinho” que viria a ser mais evidente no começo do século XX. Desde já, reforço meu agradecimento a esses músicos.

Apesar dessas demonstrações de apreço, o período de Barbosa Lima é considerado como o momento em que Martins Júnior foi mais ridicularizado e mais sofreu processo vexatório público¹³⁷². Um dos periódicos mais críticos desde o final de 1890 era a *Lanterna Mágica*. Foi esse periódico quem o taxou de ‘chefíssimo’ e rotineiramente o atacava, especialmente em momentos que seu prestígio parecia estar em alta. Comentando sobre a festa de aniversário que recebeu, afirmou que o festejo havia sido pago com dinheiro de esmolas e subscrições, sendo o préstito formado por um ‘Club de Ratazanas’, como indica a figura logo em seguida. Na ilustração apresentada, um homem de cor é responsável pela arrecadação do “imposto” para a festa, que por sua vez apresenta pessoas portando violões (esse era o termo utilizado para se referir aos históricos), ao lado e outras pessoas de cor descalças. Além dessa representação da festa natalícia dedicada a Martins Júnior, a *Lanterna* também debocha da eleição da diretoria do PRPE

O que pode produzir, por exemplo, o monarquismo do Sr. Moreira Alves de mistura com o republicanismo histórico do Sr. Martins Júnior? O oligarquismo do Sr. Sigismundo com o egoísmo do Sr. José Vicente? O absolutismo do Sr. Ambrósio com a niilidade do Sr. Xico Lacerda? Semelhante diretoria, que é a mais anfíbia, mais do que hermafrodita, só serve para provar uma coisa, e é que o Partido Republicado do Senhor Martins Júnior não é coisa nenhuma¹³⁷³.

¹³⁷² BANDECCHI, Brasil. Martins Júnior: batalhador incansável. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, volume LXI, p.159-171. 1965, p.171.

¹³⁷³ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 30-11-1892.

Figura 11 - A Festa do Sr. Martins (1892)



Fonte: Jornal A Lanterna Mágica, 30 de novembro de 1892

Outra indicação dada pela *Lanterna* era de que a tipografia da *Gazeta da Tarde* – jornal de propriedade de Martins Júnior e que dividia o mesmo corredor no prédio onde funcionava também a *Lanterna* – teve uma ‘explosão’ de impressões após seu aniversário, o que o articulista atribuiu a estratégia dos históricos de remeter numerosos exemplares para os jornais da Capital Federal, a fim de chamar a atenção de Floriano Peixoto e reabilitar a influência do ‘chefíssimo’¹³⁷⁴.

Apesar de tudo, Barbosa Lima foi capaz de desarticular a estrutura dos Históricos, alcançando o feito de não ter sido nenhum eleito, dando sucesso os autonomistas de José Mariano. Esta inversão favorável ao governador deu abertura para ampliar sua vantagem sobre o poder legislativo estadual que ainda estava sob controle do PRPE, na época da composição dos tempos da Junta. Em trocas de cartas com destinatários anônimos, os Históricos alertaram sobre a iminente ação de Barbosa Lima de fechar o Congresso Estadual e adquirir armamentos aperfeiçoados da Argentina após aprovação de crédito especial de 100 mil contos de réis, uma quantia exorbitante, orçamento apenas comparável com a Capital Federal.¹³⁷⁵ Somente no ano

¹³⁷⁴ Jornal A Lanterna Mágica, PE, 30-11-1892.

¹³⁷⁵ O contingente bélico de Barbosa Lima era impressionante para a época: 400 armas de tiro rápido, 1500 armas de diversos calibres, 2 metralhadoras Nordenfelt, além da convocação de 800 praças de infantaria, 202 de

de 1893 – que passou pelo fim da Revolta do Sertão, *Impeachment* e Revolta da Armada – o orçamento militar de Pernambuco teve um incremento de 82% em créditos extraordinários e 70% em créditos suplementares, onerando os cofres públicos com a militarização do Estado¹³⁷⁶. Em carta escrita por Albino Meira, Floriano teria ameaçado prender e retirar Barbosa Lima caso ele seguisse com a pretensão de dissolução, mas requeriam apoio externo que viesse de outros estados do Norte¹³⁷⁷. Barbosa Lima, por sua vez, se defendeu acusando os Históricos de tramar sua deposição para colocar Ambrósio Machado no poder. Em meio às trocas de acusações, as estratégias de trazer atenção nacional sobre Pernambuco parece ter rendido frutos, pois Martins Júnior foi convocado por Floriano a comparecer ao Rio de Janeiro para dar explicações¹³⁷⁸. Em sua ida à Capital Federal, Martins Júnior recebeu uma manifestação dos moradores do bairro de Boa Viagem¹³⁷⁹. Atentos aos acontecimentos de locais, *The Rio News* exclamou “we do not wish to alarm our readers, but we have Dr. Martins Júnior here in Rio!”¹³⁸⁰. Em carta enviada para Correia da Cruz horas antes de embarcar, o líder histórico demonstrou pelo teor que o objetivo de chamar a atenção para Pernambuco estava dando certo

27 de janeiro de 1893

...vou chamado do Governo Federal, que me parece, está afinal resolvido a liquidar esta infernal situação política de Pernambuco e liquidá-la em nosso favor [...] O momento vai ser decisivo, com a abertura do Congresso a 6 de março. Porei os pontos nos i's perante o governo e hei de força-lo a ser por nós ou contra nós definitivamente. Esperemos, pois¹³⁸¹.

Em outra carta trocada entre Correia da Cruz com Ignácio Leopoldo, este alerta sobre as movimentações de José Mariano em convencer Barbosa Lima a declarar a legislatura finda enquanto Martins Júnior estivesse no Rio¹³⁸². Aproveitando sua estada na capital federal, lançou uma série de artigos sobre a política de Pernambuco¹³⁸³, tendo conferências com Sezedello Correia e Custódio de Melo¹³⁸⁴. Em reunião tratativa com Floriano, Martins Júnior deixou claro

cavalaria, para se unir com o corpo do Recife, que constava de 700 homens armados com combrain, 1 cavalaria de 60 praças, 1 bateria de canhões krupp e 2 metralhadoras. Cf. ZACARIAS, Audenice. *Op. Cit.*, p.45.

¹³⁷⁶ MAIA, Clarissa Nunes. *Op. Cit.*, p.105.

¹³⁷⁷ Carta de Albino Meira a destinatário anônimo, 27 de junho de 1892. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Caixa 16, Fundo FIA, DOC0830.

¹³⁷⁸ Jornal O Estado, SC, data mutilada, 1893, nº72.

¹³⁷⁹ Jornal A Opinião Nacional, RJ, 19-1-1893.

¹³⁸⁰ Jornal The Rio News, RJ, 31-1-1893.

¹³⁸¹ Carta de Martins Júnior para Correia da Cruz em 27 de janeiro de 1893. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Caixa 16, Fundo FIA, DOC0830.

¹³⁸² Carta de Ignácio Leopoldo para Correia da Cruz em 27 de janeiro de 1893. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Caixa 16, Fundo FIA, DOC0830.

¹³⁸³ Jornal Cruzeiro do Norte, AL, 11-2-1893.

¹³⁸⁴ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.65.

que iria encabeçar uma denúncia contra o governador, ouvindo do vice-presidente: “façam tudo legalmente, que eu pronunciarei”¹³⁸⁵.

A própria imprensa local ficou bastante polarizada. Eurico Vitróvio, da *Gazeta da Tarde* pertencente a Martins Júnior, é espancado¹³⁸⁶ e o jornal sofreu constantes ameaças de empastelamento, mas Barbosa Lima se defendeu dizendo que o jornal usava de “métodos indignos” e estaria “mandando proteção” à folha¹³⁸⁷. Rondava, porém, a informação de que policiais disfarçados deveriam promover distúrbios na chegada de Martins Júnior¹³⁸⁸, bem como seu irmão, Graciliano Martins, sofreu uma tentativa de assassinato por parte do Capitão Evaristo na Ponte da Boa Vista¹³⁸⁹. No seu retorno para Recife, além de ter sido recebido com honra e manifestações de apoio pelo governador e congresso do Estado de Alagoas durante a pausa marítima¹³⁹⁰, foi recebido por uma multidão no porto a bordo do Thames, cujos relatos contam cerca de 3 mil pessoas¹³⁹¹, terminando com um banquete¹³⁹². O jornal *A Província* – marianista e favorável ao governador – declarou que Martins Júnior parecia ter colocado a população sob “feitiço” e criado no seio do povo “um clima psicológico propício aos desfechos da crise”¹³⁹³. Nas vésperas da abertura da nova legislação do congresso estadual, convocou um comício contra os ‘restauradores do Rio Grande do Sul’¹³⁹⁴, e discursou na fundação do Partido Republicano de Olinda¹³⁹⁵, indicativo persistente da retórica de ‘defesa’ da República. Com a abertura do Congresso, Martins Júnior propôs e foi o primeiro signatário, de forma inédita no Brasil, da votação da **Lei de Responsabilidades**¹³⁹⁶, o primeiro processo de *impeachment* do país, em 7 de março de 1893. “Sobre a República foi Pernambuco o primeiro (e talvez fique sendo o único) Estado em que a medida constitucional do *impeachment* foi posta em prática”¹³⁹⁷ afirmou anos depois.

Martins Júnior visava, com isso, ou tirar Barbosa Lima pela lei, ou conseguir o direito à intervenção federal por meio da guarnição de Roberto Ferreira, visto que tinha acabado de

¹³⁸⁵ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** 1898, p.30.

¹³⁸⁶ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.65.

¹³⁸⁷ Jornal O Estado, SC, 22-2-1893.

¹³⁸⁸ Jornal O Comércio de Portugal, Lisboa, 19-3-1893.

¹³⁸⁹ Jornal Gazeta da Tarde, RJ, 16-3-1893.

¹³⁹⁰ Jornal Cruzeiro do Norte, AL, 28-2-1893.

¹³⁹¹ Jornal The Rio News, RJ, 28-2-1893.

¹³⁹² Jornal A Federação, RS, 30-1-1893.

¹³⁹³ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.79.

¹³⁹⁴ Jornal A Federação, RS, 18-3-1893.

¹³⁹⁵ Correio da Manhã, SC, 6-2-1893.

¹³⁹⁶ Martins Júnior se inspirou na Constituição dos EUA e teve apoio de Rui Barbosa. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.44.

¹³⁹⁷ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** *Op. Cit.*, p.29.

retornar do Rio e feito suas articulações nesse sentido¹³⁹⁸. Além disso, o Congresso tornou nulo os decretos de dissolução das municipalidades. Em telegrama de partidários de Martins, a deposição de Barbosa Lima já era considerada certa: “situação grave. A população assustada e receiosa de intervenção federal”¹³⁹⁹. Correu o boato de que as conferências de arrecadação de dois batalhões de infantaria eram presididas por enviados políticos de Martins Júnior, onde oficiais exaltados compareciam armados, com indicativo de que a Artilharia de Brum estava sendo abastecida com granadas e baionetas¹⁴⁰⁰. Com novos armamentos chegando a Recife, a sensação de que a votação do *Impeachment* terminaria em uma revolta armada era quase certa, visto que os batalhões buscaram incremento bélico na Paraíba, Rio Grande do Norte e do Arsenal de Guerra; Barbosa Lima, por sua vez, contratou homens armados e munição dos Estados Unidos e Argentina, com verba do Partido Autonomista que o defendia¹⁴⁰¹; cenário acabou obrigando várias famílias a deixar Recife durante a votação da lei¹⁴⁰². O ambiente foi descrito como uma grande ameaça de guerra civil e *A Opinião Nacional* cravou: “a situação é grave”¹⁴⁰³ e *O Democrata* explicitava “que a revolução está iminente em Pernambuco, não padece dúvida. Os partidários do Dr. Martins Júnior não escondem o seu propósito de depor o governador Barbosa Lima”¹⁴⁰⁴. Em telegrama enviado para o jornal catarinense *Correio da Manhã*, correspondente de Águas Belas, município do interior do Estado, alertou sobre o discurso de Martins Júnior que levaria a total anarquia em Pernambuco¹⁴⁰⁵. Foram convocados diversos meetings que enchiam as ruas pelo processo¹⁴⁰⁶ de Barbosa Lima (tanto a favor como contra), sendo um dos mais populosos¹⁴⁰⁷ o do Largo do Paraíso em 25 de abril, feito pelo Partido Autonomista de José Mariano, *a favor* da permanência do governador, acusando os históricos de quebrarem o federalismo em busca da intervenção federal e promoção da anarquia¹⁴⁰⁸. Martins Júnior, por sua vez, promoveu meeting contra os ‘restauradores’ no dia 6 de abril, clima que fez ‘vendedores e tipógrafos’ não irem trabalhar e o comércio ficar

¹³⁹⁸ Martinistas espalharam que Martins Júnior tinha cartas de membros do governo preparando a deposição de Barbosa Lima, porém não me foi possível confirmar essa informação por outras fontes. Cf. *Jornal O Comércio de Portugal*, Lisboa, 21-3-1893.

¹³⁹⁹ *Jornal O Pharol*, MG, 24-2-1893.

¹⁴⁰⁰ *Jornal O Estado*, SC, 17-3-1893.

¹⁴⁰¹ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op. Cit.*, 1975, p.235.

¹⁴⁰² CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op. Cit.*, p.161-3. *Jornal Cidade do Rio*, RJ, 13-3-1893.

¹⁴⁰³ *Jornal A Opinião Nacional*, RJ, 14-4-1893.

¹⁴⁰⁴ *Jornal O Democrata*, PA, 21-4-1893.

¹⁴⁰⁵ *Correio da Manhã*, SC, 19-4-1893.

¹⁴⁰⁶ Foi o próprio Barbosa Lima quem utilizou o termo ‘impeachment’ quando se referiu à batalha legal em torno da Lei Nº67 que tornava nulo seu decreto de dissolução dos conselhos municipais. Cf. CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op. Cit.*, 2014, p.170.

¹⁴⁰⁷ Fontes indicam ter chegado a 8 mil pessoas. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.91.

¹⁴⁰⁸ CAVALCANTI, Henrique Soares. *Op. Cit.*, 2014, p.173.

paralisado, tamanho o pânico que se instalou¹⁴⁰⁹. Em trocas de telegramas com Floriano Peixoto, General Ferreira clamava por uma intervenção federal e Barbosa Lima alertou sobre a incorporação de mais 2 mil homens às suas próprias tropas¹⁴¹⁰. Devemos lembrar que todo esse clima de medo não era infundado, visto que desde o segundo semestre de 1889 cenas de violência varreram a cidade do Recife, principalmente a da noite do dia 18 de dezembro de 1891 que terminou com centenas de mortos e desaparecidos, bem como as recentes Revoltas do Sertão.

O primeiro indicativo de que o processo escalar de violência alertou o governo central foi a retirada de Sezedello Correia do ministério, sendo substituído por Felisberto Freire, de inclinações favoráveis a Barbosa Lima¹⁴¹¹. Mesmo assim, a Câmara Estadual votou o ‘impedimento’ em 27 de abril, por unanimidade. O Senado estadual também aprovou o ‘impedimento’ por unanimidade em 6 de maio, e no dia 8 de maio foi enviado a Floriano Peixoto a resolução do Congresso Estadual denunciando a ilegalidade do governo de Barbosa Lima que, a partir daquele momento, seria considerada uma ditadura. José Mariano e José Maria montaram uma resistência em torno do Palácio para impedir a retirada do governador, contratando um contingente de homens armados do interior¹⁴¹², e Barbosa Lima distribuiu pela cidade um folheto recusando-se a entregar o cargo.

Não vou reconhecer o vice-governador que o congresso encarregou de assumir o governo; ele é o órgão de um governo ilegal e não pode ser reconhecido. Quem dá ao usurpador a força que agora lhe falta, será cúmplice da violação da Constituição ... Vamos resistir à ilegalidade! Resistiremos à usurpação! Ai de quem o protege! Ai daqueles que o encorajam!¹⁴¹³

A imprensa da Capital Federal passou a acompanhar de perto o que estava acontecendo em Pernambuco, tendo em vista o ineditismo da tentativa de se retirar um governador por meio de um processo legislativo em correlação aos protestos de rua. A estratégia visava colocar Barbosa Lima numa situação encurralada: se não acatasse a decisão do congresso, provaria ser um ditador, e assim poderia sofrer intervenção federal. Em circular¹⁴¹⁴ feita pelo Congresso

¹⁴⁰⁹ Jornal O Economista, Lisboa, 6-4-1893.

¹⁴¹⁰ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.237.

¹⁴¹¹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** 1898, p.32.

¹⁴¹² HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.240.

¹⁴¹³ Jornal A Província, PE, 7-5-1893.

¹⁴¹⁴ Quem teria sugerido enviar telegramas para todos os governadores, vices e congressos foi o Cônsul da Bélgica que tinha ligação com Martins Júnior. Cf. Jornal A Opinião Nacional, RJ, 11-5-1893; Jornal A Federação, RS, 23-5-1893.

Estadual, comunicando a decisão legislativa sobre o *impeachment*, os deputados enviaram aos governadores brasileiros¹⁴¹⁵ comunicando o fato

Recife, 12 de maio de 1893.

Governador Eduardo Ribeiro, Amazonas

Câmara dos Deputados votou hoje moção do deputado Martins Júnior, pedindo comunicar-vos franca ditadura do governador Barbosa Lima, que tendo sido processado por crimes previstos em lei de responsabilidade e suspenso em virtude da disposição da lei em processo, obstina-se manter no cargo só apoiado por força material, procurando luta. Dada suspensão, o vice-governador assumiu exercício em virtude da mesma lei após convite da mesa do Senado. Dois governadores, um ditador, outro legal, estão em face de situação impossível. Resumo precedente contra a República e regime federativo, prerrogativa do legislativo dos estados.

Saudações,

Moreira Alves
Presidente da Câmara dos Deputados

Eduardo Tavares
1º Secretário

Domingos Leite
2º Secretário¹⁴¹⁶

Barbosa Lima, por sua vez, também enviou telegramas aos governadores do Norte, buscando inutilizar a decisão do congresso estadual.

Recife, 6 de maio de 1893

Ao governador do Estado [do Maranhão]

Comunico-vos que nesta data, havendo o Senado Estadual decretado minha suspensão do cargo de governador do Estado e mandado entrar em exercício o vice-governador e sendo esse ato do mesmo Senado atentatório da Constituição, respondi a essa ilegal intimação declarando não aceitá-la e conservando-me no pleno exercício do mesmo cargo.

Saudações,
Barbosa Lima
Governador¹⁴¹⁷

A tentativa, entretanto, não vingou. Floriano Peixoto respondeu o congresso de Pernambuco negativamente, reafirmando a manutenção de Barbosa Lima no poder, removeu Roberto Ferreira como liderança da tropa do exército, colocando seu aliado General Leite de

¹⁴¹⁵ O único governador a responder foi Vicente Machado, do Paraná. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.103.

¹⁴¹⁶ Jornal Amazonas, AM, 24-5-1893.

¹⁴¹⁷ Diário de Manaus, AM, 23 de maio de 1893.

Castro e o Tribunal de Justiça acatou o recurso - numa decisão apertada por 4 votos a 3¹⁴¹⁸ - feito por Barbosa Lima para considerar a *Lei de Responsabilidade* inconstitucional¹⁴¹⁹. Todos os deputados federais por Pernambuco, com exceção apenas de Luiz de Andrade, passaram à oposição pela decisão do presidente de não intervir¹⁴²⁰. Apesar disso, o governo de Pernambuco passou a virar um caos, tendo em vista que o Congresso não aprovava qualquer lei vinda do governador, nem o governador sancionava qualquer lei vinda do Congresso. Nesta queda de braço entre Legislativo e Executivo, há quem pensasse que o estado tinha dois administradores: Barbosa Lima, no Palácio Campo das Princesas e Ambrósio Machado, na sua residência na Ponte de Uchôa, nº41.¹⁴²¹

Durante o processo de luta política daquele momento, Martins Júnior teve que se retirar¹⁴²² do cargo de diretor da *Faculdade de Direito do Recife* sob a alegação de incompatibilidade com sua deputação, passando, então a abertamente enfrentá-lo. O argumento de incompatibilidade não parece se sustentar, pois, Martins Júnior já era diretor da FDR desde 1891 e manteve-se no cargo de deputado estadual durante todo esse período. *Por que a deputação era incompatível apenas agora?* É possível que o argumento tenha sido usado para retirá-lo durante o processo de Impeachment que ele liderava, indicativo sugerido pelo *Jornal do Recife* alguns meses antes, quando parece ter começado a haver esse ‘estranhamento’¹⁴²³. Robert Levine chegou a considerar em sua obra que o próprio Barbosa Lima demitiu Martins Júnior, mesmo sob protestos da congregação da faculdade, por considerar o cargo inviolável¹⁴²⁴. Por volta desta época surgiram rumores de que Floriano Peixoto o convidara para ser Ministro do Exterior¹⁴²⁵. Fatores que o levaram a se envolver com ainda mais vigor na propaganda republicana. Passou a participar ativamente dos encontros maçônicos (a maçonaria foi, nesta época, um dos braços de defesa da República no país¹⁴²⁶), como orador da loja *Vigilância e Segredo*¹⁴²⁷.

¹⁴¹⁸ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.118.

¹⁴¹⁹ *Jornal The Rio News*, RJ, 23-5-1893.

¹⁴²⁰ *Jornal The Rio News*, RJ, 16-5-1893.

¹⁴²¹ GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Op. Cit.*, 1982, p.44.

¹⁴²² Foi exonerado a pedido. *Cf.* *Jornal O Paíz*, RJ, 2 de maio de 1893.

¹⁴²³ *Jornal do Recife*, PE, 16 de novembro de 1892.

¹⁴²⁴ LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, p.126.

¹⁴²⁵ *Jornal A República*, Paraná, 3-5-1893.

¹⁴²⁶ SILVA, Augusto César Acioly Paz. Maçonaria e República em Pernambuco: organização, difusão e propaganda (1900-1912). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: ANPUH, 2007, p.3.

¹⁴²⁷ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Ano de 1893. Publicação de agosto/fevereiro de 1894.

6.3 A REVOLTA DA ARMADA EM PERNAMBUCO

Em meio ao processo já tenso entre Martins Júnior e Barbosa Lima, estourou, em 6 de setembro de 1893, a Revolta da Armada liderada por Custódio de Melo. Antes de adentrar nos detalhes de como essa revolta se desenvolveu em Pernambuco, é necessário – mais uma vez – ressaltar a importância que a defesa da República tinha para Martins Júnior. Ainda que, muitas vezes, a luta republicana foi um instrumento de retórica para reforçar suas ações pela tomada de poder, não é possível ignorar a força com que seus ideais políticos o moviam. A Revolta da Armada reforçou ainda mais os sentimentos de antimonarquismo nacionalista¹⁴²⁸ em quem já tinha por orientação desde o Império, como Martins Júnior.

Se todas as ações políticas de uma pessoa fossem comandadas por seu desejo de poder, não teríamos como explicar as decisões tomadas por Martins Júnior naquele momento. Em meio à “ameaça” contra a República, o líder histórico tomou caminhos que, indubitavelmente, minaram suas chances de alcançar o governo. Porque Martins Júnior tomava decisões que sabotariam sua própria ascensão? Porque agiu de formas que o condenaram politicamente? A única resposta que posso trazer, neste momento, é: seu fanatismo político, ou mesmo sua fé na República. Ainda que o argumento pareça ingênuo, ou até mesmo simplório diante da complexidade política que venho descrevendo até agora, não vejo explicação mais adequada que essa: Martins Júnior acreditava na República. Se essa crença era ingênua ou oportunista, dependia de cada situação em que se envolveu. Mas o que suas ações demonstram, ao longo do tempo, é que ele, de fato, acreditava em si mesmo como um defensor do regime, acima e contrariamente a sua própria sobrevivência política. Por essa razão foi considerado um “red republican” ao lado de Aristides Lobo e Lauro Muller pelo jornal *The Rio News*¹⁴²⁹. Em manifesto escrito por ele, podemos perceber como se configurou seu posicionamento acerca da Revolta da Armada

...o momento não é para despeitos, para ímpetos de vingança, para manifestações de ressentimentos. O momento é de concentração das ideias e dos sentimentos que fizeram o apanágio das nossas almas quando em pleno regime monárquico nos batíamos pela conquista do nosso ideal político. O momento é de sacrifícios, é de coerência, é de firmeza nos princípios [...] os *politicians* do velho regimen, os que não se reconciliaram ainda, nem se reconciliarão jamais com a República, não estão aí, ao nosso lado, no meio de nós, aguardando a hora de atirarem-se à corrente para engalfinhar a presa?¹⁴³⁰

¹⁴²⁸ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986, p.19.

¹⁴²⁹ Jornal *The Rio News*, RJ, 1-8-1893.

¹⁴³⁰ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Ao povo e ao partido republicano**: manifesto político. Recife: Tipografia da Gazeta da Tarde, 1893, p.34-5.

Com a notícia da explosão da Revolta da Armada, as reações foram distintas. Em primeiro lugar temos que ter em mente que as acusações de “monarquismo” por parte de Saldanha da Gama só viriam a aparecer algum tempo depois da explosão da Revolta¹⁴³¹, o que colocava a relação de Martins Júnior com o movimento ainda em desconfiança, se lembrarmos que Floriano Peixoto escolheu *duas vezes* Barbosa Lima em detrimento dele, bem como Custódio e Sezedello Correia – este positivista¹⁴³² - eram antigos ministros ligados aos históricos. Colocar-se prontamente em defesa de Floriano seria uma ação considerada subalterna demais naquele momento dado os recentes eventos envolvendo o *Impeachment* de Barbosa Lima. Se ficasse contra a Revolta, estaria coerente com seus ideais políticos republicanos, mas do mesmo lado que seus adversários. Se ficasse a favor, teria um reforço contra Barbosa Lima, mas teria que trair seus ideais republicanos à medida que a Revolta caminhava para as acusações de restauração. O Partido Republicano se fragmentou quase imediatamente, entre aqueles que apoiaram a Revolta da Armada, motivados pelos conflitos com Barbosa Lima e ressentimentos com Floriano Peixoto; e aqueles que desconfiavam do conflito, pela forma como as lideranças monarquistas locais¹⁴³³, bem como dissidentes republicanos¹⁴³⁴, pareciam se aglutinar para apoiar Custódio¹⁴³⁵. Martins Júnior, então, precisou aguardar a movimentação dentro do Estado: O que aquela Revolta de fato defendia? Como Mariano e Barbosa Lima se posicionariam sobre aquela Revolta?

As decisões tomadas naquele momento revelam ou a astúcia e/ou a adaptabilidade política de Barbosa Lima: mandou fechar o telégrafo e, por ‘baixo dos panos’, teria jurado seu apoio à Revolta para José Mariano¹⁴³⁶ que, em contrapartida, teria que “sacrificar” Barão de Lucena, desafeto do governador¹⁴³⁷ nas próximas eleições. José Mariano também estava numa situação dúbia, assim como Martins Júnior: teria que escolher entre ir de acordo com o governador – e, portanto, se manter fortalecido como já estava – e abrir mão das suas rixas políticas com Custódio de Melo, ou se manter em lado oposto ao seu adversário, mas perder

¹⁴³¹ Somente em dezembro de 1893 é que a Revolta da Armada tomou proporções “monarquistas”. Entre setembro e novembro, o caráter da Revolta ainda tinha feição de defesa da Constituição. Cf. SAES, Guillaume Azevedo Marques. *Op. Cit.*, 2005, p.106-7.

¹⁴³² NACHMAN, R. G. *Op. Cit.*, 1977, p.13.

¹⁴³³ Joaquim José Seabra, o professor que perseguiu os republicanos na Faculdade de Direito, como explanei no 2º capítulo.

¹⁴³⁴ É o caso do apoio de Aníbal Falcão.

¹⁴³⁵ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** 1898, p.36.

¹⁴³⁶ O Partido Autonomista quase todo apoiou a Revolta naquele momento.

¹⁴³⁷ Um dos pontos de constante troca de acusações entre os partidários de José Mariano e Martins Júnior envolvia a “fidelidade” aos seus partidários. Enquanto José Mariano entregou Barão de Lucena, que havia sido seu aliado mais forte até o momento, Martins Júnior abriu mão de ganhos políticos para defender seus aliados, como Ulysses Vianna. Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.244.

sua base de apoio que *achava* que tinha em Pernambuco. Após retirar o Barão de Lucena da chapa de candidatura do Partido Autonomista como havia requisitado Barbosa Lima, o governador o traiu, expondo os conspiradores da Armada. José Mariano, ao lado da Revolta, angariou apoio de vários políticos do seu partido, policiais, oficiais e integrantes do navio Parnaíba, estacionado no Porto do Recife¹⁴³⁸. A traição levou José Mariano a romper seu antigo apoio, aderindo – sozinho – à Revolta através de manifesto publicado em *A Província*. Barbosa Lima mandou fechar o jornal¹⁴³⁹ e prender os conspiradores¹⁴⁴⁰.

Antes de tomar uma decisão individual acerca do seu posicionamento, Martins Júnior tentou, duas vezes, organizar uma reunião com os membros do PRPE, ambas sem quórum¹⁴⁴¹ significativo, principalmente na segunda, acontecida no mesmo dia da decretação do Estado de Sítio em Recife, com diversas ordens de prisão¹⁴⁴². A decisão de Martins Júnior de se colocar contra a Revolta da Armada, estando, portanto, ao lado das tropas florianistas e, por consequência, de Barbosa Lima, foi uma das ações mais prejudiciais que tomou em sua vida. Declarou em manifesto de 10 de novembro de 1893 após meeting para mil pessoas no Pátio do Carmo¹⁴⁴³, a adesão ao governo de Floriano Peixoto argumentando a luta em defesa da República, o que não lhe faltaram críticas de opositores e aliados¹⁴⁴⁴. Dirigindo-se aos seus correligionários no manifesto, afirmou que havia demorado a tomar uma decisão pública sobre a Revolta por haver, dentro do Partido Republicano de Pernambuco, aliados que apoiavam Custódio de Melo, referindo-se a eles desta forma

...eu não compreendo como pode haver espírito medianamente aparelhado de ideias, sobretudo como pode haver coração de patriota e republicano, que vibrem e pulsem, num aplauso sincero, à tragédia posta em cena do país por uma parte da Armada nacional, tomada um dia de não sei que obsessão doentia e inexplicável, antagônica, de resto, com os seus gloriosos antecedentes [...] confesso entristecido – é que a revolta não é julgada, em toda parte e por todos os cidadãos, como um fenômeno perigoso e mau, como um fato anômalo, prenhe de consequências assustadoras para o futuro da pátria [...] há realmente pernambucanos amantes da República e da Pátria que cuidam ver na Revolta da Armada um movimento aceitável e meritório...[...]¹⁴⁴⁵

¹⁴³⁸ Outro apoio também feio de Aníbal Falcão. Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.243-4.

¹⁴³⁹ ZACARIAS, Audenice. *Op. Cit.*, 2017, p.49.

¹⁴⁴⁰ As ordens de prisão foram para: José Mariano, Lourenço de Sá, Mena da Costa, Gonçalves Maia, Gaspar Drummond, Phaelante da Câmara, Arthur Orlando, Manuel Caetano, Carneiro Vilela, Baltasar Pereira e João de Siqueira, entre outros.

¹⁴⁴¹ A situação de medo era tanta que as pessoas não compareciam, tomando como exemplo a perseguição que acontecia com os autonomistas.

¹⁴⁴² MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** 1898, p.36.

¹⁴⁴³ ZACARIAS, Audenice. *Op. Cit.*, 2017, p.50.

¹⁴⁴⁴ Dentre os partidários mais próximos que declararam apoio à Revolta da Armada estão Martiniano Veras, Albino Meira, José Vicente Meira de Vasconcelos e Virgínio Marques. Todos são fundadores do PR junto com Martins Júnior. Cf. MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** 1898, p.35-6.

¹⁴⁴⁵ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Ao povo e ao partido republicano:** manifesto político. Recife: Tipografia da Gazeta da Tarde, 1893, p.28-9.

Seus opositores acusaram-no de ficar ao lado de Floriano no intuito de ver seus desafetos serem retirados do jogo político; Seus aliados o acusaram de trair toda sua luta contra Barbosa Lima que, até a véspera, tinha perseguido e sufocado os Históricos, ao que ele declarou perplexo “eu pasmo de ver como existe espírito que assim raciocine.. ninguém mais que eu (creio poder afirmar), lamenta o atual estado das coisas, ou antes das coisas públicas em Pernambuco”¹⁴⁴⁶. Apesar dos argumentos se encaixarem, as consequências foram bem diferentes. Não apenas seus adversários foram presos, mas seus próprios aliados também foram perseguidos¹⁴⁴⁷. Se a luta contra a Revolta da Armada o colocou “do mesmo lado” de Barbosa Lima, isso não lhe garantiu nenhum apoio político ou cargo no governo, continuando a serem inimigos declarados mesmo em torno da defesa da República. Em resumo: a decisão de ficar ao lado das tropas florianistas não trouxe qualquer ganho político para Martins Júnior, muito pelo contrário. Em uma situação chocante para o público da época, Barbosa Lima conclamou Martins Júnior para “salvar a República” contra Custódio e o “monarquismo”. Em grande marcha cívica liderada ao lado do General Leite de Castro e Barbosa Lima “incitaram o povo a antes morrer que consentir na restauração ignominiosa”¹⁴⁴⁸. Em relato deixado posteriormente, se defendeu “...para salvar e manter a República eu combaterei debaixo das ordens do meu inimigo mais ferrenho e intratável. Se os ideais políticos do meu acusador variam segundo as pessoas que os corporizam e segundo os seus despeitos privados ou públicos, outro tanto não sucede comigo”¹⁴⁴⁹.

Apesar do Histórico ter decidido lutar em favor da República, não houve um processo de apaziguamento ou aliança entre ele e o governador. Barbosa Lima ficou, portanto, em combate contra duas frentes: Marianistas e Martinistas. A situação inesperada terminou de forma confusa para quem tenta entender este período, portanto vou resumir da seguinte forma: José Mariano e Martins Júnior estavam em lados opostos em relação à Revolta da Armada (a favor e contra), igualmente desconfiados com Floriano Peixoto¹⁴⁵⁰ (inclinação contra e

¹⁴⁴⁶ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Ao Povo...**, 1893, p.31-2.

¹⁴⁴⁷ Um dos exemplos é a prisão de Albino Meira.

¹⁴⁴⁸ Jornal A Federação, RS, 18-1-1894.

¹⁴⁴⁹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...** 1898, p.39.

¹⁴⁵⁰ Sobre isso preciso fazer algumas ponderações. José Mariano manteve uma oposição a Floriano Peixoto desde o momento em que o vice-presidente apoiou a ‘Revolução de 18 de dezembro de 1891’ feita pelos históricos. Apesar da sua aproximação com o governador Barbosa Lima, manteve suas críticas ao governo federal. Martins Júnior, seguindo o caminho contrário, começou apoiando o vice-presidente por seu apoio com a ‘Revolução’, mas foi paulatinamente perdendo essa confiança com a contínua marginalização que demonstrava ao PRPE em favor de Barbosa Lima. Quando estourou a Revolta da Armada, esses questionamentos de desconfiança (que giravam em torno das questões envolvendo Barbosa Lima) faziam com que a relação com Floriano fosse bastante dúbia para os dois. Posteriormente, quando a Revolta da Armada tomar uma proporção “restauradora” pela adesão de Saldanha da Gama, Martins Júnior irá congratular Floriano Peixoto por defender a República.

inclinação a favor), porém terminaram no mesmo lado em relação ao governo de Barbosa Lima (ambos contra). Esta organização, apesar de confusa para quem tenta entender esse período, era compreensível para quem vivia o clima de tensão caótico desde 1889: para a ala ideológica dos Históricos a prioridade era sempre a República. Todas as outras questões passavam a segundo plano quando o regime estivesse sob ‘ameaça’, mas isso não queria dizer que deixassem de existir as diferenças. Em seu manifesto, por exemplo, Martins Júnior não deixou de comentar que deixar de apoiar Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul daria margem para que Silveira Martins e “antigos monarquistas”, como Saldanha da Gama¹⁴⁵¹, retornarem ao poder, acabando com a ascensão republicana¹⁴⁵². A utilização deste argumento foi bastante preciso para alertar sobre o *mesmo processo* em Pernambuco, referindo-se indiretamente numa comparação entre Silveira Martins e José Mariano, neste sentido. É importante deixar bem pontuado que Martins Júnior, como positivista declarado, estava na rota direta de oposição do ‘movimento’ (se pudermos chamar assim) monarquista, algo que beirava uma questão de “sobrevivência” política. Diferente de republicanos liberais, os positivistas eram alvo certo das críticas monarquistas, principalmente em torno das acusações de ‘militarismo’ e ‘autoritarismo’ que, supostamente, defendiam.¹⁴⁵³

Os governos no Norte se organizaram. Em carta endereçada a Lauro Sodré¹⁴⁵⁴, governador do Pará, governadores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará articularam uma *Confederação dos Estados do Norte* para se prepararem para resistir contra qualquer intuito monarquista restaurador caso as tropas federais perdessem no Sul¹⁴⁵⁵. Durante a administração de Barbosa Lima o Estado de Pernambuco empreendeu uma militarização dos corpos de polícia, canalizando verbas expressivas para armar e manter os destacamentos¹⁴⁵⁶.

Mas, de forma geral, tanto José Mariano quanto Martins Júnior não enxergam Barbosa Lima e Floriano Peixoto como igualmente aliados.

¹⁴⁵¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.52.

¹⁴⁵² MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Ao povo...**, 1893, p. 19-20.

¹⁴⁵³ ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016, p.40-3.

¹⁴⁵⁴ Governo de Lauro Sodré no Pará fortaleceu o aparato policial, fato também acontecido em Pernambuco com Barbosa Lima. Cf. SANTOS, Sandoval José dos. Pequenos exércitos estaduais na Primeira República: o caso da força pública em Pernambuco na historiografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXX, 2019, Recife. **Anais...**, Recife: ANPUH. 2019, p.5.

¹⁴⁵⁵ [Referência descrita como o catálogo do IAHGP] Cartas (originais) dos governadores de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará ao então governador do Pará, dr. Lauro Sodré, autorizando-o a chefiar um movimento armado em favor do marechal Floriano Peixoto que, na Presidência da República, combatia a Revolta da Armada do comando do contra almirante Antônio José de Melo (1893, 15 folhas, cx. 22, maço 2, doc. 0863).

¹⁴⁵⁶ MAIA, Clarissa Nunes. *Op. Cit.*, p.100.

Neste arranjo, Pernambuco era o único Estado do Norte que não precisava de auxílio bélico da Capital, contanto com armamento moderno e de ponta, adquirido no período conturbado das Revoltas do Sertão e do Impeachment¹⁴⁵⁷, além de ser a base naval para os navios de guerra dos EUA e centro de comunicação com o Norte e a Europa por cabo submarino e rede telegráfica¹⁴⁵⁸. Em carta escrita por “Clarkson” ao *Diário de Pernambuco* em 3 de outubro de 1893, o articulista explicou que Martins Júnior havia deixado de hostilizar Barbosa Lima momentaneamente pois só enxergava dois partidos: Monarquia e República. Ele ainda chegou a argumentar em seu manifesto que a Revolta da Armada sequer considerava os erros cometidos por Floriano em Pernambuco e não havia qualquer garantia que Custódio se importava com o que acontecia no Norte¹⁴⁵⁹ ao contrário de Floriano que tinha um projeto de integração nacional e desenvolvimento industrial regionalizado¹⁴⁶⁰. Pode parecer uma preocupação secundária, mas devemos lembrar que Pernambuco foi um dos estados que mais rapidamente perdeu espaço junto ao governo central¹⁴⁶¹, o que pesava na hora de se posicionar entre dois chefes de Estado que incluíam ou não o Norte nas suas pretensões governamentais, regionalismo que vinha se aprofundando desde o Congresso Agrícola de 1878¹⁴⁶². Essa divisão regional chamou atenção fora do Brasil, como alertou o empresário norte-americano Charles Ranlett ao ministro Salvador Mendonça do possível processo de secessão entre norte e sul caso a Revolta da Armada vencesse e a parte setentrional resistisse com o regime republicano¹⁴⁶³.

Em razão do momento, as eleições marcadas para 30 de outubro de 1893 levaram o PRPE a lançar uma chapa com os “mais antigos e com maior influência” (leia-se ala ideológica dos históricos) pois “é o momento de qualquer cidadão, de qualquer classe social, assegurar a legalidade”¹⁴⁶⁴. Partiu, portanto, a convocar meetings contra a Revolta da Armada, como a da Praça do Carmo em 16 de dezembro de 1893, onde convocou a população a defender o regime das supostas pretensões de restauração de Saldanha da Gama¹⁴⁶⁵, com público estimado de 4 mil pessoas¹⁴⁶⁶. Sua radicalização em torno desse sentimento levou-o a fundar o primeiro

¹⁴⁵⁷ ZACARIAS, Audenice. *Op. Cit.*, 2017, p.48.

¹⁴⁵⁸ ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. Os fuzilados da Imbiribeira: imaginário urbano da cidade do Recife no século XX. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.3, n.2, 2014, p.102.

¹⁴⁵⁹ MARTINS JÚNIOR, 1893, p.33.

¹⁴⁶⁰ SAES, Guillaume Azevedo Marques. *Op.Cit.*, 2005, p.39.

¹⁴⁶¹ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.52.

¹⁴⁶² SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

¹⁴⁶³ ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. **Os fuzilados...**, 2014, p.103.

¹⁴⁶⁴ Jorna do Recife, PE, 7-10-1893.

¹⁴⁶⁵ Jornal O Estado de Minas Gerais, MG, 25-12-1893.

¹⁴⁶⁶ Diário Oficial, AM, 9-1-1894.

batalhão patriótico no Norte¹⁴⁶⁷, o *Batalhão Patriótico Seis de Março*¹⁴⁶⁸, em meeting concorrido em janeiro de 1894¹⁴⁶⁹, formado por artistas, médicos, advogados, empregados públicos e comerciantes¹⁴⁷⁰. Discursou no embarque das tropas para o Rio e lançou manifesto contra a Revolta da Armada¹⁴⁷¹ onde se pode perceber como a defesa do regime era o ponto principal das suas motivações naquele momento

...eu sou pela paz contra a agitação sanguinária que nos está roubando a tranquilidade e perturbando o desenvolvimento; sou pelos princípios e pelas ideias contra os despeitos pessoais e as paixões partidárias; sou pela Constituição escrita e promulgada, contra os sonhos e as perigosas aspirações de uma nova lei fundamental; sou pela República evolucionista, enérgica e forte contra a desgraçada possibilidade de uma tentativa de restauração monárquica, surgida do desespero revolucionário; sou, enfim, pelo poder constituído, contra um provisório que se afigura temerosa estátua de Moloch¹⁴⁷² a carbonizar no ventre a incendiado a custosa obra de adaptação republicana realizada durante quatro anos¹⁴⁷³.

Os batalhões patrióticos eram, portanto, ainda mais indicativos de como a preocupação com a restauração monárquica era um medo real, já que as suas formações eram necessariamente voluntárias. Aceitavam qualquer pessoa, de todas as classes, exigindo apenas prova de conduta exemplar e convicções republicanas¹⁴⁷⁴. A existência de um batalhão patriótico em uma localidade demonstra uma força significativa da ideologia republicana, já que são necessariamente defensoras da ideia de que a República deveria ser defendida a qualquer custo, nas ruas, jornais, clubes e comícios¹⁴⁷⁵. A ação antimonarquista, pelo menos a motivação advinda do medo, justificava todo ato, seja ele violento ou antipartidário¹⁴⁷⁶. A partir daí, surgiu o termo “jacobinismo”¹⁴⁷⁷, do qual Martins Júnior passou a fazer parte não de forma

¹⁴⁶⁷ Também há registros de ter havido mais dois batalhões, o Gustavo Sampaio (Ceará), e o Silva Jardim (Rio Grande do Norte) formados logo depois. Cf. *Jornal A Federação*, RS, 19-3-1894.

¹⁴⁶⁸ Membros incluíram estudantes da Escola Militar do Ceará, soldados do Batalhão Tiradentes, empregados públicos federais e estaduais e alguns civis voluntários. O Batalhão Tiradentes, considerado o mais radical, circulava no Recife. Cf. *Diário de Manaos*, AM, 27-1894; ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. **Os fuzilados...**, 2014, p.103.

¹⁴⁶⁹ *Jornal A República*, CE, 2-7-1892.

¹⁴⁷⁰ *Jornal A Federação*, 19-3-1894.

¹⁴⁷¹ Por isso recebeu honraria do Exército e título de major “em atenção aos bons serviços prestados em defesa da República durante a revolta”. Cf. *Jornal Minas Gerais*, MG, 22 de outubro de 1894. Também participaram do batalhão e receberam honrarias os capitães Adelino Filho, Moreira Alves e Homem de Siqueira. Cf. *Jornal A Pacotilha*, MA, 29 de outubro de 1894.

¹⁴⁷² Moloch era um dos deuses cultuados pelos amorreus cerca de 2000 a.C. Usa como símbolo para dizer que a República está sendo usada em sacrifício.

¹⁴⁷³ *Jornal Oásis: órgão do povo*, MT, 25-2-1894.

¹⁴⁷⁴ Os batalhões patrióticos ofereciam uma remuneração, o que possibilitou que classes mais pobres tivessem um incremento do seu rendimento mensal. Essa garantia de renda em apoio à República pode explicar porque os batalhões receberam tanta gente. Cf. MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897)**. 2006. 178f. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006, p.16.

¹⁴⁷⁵ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. Cit.*, p.83-90.

¹⁴⁷⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op.Cit.* 1986, p.56.

¹⁴⁷⁷ MUZZI, Amanda da Silva. Monarquistas, restauradores e jacobinos: ativismo político. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, V.21, N°42, Julho-dezembro, p.284-302. 2008, p.287.

autodeclarada¹⁴⁷⁸, principalmente quando se transferiu para o Rio. Em crítica recebida, o *Correio Paraense* o acusou de se manter “a salvo” em Pernambuco, enquanto enviava jovens para o Sul para “morrer em defesa da República”¹⁴⁷⁹. Poucos meses depois, em discurso proferido na câmara estadual, lançou moção de apoio a Floriano quando o presidente rompeu diplomaticamente com Portugal após rumores daquele país apoiar a Revolta. Pernambuco foi o único estado do Norte a sofrer Estado de Sítio¹⁴⁸⁰ pelo presidente, ao lado do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Em congratulações pela defesa da República, o General de brigada, João Vicente Leite de Castro, homenageia-o por um dos batalhões patrióticos do Norte

Aqui criou-se a primeira das legiões, graças especialmente ao intemerato democrata Dr. José Isidoro Martins Júnior que, em meio a uma manifestação ruidosa, lançou a sua palavra com eloquência vibrante e sonora, e concitou os seus patrícios a empunharem armas para sempre defenderem o lema das suas convicções políticas de todos os tempos – ordem e progresso – e a que dedicou todas as suas energias de grande cidadão.¹⁴⁸¹

A situação vivida em torno da Revolta da Armada, bem como as atitudes de Barbosa Lima, trouxe a inusitada aliança entre Marianistas e Martinistas que se odiavam desde 1889. Os eventos terminaram por colocarem-nos diante de um mesmo inimigo após o fim do movimento de Custódio. Em retaliação às suas ações consideradas “traidoras”, Martins Júnior sofreu uma espécie de ‘ostracismo’ dentro do seu próprio partido. De acordo com um dos seus primeiros biógrafos, seus posicionamentos foram responsáveis por fazê-lo perder muitos amigos e correligionários e isso trazia uma derrota política muito mais significativa para ele pois “é necessário que não se esqueça, Martins Júnior era um moço pobre, sem amigos bem colocados na política, contando apenas com o seu grande talento, muito culto, e as suas raríssimas qualidades de caráter”¹⁴⁸². Apesar do tom glorificado dado por Rangel Moreira, concordo com o ponto de vista sobre suas redes de relacionamento político, pois Martins dependia das alianças que mantinha a duras penas, sem ter fontes de renda, tradição familiar ou cargos no governo naquele momento. Uma vez perdida as alianças que fizera, não lhe restaria muitas opções. Estou de acordo, portanto, com a visão de Audenice Zacarias quando ela afirma que esse foi um dos seus maiores “erros” políticos cometidos do ponto de vista do seu fortalecimento partidário¹⁴⁸³; porém o próprio Martins Júnior deixou claro em relato anos

¹⁴⁷⁸ MUZZI, Amanda da Silva. *Op. Cit.*, 2006, p.17.

¹⁴⁷⁹ Jornal *Correio Paraense*, PA, 24-1-1894.

¹⁴⁸⁰ Na prorrogação do Estado de Sítio em 1894, Pernambuco foi o único estado a ficar de fora, demonstrando o prestígio de Barbosa Lima junto ao presidente. Cf. Jornal *O Comércio de Portugal*, Lisboa, 19-7-1894.

¹⁴⁸¹ Jornal *A Federação*, RS, 19 de março de 1894.

¹⁴⁸² MOREIRA, Rangel. *Op.Cit.*, 1916, p.61-5.

¹⁴⁸³ ZACARIAS, Audenice. *Op. Cit.*, p.44.

depois que não se arrependeu da sua escolha, considerando coerente com a defesa da República, decisão que tomaria em qualquer oportunidade¹⁴⁸⁴. É aí onde devemos refletir sobre o que é “erro” e “acerto”. Na visão pragmática, aquela que define “acerto” como “domínio político” e erro como “derrota partidária”, Martins Júnior “errou”. Mas para o próprio sujeito a definição de “erro” político seria trair seus ideais, preferindo uma “derrota partidária” a uma “vergonha” ideológica. Como analistas, devemos separar uma “derrota” de um “erro” político. Martins Júnior admitiu ser derrotado, mas estar do lado “certo” da História: defender a República.

Diante das divergências internas do PRPE, Martins Júnior lançou chapa independente para as eleições federais de 1º de março, utilizando como critério aqueles que lutaram contra Custódio, em defesa da República¹⁴⁸⁵. Ressalto também que alguns nomes da chapa feita por ele são de pessoas que estiveram ao seu lado nas questões mais delicadas, como a **Moção do dia 18**, a votação do **Impeachment** e a **Revolta do Sertão**. No lançamento da chapa deixou claro: “Os cinco novos nomes agora apresentados em substituição de outros tantos cidadãos cujo mérito sou o primeiro a confessar, são de correligionários não menos distintos e que principalmente se têm feito valer pela sua dedicação e serviços à causa da legalidade, ameaçada pela revolta¹⁴⁸⁶

O PRPE, encabeçado por Ambrósio Machado, decidem, portanto, lançar chapa sem o nome do seu chefe e fundador, argumentando ser a “segunda vez que aquele nosso correligionário assume a responsabilidade de cindir o partido” e ser este um ato de “ditadura partidária”¹⁴⁸⁷. Devo lembrar aqui que as disputas internas do PRPE já existiam anteriormente aos conflitos envolvendo a Revolta da Armada, tendo sido o primeiro dissidente Aníbal Falcão ainda 1890, mas persistindo a luta interna por liderança entre Martins Júnior (alas ‘adaptacionista’ e ideológica) e Ambrósio Machado (ala adesista)

Quadro 3 - Comparação das chapas eleitorais do PRPE (1894)

<i>ROMPIMENTO DO PRPE NAS ELEIÇÕES FEDERAIS DE 1º DE MARÇO DE 1894</i>	CHAPA PROPOSTA POR MARTINS JÚNIOR	CHAPA PROPOSTA POR AMBRÓSIO MACHADO
Para deputados	Agostinho Silva Leal Alves da Silva <u>Aristarco Xavier Lopes</u> <u>Armínio Santos</u> <u>Belarmino Carneiro</u> <u>Correia da Cruz</u>	Albino Meira <u>Aristarco Xavier Lopes</u> <u>Armínio Santos</u> <u>Belarmino Carneiro</u> <u>Correia da Cruz</u> <u>Eduardo Tavares</u>

¹⁴⁸⁴ MARTINS JÚNIOR, Jose Isidoro. **Um capítulo...**, 1898, p.27 e39.

¹⁴⁸⁵ Diário de Pernambuco, PE, 20-2-1894.

¹⁴⁸⁶ Jornal do Recife, PE, 25-2-1894.

¹⁴⁸⁷ Diário de Pernambuco, PE, 24-2-1894.

	Eduardo Tavares Esmeraldino Bandeira Adelino Luna Freire Martins Júnior Osvaldo Machado Joaquim Tavares Coriolano Tavares José Moreira Alves	Olinto Vítor Pereira de Lira Tavares Barreto Trindade Peretti Virgílio de Sá Pereira
Para senador	Francisco do Rego Barros Lacerda	José Vicente Meira de Vasconcelos

Fontes: Jornal A República, CE, 24 de fevereiro de 1894.

O clima de disputa interno ao PRPE trouxe abalos para dentro do congresso estadual, comandado pela agremiação e uma das dores de cabeça de Barbosa Lima até então. Os ainda aliados de Martins Júnior se rebelaram contra as atitudes tomadas por Ambrósio Machado e Albino Meira, ausentando-se continuamente das votações e negando quórum. As alas “adesista” e “ideológica”, que vinham se estranhando desde o início de 1890, passaram a se atacar. Enquanto a ala mais ideológica acusava os antigos “adesistas” de se colocarem contra a República (apoiando a Armada ou negando defesa do regime), os “adesistas” acusavam a ala ideológica de fortalecer o inimigo local (Barbosa Lima). Um dos pontos centrais que de fato desgastou a imagem de Martins Júnior naquele momento foi a acusação de não ter se posicionado imediatamente sobre a Armada¹⁴⁸⁸, como expliquei acima, colocando-o em situação crítica com ambas as alas. Com as crises internas no Partido Autonomista e no Partido Republicano, o Partido Republicano Federal surgiu dos escombros¹⁴⁸⁹, articulação nacional necessariamente eclética, visando as eleições federais de 1894 após anos de crise bélica¹⁴⁹⁰.

Em articulação com o PRF, através da indicação direta feita por Francisco Glicério em favor de Martins Júnior¹⁴⁹¹, candidatou-se independente pelo 3º distrito. Diante da situação efervescente que Pernambuco viveu durante esse período, as eleições federais de 1894 trouxeram a vitória combinada de Martins Júnior e José Mariano, ambos considerados perseguidos pelo regime de Barbosa Lima. O governador, por sua vez, tendo conseguido o racha interno do PRPE, conseguiu eleger todos os senadores estaduais e 2/3 da câmara com os votos do interior do Estado¹⁴⁹². Na capital, Recife, o desgaste político de Barbosa Lima o fez perder

¹⁴⁸⁸ Martins Júnior só se posicionou oficialmente em 10 de novembro de 1893, quase 2 meses depois da explosão da revolta.

¹⁴⁸⁹ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.248.

¹⁴⁹⁰ LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1987, p.77.

¹⁴⁹¹ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...**, 1898, p.51.

¹⁴⁹² Houve um número surpreendente de votos brancos para presidente e vice-presidente da República; o Partido Autonomista saiu fortalecido e, dentre as disputas internas do PRPE, o lado martinista foi mais bem colocado. Cf. Diário de Pernambuco, PE, 2-3-1894.

a eleição dos seus candidatos aliados. José Mariano foi eleito ainda preso, e Martins Júnior, considerado a “Milícia de 6 de março” e “candidato da Muribeca” pela chacota que a oposição lhe fez por firmar acordo com Rosa e Silva¹⁴⁹³, líder do PRF local, por requisição feita a este de Francisco Glicério. Eleito como deputado federal e hostilizado por seus próprios partidários, Martins Júnior partiu para manter sua oposição a Barbosa Lima no Congresso Federal.

6.4 A OPOSIÇÃO A BARBOSA LIMA NO CONGRESSO FEDERAL

A Revolta da Armada e suas consequências levaram a um novo arranjo político em Pernambuco. O Partido Autonomista, originalmente formado pela coalizão entre José Mariano, Barão de Lucena e Rosa e Silva, foi desmembrado. O Partido Republicano, por sua vez, sofreu uma profunda racha interna entre a ala ideológica e adesista, levando ao isolamento político de Martins Júnior. Dos despojos dessas divisões internas, emergiu o Partido Republicano Federal que tinha, aqui em Pernambuco, a liderança de Rosa e Silva, o principal beneficiado das lutas: republicanos históricos divididos, marianistas presos, lucenistas em guerra contra o governador. O PRF – que pode ser considerado um “novo” Partido Conservador em Pernambuco – paulatinamente recebeu os antigos líderes imperiais nas suas fileiras, dissidentes do Partido Autonomista e Partido Republicano retornando a uma configuração “semelhante” à época do Império. Em resumo: as antigas lideranças monarquistas, em aliança com Barbosa Lima, foram quem, de fato, venceram¹⁴⁹⁴. Nas eleições federais para 1º de março de 1894, com o fim da Revolta da Armada, as candidaturas de José Mariano e Martins Júnior eram, portanto, anti-governistas e isoladas. Utilizando-se de *habeas corpus*, José Mariano e Lourenço de Sá obtiveram na justiça o direito de assumir o cargo de deputado federal tendo sido eleitos ainda na prisão. Recepcionado com uma multidão, Barbosa Lima não foi capaz de impedir¹⁴⁹⁵ a festa que tomou a cidade por 3 dias¹⁴⁹⁶. Já Martins Júnior teve sua vitória contestada¹⁴⁹⁷ contra

¹⁴⁹³ ZACARIAS, Audenice. *Op. Cit.*, 2017, p.55.

¹⁴⁹⁴ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Op.Cit.*, 1975, p.250.

¹⁴⁹⁵ ZACARIAS, Audenice. *Op. Cit.*, 2017, p.54.

¹⁴⁹⁶ SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República**. Recife: Cepe, 2013, p.230-3.

¹⁴⁹⁷ Martins Júnior, Cleto Nunes e Galdino Loreto foram os que tiveram seus diplomas contestados no Congresso Federal. Cf. Diário de Notícias, PA, 6-8-1894.

Eduardo de Oliveira, precisando preparar defesa¹⁴⁹⁸ para efetivar sua cadeira no congresso¹⁴⁹⁹.
Defendendo-se da acusação de que teria sido eleito de forma fraudulenta, destacou

Eu não tinha partido, não tinha protetores e esperava calmo. Os que tinham partido, protetores, amigos, predominância política e todos os elementos de força, fugiram ao debate... E a votação, mesmo sem debate, no seio da Câmara, foi quase unanimemente em meu favor. Que criminoso político era eu, que os adversários não se atreviam a atacar? Ah!¹⁵⁰⁰

De acordo com carta trocada entre Martins Júnior e o escritor simbolista Cruz e Souza, foi possível descobrir que o líder histórico precisou contrair empréstimo bancário no valor de 2 contos de réis e empenhou o salário de deputado para financiar sua candidatura, numa alta aposta política, tendo em vista que não apenas era desafeto direto do governador, como havia perdido apoio interno do próprio PRPE e disputou uma eleição “solitária”.

Rio, 12 de junho de 1894

Meu caro Cruz,

Ciente de tua aflitiva situação e do que me pedes, respondo-te:
Efetuar qualquer transação numa terra em que se é quase estranho como eu, é coisa impossível. Por mim, e sem consenso ou intervenção de 3ª pessoa, estarei pronto a fazer o que possa em teu favor. A quantia, porém, que me pedes não a posso dispor porque (franqueza por franqueza) todo o meu subsídio de deputado está sujeito à Constituição ou a um empréstimo de 2:000\$000 que fui obrigado a contrair em Pernambuco para despesas eleitorais e de viagem. Posso dispor e ponho a tua disposição desde já da quantia de 50\$000 que mandarás buscar quando te aprouver. É ridículo o auxílio em vista das tuas necessidades... (ilegível) a que queres se minha vida não comporta maior ônus?

Dispõe como sempre do
Teu amigo,
Martins Júnior¹⁵⁰¹

Naquele momento, marianistas e martinistas firmaram uma “paz” em quase 5 anos de disputas, em razão de ambos os grupos estarem sob alvo do governador. A *Gazeta da Tarde*, chamada pelo governista Coelho Cintra de ‘Corsário da Violência’¹⁵⁰², de propriedade e direção de Martins, teve sua venda proibida¹⁵⁰³ e sua tipografia foi constantemente ameaçada¹⁵⁰⁴. Com Martins Júnior e José Mariano embarcando para o Rio, seus braços-direitos e seus órgãos da

¹⁴⁹⁸ A votação apertadíssima (1128 vs. 1113 para Martins) levou à contestação do pleito. José Isidoro precisou apresentar toda a documentação comprobatória, com abaixo-assinado de eleitores, para comprovar sua vitória. Cf. ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1894, vol.1, Nº41.; Em nova contagem, a margem favorável a Martins Júnior aumentou (1162 vs 1116). Cf. Jornal do Recife, PE, 6-3-1894.

¹⁴⁹⁹ Jornal Minas Gerais, MG, 9 de maio de 1894.

¹⁵⁰⁰ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo...**, 1898, p.48.

¹⁵⁰¹ Carta enviada para Cruz e Sousa em 12 de junho de 1894. *Biblioteca Digital de Literaturas de Língua Portuguesa*. Disponível em <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=212285> acesso em 06 de junho de 2021.

¹⁵⁰² Correio da Tarde, RJ, 18-7-1894.

¹⁵⁰³ Jornal A República, CE, 3-7-1894.

¹⁵⁰⁴ Jornal O Tempo, RJ, 31 de julho de 1894.

imprensa tomaram a dianteira para continuar a oposição: Argemiro Aroxã, antigo e fiel partidário martinista, membro da ala ideológica do PRPE, assumiu a diretoria do *Gazeta da Tarde*, fazendo editorial ácido e agressivo contra o governador em 28 de novembro de 1894; e José Maria, braço-direito e fiel partidário marianista, assumiu *A Província*, publicando um dia depois editorial contra o governador no *Diário de Pernambuco* em 29 de novembro de 1894. Neste mesmo dia a redação da *Gazeta da Tarde* foi atacada e completamente destruída à noite¹⁵⁰⁵ e Argemiro Aroxã foi obrigado a comer a folha¹⁵⁰⁶ em que citou o governador sob ameaça de morte¹⁵⁰⁷ e, com isso, deixaram de circular – provavelmente por medo – *A Província*, *A Cidade do Recife* e *Comércio de Pernambuco*¹⁵⁰⁸. As perseguições terminaram no assassinato de José Maria em fevereiro de 1895 durante o processo eleitoral, levando a uma união mais fortalecida entre os dois grupos. Em carta transmitida à redação de *A Província*, Martins Júnior dá o indicativo dessa aproximação

Venho apresentar os meus pêsames pela morte, quero dizer, pelo assassinato do Dr. José Maria de Albuquerque Mello, que era tanto vosso correligionário e amigo dedicado quanto meu adversário político e desafeto pessoal [...] Porque, em Pernambuco, srs. Redatores, não deixaram de existir apenas o direito de livre manifestação do pensamento pela palavra escrita ou falada, o direito de reunião, o direito de locomoção, etc., deixou também de existir o direito à vida, uma vez que essa vida seja um obstáculo à ditadura que nos degrada...¹⁵⁰⁹

Em relato deixado pelo jornal *A Cidade*, os redatores revelam que receberam 5 ou 6 vezes a denúncia de que existiria uma pessoa de confiança do governador com uma lista de pessoas a serem assassinadas, cujos nomes incluíam o redator-chefe e o redator-gerente da folha além de Martins Júnior, Pontes de Miranda, Demétrio Simões e Argemiro Aroxã¹⁵¹⁰. Em telegrama de Martins Júnior, diz que “o pânico é geral”¹⁵¹¹. A partir daí, Barbosa Lima recrudesciu a violência no Estado, e mesmo historiadores que lhe têm apreço, como Robert Levine, admitiu ter se tornado um período de ataques a jornalistas, espancamentos, torturas e assassinatos, indo longe demais nos seus métodos “de ferro e fogo”¹⁵¹². É possível afirmar que,

¹⁵⁰⁵ Em comparação sobre a forma como era tratada a *Gazeta da Tarde*, um articulista do *Diário de Manaus* lançou a indagação: “Maciel Pinheiro e Martins Júnior publicavam *O Norte*, jornal de um republicanismo exagerado, e ninguém se lembrou de fazer suspendê-lo ou quebra-lo”. Cf. *Diário de Manaus*, AM, 23-1-1894.

¹⁵⁰⁶ Barbosa Lima “chegou a fazer um jornalista de oposição engolir, sob a forma de pílulas, o pedaço de um exemplar de uma gazeta, no qual se achavam impressas quadrinhas motejadoras, atribuídas à pena do pobre homem”. Cf. MOREIRA, Rangel. *Op. Cit.*, 1916, p.178.

¹⁵⁰⁷ Notícias que abordavam a falta de liberdade de expressão costumavam ser divulgadas pelos veículos monarquistas, como o *Comércio de São Paulo*. Cf. *Jornal O Comércio de São Paulo*, SP, 2-12-1894; GOMES, Amanda Muzzi. *Op. Cit.*, 2008, p.286.

¹⁵⁰⁸ *Gazeta Caixense*, MA, 18-12-1894.

¹⁵⁰⁹ *Diário de Notícias*, PA, 4-4-1895.

¹⁵¹⁰ Relato republicado pelo jornal *O Estado*, RN, 24-3-1895.

¹⁵¹¹ *Diário de Notícias*, PA, 31-3-1895.

¹⁵¹² LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, p.148-9.

com a morte violenta, provocada pela perseguição política, do diretor de *A Província*, as questões que antes antagonizavam Martinistas e Marianistas enfim, acabaram. A partir de 1894, José Mariano e Martins Júnior passaram a colocar suas diferenças políticas de lado e retornam às antigas alianças que os uniram primeiramente, ainda na época do movimento abolicionista. Aliados até 1888, inimigos mortais entre 1889-1894, voltam a se aliar até a morte de Martins Júnior em 1904. José Mariano esteve presente no seu último dia de vida, carregou seu caixão e discursou em seu nome no Congresso.

A luta contra Barbosa Lima continuou, agora na Capital Federal. A questão central das argumentações girava em torno da legitimidade do governo de Barbosa Lima em Pernambuco. Há dois argumentos legais nos quais se baseavam seus opositores: 1) a eleição de Barbosa Lima era inconstitucional, em razão de que o governador de Pernambuco deveria ser residente do Estado há pelo menos 8 anos antes de ser eleito e ser maior de 35 anos, o que não se verificou; 2) o mandato que o governador exercia era a continuação da administração do Barão de Lucena que deveria ter sido finalizada em junho de 1895, ou seja, Barbosa Lima foi nomeado apenas para finalizar um mandato em curso. Já o governador contra-argumentava que sua nomeação pelo presidente Floriano Peixoto havia zerado esse mandato, garantindo-lhe uma administração completa, e o Estado de Sítio se sobrepunha à necessidade de seguir as leis constitucionais do Estado, portanto inexistindo inconstitucionalidade. No Congresso, Martins Júnior e José Mariano formaram uma bancada para tentar – mais uma vez – o impedimento da administração do governador de Pernambuco, considerando-o não apenas ilegal em seu posto, como um ditador autoritário. No Congresso Estadual, quem liderava essa mesma discussão era o histórico não-martinista, Albino Meira, isolado por uma legislatura quase inteiramente governista.

Como o clima de instabilidade dentro dos Estados não era algo exclusivo a Pernambuco, o espaço para a ampliação do Estado Nacional facilitava as discussões envolvendo a possibilidade de ampliação dos poderes da União que a Constituição de 1891 não previa¹⁵¹³. Neste sentido, Martins Júnior apresentou projeto¹⁵¹⁴ que buscava a possibilidade de intervenção federal¹⁵¹⁵ que, com isso, visava atingir diretamente casos específicos como o de Barbosa Lima.

¹⁵¹³ VISCARDI, Cláudia. *Op. Cit.*, p.54-5.

¹⁵¹⁴ Diário Oficial, AM, 3-7-1894. Jornal A Federação, RS, 28-6-1894.

¹⁵¹⁵ Na verdade, esse dispositivo foi pensado ainda no Governo Provisório através do Decreto nº1, artigos 4 a 6, depois abordado no pré-projeto constitucional elaborado por Rui Barbosa para a Constituição de 1891, que previa a possibilidade de intervenção federal, mas esse ponto do projeto não foi discutido na constituinte, passando sem regulamentação. O que Martins Júnior buscou era regulamentar esse dispositivo. Cf. LYNCH, Christian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016, p.24.

Em pedido feito pela *Revista Brasileira* para responder a questão “*Quais são ou vos parecem, os meios de, nos limites da Constituição e das leis, resolver a chamada Questão do Rio Grande*¹⁵¹⁶?”, 8 parecistas responderam, sendo 3 a favor da intervenção federal (Martins Júnior, Pedro Tavares Júnior e Severo Macedo) e 5 pela ‘pacificação’ (Medeiros e Albuquerque, Sílvio Romero, Thomaz Alves Júnior, Ferreira de Araújo e Fernando Mendes de Almeida)¹⁵¹⁷. A resposta específica de Martins Júnior foi a de que, se um movimento dito revolucionário visava atacar a forma republicana federativa de governo, a União deveria intervir militarmente para debelar o movimento¹⁵¹⁸. Sendo um ‘jacobino’ no Congresso Nacional, naquele momento, a importância de uma liderança central que garantisse a unidade da nação e a permanência da República era comum entre os “fanáticos” do regime¹⁵¹⁹. Em torno das eleições em Pernambuco, mesmo estando no Rio de Janeiro, continuava liderando as orientações do PRPE. Com o lançamento de chapa para as eleições de 10 de janeiro de 1895, explicou que o Estado estava “sujeito aos caprichos e veleidades de um administrador sem critério e sem escrúpulos” e que era necessário “abortar os planos do ousado ditador” pondo fim à “ferrenha e insuportável ditadura” visto que Barbosa Lima pretendia reformar os artigos 132 e 133 da Constituição Estadual para garantir ao poder executivo constituir livremente os municípios e, talvez, se perpetuar no poder¹⁵²⁰.

Mas foi em 18 de junho de 1895 que seu discurso se tornou nacionalmente conhecido, após falar por três horas seguidas no púlpito da Câmara, expondo todos os ‘crimes’ da administração de Barbosa Lima, sendo suspensa pelo tumulto de “calorosas discussões”¹⁵²¹, principalmente dos apartes feitos por Medeiros e Albuquerque, considerados “violentos e tumultuosos”¹⁵²². A fala de Martins foi considerada vibrante, hipnótica e chamou a atenção da imprensa da época pela lotação das galerias¹⁵²³ “saindo da Câmara acompanhado pelos deputados da oposição e o povo que aclamava Martins Júnior e José Mariano”¹⁵²⁴. As imediações da Câmara ficaram repletas de polícia armada¹⁵²⁵. Com um efeito tão arrebatador, continuou nas ruas, através da sacada da *Cidade do Rio*, ao lado de José Mariano e José do

¹⁵¹⁶ Trata-se da Revolução Federalista e a guerra civil naquela região, ainda em curso.

¹⁵¹⁷ *Jornal do Brasil*, RJ, 4 de junho de 1895.

¹⁵¹⁸ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A Questão do Rio Grande**. *Revista Brasileira*, Edição nº2, Abril/junho, 1895, p.281.

¹⁵¹⁹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. Cit.*, p.92.

¹⁵²⁰ *Jornal do Recife*, PE, 4-1-1895.

¹⁵²¹ *Jornal A República*, Paraná, 20-6-1895.

¹⁵²² *Jornal A Federação*, RS, 20-6-1895.

¹⁵²³ *Jornal Santos Comercial*, SP, 19-6-1895.

¹⁵²⁴ *Jornal O Democrata Federal*, SP, 19-6-1895.

¹⁵²⁵ *Jornal A Federação*, RS, 19-6-1895.

Patrocínio¹⁵²⁶. Em artigo publicado como ‘testemunha’ de todo o discurso e ação nas ruas, José do Patrocínio explanou

...[Martins Júnior] conseguiu, ontem, horrorizar a opinião com a biografia governamental do sinistro usurpador da presidência de Pernambuco [...] deixou claro que se tratava de um hipócrita e de um perverso, que ensanguentava e anarquizava o seu Estado [cita trecho de discurso de Barbosa Lima que trata os estrangeiros nacionalizados de ‘desqualificados’] Querem maior prova de que se trata de um doido ou de um agressor de ofício, investido do cargo de governador? [...] [o discurso foi] um sucesso de tribuna, dos mais brilhantes da tribuna republicana. A atenção dos deputados, o aplauso dos expectadores, dentro os quais se destacavam as senhoras, nas tribunas, vitoriando o orador; a figura correta, a dicção sobriamente acadêmica, o período iriado e sonoro do poeta tribuno, subjugarão a ménagerie de feras de fúria mandadas pelo Dr. Barbosa Lima à Câmara para atestar a sua maestria de domador¹⁵²⁷.

Em relato deixado no *Correio da Tarde*, assim foi descrito o episódio

Os srs. Patrocínio, José Mariano e Martins Júnior são mesmo uns homens levadinhos da breca. Pois ontem, quando menos esperava Zé Povo, eles foram à janela da Cidade do Rio e de lá disseram o que se deve dizer sobre o incomensurável ditador Barbosa Lima – o Castilhos Pernambucano¹⁵²⁸ [...] Depois do que vimos narrar, como não estará assustado o déspota pernambucano que se fez fotografar com Ottoni e Magno, assassinos do Dr. José Maria?¹⁵²⁹

Nas vésperas do discurso anunciado, Leonídio Porto demonstrou como as atenções se voltavam com expectativa naquele momento

O ilustre deputado pernambucano Sr. Martins Júnior tomará amanhã na câmara, toda a sessão acerca do procedimento e tempo constitucional do governo do Sr. Barbosa Lima que tem muito jeito, como o seu colega Coronel Valadão, para ditador. O debate promete ser delicioso, e o Sr. Coelho Cintra com certeza vai dar ao país, na réplica, um novo código de civilidade¹⁵³⁰, e também mostrar-nos, à pulso da eloquência, que o capitão governador é um anjo, e não demônio como pintam os seus ‘gratuitos’ adversários, um 2º tomo do Sr. Castilhos¹⁵³¹. [...] há de ser esplêndido tudo isso¹⁵³².

Logo após seu discurso, foi considerado “um dos oradores mais fluentes e ilustrados” daquele momento, tamanha a impressão que marcou a cidade do Rio com a veemência com que se posicionou¹⁵³³. José Mariano e Martins Júnior conseguiram a nomeação para serem parte da comissão mista¹⁵³⁴ que iria avaliar os documentos da ilegalidade do governo de Barbosa Lima e, em segundo discurso na Câmara feito pelo líder histórico se comentou que “mal havia

¹⁵²⁶ Jornal A União, PB, 21-6-1895.

¹⁵²⁷ Jornal Correio do Rio, RJ, 19-6-1895.

¹⁵²⁸ A imprensa considerava que a situação de Pernambuco era muito semelhante à do Rio Grande do Sul e as comparações foram diversas. Cf. Jornal The Rio News, RJ, 16-4-1895.

¹⁵²⁹ Correio da Tarde, RJ, 19-6-1895.

¹⁵³⁰ O deputado Coelho Cintra acusou, em plenário, Martins Júnior de tentar envenenar Barbosa Lima em um banquete, mas foi ridicularizado abertamente pelos presentes. Cf. Jornal O Apóstolo, RJ, 3-7-1895.

¹⁵³¹ Essa visão ficou popular na época, como relatou O Democrata Federal, SP, 23-6-1895.

¹⁵³² Jornal Santos Comercial, SP, 23-6-1895.

¹⁵³³ Jornal Santos Comercial, SP, 28-6-1895.

¹⁵³⁴ Jornal A Federação, RS, 26-6-1895.

acabado o orador de pronunciar estas últimas palavras e já rebentavam prolongados palmas nas galerias, no recinto da câmara, nas tribunas reservadas e até nas tribunas das senhoras”¹⁵³⁵. Relatos da época comentaram que o

...povo se aglomerou na porta. Seguiram pela Rua do Ouvidor até a sede do jornal [Cidade do Rio] chegando a quase mil [...] já contava-se por mais de milhar o número de pessoas aglomeradas na Rua do Ouvidor e vendo estas também presente em as sacadas da Cidade do Rio o valente republicano Dr. Martins Júnior, pediram-lhe em altas vozes que falasse. E o ilustre deputado pronunciou um brilhante discurso, que não denotava o cansaço natural por haver falado durante três horas na Câmara dos Deputados, sendo muito aplaudido ao terminar¹⁵³⁶

A imprensa favorável a Barbosa Lima considerava a atuação congressista de Mariano e Martins uma “balbúrdia em balbúrdia”, dois “despeitados”, “futuros tiranos”, em que o governador de Pernambuco seria o “único verdadeiro” pois Floriano estava doente e Castilho “em seu feudo” e terminam “porque cargas d’água vêm aqueles senhores lavar roupa-suja na Câmara não sabemos”¹⁵³⁷. Já a imprensa contrária cutucava “o que é curioso é que o Sr. Martins Júnior fez violentas acusações, usou de expressões acerbadas, chamou por vezes o Sr. Barbosa Lima de covarde, indigno e os amigos deste conservaram silêncio!”¹⁵³⁸. O Congresso permitiu que Martins Júnior entregasse as provas documentais da inconstitucionalidade do governo de Barbosa Lima, numa segunda tentativa de impeachment¹⁵³⁹. Mesmo com toda a expressividade da oposição no Congresso, Barbosa Lima tinha apoio do governo Prudente de Moraes, não sendo retirado do poder até a conclusão do seu mandato em abril de 1896.

¹⁵³⁵ Jornal A Federação, RS, 11-7-1895.

¹⁵³⁶ Jornal O Democrata Federal, SP, 22-7-1895.

¹⁵³⁷ Jornal O Apóstolo, RJ, 23-6-1895.

¹⁵³⁸ Jornal O Fluminense, RJ, 19-6-1895.

¹⁵³⁹ Correio da Tarde, RJ, 26-6-1895.

7 É PRECISO LUTAR PELA REPÚBLICA

Eleito deputado federal com recursos próprios e após precisar comprovar a validade da eleição junto ao Congresso, Martins Júnior saiu de Pernambuco como um “exilado” político. Num artigo escrito por Manoel Lacerda na *Cidade de Uberabinha*, afirmou que o pernambucano “viu-se forçado a abandonar a terra natal porque a situação que ali infelizmente domina fazia-lhe guerra tremenda, não se lembrando muitos dos dominadores que ele foi quem deu-lhes nome e posição!”¹⁵⁴⁰. Sem espaço no seu próprio partido, oposição perseguida pelo governador Barbosa Lima, o histórico se aproximou dos “jacobinos”, considerados por ele como um movimento genuinamente republicano dentro daquele contexto em que a restauração monárquica era constantemente temida¹⁵⁴¹. Em razão da multidimensionalidade da atuação de Martins Júnior – como deputado, agitador nas ruas, jornalista, professor e jurista tudo ao mesmo tempo – em que os diversos campos se sobrepunham, neste capítulo optei por uma abordagem temática e, quando possível, cronológica para facilitar a compreensão. O foco deste capítulo é a sua atuação como congressista a partir da Capital tendo, como desdobramento, sua ‘derrota’ na consolidação da *Política dos Governadores*.

7.1 UM ‘VERDADEIRO’ REPUBLICANO

Eleito deputado federal em 1894, Martins Júnior começou seus trabalhos nos últimos meses do mandato de Floriano Peixoto, numa Câmara conturbada entre os que defendiam a continuidade do marechal e os que se articulavam para a eleição de Prudente de Moraes. Conhecido por sua atuação contra a Revolta da Armada e grande entusiasta de Floriano Peixoto, bem cedo se associou a Glicério, a quem também devia sua articulação para ser eleito. Republicano fervoroso, não hesitou em se posicionar ao lado da ala considerada mais “radical”, envolvendo-se com o grupo que passou a ser conhecido como ‘Jacobino’. No capítulo anterior, parte da sua atuação no Congresso já foi abordada, na continuidade do processo de embate entre ele e Barbosa Lima enquanto governador de Pernambuco. Neste, visando manter o foco no

¹⁵⁴⁰ MARTINS, Henrique. **Martins Junior (post mortem)**. Pernambuco: Typ. do “Jornal do Recife”, 1905, p.296.

¹⁵⁴¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.7.

objetivo da tese – sua ação como propagandista e defensor da República – abordo os aspectos centrais que o localizam como ‘radical’ naquele contexto.

Apesar de não ser possível afirmar com fontes escritas *por ele*, as atitudes de Martins Júnior no período que vai de 1893 a 1903 o colocam como um ‘jacobino’ e ‘florianista’ no meio parlamentar e em ações nas ruas, termos generalizantes do período, mas que, em nenhum momento, foi autointitulado¹⁵⁴². O leitor irá perceber que ambos os termos não aparecerão ao longo do texto associados a ele, pois escolhi utilizar as palavras utilizadas nas fontes que, como se verá, evitavam a alcunha¹⁵⁴³. Discordo das versões que separam o movimento jacobino como ‘parlamentar’ e ‘popular’, e até mesmo das análises que separam o jacobinismo do florianismo¹⁵⁴⁴ - ou que subdividem o florianismo¹⁵⁴⁵ -, pois o que se percebe é muito mais o imbricamento desses espaços políticos que sua separação. Muitos sujeitos transitavam entre a Câmara, a imprensa, os meetings, se associavam às classes operárias, pegaram em armas, bem como discordavam entre si de pontos específicos, mas havia um sentimento comum em torno da ‘moralidade’ republicana. O termo que encontrei mais adequado nas fontes, e a maneira como eles se percebem, foi “*verdadeiros republicanos*”, uma expressão que engloba todo um conjunto de ações, pensamentos, posicionamentos, espaços e relações de pessoas que se consideravam como defensores da República. O entendimento que proponho vem da definição dada por Amanda Muzzi

...tratavam-se estes agentes de indivíduos que se enobreciam por serem republicanos históricos, apresentando-se como os republicanos puros, sinceros e leais, em razão de não serem adesistas e tampouco suspeitos de monarquismo [...] o movimento jacobino era um só, os atores é que eram distintos socialmente e, portanto, obedeciam a motivações diferentes¹⁵⁴⁶

Portanto, quando Martins Júnior fez a sua *primeira* conferência no Rio - “Federação e República” - no *Centro Republicano Radical da Lagoa*, em 22 de julho de 1894¹⁵⁴⁷ a ação já

¹⁵⁴² O termo era malvisto e poucos parlamentares se declaravam assim. São suas atitudes e seus círculos de relação que os identifica. Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.239.

¹⁵⁴³ O termo “jacobino” já era usado para designar os “republicanos intransigentes” no Império e continuou a ser usado como expressão de autodeterminação ou de forma pejorativa na República. Martins Júnior nunca se autodeclarou jacobino, apesar de ter se autodeterminado “republicano intransigente” no Império. Cf. MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897)**. 2006. 178f. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006, p.17-22.

¹⁵⁴⁴ QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986.

¹⁵⁴⁵ PENNA, Lincoln de Abreu. O progresso da ordem: o florianismo na lógica do consenso mínimo. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora-MG, v.2., n.2, p.25-36. 1996. p.28.

¹⁵⁴⁶ MUZZI, *Op. Cit.*, 2006, p.49/134.

¹⁵⁴⁷ Jornal Correio da Tarde, RJ, 21-7-1894; Jornal A República, CE, 2-7-1892.

indicava nos seus primeiros compromissos na Capital, sua orientação¹⁵⁴⁸. Sob a alcunha de ‘Ed. Max.’, testemunha de uma das sessões da Câmara em 1896, este memorizou que “em baixo [da galeria], porém, havia o reboiço dos representantes republicanos, numa agitação de desordem da assembleia revolucionária [...] o Sr. Martins Júnior, elétrico e resoluto, numa vivacidade abalroadora e de pesar calos [era um deles]”¹⁵⁴⁹. Foi considerado pelo jornal carioca *O Lynce* como um “verbo inflamado da Pátria Livre” na Câmara¹⁵⁵⁰. Neste tópico será possível perceber que a designação de “jacobino” ou “florianista” – ainda que muito comum neste período, principalmente pela imprensa monarquista – limitariam o universo de análise da trajetória de Martins Júnior que transitou em todos esses espaços.

Como afirmou José Murilo de Carvalho, os positivistas tinham uma postura muito enfática na promoção da virtude cívica republicana, a ponto de considerarem como parte do próprio estilo de vida¹⁵⁵¹. Martins Júnior foi, no contexto da Capital do final do século XIX, um dos mais dedicados impulsionadores do culto à República. Foi o orador da passeata cívica à Tiradentes entre 1896 e 1903¹⁵⁵², cujo discurso em 1897 deixou claro estar consciente do seu papel para a criação do mito republicano, pois “a República é sustentada por convicção, por fé, por fanatismo e culto aos heróis, algo que a monarquia não tem”¹⁵⁵³; também participou da comissão para as comemorações da morte de Floriano Peixoto em 1897 e 1899, sendo o orador principal¹⁵⁵⁴, entendido como um exemplo de atitudes nacionalistas¹⁵⁵⁵. Sua dedicação à memória de Floriano ficou explícita na poliantéia de 1896 em que ele legenda da seguinte forma: “ao maior estadista militar da América do Sul rende a devida e incomparável

¹⁵⁴⁸ Martins Júnior manteve uma orientação consistentemente alinhada com a vertente mais ‘radical’ do republicanismo, em sua maioria em eventos de celebração a lideranças “revolucionárias” ao longo dos anos de 1892 e 1899. É o caso do discurso gravado em fonógrafo no Hotel Freitas dedicado ao 1º aniversário de morte de Silva Jardim em 1892, em 1893 pela União Cívica e da sessão promovida pela União Comercial do Rio em 1899. Em almoço de despedida do Rio, quando deixou o cargo de secretário do Interior do governo de Quintino Bocaiuva, declarou que voltaria “para defender a República assim como Silva Jardim”. Da sua fala na Câmara na morte de Saldanha Marinho em maio de 1895 e da comemoração a Nunes Machado em 1898. Sem deixar o positivismo como orientação política, foi homenageado pelo *Apostolado Republicano Visionários do Bem* de Alagoas na sua fundação em 1899, com seu retrato. Cf. *Jornal Gutenberg*, AL, 26-9-1899; *Gazeta de Notícias*, RJ, 7-11-1902; *Rebate*, AL, 9-7-1899; *Jornal Folha do Norte*, PA, 14-7-1899; *Jornal A República*, SC, 7-6-1895; *Jornal A República*, PR, 16-7-1899. *Revista Cultura Acadêmica*, PE, 22-9-1904.

¹⁵⁴⁹ *Jornal Liberdade*, RJ, 20-5-1896.

¹⁵⁵⁰ *Jornal O Lynce*, RJ, 29-7-1899.

¹⁵⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *Pensamento republicano no Segundo Reinado (1840-1889)*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. STARLING, Heloísa M. (orgs.) **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.289.

¹⁵⁵² *Jornal Folha do Norte*, PA, 16-5-1896; *Jornal Tiradentes*, RJ, 21-4-1897, 21-4-1899; *O Paíz*, RJ, 19-4-1897; *Jornal A Federação*, RS, 20-4-1903.; *Gazeta de Petrópolis*, RJ, 22-4-1897.

¹⁵⁵³ *Jornal A República*, PR, 8-7-1897.

¹⁵⁵⁴ QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.13.

¹⁵⁵⁵ *Jornal A Pacotilha*, MA, 9-7-1897; *Jornal A República*, SC, 29-6-1897; *Jornal do Brasil*, RJ, 27-6-1899; *Gazeta de Petrópolis*, RJ, 1-7-1897.

homenagem de admiração e respeito”¹⁵⁵⁶. No evento de 1898, por exemplo, chegou a se identificar como Tenente Martins Júnior na subscrição para a coroa que seria dedicada a Floriano, por ter fundado o *Batalhão Patriótico Seis de Março*¹⁵⁵⁷ e na circular da comissão, sediada por ele, direcionou-se às mulheres e proletários como os principais público-alvo¹⁵⁵⁸, segmentos sociais cujo setores mais letrados passaram a projetar seus projetos de mudança social¹⁵⁵⁹. No ano anterior, durante o discurso da festa, explicitou que a política de Floriano¹⁵⁶⁰ foi “fazer amar a República no interior e respeitá-la no estrangeiro”¹⁵⁶¹.

A promoção do culto ao regime através da transformação do general em herói demonstrou a forte influência das teses positivistas entremeadas nas ações dos “verdadeiros republicanos”¹⁵⁶² justamente no momento em que os trabalhadores e as mulheres ascendiam como força política organizada e coordenada. Não foi incomum que a propaganda e culto à República no final do século XIX tenha se direcionado às classes operárias e feminis, enxergados como o público-alvo principal. De um lado temos políticos, literatos, bacharéis formados em concepções comtianas – os mais empenhados em promover o ‘espírito cívico’ republicano - que colocavam sobre esses setores da sociedade a base da ‘regeneração social’ e a principal força da opinião pública¹⁵⁶³; do outro, temos a emergência desses mesmos setores em organizações coletivas em busca pela ampliação da cidadania¹⁵⁶⁴ que viam a janela de oportunidade que a República trouxe para as demandas exigidas. Entre sujeitos que circulavam em toda a senda entre rua, imprensa, política e fábricas, apesar das muitas diferenças de pensamento, a aproximação entre os interesses mútuos aconteceu: associações femininas e/ou

¹⁵⁵⁶ Jornal Polyanthéa, PE, 29-6-1896.

¹⁵⁵⁷ Na verdade Martins Júnior recebeu a patente de ‘major’ pela sua participação, e não de ‘tenente’, mas naquele momento a mocidade militar florianista se identificava pelo título mais baixo. Cf. Jornal O Fluminense. 20-7-1898; 18-10-1894.

¹⁵⁵⁸ Jornal A Notícia, RJ, 28-6-1898.

¹⁵⁵⁹ SOUZA, Felipe Azevedo e. 2018. 215f. **A participação política das classes populares em três movimento, Recife (c.1880 – c.1900)**. Tese (doutorado em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p.165.

¹⁵⁶⁰ Em um médio prazo, manteve sua orientação ‘jacobina’ mesmo quando o próprio movimento teve seu fim, participando ao lado de Lauro Sodré do *Congresso Acadêmico Brasileiro* em novembro de 1903, em homenagem a Manuel Vitorino. Cf. Jornal do Brasil, RJ, 5-11-1903.

¹⁵⁶¹ Jornal A União, PB, 22-7-1897.

¹⁵⁶² GOMES, Luiza das Neves. **O herói e o inimigo no imaginário do jacobinismo brasileiro 1894/1897**. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p.11.

¹⁵⁶³ RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social: liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2012, p.60-70; BUENO, Almir de Carvalho. **A trajetória de uma desilusão; Silva Jardim e Aníbal Falcão: dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900)**. 1991. 118f. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p.48.

¹⁵⁶⁴ Somente entre 1889 e 1906 cerca de 17 movimentos grevistas surgiram na Capital, culminando na primeira grande greve de 1903. Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.53.

proletárias enxergavam a abertura de um espaço político às suas causas, bem como serviam de promoção e propaganda da República.

No cruzamento desses interesses, Martins Júnior foi um dos articuladores entre o culto à República e as demandas trabalhistas que surgiram, usando do seu posicionamento como congressista para atuar dentro da Câmara e fora dela. Em uma rápida passagem por Alagoas, recepcionado pelo Apostolado Republicano, recebeu homenagem “de quem está acostumado a ver a encarnação perfeita desse Ideal grandioso que fez de Silva Jardim um mártir e de Floriano um herói”¹⁵⁶⁵ e ter uma “fé sincera com que prega a multidão que o admira”¹⁵⁶⁶. Na celebração de 1899 na chamada à população para contribuir com os festejos, alegou que o ‘culto pátrio’ é para “aqueles que comungam a mesma religião política” e esperava a comissão confiante “porque pede a republicanos em nome da República”¹⁵⁶⁷. É bastante significativo que Martins Júnior tenha usado a expressão “religião política” pois reveste de um caráter de fé, dedicação e lealdade à República, pois a promoção desse culto era usada para intimidar os restauradores, bem como Prudente de Moraes, acusado de ser permissivo com monarquistas¹⁵⁶⁸ alcançando níveis expressivos de impopularidade¹⁵⁶⁹.

Devo discordar, desta forma, de uma rápida análise feita por Nicolau Svecenko em que ele separa os jacobinos como defensores de militares em oposição a “defensores da República civil”¹⁵⁷⁰, pois essa oposição entre “república militar” vs. “república civil” torna a compreensão de todo o período muito confusa ao associar o culto à Floriano – e a presença de alguns soldados de baixa patente entre os “agitadores” – como uma defesa de *forma de governo* militarizada. Estou, portanto, de acordo com a visão de outros autores. Maria Fernanda Lombardi Fernandes, que analisou em sua tese a trajetória de Silva Jardim, chegou à conclusão que a aproximação entre lideranças positivistas e o exército¹⁵⁷¹ estava muito mais associado “à crença na Ciência, defesa de uma educação de caráter técnico e prático” e no seu papel de manutenção da República que uma defesa de ‘governos militares’¹⁵⁷². Também tem o mesmo argumento

¹⁵⁶⁵ Jornal Rebate, AL, 1-10-1899.

¹⁵⁶⁶ Gazeta de Petrópolis, RJ, 26-4-1899.

¹⁵⁶⁷ Jornal A Federação, RS, 11-12-1899.

¹⁵⁶⁸ JANOTTI, *Op. Cit.*, 1986, p.89. QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.32.

¹⁵⁶⁹ MUZZI, *Op. Cit.* 2006, p.73.

¹⁵⁷⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, 2003, p.64.

¹⁵⁷¹ Argumento semelhante é dado por Maria Thereza Chaves de Mello sobre a mentalidade cientificista do exército através do conceito de “soldado-cidadão” e a ligação com os positivistas. Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p.34.

¹⁵⁷² FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República**. São Paulo: Humanitas, 200, p.194.

Ângela Alonso, para quem o florianismo foi uma “hipérbole do republicanismo” pois era um “núcleo compartilhado de significados e contornos de identidade política”; para a autora, a confusão entre identidade republicana e “militarismo” foi um efeito argumentativo promovido por “monarquistas de pena”¹⁵⁷³. Assim como ressaltou Amanda Muzzi ao se referir que “nem sempre civis e militares colocam-se como adversários mútuos” em sua análise sobre o jacobinismo¹⁵⁷⁴.

Não encontrei indícios – sequer uma única linha – em que Martins Júnior tenha defendido uma ‘militarização’ do Estado, nem mesmo um Estado ‘militar’; a relação estava mais diretamente associada com o *contexto antimonarquista* que propriamente como *projeto de governo*. Devo ressaltar que, não apenas boa parte dos “verdadeiros republicanos”, como eles se intitulam, estavam fora dos quadros militares, como tinham bases positivistas evidentes, sendo essa teoria profundamente fincada na pacificação de conflitos. Por essa razão, Floriano Peixoto será celebrado como aquele que “consolidou a República” e essa foi a principal razão do seu culto, não seu caráter militar. Se a defesa da República caísse sobre mãos civis, também seriam cultuados, como Tiradentes, Silva Jardim etc... Assim, trago as palavras de Maria Tereza Chaves de Melo: não havia nisso nenhum desejo de militarismo¹⁵⁷⁵. Não se pode confundir o sentimento de defesa da República com a defesa de uma forma de governo militar, as duas situações *não são* sinônimas e devem ser compreendidas separadamente.

Saindo da sua atuação como promotor do culto à República e olhando para sua atuação dentro da Câmara, Martins Júnior se envolveu com temas considerados centrais para a oposição. Esteve ao lado de Francisco Borges no projeto que tornava sem efeito o desligamento dos jovens estudantes da Escola Militar envolvidos nos confrontos com a Armada¹⁵⁷⁶, bem como se aliou ao grupo de deputados que votaram contra a Anistia¹⁵⁷⁷ concedida aos envolvidos na Revolta¹⁵⁷⁸. Também se envolveu em meetings da Escola Politécnica, ao lado de Nilo Peçanha e Pedro Moacyr¹⁵⁷⁹, e discursou na Câmara contra a prisão do capitão Gomes de Castro, professor da Escola Superior de Guerra¹⁵⁸⁰. As questões envolvendo a oposição e o processo de

¹⁵⁷³ ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016, p.38-9.

¹⁵⁷⁴ MUZZI, Op. Cit. 2006, p.149.

¹⁵⁷⁵ MELLO, Op. Cit., 2007, p.40.

¹⁵⁷⁶ Jornal A República, SC, 8-6-1895.

¹⁵⁷⁷ Lideraram os votos contra Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva, enquanto Campos Salles e o Partido Republicano Paulista lideraram os votos favoráveis. Cf. JANOTTI, Op. Cit., 1986, p.89.

¹⁵⁷⁸ Foram 116 votos contrários. Cf. Jornal A União, PB, 20-10-1895.

¹⁵⁷⁹ Jornal Comércio de Portugal, Lisboa, 11-9-1896.

¹⁵⁸⁰ Jornal A Federação, RS, 10-8-1895.

desmilitarização provocado por Prudente, levou-o a aderir em favor dos protestos do Clube Militar do Rio de Janeiro¹⁵⁸¹ promovendo meeting no Teatro de Santa Isabel (PE) em seu favor¹⁵⁸² para mais de mil pessoas em 2h de discurso ininterrupto¹⁵⁸³. Se posicionou contra a proibição de anonimato em 1897¹⁵⁸⁴, levando-o a se tornar sócio da Associação de Imprensa do Chile¹⁵⁸⁵, país onde o positivismo também foi enraizado¹⁵⁸⁶. Também fez parte da comissão para a regulamentação da liberdade de justiça¹⁵⁸⁷ e defendeu a prorrogação da nacionalização da navegação de cabotagem, protegendo os trabalhadores¹⁵⁸⁸, ficando ao lado da ala congressista (e minoritária) considerada “protecionista” contra os liberais “antiprotecionistas”¹⁵⁸⁹.

No meio das discussões entre governistas e oposicionistas, no auge da crise envolvendo os jacobinos, Martins Júnior se candidatou pela 2ª vez pelo mesmo 3º distrito de Pernambuco¹⁵⁹⁰ contra Barbosa Lima¹⁵⁹¹. Apoiando-se no argumento de ‘salvação da República’ e mantendo-se aliado da oposição, apoiou a candidatura de Lauro Sodré à presidência, mesmo com rumores espalhados de que deveria fazê-lo desistir da tentativa, como espalhou o *Estado de São Paulo*¹⁵⁹². Em resposta aos rumores, Martins Júnior assinou o **Manifesto pela candidatura à presidência por Lauro Sodré e Fernando Lobo**¹⁵⁹³, cujo documento afirma explicitamente

¹⁵⁸¹ Diário Oficial, AM, 21-4-1896.

¹⁵⁸² Diário de Notícias, PA, 21-4-1896.

¹⁵⁸³ Diário de Notícias, PA, 10-5-1896.

¹⁵⁸⁴ Fazem a comissão: Martins Júnior, Alfredo Pinto, Motta Bacelar, Pinto Rocha e Galvão Carvalhães.

Enquanto Alfredo Pinto defendia a proibição do anonimato, Martins Júnior se colocou contra, por considerar que isso levaria à perseguições políticas. Cf. Jornal O Trabalho, AL, 5-7-1897; Jornal Folha do Norte, PA, 22-5-1897.

¹⁵⁸⁵ Pequeno Jornal, PE, 13-6-1899.

¹⁵⁸⁶ Havia trocas e associações entre os positivistas brasileiros e os chilenos, sendo a ligação entre os dois núcleos muito estreita. Cf. MESQUITA, André Campos. **Vocabulário de termos e questões centrais da filosofia positivista no Brasil e no Chile (1860-1846)**. 2011. 128f. Dissertação (mestrado em Ciências da Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p.41; ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XIX, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1995. p.2.

¹⁵⁸⁷ Jornal O Democrata Federal, SP, 16-7-1895.

¹⁵⁸⁸ Martins Júnior também esteve presente no banquete ofertado pela Companhia Nacional de Navegação Costeira em 1897, o que indica que ele passou a representar os interesses nacionais nesta questão. Cf. Jornal O Cachoeirano, ES, 4-11-1894; Jornal A República, SC, 6-3-1897; Jornal Comércio de Portugal, Lisboa, 20-11-1894; Gazeta de Petrópolis, RJ, 4-11-1894.

¹⁵⁸⁹ Uma das maiores discussões congressistas nessa época era a navegação brasileira e sua nacionalização. Os “jacobinos” eram protecionistas, defendiam o monopólio da cabotagem na costa brasileira, ala a que pertencia Martins Júnior. Cf. QUEIROZ, Op. Cit., 1986, p.113.

¹⁵⁹⁰ Como se tornou comum ao longo das suas candidaturas, foi homenageado pelo jornal *A Silueta* em maio de 1896, mantendo sua popularidade local no início do governo de Rosa e Silva. Sua segunda candidatura teve apoio governista. Cf. Folha do Norte, PA, nº374, 1897 [data mutilada]

¹⁵⁹¹ Jornal do Recife, PE, 15-12-1896.

¹⁵⁹² Gazeta da Tarde, RJ, 20-12-1897; Jornal A Nação, SP, 29-12-1897.

¹⁵⁹³ Jornal do Commercio, RJ, 15-2-1898; Jornal A República, PR, 6-11-1897.

que a República estava sendo tutelada pela monarquia, justificando sua adesão – isolada¹⁵⁹⁴ – em apoio a aquele que considerava um republicano genuíno. De acordo com Marc Jay Hoffnagel no trabalho pioneiro há quase 50 anos sobre as elites políticas pernambucanas entre o Império e a República, venho reafirmar o argumento de que as mesmas forças que dominavam o Estado antes da Proclamação terminaram, com a ascensão de Rosa e Silva através da eleição de Correia de Araújo para governador de Pernambuco, a serem as mesmas a controlar o governo 7 anos após o novo regime. Apesar de ter havido alguns membros provenientes da oligarquia açucareira presentes no movimento republicano, bem como suas lideranças terem tentado cooptar maior apoio junto à classe, “as organizações republicanas que emergiram nos anos 1870 e durante os anos 1880 permaneceram centralizadas numa base urbana, ideologicamente orientada e livre do controle dos agricultores”¹⁵⁹⁵.

Portanto, a persistência de Martins Júnior em sua orientação oposicionista ao lado de Lauro Sodré pode ser entendida com vários recortes. Primeiramente, um recorte local, em que os republicanos “históricos”, “verdadeiros” e “propagandistas” – para se utilizar os termos autodeterminados – se colocaram em oposição à elite açucareira imperial *via de regra*. Deve-se pensar também que havia certo recorte regional nessa oposição pois, sendo Lauro Sodré liderança positivista do Pará, e Martins Júnior de Pernambuco, havia preocupações específicas sobre a predominância de São Paulo no Governo Federal. Essas divisões aparecem em editoriais como o do jornal catarinense *A República*¹⁵⁹⁶, que chamou Martins de “chefe republicano do Norte” em 1895. Diante disso, emparelho-me com o argumento de Américo Freire que avalia a candidatura da chapa Sodré-Lobo como “a primeira experiência mais consistente de fenômeno do radicalismo republicano brasileiro”¹⁵⁹⁷.

O *Manifesto* foi um importante agregador das lideranças republicanas que percebiam o processo de concentração política que os deixariam marginalizados. Alegam que a República foi defendida com patriotismo e sacrifício por verdadeiros republicanos, mas foi entregue aos vícios e defeitos da monarquia, sendo importante reagir para “terminar” o triunfo das tropas que venceram a Revolta da Armada. O eixo principal do documento gira em torno do processo de *refundar* a República, proclamá-la *de fato*, pois “não era possível que tivessem desaparecido,

¹⁵⁹⁴ Martins foi o único pernambucano a apoiar Lauro Sodré. Cf. Jornal O Pará, PA, 12-1-1898.

¹⁵⁹⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895.** PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975. p.264.

¹⁵⁹⁶ Jornal A República, SC, 24-11-1895.

¹⁵⁹⁷ FREIRE, Américo. Três personagens e a história da Primeira República. In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.120.

como que por encanto, todas as crenças, convicções e interesses monárquicos” em 15 de novembro de 1889. A República estaria, portanto, tutelada pela monarquia, e seria preciso “governar a República com a República” o qual os candidatos – Lauro Sodré e Fernando Lobo – jamais hesitaram proteger. Terminam apelando que a candidatura de Campos Salles, apesar de ser um antigo propagandista, estava atrelada aos interesses dos antigos senhores do Império “então, a corrente reacionária restituirá o país às condições em que ele se achava antes da data memorável (...) se se realizar esta segunda hipótese, o que parece inverossímil, faremos de novo a República”¹⁵⁹⁸. De acordo com a visão de Robert Nachman, entre 1890 e 1915, os positivistas desenvolveram um programa de mudanças na “classe média” do Brasil¹⁵⁹⁹ no qual, dentre outras questões, se incluía a tentativa de ascender um presidente com essas bases.

A eleição marcada em 1897, portanto, foi intensamente polarizada, o que forçou Prudente de Moraes a retornar de surpresa para o cargo em 4 de março de 1897¹⁶⁰⁰ após deixar o vice Manuel Vitorino no cargo desde novembro de 1896 por motivos de saúde. Mais inclinado para as exigências da oposição, o período de governo do vice-presidente foi de grande agitação jacobina. Em campanha no Recife para sua reeleição, Martins participou de banquete ofertado pelo comércio exportador pela Companhia de Navegação e recebeu Lauro Sodré¹⁶⁰¹ com almoço oferecido no Hotel Americano, além de uma sessão literária em comemoração aos 80 anos da Revolução de 1817¹⁶⁰². A campanha eleitoral naquele momento estava à flor da pele pelas incursões contra Canudos que, por supostas vinculações de restaurações monárquicas pelos rebeldes¹⁶⁰³, adicionou à candidatura de Martins Júnior um teor – *novamente* – de salvação da República. Por essa razão, um grandioso meeting de afirmação republicana foi marcado por José Mariano e Martins Júnior em comemoração à destruição de Canudos em 13 de março de 1897¹⁶⁰⁴. Apesar de figurar na oposição e estar em menor número em torno dos apoiadores de Lauro Sodré, Martins Júnior conseguiu ser novamente eleito Deputado Federal em meio ao calor das “comemorações” da destruição de Canudos e dos seus discursos de salvação da República, bem como esteve presente na missa em homenagem às vítimas do

¹⁵⁹⁸ Jornal Correio de Minas, MG, 9-11-1897; Jornal A República, SC, 6-11-1897.

¹⁵⁹⁹ NACHMAN, R. G. Positivism, Modernization, and Middle Class in Brazil. **Hispanic American Historical Review**, Carolina do Norte (EUA), v. 57, n. 1, p.1-23. 1977., p.11.

¹⁶⁰⁰ QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.44.

¹⁶⁰¹ Coincidentemente Lauro Sodré chegou a Recife no mesmo dia da Revolução de 1817, reforçando a ideia de que era o salvador da República.

¹⁶⁰² A recepção foi muito mal vista pelos republicanos não-martinistas, membro do PRPE que não seguiam a ala ideológica original do partido. Cf. Jornal Folha do Norte, PA, 8/10-3-1897.

¹⁶⁰³ JANOTTI, *Op. Cit.*, 1986, p.136.

¹⁶⁰⁴ Jornal O Estado, SC, 23-3-1897; Jornal A União, PB, 14-3-1897.

combate¹⁶⁰⁵. Essa visibilidade lhe rendeu um número especial pela *Gazeta da Tarde* em novembro¹⁶⁰⁶, no seu aniversário, bem como é de sua autoria o artigo **‘A República não tem medo’**, um manifesto contra o sebastianismo¹⁶⁰⁷; em outro meeting apresentou a conferência **‘Amor à República e dedicação à Pátria’**¹⁶⁰⁸; foi orador no Teatro de Santa Isabel da festa maçônica¹⁶⁰⁹ para os ‘heróis’ de Canudos em 1898, onde discursou que “a República foi desvirtuada pelos homens que a dirigem, não pelo que ela é”¹⁶¹⁰.

A vitória da reeleição vinha também com um sabor especial: derrotou Barbosa Lima nas urnas, com quem travava luta desde 1892¹⁶¹¹ e veio seguido do falecimento de Ambrósio Machado, correligionário que, como explicitou o jornal paraense *Folha do Norte*, “estava ultimamente ligado a outros republicanos e antigos elementos conservadores e liberais, constituídos estes por amigos do chefe Luiz Felipe, abriu dissidência contra o Dr. Martins Júnior”¹⁶¹² o que, em tese, abria espaço partidário para a volta de Martins Júnior à liderança do PRPE. A eleição de Martins como ‘oposição’ foi contestada por Gaspar Drummond¹⁶¹³, alegando que houve aproximações entre ele e Rosa e Silva para que fosse reeleito em 1897, porém essa articulação tinha mais o dedo de Francisco Glicério – por meio da imposição de cima para baixo pelo PRF – que por afinamento político. Na época, Glicério era considerado o “harmonizador de todos os contrários” e chefe absoluto das “21 brigadas” no Congresso¹⁶¹⁴, a quem Rosa e Silva se submeteu como chefe nacional; não sendo bem visto por Rosa contrariar a resolução, visto que se encontrava em pé de guerra com Glicério, fez apenas vistas grossas para o 3º distrito, sem dar qualquer apoio. José Mariano e Martins Júnior foram os únicos candidatos da oposição a serem eleitos, mesmo a contragosto¹⁶¹⁵. Contando a sua versão dos fatos, após críticas de que seu 2º mandato havia sido conquistado mediante apoio de Prudente de Moraes e Rosa e Silva, José Isidoro organizou a obra **Um Capítulo de História Política**

¹⁶⁰⁵ *Gazeta da Tarde*, RJ, 12-10-1897.

¹⁶⁰⁶ Nova edição especial foi feita em 1898. Cf. *Jornal do Recife*, PE, 24-11-1898.

¹⁶⁰⁷ *Jornal A União*, PB, 28-11-1896.

¹⁶⁰⁸ *Jornal Folha do Norte*, PA, 13-3-1897.

¹⁶⁰⁹ A participação de Martins Júnior com a maçonaria ficou mais explícita com a Revolta da Armada e o aprofundamento das discussões sobre a salvação da República. Em 1894, por exemplo, ao lado de Gervásio Fioravanti, participou da sessão da Loja Maçônica Vigilância e Segredo.

¹⁶¹⁰ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, jan/fev de 1898.

¹⁶¹¹ *Jornal do Recife*, PE, 9-4-1897.

¹⁶¹² *Jornal Folha do Norte*, PA, 7-4-1897.

¹⁶¹³ *Jornal Cidade do Rio*, RJ, 2-2-1897.

¹⁶¹⁴ PORTO, Costa. Os tempos de Rosa e Silva. In: PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, 1986. P.148-171.

¹⁶¹⁵ *Gazeta da Tarde*, RJ, 30-12-1896.

onde explicou a *sua* versão de toda a negociação envolvendo suas eleições. Nesta obra, afirmou que suas candidaturas eram independentes, articuladas através de Francisco Glicério, pois

...eu nunca tive uma palavra de elogio ou de apoio para o governo do Sr. Prudente de Moraes [...] nunca tive uma ligeira condescendência sequer para o homem que reputava e reputo nocivo á pátria tanto pelo que tem feito como pelo muito que tem deixado de fazer [...] nunca o sr. Conselheiro Rosa e Silva me deu o santo e a senha do seu partido, nem eu rendi-lhe alguma vez o mais insignificante preito de vassalagem política¹⁶¹⁶

Se poderia afirmar que a obra foi feita propositadamente para contar sua versão dos fatos e, com isso, amenizar suas contradições. Como venho mostrando desde o capítulo anterior, a oposição ao governo Prudente e o isolamento político em Pernambuco demonstram que, em ambas as eleições, não teve apoio direto dos chefes do executivo estadual, mantendo-se em candidaturas independentes, mas é inegável que precisou se articular para não ver seu caminho totalmente impedido. A eleição da sua primeira legislatura em 1894, como dito no capítulo passado, foi financiada através de empréstimo contraído por ele sob chapa dissidente do PRPE, com apoio discreto de Floriano Peixoto pela sua dedicação contra a Revolta da Armada: apesar disso, não passou com folga e precisou defender seu diploma para tomar posse. Na nova eleição, em 1897, conseguiu apoio de Francisco Glicério que, em negociação com Rosa e Silva, lhe garantiu salvaguarda para candidatura no 3º distrito para não se indispor com o PRF. De qualquer forma, os arranjos políticos foram feitos, inegavelmente. Reeleito e com a tensão política na Capital, Martins Júnior e Lauro Sodré organizaram e discursaram para 50 mil pessoas no 2º aniversário de morte de Floriano Peixoto em julho de 1897. Ao lado de outros oradores, também discursou em recepção a Francisco Glicério na sacada de *A República* em 13 de julho de 1897¹⁶¹⁷. Essas aproximações com as duas maiores lideranças contra Prudente de Moraes levaram o Partido Republicano de Pernambuco a apoiarem publicamente sua adesão à Glicério em agosto¹⁶¹⁸. Devo deixar claro que não é a primeira vez que o PRPE se posiciona como oposição nacional aos liberais, em sua maior parte cafeicultores paulistas, sendo *uma constante* desde a adesão à dissidência de Silva Jardim em 1889.

Como a historiografia já aponta, a situação dos jacobinos ficou bastante complicada após o atentado sofrido por Prudente de Moraes em 5 de novembro de 1897¹⁶¹⁹. Com a nova conjuntura desfavorável, as principais lideranças da oposição foram sumariamente perseguidas

¹⁶¹⁶ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo de história política**. Recife: Pantheon das Artes, 1898, p.56-60.

¹⁶¹⁷ Gazeta de Ouro Fino, MG, 4-7-1897.

¹⁶¹⁸ Jornal A Nação, SP, 3-8-1897.

¹⁶¹⁹ JANOTTI, Op. Cit., 1986, p.160. MUZZI, Amanda da Silva. Op. Cit. 2006, p.121.

e aliadas do poder e, como demonstra a trajetória de Martins Júnior, ele figurou como um dos alvos¹⁶²⁰. Precisou discursar na Câmara sobre o atentado, buscando diminuir os efeitos negativos sobre a oposição, retirando de Francisco Glicério suspeitas de envolvimento, precisando até mesmo afirmar que não concordava com a oposição ao presidente¹⁶²¹, o que sabemos ser uma inverdade¹⁶²², pois se colocou contrário à licença para processar diversos deputados por causa do atentado¹⁶²³. Com a decretação do Estado de Sítio, novamente, em 1898 em decorrência do atentado, Martins Júnior foi um dos 2 votos contrários na Câmara ao lado de Xavier da Silveira¹⁶²⁴, atitude que recebeu boa crítica por parte do *Pequeno Jornal e Comércio de Pernambuco*: “alegram-nos estes votos, porque revestem para nós o alcance de que caminhamos para a fiscalização dos atos de governo nestes períodos de exceção...”¹⁶²⁵ e críticas por parte da *Cidade do Rio*: “com a maior sem cerimônia, o Sr. Martins Júnior nega que tenha havido conspiração o ano passado e considera puramente mítica a que o poder executivo tem certeza de haver reprimido”¹⁶²⁶. Ainda tentou formar uma chapa de oposição para a Comissão de Constituição e Justiça¹⁶²⁷, sendo eleito presidente¹⁶²⁸. No ano seguinte, apresentou projeto de lei regulamentária do Estado de Sítio, sendo muito bem recebido¹⁶²⁹. Mas nem mesmo sua presença na comissão mais importante da Câmara o impediu de sofrer a Degola no segundo mandato. Num processo sumário em que lhe foi dado apenas 24h para preparar defesa, declarou que “este prazo não me chega para a defesa perante juízes, mas me sobra para o protesto perante carrascos”. Virgílio de Sá Pereira comentou que

...graças à famigerada Política dos Governadores, Martins foi excluído da Câmara dos Deputados. Este fato o acabrunhou profundamente, não pela perda dos sacrifícios que o elegeram à representação do país, mas pela traição de amigos e correligionários de

¹⁶²⁰ Martins ainda conseguiu se livrar de uma acusação formal, mas estava rodeado de partidários envolvidos. João Cordeiro e Barbosa Lima estavam envolvidos. Lauro Sodré foi acusado. Já José Mariano foi preso. Nesta época as divergências entre os dois haviam ficado no passado e atuavam juntos na Câmara desde 1894. Cf. SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República**. Recife: Cepe, 2013, p.233; QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.63.

¹⁶²¹ *Jornal A Nação*, SP, 29-7-1898.

¹⁶²² Martins Júnior era bastante próximo de Francisco Glicério e chegou a discursar em seu favor na sacada do jornal *A República* junto com Manoel Vitorino em 1897 para um público de 5 mil pessoas. O PRPE declarou apoio público e unânime a sua liderança no mesmo ano. Em 1898, se uniu com a oposição para votar secretamente em branco nas eleições das mesas da Câmara. Cf. *Jornal O Estado de Minas Gerais*, MG, 22-7-1897; *Jornal O Orbe*, AL, 13-10-1897; *Jornal A Nação*, SP, 5-5-1898; *Jornal O Pharol*, MG, 14-7-1897.

¹⁶²³ *Jornal A Nação*, SP, 22-7-1898.

¹⁶²⁴ *Diário do Maranhão*, MA, 31-8-1898.

¹⁶²⁵ Artigo transcrito do *Comércio de Pernambuco* e comentado pelo *Pequeno Jornal*. Cf. *Pequeno Jornal*, PE, 8-8-1898.

¹⁶²⁶ *Jornal Cidade do Rio*, RJ, 12-8-1898.

¹⁶²⁷ Martins Júnior já havia feito parte da comissão de Fazenda e Indústria no biênio 1896-1898. *Jornal O Commercio de São Paulo*, SP, 6-5-1898

¹⁶²⁸ *Jornal A República*, PR, 19-5-1899; *Gazeta de Petrópolis*, RJ, 18-7-1899; *Jornal A Federação*, RS, 15-7-1899.

¹⁶²⁹ *Jornal A República*, PR, 8-9-1899.

propaganda. Deus me preserve de ainda ver nesta República uma quadra de tamanha rebaixação do caráter político¹⁶³⁰.

Outros fatores também são relevantes para entender a Degola, organizados no tópico a seguir.

7.2 DO DIREITO AO TRABALHO

Durante seus dois mandatos legislativos entre 1894 e 1899, o segundo interrompido pela Degola, Martins Júnior intensificou sua atuação nos embates diplomáticos entre o Brasil e outras nações, ampliou sua influência nas discussões sobre o ensino público e passou a atuar diretamente em causas trabalhistas. Esses campos de ação, associados com os eventos do tópico anterior, se acumularam como fatores que o colocaram como uma ‘ameaça’ à ordem implantada por Campos Salles através da *Política dos Governadores*. Foi a partir da sua presença no Congresso que sua atuação como jurista, professor e mediador foi amplificada. Abordarei cada aspecto separadamente, por questões de melhor compreensão, porém tendo em vista que todos aconteciam ao mesmo tempo.

7.2.1 História do Direito Nacional

Em sua atuação como congressista, José Isidoro atuou em defesa do ensino público e científico. Fez parte da comissão para a reforma do ensino superior em 1895¹⁶³¹ e da comissão de Instrução Pública em 1897¹⁶³², sendo um dos defensores da liberdade de ensino desde 1895, além de membro protetor da Universidade Popular¹⁶³³. Como afirmou Aureliano Barbosa: “o Sr. Isidoro Martins Júnior disse que se devia distinguir três aspectos: liberdade no ensino, liberdade perante o ensino e liberdade de ensino” ao discutir na Câmara o direito irrestrito ao conhecimento¹⁶³⁴. Por essa razão, atuou fortemente contra a redução de verba de escolas públicas, tais como o Ginásio Nacional, o Instituto Nacional de Música e a Escola de Bellas Artes¹⁶³⁵.

¹⁶³⁰ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22-9-1904, p.74.

¹⁶³¹ Jornal A República, CE, 12-6-1895.

¹⁶³² Jornal Folha do Norte, PA, 11-5-1897.

¹⁶³³ Jornal A Notícia, RJ, 23-8-1904.

¹⁶³⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1895, n°3, p.189.

¹⁶³⁵ Pequeno Jornal, PE, 29-11-1898.

Não é minha pretensão nesta tese analisar sua atuação como professor, mas entender como esta área da sua ação também foi um eixo de propaganda e defesa dos ideais republicanos, foco deste trabalho. Como professor de faculdades, Martins Júnior começou com a disciplina de *História do Direito Nacional* na Faculdade de Direito do Recife a pedido de Benjamin Constant, sendo o fundador e o primeiro autor das diretrizes da matéria que formou a primeira geração de juristas republicanos, e depois como professor em *Direito Internacional* pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. A obra de sua autoria – **História do Direito Nacional** – pensada para ser o primeiro manual a ser usado em sala de aula, foi publicado com recursos federais durante sua atuação como deputado federal em 1895¹⁶³⁶. De acordo com artigo de Thiago da Fonseca, o livro foi escrito e preparado desde 1891 por Martins para servir de “manual de ensino da matéria” e ressalta que um 2º volume que cobriria de 1822 a 1889 se chamaria “Época da Renovação”¹⁶³⁷, que nunca foi publicado. Um artigo assinado por “Manelik” também fez a mesma associação, ao dizer que o trabalho de Martins merecia congratulações por “ser útil às gerações futuras e fazer um trabalho do zero”¹⁶³⁸. O fato do manual trazer para a escrita seu estilo oratório de propaganda e suas características como poeta, rendeu-lhe críticas quanto à falta de seriedade no tratamento das questões levantadas. Graça Aranha, em resenha sobre o livro, destacou que Martins “serviu-se do seu estilo dos grandes momentos, de suas frases, na verdade vibrantes e belas, que ficam tão bem nas célebres *Visões de Hoje* e que na *História do Direito Nacional* lhe caem tão mal”, mas não nega que “digam o que quiserem, mas é um livro indispensável”¹⁶³⁹. Já Clóvis Beviláqua, amigo desde os tempos da faculdade e que, posteriormente, publicará o Código Civil de 1916 também com influência dos trabalhos jurídicos de Martins, teve outra visão

Segurança de conceitos, clareza de exposição, concatenamento dos fatos jurídicos em desdobramento evolutivo, todos os predicados de um desses compêndios bem organizados, que condensam os resultados das investigações eruditas e das especulações filosóficas, aí se encontram [...] [apesar das críticas à Escola do Recife, Martins Júnior] cujos livros de história jurídica, geral e especial, se contam entre os mais valiosos produtos da literatura brasileira, no domínio particular em que se enquadram, e entre os fatores mais vigorosos da restauração dos estudos de direito entre nós¹⁶⁴⁰

Como fruto das suas aulas e tendo o propósito de formar uma geração de juristas republicanos, **História do Direito Nacional** não é uma obra que foi pensada, maturada e

¹⁶³⁶ A publicação da obra obteve cerca de 5 contos de réis. Cf. *Jornal Minas Gerais*, MG, 10-3-1896.

¹⁶³⁷ O segundo volume não se concretizou. Cf. *Jornal A República*, SC, 2-2-1896.

¹⁶³⁸ *Jornal A República*, PR, 7-5-1896.

¹⁶³⁹ *Revista Brasileira*, RJ, tomo 6º, 1896, p.180.

¹⁶⁴⁰ BEVILAQUA, Clóvis. **Martins Júnior como jurista**. In: *Revista Cultura Acadêmica*, 22-9-1904, p.13-15.

minuciosamente arquitetada por longos anos, mas escrita no frisson e calor da sala de aula, num momento político conturbado em que a República precisava primeiro se consolidar no país, “elaborado por quem abria caminho”¹⁶⁴¹. Desta forma, está inserida dentro de um contexto geral de deslegitimação simbólica da monarquia, em busca da formação de cidadãos republicanos via processo educacional¹⁶⁴². Em sua ‘advertência prévia’ Martins Júnior tinha propósitos mais abrangentes para a obra “Empreendido e executado, principalmente, para acudir as necessidades dos alunos que, nas faculdades oficiais e livres da República, fazem o curso de ciências jurídicas; ele aspira, entretanto, a uma circulação mais extensa, a um acolhimento mais amplo”¹⁶⁴³. Nas ementas da disciplina que ele ministrou na Faculdade de Direito do Recife se observa uma organização etapista e evolutiva do direito nacional e a valorização da República pelo advento da Direito Nacional como “ciência”. Destaquei em negrito os termos que ressaltam uma visão organicista evolutiva que direciona a organização das aulas no sentido de colocar a República como uma etapa superior (e desejada).

PROGRAMA DA DISCIPLINA HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL (1891)

Adotado na Faculdade de Direito do Recife

- I. Ideias gerais sobre **filogenia** jurídica. **Leis superiores da evolução respectiva.**
- II. Intuições e instituições capitais de Direito entre os romanos e germanos.
- III. O fenômeno da confluência e mixtão das correntes romana, germânica e canônica, num dado período do direito medieval.
- IV. História **genética** do direito Português até a época dos forais.
- V. Causas determinantes da tríplice codificação portuguesa manifestada nas Ordenações afonsina, manuelina e filipina. Lei de 29 de janeiro de 1643; seu espírito e alcance.
- VI. Leis portuguesas de 18 de agosto de 1769 e de 28 de agosto de 1772. Tendências gerais a que obedeceram e que as determinaram. Influência sobre o direito preexistente e sobre a legislação posterior.
- VII. O Brasil-Colônia. Característica jurídica do sistema de colonização posto em prática por Dom João III.
- VIII. A segunda fase do colonato com a imediata gestão régia. Análise sumária da legislação vigente sob os governadores gerais.
- IX. O Brasil-Reino. Caráter e tendências no ponto de vista jurídico (1815 a 1822).
- X. Lei de 20 de outubro de 1823; sua razão de ser. Influência da nova feição política do país sobre o direito público e privado.
- XI. Constituição monárquica de 25 de março de 1824; sua história e seu espírito. Legislação complementar até 7 de abril de 1831. O Ato adicional.
- XII. Primeira fase do 2º reinado (1840-1871). Legislação referente ao Direito Público Constitucional: **tendências reacionárias** da lei de 12 de maio de 1840. Legislação comercial. Legislação relativa ao direito internacional público e privado.
- XIII. Modificações trazidas ao direito civil, criminal e processual pelas leis de 20 e 28 de setembro de 1871. Alcance social da última.
- XIV. Segunda fase do 2º reinado (1871-1889). Legislação complementar da primeira fase.

¹⁶⁴¹ FERREIRA, Waldemar. A história do direito nos cursos jurídicos do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.45, p.12-29. 1950. p.439.

¹⁶⁴² ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.37.

¹⁶⁴³ MARTINS JÚNIOR. **História do Direito Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia da empresa democrática, 1895. p.IX.

- XV. Leis de 9 de janeiro de 1881 e de 13 de maio de 1881. História de uma e outra. Apreciação da última sob os diversos pontos de vista em que pode ser encarada.
- XVI. Advento e instalação da República. Influência do novo regime sobre a vida jurídica do país.
- XVII. Legislação do governo provisório (15 de novembro de 1889 a 24 de fevereiro de 1891). Extensão e valor desta legislação.
- XVIII. A Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891. Sua história e seu espírito.
- XIX. A codificação das nossas leis civis. Histórico das tentativas feitas para analisa-la. Estado atual dos trabalhos empreendidos neste sentido.
- XX. **O Direito Nacional como ciência.** Marcha das ideias. Escolas e doutrinas. Jurisconsultos e professores¹⁶⁴⁴.

PROGRAMA DA DISCIPLINA HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL (1898)

Adotado na Faculdade de Direito do Recife

HISTÓRIA DO DIREITO

- I. A **filogenia** jurídica e suas leis mais gerais
- II. Os primórdios do direito objetivo entre os asiáticos, africanos, americanos e oceânicos **selvagens**.
- III. O **velho direito** asiático. Índia, Pérsia e China.
- IV. O direito **monárquico-teocrático** das antigas civilizações da África e América. O Egito, o Peru e o México.
- V. O direito semita. Árabes e hebreus.
- VI. A vida jurídica na Grécia Antiga.
- VII. Legislação do povo romano. O **velho direito**; a obra dos magistrados e jurisconsultos; direito Justiniano
- VIII. Direito germânico. O direito popular dos **tempos primitivos**. O direito na época franca.
- IX. As várias correntes jurídicas da Europa medieval. O direito feudal. Os costumeiros. A Igreja. As universidades.
- X. Individualização **progressiva e universalista** do Direito após a dissolução do feudalismo. As compilações de leis e códigos da Europa moderna.

HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL

- XI. Os antecedentes. Romanos, germânicos e canonistas. Fusão dos elementos respectivos no último período da Idade Média.
- XII. **História genética** do direito português até a época dos forais.
- XIII. As ordenações afonsina, manuelina e filipina. Causas determinantes de cada uma das coleções dessa tríplice coleção.
- XIV. Vista sintética da legislação portuguesa posterior ao código filipino. Leis de 29 de janeiro de 1643, de 18 de agosto de 1769 e de 28 de agosto de 1772.
- XV. **Protoplasma étnico-jurídica.** *Índios, portugueses e negros. Parte de cada um na formação do direito brasileiro.*
- XVI. O sistema de capitanias hereditárias, característica jurídica desse **primitivo sistema** político-administrativo.
- XVII. O sistema dos governos gerais. Legislação orgânica respectiva.
- XVIII. Organização judiciária e jurisdição eclesiástica no Brasil Colônia.
- XIX. *Legislação referente ao cativo dos indígenas.* Leis da colônia no departamento econômico.
- XX. Fisionomia jurídica do Brasil-Corte e do Brasil-Reino (1808 a 1822)
- XXI. Emancipação da colônia e proclamação do Império. Influência da nova feição política do país sobre o seu direito público e privado. Lei de 20 de outubro de 1823.
- XXII. Constituição monárquica de 25 de março de 1824. Sua história e seu espírito. Legislação complementar até 7 de abril de 1831. O primeiro código nacional.
- XXIII. Aspecto jurídico do período regencial. Caráter liberal e **orgânico** da legislação então feita. Primeira codificação processual. O Ato Adicional.
- XXIV. Primeira fase do 2º reinado (1840-1871). Legislação referente ao Direito Público Constitucional; **tendências reacionais** da Lei de 12 de maio de 1840.
- XXV. Vista geral da legislação relativa ao Direito Internacional público e privado ao Direito Comercial.
- XXVI. Modificações trazidas do Direito Civil. Criminal e Processual pelas Leis de 20 e de 28 de setembro de 1871. Alcance social da última.

¹⁶⁴⁴ MARTINS JÚNIOR. **História...**, *Op. Cit.*, 1895, p. 259-261.

- XXVII. Segunda fase do 2º reinado (1871-1889). Legislação complementar da primeira fase. Direito eleitoral do Império.
- XXVIII. *Código Negro do Brasil*: história da legislação escravista. Lei de 13 de maio de 1888.
- XXIX. Advento e instalação da República. Influência do novo regime sobre a vida jurídica do país.
- XXX. Legislação do Governo Provisório (15 de novembro de 1889 a 24 de fevereiro de 1891). Extensão e valor dessa legislação.
- XXXI. A constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891. Sua história e seu espírito.
- XXXII. Codificação das nossas leis civis. História das tentativas feitas para realiza-las. Estado atual dos trabalhos empreendidos nesse sentido
- XXXIII. **Direito Nacional como ciência.** Marcha das Ideias. Escolas e doutrinas. Jurisconsultos e professores.¹⁶⁴⁵

Tendo em vista que o primeiro programa foi um esboço inicial e o segundo já um programa definitivo da sua disciplina – ministrada por ele entre 1889 e 1899¹⁶⁴⁶ – demonstra que, num espaço de 10 anos à frente da formação do primeiro corpo de juristas formados com a República, Martins Júnior ampliou os objetos de análise para o Direito Nacional, chegando a incluir a influência jurídica dos povos indígenas e africanos para o país, mas não se afasta de uma visão evolucionista de promoção do regime instaurado.

Quais são os principais pontos abordados em História do Direito Nacional?

A proposta específica da obra aparece logo nas suas primeiras linhas. Criar uma “história positiva” do Direito “inexistente” do Brasil independente, ou mais, “renovar o milagre bíblico: extrair um mundo do nada”¹⁶⁴⁷. Diferentemente de algumas literaturas sobre a intelectualidade do século XIX no Brasil¹⁶⁴⁸, que analisa essa releitura do pensamento europeu no país como um fator pessimista e condenatório, José Isidoro é um dos que tem esperança na renovação da pátria. Toda sua obra é um esforço de pensar a história brasileira com as lentes ‘científicas’ do positivismo francês e utilizá-la, principalmente, para uma possível superação do passado e expectativa do futuro. Logo na abertura da segunda parte do livro, intitulado “época embriogênica”, percebe-se a sutil esperança que Martins apregoa

Aqui saltava do útero fecundíssimo da América a promessa de uma grande pátria, destinada a reproduzir em breve espaço todo o complicado e brilhante processo da evolução humana, a abrigar no seio de suas terras e sob o dossel de suas matas virgens *todas as maravilhas industriais das velhas civilizações*, abrigando ao mesmo tempo no cérebro de seus filhos todas as grandezas da ciência e todos os esplendores da arte¹⁶⁴⁹

¹⁶⁴⁵ MARTINS JÚNIOR. **Programa de Ensino da 3ª cadeira do 5º ano de História do Direito Nacional para o ano de 1898**. Recife: Pantheon das Artes, 1898. p.3-7.

¹⁶⁴⁶ Depois disso passou a pedir licença da disciplina até seu falecimento.

¹⁶⁴⁷ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.X

¹⁶⁴⁸ Especialmente *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho (1990) e *O Espetáculo das Raças* de Lilian Schwarcz (1993) por serem os mais conhecidos. Suas teses são fundamentais para entender a profundidade do clima intelectual do fim do século XIX no Brasil o que permite dizer que o posicionamento de Martins Júnior se inseria dentro deste contexto, porém com exceções ao pessimismo tão comum que nos inferiorizava – e condenava – diante da Europa.

¹⁶⁴⁹ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.129. Destaque meu.

Dividida em duas partes principais (Época dos Antecedentes e Época da Embriogênese) a obra tem clara influência da Lei dos Três Estados de Augusto Comte e da teoria hegeliana, com uma sutil inferência da última etapa a porvir. Para Martins, a evolução deveria, *necessariamente*, caminhar sobre os trilhos das ‘velhas civilizações’ em direção à ‘indústria’, pois indústria é progresso. Para o movimento republicano positivista brasileiro, entretanto, a passividade em ‘esperar’ não era bem a orientação predominante. Partindo das influências do positivismo francês, do evolucionismo spenceriano e da teoria de Darwin, defendeu analisar as sociedades e, em especial, o Brasil como uma sociedade-organismo: evolução junto à marcha da História, desde a sua “infância” à vida “adulta”, como se o próprio Direito tivesse vida – e consequentemente, morte – num processo ininterrupto de adaptações e sobrevivência¹⁶⁵⁰. Em uma de suas passagens, demonstrando a “organicidade” do direito, ao comentar sobre a separação entre a lei e a religião nas sociedades ‘primitivas’ destaca

...Mas gradativamente e dia-a-dia se vai diferenciando, especializando, individualizando. Destaca-se pouco a pouco da placenta comum e arroja-se para a vida como um ser independente, autônomo, dispondo de vida própria. Dá-se o caso muito conhecido dos naturalistas, da reprodução por cissiparidade¹⁶⁵¹

Com base na teoria spenceriana, cuja aplicação do evolucionismo à sociedade é bastante ressaltado por Martins, a conclusão a ser retirada era de que o Brasil precisava se desligar da sua “placenta” no Direito, ou seja, das amarras que ainda nos ligavam a Portugal, buscando nossa “reprodução por cissiparidade” com a República. Divergindo do seu mentor jurídico, Tobias Barreto, cujo centro filosófico foi direcionado para a valorização da cultura germânica, Martins Júnior retoma a cultura romana na influência nacional do direito. Tal orientação está intimamente ligada a uma pretensão política em prol do positivismo, que tinha em Roma seu exemplo máximo da Ditadura a ser pensada para o Brasil¹⁶⁵². Para reforçar a noção de ‘centralização’ – base da Ditadura Positivista e essencialmente em oposição à proposta federalista então dominante no Brasil que se ligava, naquele momento, aos interesses da oligarquia cafeicultora – Martins Júnior buscou na estrutura legislativa colonial do país as divergências entre a ‘feudalização’ das capitanias e o Governo Geral criado pela Coroa. Se diferencia de muitos positivistas do seu tempo ao ressaltar positivamente a chegada dos portugueses. Para ele “a Índia, do lado do Levante, e o Brasil, das bandas do Ocidente, estão a

¹⁶⁵⁰ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.15.

¹⁶⁵¹ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.21.

¹⁶⁵² Especialmente em seu aspecto que colocava o ditador como aquele que ‘dita’ a vida em sociedade, organizando as leis sem ferir a constituição. Na visão dos positivistas, ditadura não tem o termo pejorativo militarista que atribuímos hoje.

esperar os navegadores ousados que têm de sair da lendária cidade de Ulisses para lhes fecundarem os largos flancos ubérrimos”¹⁶⁵³

...transplantava-se assim para a *virgem e livre* América Portuguesa a *moribunda instituição europeia* que emergira das ondas empoladas da invasão bárbara para flutuar na Idade Média como a federis arca dos elementos esparços, dos disjecta membra das grandes raças chocadas. Note-se que acabamos de falar em transplantação de uma instituição europeia e *não de uma instituição Portuguesa* [...] A característica jurídica do primitivo sistema colonial brasileiro decorre, portanto, da sua própria natureza de instituição *anacrônica, imperfeita e artificialmente* implantada em terras do novo mundo¹⁶⁵⁴

Sobre a composição social brasileira, contestou a visão hegemônica sobre os indígenas brasileiros que os colocava sob uma categoria unificada, adotando a visão de Ehrenreich¹⁶⁵⁵ sobre 8 grupos distintos, que estariam ligados por traço de irmandade aos negros “pela força da escravidão que os uniu sob o mesmo martírio”. Relega, portanto, tanto negros como indígenas, a uma condição jurídica passiva, mas não enquanto “raça”, mas por terem sido despersonalizados pela escravidão. A colocação dada por Martins Júnior é que os negros são

Seres inferiores na escala da criação natural, bárbaros reduzidos a escravos na inconsciência da sua dignidade e dos seus direitos de homens. Eles não foram entre nós fatores jurídicos senão passivamente, como coisas sujeitas a uma legislação especial – de uma bem triste realidade, por sinal. A lembrança de suas instituições pátrias, de seus costumes coletivos e mesmo de suas crenças privadas morria nos porões dos navios negreiros ou dissolvía-se no mesmo novo em que entravam, formado de crenças e usos diferentes, impostos, como a tarefa do engenho, pelo vergalho do senhor. Inútil, portanto, é procurar entre eles alguma coisa importante ou simplesmente de curioso relativamente à embriologia do nosso Direito¹⁶⁵⁶

Para Martins Júnior, assim como também foi falado por Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo* (1883), o principal malefício para o Brasil havia sido a escravidão. Esta instituição teria retirado dos escravos a possibilidade de participarem da formação das leis no país. Sobre os indígenas, Martins declara haver certa noção de direito nas comunidades tribais (chefes militares, concelho de anciãos, etc.), mas é tácito

Não é – digamos desde já – que esses magros resíduos de direito *infantil e bronco* fossem de natureza a ser assimilados pela legislação completa e *superior que os brancos traziam* consigo na metrópole [...] Acabamos também de ver que os aborígenes, os pele vermelha desta parte da América, encontrados numa das estações iniciais da sua trajetória histórica [...] estavam impossibilitados de concorrer com as

¹⁶⁵³ MARTINS JÚNIOR. *História... Op. Cit.*, 1895. p.91.

¹⁶⁵⁴ MARTINS JÚNIOR. *História... Op. Cit.*, 1895. p.168-173.

¹⁶⁵⁵ Paul Max Alexander Ehrenreich nasceu em Berlim em 1855. Doutor em medicina e filosofia, dedicou-se também aos estudos de etnologia e antropologia. Realizou viagens de estudos à Índia e ao Egito, mas foi no Brasil que suas pesquisas adquiriram maior notoriedade e relevância científica. É muito conhecida sua produção fotográfica das etnias indígenas brasileiras, em especial os botocudos e os índios do Xingu. Sua atuação baseou-se na antropometria muito utilizada na época por expedidores alemães que faziam verificação corporal das etnias pelo mundo. Também atuou com os índios da América do Norte. Indico fazer uma pesquisa rápida na internet para ver suas fotografias, pois a forma como ele representou os índios era ligeiramente diferente da visão de ‘zoológico’ muito comum na época.

¹⁶⁵⁶ MARTINS JÚNIOR. *História... Op. Cit.*, 1895. p.143.

raças preta e branca para a gestação de um organismo jurídico autóctone, viável e capaz de evoluir¹⁶⁵⁷

Portugal, visto como uma ‘civilização avançada’ e uma ‘nação já feita’, preparava o Brasil para ‘a vida civilizada como *um comensal do Ocidente Europeu*, sob a adoção da família latina’¹⁶⁵⁸. Diminuindo as influências árabes, indígenas e africanas, editando a própria história de Portugal para parecer ser um descendente direto de Roma e da França, Martins Júnior cria um mito – ou mesmo um projeto político – que garantia o terreno básico para o positivismo no Brasil. Suas intenções estão longe de estarem apenas nas sublinhas, elas são destacadas explicitamente neste manual utilizado em sala de aula: “trabalharemos para que as adaptações e os empréstimos até hoje feitos, formem quanto antes um todo homogêneo e compacto, correspondendo dignamente ao meio físico e social em que ele tem que agir e evoluir”¹⁶⁵⁹

Desta forma, Martins Júnior, assim como muitos positivistas ao redor do globo neste momento, transformam negros, índios, mulheres e qualquer não-europeu ao papel de *objeto de conhecimento* e não de sujeitos da história¹⁶⁶⁰. Porém, isso não significou no completo afastamento das questões relacionadas ao índio e ao negro no Brasil. Eles foram vistos – como ainda parecem ser – como pessoas a serem tuteladas, guiadas e respeitadas na medida em que obedecerem ao sentido ‘civilizador’ e sua utilidade para o progresso (dos outros). Os positivistas defendiam políticas protecionistas bastante polêmicas para o século XIX, muitas vezes vistos como radicais por boa parte da elite conservadora e escravocrata, mas esse protecionismo benevolente era, muitas vezes, uma forma diferente de controle social, nem sempre consciente, mas sempre com olhos condescendentes. Os capitães donatários, por exemplo, por ele chamados de ‘governadores-proprietários’ – o uso do termo republicano remete ao federalismo de então – eram “empresários de guerras indianóforas” que misturou e repudiou ‘raças’ sob o “vergalhão ao negro e ao índio”.

O anticlericalismo era uma marca recorrente nos escritos positivistas. Martins Júnior não fugiu à regra. Quanto ao poder da Igreja Católica na colônia, associa-a diretamente ao Concílio de Trento, principalmente em relação à criação da Companhia de Jesus e, conseqüentemente, na perseguição os indígenas brasileiros. Além de acusa-los de se aliarem à “colonos gananciosos e egoístas”, afirmou que as autoridades eclesiásticas “sabiam usar e

¹⁶⁵⁷ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.144-154. Grifos meus.

¹⁶⁵⁸ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.155. Grifo meu.

¹⁶⁵⁹ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.156.

¹⁶⁶⁰ LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, A. AMADEO, J. GONZALEZ, S (org). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p.218.

abusar, como e quando lhes convinha, das atribuições e privilégios”, só perdendo tais direitos por ordem do Marquês de Pombal.

Em 8 de maio de 1758 e por alvará devidamente promulgado foram as providências legislativas e 1755 feitas extensivas a todos os índios do Brasil, e foi esse o grande e quase decisivo golpe dado na torpe instituição que colonos e jesuítas exploravam por mais de dois séculos – aqueles aberta e cinicamente, estes com o pretexto da catequese e sob o manto da filantropia religiosa¹⁶⁶¹

Não custa nada lembrar que a produção do livro-manual de Martins Júnior aconteceu durante a década de 1890, período da entrada maciça de estrangeiros no Brasil e, também, do auge da defesa do branqueamento. Não foi encontrado, entretanto, nem nesta obra, nem em qualquer outra escrita por Martins, a defesa do branqueamento racial. Porém, há uma explícita inferência em vários artigos de jornais da elevação *cultural* de algumas partes da Europa. Não se deve, portanto, tomar como conclusão ‘óbvia’ que todos intelectuais defendiam o branqueamento da população. Martins Júnior não associava necessariamente a raça branca com a evolução do Brasil, ainda que considerasse o homem branco europeu como ser mais elevado *naquele momento*¹⁶⁶². Argumenta que o brasileiro “é e será cada vez mais, pelos séculos afora, um tipo cruzado, mestiço”¹⁶⁶³ em que o cruzamento das diversas influências é que formou o Direito Nacional, visto com mais clareza no programa da sua disciplina em 1898.

No Brasil, os positivistas eram conhecidos por seu nacionalismo, a ponto de se colocarem contra a imigração de trabalhadores europeus para a lavoura, preferindo os braços nacionais¹⁶⁶⁴. Ao leitor menos familiarizado com a teoria e a prática dos positivistas no país, causa estranheza uma teoria tão europeizante como o positivismo causar um efeito nacionalista, mas esse incômodo só existe se pensarmos os sujeitos históricos como ‘recipientes vazios’ dessas teorias. Nossas elites tinham objetivos específicos para suas realidades e buscavam, editavam e publicavam o que lhes convinha. Por essa razão, as palavras de Ângela Alonso fazem sentido: “Não foram as ideias que buscaram um lugar, foi o lugar que requisitou, demarcou e explicou as ideias¹⁶⁶⁵”. Martins Júnior, inserido nesta cultura e tido como homem de ciência, numa posição de importância como professor universitário, deputado federal e

¹⁶⁶¹ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.226.

¹⁶⁶² Ele acreditava que a evolução está relacionada com aspectos culturais e qualquer ‘civilização’ tinha a capacidade de progredir, sendo apenas uma questão de tempo e trabalho coletivo.

¹⁶⁶³ MARTINS JÚNIOR. *História...* Op. Cit., 1895. p.131.

¹⁶⁶⁴ Sobre esse tema foi publicado os *Apontamentos para a solução do problema social no Brasil* (1880) por Teixeira Souza, Teixeira Mendes e Aníbal Falcão. Este último, conjuntamente com Martins Júnior, fez parte da liderança do movimento republicano em Pernambuco. Esse documento foi republicado no Recife no mesmo ano, com anuência dos positivistas na província. Dentre as defesas, pede a participação dos lucros para o escravo, salário mínimo e direito à moradia.

¹⁶⁶⁵ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.339.

notório propagandista, tinha para seus alunos o status de verdade. ‘Provou’, ‘verificou’ e ‘demonstrou’ sua tese. Não cabe discutir até que ponto sua ‘ciência’ era verdadeira, mas ela foi *acreditada* desta forma e aí está o poder em longo prazo.

A obra de Martins Júnior, no entanto, demonstra em algumas escolhas e apropriações uma visão própria da política nacional, que pouco sugeria uma passividade dos brasileiros frente ao ‘progresso da humanidade’, mas sim a esperança na construção da nação republicana. Martins Júnior, naquele momento em 1895, havia passado por uma intensa batalha política [‘Revolução de 18 de Dezembro de 1891’; os conflitos com Barbosa Lima; A Revolta do Sertão; A Revolta da Armada, etc...] que perpassou no seu manual o afã de ocasião. Muito além de uma mera subserviência à Europa, estava em jogo qual o caminho a ser seguido pelo Brasil. José Isidoro, como formador desta elite universitária, numa posição de influência considerável, foi e é ainda estudado nas faculdades brasileiras no século XXI, localizado como um pioneiro na história nacional, por ter sido a base que influenciaria códigos¹⁶⁶⁶, leis e estudos na primeira metade do século XX. E ainda que não tenha fugido a uma visão evolucionista e europeizada, considerava a mestiçagem e as diversas influências culturais – incluindo as africanas e indígenas - como benéficas para a formação do Direito Nacional.

História do Direito Nacional é sua obra jurídica mais importante, com maior alcance ao longo das décadas. Teve uma segunda edição feita em 1941 com prefácio de Andrade Bezerra, e a 3ª feita em 1979 com prefácio de Nelson Saldanha pertencente à coletânea Memória Jurídica Nacional do Ministério da Justiça, períodos em que a discussão sobre nacionalismo¹⁶⁶⁷ estavam em alta nas universidades¹⁶⁶⁸. Trago abaixo um exemplo de anúncio

¹⁶⁶⁶ Seu melhor amigo e companheiro em diversas publicações foi Clóvis Beviláqua, com quem compartilhou a experiência de propaganda. Estiveram juntos nos jornais *A Ideia Nova*, *O Escarpello*, *A República*, *O Stereographo* e *Vigílias Literárias* e na tradução de *Jesus e os Evangelhos* de Jules Soury (que reconta a história de Cristo sob ótica da ciência). Clóvis escreverá o Código Civil de 1916, por exemplo, mesmo ano que prefaciou a biografia de Martins Júnior escrita por Rangel Moreira.

¹⁶⁶⁷ Não consegui acesso às duas edições para que pudesse analisar o prefácio de ambos e a relação entre a reedição das obras e os regimes relacionados. As informações que tenho são conflitantes e por isso deixo claro ao leitor. Andrade Bezerra, que prefaciou a 2ª edição, era o diretor da Faculdade de Direito do Recife e diretamente ligado ao Estado Novo, inclusive tendo perseguido estudantes e funcionários contrários ao regime dentro da instituição. Já Nelson Saldanha, que prefaciou a 3ª edição, foi um dos escritores que mais se debruçou sobre a Escola do Recife e mantinha um posicionamento contrário à Ditadura de 1964, o que me leva a pensar que a reedição das obras está relacionado a um contexto de discussão sobre nacionalismo em alta nas universidades devido ao contexto e não necessariamente a uma ação governamental.

¹⁶⁶⁸ HDN ainda é utilizado nas ementas dos cursos jurídicos do país como parte das disciplinas que buscam compreender a trajetória jurídica do direito nacional. Trago como exemplos a disciplina “Novos Rumos da História do Direito” do curso de mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina pelo professor Diego Nunes (2017) e a disciplina ‘História do Direito II’ do curso de direito da USP dos professores Ignácio Velasco e Maria Carmignani (2020) para demonstrar que a obra continua a ser abordada como a primeira da matéria. Disponível em:

da obra, pois é possível perceber que é a única que ressalta na sua legenda “faculdades jurídicas da República”, mensagem recorrente quando História do Direito Nacional era vinculada nos jornais, reforçando a ideia de que era um manual jurídico feito para o novo regime.

Figura 12 - Anúncio de 'História do Direito Nacional' (1896)



Fonte: Gazeta de Notícias, RJ, 5-10-1896.

Lê-se na legenda “para uso dos alunos das faculdades jurídicas da República, abrangendo o estudo sintético da antiga legislação portuguesa e da brasileira até 1822”. Vê-se que outras obras jurídicas do mesmo anúncio não ressaltam a vinculação ao regime.

7.2.2 Direito Internacional e a soberania da República

A trajetória que o levou a exercer sua segunda disciplina – Direito Internacional – começou em 1892 quando foi convidado a participar do *Congresso Jurídico Hispano-*

*Americano*¹⁶⁶⁹. Logo no primeiro mês do seu mandato como deputado federal, orou ao lado de Anísio de Abreu sobre o rompimento diplomático com Portugal¹⁶⁷⁰, reivindicando para a imprensa republicana o concurso patriótico da repressão à Revolta da Armada¹⁶⁷¹, sendo aplaudido pelas galerias¹⁶⁷² após escutarem em absoluto silêncio¹⁶⁷³. Discursou no Largo de São Francisco contra a ocupação britânica na Ilha de Trindade¹⁶⁷⁴ em julho de 1895¹⁶⁷⁵; discursou na Câmara¹⁶⁷⁶ e foi orador no meeting contra os protocolos italianos¹⁶⁷⁷ no Largo do São Francisco em 1896¹⁶⁷⁸, que após 2h30 de discurso no congresso “houve tumulto, tendo sido evacuadas as galerias por força policial”¹⁶⁷⁹. A crise envolvendo os protocolos italianos foi um dos pontos centrais de crise entre republicanos e monarquistas, estes acusando o regime de promover a humilhação do país, levando a respostas mais enfáticas em defesa da República¹⁶⁸⁰. De acordo com o jornal *O Commercio de São Paulo* acerca dos embates sobre os protocolos nos discursos da Câmara, podemos perceber como era vista a relação direta entre as questões de cunho diplomático e de soberania nacional com o “jacobinismo”: “O sr. Martins Júnior falou hoje na Câmara, atacando a Itália, a quem atirou violentos insultos. Os jacobinos aplaudiram-

¹⁶⁶⁹ Diário do Commercio, PR, 22-7-1892.

¹⁶⁷⁰ Jornal O Comércio de São Paulo, SP, 5-5-1894; A República, CE, 2-6-1894.

¹⁶⁷¹ A questão girava em torno da participação de navios portugueses que esconderam revoltosos e se organizaram ao lado dos federalistas no Rio Grande do Sul. Cf. QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.168.

¹⁶⁷² Jornal O Cachoeirano, ES, 27-5-1894.

¹⁶⁷³ Os envolvidos das manifestações favoráveis ao rompimento diplomático com Portugal foram: Anísio de Abreu, Martins Júnior, Galdino Loreto, Frederico Borges, Coelho Lisboa, Gabriel Ferreira, Nogueira Paranaçu e Augusto Severo. Cf. Jornal A Federação, RS, 22-6-1894.

¹⁶⁷⁴ Os ingleses se apoderaram da ilha para a construção de uma rede telegráfica que ligaria o continente à Inglaterra através de interesses particulares. Além disso, foram acusados de enviarem missionários para a Amazônia e falsificar os documentos que traçavam os limites com a Guiana. Cf. ARRAES, Virgílio Caixeta. A presença britânica na ilha de Trindade: a reação do parlamento brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v.38, n.153, p.241-253. 2002.

¹⁶⁷⁵ Orou ao lado de Pedro Moacyr, Moniz Varella, Alexandre Fernandes e Henrique Cândia. Cf. Jornal A Federação, RS, 26-7-1895. Jornal O Democrata Federal, SP, 25-7-1895; Jornal Diário Oficial, AM, 4-8-1895; Gazeta da Tarde, RJ, 26-7-1895.

¹⁶⁷⁶ O Congresso Acadêmico protestou contra os protocolos italianos e manteve telegrama diretamente a Martins Júnior para se pronunciar sobre o caso. Uma comissão da Faculdade de Medicina também fez o mesmo. Cf. Jornal O Estado do Espírito Santo, ES, 25-8-1896; Folha do Norte, PA, 11-9-1896; Gazeta de Petrópolis, RJ, 25-8-1896.

¹⁶⁷⁷ A questão diplomática entre o Brasil e a Itália durante a década de 1890 e conhecida como ‘protocolos italianos’ foram um conjunto de reclamações feitas pelo país europeu sobre gastos, despesas e perdas procedentes dos conflitos da Revolta Federalista, da Revolta da Armada, dentre outras questões, ao governo brasileiro. A Itália exigia do Brasil reparação financeira por suas perdas e levantou grande distúrbio na opinião pública por ser considerado um “desaforo” à soberania nacional. Toda a discursão foi publicada na íntegra pelo Correio de Minas, nos dias 14 e 15 de agosto de 1896; JUNQUEIRA, Marili Peres. Questões italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX. **Revista Outros Tempos**, São Luís, v.6, n.7, p.33-52. 2009.

¹⁶⁷⁸ Jornal O Estado do Espírito Santo, ES, 26-8-1896; Jornal O Commercio de São Paulo, SP, 6-8-1896.

¹⁶⁷⁹ Jornal Liberdade, RJ, 6-8-1896.

¹⁶⁸⁰ ALMEIDA, Moisés. Os primeiros anos da República Brasileira e sua conturbada estabilização: militares, civis e monarquistas. **Revista Perspectivas Latinoamericanas**, Nagoya (JAP), v.1, n.1, p.193-206. 2004. p.205.

no, gritando: Morra a Itália! Morra Glycério! Viva a República! Deram-se várias desordens”¹⁶⁸¹.

Discursou, apoiou e fez arrecadação de recursos para ajuda internacional à independência de Cuba em 1897¹⁶⁸², formando o Comitê Cubano no Brasil¹⁶⁸³; recepcionou deputados argentinos ao lado de Nilo Peçanha em 1899¹⁶⁸⁴ e se posicionou na Câmara contra o Tratado do Amapá em 1897 considerado “uma vergonha nacional”¹⁶⁸⁵. Os eventos diplomáticos entre o Brasil com a Inglaterra, Itália e a França – e principalmente por acontecerem num espaço muito próximo – levantou críticas a Prudente de Moraes que, não apenas visto como muito próximo de monarquistas, também não se posicionava de forma nacionalista¹⁶⁸⁶. É importante ressaltar que um dos pilares do pensamento positivista é a negociação pacífica dos conflitos, sendo a diplomacia o meio mais adequado a uma nação “civilizada” de obter sucesso internacional. Martins Júnior, como positivista até o fim da sua vida, foi um dos promotores da formação do pensamento diplomático que, por muitas décadas, foi admirado na política externa brasileira. Todos esses eventos e discussões acerca da soberania me levam a discordar de um dos argumentos finais na abordagem dada por Heloísa Starling, quando a autora considera que os pensadores republicanos do final do século XIX não se debruçaram sobre o tema¹⁶⁸⁷. Não apenas se debruçaram, como discutiram em periódicos, meetings, conferências, no congresso e radicalizaram ainda mais as ruas em torno da defesa da República. Neste sentido, estou mais inclinada aos argumentos de Nicolau Svecenko que afirmou haver um “terror obsessivo” nesse período com a invasão e a “perda de autonomia” do Brasil¹⁶⁸⁸, sendo uma questão central da legitimidade e conservação da forma republicana.

A disciplina de *Direito Internacional* que seria exercida por ele após a Degola possuía, dentro da conjuntura que vinha desde Floriano Peixoto, um caráter profundamente patriótico e ênfase na soberania nacional, pautas ainda relacionadas com a tradição positivista. Sua atuação como professor das primeiras turmas de jovens na República era tida, pelo governo, como fundamental no processo de “republicanização” jurídica do novo regime. Por isso, tanto a obra citada anterior, como o **Compêndio Geral da História do Direito (1898)**, também um manual

¹⁶⁸¹ Jornal O Commercio de São Paulo, SP, 7-8-1896.

¹⁶⁸² Jornal A Nação, SP, 21-9-1897.

¹⁶⁸³ Jornal A Pacotilha, MA, 28-8-1897.

¹⁶⁸⁴ Jornal O Orbe, AL, 23-8-1899.

¹⁶⁸⁵ A França invadiu o território em 1895. Cf. Jornal A República, RN, 22-12-1897.

¹⁶⁸⁶ QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.37.

¹⁶⁸⁷ STARLING, Heloísa M. **Ser republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.265.

¹⁶⁸⁸ SEVCENKO, *Op. Cit.*, 2003, p.85.

para as salas de aula, foram financiadas pelo governo federal¹⁶⁸⁹. O *Paíz* ressaltou que “Compêndio é uma obra nascida das aulas na FDR” e o “primeiro manual completo que aparece sobre a história do direito”¹⁶⁹⁰. O jornal *Rua do Ouvidor* considerava que “se nas letras o seu nome merece colocação digna, na ciência jurídica a sua reputação é indiscutível”¹⁶⁹¹. Pela sua preponderância nesses assuntos, foi convidado para o *Congresso Internacional de História Comparada* em Paris¹⁶⁹² e para o *Congresso Científico Latino Americano*, no Uruguai, ambos em 1900¹⁶⁹³. Entretanto, até onde consta esse trabalho, Martins Júnior não chegou a ir a esses eventos. Com exceção de uma breve passagem por Buenos Aires naquele mesmo ano¹⁶⁹⁴, Martins Júnior nunca saiu do Brasil, primeiro por razões financeiras – nunca teve condições de se bancar – e, com a Degola e o seu depreciação político, ter sua saúde deteriorada nos seus últimos 3 anos de vida. Já o *Congresso Jurídico Sul Americano*, sediado no Rio de Janeiro e, portanto, acessível a ele, demonstrou como a juventude continuava a ser sua fiel seguidora¹⁶⁹⁵. Virgílio de Sá Pereira comentou que Martins Júnior frequentava uma casinha na Rua do Riachuelo onde se encontravam diversos estudantes para ouvi-lo e comentou sobre o *Congresso*

Não fui ao Congresso por medo. O abatimento moral em que estava o meu amigo, a situação um tanto embruscada dos horizontes da sua vida, a ausência dos seus livros, da sua biblioteca, desse ambiente de gabinete indispensável ao surto do pensamento e ao labor da obra, tudo isso me agourentava uma empresa, que noutras condições se me afiguraria facilíma à capacidade admirável do palinuro. Fiquei por ali, pelo Largo do São Francisco, à espera dos primeiros congressistas que saíssem para ter novas. Fora um sucesso...¹⁶⁹⁶

Felício Buarque¹⁶⁹⁷ registrou em artigo para a *Folha Nova* que “a mocidade amava-o, acompanhava-o na Rua do Ouvidor. Nunca vi Martins Júnior só, sem um sorriso em torno, sem

¹⁶⁸⁹ Outras publicações suas neste período são *A Philogenia Jurídica e suas leis* na Revista Brasileira (1895) e *Primórdios do Direito Objetivo nas raças inferiores* na Revista de Jurisprudência (1898). Apesar de não romper com a ideia etapista e evolucionista sobre as diferentes culturas do mundo – considerando algumas inferiores no progresso mundial, tais como a ‘indígena’ e ‘africana’ – Martins Júnior não defende nas suas teses uma inferioridade biológica (darwinista), mas que essa desvantagem é meramente temporária e cultural, podendo ser superada pelo próprio povo no seu próprio progresso. Por isso, Martins Júnior defende que existe base jurídica, cultura legal, em povos que são considerados “inferiores”, não sendo correto desprezar a experiência em leis dessas culturas. Em sua *História do Direito Nacional*, por exemplo, argumenta que o ‘negro’ não contribuiu para a experiência jurídica da formação das leis no Brasil, não por causa da sua ‘raça’, mas por ter sido objetificado pela escravidão, usando como exemplo o Quilombo dos Palmares como uma experiência jurídica negra, livre da condição de escravo, como argumento.

¹⁶⁹⁰ Jornal O Paíz, RJ, 8-6-1898.

¹⁶⁹¹ Jornal Rua do Ouvidor, RJ, 29-7-1899.

¹⁶⁹² Diário da Tarde, PR, 13-7-1900.

¹⁶⁹³ Jornal A Federação, AM, 13-7-1900.

¹⁶⁹⁴ Jornal O Paíz, RJ, 30-11-1900; Comércio do Amazonas, AM, 30-12-1900.

¹⁶⁹⁵ Jornal Comércio do Amazonas, AM, 5-4-1899.

¹⁶⁹⁶ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22-9-1904, p.76.

¹⁶⁹⁷ Felício Buarque, além de ter participado do grupo republicano que em Pernambuco fez propaganda para a República na época imperial, também veio a se tornar um dos principais nomes da corrente historiográfica republicanista, em oposição à versão monarquista de Eduardo Prado em *Faustos da Ditadura Militar do Brasil* (sendo esta a que vigorou). Cf. JANOTTI, *Op. Cit.*, 1986, p.59.

o carinho amigo de um grupo”¹⁶⁹⁸. O órgão do Apostolado Republicano de Alagoas, *Rebate*, saudou-o como ‘Apóstolo da Liberdade’ e afirmou

...elevado conceito em que o tem os moços desta pequena pátria alagoana [...] do alto da sua cátedra de preceptor ensina aos moços com os rudimentos da ciência os princípios salutareos do lema republicano e nos comícios levanta com a sua palavra ardente e sincera a convicção desses mesmos preceitos na alma popular¹⁶⁹⁹

Sua experiência com questões diplomáticas teve como ponto principal sua atuação para a conquista do território do Acre pelo Brasil, enquanto exercia cargo como Secretário do Interior do então governador do Rio, Quintino Bocaiúva, em 1901¹⁷⁰⁰. Em artigo anônimo publicado no *Jornal do Commercio* do Rio na ocasião da morte de José Isidoro, o articulista sugeriu que Quintino Bocaiúva queria “testemunhar seu afeto a um dos náufragos da propaganda republicana”, nomeando-o depois de ter sido degolado pela Política dos Governadores¹⁷⁰¹, só saindo após o próprio pedido de exoneração¹⁷⁰². Chegou a acumular o cargo interino da Secretaria de Obras Públicas e Industriais¹⁷⁰³, demonstrando o apreço e proximidade que tinha com o governador. O seu legado neste cargo, entretanto, estava ligado a uma questão externa ao Rio de Janeiro: a disputa pelo território do Acre com a Bolívia. O Ministro das Relações Exteriores, Barão de Rio Branco, ficou conhecido por agregar intelectuais ao novo regime, representando uma “nova intelligentsia”, nas palavras de Nicolau Sevcenko¹⁷⁰⁴. Um desses foi José Isidoro. Por meio de articulações com o Barão do Rio Branco em viagens feitas à Petrópolis¹⁷⁰⁵, Martins Júnior preparou uma peça argumentativa, de caráter doutrinário e legislativo, justificando a soberania nacional brasileira sobre o território, ressaltando como a União tem prioridade sobre as negociações internacionais de fronteiras¹⁷⁰⁶. Esse conjunto argumentativo impresso foi distribuído a mando do Barão do Rio Branco em 215 exemplares juntos aos congressistas¹⁷⁰⁷ e, posteriormente, publicados sobre o título **Soberania**

¹⁶⁹⁸ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.299.

¹⁶⁹⁹ *Jornal Rebate*, AL, 23-4-1899.

¹⁷⁰⁰ *Jornal O Lynce*, RJ, 5-1-1901.

¹⁷⁰¹ *Jornal do Commercio*, RJ, 23-8-1904.

¹⁷⁰² A relação entre Martins Júnior e Quintino Bocaiúva parece ter se tornado bastante próxima. Martins liderou os festejos natalícios para Quintino em 1898; Em lunch de despedida do pernambucano (1902), com a presença de José Mariano, relatou-se que Quintino fez despedida emocionada ao seu ex-secretário. Em almoço ofertado no Hotel Globo, Martins Júnior afirmou que voltaria ao Rio para “defender a República assim como Silva Jardim”. Cf. *Pequeno Jornal*, PE, 3-12-1898; *Gazeta de Notícias*, RJ, 6/7-11-1902.

¹⁷⁰³ *Jornal O Fluminense*, RJ, 15-5-1901.

¹⁷⁰⁴ SEVCENKO, *Op. Cit.*, 2003, p.46.

¹⁷⁰⁵ Uma dessas reuniões teve duração de 6h. Martins Júnior chegou a promover festa em homenagem a Rio Branco em decorrência dessas negociações. É importante destacar que a diplomacia é um dos eixos centrais do pensamento positivista e um dos maiores legados deixados por essa corrente política até hoje. Cf. *Jornal do Brasil*, RJ, 14-2-1904, 20-2-1904 e 16-3-1904.

¹⁷⁰⁶ MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Soberania e Acre**: artigo sobre direito constitucional e a questão do Acre. Rio de Janeiro: tipografia da Companhia Lito-Tipográfica Lavradio, 1903, p.17.

¹⁷⁰⁷ *Jornal A Federação*, RS, 1-2-1904.

e Acre (1903) primeiro em jornais, depois em formato de livro¹⁷⁰⁸. Em janeiro de 1904 a obra foi publicada na íntegra no *Correio Paulistano*¹⁷⁰⁹. A partir de então passou a ser reconhecido como o articulador da rota jurídica que levou ao Tratado de Petrópolis que anexou o Acre ao Brasil¹⁷¹⁰.

O jornal *A Província* considerou que “foi em torno de um artigo seu sobre a soberania territorial que girou a argumentação do governo e seus amigos. Esse trabalho foi o melhor estudo do tratado de Petrópolis, no tocante às trocas territoriais”¹⁷¹¹. Felício Buarque, para o jornal *Folha Nova* (SP), considerava que “como jurisconsulto, Martins Júnior deixou um nome brilhante e bastaria o parecer que emitiu sobre o nosso tratado com a Bolívia, firmado pelo Barão de Rio Branco, para colocá-lo na linha dos primeiros jurisconsultos brasileiros. É uma peça de um alto valor e que revela o poder mental e a vasta ilustração do seu autor”¹⁷¹². Por toda sua trajetória em relação a tratados internacionais, foi escolhido por unanimidade para a disciplina de Direito Internacional na *Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro* em 1903¹⁷¹³.

7.2.3 Movimento operário

Outro ‘braço’ de ação de Martins Júnior foi a maior¹⁷¹⁴ aproximação com o movimento operário¹⁷¹⁵. Positivistas declarados como ele defendiam a necessidade da reciprocidade de

¹⁷⁰⁸ BEVILAQUA, Clóvis. **Martins Júnior como jurista**. In: Revista A Cultura Acadêmica, 22-9-1904, p.8.

¹⁷⁰⁹ Gazeta de Notícias, RJ, 11-1-1904

¹⁷¹⁰ Jornal do Commercio, AM, 25-8-1904.

¹⁷¹¹ Jornal A Província, PE, 23-8-1904.

¹⁷¹² MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.299.

¹⁷¹³ Também foi escolhido por unanimidade Eugênio de Barros Falcão de Lacerda. *Cf.* Jornal do Brasil, RJ, 8-4-1903.

¹⁷¹⁴ Martins Júnior não era um estranho nas questões que envolviam o movimento trabalhista. Sua primeira relação se deu através do jornal *Liga Operária* em 1877, por meio da campanha de assistência aos flagelados da Grande Seca, mas também costumava representar pedidos da população, como a tentativa da construção de uma estrada para o povoado de curralinho, em Pesqueira, por solicitação dos habitantes. Em 1892, buscando apoio da *Liga Operária* para o PRPE, apoiaram e elegeram o perfumista Rocha Samico com 11 mil votos, o que Felipe Azevedo chamou de mandato “simbólico” pois as questões conflituosas vistas nos capítulos anteriores impediram a legislatura de funcionar inteiramente. *Cf.* Pequeno Jornal, PE, 25-11-1898; SOUZA, Felipe Azevedo. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. **Mundos do Trabalho**: Florianópolis, v.12, p.1-18. 2020. p.16.

¹⁷¹⁵ A relação entre intelectuais e/ou políticos de orientação positivista e os trabalhadores foi comum, visto que a teoria de Comte previa a associação com o objetivo de assegurar a todos trabalho e educação, o que tornava os políticos desta vertente mais acessíveis às demandas requeridas pelas organizações operárias. Os positivistas eram, por exemplo, a favor de greves. Devo deixar claro também que aproximações com o movimento operário no final do século XIX e início do século XX partiam de várias correntes políticas, pois a organização dos trabalhadores crescia naquele momento. Como estratégia política, eles buscaram apoio onde fosse possível. Também houve registros desta aproximação com monarquistas. *Cf.* TRINDADE, Hélgio. República positivista

obrigações e garantias que servissem tanto ao trabalhador, como aos patrões, sendo o Estado o mediador das relações (o que entendemos hoje como Justiça do Trabalho e CLT, mas os termos não existiam na época)¹⁷¹⁶. O período de transição entre a mão-de-obra escrava e a livre em Pernambuco veio acompanhada de um processo de crise e concorrência internacional entre 1840 e 1910. Em busca de compensar as perdas, a classe trabalhadora na década de 1890 passou por achatamentos salariais e péssimas condições de trabalho, o que pode explicar porque é neste período que políticos mais inclinados às demandas trabalhistas foram arregimentados¹⁷¹⁷. Desta forma, nos primeiros quinze anos da República, diferentes grupos disputaram os votos dos operários, observando as relações desses com bacharéis e políticos mais preocupados com a ‘questão social’¹⁷¹⁸. Só na região central do Recife, os bairros com presença histórica de republicanos (Boa Vista e Graças) e influência de José Mariano (Poço da Panela e Várzea) aumentaram exponencialmente o número de eleitores entre 1884 e 1903¹⁷¹⁹. Analisando a Liga Operária de Pernambuco, por exemplo, Felipe Azevedo considerou que discursos como os de Quintino Bocaiúva e Silva Jardim “soavam bem aos ouvidos daqueles que pugnavam ideais igualitários”¹⁷²⁰. Por orientação positivista, o estímulo e a garantia de qualidade de vida aos operários eram muito mais eficazes para obter uma “harmonia social” que a coerção e agressividade¹⁷²¹, por isso a forma não-violenta de agir era mais sedutora. Em circular ao 1º distrito feito por Adolpho Simões Barbosa pelo Partido Revisionista de Pernambuco, declarando-se “seguir a orientação de Martins Júnior e Lauro Sodré”, fundadores do movimento, colocou como propostas: garantir lar e conforto à família; inspeção das fábricas e higiene; regulação das horas de trabalho, reservando tempo para a família e instrução; limitação do trabalho para mulheres e crianças e a garantia de proteção do Estado. Desta forma, a circular deveria mesmo “soar bem” aos ouvidos dos trabalhadores

de Júlio de Castilhos (1891). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloísa M. (orgs.) **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.330; JANOTTI, *Op. Cit.*, 1986, p.59.

¹⁷¹⁶ Os positivistas seriam os defensores do que hoje entendemos como sindicatos, que fazem a “ponte” entre trabalhadores, patrões e Estado, buscando evitar medidas mais agressivas, sendo essas as de último recurso. Defenderam, por exemplo, a Revolta da Vacina em 1904, quando consideraram que a revolta era justificada contra o governo pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores. Cf. SUPERTI, Eliane. Positivismo e escravidão: um estudo sobre o projeto positivista de reorganização das relações de trabalho no Brasil no final do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. P.1-9.

¹⁷¹⁷ EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.235.

¹⁷¹⁸ Para Suely Queiroz, os jacobinos advogavam leis protecionistas para as classes operárias nacionais, como a jornada de oito horas; porém o público cativo seriam os funcionários públicos. José Isidoro transita entre ambos, como vimos. Cf. QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.124-5.

¹⁷¹⁹ SOUZA, *Op. Cit.*, 2020, p.17.

¹⁷²⁰ SOUZA, *Op. Cit.*, 2018, p.136.

¹⁷²¹ BUENO, *Op. Cit.*, 1991, p.72.

O Partido Revisionista de Pernambuco, obediente à orientação política deixada por Martins Júnior e subordinado à direção suprema de Lauro Sodré [considera que] [...] A classe operária forma quase a totalidade do país e é a mais merecedora da proteção governamental, porque lavrando os campos ou elaborando nas oficinas todos os produtos de que gozam as outras classes, quase nada recebe em relação ao muito que dá. É o verdadeiro parasitismo do rico a sugar a seiva generosa e abundante do pobre, o que repugna a natureza humana¹⁷²².

Martins Júnior, nesta lógica, era percebido como um desses bacharéis políticos de orientação positivista¹⁷²³ que poderiam ser ‘conquistados’, me levando a discordar de um argumento de Suely Queiroz quando a autora afirma que os “jacobinos” tinham “desdém comum pelos bacharéis”¹⁷²⁴. Deve-se deixar bem claro que essa posição não era exclusiva a José Isidoro, mas ele fazia parte de um amplo grupo de positivistas que persistiam na tentativa de elaboração das primeiras “leis sociais” (termo que usavam para leis trabalhistas) desde dezembro de 1889, antes mesmo da Constituinte. Para eles, a existência de ‘novas’ teorias – como o comunismo e o anarquismo – eram resultado do abandono a que se achavam os proletários, sendo os patrões os verdadeiros culpados por isso. Positivistas defendiam o direito à greve – usado como recurso após as tentativas de negociação serem frustradas – bem como foram ativos defensores da reserva de tempo para o lazer, a cultura e a instrução, vistos como um conjunto necessário para a realização da condição humana. A primeira tentativa feita de um projeto de Lei Social data de 25 de dezembro de 1889, em que previam proteção à família através da proteção à mulher, educação das crianças proletárias, amparo ao idoso e salário digno com parte fixa igual para todos e a variável por produtividade. A segunda foi feita em 1912, que previa pensão para mulheres, inválidos e idosos (+63 anos), oito horas de trabalho, salário mínimo, dia de repouso, férias de 15 dias, garantia de higiene e segurança, proibição de trabalho aos menores de 14 anos e restrição de 3h por 3 dias da semana para jovens (14-21 anos, para garantir a continuação da instrução). Por essas razões, Eliane Superti, em sua tese, considera os positivistas como “precursores dos direitos trabalhistas no Brasil”¹⁷²⁵. Em minha visão, a postura com que os positivistas como Martins Júnior se colocavam no meio público colocavam-

¹⁷²² Diário de Pernambuco, PE, 24-1-1906.

¹⁷²³ De acordo com a tese da “longa duração” do positivismo de Alfredo Bosi, um dos fatores da sua longevidade estava justamente baseado no interesse pela humanização das condições de trabalho dos operários, o que levou a continuação da utilização da doutrina ao longo do século XX. Cf. FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 4, n.3, jul./ ago./ set. 2007. p. 5.

¹⁷²⁴ QUEIROZ, Op. Cit., 1986, p.125.

¹⁷²⁵ SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. p.99-131.

nos na rota de interesse das organizações trabalhistas – estas protagonistas em busca dos seus próprios direitos.

Martins Júnior entrou nessa rota. Em 1894, defendeu os empregados demitidos dos correios de Pernambuco, fazendo discurso sobre a importância de se manter o serviço¹⁷²⁶. Conseguiu permissão para que os exames do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco fossem admissíveis para a Faculdade de Direito de Recife, facilitando a entrada de artistas naquela instituição¹⁷²⁷. Em 1897 fez um discurso, por intermédio dos amanuenses da Diretoria Geral de Estatística, fundamentando a emenda que impedia a desorganização do serviço estatístico e a garantia da classe, fato que o fez receber agradecimento dos trabalhadores¹⁷²⁸. Em dezembro de 1898 se reuniu, no Recife, com a classe dos cigarreiros¹⁷²⁹ e, novamente, em 1900, sempre atuando como ‘mediador’ em greves; representou os operários demitidos dos arsenais da capital no Congresso¹⁷³⁰ e interveio uma representação dos operários de uma fábrica de fósforos em 1899¹⁷³¹. A sua atuação parece ter provocado boas impressões. No caso dos cigarreiros em 1900, preocupados com uma nova taxa sobre o fumo, explicou que a taxa incidiria sobre a importação, protegendo a indústria nacional. *O Clarim Social* assim comentou sobre sua mediação: “O Dr. Martins Júnior foi aclamado pelos oitocentos operários reunidos e deliberou dirigir-se aos proprietários das fábricas pedindo que não provoquem o operariado com medidas violentas”¹⁷³². Essa ligação entre a classe cigareira de Pernambuco a Martins Júnior pode ser entendida pela expressividade do movimento republicano através dos rótulos de tabaco¹⁷³³, e a maior presença feminina em suas fábricas¹⁷³⁴ que circulavam no Recife na segunda metade do século XIX. Não apenas o termo “República” foi amplamente utilizado

¹⁷²⁶ Jornal A República, CE, 5-9-1894.

¹⁷²⁷ Relatório e sinopse dos trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados relativos ao ano de 1895 acompanhados de diferentes documentos organizados na secretaria da mesma Câmara. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896. Autorização concedida em 20 de agosto de 1894, nº64, p.87.

¹⁷²⁸ Jornal O Paiz, PE, 12-12-1897.

¹⁷²⁹ Jornal Correio de Minas, MG, 21-12-1898.

¹⁷³⁰ Jornal A República, SC, 19-7-1899.

¹⁷³¹ Gazeta de Petrópolis, RJ, 5-8-1899.

¹⁷³² Jornal O Clarim Social, PE, 8-8-1900.

¹⁷³³ A expressividade do tema republicano e abolicionista – que em Pernambuco era combinado – em propagandas e rótulos é um indicativo da popularidade que a propaganda logrou localmente. É importante ressaltar, entretanto, que a República não foi popularizada como tema pela geração positivista de 1875, mas já estava profundamente entranhada como assunto público desde a Revolução de 1817, como ressaltou Heloísa Starling. Cf. STARLING, *Op. Cit.*, 2018, p.246-7.

¹⁷³⁴ As mulheres e os operários eram os segmentos sociais em que os positivistas mais passaram a direcionar seus discursos republicanos. Em Pernambuco, a indústria de cigarros era uma das que mais absorviam mão-de-obra feminina ao lado da indústria têxtil. Cf. NASCIMENTO, Alcileide Cabral. LUZ, Noêmia. Liberdade, transgressão e trabalho: o cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.25, n.1, p126-149. 2012. p.12.

como rótulo, como a imagem do barrete frígio vinha associado como sinônimo de “liberdade”, “abolição”, “Juventude” a ponto de ter existido uma marca específica chamada de “Positivistas”.

Figura 13 - Rótulos de cigarros com referências à República (amostragem)¹⁷³⁵



Geralmente procurado pela parte reclamante, Martins Júnior era tido como um intermediário “favorável” para o lado mais fraco e, por essa mesma razão, escolhido. De passagem por Alagoas em retorno para Recife em setembro de 1899, o jornal *Gutenberg*, órgão da associação tipográfica alagoana de socorros mútuos, pertencente à classe dos tipógrafos daquele Estado, descreve-o como “propagandista ardoroso do ideal republicano, o patriota denotado cuja vida pública constitui para nós um ensinamento de superiores virtudes cívicas, principalmente para aqueles que nunca descreem do Futuro e combatem sempre pela Ideia Nova”¹⁷³⁶. Também é homenageado pelos tipógrafos de Pernambuco¹⁷³⁷. Já em 1903 foi convidado por Vicente de Souza a fazer parte, como jurisconsulto, da primeira tentativa de um código geral de leis trabalhistas no Brasil, através do *Centro das Classes Operárias*. É importante ressaltar que no processo de angariar apoio e as melhores chances de sucesso, Vicente de Souza escolheu Martins Júnior a dedo, provavelmente por considera-lo um jurista mais próximo das causas defendidas pelo Centro¹⁷³⁸. Na carta em resposta, podemos inferir este raciocínio.

Rio, 8 de novembro de 1903

Exm. Sr. Vicente de Souza,

De posse do ofício do Centro das Classes Operárias, datado de 31 de outubro próximo passado, em que essa honrosa associação me honra com um convite para fazer parte da comissão de jurisconsultos que deve lançar as bases de uma legislação operária no Brasil, venho gostosa e desvanecidamente declarar-vos para que o façais constar no Centro que aceito a pesada, mas honrosa incumbência e que sou grato à distinção que me é conferida pelo aludido ofício. Aguardando a necessária convocação dos demais membros da comissão para entrar em trabalhos, desde já me ponho às ordens do Centro e do seu benemérito presidente e subscrevo-me com prazer.

Vosso patrício, admirador e amigo afetuoso,
J. I. Martins Júnior.

¹⁷³⁵ Como ressalta Lilia Schwarcz, as construções sociais da visão, ou construções da visão social agem como uma metalinguagem reflexiva, que contamina e é contaminada. Um exemplo são os rótulos de cigarros, produto de consumo popular generalizado, que buscava ampliar seu mercado consumidor através de imagens apelativas aos compradores e, ao mesmo tempo, promovia imagens associadas. Vemos em alguns rótulos a imagem da Marianne – símbolo republicano francês –, a personificação do Brasil através de um indígena, mas também a associação com lideranças locais que deveriam ser reconhecíveis para o público consumidor. É interessante notar, no último rótulo à direita, a presença do Monte dos Guararapes, símbolo da resistência aos holandeses em 1654. Todos esses símbolos demonstram que havia uma diversidade de cultura imagética republicana em Pernambuco, consolidada e consolidadora da propaganda. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Iconografia da República*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloísa M. (orgs.) **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.142-147.

¹⁷³⁶ Ressalto aqui que a relação entre tipógrafos e o movimento republicano vem desde a Reforma Eleitoral de 1881, classe que foi uma das mais afetadas pelas mudanças, aproximando-os dos propagandistas mais ‘radicais’ naquela época. Cf. *Jornal Gutenberg*, AL, 26-9-1899.

¹⁷³⁷ *Jornal O Orbe*, AL, 11-3-1898.

¹⁷³⁸ Infelizmente, a saúde de Martins Júnior se deteriorou antes mesmo da convocação deste conselho, ficando apenas na intenção do convite, quando faleceu em agosto de 1904.

No ano seguinte tornou-se diretor do *Centro de Empregados em Ferrovias*¹⁷³⁹ e tornou-se sócio da *Associação Beneficente dos Funcionários Públicos* como membro integrante de sua comissão oferecendo seus serviços¹⁷⁴⁰. Com relação ao primeiro, Martins Júnior tornou-se o presidente da instituição, que possuía 2200 sócios, em março de 1904. Descrevendo a sua gestão, podemos perceber um traço característico do pensamento positivista ao se colocar como “mediador” de conflitos entre patrões e empregados, buscando evitar “greves e desorganização do trabalho”, mas o contexto demonstra também uma visão de assistência geral em que muito se assemelha a uma estrutura sindical

...presta aos sócios auxílios possíveis e opõe-se a qualquer ato que possa prejudicá-los; promove o bem estar de todos os associados e suas famílias, quer melhorando-lhes as dificuldades quando enfermos e impossibilitados de angariar meios de subsistência, quer instituindo-lhes pensões quando, por invalidez e avançada idade, fiquem sem trabalho; procurando, por meio de delegados do Centro, resolver todas as questões entre empregados e patrões, evitando, por meios pacíficos, toda e qualquer desorganização do trabalho; cuida de propagar a instrução dos sócios, envida todos os esforços para empregar os associados, faz e coaduna os funerais, desde que estejam quites; institui pensões às famílias dos que morreram; organiza cooperativa, prestar fianças e adiantar dinheiro aos associados que estiverem no gozo dos seus direitos.¹⁷⁴¹

Apesar das articulações que levariam à Política dos Governadores ser um projeto antigo, a presença de uma oposição ‘radical’ nos primeiros anos do novo regime atrasou as pretensões de São Paulo para dominar a República. Na visão de Vítor Figueiredo e Cláudia Viscardi, “degolar grupos que não estivessem afinados com os partidos republicanos no poder era condição indispensável à governança”¹⁷⁴². Por ser declarado opositor de Rosa e Silva, vice-presidente de Campos Salles, o 2º mandato de Martins Júnior entrou na rota de colisão com a Política dos Governadores que se assentava naquele momento. Acrescentava-se a isso seu passado “jacobino” e positivista, seu apoio a Floriano e, agora, sua associação com movimentos trabalhistas, Martins Júnior sofreu a Degola do seu mandato em 1900. Pernambuco figurou como o 3º estado a mais sofrer degolas neste período (35,29%), perdendo apenas para Maranhão (42,85% dos diplomas) e Rio de Janeiro (41,17% dos diplomas)¹⁷⁴³. Existiram rumores de que, para tentar compensar, Campos Salles teria ofertado a Martins uma vaga no STF por intermédio de Virgílio de Sá Pereira, o qual teria negado ao dizer “Não, Virgílio. Não posso aceitar. Não quero que se diga que, no naufrágio do meu partido, só procurei salvar-me, deixando os amigos

¹⁷³⁹ Jornal Tagarela, RJ, 31-3-1904.

¹⁷⁴⁰ Correio da Manhã, RJ, 10-5-1904.

¹⁷⁴¹ Jornal do Brasil, RJ, 16-3-1904.

¹⁷⁴² FIGUEIREDO, Vítor F. VISCARDI, Cláudia. As representações e as práticas políticas republicanas de Campos Salles. In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.63.

¹⁷⁴³ FIGUEIREDO, Vítor F. VISCARDI, Cláudia. *Op. Cit.*, 2016, p.60.

imersos aos vagalhões”; Esses rumores foram alimentados por reuniões entre Martins e Campos Salles poucos meses antes de sofrer a Degola¹⁷⁴⁴. Deixo claro, entretanto, que não me foi possível confirmar por mais fontes se a indicação de fato aconteceu, tendo a inferência apenas por meio de um único relato durante as homenagens do seu falecimento, sendo possível que a informação tenha sido manipulada nas circunstâncias do seu funeral¹⁷⁴⁵. Também houve rumores¹⁷⁴⁶ de que Campos Salles pretendia convidar Martins para o Ministério da Justiça, o que pode ter sido confundido com o próprio STF, num disse-me-disse que jamais chegou a se concretizar¹⁷⁴⁷. No desamparo entre perder o cargo eletivo e não ter espaço político em Pernambuco, quem o ajudou foi Quintino Bocaiúva, oferecendo-lhe o cargo de Secretário do Interior do Estado do Rio de Janeiro.

7.3 O MOVIMENTO REVISIONISTA E A CONCENTRAÇÃO REPUBLICANA

Comentei no capítulo anterior que quando Martins Júnior deixou Pernambuco em julho de 1894 suas possibilidades de atuação dentro do Estado estavam prejudicadas em razão dos desdobramentos que a Revolta da Armada trouxe para ele: inimigo declarado de Barbosa Lima, então governador, também perdeu apoio do PRPE ao apoiar Floriano Peixoto. Entre julho de 1894 até abril de 1896, atuou no Congresso na tentativa de afastar Barbosa Lima do poder de Pernambuco, sem sucesso. O governador que o sucedeu – Correia de Araújo – foi articulado em conjunto entre Barbosa Lima e Rosa e Silva, garantindo o início da hegemonia política deste último até 1911. José Isidoro manteve postura de oposição na Câmara dos Deputados à bancada rosista entre 1896 e 1897, mas foi com a elevação de Rosa à vice-presidente no governo de Campos Salles que sua atuação passou a mobilizar de maneira mais enérgica ações contra o governo do Estado de Pernambuco. Para isso, envolveu-se a nível federal com a causa do revisionismo constitucional e, no nível estadual, com a Concentração Republicana¹⁷⁴⁸.

¹⁷⁴⁴ Pequeno Jornal, PE, 8-7-1899.

¹⁷⁴⁵ Jornal do Commercio, AM, 25-8-1904.

¹⁷⁴⁶ Esses rumores eram antigos, visto que em 1898 o nome de Martins Júnior já era cotado para ser Ministro do Interior por Campos Salles. Cf. Diário do Maranhão, MA, 17-6-1898.

¹⁷⁴⁷ Jornal O Resistente, MG, 12-5-1898; Jornal O Contemporâneo, MG, 1-5-1898.

¹⁷⁴⁸ Em carta escrita por José do Amorim, afirmou que o Correio de Minas só reconhecia Martins Júnior como líder da oposição, indicando que só era de confiança quem sempre defendeu a República. Cf. O Paiz, RJ, 26-5-1896.

Ao seu lado como oposicionista figurava José Mariano, com quem já fazia meetings conjuntos¹⁷⁴⁹ como em Olinda¹⁷⁵⁰, São José¹⁷⁵¹ e Santo Antônio¹⁷⁵² em 1898, lançando chapa de oposição para o município de Recife. A vitória oposicionista Martins-Mariano¹⁷⁵³ levou a uma grandiosa festa no Largo da Matriz de Santo Antônio – reduto dos republicanos desde a década de 1870 - em 21 de setembro de 1898, onde teriam sido “aplaudidos com delírio”¹⁷⁵⁴, com folguetes na Rua 15 de Novembro e mais uma multidão que os acompanhava até a sacada do jornal *A Província*, também dito que foram “delirantemente aplaudidos”¹⁷⁵⁵. Como já vimos no capítulo anterior, as antigas rixas que antagonizavam Martinistas e Marianistas acabaram com o governo de Barbosa Lima que os colocou em posição igual de perseguição. Esta associação continuou com o governo de Rosa e Silva que os manteve nesta mesma condição. Por essa razão se reuniram com Campos Salles para buscar articulação nacional anti-rosista em novembro de 1898¹⁷⁵⁶, sem apoio obviamente, pois o presidente era o principal apoio que permitiu o controle absoluto de Rosa e Silva no estado¹⁷⁵⁷. Não à toa, é justamente quando sua atuação contra os rosistas se intensifica que Martins Júnior lançou **Um Capítulo da História Política** (1898), onde explicou os eventos que levaram a sua oposição e guerra declarada a Barbosa Lima. A publicação deste folheto e sua circulação tinha timing específico para fazer oposição naquele momento.

Reassumiu a *Gazeta da Tarde*, jornal que havia sido fundamental na guerra política contra Barbosa Lima, retornando como diretor político no biênio 1899-1900¹⁷⁵⁸ passando a ser perseguida agora pelo governo rosista¹⁷⁵⁹. Em sua nova gestão da *Gazeta*, investiu em alterações técnicas e desenvolveu o noticiário do jornal, adaptando-o a uma nova era do jornalismo¹⁷⁶⁰ com as novas tipografias a motor¹⁷⁶¹. Mas é em agosto de 1899 que é formada uma grande coalizão anti-rosista¹⁷⁶² intitulada **Concentração Republicana**, cujos três líderes

¹⁷⁴⁹ Jornal O Pará, PA, 4-9-1898.

¹⁷⁵⁰ Pequeno Jornal, PE, 25-8-1898.

¹⁷⁵¹ Pequeno Jornal, PE, 6-9-1898.

¹⁷⁵² Pequeno Jornal, PE, 2-9-1898.

¹⁷⁵³ Jornal O Cachoeirano, ES, 25-9-1898.

¹⁷⁵⁴ Jornal O Orbe, AL, 14-9-1898.

¹⁷⁵⁵ Jornal O Orbe, AL, 21-9-1898.

¹⁷⁵⁶ Pequeno Jornal, PE, 7-11-1898.

¹⁷⁵⁷ LEVINE, Robert. **A Velha Usina**: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.129.

¹⁷⁵⁸ Diário da Tarde, PR, 13-7-1900.

¹⁷⁵⁹ Gazeta de Petrópolis, RJ, 1-9-1899.

¹⁷⁶⁰ Jornal A Penna, PE, 21-1-1899.

¹⁷⁶¹ Diário de Pernambuco, PE, 7-11-1901.

¹⁷⁶² Figuram nesta coalizão: Barão de Contendas, Ribeiro de Brito, Antônio Carlos Ferreira da Silva, Martins Júnior, Coelho Cintra e José Mariano. Barão de Lucena foi uma figura contraditória que ora se aproximava, ora se afastava da organização. Cf. PORTO, Costa. *Op. Cit.*, 1986. P.210-211.

fundadores são Martins Júnior, José Mariano e Coelho Cintra¹⁷⁶³, figurando também em suas hostes Manoel Gomes de Matos¹⁷⁶⁴, Barão de Lucena e recusa por parte de Barbosa Lima¹⁷⁶⁵. A reunião, em torno de uma mesma legenda de antigos inimigos rendeu críticas irônicas, como do *Diário de Minas*, que expressou “José Mariano, Martins Júnior, Barbosa Lima eram ainda ontem inimigos irreconciliáveis... agora, os três afinam pelo mesmo diapasão, sentem-se irmanados pelos mesmos princípios...”¹⁷⁶⁶ e continuou

Louvado seja Deus! Que estará ainda reservado de surpresa nesta triste arena da política? Ainda há dois ou três anos (uma eternidade para certas memórias de galo) esses três homens trocaram os últimos insultos em que não foi poupado o receasse mais sagrado da vida íntima. Hoje aparecem amaltados sob a chefia de José Mariano para a conquista do poder.¹⁷⁶⁷

O Diário de Pernambuco, órgão de posse de Rosa e Silva, desdenhava na ‘Coluna aos Domingos’ de autoria desconhecida: “minha opinião, senhores, é que a partida está perdida; jogam três contra um e, entretanto, estão levando capote. Dizem que há acordo, conchavo, concentração, entre Lucena, José Mariano e Martins Júnior: mas a verdade é que as cabeças deles se afastam como bolas de bilhar ao bater uma nas outras”¹⁷⁶⁸. Além de ser um grupo muito heterogêneo, a persistência por parte de José Mariano em angariar a chefia do grupo nas mãos de Barão de Lucena, causou profundo mal-estar entre os correligionários. Martins Júnior chegou a se recusar a viajar com José Mariano para negociar¹⁷⁶⁹. Mas nem todas as avaliações eram negativas: na visão de *O Cachoeirano* era necessária uma coalizão de forças heterogêneas para derrubar antigas forças monarquistas (Rosa e Silva em Pernambuco, mas de forma generalizada em todos os estados; Barão de Lucena era entendido naquele momento como um ‘deodorista’) e, com isso, “convergindo para o ideal comum dos patriotas: a salvação da República”¹⁷⁷⁰. O que se pode perceber é que a sensação política da virada do século XIX para

¹⁷⁶³ O racha partidário que isolou Rosa e Silva começou em 1898, quando Martins Júnior, Barbosa Lima e Coelho Cintra formaram um bloco de contestação ao governo. Cf. *Jornal O Pará*, PA, 12-1-1898.

¹⁷⁶⁴ Barbosa Lima enviou carta à oposição respondendo não querer fazer parte da agremiação por estar em retiro político, após tentativa de conciliação impetrada pelo deputado Cassiano do Nascimento, representante de Júlio de Castilhos (Barbosa Lima era candidato pelo Rio Grande do Sul). Também foram envolvidos os nomes de Barão de Lucena e João Barbalho, porém eles não se envolveram com as ações do partido. Cf. *Jornal Gutenberg*, AL, 1-10-1899; *Jornal A Cidade*, CE, 7-6-1899; *jornal O Commercio de São Paulo*, SP, 22-6-1899; *Gazeta de Petrópolis*, RJ, 9-6-1899.

¹⁷⁶⁵ *Jornal Comércio do Amazonas*, AM, 3-10-1899; *Jornal A Federação*, AM, 4-10-1899.

¹⁷⁶⁶ *Diário de Minas*, MG, 21-7-1899.

¹⁷⁶⁷ Trecho republicado. Cf. *Jornal O Pará*, PA, 17-10-1898.

¹⁷⁶⁸ O *Diário* também insinua que há uma divisão interna da Concentração, entra a Direita (Lucena), Centro (Martins) e Mariano (Esquerda). Cf. *Diário de Pernambuco*, PE, 1-10-1902; 9-11-1902.

¹⁷⁶⁹ PORTO, Costa. *Op. Cit.*, 1986. P.221.

¹⁷⁷⁰ *Jornal O Cachoeirano*, ES, 3-9-1899.

o XX, e com a instituição da *Política dos Governadores*, a República, pelo menos a que foi institucionalizada por Campos Salles, não era a “ideal”.

Um fato, entretanto, que antagonizou e o colocou na ‘mira’ de Rosa e Silva foi ter se tornado advogado, junto com Gonçalves Maia, João Frederico de Almeida e José Mariano¹⁷⁷¹, do declarado inimigo de Rosa, Delmiro Gouveia¹⁷⁷². Há extensa literatura a respeito da rixa política entre Delmiro e Rosa e Silva que resultou no incêndio do Mercado do Derby, não sendo o foco deste trabalho se aprofundar nesse assunto¹⁷⁷³. Explico de forma resumida. Delmiro Gouveia foi um importante empresário no Recife, responsável pela inovação e modernidade na forma de conduta dos seus negócios. Ficou bastante conhecido pelo Mercado do Derby, praticamente um ‘shopping’ a céu aberto, que vendia de tudo um pouco. Entretanto, Delmiro entrava em embate com os governos municipal e estadual acerca de questões que envolviam as competências públicas na realização de melhoramentos urbanos que favorecessem o desenvolvimento econômico dos seus empreendimentos. Drenagem de terrenos, iluminação pública, etc. Sem apoio governamental, Delmiro Gouveia entrava em choque com as autoridades, que revidavam. Além disso, costumava receber em sua casa inúmeros jornalistas antirosistas e era acusado de auxiliar a imprensa contra Rosa¹⁷⁷⁴. No caso específico que envolveu Martins Júnior, esse choque aconteceu entre Delmiro e o prefeito do Recife Esmeraldino de Torres Bandeira, protegido político de Rosa e Silva, a quem o empresário tinha grande desafeto. Uma carga de 337 sacos de farinha de posse de Delmiro, comprados para serem vendidos no seu Mercado do Derby, foram apreendidos pelos corpos policiais, sendo impedidos de serem retirados, sob a alegação de que deveriam ser vendidos no Mercado de São José (público).

Entre a troca de acusações e ameaças, Delmiro Gouveia viajou para o Rio de Janeiro para se confrontar com Rosa e Silva, então vice-presidente da República, mas terminou por agredi-lo em meio às provocações na Rua do Ouvidor após descobrir planos para mandar assassiná-lo¹⁷⁷⁵. O embate jurídico que envolve tanto a apreensão da farinha quanto a agressão acabou por envolver Martins Júnior como um dos advogados de Delmiro, procurado justamente

¹⁷⁷¹ Diário do Maranhão, MA, 22-6-1899.

¹⁷⁷² Diário da Tarde, PR, 20-6-1899.

¹⁷⁷³ PORTO, *Op. Cit.*, 1986; CORREIA, Telma de Barros. Delmiro Gouveia: a construção de um mito. In: **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v.12, n.1, jan/jun, p.25-62. 1996; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O senhor da pedra: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980)**. 2008. 190f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

¹⁷⁷⁴ PORTO, *Op. Cit.*, 1986. P.218.

¹⁷⁷⁵ Jornal O Estado do Espírito Santo, ES, 22-6-1899.

por compartilhar da mesma posição de oposição à oligarquia rosista¹⁷⁷⁶. Martins Júnior e Gonçalves Maia foram pessoalmente depor contra Rosa e Silva ao Chefe de Polícia¹⁷⁷⁷ da Capital. As críticas que o *Diário de Pernambuco*, pertencente a Rosa e Silva, passou a vincular, atacando-o, resgata antigas provocações, impressões que muitas vezes repassaram para análises historiográficas que o avaliaram posteriormente: “O Sr. Barão de Lucena herdou do Sr. Martins Júnior aquela presunçosa autoridade, aquele vaidoso egoísmo de chefiar, que foi a característica dos tempos em que o puríssimo e imbaronizável moço republicano ditava as leis da Pátria de Caneca”¹⁷⁷⁸. Martins Júnior, por sua vez, acusava Rosa e Silva de ter se calado e feito absolutamente nada para impedir o caótico e sangrento período de Barbosa Lima como governador, devendo-lhe a gratidão de ter conseguido eleger Correia de Araújo – seu correligionário – para sucessão¹⁷⁷⁹.

Por volta da segunda metade de 1899 a agremiação onde a *Concentração* se abrigava era o *Clube Democrático Popular*¹⁷⁸⁰, mais conhecido por *Clube Popular*¹⁷⁸¹. A cerimônia de refundação foi marcada num edifício pequeno, mas a convocação à população feita por José Isidoro acabou por superlotar o espaço, com a presença de policiais de prontidão¹⁷⁸². Foi através desta agremiação que Martins Júnior e José Mariano passaram a discursar em inúmeras conferências e meetings lado-a-lado¹⁷⁸³, lembrando os tempos do abolicionismo, agora contra a oligarquia rosista. Essas conferências populares ficaram mais intensas durante a campanha eleitoral, como as do Arraial, da Rua da Aurora e do Teatro Santa Isabel, relatadas como de “grande animação”¹⁷⁸⁴. Martins Júnior, que havia sido eleito em 1894 e 1897 pelo 3º distrito, tentou a 3ª vez pelo 1º distrito (Recife) através da chapa da *Concentração*¹⁷⁸⁵. Nesta campanha, participou como orador do meeting promovido pelo Centro Político do Comércio, Lavoura e Indústria na Associação Comercial¹⁷⁸⁶.

¹⁷⁷⁶ Jornal A Federação, AM, 16-7-1899.

¹⁷⁷⁷ Jornal O Estado do Espírito Santo, ES, 22-6-1899.

¹⁷⁷⁸ Diário de Pernambuco, PE, 16-5-1903.

¹⁷⁷⁹ PORTO, *Op. Cit.*, 1986. P.142.

¹⁷⁸⁰ Jornal A Federação, AM, 12-4-1899.

¹⁷⁸¹ Dentre os envolvidos estão: José Mariano, Martins Júnior, Manoel Gomes de Matos, Gaspar Drummond, Manoel Antônio Pereira Borba, Antônio Joaquim de Albuquerque Melo, José Rufino Bezerra Cavalcanti, José Gonçalves Maia, Ayres de Albuquerque Bello, Aristarco Xavier Lopes, José Cupertino Coelho Cintra, Adelino Antônio de Luna Freire. Cf. Jornal do Commercio, RJ, 31-12-1899.

¹⁷⁸² Martins Júnior leu um telegrama de José Mariano apoiando a refundação do Clube do qual era chefe nos anos de 1870 durante a Questão Religiosa. Cf. Jornal A República, PR, 29-3-1899.

¹⁷⁸³ Jornal A Imprensa, RJ, 11-12-1899; 31-12-1899; Pequeno Jornal, PE, 9/13-12-1899.

¹⁷⁸⁴ Jornal A Federação, AM, 4-10-1899.

¹⁷⁸⁵ Jornal A Federação, AM, 31-12-1899.

¹⁷⁸⁶ Pequeno Jornal, PE, 23-12-1899.

Passemos agora ao âmbito do revisionismo.

Martins Júnior teve uma longa trajetória em busca de reformas da Constituição de 1891, necessárias, a seu ver, para a consolidação de uma “verdadeira” República ainda não alcançada de fato. Em discurso na Câmara, durante a oposição a Prudente de Moraes, disse na tribuna que “era melhor a pior monarquia que uma República mutilada e arrastada nos lodaçais do crime”¹⁷⁸⁷. Com a confirmação do governo comandado pelas oligarquias paulista e mineira durante o governo Campos Salles, bem como o alijamento do movimento jacobino do poder, o tom das críticas baseava-se na contínua busca por uma República que ainda não existia, como explicitou o jornal *A Penna*: “A República, como sonharam-na os nossos antepassados, como pregaram-na Silva Jardim, Maciel Pinheiro, Martins Júnior e tantos outros, havemos de tê-la em breve e, então, teremos também o governo do povo pelo povo, verdadeiramente livre e livremente republicano”¹⁷⁸⁸.

Em sua atuação como congressista, foi participante das discussões que pautavam mudanças constitucionais e a importância de se fortalecer a União. Logo após o fim da Revolta da Armada, preparou o esboço do livro *Questões políticas e direito constitucional* que nunca se concretizou, mas já indicava como os efeitos do período jacobino trouxeram reflexões neste sentido¹⁷⁸⁹. Em 1896 Martins declarou não poder se filiar ao PRF, apesar da sua simpatia, pois só se filiaria num partido que levantasse fracamente “a bandeira da supremacia da União dos Estados e não dos Estados sobre a União”¹⁷⁹⁰. Em 1903 prefaciou a obra *Direito Constitucional Brasileiro* de Alfredo Varela¹⁷⁹¹, onde defendia repelir “os arremedos de origem inglesa e norte-americana” sempre com o argumento de que era necessários ajustes para uma melhor República do que a que existia¹⁷⁹². Todo o prefácio foi publicado por *A Federação*¹⁷⁹³, de Júlio de Castilhos, com quem mantinha associação de propaganda desde a década de 1880. Apresentou à Câmara projeto de regulamentação dos casos para intervenção federal nos estados durante seus embates com o governo de Barbosa Lima¹⁷⁹⁴. Promoveu meeting¹⁷⁹⁵ e discursou contra a tentativa de permitir a nomeação de prefeitos pelos governadores, anulando as eleições

¹⁷⁸⁷ Jornal Correio da Tarde, RJ, 22-6-1895.

¹⁷⁸⁸ Jornal A Penna, PE, 30-11-1898.

¹⁷⁸⁹ Jornal O Estado, RN, 21-10-1894; Jornal A República, SC, 20-9-1894.

¹⁷⁹⁰ Diário de Notícias, PA, 11-1-1896.

¹⁷⁹¹ Diário da Tarde, PR, 29-4-1903.

¹⁷⁹² Correio Paulistano, SP, junho de 1903 [dia mutilado].

¹⁷⁹³ Jornal A Federação, RS, 13-4-1903.

¹⁷⁹⁴ Relatório e sinopse dos trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados relativos ao ano de 1895 acompanhados de diferentes documentos organizados na secretaria da mesma Câmara. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. Apresentado em 28 de junho de 1894, nº11, p.86.

¹⁷⁹⁵ Jornal A Nação, SP, 26-3-1898.

municipais¹⁷⁹⁶ após consulta à comissão de constituição, legislação e justiça¹⁷⁹⁷. O parecer favorável da Câmara foi uma pequena vitória contra Rosa e Silva¹⁷⁹⁸, estimulando-o a competir nas urnas como oposição declarada.

No início dos anos 1900 o movimento – e com ele a contestação à dominação da oligarquia mineira e paulista – passou a tomar forma. Em Pernambuco, o *Manifesto do Partido Revisionista* foi publicado em 1903 com o título **Circular ao Povo**¹⁷⁹⁹, cuja liderança girava em torno de Martins Júnior localmente e, a nível federal, com Lauro Sodré, sendo documento precursor antes do Partido Revisionista Nacional criado em 1904. Não me foi possível encontrar de forma detalhada quais os pontos de revisão constitucional que, de fato, ambos defendiam. Em quase todas as fontes as referências ao revisionismo dedicam-se a afirmar a necessidade de assegurar uma melhor República, mas de forma vaga e pouco descritiva. Ressalto a importância em não se generalizar o conceito de ‘revisionismo’ neste momento, pois vários grupos diferentes defendiam ajustes na Carta de 1891. O que defendiam especificamente os partidários de Martins Júnior e Lauro Sodré? Eis aqui alguns indícios: Aristarco Lopes, na ocasião da morte de José Isidoro, afirmou que o Partido Revisionista foi fundado “na eminência de uma crise que leva o país a mais completa dissolução”; João Teixeira, em contexto semelhante, chama os republicanos para “ler esse evangelho [o manifesto de fundação] e em breve a tirania ruirá por terra” sendo ele um “farol que nos guiará à conquista da liberdade”; Ribeiro de Brito afirmou que Martins Júnior começou o programa de revisão na Câmara, requerendo a revisão do artigo 6º da CF/1891 em que “previas que o regime federativo sem um freio, sem um corretivo, ao poder discricionário dos governadores, reduziria este país ao estado que se acha, hoje reduzido a tantos feudos quantas circunscrições políticas”¹⁸⁰⁰. Na circular publicada por Adolpho Simões Barbosa em 1906, pertencente ao *Partido Revisionista de Pernambuco*, diz seguir as orientações dadas por Martins Júnior e Lauro Sodré para “fortalecer o Brasil contra o imperialismo europeu”¹⁸⁰¹. Em artigo publicado em 1904, Oswaldo Machado disse que Martins ultimamente “levantou a bandeira da revisão, sustentando a necessidade de magistratura una e

¹⁷⁹⁶ Jornal A Cidade, CE, 14-6-1899.

¹⁷⁹⁷ Relatório e sinopse dos trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados relativos ao ano de 1895 acompanhados de diferentes documentos organizados na secretaria da mesma Câmara. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Apresentado em 10 de outubro de 1898, p.175.

¹⁷⁹⁸ Pequeno Jornal, PE, 2-12-1898.

¹⁷⁹⁹ Assinam: Epaminondas de Barros Correia, Aristarco Xavier Lopes; Lourenço de Sá; João Francisco Teixeira; Euclides Quinteiro; J. Quintino de M. Galhardo; M. Sylvestre F. Bastos, José Mariano e Martins Júnior. Cf. Diário de Pernambuco, PE, 26-9-1903.

¹⁸⁰⁰ Todos os trechos anteriores: MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.246-253.

¹⁸⁰¹ Diário de Pernambuco, PE, 24-1-1906.

da nomeação dos governadores dos Estados”¹⁸⁰². Sobre esse último trecho em relação à magistratura una, havia a preocupação com a unificação dos códigos legais e um processo centralizado de justiça em primeira e segundas instâncias. Sobre a ‘nomeação dos governadores dos Estados’, Oswaldo Machado não faz qualquer menção ao que ele se refere ao termo.

Não me parece, entretanto, que o Partido Revisionista defendesse a *supressão* das eleições para governadores, tendo em vista que a própria trajetória política de Martins Júnior no Congresso foi lutar contra a nomeação de prefeitos sem eleição, bem como sua batalha contra Barbosa Lima enquanto governador através da tentativa de *impeachment* e até mesmo seus escritos e conferências ainda no governo imperial, defendendo uma descentralização administrativa. Por outro lado, se pensarmos do ponto de vista da doutrina positivista pura e simplesmente, a tendência seríamos interpretar como uma centralização de poder em torno do “ditador” que nomearia os administradores dos Estados; mas existe um abismo entre a *doutrina* positivista e a *prática* política que foi vivida – para tanto concordo com Ângela Alonso nesse sentido “os positivistas tinham um pendão específico para a prática política e sua doutrina estava a serviço desta possibilidade de intervenção”¹⁸⁰³. Martins Júnior e seu grupo sempre participaram e defenderam eleições, inclusive o voto universal, chegando a promover a autonomia de Pernambuco frente ao Apostolado. O senso de autonomia local foi expresso em vários títulos de jornais liderados por eles como, “Folha do Norte”, “O Norte” e “Revista do Norte” e não estava limitado apenas aos republicanos, mas a um crescimento do sentimento de antagonização ao Sul desde a década de 1870¹⁸⁰⁴. Se pensarmos que seu opúsculo *Soberania e Acre* foi lançado no mesmo ano do *Manifesto do Partido Revisionista* (1903) é possível talvez fazer um paralelo entre a preocupação com a soberania nacional frente aos excessos do federalismo na Carta de 1891, excessos que envolviam uma política financeira independente, códigos de leis dessincronizados, fragilidade das fronteiras nacionais (lembrarmos que as questões diplomáticas com Portugal, Itália, França, Bolívia e Inglaterra tinham acabado de acontecer e Martins Júnior foi um dos principais convocadores de meetings contra o entreguismo¹⁸⁰⁵) e desigual desenvolvimento econômico das regiões. Theotonio Freire, comentando que a participação de José Isidoro “provou à sociedade que reside na União toda a soberania nacional; e tão substancial foi a sua argumentação que serviu de ponto moral a

¹⁸⁰² Revista Cultura Acadêmica, PE, 22-9-1904, p.45.

¹⁸⁰³ ALONSO, Op. Cit., 1995, p.6.

¹⁸⁰⁴ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984, p.163.

¹⁸⁰⁵ QUEIROZ, Op. Cit., 1986, p.38.

quanto teve que resolver, no atinente ao assunto, o Barão de Rio Branco”¹⁸⁰⁶. É possível que se referissem a um maior controle do processo eleitoral nos estados através de uma magistratura unificada (justiça eleitoral, ainda inexistente) e independente, sendo essa estrutura a mais coerente se juntarmos todos os pontos. Portanto, esse último trecho dado por Oswaldo Machado precisaria de mais fontes que pudessem esclarecer ao que ele estaria se referindo.

Tais passagens me levam a afirmar que o programa revisionista *deste grupo em específico*¹⁸⁰⁷ – o grupo liderado por Lauro Sodré, Martins Júnior e apoio irrestrito do Partido Republicano de Pernambuco – buscou focar sua propaganda na atenuação do federalismo proposto pela Constituição de 1891 e maior fortalecimento da União. Apesar de ser um grupo pequeno, estavam articulados como uma tentativa de resistência de oposição à dominação paulista da República¹⁸⁰⁸. Há algumas observações necessárias e pontuais: primeiro, este grupo era liderado por dois reconhecidos “positivistas”, “jacobinos” e “florianistas”, o que pode explicar a forma como eles interpretam a necessidade de um poder federal que garantisse o *projeto nacional desenvolvimentista*, impedido pelos interesses descentralizados, em especial de São Paulo e Minas Gerais, o que relegava boa parte do país à penúria¹⁸⁰⁹. Tal projeto incluía: desenvolvimento e industrialização descentralizada, restrição da influência estrangeira, modernização e reforma da agricultura, expansão da infraestrutura, educação pública científica universal, controle da imigração e legislação social (trabalhista) avançada¹⁸¹⁰ – bases da industrialização de caráter positivista¹⁸¹¹. Em segundo lugar, todos os membros¹⁸¹² que encontrei¹⁸¹³ referentes a esse grupo são ou do Norte, ou do Rio Grande do Sul, o que indica certo grau de preocupação regional com os efeitos da concentração de poder em torno da elite cafeicultora. De acordo com Renato Perissinoto, a economia açucareira pernambucana teve que

¹⁸⁰⁶ Revista Cultura Acadêmica, PE, 22-9-1904, p.68.

¹⁸⁰⁷ Existiram outras propostas. Por exemplo a pensada por Silveira Martins, líder da oposição à Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul e principal articulador da Revolução Federalista. Além das suas aproximações com o movimento monarquista restaurador, também publicou obra de proposição da mudança constitucional. Cf. JANOTTI, *Op. Cit.*, 1986, p.52.

¹⁸⁰⁸ JANOTTI, *Op. Cit.*, 1986, p.238.

¹⁸⁰⁹ Suely Queiroz considera como um dos fatores agregadores do jacobinismo o ressentimento com a atuação de São Paulo. Cf. QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.261.

¹⁸¹⁰ NACHMAN, R. G. *Op. Cit.*, 1977, p.14.

¹⁸¹¹ BUENO, Almir de Carvalho. *Op. Cit.*, 1991, p.72.

¹⁸¹² Lauro Sodré (Pará); Coelho Rodrigues (Piauí); Belisário Távora (Ceará); Almeida Barreto (Paraíba); João Barreto (Sergipe); Pedro Moacyr e Alfredo Varela (Rio Grande do Sul); Martins Júnior, José Mariano, João Teixeira, João Augusto de Albuquerque Maranhão, Euclides Quintiero, Olympio Chacon, Aristarco Lopes, Lourenço de Sá, João Maranhão e Ribeiro de Brito (Pernambuco). Cf. Pequeno Jornal, PE, 16-1-1904; 24-3-1904; 15-12-1905; ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: Paz e Terra, 1990, p.235-6.

¹⁸¹³ Um dos membros da bancada do congresso contra o “ultrafederalismo” era o professor “querido” dos republicanos na época imperial, José Higino.

se reorientar para o mercado interno – visto que o café dominava as exportações – tendo nos estados do Sul o principal consumidor. Assim, estados do Norte se aliaram por interesses comuns ao Rio Grande no mercado interno, organizados em torno de uma “confederação” pelo gaúcho Pinheiro Machado¹⁸¹⁴ para enfrentar o domínio paulista¹⁸¹⁵. Em terceiro lugar, não se pode deixar de mencionar a luta política de Martins Júnior em torno do pedido de *impeachment* de Barbosa Lima e sua oposição sistemática à oligarquia de Rosa e Silva que dominava a política pernambucana. Se consideramos o período de Barbosa Lima (1892-1896) e todo o domínio rosista (1896-1911) – principalmente este último que alcançou um nível de hegemonia quase absoluto através de uma reforma dos conselhos eleitorais mantendo a oposição sempre em minoria com apoio declarado do presidente¹⁸¹⁶ –, Martins Júnior mostrava que o federalismo sem controle¹⁸¹⁷, associado a um presidencialismo conivente, era na verdade, antirrepublicano¹⁸¹⁸. Estou de acordo com as avaliações dada por Christian Lynch¹⁸¹⁹ e Dilton Araújo¹⁸²⁰ que ressaltaram a união dos republicanos da Bahia e Pernambuco na época de propaganda e no Congresso em torno das preocupações que o federalismo trazia para a região, sendo mais cautelosos em relação a sua implementação.

Ironizando o conteúdo do manifesto e as pretensões de oposição, o jornal pertencente a Rosa e Silva – *Diário de Pernambuco* – menosprezou alegando que “não há uma vez em que o Dr. Martins Júnior e o Dr. José Mariano venham a Pernambuco que não fundem um partido, ou pelo menos, que não deem uma nova forma às coligações”¹⁸²¹, mas as críticas se direcionam mais para o positivista, acusado de só seguir seu desejo pessoal e ter sido um “unitarista de quatro costados”¹⁸²² junto com Silva Jardim e Aníbal Falcão. O novo partido seria “antes um devaneio, uma esperança, mas sem futuro”¹⁸²³. As raízes do *Partido Revisionista* foram além

¹⁸¹⁴ Gaúcho e o grande rival de Rosa e Silva. Cf. PORTO, *Op. Cit.*, 1986. P.141.

¹⁸¹⁵ PERISSINOTTO, Renato Monseff. Bloco no poder e conflitos regionais na Primeira República. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.1, nº1, 1993 p.34-6.

¹⁸¹⁶ LEVINE, Robert. *Op. Cit.*, 1980, p.143.

¹⁸¹⁷ Este não era um pensamento exclusivo de Martins Júnior, mas fazia parte do conjunto argumentativo dos “jacobinos” de maneira geral, preocupados com um governo forte que garantisse as instituições republicanas e equilibrasse o federalismo. Cf. QUEIROZ, *Op. Cit.*, 1986, p.90.

¹⁸¹⁸ Não havia consenso sobre isso. Phaelante da Câmara considerava que a reforma não poderia ser pontual em alguns artigos da Constituição, mas “completa, desde os alicerces aos coruchéus”. Cf. DA CÂMARA, Phaelante. **Dois discursos em homenagem à Martins Júnior**. Recife: Imprensa Industrial, 1904, p.23.

¹⁸¹⁹ LYNCH, Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2016, p.22-23.

¹⁸²⁰ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)**. 1992. 207f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992. p.93.

¹⁸²¹ Diário de Pernambuco, PE, 24-9-1903.

¹⁸²² Diário de Pernambuco, PE, 26-9-1903.

¹⁸²³ Diário de Pernambuco, PE, 27-9-1903.

da vida de Martins Júnior. Em candidatura pelo partido em 1906 – dois anos após a morte do seu fundador – o candidato revisionista Adolpho Simões Barbosa declarou que a orientação da agremiação continuava a ser a de José Isidoro, cujos seus “ensinamentos sagrados” eram sempre seguidos em momentos de dificuldades e disparou: “a revisão constitucional foi o pálio a que se abrigaram Martins Júnior e Lauro Sodré, irmãos sinceros pelo coração e ideais republicanos”¹⁸²⁴.

Ao longo do ano de 1903 marcaram convenções através do *Clube Popular* para eleger representantes da *Convenção*, sendo Martins Júnior eleito pelo bairro popular de Maranguape, pertencente a Olinda¹⁸²⁵. Em setembro daquele ano, foi promovido um meeting na Praça Saldanha Marinho¹⁸²⁶ e, no mês seguinte, a fundação do *Partido Revisionista de Pernambuco*, cujo projeto tem ele como chefe¹⁸²⁷. Em mais uma eleição, esteve na chapa composta por ele, José Mariano, Gervásio Pires, Phaelante da Câmara, entre outros¹⁸²⁸. Os meetings que combinavam *Revisão* e *Concentração* num único tom, tendo os dois maiores tribunos populares de Pernambuco lado-a-lado, permaneceu na memória dos que, após a morte de Martins em 1904, mantiveram-se esperançosos em lutar pela “verdadeira” República. O *Comércio do Amazonas* lembrou que José Isidoro, ao abraçar a bandeira revisionista, veio depois a ser “um dos banidos dessa mesma República de humilhações intraduzíveis” e *A Pacotilha*, do Maranhão, diz que nos meetings “sua palavra era extraordinária e convincente”¹⁸²⁹.

Martins Júnior era amplamente criticado pelo *Diário de Pernambuco* que sempre o acusava de ter “abandonado” sua terra e, portanto, não ter direito de liderar uma oposição. “O Dr. Martins Júnior, no cálculo das probabilidades, não passa de uma força negativa, que não influirá em coisa alguma sobre o resultado das operações, porque mudou suas vistas para o Rio de Janeiro”¹⁸³⁰. Em outra ocasião, o mesmo *Diário* repetiu o argumento: “Os Drs. José Mariano e Martins Júnior, longe de nós, é possível que de nós se lembrem, mas daremos um doce se aparecerem por aqui para a reorganização do partido”¹⁸³¹. Com o afastamento de Martins Júnior da política local, o *Pequeno Jornal* fez um apelo, onde se percebe que ele era tido como liderança da oposição, agora quase unânime contra Rosa e Silva: “não abandone a sua terra e

¹⁸²⁴ Diário de Pernambuco, PE, 24-1-1906.

¹⁸²⁵ Jornal A Província, PE, 12-5-1903.

¹⁸²⁶ Diário de Pernambuco, PE, 17-9-1903.

¹⁸²⁷ Jornal do Brasil, RJ, 2-10-1903.

¹⁸²⁸ Jornal A Província, PE, 16-1-1903.

¹⁸²⁹ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.273 e 285.

¹⁸³⁰ Diário de Pernambuco, PE, 27-9-1902.

¹⁸³¹ Diário de Pernambuco, PE, 15-5-1903.

venha s.s. clamar dia-a-dia, ao lado das classes conservadoras e do proletariado, contra os desmandos desse governo e talvez, em breve, ressuscitemos os brios pernambucanos”¹⁸³². Mesmo com a oposição unida, a presença da máquina administrativa da oligarquia rosista era avassaladora. Em telegrama enviado para Martins e Mariano, que se encontravam no Rio, a oposição alegou em 1901 que nem mesmo o alistamento de eleitores oposicionistas estavam conseguindo, nem era possível eleger qualquer membro para as mesas eleitorais, não haviam fiscais de oposição e até mesmo suplentes estavam vedados¹⁸³³.

O último ato enquanto *Concentração e Revisão* a nível federal foi a articulação do apoio ao movimento da Revolta da Vacina contra o governo de Rodrigues Alves, considerado, por eles, como uma consolidação e continuação da política de Campos Sales. Martins Júnior, já falecido, obviamente não participou, mas Lauro Sodré, Barbosa Lima, Alfredo Varela e Silvestre Travassos se envolveram. Na clássica obra de Costa Porto, *Os Tempos da República Velha*, ao defender abertamente a política de Campos Sales e Rodrigues Alves, o autor demonstra o quanto esse grupo passou a ser registrado pela historiografia: aniquilados em 1904, a Revolta da Vacina “seria a última experiência: o país estava maduro para se não deixar levar pela demagogia” sendo eles os “últimos abencerragens¹⁸³⁴ do jacobinismo florianista”¹⁸³⁵. A dominação rosista só seria quebrada em 1911, com a eleição conturbada, violenta e caótica de Dantas Barreto que recebeu apoio desta *Concentração* formada originalmente por Martins Júnior¹⁸³⁶ e dos trabalhadores em peso¹⁸³⁷.

¹⁸³² Pequeno Jornal, PE, 1-9-1903.

¹⁸³³ Diário de Pernambuco, PE, 8-8-1901.

¹⁸³⁴ Termo relativo a uma tribo árabe que dominou a região de Granada, na Espanha. Costa Porto coloca como um adjetivo relacionado a algo tribal, primitivo, ultrapassado.

¹⁸³⁵ PORTO, *Op. Cit.* 1986. P.227.

¹⁸³⁶ Como um dos líderes da oposição, José Mariano passou a ser atacado pelo Diário de Pernambuco por anos, acusando-o de ter sido um dos responsáveis por atacar e perseguir Martins Júnior no começo da República (o que sabemos ser verdade), em registros que vão até as vésperas da campanha eleitoral de Dantas Barreto. Mesmo morto, Martins Júnior era utilizado como instrumento de ataque político, o que indica que por muitos anos perdurou no imaginário local uma espécie de “mártir” injustiçado em que a campanha de Dantas Barreto – considerada uma salvação republicana – trouxe à flor da pele. Cf. Diário de Pernambuco; 27-2-1909; 18-11-1909.

¹⁸³⁷ SOUZA, *Op. Cit.*, 2018, p.188. LEVINE, *Op. Cit.*, 1980, p.133.

8 MORTE E CONSTRUÇÃO DO ‘POETA DA REPÚBLICA’

Com a Política dos Governadores e a consolidação da elite cafeicultora no poder, Martins Júnior – considerado um republicano radical naquele contexto – teve seu cargo eletivo como Deputado Federal degolado. Sem espaço político em Pernambuco, e sem prestígio no Rio, José Isidoro se dedicou à *Concentração Republicana* e ao *Movimento Revisionista*, atuando em busca da derrota da hegemonia rosista em seu estado natal e pela reforma do federalismo ‘exacerbado’ da República. Apesar dos seus dessabores políticos, considerava-se mais vitorioso em sua produção intelectual. Como legado, buscou eternizar-se nas letras, agindo pelo reconhecimento das produções do Norte na Capital e conquistando espaços dentre os intelectuais de prestígio. É como homem de letras que sua memória será construída após sua morte. Este capítulo dedica-se a compreender o processo de transformação de Martins Júnior em um ‘mártir’ a partir das suas últimas ações até sua transformação em ‘Poeta da República’.

8.1 EM BUSCA DA ETERNIDADE NAS LETRAS

Martins Júnior buscou, nos anos finais da sua vida, eternizar-se nas letras. Mas até alcançar os níveis mais elevados deste reconhecimento, precisou trilhar uma extensa participação na vida literária. Apesar de conhecido nacionalmente como o *Poeta das Visões*, a poesia científica proposta por ele ao longo da sua vida trouxe uma ‘indisposição’ (digamos desta forma...) sobre seu reconhecimento como literato nos espaços mais ao Sul e mais tradicionais no estilo. Roberto Ventura, na sua análise sobre as polêmicas literárias do final do século XIX, deixou claro em seu trabalho que entre 1878-9¹⁸³⁸ Machado de Assis e Silvio Romero passaram a se antagonizar acerca das diferenças literárias entre o Norte e o Sul, pois o primeiro “se limitava à afirmação didática de novos credos”, deixando claro que a ‘politização’ da poesia era o principal alvo das críticas. Em seu livro *Machado de Assis*, Silvio Romero não curiosamente dedica-o para Tobias Barreto, Arthur Orlando, Clóvis Beviláqua e Martins Júnior¹⁸³⁹ indicando a provocação específica que o cientificismo causava à Machado. Nos

¹⁸³⁸ Em 1876 Franklin Távora, no prefácio da sua obra *O Cabeleira*, já indicava um movimento de literatura do Norte, o que localiza no final da década de 1870 o processo de “indisposição” com o tipo de escritos produzidos. Cf. SILVA JÚNIOR, Delmo Montenegro da. **A poesia científica em Martins Júnior**: percurso de uma vanguarda literária em Pernambuco no século XIX. 2013. 164f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. p.24.

¹⁸³⁹ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p.96-103.

escritos deixados por José Isidoro, podemos perceber a construção argumentativa que indica a necessidade de defender a vanguarda do Norte tanto nas letras, quanto na política – o que, como vimos no primeiro capítulo desta tese, para ele são duas faces da mesma moeda¹⁸⁴⁰. Como sócio do IAHGP¹⁸⁴¹ propôs a construção de um monumento em homenagem à Revolução de 1817, sendo acrescentada pelo Major Codeceira a prioridade de Pernambuco no pensamento republicano, desde a Restauração de 1654¹⁸⁴², passando pela Guerra dos Mascates em 1710 até a Revolução de 1817¹⁸⁴³, discussão que foi promovida nas circunstância em que Martins tentava se firmar no cenário político da Capital. Em discurso proferido sobre Saldanha Marinho para o *Grande Oriente do Brasil*, Martins Júnior destacou a prioridade nas letras da ‘Nova Ideia’ para Silvio Romero e...

...por outro lado, no tocante à política, já não é mais mistério para ninguém o fato de ter sido o meu Estado natal o primeiro que assombrava o pensamento brasileiro. Refiro-me a Abreu e Lima, o célebre General das Massas, que é inquestionavelmente uma das mais belas figuras de revolucionário pensador que tem produzido o país inteiro...¹⁸⁴⁴

Associação semelhante foi feita em seu discurso para o Clube Tiradentes em abril de 1897, quando associou diretamente os feitos do mártir mineiro com a Revolução de 1817, a Confederação do Equador de 1824 e a Revolução Praieira de 1848, todos, a seu ver, como descendentes de Tiradentes, assim que a República seria o “regime por bem do qual morreremos amanhã com a mesma serenidade e a mesma fé do glorioso alferes mineiro [...] nossos mortos sagrados, nossos avós-deuses, nossas divindades políticas que invocamos a cada hora e que nos fortalecem a cabeça e o braço”. Mesmo diante de um público carioca, em um clube que cultuava um personagem republicano mineiro, Martins Júnior, como orador principal da agremiação, fazia questão de puxar as vanguardas nortistas no panteão republicano na capital. É importante lembrar que o Clube Tiradentes foi uma das organizações mais diametralmente opostas ao

¹⁸⁴⁰ Como afirmou Lilia Schwarcz, apesar de não figurarem como determinantes no centro político do país, esses literatos tinham certeza de pertencerem a uma vanguarda, de um futuro ainda não construído nas letras nacionais. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.150-1.

¹⁸⁴¹ IAHGP foi um dos principais responsáveis por formar um “mito de formação da identidade pernambucana”, sendo consensual o tema da restauração contra os flamengos como o ponto inicial dessa mitologia. Cf. SCHWARCZ, Op. Cit., 1993, p.121.

¹⁸⁴² A simpatia pelos holandeses mascarava, desde o período imperial, as inclinações republicanas, mas podia também estar atrelado ao pluralismo religioso e liberdade de consciência. O passado visto em cadeia – 1654, 1710, 1817, 1824 e 1848 – foi uma construção promovida neste período. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.368-379.

¹⁸⁴³ Acervo do IAHGP, descrito igualmente ao catálogo: Proposta de Isidoro Martins Junior para a construção de um monumento comemorativo da Revolução de 1817 na atual Praça Barão de Lucena, onde existiu o quartel de artilharia, donde rompeu o movimento (1896, 4 folhas, cx. 22, maço 2, doc. 0873).

¹⁸⁴⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, RJ, maio de 1895, nº3, p.132-3.

movimento monarquista restaurador, chegando a publicar “lista de acusados” em seu órgão¹⁸⁴⁵ para demonstrar como ser orador oficial desta agremiação trazia holofotes sobre ele.

Em um embate com a revista *A Semana* publicada no Rio, Martins Júnior questionou o periódico por fazer “bairrismo sulista”, excluindo autores do Norte das suas publicações. Valentim Magalhães, em resposta a Martins Júnior, pediu em tom de desafio que fossem enviados, então, produções nortistas, para ‘provar’¹⁸⁴⁶ seu argumento de que havia ‘vasta produção’. Quatro meses após esse pedido, a redação da revista admitiu ter recebido inúmeras publicações a partir do questionamento de José Isidoro¹⁸⁴⁷ levando-o a se tornar correspondente do periódico em Pernambuco¹⁸⁴⁸. Mesmo assim, voltou a esse argumento na introdução do livro *Os Mezes* de Gervásio Fioravante em 1895, reclamando que na Capital a literatura do Norte não tinha espaço¹⁸⁴⁹. O ambiente poético de elite foi conquistado aos poucos. Estou em concordância com a conclusão de pesquisa de Delmo Montenegro ao considerar que os literatos pernambucanos do final do século XIX optaram “claramente por uma autonomia crítica combativa em relação ao pensamento estético hegemônico oriundo da Corte” mantendo uma “permanência de construção imagética em nossas letras do Mito da Ciência” em nomes como Augusto dos Anjos, Cruz e Sousa, Manoel Bandeira, João Cabral de Melo Nelo, Benedito Monteiro, Vicente do Rego Monteiro e Joaquim Cardoso¹⁸⁵⁰.

Martins Júnior já tinha ampla participação na vida literária de Pernambuco e era amplamente conhecido pelo Norte. Era orador do IAHGP¹⁸⁵¹, do *Instituto Literário Olindense*¹⁸⁵², membro honorário do *Grêmio Literário Vitoriano Palhares*¹⁸⁵³ e chegou a, em 1901, fundar a *Academia Pernambucana de Letras*, garantindo o local de funcionamento (que permanece até hoje), publicação pelo Estado do expediente, da revista e das obras, bem como propôs o primeiro membro feminino como correspondente da APL, Edwiges de Sá Pereira¹⁸⁵⁴. Fora de Pernambuco, foi sócio do *Centro Literário Cearense*¹⁸⁵⁵. Foi por volta de junho de 1894 que Martins Júnior começou a conquistar espaços no cenário literário carioca: Discursou

¹⁸⁴⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p.50-1.

¹⁸⁴⁶ Jornal A Semana, RJ, 19-8-1893.

¹⁸⁴⁷ Jornal A Semana, RJ, 9-12-1893.

¹⁸⁴⁸ Jornal A Semana, RJ, 25-11-1893.

¹⁸⁴⁹ Jornal A Semana, RJ, 30-3-1895.

¹⁸⁵⁰ SILVA JÚNIOR, Op. Cit., 2013, p.25-8.

¹⁸⁵¹ Jornal do Recife, PE, 7-3-1896; Diário de Pernambuco, PE, 1-5-1897; Jornal do Recife, PE, 16-2-1898.

¹⁸⁵² Pequeno Jornal, PE, 9-9-1898.

¹⁸⁵³ Jornal O Tentamen, PE, 24-7-1899.

¹⁸⁵⁴ Diário de Pernambuco, PE, 14-11-1901.

¹⁸⁵⁵ Jornal A República, CE, 29-9-1894.

no jantar ofertado a Valentim Magalhães, escritor que será um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras¹⁸⁵⁶ e com quem teve a polêmica dita anteriormente; Participou do centenário dedicado a Basílio da Gama na sede da *Sociedade Literária do Colégio Militar*¹⁸⁵⁷; Foi eleito um dos 10 principais poetas brasileiros pelo jornal *República Portuguesa*, ficando em 5º lugar junto com Arthur Azevedo e Machado de Assis¹⁸⁵⁸; se tornou membro da comissão julgadora do concurso de poesia do periódico *A Semana* junto com Xavier da Silveira e Francisca Júlia da Silva¹⁸⁵⁹; ingressou no IHGB em setembro de 1896¹⁸⁶⁰, feito importante para seu reconhecimento e promoção pessoal a nível nacional¹⁸⁶¹; foi orador, no Teatro Lyrico, na festa de comemoração a Carlos Gomes também em 1896¹⁸⁶² e tornou-se sócio do *Clube Casemiro de Abreu* em 1902¹⁸⁶³, alcançando a popularidade que tinha em Pernambuco, agora na Capital Federal¹⁸⁶⁴.

Há registro da participação de Martins Júnior na formação de um “grupo de homens de letras” no Rio em 1901, quando passou a tentar, junto a Machado de Assis, sua eleição para a *Academia Brasileira de Letras*. A princípio, a formação da ABL feita por Machado excluiu membros que não se adequassem aos critérios considerados por ele como ‘boa’ literatura e, nas palavras de Roberto Ventura, “fossem combatentes raivosos”¹⁸⁶⁵, deixando de fora literatos que professassem estilos diferentes, como Martins Júnior. O que pode explicar, por exemplo, que José Isidoro tivesse se associado a esse “grupo de homens de letras” que tinha, como princípio, o banimento completo de “política e religião”¹⁸⁶⁶. Sua primeira tentativa para ser eleito para a ABL foi em 1901, para a cadeira de Eduardo Prado, concorrendo junto com Assis Brasil, Luís Guimarães Filho e Afonso Arinos, sendo eleito o último¹⁸⁶⁷. Após se articular através de cartas junto aos integrantes e com o próprio Machado de Assis, conseguiu sua eleição por 15 votos a

¹⁸⁵⁶ Jornal A Semana, PE, 28-7-1894.

¹⁸⁵⁷ Jornal O Commercio de São Paulo, SP, 1-8-1895.

¹⁸⁵⁸ O ranking ficou da seguinte forma: 1) Múcio Teixeira; 2) Olavo Bilac; 3) Raymundo Correia; 4) Felinto de Almeida; 5) Martins Júnior, Arthur Azevedo e Machado de Assis; 6) Alberto de Oliveira e Valentim Magalhães e 7) Antônio Salles. Cf. Jornal O Pão da Padaria Espiritual, CE, 1-8-1895.

¹⁸⁵⁹ Jornal A Semana, RJ, 15-6-1895.

¹⁸⁶⁰ Gazeta da Tarde, RJ, 18-9-1896.

¹⁸⁶¹ SCHWARCZ, Op. Cit., p.104.

¹⁸⁶² Jornal Liberdade, RJ, 12-10-1896.

¹⁸⁶³ Correio da Manhã, RJ, 22-1-1902.

¹⁸⁶⁴ Outras participações incluíram ser colaborador da Revista do Brazil (SP), membro honorário do Dicionário Biográfico Sul-Americano (1897) e a participação na Revista Contemporânea com o artigo ‘O Naturalismo’ (1895) o que indica uma continuação da sua visão mais ‘científica’ na literatura. Cf. Gazeta de Petrópolis, RJ, 30-10-1897.b

¹⁸⁶⁵ VENTURA, Roberto. Op. Cit., 1991, p.103.

¹⁸⁶⁶ Martins chegou a sugerir a criação de um busto em homenagem a Fagundes Varella. Cf. Correio da Manhã, RJ, 22-7-1901.

¹⁸⁶⁷ Correio da Manhã, RJ, 5-11-1901.

2¹⁸⁶⁸ para uma cadeira na ABL em 1902, na cadeira de Fernando de Castro, seu companheiro de propaganda em Pernambuco¹⁸⁶⁹.

Não foram os meios políticos que resgataram a trajetória de José Isidoro ao longo dos anos após sua partida: foi a literatura e o ensino. Martins Júnior tinha razão em querer lutar para deixar sua memória viva, principalmente no meio literário, onde foi mais ‘feliz’ e reconhecido. Não será à toa que serão os grêmios literários e as instituições de ensino quem manterão, por décadas, as homenagens a sua memória. A luta propagandística de um fervoroso republicano foi silenciada rapidamente.

8.2 DO LUTO À LUTA

Martins Júnior, apesar de ter passado por alguns cargos públicos ao longo da sua vida, nunca foi rico. Teve momentos confortáveis em breves períodos, mas após a degola sofrida em 1900, a licença sem vencimentos da Faculdade de Direito entre 1899-1900 e um acidente de trânsito em Niterói em 1902¹⁸⁷⁰, sua péssima condição financeira se somou às dificuldades de saúde. Não me foi possível descobrir quais as consequências físicas que o acidente trouxe para ele, mas por meio do cruzamento de algumas fontes, posso afirmar que foi após esse evento que Martins Júnior diminuiu a intensidade da sua propaganda, tão vigorosa desde a década de 1870. No final do ano de 1902, alguns meses após o acidente, Martins alegou que “não ocupa, não espera e nem quer posição política atualmente”¹⁸⁷¹ e seus próprios amigos declararam que ele “já não tem partido seu”¹⁸⁷². Os últimos que ficaram auxiliando-o, financeiramente inclusive, foram Ribeiro de Brito, Barros Carneiro, Simões Barbosa e Silva Leal que, não coincidentemente, eram todos médicos. Quem o abrigou como convidado em sua casa foi Virgílio de Sá Pereira, que lhe reservou um quarto onde tinha seus livros e uma vida bem modesta, afirmando que “a República cedo desiludiu-o; não era o que ele sonhara nos seus devaneios de mocidade”¹⁸⁷³. Virgílio e Belarmino Carneiro foram seus amigos que estenderam

¹⁸⁶⁸ Gazeta de Notícias, RJ, 16-5-1902.

¹⁸⁶⁹ Jornal Cidade do Rio, RJ, 16-5-1902.

¹⁸⁷⁰ Jornal A Capital, RJ, 27-5-1902.

¹⁸⁷¹ Diário de Pernambuco, PE, 18-11-1902.

¹⁸⁷² Diário de Pernambuco, PE, 5-12-1902.

¹⁸⁷³ MARTINS, Henrique. **Martins Junior (post mortem)**. Pernambuco: Typ. do “Jornal do Recife”, 1905, p.310.

a mão nos seus piores momentos, depois de não ter mais como se manter. Virgílio deixou esta memória:

Arranjamos a coisa deste modo: Martins apenas teria cômodo na pensão da Rua do Bispo, para a noite. Os dias seriam meus, sua a minha mesa, seus os meus livros, até que eu encontrasse uma casa maior, para a qual nos mudássemos [...] Aluguei depois a chácara da Rua de Santa Alexandrina, onde lhe preparei cômodos; ele veio ao Recife e levou uns dois caixões de livros; anunciou escritório à Rua da Alfândega nº25 e pôs-se a trabalhar com ardor [*meses depois, quando a saúde se deteriorou*] Ficaram com Martins duas criadas – a que criou minha mulher e uma outra, que dormia fora. Perto, no número 84, mora Belarmino Carneiro, a cinco minutos dos largos do São Francisco, Carioca e Praça Onze de Junho, a três dos teatros diários. Na minha ausência fora dormir em nossa casinha o doutor Paranhos da Silva, amigo dedicadíssimo de Martins; os outros o visitavam sempre, de modo que raramente lhe seria possível ver-se só, sem companhia, e um simples recado lhe traria em cinco minutos à casa do nosso Belarmino. Para distraí-lo e confortá-lo, é que eu escolhi essa casa; mal pensava eu que a escolhia para sua morte...¹⁸⁷⁴

Mesmo assim, impelido por José Mariano, ainda aceitou se candidatar em chapa conjunta de oposição em 1903, mas desta vez sem fazer as grandes campanhas a qual estava habituado¹⁸⁷⁵ amargando um resultado péssimo que nunca havia acontecido na sua vida: não chegaram a 50 votos¹⁸⁷⁶. Com a derrota, protagonizou a organização de reuniões secretas entre ele, João Teixeira e Aristarco Lopes para a criação da *Concentração*¹⁸⁷⁷ e o aprofundamento no *Movimento Revisionista*, como abordei no capítulo anterior. Em Pernambuco, a presença massiva da oligarquia rosista impedia-o de retornar ao Estado com alguma garantia de sobrevivência, obrigando-o a continuar num ‘exílio’ no Rio, mesmo após perder seu cargo junto ao governo de Quintino Bocaiúva e ser degolado pela Política dos Governadores instaurada por Campos Salles.

Nas circunstâncias da sua morte uma diversidade de jornais e relatos descrevem sua situação de penúria. Em *Jornal do Commercio* de Manaus: “estava então na mais cruciante e contingente penúria. Fazia dívidas, porque também é mister se saiba, Martins Júnior viveu pobre e morreu paupérrimo”¹⁸⁷⁸. Pode-se argumentar que a retórica do morto sofrido e pobre tenha sido comum nos relatos da época, bastante presente em homenagens de perseguidos e derrotados políticos; entretanto, a diversidade de fontes e relatos de memória sobre as condições de vida de Martins Júnior reforçam a visão de uma situação delicada financeiramente. Em cartas

¹⁸⁷⁴ Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22-9-1904, p.75-8.

¹⁸⁷⁵ Diário de Pernambuco, PE, 18-2-1903.

¹⁸⁷⁶ Diário de Pernambuco, PE, 19-2-1903.

¹⁸⁷⁷ Diário de Pernambuco, PE, 15-9-1903.

¹⁸⁷⁸ Jornal do Commercio, AM, 25-8-1904.

trocadas com o escritor Cruz e Sousa¹⁸⁷⁹, é possível ter uma visão sobre o período que – supostamente – deveria ser o mais “folgado” financeiramente para ele, pois acumulava o cargo de deputado federal e professor da Faculdade de Direito

Meu caro Cruz,
Remeto-te 10\$000, metade da quantia que me pedes. Os meus numerosos encargos não permitem mais. Desculpa.

Amigo e admirador,
Martins Júnior¹⁸⁸⁰

Rio, 5 de setembro de 1897
Meu caro Cruz e Sousa,

Dou-te minha palavra de honra que, apesar dos meus bons desejos, não tenho meios de servir-te, desta vez, tais são minhas urgências em dinheiro.
Desculpa pois,

Amigo certo e admirador,
Martins Júnior.¹⁸⁸¹

Em julho de 1902 fundou *A Economizadora*, que previa a assistência financeira mútua dos seus contribuintes¹⁸⁸², poucos meses antes de deixar o cargo de Secretário do Interior¹⁸⁸³ visando “guarda, aumento e produção de economias”¹⁸⁸⁴. A fundação de uma companhia de previdência doméstica lhe rendeu ataques debochados por parte do *Diário de Pernambuco*, periódico que era então de posse de Rosa e Silva, a quem Martins Júnior liderava a oposição: “Pobre moço, metido tão cedo em uma companhia de previdência doméstica! Está infeliz o Martins: quebrou o braço, quebrou a cabeça, e ultimamente telegrafam para sua terra que o meteram em uma companhia de previdência doméstica. Está pobre o Martins, não tem roupa”¹⁸⁸⁵. Logo em seguida, abriu escritório de advocacia discreto, na Rua da Alfândega, em janeiro de 1903¹⁸⁸⁶. Num relato assinado apenas por “K” no *Jornal de Notícias da Bahia*¹⁸⁸⁷, assim o articulista descreveu seu último encontro com o pernambucano

Eu relia as últimas provas do meu romance de saudades, quando ele entrou na sala da redação do Diário da Bahia.

¹⁸⁷⁹ A relação entre os dois começou em 1884 quando Cruz e Souza esteve em Pernambuco através da companhia de teatro Julieta do Santos. O autor simbolista dedicou “Tropos e Phantasias” para o pernambucano. Cf. SILVA JÚNIOR, Op. Cit., 2013, p.85.

¹⁸⁸⁰ Carta de Martins Júnior para Cruz e Sousa. Não há referência à data. Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos. Encontrado em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=212287> Acesso em 15 de julho de 2021.

¹⁸⁸¹ Carta de Martins Júnior para Cruz e Sousa. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1897. Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos.

¹⁸⁸² Se expandiu para uma filial em Juiz de Fora (MG) em 1903. Cf. *Jornal O Pharol*, MG, 12-6-1903.

¹⁸⁸³ Martins se torou parte do conselho fiscal de O Paiz poucos dias antes da sua morte, sendo Rui Barbosa consultor fiscal de A Economizadora. Cf. *O Paiz*, RJ, 18/19-8-1904.

¹⁸⁸⁴ *Jornal Cidade de Petrópolis*, RJ, 2-7-1902.

¹⁸⁸⁵ *Diário de Pernambuco*, PE, 11-7-1902.

¹⁸⁸⁶ *Jornal do Brasil*, RJ, 25-1-1903.

¹⁸⁸⁷ *Jornal de Notícias*, BA, 24-8-1904.

- Já de volta, que vais fazer no Rio?

- Tratar da vida... respondeu amargamente.

E pusemo-nos os dois a recordar sonhos mortos, paisagens de felicidade que nosso ideal, em tempos outros de fé, arquitetara – paisagens mortas, aspectos de ruínas, hoje.

- E tu que fazes? Perguntou-me. E os seus olhos caíram na página que eu escrevera – página dolorosa de auto psicologia onde meu coração anseia, batido por todas as decepções, pelo repouso, pela paz exclusivamente – pobre coração, vazio de sonhos, como um canteiro em que um sol de seca estiolou as últimas roseiras.

- Muito Triste! (disse-me), mas uma página de verdade.

E de repente apareceu-me ao espírito toda a tremenda injustiça do destino daquele grande espírito. Sua vida era uma provação – da juventude à maturidade do ser. No império, negaram-lhe a cátedra que o seu talento e saber conquistaram na Faculdade de Direito do Recife; na República, aos 43 anos de existência, não tinha uma posição oficial, de relevo, nem sequer uma cadeira no parlamento!

Não lhe fiz sentir, porém, por natural delicadeza, tão clamorosa falta de compensação, ele, porém, a sentiu bem na evocação do meu livro e exclamou:

- Não valeu a pena tanto sacrifício!

Despedíamo-nos instantes depois.

Foi a última vez que nos vimos.

K.

Sua saúde, misturada com profunda decepção política e um amargor que o acompanhou toda a vida, se deteriorou depressa no começo de agosto de 1904¹⁸⁸⁸. Nos seus últimos dias gritava em loucura delirante, em cenas que marcaram os amigos que o visitaram. Em artigo anônimo, uma testemunha disse que ele “não reconhecia as pessoas que o rodeavam desde o começo da doença, sendo frequentemente acometido de crises de nervos e delírio”¹⁸⁸⁹. Considerando que muitos relatos sobre o momento da sua morte tinham como objetivo sensibilizar o público leitor, bem como ser comum o ‘exagero’ da dor como uma forma de glorificação e questionamento político, os testemunhos sobre os últimos dias de vida de José Isidoro, quando confrontados, mostram a mesma situação. Abaixo, o relato de Belarmino Carneiro.

...lá o encontrei prostrado no leito da dor, presa de uma agitação incessante, em incessante delírio, proferindo palavras sem nexos, esbravejando contra amigos dedicadíssimos que o vigiavam com incansável solicitude de dia e de noite, num estado de dolorosa inconsciência que eu nunca quieria haver testemunhado naquele espírito lícido, brilhante, de uma galanteria inexcedível! Como foi cruel o golpe que sofri naquele momento! Viu-me, conheceu-me o meu antigo companheiro de lutas políticas e campanha abolicionista. Pediu-me que o libertasse da reclusão forçada a que imaginários algozes o obrigavam, retendo-o em cárcere privado, dizia ele no seu delírio; e, ao afastar-me do seu leito, eu trazia no coração o terrível pressentimento de que naquele cérebro refulgente e claro não mais resplandeceria o verbo ardente e persuasivo que pregara a democracia, a liberdade, a abolição!¹⁸⁹⁰

Martins Júnior morreu com 43 anos, em 22 de agosto de 1904, bem longe da sua terra natal, de ‘pneumonia dupla’. Os relatos dizem que foi José Mariano, com quem antagonizou

¹⁸⁸⁸ Jornal O Pharol, MG, 10-8-1904.

¹⁸⁸⁹ Jornal do Commercio, RJ, 23-8-1904.

¹⁸⁹⁰ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.303.

por tantos anos, quem colocou a vela em sua mão durante o último suspiro, ainda que a descrição pareça ser romantizada demais¹⁸⁹¹. Por absoluta ironia do destino, a notícia do seu falecimento foi lida por Barbosa Lima, que discursava naquele momento na Câmara e, mesmo tendo sido seu inimigo por anos, emocionou-se no púlpito. Fato não passou despercebido por um articulista anônimo no *Jornal do Recife*

Quem escreve estas linhas conhece de bem perto todas as perícias de luta sustentada por Martins Júnior contra o Sr. Barbosa Lima, esse mesmo que interrompeu um discurso para prestar homenagem ao grande morto, o seu intransigente adversário, o defensor extenuo da lei na terra pernambucana, então esmagada pelo despotismo representado por aquele cidadão [...] Para nós foi essa luta a época brilhante da vida política, do grande morto, época que na história da nossa terra assinala o valor cívico dos que nela tomaram parte¹⁸⁹²

No Senado, o discurso foi feito por Rosa e Silva, alegando virtudes para o homem que até a véspera perseguia¹⁸⁹³. Na Câmara do Rio, quem deu a notícia foi Elysio de Araújo, destacando que “quando veio a República, Martins Júnior era o maior dos seus propagandistas do norte do Brasil”¹⁸⁹⁴. Mais inacreditável ironia foi quem carregou seu caixão pela romaria no Rio: Rosa e Silva; Joaquim José Seabra, Quintino Bocaiúva e Lauro Sodré¹⁸⁹⁵; os dois primeiros responsáveis, em grande parte, pelas suas maiores amarguras políticas. Por isso que o tom de críticas e sarcasmos estiveram presentes em muitas memórias sobre a morte de Martins. Um artigo virulento e sarcástico de Arthur Azevedo ganhou as páginas de *O Paíz*, expondo como a “espetacularização” da morte de Martins parecia vir da “vergonha” de quem estava presente

...se lá do mundo dos espíritos o ardente republicano do Norte puder assistir a esta espécie de apoteose feita aos seus despojos, ela deverá causar-lhe riso. Hei de perguntar ao meu amigo Leopoldo Cirne, amicíssimo de Martins Júnior, espírita convicto e militante, se já recebeu alguma comunicação a esse respeito. Eu, por mim, ignoro se os espíritos riem; conto verifica-lo depois de morto e, se o fenômeno realmente existe, prometo ser o mais hilariante dos defuntos.

Pernambuco, que rejeitou aquele filho que honrava tanto; Pernambuco, que lhe amargurou os últimos dias, infligindo-lhe a mais injusta, a mais clamorosa das derrotas políticas, deve estar a estas horas dolorosamente arrependido de tanta ingratidão. Todas estas demonstrações de luto e de piedade não bastam para destruir o sentimento de remorso que lhe deve ter ficado. As honras conferidas ao morto, que nada sente, não apagam a lembrança das maldades feitas ao vivo, que sorria.

Esses, que trouxeram o cadáver de Martins Júnior numa passeata espetaculosa, abrigada à Rua do Ouvidor, como um préstimo carnavalesco; esses, que o remeteram para Pernambuco, mumificado pelo processo Costa Ferraz, são os mesmos – salvo honrosíssimas exceções – que escorraçaram da formosa terra do Norte o moço ilustre que valia por todos eles juntos. Quem viveu, não direi alguns dias, mas algumas horas, na intimidade de Martins Júnior, surpreende fatalmente, pois que ele era expansivo, sincero e não sabia fingir toda a mágoa que lhe pesava na alma.

¹⁸⁹¹ Jornal O Paíz, RJ, 22-8-*04.

¹⁸⁹² Jornal do Recife, PE, 24-8-1904.

¹⁸⁹³ Diário de Pernambuco, PE, 24-8-1904.

¹⁸⁹⁴ Jornal do Commercio, RJ, 24-8-1904.

¹⁸⁹⁵ Jornal do Recife, PE, 24-8-1904.

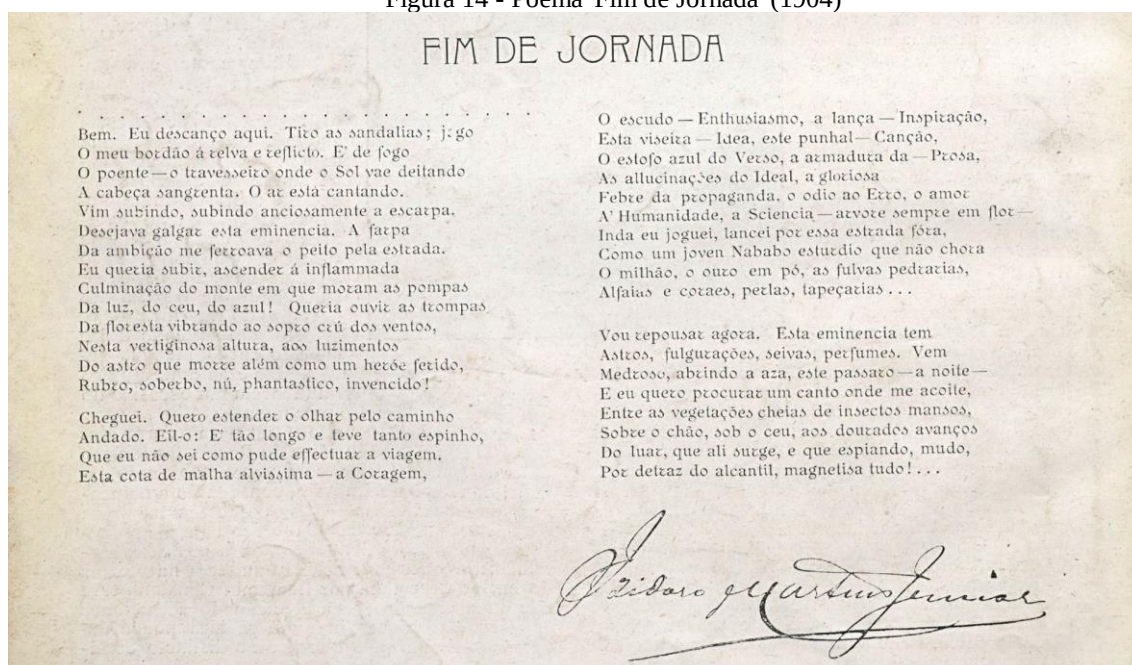
O seu sorriso era triste; não era um sorriso, era um esforço dos lábios. Estava mortalmente envenenado¹⁸⁹⁶.

Phaelante da Câmara – ele mesmo um dos que antagonizou com José Isidoro no começo da República – explicou que “até os seus inimigos da véspera vieram pedir-lhe, debruçados sobre o seu leito de morte, o esquecimento das injúrias”¹⁸⁹⁷. José Mariano, também outro com quem viveu longos anos de guerra política, fez relato semelhante

Foi talvez esse o período [após a Proclamação] mais agudo das nossas divergências. Mas hoje, passadas para todos nós tantas outras vicissitudes e alternativas da vida política, hoje que reconhecemos e avaliamos a grande perda que sofre a terra pernambucana, há para nós alguma coisa de glorioso nessa luta com tão distinto e nobre adversário, ele que tão bem sabia esquecer. Temos ainda viva no nosso coração, sempre ferido, a sua solidariedade afetuosa conosco quando morreu José Maria. Tivemo-lo do nosso lado com todas as suas energias e toda sua sinceridade. A crítica do seu papel político na época em que combatemos não cabe aqui. Os fatos são muito recentes para que possam ser encarados com a calma necessária¹⁸⁹⁸

No poema escrito dias antes da sua morte e antes de perder a lucidez, curiosamente publicado com sua assinatura, intitulou-se “Fim de Jornada”, Martins Júnior demonstrou como enxergava sua trajetória

Figura 14 - Poema 'Fim de Jornada' (1904)



Fonte: Jornal Renascença, agosto de 1904, nº6, p.24.

¹⁸⁹⁶ Jornal O Paiz, RJ, 30-8-19004.

¹⁸⁹⁷ CÂMARA, Phaelante da. **Discurso proferido no salão de honra da Faculdade de Direito em homenagem a Izidoro Martins Júnior no 1º aniversário de seu falecimento**. Recife: tipografia do Jornal do Recife, 1905, p.4.

¹⁸⁹⁸ Jornal A Província, PE, 23-8-1904.

*“Bem. Eu descanso aqui. Tiro as sandálias; jogo
 O meu bordão à relva e reflito...
 [...]*
*Cheguei. Quero entender o olhar pelo caminho
 Andado. Ei-lo: é tão longo e teve tanto espinho
 Que eu não sei como pude efetuar a viagem...
 [...]*
*As alucinações do Ideal, a gloriosa
 Febre da propaganda, o ódio ao Erro, o amor
 À Humanidade, a Ciência – árvore sempre em flor...
 [...]*
*Vou repousar agora. Esta iminência tem
 Astros, fulgurações, seivas, perfumes...”*

O poema acima é um indicativo de como José Isidoro pensou sua própria partida, assinando seu texto, como uma carta de despedida: foi uma trajetória longa, espinhosa e que buscou a propaganda do Ideal (República). Martins Júnior via a si mesmo, à beira da morte, como um “vencido político”, como disse Phaelante da Câmara ao dizer que ele “sentiu-se avassalado pelo desalento, quando percebeu que os pendores democráticos do seu espírito e as resistências individuais do seu brio tinham valido apenas para torná-lo um naufrago na maré montante das oligarquias vitoriosas”¹⁸⁹⁹. Essa associação foi amplamente debatida na imprensa da época. Em artigo sem nome, no *Diário de Pernambuco*, diz-se que ele “naufragou mais uma vez no grande oceano da política”¹⁹⁰⁰, já no *O Estado do Espírito Santo*

Bem pouco foi governo. Em princípio não tinha a mínima cotação no mundo oficial, porque, além de ser bem moço, era republicano declarado, numa época em que muita gente boa considerava uma loucura pensar em República [...] [estava] vivendo ultimamente na Capital da União, meio arredio, raro, adejando com aquela impetuosidade de águia no cenário político [...] Não podemos fugir à impressão desoladora que nos causou o encontro com o cadáver do grande evangelista da República. Dir-se-ia que naquele caixão negro, fechado sobre o corpo de Martins Júnior, vai sepultada grande parte das nossas esperanças em dias melhores para a República que ele pregou com tanta convicção e galhardia e que tão ingrata lhe foi¹⁹⁰¹

A sua morte foi apoteótica, principalmente porque choveram acusações contra seus inimigos ao longo da vida. Tê-lo-iam matado de desgosto, é o que disseram seus mais fiéis companheiros. E a imprensa parece ter concordado com essa versão. O jornal carioca *Renascença* considerou-o um exilado de Pernambuco, pois “aquela terra não soube amar tanto como ele merecia”¹⁹⁰². O *Jornal de Notícias* da Bahia exclamou que “a república fora sempre o seu grande sonho! E agora mesmo, ao se lhe fecharem para sempre os olhos, nos mistérios da morte, continuava ainda a sonhá-la [...] Da República, entretanto, de que a sua palavra foi larga

¹⁸⁹⁹ DA CÂMARA, Op. Cit., 1904, p. 23.

¹⁹⁰⁰ *Diário de Pernambuco*, PE, 23-8-1904.

¹⁹⁰¹ *Jornal O Estado do Espírito Santo*, ES, 28-8-1904.

¹⁹⁰² *Jornal Renascença*, RJ, agosto de 1904, nº6, p.23.

semeadora, à moda de Silva Jardim, dele não houve fruto que não lhe arrancassem”¹⁹⁰³. Um artigo anônimo publicado no *Diário de Pernambuco*, quase 1 ano após seu falecimento, dizia

...ninguém foi mais atacado em vida do que Martins Júnior. Os difamadores de *A Província*, que se renovam, ora sob uma aparência terrificante, ora sob capa de covardia ignominiosa, os eternos farsantes do jornalismo escreveram contra ele as injúrias mais amargas, os doestos mais infamantes. Nevióticos do ódio e da inveja não se contentaram com as colunas do jornal. Fizeram romances anônimos, inventaram nomes de guerra que simbolizavam o chefe político e seus amigos, romances escritos numa linguagem que devia envergonhar quem os traçou...¹⁹⁰⁴

Luiz do Nascimento considerou que *A Província* foi o órgão que mais o atacou “possuída de acessos de ódio”¹⁹⁰⁵. O velório e o cortejo do seu corpo, desde o Rio até Recife, mobilizaram multidões, antes vistas apenas em enterros como o de Floriano Peixoto. Um articulista do *Jornal do Ceará* ressaltou sua proximidade com Martins, ao lembrar que “vê-lo, amá-lo, admirá-lo, segui-lo nas suas aspirações democráticas tudo foi obra do primeiro instante” e que, apesar da sua personalidade de “polemista ardente, panfletista ousado” era “meigo como uma criança”¹⁹⁰⁶. Em artigo assinado apenas por “A.A.” o redator diz que “eu mesmo fora muitas vezes injusto com seus sentimentos pessoais” e que era “um homem digno de toda a estima”¹⁹⁰⁷. O tom dos depoimentos seguiu uma visão bastante próxima: a morte do propagandista que era admirado por seguidores e inimigos, um republicano fervoroso que sonhou com uma República que nunca aconteceu. O *Comércio do Brasil* lamentou ter morrido “o evangelizador da Abolição e da República” tendo ele “um amigo em cada trabalhador”¹⁹⁰⁸. Esse tom mórbido, de uma esperança que morre, não foi exclusiva a Martins Júnior, mas a uma geração de propagandistas que teve destino semelhante¹⁹⁰⁹. Como bem descreveu Nicolau Svecenko, o triplo sentimento de derrota, humilhação e inutilidade, reduzidos a uma indiferença e desconsideração geral, levou muitos intelectuais que sonharam com a República a um processo de renúncia da própria vida, a um desespero implacável¹⁹¹⁰.

¹⁹⁰³ Jornal de Notícias, BA, 23-8-1904.

¹⁹⁰⁴ Diário de Pernambuco, PE, 15-7-1905.

¹⁹⁰⁵ NASCIMENTO, Luiz. **Três mestres de direito no ‘batente’ do jornal**: Tobias Barreto, Martins Júnior, Clóvis Beviláqua. Recife: Imprensa Oficial, 1966, p.59.

¹⁹⁰⁶ Jornal do Ceará, CE, 24-8-1904.

¹⁹⁰⁷ Diário de Pernambuco, PE, 28-8-1904.

¹⁹⁰⁸ Jornal Comércio do Brasil, RJ, 23-8-1904.

¹⁹⁰⁹ O biógrafo de José Mariano, Tadeu José Gouveia, também comentou no seu trabalho que José Mariano, Martins Júnior e Phaelante da Câmara passaram a ser vistos na década de 1910 como a “idade áurea dos comícios” sempre evocados como uma tradição para uma “uma epopeia a mais nos destinos de um grande povo”. Cf. SALES, Tadeu José Gouveia de. Op. Cit., 2013, p.250.

¹⁹¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.92.

Até o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) a geração que se considerava “legítimos defensores da República” os verdadeiros ‘fanáticos’ do regime, iam se acabando: ou por morte, ou por ostracismo político¹⁹¹¹. A morte de Martins, neste momento específico, combinava muitos fatores que trouxeram essa sensação. Para França Pereira “o melhor de suas obras foi ele próprio. Com ele perdemos a fé numa grande causa social”¹⁹¹². Nesta pesquisa, talvez o depoimento mais expressivo, mais enfático e melhor trecho-síntese de como a morte foi entendida e traduzida pelas gerações mais novas foi dada por Symphronio Magalhães¹⁹¹³. O trecho abaixo, apesar de longo, traduz com detalhes o sentimento que transpassava do luto à luta com o propósito de continuar lutando pela República sem descanso

...juro por Martins Júnior, que nós, os seus patrícios, os seus discípulos, os moços de sua terra, aqui ou em qualquer outra parte do território nacional, jamais nos bandearemos, jamais nos confundiremos com os miseráveis que fizeram da República uma instituição comprometida, aviltando-a, vendendo-a na própria consciência nacional, deixando-a resvalar pela desestima do povo, atirando-a para o ventre do abismo que é a prostituição do sentimento pátrio [...] Como a maior de todas as homenagens que se pode prestar à memória de Martins Júnior, juremos diante do seu cadáver que havemos de defender a República até o último limite, até a morte, porque a República é a síntese sublimada e querida que ele esboçou nos seus voos de patriota incomparável!

Juremos que havemos de propagar os grande ideais do Grande Mestre não somente pela palavra e pela imprensa, porém pelo fato: reunindo-nos para, no momento oportuno, marcharmos com as armas na mão afim de promovermos a derrubada dessa bastilha da política devassa, dessa masmorra de aviltamento infamante em que os inimigos da Pátria pretendem encarcerar os últimos brios da República!

Juremos à sombra de sua memória augusta e venerável que havemos de fazer surgir nos horizontes da Pátria o dia auspicioso da reivindicação geral e com ele o movimento de vingança tingindo de rubro as páginas do sacratíssimo evangelho que será a regeneração do caráter nacional.

Nesse dia nós estaremos na trincheira do patriotismo repelindo os vendilhões disfarçados em sacerdotes políticos e lhe diremos: tremei, déspotas, empalidecei tiranos, fugi espavoridos, vós que roubastes a República, mas quando pretendíeis prostituí-la, sátiros devassos, ides recuar vendo-a protegida e inviolável sob o manto rubro dos nossos corações, e a clamide inconsútil dos amigos de Martins Júnior, dos que não se venderam ainda, dos que não se venderão jamais, dos amigos dedicadíssimos das situações extremas!

Déspotas tremei! O dia da vingança vai raiar na História!

Parte desse sentimento que coloca Martins Júnior como um “guia” para os vivos aparece nas circulares do *Partido Revisionista de Pernambuco* após sua morte. Ribeiro de Brito, convocando seus correligionários para reunião para organização da chapa em 1905, encabeça da seguinte forma: “[...]somos] obediente às tradições de seu chefe supremo no Estado, o inolvidável dr. Martins Júnior, que foi quem lhe lançou bases e atualmente de acordo com a

¹⁹¹¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. Cit.*, 1986, p.70.

¹⁹¹² Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22-9-1904, p.96.

¹⁹¹³ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.242-3.

orientação do iminente senador Lauro Sodré”¹⁹¹⁴. Adolfo Simões Barbosa, em circular para o 1º distrito em 1906, destacou

O legado político de Martins Júnior, fecundo em ensinamentos de patriotismo e abnegações é por nós sempre guardado como tesouro sagrado e fertilíssimo onde nos momentos difíceis de tibieza de ânimo iremos pedir coragem e a perseverança vencedora das hesitações. Lá do túmulo onde o encerrou a gratidão patricia, regado pelas lágrimas sentidas de todo um povo, ele continuará a governar os vivos, destino supremo dos grandes homens¹⁹¹⁵

Houve festas, homenagens e solenidades de apoio em diversos locais do país. No Rio, as festas de homenagem foram presididas por José Mariano e Lauro Sodré¹⁹¹⁶, com missa ofertada pelo *Centro dos Empregados das Ferrovias*¹⁹¹⁷. O *Centro Literário José de Alencar* dedicou um número especial de *Guarany*¹⁹¹⁸. Também aconteceu evento em Manaus, presidida por Alcides Bahia no Teatro Amazonas¹⁹¹⁹. No Recife, o enterro teve um público aproximado de 20 mil pessoas¹⁹²⁰ indo até as 19h¹⁹²¹, o comércio fechou completamente por pedido da Associação dos Empregados do Comércio¹⁹²² e uma poliantéia em sua homenagem¹⁹²³ foi distribuída pelo *Grêmio Literário Ayres Gama*¹⁹²⁴. O *Jornal Pequeno* se impressionou com a forma com que a classe comercial aderiu ao velório pois “mesmo os cafês, confeitarias, tabacarias e outros estabelecimentos que se não fecham nunca, conservaram cerrada uma das portas”¹⁹²⁵. A câmara ardente, feita no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife, ficou lotada por horas e somente o livro de assinaturas constou 5756 assinaturas¹⁹²⁶, o que levou o *Diário de Pernambuco* a fazer uma matéria de atualização: “o cadáver *continua* sendo extraordinariamente visitado”¹⁹²⁷.

O *Abrigo Literário Bellarmino Almeida*, liderado por Dona Cordolina e Brittes Laura, sugeriram a mudança do nome do povoado de ‘Prazeres’ (atual bairro na região metropolitana

¹⁹¹⁴ *Pequeno Jornal*, PE, 15-12-1905.

¹⁹¹⁵ *Diário de Pernambuco*, PE, 24-1-1906.

¹⁹¹⁶ *Jornal O Estado do Espírito Santo*, ES, 31-8-1904.

¹⁹¹⁷ *Jornal do Brasil*, RJ, 28-8-1904.

¹⁹¹⁸ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.216.

¹⁹¹⁹ *Jornal do Commercio*, AM, 25-8-1904.

¹⁹²⁰ *Jornal A Federação*, RS, 5-9-1904.

¹⁹²¹ *O Correio Acadêmico*, PE, 22-9-1904.

¹⁹²² *Diário de Pernambuco*, PE, 1-9-1904.

¹⁹²³ Também recebeu homenagem do jornal *O Phanal*, do Clube Jaboatonense 6 de março. Cf. *Diário de Pernambuco*, PE, 26-8-1904.

¹⁹²⁴ *Diário de Pernambuco*, PE, 22-9-1904.

¹⁹²⁵ *Jornal Pequeno*, PE, 5-9-1904.

¹⁹²⁶ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.192.

¹⁹²⁷ O professor Joaquim José Seabra, que o perseguia quando era estudante, liberou os alunos para fazer a homenagem a Martins Júnior. Cf. *Diário de Pernambuco*, PE, 25-8-1904. Grifo meu.

do Recife) para ‘Cidade de Martins Júnior’¹⁹²⁸, bem como houve a petição para a mudança da Rua Santa Cruz para Rua Martins Júnior feita por Antônio Ignácio do Rego Medeiros¹⁹²⁹. Os festejos da Independência, para dali a duas semanas, foram cancelados em razão do enterro¹⁹³⁰. Uma demonstração de que sua morte foi um evento popular, dois meses depois a Fábrica de Cigarros Lafayette passou a imprimir seu rosto na embalagem, denominados “Cigarros Acadêmicos”¹⁹³¹. O *Correio Acadêmico* relatou que “publicaram-se inúmeros cartões postais ilustrados com o retrato de Martins Júnior. A acreditada Fotografia Oliveira, além dos retratos, fotografou também em diversas ocasiões, o grande préstito que acompanhava a carreta portadora dos despojos do ilustre pernambucano”¹⁹³². Phaelante da Câmara descreve como um “funeral de um príncipe”¹⁹³³. Luiz do Nascimento considerou uma “apoteose”¹⁹³⁴. De acordo com o estudo de Antônio Motta, o funeral de Martins Júnior pode ser enquadrado no que ele chama, para a sociedade da belle époque, de “funeral-espetáculo” dos grandes mortos, onde vemos uma grande atenção aos detalhes – como a mumificação do corpo, os ornamentos na câmara ardente, as procissões e festas – com o intuito de mobilizar a atenção popular para o “herói da nação”¹⁹³⁵. Ainda que todo o velório e funeral não fosse uma rebelião à maneira como relatou João José Reis sobre caso na Bahia em 1836¹⁹³⁶, os protestos políticos do qual se revestiram sua morte instigou ainda mais a presença do público. Era um velório-protesto onde se lamentava o morto e enraivecia os vivos.

¹⁹²⁸ Diário de Pernambuco, PE, 27-8-1904.

¹⁹²⁹ Surgiram outras propostas: a substituição da Rua das Ninfas, e da Rua do Camarão, para Rua Martins Júnior. Hoje em dia a “Rua Martins Júnior” fica localizada no bairro de Boa Vista, antigo reduto republicano, próxima à Praça Maciel Pinheiro. Cf. Diário de Pernambuco, PE, 15-10-1904; 25-8-1908; 24-11-1908.

¹⁹³⁰ Diário de Pernambuco, PE, 26-8-1904.

¹⁹³¹ Não obtive a imagem. Diário de Pernambuco, PE, 8-10-1904

¹⁹³² O Correio Acadêmico, PE, 22-9-1904.

¹⁹³³ DA CÂMARA, Phaelante. **Dois discursos em homenagem à Martins Júnior**. Recife: Imprensa Industrial, 1904, p.24.

¹⁹³⁴ NASCIMENTO, Luiz. **Três mestres de direito no ‘batente’ do jornal**: Tobias Barreto, Martins Júnior, Clóvis Beviláqua. Recife: Imprensa Oficial, 1966, p.59.

¹⁹³⁵ MOTTA, Antônio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n°33, jan/jun. 2010.p.72-73.

¹⁹³⁶ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Figura 15 - Câmara Ardente na Faculdade de Direito do Recife



Fonte: Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22 de setembro de 1904, entre as páginas 4 e 5.

Figura 16 - Velório de Martins Júnior (parte externa da FDR)



Fonte: Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22 de setembro de 1904, entre as páginas 6 e 7.

Figura 17 - Velório de Martins Júnior (parte interna da FDR)



Fonte: Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22 de setembro de 1904, entre as páginas 2 e 3.

Dois meses completados da sua morte, Lauro Sodré, Quintino Bocaiúva e Leôncio Correia organizaram um festejo no Rio de Janeiro na Associação dos Empregados do Comércio¹⁹³⁷. Outro foi promovido no ano seguinte, com relatos da presença de muita gente¹⁹³⁸. Em Recife, a data do seu aniversário, quando completaria 44 anos, foi celebrada festa no Teatro de Santa Isabel e na sociedade maçônica *Grande Oriente*, do qual fazia parte¹⁹³⁹. A morte de Martins Júnior não era apenas o fim da vida de um líder republicano esquecido, mas tinha uma outra carga: havia um tom de desesperança, de que com ele morria também a esperança de uma República diferente. As homenagens foram inflamadas, irônicas, acusatórias, porque além de ter-se ido jovem, havia certo consenso de que Martins Júnior foi “levado” à loucura do fim da sua vida. Um exemplo dessa “reparação” foi a homenagem póstuma do *Clube do Cupim*¹⁹⁴⁰, agremiação abolicionista que auxiliava na fuga de escravos para o Ceará entre 1884 e 1888, que, por razões de disputa política com José Mariano, havia lhe negado em vida o

¹⁹³⁷ Jornal Il Bersagliere, RJ, 7-10-1904; Jornal A Federação, RS, 13-10-1904.

¹⁹³⁸ Jornal A União, RJ, 23-8-1905.

¹⁹³⁹ Diário de Pernambuco, PE, 7-9-1904.

¹⁹⁴⁰ Pequeno Jornal, PE, 30-8-1904.

reconhecimento de ter feito parte do clube, sendo apagado da listagem que recebeu medalhas em 1889. Essa visão de ‘injustiça’ por ser apagado como líder do abolicionismo em Pernambuco já havia sido ressaltado em artigo publicado por Phaelante da Câmara em 1888 e republicado em 1892: “Martins Júnior foi um dos mais infatigáveis apóstolos da abolição (...) É uma pena que ele não fosse tão glorificado como merecia, nos dias do grande regozijo nacional e colocado, sem favor ao lado dos maiores propagandistas”¹⁹⁴¹. Em uma homenagem posterior feita em 1922, Nilo Peçanha chamou-o de “náufrago da República”¹⁹⁴². Virgílio de Sá Pereira indicou em uma poesia dedicada a ele a mesma postura¹⁹⁴³

*Quem te rasgou as asas desdobradas?
Quem te cortou em plena messe os dias?
Quem te arrojou no chão, Águia do Norte?*

Arthur Bahia¹⁹⁴⁴ também dedicou poema com o mesmo aspecto

*Não soubemos pesar-te o coração em vida,
A consciência nos diz de atroz remorso presa;
Mas, da nossa visão à força definida,
Quem poderá, jamais, medir tua grandeza?
[...]
E por isso a mãe pátria, em trêmulos assombros,
Na pungente pressão de uma agonia intensa,
Das mortas ilusões perdida nos escombros,
Por toda parte espalha a sua mágoa imensa!
[...]
Dorme, portanto, em paz, excelso puritano;
Si a fortuna iludida abandonou-te a liça,
A morte reparou-lhe o desgraçado engano,
Sagrando-te a memória em nome da justiça!*

8.3 A CONSTRUÇÃO DO ‘POETA DA REPÚBLICA’

José Isidoro demonstrou ter bastante consciência do legado de memória que deixaria sobre si mesmo. Ele teve tempo e *se preparou* para morrer, como um bom positivista que sempre foi seguindo a máxima: “viva para os outros a fim de sobreviver por e nos outros”¹⁹⁴⁵. Meses antes de falecer, pediu a sua família – em especial sua segunda esposa, Claudina Martins e seu ex-cunhado, o escritor Euclides Quinteiro - que deixasse todo seu acervo para a Biblioteca

¹⁹⁴¹ Jornal do Recife, PE, 24-11-1892.

¹⁹⁴² Jornal A Federação, RS, 21-2-1922.

¹⁹⁴³ Jornal O Pallium, PE, 22-8-1906.

¹⁹⁴⁴ BAHIA, Arthur. Poema ‘Martins Júnior’. In: MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905, p.171-3.

¹⁹⁴⁵ COMTE apud MOTTA, *Op. Cit.*, P.57.

Pública do Estado de Pernambuco¹⁹⁴⁶, onde permanecem até hoje sob o catálogo¹⁹⁴⁷ “Martins Júnior”¹⁹⁴⁸. Em conversa com as funcionárias do local, explicaram-me que o acervo era quase inteiramente intocado: em sua maior parte, obras jurídicas, de literatura e filosofia¹⁹⁴⁹. Em comunicação feita para o governador pelo secretário geral Elpídio de Abreu este destacou que a biblioteca possuía 2969 volumes, dentre livros e folhetos, a serem deixados para o público com a única exigência de que fosse colocado em sala especial sob seu nome e com seu retrato, doados em 1906¹⁹⁵⁰. Esta sala e este retrato, se existiram, não estão mais, pois o acervo foi incorporado à Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, sendo descontinuada.

Por que Martins Júnior escolheu manter seu acervo em Pernambuco, mesmo morando no Rio desde 1894, depois de sofrer ‘exílio’ político da sua própria terra natal? – poderia ter escolhido a Biblioteca Nacional, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) do qual era sócio desde 1896 ou a Academia Brasileira de Letras onde era catedrático. A escolha em manter na sua terra natal parece estar relacionado a sua trajetória política: em primeiro lugar, era considerado um derrotado político, uma ‘vítima’ da Política dos Governadores, estando fora dos círculos dominantes na Capital, sendo mais conhecido e prestigiado em seu território de origem. Em segundo lugar, como visto no primeiro tópico deste capítulo, José Isidoro manteve uma postura regionalista sobre a produção literária do Norte do país, do qual era defensor, podendo ser mais uma razão para que preferisse manter em Pernambuco seu acervo. Em terceiro lugar, foi um dos fundadores da *Academia Pernambucana de Letras* em 1901, e apesar de grande prestígio nesta instituição, assim como ser sócio do IAHGP e bem-quisto no *Gabinete Português de Leitura*, optou por manter o acervo na Biblioteca Pública do Estado.

Considero que a escolha específica de uma biblioteca pública em Pernambuco – cuja única exigência foi ter seu nome e seu retrato junto aos livros – indica seu desejo de ampliar o acesso a sua memória, local onde sabia ter maior acesso de estudantes e pesquisadores. Diferente de Miguel Calmón e sua esposa, Alice Porciúncula, cuja doação do extenso acervo

¹⁹⁴⁶ Diário de Pernambuco, PE, 25-8-1904.

¹⁹⁴⁷ Primeira vez publicado em 1927 pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco através da Imprensa Oficial. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34793> Acesso em 11 de agosto de 2021.

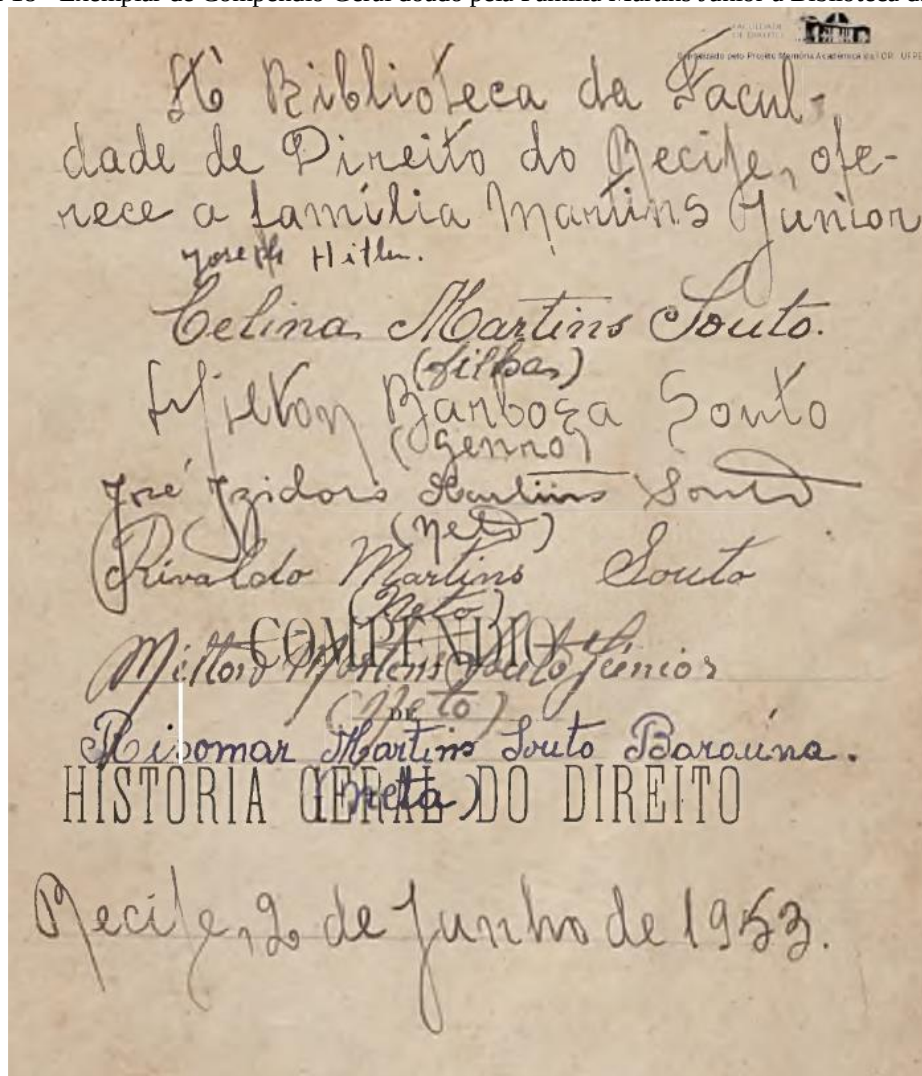
¹⁹⁴⁸ Originalmente foram doados cerca de 8 mil livros à BPPE em 1906, mas infelizmente nem todo acervo foi devidamente catalogado ou está disponibilizado para o público. Cf. Diário de Pernambuco, PE, 21-3-1906.

¹⁹⁴⁹ Uma análise aprofundada da sua biblioteca requereria um trabalho a parte, não sendo possível de ser feito para esta tese. Indico aqui apenas a existência deste acervo, mas como ele foge a propósito desse trabalho – analisar a trajetória de Martins Júnior como propagandista da República – considere que seria um desvio do foco de análise.

¹⁹⁵⁰ CATÁLOGO DA COLEÇÃO MARTINS JÚNIOR. Recife: Imprensa Oficial, 1927, p.1.

familiar foi concedido ao Museu Histórico Nacional e analisado por Regina Abreu onde demonstra como a intencionalidade das doações constituem uma forma de “fabricar um imortal”¹⁹⁵¹, Martins Júnior não tinha penas de ouro, joias de prata ou grandes presentes de estadistas, nem mesmo objetos de viagens – com exceção de uma breve passagem por Buenos Aires, nunca pisou fora do Brasil – a riqueza que tinha para deixar como memória pessoal eram livros. Apenas livros.

Figura 18 - Exemplar de Compêndio Geral doado pela Família Martins Júnior à Biblioteca da FDR



Fonte: Exemplar digitalizado pelo projeto Memória FDR de Compêndio Geral da História do Direito (1898).

Disponível em: <https://www.ufpe.br/memoriafdr/livros> (Aba “história do direito” em “Compêndio Geral”).

Acesso em: 16 de agosto de 2021.

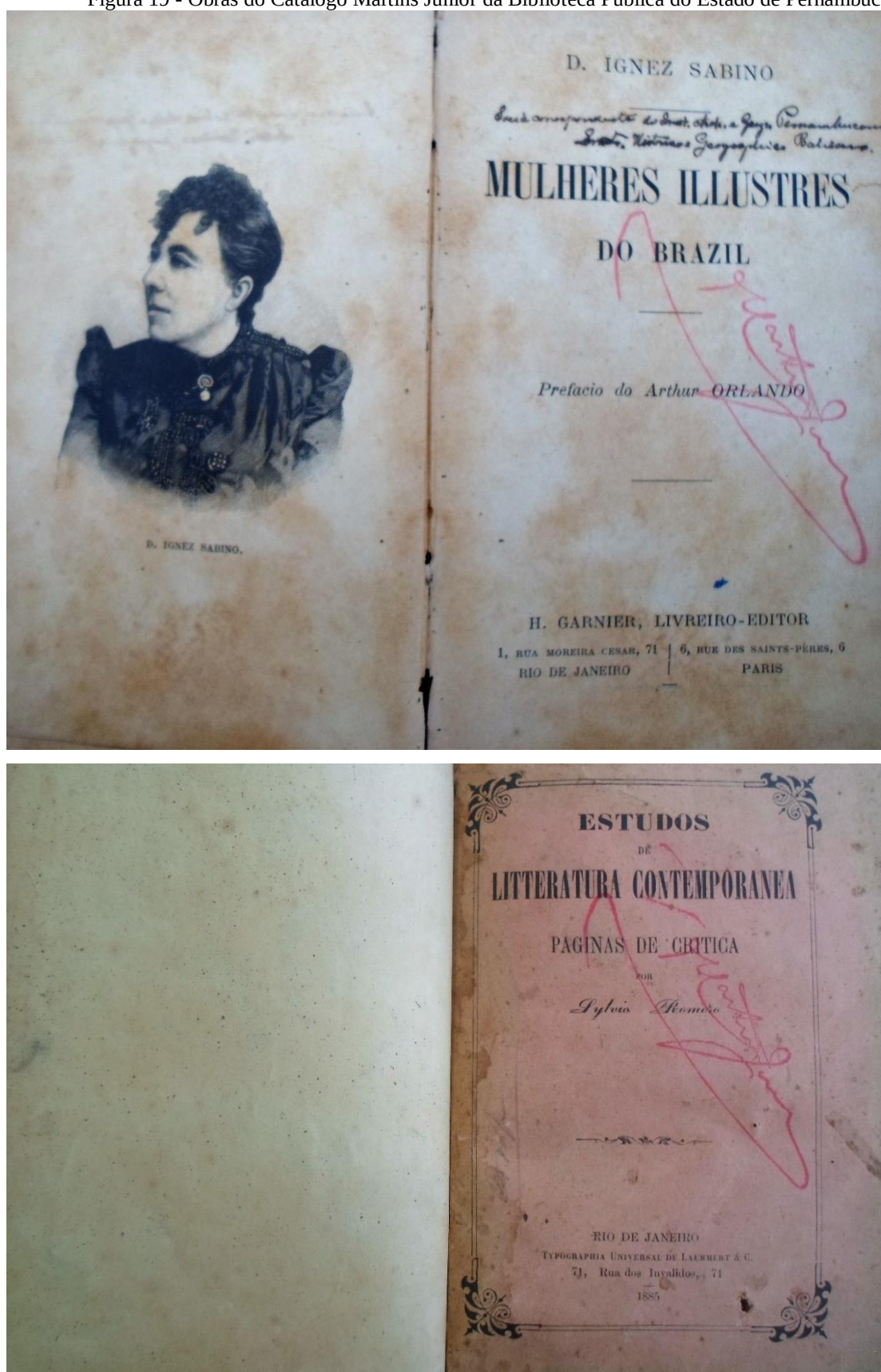
¹⁹⁵¹ ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: LAPA/Rocco, 1996, p.103.

Foi seu genro – o poeta Milton Barbosa Souto – quem posteriormente organizou um pequeno acervo particular do sogro, colocando-o à disposição do público no Arquivo Público de Pernambuco sob o título “*Acervo Particular Martins Júnior*” [descrição detalhada encontra-se nas referências desta tese]. Em meu primeiro acesso a esse acervo constatei estar bastante conservado, visto que Milton Souto datilografou alguns documentos. Todos os recortes selecionados são referentes à produção intelectual de Martins Júnior, evitando qualquer referência a sua vida privada que foi, em última instância, o ponto mais fraco nas minhas buscas por fontes. Já José Isidoro Martins Souto, seu neto, foi responsável por organizar dois eventos em sua memória: o *Centenário do Nascimento de Martins Júnior* (1960) e o *Centenário da morte ao Martins Júnior abolicionista* (2004). Na imagem acima retirada do exemplar existente na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife do **Compêndio Geral da História do Direito** (1898) doado pela família em 1953, se vê a assinatura da filha, genro e netos e suas respectivas identificações, demonstrando a intencionalidade conjunta em manter a produção intelectual de José Isidoro acessível ao público, tendo em vista que *Compêndio* não teve novas edições e não existia acesso à época. A obra só foi possível de ser acessada recentemente porque foi disponibilizada digitalmente pelo STF e pelo projeto *Memória FDR*, o que demonstra que em 1953 a família se preocupou para que o livro não “caísse no esquecimento”, colocando-o na biblioteca da Faculdade de Direito, onde teria público certo.

Foi a família de Martins Júnior que, em grande parte, buscou manter sua memória atendendo a seu pedido em vida, mantendo as doações em espaços públicos de livre acesso¹⁹⁵². Desta forma, acredito que parte da razão pelo qual a memória de José Isidoro tenha se concentrado tanto na sua atuação como poeta e jurista – e não na sua atuação política, que marcou sua vida – esteja relacionada com a sensação de uma derrota política, algo para o qual é preferível esquecer, como uma ferida aberta, tanto dele próprio, como da sua família. Abaixo trago dois exemplos de parte destas obras conscientemente escolhidas por José Isidoro para o legado da sua biblioteca. Ambas são identificadas por carimbos em vermelho da assinatura de Martins Júnior, a primeira obra de Ignez Sabino *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899) e a segunda de Silvio Romero, *Estudos de Literatura Contemporânea* (1885).

¹⁹⁵² Não consegui contato com a família durante a pesquisa desta tese. As informações disponíveis são encontradas sobre Milton Souto e Isidoro Martins Souto por terem sido poetas e juristas, mas até mesmo sobre eles não se encontra muito.

Figura 19 - Obras do Catálogo Martins Júnior da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco



Fonte: A autora. Fotos tiradas em 29 de setembro de 2015.

O túmulo de Martins Júnior merece uma análise específica em razão de que vários elementos presentes reforçam a eternização dele como um poeta da República, configurando desde o momento da sua morte até a recente identificação feita pela Prefeitura do Recife para a rota turística do Estado. Primeiramente, devo deixar evidente ao leitor que não me foi possível confirmar por vias documentais as datas de construção do túmulo ou da placa indicativa feita pela administração municipal, mas há alguns indícios que ajudam a compreensão. As identificações feitas para o turismo provavelmente datam da última administração (Geraldo Júlio, PSB, 2013-2020) em razão do logotipo identificável na placa de entrada das “personalidades sepultadas”, o que condiz com o plano de reabilitação do Recife para o turismo histórico ainda em curso.

Na placa colocada diante do túmulo de Martins Júnior, a escolha das palavras e a sequência delas demonstra como a eternização por meio das letras foi consideravelmente mais enraizada no imaginário local que sua dedicação à política – ainda que tenha dedicado toda sua vida a ela. Primeiro identificado como “Poeta” e só depois de “fundador da Academia Pernambucana de Letras”, *por último*, vem “político”. A necessidade de adjetificar a expressão Abolicionista e republicano “*entusiasta*” indica a persistência de uma imagem política exacerbada quando associado ao seu nome. Sepultado no Setor 02, Quadrante 24, Túmulo F10, seu corpo foi enterrado próximo ao de seu companheiro de propaganda, Maciel Pinheiro, por pedido dele mesmo em vida, atendido pelos amigos. Algo semelhante foi feito na nomeação da Praça Maciel Pinheiro, ao lado da Rua Martins Júnior, no bairro da Boa Vista, reduto absoluto dos republicanos junto com o bairro fronteiro, Santo Antônio.

Figura 20 - Identificação do túmulo de Martins Júnior no Cemitério de Santo Amaro



Fonte: A autora. Fotos tiradas em 07 de agosto de 2021.

Figura 21 - Túmulo de Martins Júnior no Cemitério de Santo Amaro



Fonte: A autora. Fotos retiradas em 07 de agosto de 2021.

Identificação:

- 1 – Representações de livros sem identificação
- 2 – Visões de Hoje, dedicado pelo Grêmio Literário Ayres Gama
- 3 – Placa frontal de identificação de Martins Júnior – há data de nascimento e morte e a dedicatória “Homenagem dos seus patrícios”
- 4 – Placa colocada pela administração do município de Recife para revitalização turística do cemitério entre os anos de 2013-2020, sem precisão de data.
- 5 – Lateral direita do túmulo encontra-se a placa de Celina Martins Souto, filha de Martins Júnior e registrada com seu parentesco.
- 6 – Nome do jurista e poeta José Isidoro Martins Souto com as datas de nascimento e morte, sem registro de parentesco. Neto.

Figura 22 - Identificação dos sepultados no túmulo de Martins Júnior



Fonte: A autora. Fotos feitas em 07 de agosto de 2021.

Em relação ao túmulo, apesar de não ter sido possível identificar a data da sua construção, indícios levam a crer que é do momento do enterro, em algum momento entre setembro de 1904 e começo de 1905. O formato de templo, mas sem insígnias religiosas, identifica uma simbologia mortuária adequada a culto positivista, cuja presença de livros abertos indica a crença no progresso pela educação¹⁹⁵³. Vemos a introdução dos nomes da filha (Celina Martins Souto) e do neto (José Isidoro Martins Souto) feitos posteriormente, sem o desgaste apresentado pela placa fronteira que identifica Martins Júnior. Nesta placa, ainda

¹⁹⁵³ LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade social). *Anais do Museu Paulista*: Nova Série, São Paulo, v. 2. p.106-107.

que esteja apagado, é possível ler no canto inferior “Homenagem dos seus patrícios” e, sobre o teto logo em frente, um exemplar de *Visões de Hoje* feita pelo Grêmio Ayres Gama, cujo único registro os mostra ativos entre 1904¹⁹⁵⁴ e 1905¹⁹⁵⁵. Na capa deste exemplar deveria conter a imagem de Martins, mas está totalmente apagada, indicando a ação de um tempo mais longo que não deteriorou da mesma forma a identificação do neto e da filha. Além dos livros, sobre o túmulo há a torre direcionada ao céu envolvida em crisântemos, que são flores símbolo do civismo. Sabendo que nas circunstâncias da sua morte foi feita uma grande arrecadação de subsídios, tudo me leva a crer que o túmulo é original de 1904-1905, sem modificações posteriores além das identificações de Celina Martins e Isidoro Martins Souto sepultados décadas depois. Portanto, temos tanto a identificação do início do século em torno do reforço da imagem como poeta (há 5 livros, mas apenas *Visões* tem identificação) como a recente identificação feita pela administração municipal em torno dos anos 2010. Apesar da distância de um século, a sua imagem é repetidamente associada à sua atuação como poeta da República, e não como político, mesmo tendo dedicado toda sua vida a isso. Martins Júnior foi visto como um derrotado político, sendo sua atuação nas letras mais “vitoriosa” e duradoura. Como poeta ele foi identificado e como poeta foi eternizado.

Por causa da sua atuação intensa e apaixonada pela República, mas também pelo tom nostálgico da sua morte, o legado de Martins Júnior perdurou no imaginário e na ação política de grupos de contestação por várias décadas. Em 1905, no primeiro aniversário da sua morte, muitas manifestações foram celebradas em Recife, com a instituição do *Prêmio Martins Júnior* pelo Instituto Pernambuco aos alunos que mais se destacassem¹⁹⁵⁶. *A Província*, órgão de José Mariano que entre os anos de 1889 e 1894 foi seu principal campo rival no jornalismo, declarou que as celebrações do 1º aniversário de morte “é para que não se apague da consciência dos pernambucanos o civismo de que ele foi o maior apóstolo nestes recentes dias de descrença popular”¹⁹⁵⁷; Phaelante da Câmara, em discurso nas celebrações, deixava claro que relembrar Martins Júnior era continuar a propaganda republicana¹⁹⁵⁸. Logo em 1906 foi lançada a poliantéia póstuma pela Revista *Pallium Martins Júnior* e seus versos foram reeditados em 1914, com uma romaria em direção ao seu túmulo pela *Sociedade Literária e Histórica*

¹⁹⁵⁴ Diário de Pernambuco, PE, 22-9-1904

¹⁹⁵⁵ Jornal A Província, PE, 10-12-1905.

¹⁹⁵⁶ Jornal do Recife, PE, 22-8-1905.

¹⁹⁵⁷ Jornal A Província, PE, 20-8-1905.

¹⁹⁵⁸ CÂMARA, Phaelante da. *Op. Cit.*, 1905, p.

*Bernardo Vieira*¹⁹⁵⁹ repetida no ano seguinte pela *Oficina Martins Júnior*¹⁹⁶⁰. Em 1907, além de nova passeata, seu ex-cunhado, Euclides Quinteiro, foi o primeiro proponente à criação de um monumento em sua homenagem¹⁹⁶¹ feito concluído apenas em 1920¹⁹⁶².

Para arrecadar fundos para o custeio da estátua, foi organizada em 1908 uma grande festa, que o *Jornal do Recife* considerou ser a “maior festa que até hoje fizemos”, pois o dia da morte de Martins é sempre “lembrado com muito carinho e amor”. No artigo escrito por Ângelo Vilhena, quando da passagem da festa pela Rua do Hospício, disse que ouviu de uma mulher num dos casarões que “esse Martins não acaba de morrer” e conclui – “vamos fundar a nossa sociedade, meu Theo [Theotônio Freire], para que Martins não morra nunca”¹⁹⁶³. A estátua¹⁹⁶⁴, atualmente localizada nos jardins da parte de trás da Faculdade de Direito do Recife, na Rua do Riachuelo, feita pelo artista francês Edmond Badoche, foi intermediado pelo artista brasileiro Corbiniano Villaça. Em razão dos elementos originais da estátua atualmente estarem muito prejudicadas, optei por buscar registros mais próximos da sua implantação para analisar suas representações. É interessante frisar que a primeira imagem abaixo foi obtida de um exemplar específico doado pelo estudante Methodio Magalhães à Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife com inscrição manual do exemplar em sua posse em 1916, onde encontramos tanto uma fotografia de Martins Júnior tirada em 1902 e dedicada a Thomé Gibson (seu aluno na década de 1890 e proprietário do *Jornal Pequeno*) como a imagem da estátua abaixo. Tendo em vista que a obra original (1895) não possuía essas imagens e a 2ª edição desta obra só viria a ser feita em 1941, se conclui que o estudante manualmente introduziu os recortes no seu exemplar, optando por colar imagens não originais antes da implantação da estátua nas dependências da faculdade (1920), demonstrando uma vinculação afetiva/política entre a obra, a doação à biblioteca e o clima que as festas de arrecadação trouxeram nos anos prévios.

A estátua traz aos seus pés os versos de *Visões de Hoje* e a declaração “A J. Izidoro Martins Junior - Das gerações que passam às gerações que ficam. Do povo pelo povo”. A formatação da estátua é bastante simbólica: feita em bronze, Martins Júnior tem o rosto inclinado apontando para sua cabeça, indicando a razão e o pensamento, ao seu lado a

¹⁹⁵⁹ *Jornal Gutenberg*, AL, 1-8-1906; *Diário de Pernambuco*, PE, 18-8-1906.

¹⁹⁶⁰ *Pequeno Jornal*, PE, 22-8-1907.

¹⁹⁶¹ *Diário de Pernambuco*, PE, 5-5-1907.

¹⁹⁶² *Jornal do Recife*, 12-7-1920.

¹⁹⁶³ *Jornal do Recife*, PE, 15-8-1908.

¹⁹⁶⁴ Foram feitos vários eventos de arrecadação de fundos entre 1907 e 1920, desde subscrições em jornais, bazares, missas, e eventos esportivos, como os ingresso de corrida do Hipódromo de Campo Grande em 1905. Também foram feitas comissões específicas no interior de Pernambuco e em vários estados do Brasil. Cf. *Diário de Pernambuco*, PE, 13-7-1905; 2/11-5-1907.

*República indicando o céu (destino) (ou a Musa, representando a poesia), figurada pelo barrete frígio. A figura feminina de baixo simboliza a Pátria, com o escudo do Estado e flores, em agradecimento. Nas faces laterais há os prelados de Martins Júnior relacionado à Faculdade e, no outro, à Câmara Federal*¹⁹⁶⁵.

Figura 23 - Estátua de Martins Júnior ainda inacabada



Fonte: Recorte de jornal inserido manualmente dentro do exemplar de História do Direito Nacional (1895) doado por Methodio Magalhães à Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife em 1916 digitalizado pelo projeto Memória FDR. Disponível em: <https://www.ufpe.br/memoriafdr/livros> [aba “História do Direito” na obra “História do Direito Nacional”]. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

¹⁹⁶⁵ Informações organizadas pela equipe do Arquivo de Ciências Jurídicas. **Monumento a Martins Júnior**, encontrado em: https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/monumento-martins-junior/590249 Acesso em 07 de julho de 2021.

Figura 24 - Estátua a Martins Júnior



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco¹⁹⁶⁶

¹⁹⁶⁶ Fotografia resgatada pela página “Recife de Antigamente” no Facebook, único local onde foi encontrado esse registro. Encontrado em: <https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/1358763010930912/> Acesso em 07 de julho de 2021.

Existem algumas produções feitas sobre a vida de Martins Júnior antes e após a sua morte que podemos considerar como relatos “contemporâneos” de construção da sua memória para as próximas gerações. Em vida recebeu três poliantéias: *Tributo ao Mérito* (1889); *Martins Júnior* (1890) e *Martins Júnior* (1894) e, após sua morte, *Martins Júnior – Homenagem da Pallium* (1906). A primeira obra “biográfica” foi a edição especial de 22 de setembro de 1904 feita pela revista *A Cultura Acadêmica*. Já *Martins Júnior: post mortem*¹⁹⁶⁷, feita pelo seu irmão – Henrique Martins – em 1905 organizou diversos recortes de jornais e alguns depoimentos dos dias próximos a sua morte, assim como também houve o discurso proferido por Phaelante da Câmara no Salão Nobre da FDR no mesmo ano¹⁹⁶⁸. A terceira obra “biográfica” foi feita pelo seu ex-aluno Arthur Muniz, *Elogio a Martins Júnior*, a partir de um discurso proferido na Academia Pernambucana de Letras em 1906¹⁹⁶⁹. E a primeira – e única - obra ‘de análise’ de fato feita, por Rangel Moreira em 1916 intitulada *Martins Júnior*¹⁹⁷⁰.

O que esses registros deixaram em comum é uma visão de homem público a serviço da humanidade, da nação, do coletivo; uma abordagem bastante comum para o período da belle époque, porém sem esterilizar seu lado emocional e íntimo, por sinal bastante enfatizado¹⁹⁷¹. Os primeiros registros feitos sobre José Isidoro por pessoas próximas do seu convívio buscaram ressaltar sua absoluta devoção à República, sua fé inquebrantável no progresso e a personalidade doce e meiga. Suas contradições e erros políticos são abordados como fruto de uma rigidez moral que não se flexibilizava, sendo assim transformados em “virtude”. A sensação de derrota misturada a indignação política, que foram bem específicas no momento da sua morte, perduraram nos primeiros escritos, ressaltando a trajetória atribulada e “injustiçada”, construindo a ideia para a posteridade de um mártir da República.

Esses relatos foram acompanhados por um clima de resistência pela sua memória. Foram fundados diversos clubes¹⁹⁷² com seu nome, mesmo fora de Pernambuco. João Pessoa

¹⁹⁶⁷ MARTINS, Henrique. *Op. Cit.*, 1905.

¹⁹⁶⁸ CÂMARA. *Op. Cit.*, 1905.

¹⁹⁶⁹ MUNIZ, Arthur. **Martins Júnior**. Elogio de Martins Júnior lido na sessão solenne da Academia Pernambucana de Letras por Arthur Muniz, ao tomar posse da cadeira Paula Baptista que foi ocupada por Aquelle extinto. Recife, 1906.

¹⁹⁷⁰ MOREIRA, Rangel. **Martins Junior**. São Paulo: Editora Pensamento, 1916.

¹⁹⁷¹ Tomando o caso relatado por Regina Abreu sobre o acervo de Miguel Calmón no Museu Histórico Nacional, a autora relata que as biografias sobre ele apagaram seu lado mais íntimo, ressaltando apenas a visão de um austero e dedicado homem público. Com Martins os primeiros relatos seguem mais a trajetória da ênfase sentimental, do lado mais intimista, muito comum para o século XIX e início do século XX, para qual as emoções e a demonstração de dor são bem vistas e esperadas pela sociedade. Cf. ABREU, *Op. Cit.*, 1996, p.71; VINCENT-BUFFAULT, Anne. **História das Lágrimas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.169-185.

¹⁹⁷² Relembro o *Clube Martins Júnior* criado em 1884, depois renomeado para *Clube Literário Martins Júnior* em 1888. Outro clube anterior a sua morte foi a *Oficina Martins Júnior* fundado em 1901.

pessoalmente propôs a criação de um ‘*Clube Martins Júnior*’ para “lembrar de Martins todos os anos”¹⁹⁷³ e a *Oficina Martins Júnior* foi recriada através do intermédio de Edwiges de Sá Pereira, Amélia Beviláqua, Úrsula Garcia, Lafayette Lemos e Eugênio de Sá Pereira¹⁹⁷⁴. Também existiram a *Oficina Literária Martins Júnior* (1905, por Arthur Muniz e João Barreto de Menezes), *Gabinete Martins Júnior* (1908, Carpina), *Centro Literário Martins Júnior* (1908, Amaraji), *Clube Republicano Martins Júnior* (1911, Poço da Panela), *Clube Feminil Martins Júnior* (1911)¹⁹⁷⁵. Há o registro da criação da *Academia Martins Júnior de Ciências e Letras de Pernambuco* pelo seu genro o poeta Milton Souto, entretanto não consegui identificar a data, sendo provável da década de 1950. Em artigo circular passado pela *Oficina Martins Júnior* (a de 1904), se pode perceber forte glorificação e, até mesmo, endeusamento da imagem de Martins Júnior

...sobre os destinos revoa, luminosamente, a alma sublima d’Ele, que tanto soube amar e engrandecer a pátria infeliz de hoje. Transfundida em nosso coração ferido e sonhador, ela nos inspira a força com que defenderemos sempre o berço comum. Somos levitas do credo sacrossanto em cujo ritual solene e claro Ele prontificara... E porque assim é; porque a Oficina tem o dever imanente de provar, debruçada, sobre a campa de seu único *obreiro supremo*, a verdade absoluta de seu amo à memória Dele¹⁹⁷⁶.

Em homenagem do jornal *O Pallium*, vários depoimentos trouxeram esse mesmo sentido de “divinação” da sua imagem, associado a um propósito político claro: fundar a *verdadeira* república. Arthur Rabello afirmou que “tua morte lembra a de Jesus!”; Souza Britto ressalta que a memória e a vida dele “nos sirvam de incentivo para afervorar o amor à República e à Pátria, que tu soubeste amar tanto, tanto...”; João Teixeira exclamou “Martins, ergue-te! Dizem que estás morto, mas não é exato: não morrem os que ficam governando os povos”; Ribeiro de Brito alegou que “é preciso seguir os seus exemplos e os seus ensinamentos políticos afim de termos uma Pátria verdadeiramente republicana”; os moços da *Sociedade Bernardo Vieira de Melo* não foram diferentes: “Mestre! A tua alma ficou dentro das nossas almas como uma sementeira de luz fertilizando-as, rebentando-as em crisântemos de Bondade, em lírios de Civismo”. Symphonio Magalhães foi ainda mais longe

...juremos à sombra de sua memória augusta e venerável que havemos de fazer surgir nos horizontes da Pátria o dia auspicioso da reivindicação geral e com ele o momento da vingança tingindo de rubro as páginas do sacratíssimo evangelho que será a regeneração do caráter nacional¹⁹⁷⁷.

¹⁹⁷³ Diário de Pernambuco, PE, 25-8-1904.

¹⁹⁷⁴ Diário de Pernambuco, PE, 29-9-1904.

¹⁹⁷⁵ NASCIMENTO, Op. Cit., 1966, p.61.

¹⁹⁷⁶ Letras maiúsculas e itálico no original. Cf. Diário de Pernambuco, PE, 12-10-1904.

¹⁹⁷⁷ Jornal O Pallium, PE, 22-8-1906.

Esse ‘endeusamento’ foi além dos limites de Pernambuco. O jornal *Debates* da Bahia considerou que Martins Júnior se tornou um herói “pregando o Novo Evangelho, preando a palavra entusiástica da fé republicana, à semelhança de um semideus dos tempos homéricos traçando no mármore do tempo o caminho a seguir”¹⁹⁷⁸. A associação desses fatores – *Visões de Hoje* e a busca pela ‘verdadeira’ República – perdurou. Em 1930, não por acaso o ano da ‘Revolução de 1930’, vista na época como uma ‘salvação’, foi feito um leilão dos pertences da família Martins, sendo colocado para venda a espada utilizada por ele na fundação do *Batalhão Patriótico 6 de Março*, alcançando grande público interessado. O leilão foi interrompido por membros do IAHGP que resgataram a espada, considerando-a de valor inestimável para a República¹⁹⁷⁹.

Figura 25 - Martins Júnior como capitão do Batalhão Patriótico 6 de março



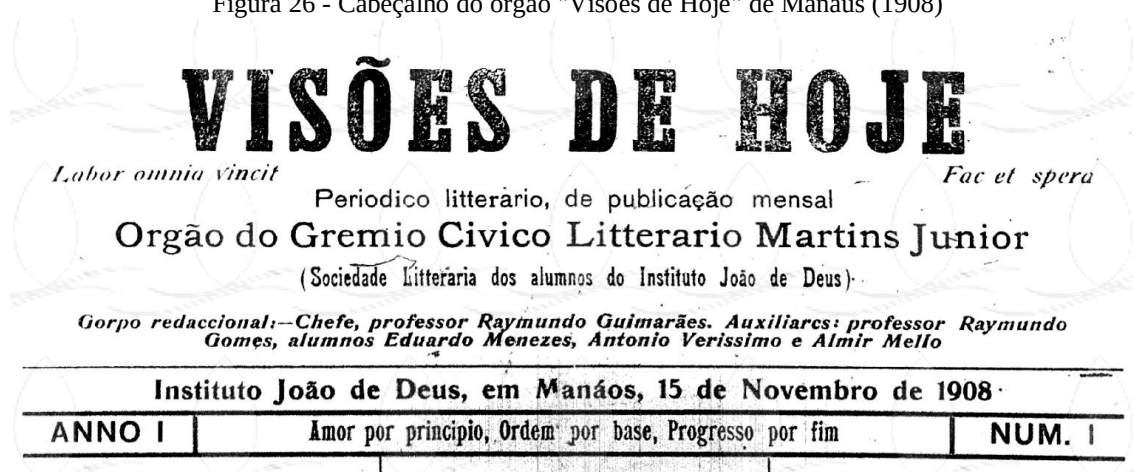
Fonte: Revista A Cultura Acadêmica, PE, 22 de setembro de 1904, entre as páginas 78-79.

¹⁹⁷⁸ Jornal Debates, BA, 2-9-1904.

¹⁹⁷⁹ Jornal do Recife, PE, 30-5-1930.

De toda a trajetória de José Isidoro, o que mais perdurou foram seus versos, principalmente as *Visões de Hoje*, que o consagraram no início da vida e o eternizaram na morte. *Visões* passou a ser utilizado como uma referência a uma República esquecida, por grupos, principalmente de jovens, que continuamente sonhavam com mudanças. Trago abaixo um exemplo: o cabeçalho do órgão *Visões de Hoje*, do *Grêmio Cívico Literário Martins Júnior* em Manaus. Observe-se o uso do termo “cívico” associado a “literário” como era de orientação dada pelo autor ao uso político da poesia, também destaco a utilização do ditame positivista “Amor por princípio, ordem por base, progresso por fim”.

Figura 26 - Cabeçalho do órgão "Visões de Hoje" de Manaus (1908)



Jornal Visões de Hoje, AM, 15-11-1908.

Em artigo, Gervásio Fioravanti deu sua opinião: “acho que as *Visões de Hoje* são no meio em que apareceram um monumento literário, um livro que fica – como ficaram as *Origens das Espécies* de Darwin e a *Luta pelo Direito* de Ihering”¹⁹⁸⁰. Novamente, em exposição organizada pela Galeria Elegante no Recife em 1906, seu retrato foi ornamentado com louros e um exemplar de *Visões* em sua base¹⁹⁸¹. *Visões de Hoje* pode não ser, na concepção dos críticos literários, uma obra-prima da métrica ou uma grande influência no meio literário, sendo a poesia científica uma manifestação breve e pontual; entretanto, a obra extrapolou os limites das letras, tornando-se um manifesto que perdurou no seu sentido *político*¹⁹⁸². Concordo com a visão de Delmo Montenegro ao considerar que o maior legado da sua poesia foi pensar que “sem forma

¹⁹⁸⁰ Poliantéia Martins Júnior: homenagem do Pallium, 1906.

¹⁹⁸¹ Jornal do Recife, PE, 15-9-1906.

¹⁹⁸² A tradição republicana brasileira foi construída em cima da trajetória de poetas que usaram as letras para promover o projeto político, não sendo Martins Júnior uma exclusividade. Heloisa Starling trás Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel da Costa e Silva Alvarenga como exemplos de poetas no período colonial. STARLING, Heloisa M. **Ser republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.204.

revolucionária, não há arte revolucionária”¹⁹⁸³. Um dos exemplos foi a recitação de *Visões* por Thiago da Fonseca ao 10º regimento de Infantaria em 1896, durante a efervescência jacobina¹⁹⁸⁴. Carlos Porto Carreiro considerou-o o “último poeta da República”¹⁹⁸⁵. Em artigo anônimo, o articulista do *Diário de Pernambuco* indica esse argumento

...há mortos que não cessam de viver, e cuja voz, partindo do fundo dos túmulos, deve ser escutada como a palavra de um reditivo, cheio de confiança no futuro. Nestas condições está Martins Júnior, o Poeta, o Sonhador, o Idealista, que entretanto, teve a ventura de ver realizada a sua grande quimera: A República. [...] Não discutiremos se Martins Júnior foi um ideólogo, ou antes um precursor, cujas ideias seriam como que imagens antecipadas do futuro; notaremos simplesmente que tanto na função de mestre, quanto na missão de chefe político, se esforçou toda a vida por formar consciências retas, corações entusiastas, caracteres inquebrantáveis [...] Foi o que lhe valeu a simpatia e admiração da mocidade, que não sabe se resignar às chatas realidades do presente sem renunciar às encantadoras *Visões* do futuro¹⁹⁸⁶.

O livro-manifesto que elevou Martins Júnior a líder republicano na juventude foi também o que o eternizou. Em poema emocionado escrito por Generino dos Santos, a importância dos versos de Martins para aquela geração demonstra seu tom

BALLADILHA DO VIDENTE DA JANELLA DO SOLPOSTO

*‘Visão de Hoje’, que vais passando,
Imersa em prantos, desfeita e ais,
Por entre acordes marciais chorando
Como um sussurro de salgueirais...
Ah! Quem te vira, morreu sonhando
Não mais te vive, nem verá mais
‘Visões de Hoje’, que vais passando
Imersa em prantos, desfeita em ais,
Tinha, entretanto, de quando em quando,
Reais assomos... – que das fatais!
‘Visões de Hoje’, quem vais levando
Não mais te vive: sonhou demais...*

ENDEREÇO

*Dizei vós, vendo-o morrer,
Qual a dor que mais vos doa:
Si a de o ver findar-se à toa,
Ou de – tão cedo! – o perder.*¹⁹⁸⁷

¹⁹⁸³ SILVA JÚNIOR, Delmo Montenegro da. *Op. Cit.*, 2013, p.119.

¹⁹⁸⁴ Jornal A República, SC, 8-2-1896.

¹⁹⁸⁵ Jornal O Pallium, PE, 22-8-1906.

¹⁹⁸⁶ Diário de Pernambuco, PE, 22-8-1908.

¹⁹⁸⁷ A poesia encontra-se exatamente como está escrita na fonte original. Cf. Diário de Pernambuco, PE, 3-9-1904.

Até onde me foi possível rastrear neste trabalho, encontram-se homenagens, missas e menções honrosas a Martins Júnior de forma consistente até o início Estado Novo¹⁹⁸⁸, com uma presença mais evidente nos anos 1910 e 1930¹⁹⁸⁹. Estabeleço o paralelo entre as contestações à ordem paulista e mineira mais evidentes após a Primeira Guerra Mundial¹⁹⁹⁰, bem como o governo estadual de Dantas Barreto (1911-1915)¹⁹⁹¹ como um dos fatores que explicam o “resgate” da memória e do legado de Martins Júnior: a luta por mudanças na ordem republicana trouxe a busca por referências derrotadas pelo regime e, principalmente, das bases do movimento de contestação. O *Clube Republicano Martins Júnior*, por exemplo, em saudação à eleição de Dantas Barreto (que encerrou a oligarquia de Rosa e Silva em Pernambuco, como Martins Júnior defendia em vida) novamente ressaltou a vinculação entre *Visões* e a contestação: “precedidos pela banda do 1º corpo policial e pelo estandarte auriverde do Clube Republicano Martins Júnior, o qual apresentava o retrato do patrono, a óleo, sobre um livro bordado à ouro com as inscrições *Visões de Hoje*”¹⁹⁹². Em 1914, por iniciativa da comissão do monumento em sua memória, o livro-manifesto *A Poesia Científica* foi reeditado pela Imprensa Industrial com prefácio de França Pereira, em que afirmou ser Martins Júnior “um grande morto espiritualmente vivo”, conclamando a juventude a – 30 anos após a primeira publicação – “conheça e venere por mais este aspecto de esteta e crítico mérito [...] [pois o manifesto é] um brado potente de chamada às armas atirado aos poetas”¹⁹⁹³.

É, portanto, durante o processo de renovação do pensamento e das artes que também o nome de Martins Júnior vai ser vinculado. Dentre os escritores que sofreram a influência direta de Martins Júnior em suas obras temos Gilberto Freyre, Cruz e Sousa, Claudino dos Santos e Augusto dos Anjos, sendo referenciado como fonte nos movimentos de renovação cultural e de poesia vanguardista. De acordo com os pesquisadores Roberto Ventura e Delmo Montenegro há estreita ligação entre a literatura ‘cientificista’ produzida neste momento e a construção do movimento de vanguarda (especialmente o simbolismo) e modernista¹⁹⁹⁴. Já Isabela Melim

¹⁹⁸⁸ Pequeno Jornal, PE, 21-8-1915; 22-8-1930; 22-8-1932; 22-8-1933; 22-8-1938; 22-8-1940.

¹⁹⁸⁹ Jornal do Recife, PE, 22-8-1914; 20-8-1915; 20-8-1916; 12-7-1920; 22-8-1925.

¹⁹⁹⁰ Nicolau Sevcenko fala que o “jacobinismo” teve novos impulsos no Brasil justamente em 1904 e 1914, o que me leva a crer que o resgate da memória de Martins está inserido num contexto mais amplo nacionalmente ao lado de outros “derrotados” do regime. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, 2003, p.64.

¹⁹⁹¹ Governo de Dantas Barreto possui algumas características que levaram Robert Nachmann a considera-lo como uma experiência de feições positivistas. Cf. NACHMAN, R. G. Positivism, Modernization, and Middle Class in Brazil. *Hispanic American Historical Review*, Carolina do Norte (EUA), v. 57, n. 1, p.1-23. 1977. p.15.

¹⁹⁹² Jornal do Recife, PE, 5-2-1912.

¹⁹⁹³ PEREIRA, FRANÇA. Prefácio. In: MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. *A Poesia Científica*: esboço de um livro futuro. Recife: Imprensa Industrial, 1914 [1883], p.XIII-XIV.

¹⁹⁹⁴ VENTURA, Op. Cit., 1991, p.130; SILVA JÚNIOR, Op. Cit., 2013, p.8.

Borges em trabalho recente, considera Silvio Romero, Martins Júnior, Matias Carvalho e Lúcio Mendonça já como poetas modernos, negando que o vanguardismo seja associado apenas à década de 1920¹⁹⁹⁵. Márcia Peters Sabino por sua vez, não considera a poesia científica como precursora do simbolismo, pois a primeira busca a aproximação com a realidade que a segunda se afasta, mas deixa claro a relação direta entre Martins Júnior e Augusto dos Anjos¹⁹⁹⁶. Em depoimento deixado pela escritora Carmem Dolores (Emília Moncovo Bandeira de Melo) autora de *Um Drama na Roça* (1907) e *A Luta* (1911), assim ela se refere a seus “encontros” com Martins Júnior

...assim é que, só nos seus últimos meses de vida, Martins Júnior se destacou aos meus olhos distraídos e ignorantes da névoa que o ocultava ao meu apreço. E pude então, bem tarde, infelizmente, admirar a força do seu talento e a expressão cativante da sua fisionomia mórbida, que me pareceu no relevo de uma situação política e em toda a poesia dos românticos sítios petropolitanos [...] era um prazer ouvi-lo...¹⁹⁹⁷

Diferente do que prega originalmente a teoria positivista, Martins Júnior não se submeteu a uma visão “pacifista” “ordeira” e “passiva”, numa concepção teórica acrítica. Pelo contrário: em momentos em que a República lhe pareceu em perigo, não hesitou, e foi essa imagem de um poeta rebelde e incansável pelos seus ideais que permaneceu, tendo suas contradições relativizadas. Seus escritos e suas memórias eram resgatados em momentos em que a República era “usurpada” dos seus ideais originais. Estou de acordo com o posicionamento de alguns historiadores¹⁹⁹⁸ que deixaram claro em suas pesquisas o quanto o ‘mito’ de um consenso nacional e indiferença da população sobre a Proclamação e a República prejudicaram o entendimento daquela realidade conflituosa e, muitas vezes, violenta. Não me parece ser uma surpresa que seu nome e sua memória tenham caído no esquecimento com o endurecimento do governo de Getúlio Vargas. Tendo em vista que foi profundamente inspirado em *partes* da doutrina positivista, principalmente durante a década de 1930¹⁹⁹⁹, o Estado Novo

¹⁹⁹⁵ BORGES, Isabela Melim. 2020. 259f. **Do positivismo ao esoterismo: uma outra leitura da poesia brasileira na virada do século.** Tese (doutorado em literatura) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. , p.41-2.

¹⁹⁹⁶ SABINO, Márcia Peters. **Augusto dos Anjos e a Poesia Científica.** 2006. 93f. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. p.33.

¹⁹⁹⁷ Diário de Pernambuco, PE, 2-7-1908.

¹⁹⁹⁸ JANOTTI, *Op. Cit.*, 1986, p.7-8; ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889).** 1992. 207f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992. p.89; BUENO, Almir de Carvalho. **A trajetória de uma desilusão; Silva Jardim e Aníbal Falcão: dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900).** 1991. 118f. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p.8.

¹⁹⁹⁹ As influências positivistas no governo de Getúlio Vargas foram mais evidentes antes do Estado Novo, especialmente nos primeiros anos da década de 1930. Uma das influências centrais está na criação do Ministério do Trabalho, que teve, nos seus fundamentos, feições positivistas. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Pensamento Republicano no Segundo Reinado (1840-1889).** In: SCHWARCZ, Lília Moritz. STARLING, Heloísa M. (orgs.) **Dicionário da República: 51 textos críticos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.288;

promoveu o culto personalista ao seu chefe e obediência às normas impostas que, em última instância, contrariam o incentivo à contestação e o clamor por mudanças que *Visões* (e a memória sobre ele) propunha às contínuas gerações da mocidade.

Outro fator que também se cruza com o período durante e após a II Guerra Mundial, é a quebra dos valores tão caros ao positivismo – evolução, progresso científico... – que passaram a sofrer amplas críticas pela nova conjuntura mundial junto com seus principais representantes²⁰⁰⁰. Desta forma, José Isidoro é absorvido pelas críticas como um pensador e homem de ação de uma teoria “falida” e “ultrapassada”, que estiveram mais preocupadas em reproduzir os estereótipos feitos por pensadores monarquistas²⁰⁰¹. O Estado Novo, autointitulado para superar a ‘República Velha’, buscou resgatar o passado “glorioso” do Segundo Reinado, colocando José Isidoro numa posição de defensor de um regime “caduco” e “velho”. A trajetória de Martins Júnior foi, então, esquecida, junto com consolidação de uma historiografia pós-guerra que resumiu a Proclamação a um mero ‘golpe militar’²⁰⁰² em meio à crise dos paradigmas positivistas, numa versão única que, ainda hoje, esconde décadas de luta, propaganda, esperança e tentativas de reformas alternativas que foram, repetidamente, derrotadas.

SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.; PAIM, Antônio. **A Escola do Recife**: estudos complementares à História das ideias filosóficas no Brasil. Volume V. São Paulo: UEL, 1997, p.93.

²⁰⁰⁰ JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011; KNOPFHOLZ, Alexandre. A crise do positivismo na pós-modernidade. **Revista Jurídica**, Curitiba, N.24, temática n.8, p.27-57. 2010-1; AZEVEDO, Rodrigo Silveira Rabello de. A queda do positivismo jurídico e o direito constitucional pós-guerra. **Orbis Revista Científica**, Salamanca (ESP), vol.1, n.2, pp.20-31. 2011.

²⁰⁰¹ Apesar de ser um movimento político fracassado, foi a versão monarquista sobre a República em seus primeiros anos que prevaleceu. Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.264.

²⁰⁰² A primeira obra que iniciou esse ‘mito’ foi elaborada pelo monarquista Eduardo Prado, o clássico “Fastos da Ditadura Militar no Brasil” (1891) e foi bastante utilizada pelos historiadores para fundamentar a tese de um golpe militar sem participação do povo.

9 CONCLUSÃO

A visão de uma República “sem povo” instaurada através de um “golpe militar” é uma versão ainda bastante generalizada. Ainda que seja impossível contestar que o novo regime tenha sido socialmente excludente e que a presença militar tenha alcançado níveis importantes na estrutura governamental, nas ruas e nos discursos políticos, estudos baseados na renovação da história política no Brasil a partir da década de 1980 vêm contextualizando a diversidade ideológica, associativa, cultural e social da Primeira República. Dentre esses novos estudos, análises sobre projetos²⁰⁰³ e expectativas frustradas²⁰⁰⁴ de grupos e pessoas que sonharam uma República diferente passaram a integrar a preocupação dos historiadores. Nas palavras de Amanda Muzzi, em crítica à versão historiográfica que considera o início da República como um “golpe militar” feito “sem povo”, “qualquer pesquisador que se baseie nos relatos de monarquistas acaba trazendo ao leitor uma retratação distorcida sobre aqueles que jogavam do lado oposto”²⁰⁰⁵. Esta tese teve como objetivo principal a construção de uma biografia política de um desses sujeitos que jogavam “do lado oposto” da bestialização: José Isidoro Martins Júnior, um indivíduo que, em sua história de vida, experienciou os anos finais do Império a instauração da República.

A palavra escolhida para identificar esta biografia política foi “radical”. Ainda que a literatura a respeito sobre as análises de vida indicarem que é necessário não categorizar o sujeito como um ‘todo’ uno e homogeneizado²⁰⁰⁶, o termo ‘radical’ aqui tem sentido polissêmico associado às diversas fases de vida pelo qual José Isidoro se envolveu. No contexto da geração de 1870, o sentido da palavra acompanhou as mudanças políticas pelo qual o país passava e os sujeitos envolvidos com determinadas ações e pensamentos foram continuamente enquadrados nesse sentido. Assim, em sua adolescência, José Isidoro foi um “radical” nos turbulentos anos em que esse adjetivo significava a contestação à Igreja Católica durante a Questão Religiosa. Nos anos de preparatório para entrar na Faculdade de Direito do Recife, envolveu-se com a imprensa ‘progressista’ e ‘científica’, sendo considerado um ‘radical’ das

²⁰⁰³ FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. “Adesistas” e “Históricos”: as disputas discursivas no processo de legitimação dos vários projetos republicanos. **Faces da Clío**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, p.41-54. 2017.

²⁰⁰⁴ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

²⁰⁰⁵ MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897)**. 2006. 178f. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006, p.11.

²⁰⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.183-191. 2006.

“novas” ideias vindas da Europa em contraposição ao pensamento tradicional romântico, metafísico e religioso. Como bacharelando, produziu, defendeu e se popularizou através da Poesia Científica, associando-se com as organizações positivistas e republicanas, sendo novamente um “radical”. Em sua atuação como abolicionista, passou a defender a abolição imediata e sem indenização, atuar nas ruas, nos clubes, sendo considerado um “intransigente”, de um radicalismo abolicionista acentuado. Como chefe de partido, na criação do Partido Republicano de Pernambuco, associou-se à corrente de Silva Jardim, tornando-se um apoiador do lado “radical” do republicanismo. Na República, envolveu-se com o ‘jacobinismo’, o ‘florianismo’, as pautas trabalhistas e a luta pela revisão constitucional, sendo, várias e seguidas vezes, considerado “radical” em seus posicionamentos.

Portanto, a escolha pelo termo para adjetificar esta biografia não vem de uma concepção prévia estabelecida, mas da própria trajetória percorrida por José Isidoro que, dentre suas escolhas e ações, continuamente foi entendido por seus contemporâneos como um “radical”. Tal escolha de vocábulo também foi utilizada por Américo Freire para caracterizar a biografia tripla em que abordou Lauro Sodré, Augusto de Vasconcelos e Irineu Machado ao considerá-los parte do “radicalismo à brasileira”²⁰⁰⁷. Lincoln de Abreu Penna argumenta que para a Proclamação ter um mínimo de consenso entre as partes envolvidas, tinham que “evitar dois cenários: o terceiro reinado e os radicais de propaganda”²⁰⁰⁸. Assim, tanto por advir das categorizações atribuídas a Martins Júnior na documentação em diferentes contextos, quanto por fazer parte de uma historiografia que aproxima esses sujeitos que compartilharam de uma trajetória semelhante, o termo “radical” se sobressaiu.

Considerado um derrotado político no final da sua vida, assim como por análises dos historiadores²⁰⁰⁹ e críticos literários²⁰¹⁰, o entendimento entre “derrota” e “erro” precisa ser comentado. Com a Política dos Governadores arquitetada pela oligarquia paulista através do governo de Campos Salles, se consolidava uma versão específica da Proclamação que terminou

²⁰⁰⁷ FREIRE, Américo. Três personagens e a história da Primeira República. In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.117-118.

²⁰⁰⁸ PENNA, Lincoln de Abreu. O progresso da ordem: o florianismo na lógica do consenso mínimo. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora-MG, v.2., n.2, 1996. P.31.

²⁰⁰⁹ HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975

²⁰¹⁰ BORGES, Isabela Melim. 2020. 259f. **Do positivismo ao esoterismo: uma outra leitura da poesia brasileira na virada do século**. Tese (doutorado em literatura) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020; SILVA JÚNIOR, Delmo Montenegro da. **A poesia científica em Martins Júnior: percurso de uma vanguarda literária em Pernambuco no século XIX**. 2013. 164f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

por marginalizar – mas não calar definitivamente - vozes dissonantes que pudessem contestar a hegemonia cafeicultora. Apesar de discordar dos termos usados por Christian Lynch para caracterizar a Proclamação – “golpe militar” e “ditadura” – estou de acordo com o entendimento de que a consolidação da República pela oligarquia perpassou a necessidade de sufocar tanto a reação monarquista como “impor o modelo institucional norte-americano contra os positivistas”²⁰¹¹. Mesmo amargando uma derrota pela disputa de espaços de poder governamental, sujeitos como Martins Júnior morreram acreditando estar do lado “certo” dos embates, ainda que não vitoriosos.

Para eles, estar do lado “vitorioso” desse processo era ter traído seus ideais, traído a República que havia sido descaracterizada e roubada dos seus sentidos originais. As análises sobre o período que abordam Martins Júnior²⁰¹², por exemplo, costumam destacar suas escolhas “erradas” que o alijaram do poder e impediram sua ascensão política, mas essa seria uma análise centrada numa concepção de “acerto” como sinônimo de poder. Para sujeitos fanáticos pela República como Martins Júnior, era preferível uma derrota honrosa, e a contínua e ininterrupta luta pelo Ideal que eles consideravam como “o certo”. A biografia política de José Isidoro é um exemplo de como o “X” proposto por Sabina Loriga – aquilo que é único, pessoal, a parte criativa e singular de cada ser – interfere no contexto e por ele é interferido²⁰¹³. Martins Júnior *poderia* ter tomado decisões que o levariam ao poder – esteve perto disso diversas vezes – mas optou por defender a República quando achou que era necessário como, por exemplo, quando decidiu estar ao lado de Barbosa Lima contra a Revolta da Armada, destruindo seu capital político junto a seus correligionários.

Na esteira sobre a singularidade do ser²⁰¹⁴, a história de vida de José Isidoro perpassa a compreensão de como o positivismo foi posto em prática no Brasil no final do século XIX no entendimento individual de cada pessoa. Teoricamente, na orientação dada por Augusto Comte, os intelectuais – “homens de ciência” ou “homens de letras” como era a expressão usada – deveriam se abster das “paixões” políticas que envolviam a imprensa e os partidos, bem como

²⁰¹¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.16.

²⁰¹² HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975; PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, 1986; LEVINE, Robert. **A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

²⁰¹³ LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.

²⁰¹⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: _____. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.

precisavam se afastar dos cargos públicos, se queriam estar “livres” para o conhecimento científico (que deveria ser ‘neutro’)²⁰¹⁵. Martins Júnior foi um positivista que atuou no campo diametralmente oposto ao sugerido pelo teórico francês: a imprensa foi seu principal campo de atuação, fundou e dirigiu um partido político, se envolveu com eleições, procurou e assumiu cargos públicos e utilizou da sua produção textual como veículos de propaganda. Esse posicionamento foi contestado por outros positivistas – como Lacerda Werneck – que o considerava um “mal” positivista. Assim, a produção intelectual positivista no Brasil esteve profundamente ligada ao seu sentido prático, na sua utilização específica para a propaganda, com adaptações que transpareceram tanto nas suas ações como nos textos, entendidos aqui como fruto e consequências dos embates políticos de cada momento. Para Robert Nachman²⁰¹⁶, os positivistas brasileiros foram muito mais ativos e independentes do que se pensa, principalmente no Nordeste e Rio Grande do Sul, o que esta tese terminou por concordar.

As análises sobre sua produção textual foram baseadas, nesse estudo, como parte da sua ação propagandística pela República. Como poeta, seus versos foram pensados e escritos com o intuito de serem lidos em voz alta, em estilo oratório que se dirige a uma coletividade²⁰¹⁷, sem preocupações com métrica e estilo, o que lhe rendeu duras críticas. Se no sentido literário não foi considerado um grande escritor como Machado de Assis, no sentido político sua poesia foi um “sucesso” a longo prazo. *Visões de Hoje*, considerada pelos seus contemporâneos e críticos literários²⁰¹⁸ como sua obra-prima, foi o livro que o consagrou perante a juventude pós-1870 sedenta por mudanças, elevando-o rapidamente como liderança da nova geração no contexto recifense. A consagração como ‘Poeta da República’ abriu caminhos para além da literatura que, com habilidade política, utilizou para adentrar nas disputas partidárias ao longo da vida e, ao final dela, onde buscou eternizar-se. Como jurista e professor, Martins Júnior tem extensa produção, pensada para utilização em salas de aula do novo regime. Sua principal obra jurídica – *História do Direito Nacional* – partiu da demanda como professor a pedido de Benjamin Constant, sendo considerado o primeiro manual didático da disciplina, com objetivo de formar os primeiros juristas republicanos. Sendo sua produção mais longeva e ainda referenciada nas

²⁰¹⁵ LACERDA, Gustavo Biscaia. 2010. 488f. **O momento comtiano**. Tese (doutorado em sociologia política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010

²⁰¹⁶ NACHMAN, R. G. Positivism, Modernization, and Middle Class in Brazil. **Hispanic American Historical Review**, Carolina do Norte (EUA), v. 57, n. 1. 1977, p.6-7.

²⁰¹⁷ GUEBERT, Caroline. Os estilhaços de Martins Júnior e sua épica positivista: reflexões históricas sobre uma linguagem poética (anos 1880). **Revista de Letras Juçara**, Caxias-MA, v. 4, n. 1, 2020, p.129.

²⁰¹⁸ BORGES, Isabela Melim. 2020. 259f. **Do positivismo ao esoterismo**: uma outra leitura da poesia brasileira na virada do século. Tese (doutorado em literatura) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

faculdades de Direito no país, José Isidoro estruturou o raciocínio que – mesmo sem abandonar uma visão eurocêntrica e evolutiva da História – tinha esperanças no futuro da nação, considerada por ele como única pela sua mestiçagem e, por isso mesmo, capaz de superar seus “atrasos”. Como “intelectual”, José Isidoro pensou e utilizou da sua produção para agir politicamente, defendendo uma visão esperançosa e positiva sobre o futuro da República, diferenciando-se de contemporâneos seus, como Tobias Barreto e Sílvio Romero²⁰¹⁹.

A biografia política apresentada neste trabalho abre alguns campos de análise que podem vir a ser mais profundamente trabalhados por novos pesquisadores. Um desses campos é uma possível análise sobre os grupos e estratégias de resistência e contestação à hegemonia paulista sobre a República com recortes regionais e/ou “ideológicos” partindo ainda do período imperial. Através da trajetória de Martins Júnior é perceptível o quanto a preocupação regional com o federalismo proposto pelas províncias do Sul norteou escolhas e ações em diversos momentos. Ainda durante o período de propaganda no Império, os movimentos de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará, Ceará e Maranhão – pelo menos os que até o momento foi possível saber – tinham núcleos positivistas atuantes pelo menos através da imprensa republicana. Considerando que os avanços dos partidos republicanos do Sul do Império se uniam em torno da defesa do federalismo, os movimentos no Norte perceberam os perigos que a região se encontrava se aquelas pautas se tornassem reais no novo regime, ainda que não se apartassem de uma descentralização administrativa. Diferentemente da parte meridional do país, as elites políticas de Pernambuco e Bahia²⁰²⁰, principalmente, tinham raízes profundas na estrutura imperial e gozavam de prestígio nos cargos de governo, tornando o apelo republicano menos sedutor que para as elites cafeicultoras. Desta forma, o republicanismo no Norte tomou feições mais próximas das vertentes “radicais” associadas ao abolicionismo, urbanas, com grandes dificuldades em formar partidos e pleitearem eleições, dificultando análises que tomam São Paulo e Minas Gerais como “exemplos” a serem comparados. Essas divergências continuaram após a República, principalmente em torno de associações diretas entre Lauro Sodré e Martins Júnior, por exemplo, que passaram a lutar pelo Movimento Revisionista.

²⁰¹⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

²⁰²⁰ Foram justamente essas elites que, após o governo de Campos Sales, passaram a participar da estrutura da Política dos Governadores e não os antigos propagandistas. As elites imperiais se consagraram na República, continuando o legado político. Cf. VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012; PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943: A Bahia na Primeira República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Portanto, o ‘domínio paulista’ da Primeira República precisa ser compreendido para além de uma hegemonia: sua construção e consolidação não se fez sem resistência, sem projetos alternativos e enfrentamentos²⁰²¹. Pelo contrário, as vozes dissonantes, as contestações e luta por maiores espaços foi uma constante entre o final do Império e toda a Primeira República. A necessidade de se consolidar e firmar seu domínio levou a elite cafeicultora a negociar e abrir espaços, demonstrando que havia margem de atuação para uma oposição dentro do regime. Assim, positivistas buscaram espaços dentro da República dominada pela elite inspirada em conceitos liberais e norte-americanos, não sem conflitos. Esses espaços, entretanto, foram progressivamente diminuídos, tanto com um recorte “ideológico” como, indiretamente, regional, aprofundando as divergências que se acentuaram no século XX. O processo que tornou a Revolução de 1930 desejada e possível não pode ser desmembrado de todo o percurso dessa geração que foi derrotada nos primeiros anos da República. A história de vida de Martins Júnior é uma das muitas histórias desta primeira geração que foi marginalizada e amargou uma derrota política nesse processo de tentativa de hegemonia.

A Primeira República vem sendo paulatinamente revista pelos pesquisadores desde a década de 1980, numa renovação que contraria a versão tradicional de uma Proclamação “sem povo” feita por uma “quartelada militar”. Ainda que seja uma visão muito difundida, já há relativo avanço em desfazer essa concepção “bestializada” sobre o novo regime, entendido como um processo historiográfico que se baseou na produção monarquista pós-1895 que, nas palavras de Ângela Alonso, “demonizou” todo o processo de consolidação do regime²⁰²². Em contraposição, os estudos com base na história política renovada orientada por René Rémond²⁰²³, têm demonstrado que a República era tema comum, difundido e profundamente popularizado tanto antes como após a Proclamação. As ruas, os teatros, os cafés, as escolas, os mercados, praças, imprensa, viveram um período intenso, agitado e, principalmente, não-bestializado em que a República – para glorificá-la, para derrubá-la ou por curiosidade – era continuamente abordada e discutida²⁰²⁴. Para Lincoln Penna, a bestialização estava mais ligada

²⁰²¹ PERISSINOTTO, Renato Monseff. Bloco no poder e conflitos regionais na Primeira República. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.1, nº1, p.29-41. 1993.

²⁰²² ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.42-44.

²⁰²³ RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996.

²⁰²⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007

à forma e à marginalização de setores radicais do movimento que com a mudança de regime: e isto está relacionado com o tipo de propaganda que enchia as ruas naquele momento²⁰²⁵.

A história de vida de Martins Júnior não poderia ser enquadrada como a de um sujeito que esteve nos bastidores do cenário político, mas a de um participante que teve na República o horizonte da sua vida. Nisto foi radical, foi fanático, foi crente. A República não era uma “certeza” como muitas vezes encaramos retrospectivamente o passado. Hoje, na calma e frieza que nos separam por mais de 100 anos, dificilmente nos atinamos ao fato de que a República é um dado assegurado – uma certeza tão entranhada nos nossos valores que pouco pensamos que um dia pode desaparecer. Entretanto, para sujeitos como Martins Júnior, essa incerteza e esperança foram os ‘nortes’ que orientaram suas decisões e se, hoje, encaramos nosso sistema político como “natural”, é porque um intenso e longo trabalho de propaganda tornou a República um senso comum. A biografia política de José Isidoro Martins Júnior nos leva a repensar essas certezas em um momento político do país que as instituições republicanas voltaram a ser problematizadas abalando nossas certezas.

²⁰²⁵ PENNA, Lincoln de Abreu. O progresso da ordem: o florianismo na lógica do consenso mínimo. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora-MG, v.2., n.2. 1996. P.29.

REFERÊNCIAS

PROJETO MEMÓRIA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

CÂMARA, Phaelante da. **Discurso proferido no Salão de Honra da Faculdade de Direito em homenagem ao 1º aniversário de falecimento de Martins Júnior**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1905.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Soberania e Acre**. Rio de Janeiro: Tipografia Lavradio, 1903.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Fragmentos Jurídico-Filosóficos**. Recife: Tipografia Industrial, 1891

CATÁLOGO DA COLEÇÃO MARTINS JÚNIOR. Recife: Imprensa Oficial, 1927.

BIBLIOTECA DIGITAL DE LITERATURAS DE PAÍSES LUSÓFONOS

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Retalhos**. Recife: Tipografia Industrial, 1884.

Carta enviada para Cruz e Sousa em 12 de junho de 1894

Carta enviada para Cruz e Sousa em 5 de setembro de 1897

Carta enviada para Cruz e Sousa sem data

BASE DE DADOS DA USP BRASILIANA

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **História do Direito Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia da Empreza Democratica Editora, 1895.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Compêndio Geral da História do Direito**. Recife: Livraria Contemporânea, 1898.

BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sinopse dos projetos dos Sr. Deputados da Câmara Federal (1894-1900)

Anais da Câmara dos Deputados (1894-1900)

BIBLIOTECA DIGITAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. Prefácio. In: VARELLA, Alfredo. **Direito Constitucional Brasileiro: reforma das instituições nacionais**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1902.

BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL

Constituição Política do Estado de Pernambuco promulgada em 17 de junho de 1891. A Constituição federal e as constituições dos estados da república do Brasil: precedida aquella de uma parte histórica e acompanhada de alguns decretos posteriores. Pelotas : Porto Alegre : Echenique & Irmão ; Liv. Universal, 1895-1896. P.361-388

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO

ARANHA, Graça. **O Milagre de Tobias Barreto.** Tobias Barreto (1839-1889): bibliografia e estudos críticos. CDPB, p.121-123. Disponível em:
http://www.cdpb.org.br/antigo/tobias_barreto.pdf Acesso em 16 de maio de 2021.

CARTAS DE TOBIAS BARRETO A SÍLVIO ROMERO. Tobias Barreto (1839-1889): bibliografia e estudos críticos. CDPB, p.91-96. Disponível em:
http://www.cdpb.org.br/antigo/tobias_barreto.pdf Acesso em 16 de maio de 2021.

ACERVO DIGITAL DA REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. Sobre o estado atual do direito civil. In: **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife.** Recife, v.1, n.1, 1891.

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Estilhaços.** Recife: Tipografia Industrial, 1885.

WALDEMAR DE OLIVEIRA. **Martins Júnior e Lafaiete Lemos.** Discurso da APL, Jornal do Comércio, 1936.

JOÃO CARNEIRO BANDEIRA. Discurso na APL, 1906.

SEÇÃO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PERNAMBUCO²⁰²⁶

BEVILAQUA, Clóvis. MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **O Escalpello:** estudos críticos de política, letras e costumes. Recife: Tipografia Industrial, 1881.

COMTE, Augusto. **O Calendário Positivista.** Organizado por Francisco Werneck. Recife: Tipografia Mercantil, 1884.

ESTATUTOS DO BANCO EMISSOR DE PERNAMBUCO. Recife: Tipografia da A Província, 1890.

ESTATUTOS DO CLUB DEMOCRATA. Recife: Tipografia Bougart & Cia, 1879.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A moção do dia 18:** discurso proferido na Câmara dos Deputados no dia 18 de junho em sustentação da moção contra o governo do Dr. Barbosa Lima. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1892.

²⁰²⁶ A Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco recebeu a coleção da biblioteca particular do próprio Martins Júnior. Atualmente, parte deste acervo encontra-se com catálogo específico sob o nome de “Coleção Martins Júnior” do qual algumas obras foram utilizadas nesta tese.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **A Poesia Científica**. Recife: Imprensa Industrial, 1914. [1883]

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Ao povo e ao partido republicano**: manifesto político. Recife: Tipografia da Gazeta da Tarde, 1893.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Relatório apresentado ao governador do Estado do Rio de Janeiro pelo Secretário de Interior e Justiça**. Tipografia do Jornal do Commercio, 1901.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Resposta do Dr. Martins Júnior à mensagem do Sr. Barbosa Lima**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1892.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Um capítulo de história política**. Recife: Pantheon das Artes, 1898.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Visões de Hoje**. Recife: Tipografia Industrial, 1881.

MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. **Conferência pronunciada no Gabinete Português de Leitura**. Recife: Tipografia da Rua das Flores, 1886.

PEREIRA, Virgílio de Sá. **Dois presidentes**. Recife: Tipografia de A Cidade, 1894.

PINTO, Antônio de Souza. **A Política monárquica**: conferência no Teatro Santo Antônio em 21 de junho de 1880. Recife: Tipografia Industrial, 1880.

PROGRAMA DE ENSINO DA 3ª CADEIRA DO 5º ANO: HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL ANO DE 1896. Recife: Tipografia Pantheon das Artes, 1896.

QUEIROZ, Maria Amélia de. **Conferência realizada no Club Republicano Frei Caneca**. Recife: [sem informação], 1889.

REVISTA DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS (1901-2)

VASCONCELLOS, José Vicente Meira de. **Ao povo**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1892.

WERNECK, Francisco. **O positivismo e a faculdade de Direito**. Recife: Tipografia Central, 1885.

BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Revista do Norte
A Cultura Acadêmica

HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA

Revista de Estudos Livres

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

A Ilustração: revista quinzenal para Portugal e Brasil

ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO – SEÇÃO MANUSCRITOS [APEJE]

Acervo Particular de José Isidoro Martins Júnior²⁰²⁷ [Acervo não possui identificação alfanumérica, porém encontra-se dividido em 11 pastas organizadas com os documentos abaixo]

- CONJUNTO 1: Poesias datilografadas diversas
- CONJUNTO 2: Artigo datilografado “A História” extraído do jornal O Progresso em 1876; Discurso à Carlos Gomes extraído do jornal A Opinião em 1879.
- CONJUNTO 3: Artigo datilografado “Trabalharemos” extraído do jornal Ideia Nova em 1880.
- CONJUNTO 4: Artigo datilografado “A filosofia Positiva e seu desenvolvimento no Brasil” extraído do jornal Ideia Nova em 1880.
- CONJUNTO 5: Artigo datilografado “A Poesia Científica: Apontamentos para um escrito futuro” extraído do jornal Diário de Pernambuco em 1881.
- CONJUNTO 6: Livros ‘Retalhos’ e ‘Estilhaços’ datilografados.
- CONJUNTO 7: Artigo ‘História da Literatura Brasileira por Silvio Romero’ extraído do Jornal do Recife em 1886.
- CONJUNTO 8: Discurso em homenagem à Silva Jardim promovida pelo Clube Republicano 22 de Julho em 1891; Artigo ‘A hospitalidade do passado’ extraído da Revista do Norte em 1891; Artigo ‘O Naturalismo’ extraído da Revista Contemporânea em 1895; Discurso de Martins Júnior na data comemorativa do 105º ano da execução de Tiradentes extraído do jornal Gazeta da Tarde; Artigo “Constituições argentina e brasileira” extraído do jornal O País; Artigo “A Obra de Von Liszt” extraído da Gazeta da Tarde; 2ª edição de ‘Visões de Hoje’ de 1886, parte original e parte datilografada.
- CONJUNTO 9: Livro ‘Fragmentos Jurídico-Filosóficos’
- CONJUNTO 10: Livro ‘Tela Policroma’
- CONJUNTO 11: Recortes de jornais sobre Martins Júnior, especialmente sobre o centenário do seu nascimento em 1960, maior parte sem indicação de título ou data; Discurso datilografado do 29º aniversário do Gabinete Português de Leitura por Martins Júnior em 1880; Livro de Arthur Muniz ‘Martins Júnior’ de 1906; Artigo ‘Martins Júnior: Há um século’ por Izidoro Martins Souto em 1960; Discurso na fundação da estátua de Martins Júnior pelo professor Soriano Neto em 1960; Poesias de Izidoro Martins Souto e Milton Souto sob a estátua de Martins em 1960; Artigo “Martins Júnior e o centenário do seu nascimento” por Milton Souto em 1960; Artigo de Waldemar de Oliveira “Martins Júnior” em 1960; Artigo de Luís do Nascimento “Itinerário Jornalístico de Martins Júnior” em 1960; Artigo “Martins Júnior: sua vida e sua obra” por Oto Gil em 1960; Edição da Cultura Acadêmica de 1904 em homenagem a Martins Júnior.

*Anais da Câmara dos Deputados de Pernambuco [1892-1894]
Fundo ‘Polícia Civil’ [1889-1890]*

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro. **Projeto manuscrito pela Comissão Constituinte do Estado de Pernambuco**. Série Documentos Avulsos. Não possui código alfanumérico. Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1890.

²⁰²⁷ Acervo recolhido e datilografado posteriormente pelo genro de Martins Júnior, o poeta palmeirense Milton Barbosa Souto.

ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO – SEÇÃO HEMEROTECA [APEJE]*Ideia Nova (1880)**A República (1887)**Silva Jardim (1889)**Silva Jardim (1891)**Silva Jardim (1893)***ACERVO DIGITAL DE PERIÓDICOS DA COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO (CEPE)**

1. 24 de Fevereiro (1883)	39. O Etna (1881)
2. A Academia (1888)	40. O Fantoche (1891)
3. A Alvorada (1887)	41. O Leão (1885)
4. A Arte Dramática (1884)	42. O Literatto (1889)
5. A Coisa (1893)	43. O Mephistopheles (1892)
6. A Era Nova (1889)	44. O Meteoro (1885)
7. A Esmola (1887)	45. O Papagaio (1883)
8. A Exposição (1888)	46. O Propulsor (1883)
9. A Gazetinha (1887)	47. O Saber (1882)
10. A Junta (1892)	48. O Sansone (1894)
11. A Lanceta (1889-1890)	49. O Telegrapho (1884)
12. A Lanterna Mágica (1890)	50. O Tentamen (1883)
13. A Luta (1883)	51. O Tribuno (1889)
14. A Penna (1898)	52. O Vigilante (1880)
15. A Setta (1883)	53. Pequeno Jornal (1890)
16. A Siluêta (1896)	54. Polyanthea (1896)
17. Homenagem do Club Martins Júnior (1892)	55. Sentinela da República (1891)
18. Homens e Letras (1888)	56. Sylphorama (1892)
19. Liga Operária (1877)	57. Treze de Maio (1892)
20. Maciel Pinheiro (1889)	58. Tribuna Acadêmica (1886)
21. Martins Júnior – Homenagem do Pallium (1906)	59. Trinta de Setembro (1883)
22. Martins Júnior – Tributo ao Mérito (1889)	60. Vinte e Cinco de Março (1884- 1888)
23. Martins Júnior (1890)	61. Vitor Hugo (1885)
24. Martins Júnior (1894)	62. Vitória (1888)
25. Minha Esperança (1890)	
26. Nove de Novembro (1890)	
27. O Álbum (1893)	
28. O Anti-Rebate (1887)	
29. O Atalaia (1885)	
30. O Binóculo (1891)	
31. O Brasil Agrícola (1882)	
32. O Carnaval (1897)	
33. O Cartaz (1892)	
34. O Ceará Livre (1884)	
35. O Clarim Social (1900)	
36. O Contrabando (1890)	
37. O Ensaio (1883)	
38. O Equador (1886/1893)	

HEMEROTECA NACIONAL DIGITAL

Organizado por província/estado federativo e Portugal

RIO DE JANEIRO

1. *A Capital*
2. *A Democracia*
3. *A Evolução*
4. *A Família*
5. *A Galeria Illustrada*
6. *A Imprensa*
7. *A Nação*
8. *A Notícia*
9. *A Opinião Nacional*
10. *A República*
11. *A Semana*
12. *A Tribuna*
13. *A União*
14. *Almanak do Jornal do Agricultor*
15. *Almanak Laemmert*
16. *Almanak Republicano Brasileiro*
17. *Anais da Câmara dos Deputados*
18. *Boletim do Grande Oriente do Brazil*
19. *Cidade de Petrópolis*
20. *Cidade do Rio*
21. *Democracia*
22. *Diário de Notícias*
23. *Diário do Brazil*
24. *Diário do Comércio*
25. *Diário Illustrado*
26. *Diário Português*
27. *Gazeta da Tarde*
28. *Gazeta de Notícias*
29. *Gazeta de Petrópolis*
30. *Gazeta Nacional*
31. *Gazetinha*
32. *Il Bersagliere*
33. *Jornal do Brasil*
34. *Jornal do Commercio*
35. *L'etoile du Sud*
36. *Liberdade*
37. *Mensagem do Governador do Estado
do Rio de Janeiro*
38. *Monitor Campista*
39. *Novidades*
40. *O Álbum*

41. *O Apóstolo*
42. *O Brazil*
43. *O Cruzeiro*
44. *O Combate*
45. *O Globo*
46. *O Jornal Illustrado*
47. *O Lynce*
48. *O Paiz*
49. *O Pharol*
50. *O Puritano*
51. *O Vassourense*
52. *Relatório do Ministério da Fazenda*
53. *Renascença*
54. *Revista Brasileira*
55. *Revista Illustrada*
56. *Revista Moderna*
57. *Rua do Ouvidor*
58. *União Federal*
59. *Tagarela*
60. *Tempo*
61. *Tiradentes*
62. *Vida Fluminense*
63. *Vinte e Cinco de Março*

PERNAMBUCO

64. *24 de Fevereiro*
65. *A Arte Dramática*
66. *A Epoque*
67. *A Exposição*
68. *A Lanceta*
69. *A Província*
70. *Binóculo*
71. *Diário de Pernambuco*
72. *Homens e Letras*
73. *Jornal do Recife*
74. *Libertador*
75. *Mensagens do Governador a
Assembleia de Pernambuco*
76. *O Alfinete*
77. *O Combate*
78. *O Ensaio*
79. *Pequeno Jornal*
80. *Revista do Norte*

MARANHÃO

81. *A Cruzada*
82. *A Pacotilha*
83. *Diário do Maranhão*

- 84. *O Combate*
- 85. *O Novo Brasil*
- 86. *O Paíz*
- 87. *Gazeta Caixense*

PARÁ

- 88. *A República*
- 89. *Correio Paraense*
- 90. *Diário de Belém*
- 91. *Diário de Notícias*
- 92. *Diário do Gram-Pará*
- 93. *O Democrata*
- 94. *Almanach da Comarca do Amparo*
- 95. *Gazeta Postal*

CEARÁ

- 96. *A República*
- 97. *Gazeta do Norte*
- 98. *Jornal do Ceará*
- 99. *Jornal do Povo*
- 100. *Libertador*
- 101. *O Cearense*
- 102. *O Pão da Padaria Espiritual*
- 103. *A Pátria*
- 104. *O Estado do Ceará*
- 105. *A Cidade*

MINAS GERAIS

- 106. *Correio de Minas*
- 107. *Diário de Minas*
- 108. *Gazeta de Ouro Fino*
- 109. *Minas Gerais*
- 110. *O Contemporâneo*
- 111. *O Pharol*
- 112. *Tribuna Liberal*
- 113. *União Postal*
- 114. *O Resistente*
- 115. *A Ordem*
- 116. *O Estado de Minas Gerais*

BAHIA

- 117. *Almanach do Diário de Notícias*
- 118. *Diário da Bahia*
- 119. *Diário do Povo*
- 120. *Jornal de Notícias*
- 121. *O Monitor*

- 122. *Pequeno Jornal*

SÃO PAULO

- 123. *A Nação*
- 124. *Correio Paulistano*
- 125. *O Comércio de São Paulo*
- 126. *O Mercantil*
- 127. *Sentinela da Monarquia*
- 128. *Santos Comercial*
- 129. *Revista do Brazil*
- 130. *Democrata Federal*

SANTA CATARINA

- 131. *Jornal do Comercio*
- 132. *O Campeão*
- 133. *O Independente*
- 134. *O Sul*
- 135. *República*
- 136. *O Cruzeiro*
- 137. *O Futuro*
- 138. *O Estado*

SERGIPE

- 139. *A Reforma*
- 140. *O Guarany*
- 141. *O Larangeirense*
- 142. *O Republicano*
- 143. *Gazeta de Sergipe*

ESPÍRITO SANTO

- 144. *A Folha de Victória*
- 145. *A Província do Espírito Santo*
- 146. *O Cachoeirano*
- 147. *O Estado do Espírito Santo*
- 148. *Commercio do Espírito Santo*

PARAÍBA

- 149. *Diário da Paraíba*
- 150. *Gazeta da Paraíba*
- 151. *Gazeta do Sertão*
- 152. *O Parahybano*
- 153. *Estado da Paraíba*
- 154. *A União*

RIO GRANDE DO NORTE

- 155. *A República*
- 156. *Gazeta do Natal*
- 157. *O Cascabulho*
- 158. *O Povo*
- 159. *O Estado*
- 160. *Rio Grande do Norte*

ALAGOAS

- 161. *Cruzeiro do Norte*
- 162. *Gutenberg*
- 163. *O Trabalho*
- 164. *A Palavra*
- 165. *Rebate*
- 166. *A Pátria*
- 167. *O Orbe*

PARANÁ

- 168. *A República*
- 169. *Diário da Tarde*
- 170. *Diário do Commercio*

PIAUÍ

- 171. *A Imprensa*
- 172. *A Reforma*

BIBLIOTECA NACIONAL

Fotografias e Ilustrações

GRAVURA DE MARTINS JÚNIOR. Garnier, M.J. Sonetos brasileiros (edição completa): desenhos dos sonetos 135 a 176. p. 151

GRAVURAS DE MARTINS JÚNIOR. Modesto Broco, 1902 e 1903.

QUADRILHA 'MARTINS JÚNIOR'. BANDEIRA FILHO, Manoel. Partitura. 1892.

ACERVO DIGITAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO

MARTINS JÚNIOR, Isidoro Martins. **Discurso do orador da comissão do Conselho Superior da Sociedade Propagadora da Instrução Pública**. V. 5, n. 33, p. 69-74, ago. 1887

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO

Descrito igualmente ao catálogo do acervo

- 173. *A Legalidade*

RIO GRANDE DO SUL

- 174. *A Federação*

AMAZONAS

- 175. *Jornal do Commercio*
- 176. *Comércio do Amazonas*
- 177. *Amazonas*
- 178. *A Federação*
- 179. *Diário de Manaos*
- 180. *Diário Oficial*

GOIÁS

- 181. *Estado de Goyaz*

MATO GROSSO

- 182. *Oásis*
- 183. *O Matto Grosso*

PORTUGAL

- 184. *A Illustração: Revista de Portugal e do Brasil*
- 185. *O Economista*

Carta patente do Tenente do Batalhão Patriótico Seis de Março passada pelo General João Vicente Leite de Castro ao Bacharel Euclides Bernardo Quinteiro (1894, 2 folhas, mapoteca, gaveta 2, maço 2, doc. 0870).

Cartas (originais) dos governadores de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará ao então governador do Pará, dr. Lauro Sodré, autorizando-o a chefiar um movimento armado em favor do marechal Floriano Peixoto que, na Presidência da República, combatia a Revolta da Armada do comando do contra almirante Antônio José de Melo (1893, 15 folhas, cx. 22, maço 2, doc. 0863).

Correspondência sobre o movimento armado em Triunfo (Cartas manuscritas acompanhadas de cópias datilografadas) (1892, 33 folhas, cx. 22, maço 1, doc. 0859).

Documentos da sociedade abolicionista Nova Emancipadora e a Companhia Abolicionista (15 folhas, cx. 21, maço 1, doc. 0816).

Documentos relativos ao Club do Cupim. Pertenceram a João Ramos e, após a morte deste foram entregues ao Instituto Arqueológico pelo seu filho Frederico Ramos (xx folhas, cx. 21, maço 2, doc. 0827).

Estatutos da Sociedade abolicionista Nova Emancipadora escrito em 2 de outubro de 1880 e recebido em 10 de janeiro de 1881, mais outros documentos da sociedade (33 folhas, cx. 20, maço 2, doc. 0810).

Fuzilamentos da Imbiribeira. Documentos sobre os fuzilamentos em consequência da Revolta da Armada (1904, 15 folhas, cx. 20, maço 2, doc. 0918).

Livro de Atas da Sociedade Nova Emancipadora (71 folhas, cx. 20, maço 2, doc. 0815).

Livro de Atas do Club do Cupim (xx folhas, cx. 21, maço 2, doc. 0828).

Proposta de Isidoro Martins Junior para a construção de um monumento comemorativo da Revolução de 1817 na atual Praça Barão de Lucena, onde existiu o quartel de artilharia, donde rompeu o movimento (1896, 4 folhas, cx. 22, maço 2, doc. 0873).

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – SEÇÃO MICROFILMES (CEHIBRA)

A Folha do Norte (1883-1884)

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – ACERVO ICONOGRÁFICO DIGITAL

Coleção de Rótulos de Cigarros - Coleção Brito Alves

HEMEROTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

O Norte (1889)

A Concentração (1900)

Jornal Pequeno (1912)

ARQUIVO GERAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Termos de posse:

Professor de retórica do curso anexo: 06 de junho de 1889;

Lente substituto: 14 de dezembro de 1889;

Lente catedrático: 12 de março de 1891;

Diretor efetivo: 24 de dezembro de 1891.

Dossiê documental de José Isidoro Martins Júnior (arquivos avulsos)

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: LAPA/Rocco, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: _____. **História**: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.

ALENCAR, José Almino. VISCARDI, Cláudia (orgs.). **A República Revisitada**: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

ALMEIDA, Moisés. Os primeiros anos da República Brasileira e sua conturbada estabilização: militares, civis e monarquistas. **Revista Perspectivas Latinoamericanas**, Nagoia (JAP), v.1, n.1, p.193-206. 2004.

ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XIX, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1995. P.1-20.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Cia das Letras, 2015.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMORIM, Tânia Maria Soares de. **O Alvorecer da república em Pernambuco**: a atuação do poder constituinte estadual no processo de formação do estado republicano brasileiro (1889-1891). 1994. 138f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: Paz e Terra, 1990.

ARANHA, Graça. **O meu próprio romance**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1931.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)**. 1992. 207f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

ARAÚJO, José Francelino de. **A Escola do Recife no Rio Grande do Sul**: influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

ARDÃO, Arturo. Assimilation and Transformation of Positivism in Latin America. **Journal of the History of Ideas**, Penssylvania (EUA), v.24, n.4, p.515–522. 1963.

ARRAES, Virgílio Caixeta. A presença britânica na ilha de Trindade: a reação do parlamento brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v.38, n.153, p.241-253. 2002.

ATAÍDE, Regine Alves. SÁ, Vera Borges. XAVIER, Paula Lima. Jornais de bacharéis da Escola do Recife sobre arte e literatura no século XIX. In: ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, I, 2016, Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL, 2016. p.1-15.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como possibilidade de escrita da história. **Dimensões**, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 24, p. 157-172, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. **Oralidades**, n.2, p.45-60, jul/dez 2007.

AZEVEDO, Rodrigo Silveira Rabello de. A queda do positivismo jurídico e o direito constitucional pós-guerra. **Orbis Revista Científica**, Salamanca (ESP), vol.1, n.2, pp.20-31. 2011.

BAKOS, Margaret (org). **Júlio de Castilhos**: Positivismo, Abolição e República. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006.

BANDECCHI, Brasil. Martins Júnior: batalhador incansável. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, volume LXI, p.159-171. 1965.

BEVILÁQUA, Clóvis. **A Filosofia Positiva no Brazil**. Recife: Tipografia industrial, 1883.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Brasília: INL, 1977.

BORGES, Isabela Melim. 2020. 259f. **Do positivismo ao esoterismo**: uma outra leitura da poesia brasileira na virada do século. Tese (doutorado em literatura) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BORGES, Isabela Melim. A poesia de Sílvio Romero e a de Isidoro Martins Júnior sob influência do positivismo. **Revista de Letras - Juçara**, Caxias-MA, v. 2, n. 2, p. 159-181, 2018.

BORGES, Isabela Melim. Os positivismos no Brasil na virada do século XIX para o XX: quando a política e a literatura se mesclam. **Caderno de Letras**, Pelotas-RS, nº30, p.279-293. 2018.

BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOYÉS, Leyla. (Org.). **Do positivismo à desconstrução**: ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, p.157-181. 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.183-191. 2006.

BRAGA, Flávia Ribeiro. **Eu, cidadão: o povo, a República e os caminhos da cidadania no Brasil (1870-1914)**. Monografia de conclusão em História. UFPE, 2014.

BRAGA, Flávia Ribeiro. **O Norte Republicano: propaganda e ação, Pernambuco (1875-1889)**. Curitiba: Appris, 2021.

BRAGA, Flávia. **‘Ditadura’, Abolição e República: a propaganda positivista em Pernambuco (1875-1889)**. 2017. 266f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BUENO, Almir de Carvalho. **A trajetória de uma desilusão; Silva Jardim e Aníbal Falcão: dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900)**. 1991. 118f. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2016.

CAMARA, Phaelante da. **Dois discursos em homenagem a Martins Júnior**. Recife: Imprensa Industrial, 1904

CAPPELLETTI, Ángel José. Sentido del positivismo latinoamericano. **Revista de Filosofia da Universidade da Costa Rica**, Costa Rica, v.XXV, n.85, p77-81. 1997.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2006.

CASTILHO, Celso Thomas. “Já é lei no Brasil nascer-se livre!”: a politização da lei de 1871 em Pernambuco. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 17-34.

CASTILHO, Celso. 2008. 300f. **Abolitionism matters: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888**. PhD (doutorado em filosofia) - University of California, Califórnia, 2008.

CASTILHO, Celso. Agitação abolicionista, transtornos políticos: o Recife na véspera da Campanha Abolicionista. In: ALBUQUERQUE, Severino J. (org.) **Conferências sobre Joaquim Nabuco nas universidades de Wisconsin e Yale**. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, p.313-341. 2010.

CASTILHO, Celso. COWLING, Camilla. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n.47, p.161-197. 2013.

CASTILHO, Celso. O '25 de Março' e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. P.1-22.

CAVALCANTI, Henrique Soares. **Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo Barbosa Lima** (1889-1896). 2014. 237f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CHACON, Vamireh. **Da Escola do Recife ao código civil**: Arthur Orlando e sua geração. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1969.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 29-67.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência de governar**: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. 2006. 116f. Dissertação (mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. Delmiro Gouveia: a construção de um mito. In: **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v.12, n.1, jan/jun, p.25-62. 1996.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. A ideia abolicionista em Pernambuco. **Revista do IHAGP**, Recife, n.VI, 1891. p.247-268.

CUNHA, Israel Ozanam de Sousa. **Capoeira e capoeiras entre a Guarda Negra e a Educação Física no Recife**. 2013. 294f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CUNHA, Jaeder Fernandes. **O tráfico ilícito no atlântico**: importação de ideias no Brasil Oitocentista, legado luso, desdobramentos e a relevância do cientificismo nos debates das elites dirigente e intelectual da 'Geração de 70'. 2008. 202f. Dissertação (mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

DANTAS, Laércio Albuquerque. **A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade**: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890. 2013. 115 f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Unesp, 2015.

EAKIN, Marshall C. Race and Identity: Sílvio Romero, Science, and Social Thought in Late 19th Century Brazil. **Luso-Brazilian Review**, Wisconsin (EUA), v. 22, n.2, p. 151-174. 1985.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FALCÃO, Luiz Aníbal. **Aníbal Falcão**. In: FALCÃO, Aníbal. *Fórmula da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

FERNANDES, Fernando Augusto. 2010. 216f. **Poder e Saber: Campo Jurídico e Ideologia.** Tese (doutorado em ciência política) – Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A Esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República.** São Paulo: Humanitas, 2008

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 4, n.3, jul./ ago./ set. 2007. p. 1-10

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX. **Fênix Revista de História e Estudo Culturais**, Uberlândia, v.4, n.3, p.1-10. 2007.

FERREIRA, Waldemar. A história do direito nos cursos jurídicos do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.45, p.12-29. 1950.

FIGUEIREDO. A. J. **Aspectos da Vida e do Estilo de Clóvis Beviláqua.** Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.

FIGUEREDO, Elton Flaubert. **As ideias se esvoaçam em meio a sua marcha:** as elites letradas e Silvio Romero na formação da sua obra (1865-1880). 2015. 215f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. “Adesistas” e “Históricos”: as disputas discursivas no processo de legitimação dos vários projetos republicanos. **Faces da Clio**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, p.41-54. 2017.

FONSECA, Pedro César Dutra. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.410-421. 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro. HANSEN, Patrícia Santos. (orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Luiza das Neves. **O herói e o inimigo no imaginário do jacobinismo brasileiro 1894/1897.** 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Abolição: A liberdade veio do Norte.** Recife: Massangana, 1988.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Uma conjuração fracassada e outros ensaios.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

GUEBERT, Caroline. Os estilhaços de Martins Júnior e sua épica positivista: reflexões históricas sobre uma linguagem poética (anos 1880). **Revista de Letras Juçara**, Caxias-MA, v. 4, n. 1, p. 117-137. 2020.

HOBSBAWM, Eric. **Ecossistema da Mareselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista (1880-8). **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, nº2, p.7-24. 1988.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Recife entre a monarquia e a república. *In*: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, XXV, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBPH. 2005.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco. **Revista CLIO**, Recife, v.28, n.2, p.1-12. 2010.

HOFFNAGEL, Marc Jay. 1975. 282f. **From monarchy to republic in northeast Brazil**: the case of Pernambuco, 1868-1895. PhD (doutorado em filosofia da história) - Indiana University, Berkeley, 1975.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Rumos do republicanismo em Pernambuco. *In*: DANTAS, Leonardo (org). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1990. p.157-179.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Monárquico. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

HURTADO, José Luís Jiménez. Las ideas positivistas en la America latina del siglo XIX. **Revista Via Iuris**, Bogotá (COL), n.5, jul/dez, p.91-102. 2008.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para una história más global. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, III série, v.5, 2004.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana (1888-1889)**: discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

JUNQUEIRA, Marili Peres. Questões italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX. **Revista Outros Tempos**, São Luís, v.6, n.7, p.33-52. 2009.

KNOPFHOLZ, Alexandre. A crise do positivismo na pós-modernidade. **Revista Jurídica**, Curitiba, N.24, temática n.8, p.27-57. 2010-1

KORACAKIS, Teodoro. Os positivismos e a Faculdade de Direito do Recife. **Logos**, Rio de Janeiro, v.6, nº2, p.50-53. 1999.

LACERDA, Arthur Virmond de. **A República Positivista**: teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte. Curitiba: Juruá, 2000.

LACERDA, Gustavo Biscaia. 2010. 488f. **O momento comtiano**. Tese (doutorado em sociologia política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010

LEITE, Fábio Carvalho. **1891: A construção da matriz político-institucional da República no Brasil**. 2003. 218f. Dissertação (mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

LEONÍDIO, Adalmir. O “Republicanismo Social” no Brasil na passagem do Império à República. **Revista Diálogos**, Maringá-PR, v. 11, n.1-2, p. 193-213. 2007.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. São Paulo: Vértice, 1987.

LEVINE, Robert. **A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade social). **Anais do Museu Paulista: Nova Série**, São Paulo, v. 2, p. 87-150. 1994.

LOPES, Aristeu Elisando Machado. Imagens de humor e de política: relações entre a imprensa ilustrada e a simbologia republicana – Pelotas (1880-9). **Revista Biblos**, Rio Grande, v.23, n.1, p.63-77. 2009.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUZ, John Kennedy Ferreira da. Um Pernambuco que se quer europeu: representações da cultura francesa no Recife oitocentista e suas aplicações. **Revista Rural e Urbano**, Recife, v.4, n.1, p.2-14. 2019.

MAGALHÃES, Almeida. Centenário de Martins Júnior. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, volume LXI, 1965, p.59-62.

MAIA, Clarissa Nunes. 2001. 253f. **Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife (1865-1915)**. Tese (doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

Maria Batista de Lima, Fátima. Gonçalves Licari, Luzilá. **Um olhar sobre a cidade n'A Emparedada da Rua Nova de Carneiro Vilella**. 2005. 123f, Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MARTINS, Henrique. **Martins Junior (post mortem)**. Pernambuco: Typ. do “Jornal do Recife”, 1905.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **O senhor da pedra: os usos da memória de Delmiro Gouveia (1940-1980)**. 2008. 190f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n.26, p.15-31. 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República versus Monarquia: a consciência história da década de 1880. **Revista História Unisinos**, Vale do Rio dos Sinos-RS, v.14, n.1, p.16-22. 2010.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. A militância do Apostolado Positivista do Brasil em favor da abolição da escravidão por intermédio de opúsculos e correspondências (1881-1888). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XV, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2012. P.1-16.

MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MESQUITA, André Campos. **Vocabulário de termos e questões centrais da filosofia positivista no Brasil e no Chile (1860-1846)**. 2011. 128f. Dissertação (mestrado em Ciências da Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAES, Felipe Tavares de. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MOTTA, Antônio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n°33, p.55-80, jan/jun. 2010.

MUNIZ, Arthur. **Martins Júnior**. Elogio de Martins Júnior lido na sessão solenne da Academia Pernambucana de Letras por Arthur Muniz, ao tomar posse da cadeira Paula Baptista que foi ocupada por Aquelle extincto. Recife, 1906.

MUZZI, Amanda da Silva. Monarquistas, restauradores e jacobinos: ativismo político. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, V.21, N°42, Julho-dezembro, p.284-302. 2008.

MUZZI, Amanda da Silva. **Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897)**. 2006. 178f. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Martin Claret, 2004. [1900]

NACHMAN, R. G. Positivism, Modernization, and Middle Class in Brazil. **Hispanic American Historical Review**, Carolina do Norte (EUA), v. 57, n. 1, p.1-23. 1977.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. LUZ, Noêmia. Liberdade, transgressão e trabalho: o cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.25, n.1, p126-149. 2012.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco**. Volume VI. Recife, EdUFPE, 1972.

NASCIMENTO, Luiz. **Três mestres de direito no ‘batente’ do jornal**: Tobias Barreto, Martins Júnior, Clóvis Beviláqua. Recife: Imprensa Oficial, 1966.

Normas Republicanas [Manifesto de criação do Partido Republicano de Pernambuco, dezembro de 1888]. In: PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**: textos para seminários. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José F. de. Martins Júnior: traços da produção jurídica de um intelectual da Faculdade de Direito do Recife (1883-1904). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013. P.1-11.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco. 2016. 275f. **“Os operários das letras”**: O campo literário no Recife (1889-1910). Tese (Doutorado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. A propaganda republicana como ação política – apontamentos para a história da República, Campos Porto (1890). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XXI, 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPUH-SP, 2012. P.1-15.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Filinto Justiniano Ferreira Bastos: a trajetória de um abolicionista (1879-1882). **Revista História**, São Paulo, v.37, p.1-21. 2018.

PAIM, Antônio. **A Escola do Recife**: estudos complementares à História das idéias filosóficas no Brasil. Volume V. São Paulo: UEL, 1997.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943: A Bahia na Primeira República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PENNA, Lincoln de Abreu. O progresso da ordem: o florianismo na lógica do consenso mínimo. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora-MG, v.2., n.2, p.25-36. 1996.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Bloco no poder e conflitos regionais na Primeira República. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.1, nº1, p.29-41. 1993.

PICCOLO, Helga I. L. A crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. **Revista História Unisinos**, Vale do Rio dos Sinos-RS, v.14, n.1, p.23-28. 2010.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, Otávio. A visita de Silva Jardim à Goiana. **Revista do IHAGP**, Recife, v.XL, 1945. p.246-254.

PORTO, Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: FUNDARPE, 1986.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

RAMOS, Igor Guedes. JOANILHO, André Luiz. A historiografia dos vencidos da Primeira República: uma análise historiográfica e conceitual. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. P.1-17.

RAUSCH, Fábio Flores. HOHLFELDT, Antônio. A campanha do Partido Republicano Rio-Grandense pela proclamação da República nas páginas de A Federação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX, 2007, Santos. **Anais...** Santos: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. P.1-15.

REIS, Jaime. Abolition and the economics of slaveholding in Northeast Brazil. **Occasional Papers** Glasgow (ESC), nº17, p.3-20. 1974.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RÉMOND, René. Les intellectuels et la Politique. **Revue française de science politique**, v. 9, n. 4, p. 860-880, 1959.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da questão social**: liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2012.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Jacobinismo comteano e seu desdobramento na ação dos positivistas republicanos no Brasil. In: COLÓQUIO DILEMAS DO PENSAMENTO SOCIAL, HOMENAGEM AO BICENTENÁRIO DE AUGUSTO COMTE, 1998, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre : UFRGS-École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998.

ROCHA, Marina Leal de Carvalho. XAVIER, Paula Lima. SÁ, Vera Borges. Jornais de bacharéis da Escola do Recife como espaço de sociabilidade no século 19: a produção de Martins Júnior. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, XVII, 2015, Natal. **Anais...** Natal: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015. P.1-15.

ROMERO, Lauro. **Clóvis Beviláqua**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1956.

SABINO, Márcia Peters. **Augusto dos Anjos e a Poesia Científica**. 2006. 93f. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2005.

SALDANHA, Nelson Nogueira. A campanha republicana no Brasil: fundamentos doutrinários e outros aspectos. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v.IX, n.3, p.30-43. 1966.

SALES, Maria Letícia Xavier. O Clube do Cupim e a memória pernambucana. **Revista do Arquivo Público**, Recife, V.40, n.43, p.101-115. 1990.

SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo: 1850-1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o Império e a República**. Recife: Cepe, 2013.

SALVARI, Fábio Maurício. O império em agonia: momentos finais no Recife em São Paulo. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP, IX, 2017, Recife. **Anais...** Recife: UNICAP, 2017. p.138-147.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um passeio em dias de tormenta: a viagem do Conde D'eu às províncias do antigo Norte do Brasil. **Revista História**, São Paulo, v.36, n.6, p.1-30. 2017.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. O 25 de março de 1884 e a luta pela libertação dos escravos em Pernambuco. **CLIO Revista de Pesquisa Histórica**, v.33, N.2, p.158-180. 2015.

SANTOS, Sandoval José dos. Pequenos exércitos estaduais na Primeira República: o caso da força pública em Pernambuco na historiografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXX, 2019, Recife. **Anais...**, Recife: ANPUH. 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul/dez. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloísa M. (orgs.) **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SÊGA, Rafael Augustus. PERISSINOTTO, Renato Monseff. Republicanismo paulista e o republicanismo gaúcho: entre o partido de classe e o partido de estado: aproximações e distinções (1873-1890). **Almanack**, São Paulo, v.2, p.101-113. 2011.

SETTE, Mário. **Maxambombas e Maracatus**. Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA JÚNIOR, Delmo Montenegro da. **A poesia científica em Martins Júnior: percurso de uma vanguarda literária em Pernambuco no século XIX**. 2013. 164f. Dissertação

(Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Antônio Henrique Ferreira da. **Os juristas do crime**: a Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, seus redatores e suas ideias (1891-1910). 2016. 131f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. Maçonaria e República em Pernambuco: organização, difusão e propaganda (1900-1912). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. P.1-8.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SIRINELLI, Jean François. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier: l’histoire des intellectuels. In: **Vingtième Siècle**. Revue d’histoire. No. 9, janvier-mars, 1986, pp. 97-108.

SOUZA, Felipe Azevedo e. 2018. 215f. **A participação política das classes populares em três movimento, Recife (c.1880 – c.1900)**. Tese (doutorado em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **Direitos políticos em depuração**: a lei Saraiva e o eleitorado de Recife entre as décadas de 1870 e 1880. 2012. 235f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUZA, Felipe Azevedo. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. **Mundos do Trabalho**: Florianópolis, v.12, p.1-18. 2020.

STARLING, Heloísa M. **Ser republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SUPERTI, Eliane. O positivismo de Augusto Comte e seu projeto político. **Revista Hórus**, São Paulo, v.1, p.1-15. 2003.

SUPERTI, Eliane. Positivismo e escravidão: um estudo sobre o projeto positivista de reorganização das relações de trabalho no Brasil no final do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. P.1-9.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). 2007. 279f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. *In*: VELHO, Gilberto. (org.), **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. P.31-48.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VILELA, Joaquim Maria Carneiro. O Clube do Cupim. **Revista do IHAGP**, Recife, v. XXVII, p.417-427. 1925.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. **História das Lágrimas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

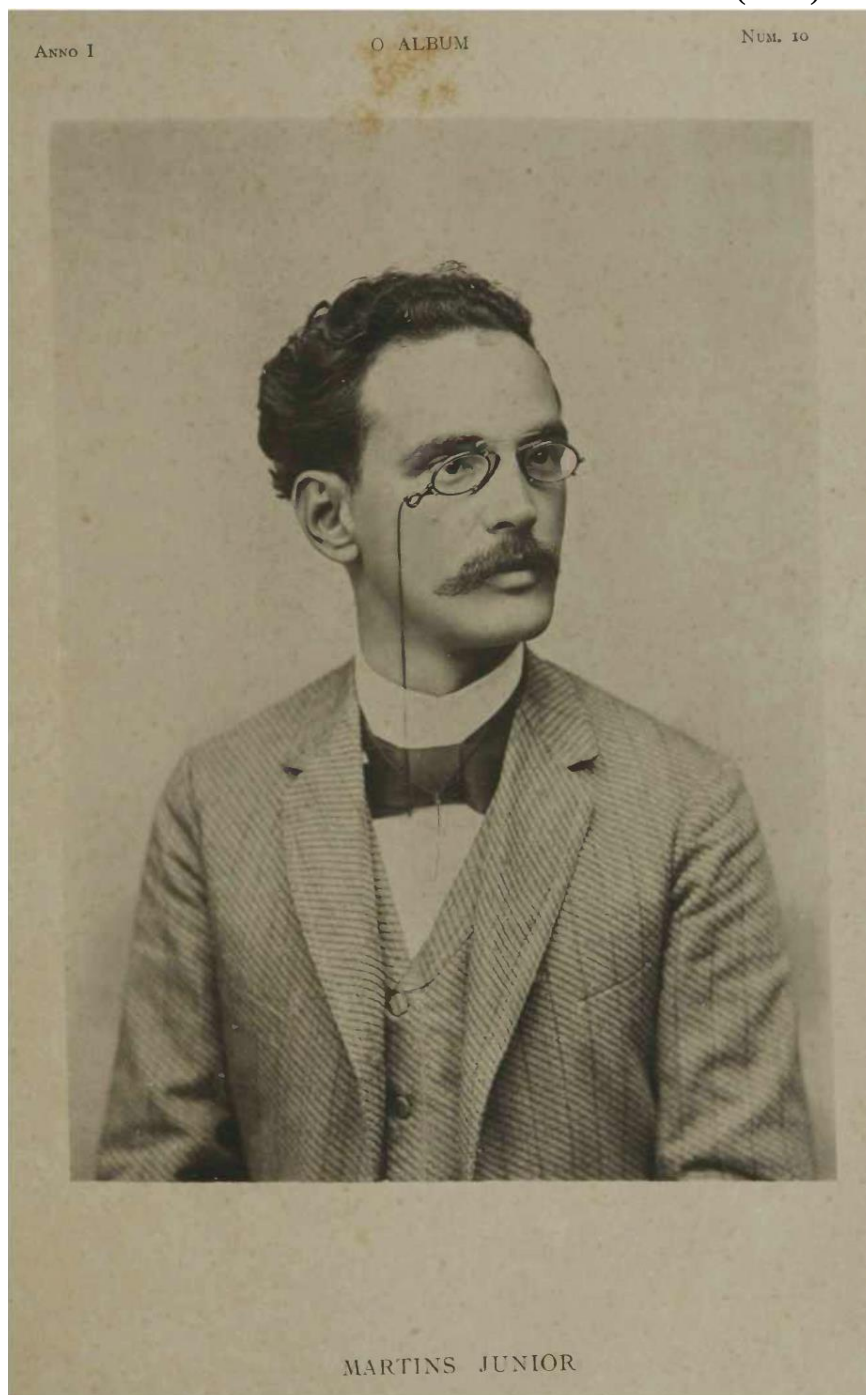
ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. **Legalidade e autoridade**: a implantação da República no Estado de Pernambuco (1889-1893). 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. Os fuzilados da Imbiribeira: imaginário urbano da cidade do Recife no século XX. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.3, n.2, p97-111. 2014.

ZACARIAS, Audenice. 2017. 198f. **A República oligárquica de Pernambuco**: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva. Tese (Doutorado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

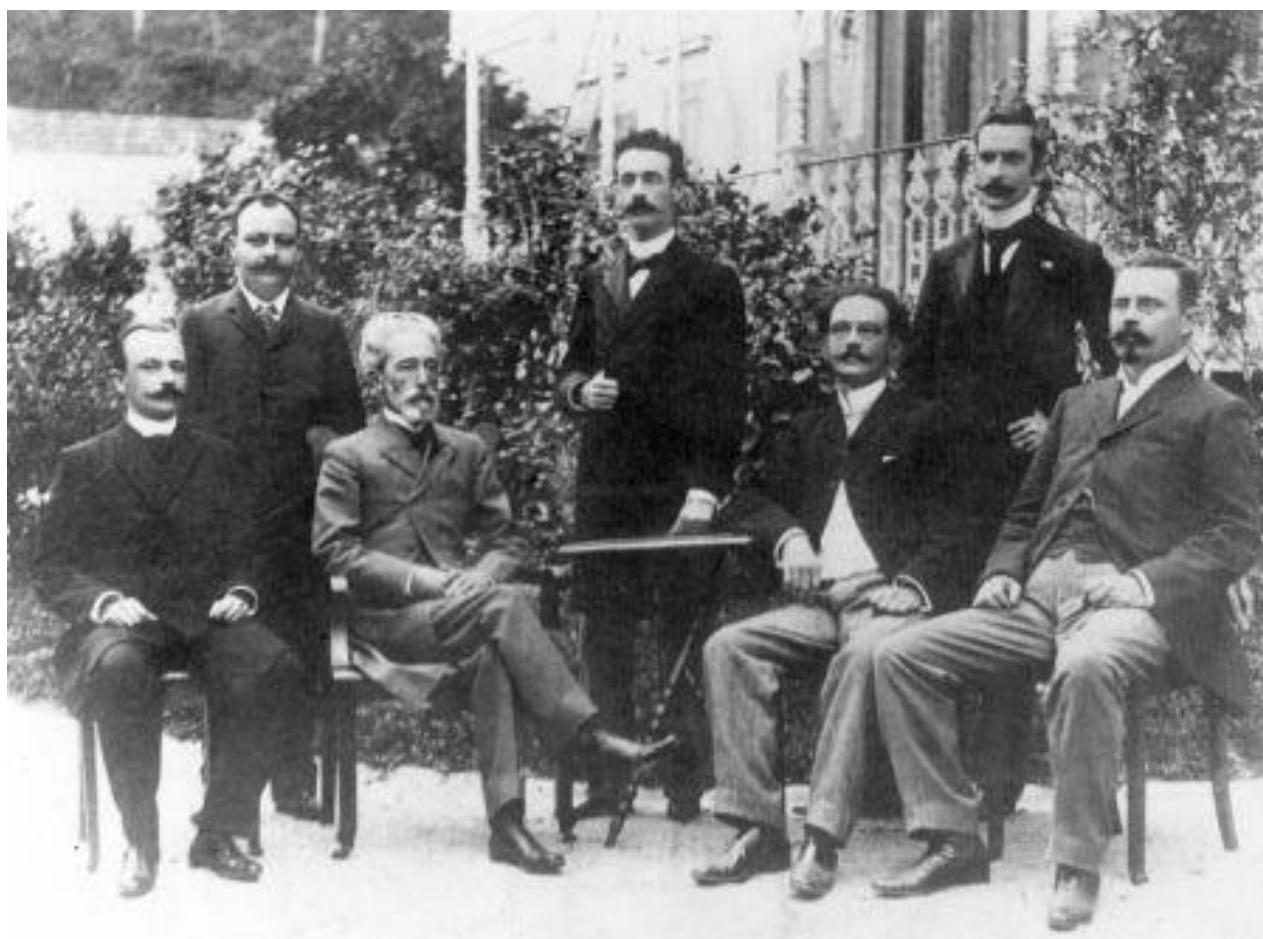
ANEXOS

ANEXO A - Retrato de José Isidoro Martins Júnior (1893)



Fonte: O Álbum, Rio de Janeiro, Ano 1, N°10, março de 1893.

ANEXO B - Martins Júnior com Quintino Bocaiúva (1901)



No palácio Rio Negro, sentados ao redor de uma mesinha estão Quintino Bocaiúva e José Isidoro Martins Junior (terceiro sentado da esquerda para a direita); em pé Eugênio Ferraz de Abreu, Lionel Loreti da Silva e Sebastião B. V. de Carvalho.

Fonte: Museu Imperial.

ANEXO C - Silva Jardim com a diretoria do Partido Republicano de Pernambuco (1889)



*Martins Junior Martiniano Veras, Raymundo Bandeira, Silva Jardim,
Maciel Pinheiro (1889)*

Fonte: Revista A Cultura Acadêmica, PE, 1904, p.47.

ANEXO D - Litografia de Martins Júnior (1890)



Fonte: Jornal Vida Fluminense, Rio de Janeiro, nº27, 12 de abril de 1890.